

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

JOSIER FERREIRA DA SILVA

**O CÍRCULO OPERÁRIO DE BARBALHA COMO EXPRESSÃO DO
CATOLICISMO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA
(1930 a 1964)**

Fortaleza - CE

2009

Josier Ferreira da Silva

**O CÍRCULO OPERÁRIO DE BARBALHA COMO EXPRESSÃO DO
CATOLICISMO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA
(1930 a 1964)**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceara.

Orientador: Professor Dr. Rui Martinho Rodrigues

Fortaleza - CE

2009

SILVA, Josier Ferreira.

O Círculo Operário como expressão do catolicismo social na promoção do ensino e da cultura no município de Barbalha (1930 A 1964)
365 f.

Orientador: Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues
Tese (Doutorado) UFC/URCA Faculdade de Educação, 2009
Fortaleza - CE

1. Catolicismo Social 2. Educação e Cultura, 3. Círculos Operários.
I. Título.

Josier Ferreira da Silva

O CÍRCULO OPERÁRIO DE BARBALHA COMO EXPRESSÃO DO CATOLICISMO
SOCIAL NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA
(1930 a 1964)

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor, pelo Programa de
Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal do Ceará.

Aprovada em 27 de Maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Rui Martinho Rodrigues (Presidente – UFC)

Prof^a Dr^a Zuleide Fernandes Queiroz (Examinadora Externa/ URCA)

Prof^a. Dr^a. Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto (Examinadora Externa/ USP)

Prof^a Dr^a Maria Juraci Maia Cavalcante (Examinadora – UFC/NHIME)

Prof^o Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior (UECE/NHIME/UFC)

*Ao meu pai, que como operário de fé e coragem,
contribuiu para o desenvolvimento da Região do Cariri.
(In Memórias)*

*A mamãe, Dinda (Longina) e Nazarena que ajudaram os
primeiros passos no caminho na educação.*

Aos educadores anônimos do município de Barbalha

Às minhas Avós: Ana Desidério e Longina Gomes

À Jane (minha esposa) e José Emanuel (meu rebento)

Aos operários de Barbalha

Ao Poeta Taumaturgo Desidério (Em memória)

Aos “Devotos da instrução”

AGRADECIMENTOS

À Deus pela companhia e força, materializadas na minha determinação de escrever este trabalho.

Ao Professor Doutor Ruy Martinho Rodrigues pela orientação desse trabalho.

Aos professores do Núcleo de História e Memória da Educação da Faculdade de Educação da FAGED/UFC.

À professora Doutora Zuleide Queiroz (URCA) pelo incentivo e colaboração

Ao Departamento de Geociências da Urca pela liberação para concretizar essa qualificação

Ao Círculo Operário de Barbalha na pessoa do seu Presidente, Agostinho José dos Santos, pela disponibilidade dos documentos do Círculo Operário para a realização dessa investigação.

À paróquia de Santo Antônio de Barbalha, através dos Padres Leomar Deon e Renato Simoneto, pela disponibilidade dos seus documentos primários.

Aos Senhores Chagas Vieira, René Granjeiro e Jaime Magalhães pelas entrevistas concedidas.

À Didi e Antônio Miguel

“Não saber o que sucedeu antes de nós é o mesmo que continuar sempre criança” (CICERO)

RESUMO

Os Círculos Operários integram o catolicismo social e se afirma como uma estratégia política do catolicismo, respaldada na encíclica *Rerum Novarum*, instituída pelo papa Leão XIII, em 1891, que orienta a intervenção da Igreja no mundo do trabalho. Diante dos antagonismos ideológicos entre o liberalismo e o socialismo, emergente na sociedade moderna, industrial, a Igreja Católica se reivindica como alternativa de poder, dotada de um projeto político teológico. No Brasil, o pacto entre a Igreja e o governo de Vargas viabiliza a recuperação da influência religiosa do catolicismo junto ao poder público, perdidos com estabelecimento do Estado Laico republicano. Nessa conjuntura, a modernização da sociedade, caracterizada pela industrialização, emergem os conflitos entre o capital e o trabalho, e as primeiras organizações trabalhistas. Neste contexto histórico os Círculos Operários se propagam como instituições católicas a serviço da recristianização da sociedade pela Igreja Romanizada. Na defesa do projeto político teológico da Igreja o Circulismo empreende suas ações educativas e culturais junto aos trabalhadores, orientadas pelos documentos doutrinários da Igreja, objetivando a formação de lideranças cristãs e o consenso entre as classes com vistas ao estabelecimento da ordem social cristã. No caso de Barbalha essa instituição atua em interação com o poder público e eclesiástico, na promoção do ensino, da música, do civismo e da religião, em consonância com a conjuntura política nacional.

PALAVRAS CHAVE: Circulo Operário, Igreja Católica, Estado, Educação, Cultura, Recristianização, Anticomunismo.

ABSTRATC

The Labor Unions compose the Social Catholicism and settle as a political strategy of Catholicism, supported in the *Rerum Novarum* encyclical, issued by Pope Leo XII in 1891, which directs the Church intervention in the working world. Opposite to the ideological antagonisms between liberalism and socialism, emerging in the modern industrial society, the Catholic Church claims itself as an alternative form of power, holding a theological and political project. In Brazil, the covenant between the Church and the Vargas Government made possible for Catholicism to recover its religious influence beside public power, which had been lost with the imposition of the republican secular country. In this conjecture, the modernization of the society, marked by industrialization, the conflicts between capital and labor become evident and the first labor unions were created. In this historical context, the Labor Unions spread as Catholic institutions serving the re-Christianization of the society by the Roman Church. Defending this theological project, the unionism engages its cultural and educational actions along the workers, guided by Church's dictated documents, aiming the formation of Christian leaderships and the agreement between the classes that tried to settle the Christian Social Order. In the city of Barbalha, this institution acts along the public and canonical power promoting education, music, citizenship and religion, concurring with the national policy conjuncture.

KEY WORDS: Labor Union, Catholic Church, State, Education, Culture, Re-christianization, Anti-communism

LISTA DE ABREVIATURAS NE SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira
ACI - Ação Católica Italiana
AIB - Ação Integralista Brasileira
ABE - Associação Brasileira de Educação
AUC - Associação de Universitários Católicos
CACRJ - Associações Católicas do Rio de Janeiro
CFC - Cariri Foot-ball Club
CFC - Centenário Foot Ball Club
CMB - Centro de Melhoramento de Barbalha
COCM - Centro Operário Católico Metropolitano
COCC - Círculo Operário Catholico de Cajazeiras
COC - Círculo Operário Cristão
COB - Círculo Operário de Barbalha
CCOTSJ - Círculos Católicos de Operários e Trabalhadores de São José
COTC - Círculos de Operários e Trabalhadores Católicos
COC - Círculos Operários Católicos
CNSF - Colégio Nossa Senhora de Fátima
CSG - Colégio São Geraldo
CSA - Colégio Santo Antônio
CELCA - Companhia de Eletrificação do Cariri
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIP - Companhia Industrial Pernambucana
CPB - Concílio Plenário Brasileiro
CCD - Confederação Católica Diocesana
CCT - Confederação Católica do Trabalho
CNCO - Confederação Nacional dos Círculos Operários
CNOC - Confederação Nacional dos Operários Católicos
CNE - Conferência Nacional de Educação
CBAC - Congresso Brasileiro da Ação Católica
CNAC - Congresso Nacional da Ação Católica
CNER - Congresso Nacional de Ensino de Religião
CNE - Conselho Nacional da Educação

DAS - Departamento de Ação Social
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
CDER - Departamentos Diocesanos de Ensino da Religião
ELO - Escolas de Líderes Operários,
FFC - Faculdade de Filosofia do Crato
FCOC - Federação dos Círculos Operários no Ceará
FOC - Federação Operária Cearense
FOCP - Federação Operária Cristã
FEB - Força Expedicionária Brasileira
FPI - Fundação Padre Ibiapina
GLB - Gabinete de Leitura de Barbalha
GESMA - Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INL - Instituto Nacional do Livro
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operaria Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
LCT - Legião Cearense do Trabalho
BCA - Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo
LCCA - Liga Cearense Contra o Analfabetismo
LEC - Liga Eleitoral Católica
LN - Ligas Nacionalistas
MESP - Ministério da Educação e da Saúde Pública
MTIC - Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
OOC - Organizações Operárias Católicas
COC - Os Círculos Operários Cristãos
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PJMP - Pastoral de Juventude do Meio Popular
PNE - Plano Nacional de Educação
PMB - Prefeitura Municipal de Barbalha
RVC - Rede Viação Cearense

SSJ - Seminário São José

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

SNES - Serviço Nacional de Educação Sanitária

SESC - Serviço Nacional do Comércio

SINE - Serviços Nacionais de Educação Sanitária

UAB - União Artística Barbalhense

UC - União Católica

UDN - União Democrática Nacional

UTC - União dos Trabalhadores do Cariri

UES - União Econômico-social

EU - União Eleitoral

UP - União Popular

UOVI - Uniões Operárias de Vila Isabel

UPI - United Press Internacional

UB - Universidade do Brasil

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

URCA - Universidade Regional do Cariri

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Jornais de circulação em Barbalha nas primeiras décadas da república.....	69
QUADRO II- Palestrantes e seções de estudo do I Congresso Eucarístico Paroquial de Barbalha – CE.	155
QUADRO III - Tipos de sócios estabelecidos pelo Circulismo em Barbalha.....	168
QUADRO IV- Jornais adotados pelos circulistas de Barbalha.....	176
QUADRO V- Demonstrativo da interação dos circulistas com pessoas influentes soci- almente e suas respectivas instituições.....	247

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1	
1. O CATOLICISMO NA FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARBALHA – CE: A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE CULTURAL, RECEP TIVO AO CIRCULISMO. (1900 a 1950).....	30
1.1 Influências econômicas e sócio-religiosas na construção da urbanidade.....	35
1.2 A tradição política e agrária dos protagonistas do poder e da educação: institui- ções e conjunturas políticas que antecederam o Círculo Operário de Barbalha.....	37
1.2.1 A experiência sócio-educativa do Padre Ibiapina em Barbalha	49
1.2.1.1 A Dimensão Educativa dos Estatutos da Casa de Caridade de Barbalha.....	55
1.2.1.2 A hierarquia.....	57
1.2.1.2 O trabalho e as correções.....	58
1.2.2 O Seminário Diocesano do Crato.....	59
1.2.3 O Gabinete de Leitura de Barblha.....	61
1.2.4 A Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo como reflexo do nacionalismo e da exigência da modernidade.....	64
1.2.5 O Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar em Barbalha, como expressão da “Escola Nova” no Ceará.....	67
1.2.6 As Instituições esportivas.....	67
1.2.7 A República, o catolicismo e a imprensa católica em Barbalha.....	68
1.2.8 A União Artística Barbalhense na construção do Circulismo.....	70
1.2.8.1 A cooperação de classes.....	71
1.2.8.2 A União Artística de Barblha e o Liberalismo.....	74
1.2.8.3 O Higienismo e o papel previdenciário da União Artística Barbalhense: A educação para a solidariedade.....	75
1.2.8.4 O trabalho como arte sob a orientação cívica, sócio-educativa e cultural do catolicismo.....	79
CAPÍTULO 2	
2. CIRCULISMO, RECRISTIANIZAÇÃO E TRABALHISMO EM BARBALHA: A EDUCAÇÃO PARA A ORDEM.....	93
2.1 Barbalha no contexto do surgimento dos Círculos Operários no Ceará e no Brasil.....	100

2.1.1 A interação com o Circulismo estadual e nacional.....	105
2.1.2 A interação entre o Circulo de Barbalha e a hierarquia católica.....	108
2.2 Os circulistas como agentes do trabalhismo e da Igreja: os correligionários de Vargas.....	112
2.2.1 A unidade sócio-ideológica entre a paróquia e o poder local.....	120
2.2.2 A participação dos católico-integralistas na construção do Circulismo.....	123
2.2.3 A afinidade político-ideológica com o trabalhismo e as articulações pelas subvenções.....	127
2.3 As visitas pastorais e as missões dos padres capuchinhos na doutrinação Católica.....	140
2.3.1 O nacionalismo católico: fé e civismo a serviço do projeto político-teológico da Igreja.....	142
2.4 O I Congresso Eucarístico Paroquial e a recristianização	149

CAPÍTULO 3

3. AS AÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS DO CIRCULO OPERÁRIO DE BARBALHA NA CONJUNTURA POLÍTICO-RELIGIOSA (1935 – 1964).....	160
3.1 O Circulismo como espaço de formação política, cívica e religiosa.....	170
3.1.1 A unidade e a participação como forma de fortalecimento institucional da entidade..	171
3.1.2 A Literatura e a Imprensa Católica como conteúdo de formação dos circulistas.....	175
3.1.3 Sessões circulistas: fé, arte e civismo na promoção do trabalhismo.....	177
3.1.3.1 A participação artística dos estudantes.....	188
3.1.4 O nacionalismo e a religiosidade dos circulistas de Barbalha sob a orientação da Confederação Nacional dos Círculos Operários.....	189
3.1.5 O antiprotestantismo e o anticomunismo como conteúdos de formação doutrinária da Igreja em Barbalha.....	191
3.1.5.1 A educação como contraponto ao protestantismo.....	194
3.1.6 A educação circulista no combate ao comunismo.....	197
3.1.7 A defesa da família e o higienismo.....	210
3.2 A simbologia circulista: fé, trabalho e civismo como conteúdo de formação política e religiosa	212
3.2.1 A união e o trabalho como forma de conquista.....	214
3.3 O Círculo Operário São José e a promoção do ensino.....	217
3.3.1 A educação do Circulo Operário de Barbalha em sintonia com Ação Católica	

Brasileira.....	218
3.3.2 O Poder público e a educação circulista em Barbalha.....	223
3.3.3 A Caracterização sócio-administrativa e os professores da Escola do Circulo Operário.....	227
3.3.4 A funcionalidade do Ensino, estrutura Física da escola e a merenda escolar.....	228
3.3.5 A caracterização didático-pedagógica da Escola Circulista.....	233
3.3.5.1 As avaliações.....	234
3.3.6 O ensino profissionalizante: Escolas de Corte e Costura e Marcenaria.....	235
3.3.7 A filarmônica São José e a Escola de Música.....	238
3.4 A interatividade do Circulo com outras instituições educativas e culturais de Barbalha - CE.....	241
3.5 A colaboração do Circulo com outras instituições cearenses na promoção da Educação.....	251
3.6 O Circulo e a paróquia na idealização do Cinema Católico em Barbalha.....	254
CONCLUSÃO.....	257
BIBLIOGRAFIA.....	269
ANEXO A – Encíclica Rerum Novarum.....	297
ANEXO B – Encíclica Quadragésimo Anno.....	321
ANEXO C – Ata de fundação da União Artística Barbalhense	335
ANEXO D - Estatuto do Circulo Operário de Barbalha.....	358

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe como reflexão a intervenção do catolicismo na formação da sócio-educativa e cultural da população caririense, tomando como referência a experiência do Circulo Operário São José, do município de Barbalha. Enfatiza suas ações na transmissão de valores, concepções de sociedade, política, e formas de comportamento social, que se evidenciam na relação da Igreja com o povo brasileiro, orientadas pelo catolicismo romanizado. Preconizado pelo padre francês, Robert de Laménais (1782-1854), o catolicismo social, ou socialismo cristão, consiste na ação política da Igreja Católica em defesa da humanização das relações de trabalho, através da reforma do capitalismo.

Ao defender a propriedade privada, rejeita as mudanças estruturais da sociedade pelo socialismo revolucionário. Essa posição resulta dos conflitos ideológicos entre a Igreja e o liberalismo no final do século XIX, tendo as encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), respectivamente dos papas Leão XIII e Pio XI, como doutrina que orienta a relação da Igreja com as relações sócias do trabalho, contribuindo para a implantação e propagação da democracia cristã. No caso, considerando que o evangelho não defende nenhum regime político, a Igreja Católica centra a sua mensagem na evolução moral gerada pelo cristianismo.

O catolicismo social, ou movimento social católico, apresenta o evangelho como código social, válido para todas as épocas, concebendo a democracia cristã como vanguarda política na idealização de uma sociedade terrestre eclesial. Neste sentido, a ação educativa e cultural desenvolvida pelos Círculos Católicos Operários é considerada pela Igreja como uma importante ferramenta na intervenção na sociedade moderna.

No Brasil, o catolicismo social se intensificou a partir da década de 1930, através dos movimentos da Ação Católica, constituídos por setores da sociedade, organizados em categorias, sob a orientação do episcopado, na defesa dos princípios doutrinários da Igreja Católica. A Educação e a Cultura aparecem, nesse contexto, como uma condição necessária à propagação das idéias e difusão de uma nova concepção de catolicismo junto ao operariado urbano, que se operacionaliza nas ações dos Círculos Operários Católicos (COC). Nessa conjuntura, o relacionamento político-ideológico da Igreja Católica com a estrutura de poder local caracterizou a institucionalização e o desenvolvimento da educação na região do Cariri. Neste cenário, o município de Barbalha, no Cariri cearense, assistiu à adaptação da sociedade agrária e coronelística, ao novo contexto da sociedade urbana industrial, promovida a partir da década de 1930 pelo governo de Vargas. O município de Barbalha, igualmente a outros do

Cariri, apesar de manter o poder político vinculado à tradição agrária, recepciona as novas ideologias políticas emergentes, valores sociais e a nova concepção da Igreja romanizada sobre o trabalho, preconizada pelo papado de Leão XIII.

Ressalte-se que as ações da Igreja no campo da educação, neste município, antecedem à década de 1930, sendo representadas pelas Casas de Caridade do Padre Ibiapina, Gabinete de Leitura, Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo e a União Artística Barbalhense. O Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar, criado em 1922, representa uma das primeiras experiências de ensino público no município, incentivada pela reforma do ensino no Ceará, protagonizada pelo Educador Lourenço Filho. Da mesma forma, os Círculos Operários Católicos, a partir da década de 1930, representam as intervenções da Igreja Católica na promoção da cultura e da educação, sob a orientação do catolicismo romanizado. Nesse cenário, as duas instituições interagem movidas pelo sentimento religioso, na defesa da fé, diante dos adversários político-ideológicos da Igreja e do Estado.

As ações educativas e culturais circulistas, orientadas pelo catolicismo social, são objeto de investigação dessa pesquisa, que aborda, especificamente, o município de Barbalha no contexto dos conflitos sócio-político-ideológicos emergentes nos governos de Vargas. Ela se compromete com a análise da interação entre os agentes do Estado e da Igreja Católica na promoção da educação e da cultura institucionalizada pelo Circulismo em parceria com o poder público, através do Grupo Escolar e das demais instancias de poder local, também influenciadas pelo catolicismo.

Esta investigação deve contribuir para uma melhor compreensão das relações entre Igreja e Estado, na promoção da educação e da cultura na região do Cariri. Nesse sentido, buscamos entender o papel do catolicismo, através do Circulismo, na formação de lideranças cristãs em resistência às ideologias antagônicas ao projeto político-teológico da Igreja. A importância desse trabalho se afirma pela ausência de pesquisas específicas sobre a história da educação e da cultura protagonizada pelas instituições católicas romanizadas no Cariri, em suas diversas conjunturas político-sociais. Acreditamos que, em muito, ela poderá contribuir no processo de reorientação das políticas educacionais, e na reflexão sobre a discussão da relação entre o público e o privado, identificadas na relação entre o Estado e Igreja na promoção da educação e da cultura, que são evidenciadas neste trabalho.

Os Círculos Operários Cristãos, como instituições culturais e educativas, representativas do catolicismo social, atuam a partir da década de 1930, conforme as exigências ideológicas do Estado e da Igreja. Neste contexto, nacionalmente, a intelectualidade católico-integralista, através da Ação Católica, do Centro Dom Vital e da

imprensa católica corrobora com o ideário educacional da Igreja, que reivindica junto ao governo a implantação do ensino religioso nas escolas públicas.

A análise das ações educativas da Igreja, a partir do Circulo Operário, aqui desenvolvida, atenta para a intervenção sócio-ideológica do Estado e da Igreja na sociedade, condicionada pelo pacto firmado entre essas duas instituições, legitimado na constituição de 1934. Nesse processo histórico, a religião é incorporada pelo nacionalismo e se estabelece a interação entre fé e civismo, visibilizados no âmbito da educação e na cultura. A pesquisa investiga o Circulo Operário de Barbalha como uma instituição educativa e cultural, defensora dos projetos políticos e doutrinários do catolicismo em resistência às idéias e instituições contrárias à fé católica e ao governo, que pudessem, supostamente, ser um risco a estabilidade social.

As pesquisas sobre o movimento operário e a sua relação com a Igreja Católica na promoção da educação e da cultura, antes do Concílio Vaticano II, são raras. No caso dos Círculos Operários, os trabalhos sobre eles, tem sido realizados, quase sempre, numa perspectiva de abordagem eminentemente política, concentradas nas experiências localizadas, das regiões sul e sudeste. Não obstante, o circulismo no Ceará, em 1915, anteceder à propagação dos Círculos Operários no Brasil, e ter forte intervenção na organização e formação dos trabalhadores.

Neste estado, o circulismo tem suas origens na Liga Eleitoral Católica (LEC), e a apresenta, como no caso de Barbalha, a singularidade de seus protagonistas interagirem com o integralismo e outros segmentos ideológicos congêneres. Essa antecipação do catolicismo social no Ceará viabilizou o surgimento de várias entidades católicas no estado, organizadas por categorias, cujos protagonistas, pertenciam à classe média e se articulavam com o movimento operário cristão, orientadas pelo Clero.

Trata-se de uma investigação, que aborda as ações educativas da Igreja junto ao trabalhadores, sob a vigilância do episcopado, e que, se materializam no surgimento de várias organizações operárias católicas a partir da década de 1930. Estas atuam na defesa dos princípios doutrinários da Igreja contra o ateísmo, o liberalismo e o comunismo, apoiadas nas Encíclicas Rerum Novarum e Quadragéssimo Anno. Tinham por objetivo atenuar os conflitos entre o capital e trabalho, decorrente do processo de industrialização, surgido no Brasil a partir da década de 1930. O Círculo Operário, nesta pesquisa, é percebido como uma instituição que interage com os trabalhadores, visando à formação, entre eles, de uma consciência religiosa, que colabore com projeto político-teológico da Igreja romanizada.

A reaproximação da Igreja Católica com o Estado no governo Vargas se realiza, tendo em comum, a defesa de algumas posições ideológicas partilhadas pelas duas instituições, principalmente o anticomunismo. A sintonia entre eles se reflete na defesa do nacionalismo, do civismo, da obediência, da ordem e dos valores morais da família e da sociedade. A ascensão política de Vargas, em 1930, viabiliza a recuperação dos direitos da Igreja, perdidos com proclamação da República e o conseqüente estabelecimento do Estado laico. Nessa conjuntura, além do Estado contemplar as reivindicações da Igreja, suas lideranças, representadas pelos intelectuais católicos, ocupam cargos no poder público.

As ações educativas e culturais dos Círculos Operários decorrem da influência do entusiasmo pela educação escolar no Brasil das décadas de 1920 e 1930, caracterizadas pela proposta da Educação Integral, como parte do pensamento educacional que se fez presente na época, nas ações políticas dos governos da Igreja Católica. A questão educacional abordada nessa investigação ressalta o papel político da intelectualidade marginalizada, em oposição à condução das políticas educacionais e culturais dos governos republicanos que antecedem a década de 1930.

Enfatiza o papel do Circulismo na promoção do ensino, incorporando os ideais educacionais da época, voltados para a defesa da disciplina, da higiene e da alfabetização, considerados como indispensáveis para se alcançar a prosperidade do país. Assim, nessa conjuntura, este trabalho aborda as primeiras instituições educativas e culturais, criadas em Barbalha, num tempo que antecede as primeiras discussões sobre os problemas educacionais e a própria criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, (MESP), pelo Governo de Vargas. A defesa da alfabetização promoveu o escolanovismo no Ceará sob a liderança de Lourenço Filho, cuja influência, se faz presente no município de Barbalha, através da fundação do “Grupo Escolar Estadual”, sem, contudo, se sobrepor à dimensão religiosa do catolicismo.

A pesquisa aborda o papel educativo e cultural institucionalizado pelos Círculos Operários na formação de lideranças e no cumprimento do discurso voltado para o consenso entre as classes e a harmonia social. Nesse processo, consideramos a afinidade político-ideológica entre o governo e o episcopado, materializada nas ações no campo cultural e educativo, em Barbalha, entre as décadas de 1930 a 1964. Busca compreender o papel dos seus protagonistas locais na conjuntura política e social do município nas décadas pesquisadas.

A atuação cultural e educativa do Círculo Operário Cristão de Barbalha - CE, fundado no contexto histórico da década de 1930, se evidencia na promoção do ensino primário e

profissionalizante, nas leituras da literatura católica, nos rituais, nas reuniões, como espaço de formação moral e política dos associados, na prática da religiosidade, na implantação de banda e escola de música e um cinema. Essas ações se realizam em articulação com a Paróquia de Santo Antônio, de Barbalha, sob a orientação dos párocos locais, que correspondem aos “assistentes eclesiásticos” do Círculo. Nessa conjuntura, a investigação identifica a interação entre os agentes dos poderes públicos e eclesiásticos na promoção da educação e da cultura, atendendo as aspirações doutrinárias da Igreja e aos interesses do governo.

A pesquisa atenta para a especificidade da concepção teórica de trabalho como fonte de riqueza,¹ evidenciada a partir da economia política, surgidas com o desenvolvimento do capitalismo. Ao eleger SOUSA (2002), como parte do seu referencial teórico, o presente trabalho considerou as reflexões dessa autora sobre as diversas concepções de abordagem do Circulismo, citadas em sua obra², onde trabalha a construção e exercício do discurso sobre o trabalho urbano no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Autora explora essa temática, concebendo a Igreja Católica como instituição contemporânea do processo histórico, marcado pela dinâmica das reflexões sobre o trabalho, e que, dele participa, a partir do final século XIX, intervindo junto aos trabalhadores.

A investigação atentou para as questões mais significantes da produção historiográfica brasileira, centrada na relação política entre a Igreja e o Estado, necessitado de “um suporte político-cultural para a formação dos consensos necessários a dominação burguesa que seria estabelecida entre os anos, 30 a 64”.³ Anos, em que a Igreja implementa sua política social, adota princípios, se relaciona com o Estado e elabora seu discurso relativo ao trabalho urbano no Brasil.

As contradições teórico-metodológicas identificadas na forma de abordagem da relação entre Igreja e Estado no Brasil, aqui expostas, relativas aos trabalhos já produzidos sobre essa temática, contribuiram para melhor identificar o sentido da dimensão educativa e cultural do Circulismo. Nesse processo, identificamos dois tipos de abordagens: um mais tradicional, que percebe a Igreja Católica apenas como aparato ideológico, preocupada com o seu relacionamento com a política getulista, cuja leitura histórica é feita sob a lógica do populismo. Atribuem, às ações do catolicismo um caráter conservador e alienante perante o

¹ Preconizada por Lock, Adam Smith e Karl Marx. (ARENDETT: 1993)

² Círculos Operários – A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil (2002)

³ SOUSA (1988. p. 10) Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/jessie_jane_circulos.pdf> Acesso em 11 Jan. 2007.

operariado, que inibe a sua ação como sujeitos históricos. Sob essa ótica, percebem os Círculos Operários como parte de uma instituição conservadora e paternalista, inserida no contexto histórico das relações entre da Igreja Católica e o Estado, efetivadas nas décadas de 1930 e 1940. Nessa interpretação o movimento circulista é responsabilizado pela desmobilização da classe trabalhadora, compartilhando interesses comuns com o governo, que justificam a viabilidade do pacto entre a Igreja e o Estado.

Contudo, existem trabalhos, cujos autores valorizam o Circulismo como uma importante experiência histórica, pedagógica e organizativa da sociedade brasileira, fugindo da concepção da Igreja, como simples aparato ideológico. Estes vislumbram a sua inserção no entre os operários a partir da cultura católica. Trata-se de investigações que substituem a análise social marxista, fundamentada nos conceitos de “infra e superestrutura”, pelas “mediações culturais e normais” elaboradas por E. Thompson.⁴ Nesta intenção, abordam a Igreja como dotada de variadas tendências cultural e políticas.

A segunda abordagem, em menor proporção, defendida por SOUZA (2002) e ROMANO, se impõe como uma tendência inovadora na interpretação da imiscuição da Igreja no mundo do trabalho, a partir da cultura católica. Considera a Igreja como um “corpo místico que se move no campo político”,⁵ dotada de tendências políticas e culturais. A Igreja Católica nessa abordagem é detentora de um projeto político, próprio, e que, utiliza o Estado para concretizar seus objetivos. Essa tendência ressalta a cultura como o objeto mais importante de investigação no processo de intervenção da Igreja no âmbito das relações sociais. Dessa forma, a presente pesquisa, ao estudar a conjuntura político-ideológica dos anos de 1930 a 1964, compreende que as articulações políticas dos agentes do catolicismo com o Estado se efetivam em defesa da educação religiosa como um importante instrumento em favor da recristianização do País.

Nessa perspectiva, a presente investigação analisa os valores e as formas de operacionalização da cultura e da educação circulista em Barbalha, buscando perceber, como ela se identifica com essas tendências. Mesmo enfatizando o caráter anticomunista e o pacto do catolicismo com o Estado, ela não resulta de valores de juízo de valores pré-estabelecidos, se detendo a fazer uma análise da experiência da educação e da cultura circulista, conforme a especificidade da formação social e política do município. Entendendo, que suas ações

⁴ SOUSA, 1999 e ROMANO: 2002.

⁵ SOUSA, 1988, p. 21

resultam de um projeto político-teológico de Igreja, que busca se impor à sociedade e ao governo.

Convém ressaltar que as produções relativas à história da ação social da Igreja Católica, com temáticas que antecedem o Concílio Vaticano II, são escassas e pouco divulgadas. Constata-se, que essa historiografia, em sua maior parte, é constituída por obras influenciadas pela “interpretação patrimonial” do Brasil colonial, evidenciando a oposição entre a Igreja e o Estado, numa perspectiva da evolução histórica da “questão religiosa”, que não assumem características revolucionárias.

A presente pesquisa, parte da compreensão do perfil institucional da Igreja Católica, considerando a vigilância, por ela exercida, sobre as ideologias que dão suporte ao processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira. Consideramos que parte da literatura sobre o catolicismo aponta uma possibilidade de superação da escassez de análise das relações entre o catolicismo e o poder, fora da tendência eminentemente voltada para a questão de luta de classe, e que, não se detém a interpretar a dimensão cultural e educativa de suas respectivas instituições. O caráter, que acreditamos ser inovador, do presente trabalho, contempla a necessidade de avaliação do papel institucional e educativo da Igreja, por ser dotada de seus próprios meios de intervenção junto ao operariado, objetivando a concretização dos seus objetivos político-religiosos.

Este trabalho busca, a partir dos Círculos Operários, interpretar a operacionalidade da cultura e da educação católica junto aos trabalhadores, como ação política da Igreja romanizada, a partir da experiência do Círculo Operário de Barbalha - CE. Interpreta essas ações no contexto político do pacto nacionalmente firmado entre o catolicismo e o Estado, restaurado no governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930. Examina a relação do catolicismo social com educação e a cultura, através do Circulismo, partindo da leitura do perfil institucional da Igreja Católica, considerando o seu papel, viciado por paradoxo, na modernização da sociedade brasileira, a partir de um projeto conservador.

A partir da análise de SOUSA (2002) sobre a política social da Igreja Católica, dos seus princípios e da dinâmica da sua relação com o poder político, abrem-se espaços para continuidade das pesquisas relativas ao catolicismo social, incorporando a dimensão educativa e cultural das instituições da Igreja, no caso, abordadas através do Circulismo. Deve-se compreender, que discurso religioso construído sobre o trabalho urbano é um dos elementos que orienta os empreendimentos educativos e culturais circulista. Trata-se de um discurso, que se faz presente nos conteúdos de formação cívica, política, moral e religiosa, trabalhados

pelos Círculos, junto aos trabalhadores, em resistência aos “inimigos” da Igreja e do Estado, o “comunismo ateu”.

Nesse processo, a educação e a cultura contribuem para a conquista do consenso e da harmonia desejada entre as classes. Essa condição é apoiada pela recuperação, junto ao governo, do espaço político e do prestígio da Igreja, perdidos com o fim do sistema de padroado. Com a oficialização da intervenção religiosa do catolicismo no espaço público, através da constituição de 1934, a Igreja Católica apoiada em sua doutrina social, empreende suas ações educativas e culturais, na busca de formar uma consciência religiosa e anticomunista entre operariado, voltada para a defesa da ordem social cristã. Para SOUSA (2002: p.10), o controle cultural sobre a sociedade, dependia do domínio do público e do privado, com ênfase na sociedade civil, onde, neste último, a Igreja exerce sua “tecnologia do poder.”⁶

Algumas pesquisas focam o relacionamento político da Igreja Católica com o governo, restringindo-se ao campo político-ideológico, não a percebem como instituição participante da política, na defesa e concretização das suas próprias aspirações, que transcendem o mundo material. Elas têm ocorrido, considerando a relação entre Igreja e Estado sob a lógica getulista, após 1930. Concebem a linearidade da Ação Católica Brasileira como norteadora da produção historiográfica sobre a Igreja no Brasil, considerada, desprovida de referenciais sobre a sua relação com o Circulismo e o trabalho.

As divergências teórico-metodológicas e ideológicas que identificamos haver entre pesquisadores na abordagem do Circulismo fizeram surgir diferentes interpretações sobre o papel político deste movimento, no contexto dos conflitos de classes no Governo de Getúlio Vargas. Assim, as análises já formuladas são, por vezes, denunciadas por reduzirem a ação sócio-religiosa dos Círculos Operários, no contexto social das décadas de 1930 e 1940, a uma prática paternalista e alienante a serviço da legitimação política do Estado.

Relacionam a dimensão educativa do Circulismo representada, por creches e os cursos profissionalizantes circulistas, à ação da Igreja, como apoiadora da política populista de Vargas. Apoiando-se numa dinâmica própria, tomam o populismo como referência, não reconhecendo a importância dos indivíduos como atores sociais e desconhece as “estratégias populares” que se efetivam nas suas conquistas cotidianas.

O período de 1938 a 1945 é apontado como o período de intensificação da ação assistencialista dos Círculos, antecedendo o período do seu esgotamento como movimento

⁶ Numa referência a FOUCAULT em sua obra microfísica do poder (1977).

religioso e social. A década de 1950 corresponde ao período de fortalecimento dos Círculos Operários no Brasil, condicionado por sua estrutura, pela proposta de organização dos trabalhadores e por seu papel de destaque diante dos conflitos existentes no mundo do trabalho no Brasil. Nesse período que os Círculos Operários Cristãos definem seu espaço de construção pedagógico-cultural, formando as Escolas de Líderes Operários, (ELO).

Ao perder a parceria com o Ministério do Trabalho, o Circulismo se faz presente no cotidiano dos trabalhadores através de palestras que abordam a questão social. Essa conjuntura corrobora com a tese, de que, os Círculos Operários exerceram um importante papel na educação católica, como resistência político-ideológica ao comunismo e ao liberalismo. O início da década de 1960 é definido como momento de aglutinação dos sindicatos democráticos em torno do movimento circulista, que, investindo na educação sindical, torna-se a principal agência de formação e organização do operariado.

Parte da historiografia considera o Estado como gerador da classe operária, de atuação subalterna e manipulada pelas lideranças populistas. A abordagem teórico-metodológica, em muitas pesquisas, não reconhece os trabalhadores como responsáveis por suas conquistas. Estas são percebidas como uma intervenção do Estado, que controla o sindicalismo e media seus interesses junto aos patrões. Elas ressaltam a influência do caráter fascista e corporativo da Legislação Trabalhista fundamentada na Carta Del Lavoro. O caráter fascista e corporativo dessa legislação é um elemento importante para a compreensão do Estado na organização do operariado. Na mesma perspectiva, partem da análise do processo de acumulação burguesa do capital e do fortalecimento do Estado, que utiliza seus aparatos ideológicos e repressivos contra a sociedade civil, dando origem ao autoritarismo.

Não raro, o governo é criticado pelo fato de, ao mesmo tempo em que atendia os interesses das organizações patronais, incorporar os direitos dos trabalhadores rurais à Legislação Trabalhista. Essas condições tendem a ser utilizadas para explicar fortalecimento do Estado sobre a sociedade civil e a falta de participação dos trabalhadores nos sindicatos. Parte da historiografia sobre os Círculos Operários é constituída por artigos de intelectuais católicos. Somam-se a estas fontes, as publicações em folhetos, jornais, além de artigos relativos à Doutrina Social da Igreja e à ética no trabalho, publicados por revistas católicas e as instâncias superiores do movimento.

A conjuntura política e social correspondente ao recorte temporal, que esta pesquisa investigou, é marcada pela influência de autores, cujas obras, a partir da década de 1930, definiram uma nova forma de interpretação do Brasil, partindo da idéia de nação a de cultura. Essa literatura é representada pelos clássicos de Sergio Buarque de Holanda - Raízes do

Brasil; de Gilberto Freire - Casa Grande e Senzala e de Caio Prado Junior - Formação do Brasil Contemporâneo. Trata-se de um conjunto de Obras que passam a contribuir de forma decisiva para a formação espírito nacionalista presente no país, definido a sua especificidade cultural, econômica e social.

A pesquisa identifica o papel da educação católica na operacionalização dos objetivos institucionais dos Círculos Operários, através da relação entre Igreja e Estado no Brasil. Ela procura expor a dimensão educativa e cultural do Círculo Operário de Barbalha – CE, de forma inovadora, diante da tradição acadêmica de restringir suas investigações ao campo da história política, ou seja, partindo da análise dos embates temporais da Igreja, meramente sob a ótica política.

A opção pelo período de 1930 a 1964, a demarcar temporalmente esta investigação se justifica por ser considerando o período em que o catolicismo, através da Ação Católica, implementa a sua política social, adota princípios, se articula com o Estado e elabora o seu discurso relativo ao trabalho urbano no Brasil. Esse discurso orienta as ações educativas e culturais na defesa da fé e da ordem social desejada. Os Círculos Operários Cristãos, nessa pesquisa são concebidos como uma das principais experiências de intervenção do catolicismo hierárquico junto ao operariado urbano, na tarefa de “educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem”.⁷

Na sua realização, tomou como fonte de pesquisa a oralidade dos militantes do integralismo, lideranças políticas e religiosas e/ou seus familiares, a documentação primária relativa aos documentos institucionais e normativos do funcionamento da Federação e Confederação dos Círculos Operários e dos próprios Círculos Operários, tais como, estatutos, regimentos internos, organograma, simbologias, correspondências, livros de ata etc.

Também foram utilizados como fontes bibliográficas, os Livros de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Barbalha – CE, acervos de arquivos Públicos e particulares, livros de famílias de protagonistas locais do Catolicismo e da política, revistas, jornais e outros periódicos católicos, de circulação local, estadual e nacional, que se constituem importantes fontes primárias. Diante destas considerações afirmamos que, um certo pioneirismo deste estudo, de certo modo, nos levou a esboçar uma análise inovadora, não disponível em fontes secundárias, sem que isto, lhe dê o contorno de um mero relato de fontes primárias.

Como fontes secundárias, foram utilizadas literaturas gerais, afins e específicas, representativas da historiografia sobre o Catolicismo. A intervenção da Igreja no mundo do

⁷ Papa LEÃO XIII - Encíclica Rerum Novarum de sua Santidade o Papa Leão XIII - sobre a condição dos operários.

trabalho no Brasil foi explorada a partir de literatura relativa à Ação Católica no Brasil e às relações entre Estado, Igreja e trabalhadores, de forma a buscar entender a conjuntura política e social, favorável à propagação do Circulismo. A pesquisa recorreu a obras que abordam a história social da Igreja, bem como, monografias, dissertações e teses já publicadas sobre o Circulismo no Brasil, por meio impresso e virtual. A literatura, considerada clássica, sobre a formação histórica, econômica e territorial do Brasil, contribuiu para o entendimento da formação política e social do município, aqui tratado, e da conjuntura política e religiosa, nos anos que antecederam e sucederam o surgimento do Círculo operário em Barbalha.

Este trabalho, numa fase preliminar, teve por base, um conjunto de leituras sobre a Igreja católica e suas ações políticas, como uma necessidade de melhor entender da sua intervenção no âmbito das relações de trabalho, a serviço da sua romanização. Esse conteúdo serviu de referencial teórico, como suporte para explicar o Circulismo em determinadas conjunturas. Os documentos doutrinários da Igreja, representados pelas encíclicas papais, tais como *Rerum Novarum*, *Quadaragésimo Anno*, *Qua primes*, *Divini Redemptores*, na orientação sociológica do circulismo, contribuíram para o entendimento do comportamento político e social da sua militância católica em sintonia com o poder político. Estes documentos eclesiais foram considerados por esta pesquisa, por sua importância definidora dos conteúdos de formação dos trabalhadores pelo Circulismo, na defesa de uma nova ordem social desejada. As encíclicas definem o papel social do Estado, desejado pela Igreja e colabora com ordem social cristã. Atuam na defesa da família, da propriedade e na promoção da harmonia entre as classes, com vistas à prosperidade da nação e dos operários.

Assim, na montagem da história da educação e da cultura circulista em Barbalha, procuramos identificar o seu papel colaborador com o projeto de recristianização do Brasil. A experiência da educação e da cultura católica foi analisada nas conjunturas políticas do império, caracterizado pela oficialização do catolicismo, e, no Estado Laico, marcado pela modernidade, no contexto da república, que antecede a década de 1930. A leitura sobre a Ação Católica Brasileira como entidade que operacionalizou as ações da Igreja junto aos operários e outras categorias organizadas de católicos colaborou para o entendimento da organização educacional do Círculo Operário de Barbalha,

Diagnosticamos a resistência dos católicos ao Estado laico e suas reivindicações, junto aos governos republicanos, objetivando a reconquista dos espaços político e social, perdidos com o fim do sistema de padroado, numa conjuntura, onde, interpretamos a Educação como ação política da Igreja, a serviço da romanização. No contexto republicano, observa-se que a falta de nacionalismo e o comprometimento da unidade nacional, viabilizada pela dimensão

religiosa do catolicismo, se apresentam como fatores de rejeição da Igreja ao laicismo, sobretudo no campo educacional.

A investigação atenta para o fato de que o entendimento do pacto entre Igreja e Estado e a conquista dos espaços da Igreja passam necessariamente pela análise de conjuntura política do governo de Vargas, cujo nacionalismo, interage com a fé católica em resistência ao comunismo, inimigo comum às duas instituições. No caso, a relação entre Igreja, educação, cultura e trabalho demonstramos essa interação entre a fé e o civismo, a serviço da ordem social. Como sabemos, esse período é marcado pela participação da intelectualidade se coloca a serviço da adequação do catolicismo à realidade brasileira com vistas a uma melhor atuação da Igreja na modernidade.

Na articulação entre o governo trabalhista e a Igreja Católica, os Círculos Operários exercem suas ações educativas e culturais sob a orientação da Ação Católica. Daí, a necessidade de se estudar esse movimento de recristianização para uma melhor compreensão do papel da educação circulista a serviço da propagação da fé católica e do trabalhismo na formação do consenso entre as classes. Neste sentido, os Círculos afirmam a sua importância como uma das mais bem sucedidas experiências de formação de lideranças cristãs, apoiada pelo ideário educacional católico, em contraponto à educação operária socialista. São movidos pelo salvacionismo católico que os Círculos promovem manifestações cívico-religiosas e difundem uma consciência política, onde, se estabelece um padrão ideal de comportamento entre os operários para contemplar as exigências de doutrinas da Igreja.

Como educador, geógrafo, historiador e ambientalista, de origem operária, cuja família foi integrante do Circulismo, o autor da pesquisa, como barbalhense, parte da interpretação da formação histórica, econômica e territorial do seu município. Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), o autor, defende a presença da Universidade junto ao povo, através do ensino, da pesquisa e da extensão, colocando o saber acadêmico à disposição dos movimentos sociais e da população que o financia. Respeitando a autonomia dos setores organizados da sociedade, busca disponibilizar o conhecimento a serviço da compreensão histórica das formas de organização dos trabalhadores, visando otimizar suas estratégias de participação pelas transformações sociais, que lhes assegurem uma melhor qualidade de vida.

A sua identificação e militância política na defesa dos movimentos sociais, foi iniciada a partir da Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP), como movimento específico da Igreja. Experiência, que nos anos seguintes, se associou à sua formação acadêmica, permitindo-lhe uma melhor compreensão sociológica das articulações históricas entre Estado, Igreja e classe trabalhadora, condição, que em muito, colaborou para a execução do presente

trabalho. A compreensão da relação entre a Igreja e trabalhadores, a partir das ações do Circulo Operário de Barbalha, como expressão do catolicismo social, na educação e na cultura, a que chegamos, por meio deste estudo, foi estruturado em três capítulos.

O primeiro faz uma abordagem sobre a construção do ambiente cultural que recebeu o Circulismo em Barbalha, enfatizando o papel do catolicismo na formação histórica e social do município, a partir do antigo sistema de Padroado e na república. Faz referência à contribuição da Igreja na elaboração de estratégias para neutralizar o impacto ideológico da modernidade no Ceará, e que, se reflete em nível local. Neste contexto, enfatiza a experiência educativa e cultural de Barbalha nas primeiras décadas da república, que criaram uma base política e religiosa no meio urbano para receber o movimento circulista, a partir do início da década de 1930.

O segundo capítulo trata da projeção do Circulismo em Barbalha, relacionada com a recristianização e o governo, explorando a contribuição educação católica circulista na manutenção da ordem social. Procura entender a fundação do Circulo Operário de Barbalha no contexto histórico do surgimento do Circulismo no Ceará e no Brasil. Explora o papel do clero na assistência espiritual da instituição e a militância política e social dos associados, na defesa do projeto político teológico da Igreja. Refere-se aos correligionários de Vargas como protagonistas do movimento e à relação entre os poderes públicos e eclesiásticos no município, reflexo do pacto entre Igreja e Estado. Esclarece a participação dos católicos integralistas na construção do Circulismo, e como, articuladores de subvenções junto ao poder público. A paróquia é apresentada, como instância a católica mais próxima aos trabalhadores, cujas atividades religiosas, se caracterizam pela associação entre fé e civismo, contemplando ideologicamente o projeto da Igreja e do Estado, na defesa da família, da estabilidade política e religiosa.

Encerrando a pesquisa, o terceiro capítulo apresenta uma análise das ações educativas e culturais do Circulo de Barbalha – CE, no contexto político-religioso que vai da década de 1930, até o golpe militar de 1964. Nessa condição, investiga o Circulismo como um espaço de formação política, cívica e religiosa, onde se concebe a unidade dos trabalhadores como forma de conquista social e que ganha uma dimensão educativa. Refere-se às solenidades cívicas, religiosas, a imprensa e a literatura católica utilizadas pelo circulistas locais, no processo de formação da consciência cristã, voltada para o fortalecimento do catolicismo e do trabalhismo, em constante oposição às ideologias contrárias à Igreja, principalmente o comunismo e o protestantismo.

O higienismo e a simbologia da entidade são apresentados como conteúdo pedagógico que contribuem efetivamente na formação política e religiosa do operariado e dos patrões, em sintonia com o trabalhismo e a religião católica. Da mesma forma, a educação formal do Circulismo local, é sintonizada com o projeto político teológico da Igreja, sendo representadas por uma escola de ensino primário, por uma escola e banda de música, pelo ensino profissionalizante de marcenaria e corte e costura e por uma sala cinematográfica, resultante da preocupação da paróquia em implantar um cinema católico. Este capítulo procura relacionar as ações educativas veiculadas pelo Circulismo com o ideário da educação católica. Também, procura demonstrar a articulação do Círculo Operário com outras instituições públicas e privadas em torno da concepção de educação influenciada pela doutrina católica.

1.O CATOLICISMO NA FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARBALHA – CE: A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE CULTURAL RECEPTIVO AO CIRCULISMO (1900 a 1950)

A ocupação formal do Cariri cearense está inserida no processo de ocupação do semi-árido nordestino, a partir da doação de sesmarias no início do século XVII, para a difusão da pecuária, atividade complementar da economia canavieira do litoral.⁸ As cidades caririenses, como outras do interior do Nordeste, tiveram suas origens a partir de aldeamentos indígenas, ou, de estabelecimentos rurais, cujos proprietários, correspondentes aos primeiros colonizadores, doavam terras, gados e escravos à Igreja Católica, para construção de templos e capelas legitimando o catolicismo.

Dessa forma, o Cariri tem a sua formação social, econômica e cultural, forjada nas relações entre o clero e os proprietários de terra, que exercem o poder econômico e político local. Este último foi progressivamente transferido do campo para a cidade à proporção que as propriedades rurais concentravam e aumentavam a população, assumindo características urbanas. A construção de capelas em terras doadas a Igreja Católica pelos colonizadores, representa a identificação ideológica, cultural e social entre os fazendeiros e o clero, não raro, compartilhando da mesma origem familiar. A metrópole implementava no Brasil uma política de ocupação do território colonial legitimada pela Igreja, tendo padres, ordens religiosas e proprietários rurais, na condição de sesmeiros e arrendatários, como agentes de difusão do catolicismo e de exploração econômica dos núcleos urbanos.

Para HOORNAERT, no processo de colonização brasileira

O que mais prejudicou as boas intenções das ordens missionárias com os jesuítas, franciscanos, carmelitas ou beneditinos em favor dos direitos humanos dos índios foi o fato de serem elas mesmas grandes proprietárias de gado. Os franciscanos e os jesuítas pertenciam à cúpula dos impérios de gado do sertão nordestino. (In: SOUZA, 1989, p. 51)

Os fazendeiros, colonizadores, doavam gado, terras e escravos à Igreja Católica, e a ela, solicitavam licença para construírem capelas em louvor aos seus santos de devoção, cultuados nas suas localidades de origem. Refletindo o caráter amistoso das relações entre a Igreja e proprietários de terra no povoamento do Cariri, Francisco Magalhães de Sá Barreto, procedente de Penedo – AL, igualmente a outros colonizadores da região, em 1778, agraciou a Igreja com gado e meia légua de terras, onde ergueu a capela em louvor a Santo Antônio,

⁸ Período historicamente conhecido como “Civilização do Couro”. Termo atribuído pelo historiador cearense João Capistrano de Abreu. ALVES, 1989, p. 18.

onde se desenvolveu o núcleo urbano de Barbalha - CE. O pedido de licença para essa construção assim se expressa:

Dizem o capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá e sua esposa Ana Polucena e Lima, moradores no Engenho da Barbalha, desta freguesia de São José dos Cariris Novos, que eles têm feito canonicamente patrimônio para Capela que pretendem erigir de Santo Antonio no lugar da Barbalha, para que carecem para conservação de seus direitos de sentença por canônico o título do dito patrimônio, pedem a Vossa Reverendíssima, Senhor Visitador. Seja servido mandar que o Reverendo Secretário da Visita lhes dê a dita sentença por certidão em modo que faça fê

Março de 1778

Francisco Magalhães Barreto e Sá
Ana Polucena de Abreu Lima⁹

Concessão de Licença pelo Visitador Manuel Antonio da Roxa:

Julgo por sentença o patrimônio constituído na meia légua de terras e gado de que trata a escritura junta por suficiente, livre e desobrigado para que a título dele se possa erigir a Capelas de Santo Antônio no lugar da Barbalha desta freguesia de Sano José dos Cariris Novos e concedo aos doadores a administração do dito patrimônio de cujos rendimentos por maio darão conta nas Visitações desta Freguesia e para maior validade lhe enterponho a minha autoridade e decreto.¹⁰

Confirmação da Licença pelo Bispo de Pernambuco¹¹, Dom Frei Diogo de Jesus Jardim:

Dom Frei de Jesus Jardim, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Pernambuco e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Que Deus Guarde etc. Fazemos saber que por petição nos enviou a dizer o Capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá, morador no Engenho da Barbalha, da Freguesia de São José dos Cariris Novos que nossa licença se havia erigido a Capela de Santo Antônio e da mesma Freguesia de São José dos Cariris Novos no lugar decente e livre de toda comunicação como consta por certidão do Reverendo Pároco e tão bom de ser capaz para nela se celebrar o Santo Sacrificio da Missa e mais Officios Divinos, pedindo-nos por fim a sua súplica lhe manássemos benzer. Atendendo a sua justa súplica mandamos passar a presente pela qual cometemos nossas vezes ao Reverendo Pároco da dita Freguesia de São José dos Cariris Novos para, por nós e na forma do Ritual Romano, possa benzer a dita capela, visto nos acharmos impedidos para, por nossa pessoa fazermos, estando a dita Capela paramentada na forma da nossa Constituição e sem prejuízo dos direitos paroquiais. Dado em visitação da povoação de São José dos Cariris Novos sob o dito da chancelaria e sinal do nosso reverendo Visitador Geral da Câmara do Ceara Grande, Bernardino Vieira Lemos, aos 06 de junho de 1778. Eu, Martins pereira da Costa, Secretário da Visita, o subscrevo, registrando no Livro das Visitas às folhas 23 verso.¹²

⁹ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, Apud. NEVES: 1988, p. 5.

¹⁰ Idem, Ibidem. p. 6.

¹¹ A área correspondente ao Cariri ficava sob a jurisdição política e eclesiástica de Pernambuco. Esse fator se justifica pela colonização da região ter sido efetivada por colonizadores dos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Pernambuco, influenciando a sua formação histórica econômica e cultural.

¹² Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, apud. NEVES: 1988 p. 7.

Presentes na organização espacial das fazendas, as capelas se constituíam em centros de propagação do catolicismo. Conforme FERLINE (1984: p. 31) era “um elemento indispensável nesse mundo de senhores e escravos. Parte integrante da Casa Grande ou edificação separada atraía em dias santos e domingos, os moradores da vizinhança.” Uma forma de agregar a população local, a partir dos valores culturais do catolicismo e de formalização dos seus rituais sob o controle da Igreja e do Estado. A afinidade ideológica e cultural entre clero e fazendeiros, não obstante a resistência de alguns padres era legitimada pelo sistema de padroado, tendo o catolicismo como religião oficial, subordinada ao Estado, responsável pela criação das freguesias e nomeações dos párocos.¹³ Nessas condições, os padres atuavam como funcionários públicos. PEREIRA enfatiza que

A monarquia engaláva-se com a Igreja, com o culto, com a liturgia. Era ela, afinal, que provia os templos, que espendiava o culto, que pagava a cônica. Por isso, enquanto precisava dos bispos e do Clero para uma perfeita harmonia de visitas, considerava-os como funcionários públicos. Funcionários – não houvesse dúvida – que deveria obedecer à coroa, mesmo esta teria meios de sujeitá-los, como aconteceu na Questão Religiosa. (1970, p. 87)

No sistema de padroado, os proprietários rurais e o clero encarnavam o poder do Estado em suas localidades. Propagavam a religião católica, cujos rituais, eram controlados e exercidos pelos núcleos familiares, dando-lhe uma característica privada. A família, o Estado e a Igreja se apresentavam como instituições indissociáveis, numa sociedade caracterizada pela troca de favores e promiscuidade na relação entre o público e o privado. Essa característica sinaliza para o patrimonialismo¹⁴, instaurado e desenvolvido no Brasil a partir da colonização portuguesa, cujo conceito foi desenvolvido por Max Weber e interpretado por Raimundo Faoro, ao analisar as implicações da estrutura de poder estamental na formação social brasileira.

FAORO assim se expressa sobre as relações entre o público e o privado que marcam as relações sociais no Brasil.

Os assuntos brasileiros, meticulosamente medidos e previstos, com as decisões tardas, ficam a cargo, desta sorte, de outros funcionários e agentes, nas medidas urgentes. Interfere, entre a metrópole e a colônia oficial, larga parcela de arbítrio do

¹³ A constituição outorgada, de 1824, oficializou o catolicismo como religião do Império, colaborando com o controle da Educação pelo Estado, em escolas, capelas e templos que se constituíam espaços de formação de jovens das famílias, socialmente influentes. A escola no sertão nordestino é propagadora dos padrões de comportamento da sociedade agrária, patriarcal, que tinha os padres como os maiores representantes do conhecimento intelectual, muitas vezes, considerados como os únicos capazes de promover a educação e a cultura. Considerando a falta de escolas e educadores, a presença dos religiosos nas localidades sertanejas era de grande importância para o Estado, fato que favorece o monopólio do conhecimento pela Igreja e retardou a participação dos leigos no ensino. Estes, só ampliam o seu espaço de atuação como educadores a partir da propagação das idéias liberais e da implantação do Estado laico, na república.

¹⁴ Característica de um Estado que não distingue os limites do público com o privado.

setor privado, que, desta sorte, usurpa funções públicas. Este um efeito inesperado do colegialismo: ao limitar, em proveito de uma categoria social, a autoridade real e ministerial, abre uma faixa de governo aos particulares e aos distantes e abandonados oficiais da Coroa. Daí não se originou, todavia, um campo de self-government local, ou do exercício de liberdades municipais. Cria-se um governo, ao contrário, sem lei e sem obediência, à margem do controle, inculcando ao setor público a discricção, a violência, o desrespeito ao direito. Privatismo e arbítrio se confundem numa conduta de burla à autoridade, perdida esta na ineficiência. Este descompasso cobrirá, por muitos séculos, o exercício privado de funções públicas e o exercício público de atribuições não legais. O déspota colonial e o potentado privado têm aí suas origens, origens que o tempo consolidará. (2001, p. 214)

Para HOLANDA, a família, como representação do privado, interfere sobre nas demais instancias sociais, como instrumento

poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, em todas nossas atividades. (1991, p. 50)

A construção de capelas em terras particulares, doadas à Igreja para este fim, permitia o desenvolvimento da religiosidade sob a dependência dos proprietários rurais. As capelas nessas áreas rurais, posteriormente transformadas em vilas e povoados, eram lócus de transmissão dos preceitos morais, que em nome de Deus, norteava o comportamento social.

Contra-pondo-se à idéia protagonizada pela historiografia regional, deve-se refutar a idéia de atribuir a construção dos templos católicos, como único o fator, determinante, para o surgimento das cidades. Entende-se, como Marx, que é a intensificação da dinâmica das relações entre a sociedade e a natureza no processo produtivo, que garante a sobrevivência da população local, transformando a natureza. A partir dessa intervenção social, o meio natural, vai com o tempo, movido por uma ordem social e econômica, se tornando artificial, assumindo características urbanas. A cidade resulta da humanização da natureza através do trabalho, que nela intervém, de acordo como estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, em determinados períodos, e não somente, uma materialização decorrente da religiosidade. Nessas condições, a prática da religiosidade era condicionada pela concentração de pessoas que já viviam na localidade e exerciam funções sociais, contribuindo para o processo de crescimento urbano.

Contudo, não se pode negar que a religiosidade, como prática cultural, é um dos fatores que favoreceu a convergência da população e a dinâmica das suas relações sociais. Neste sentido, os primeiros templos católicos, a partir dos rituais católicos, favoreceram a concentração populacional, contribuindo para o surgimento dos primeiros arruamentos em suas adjacências. A institucionalização formal do catolicismo pelo poder local, com

construção de templos e nomeação de padres pelo Império nas vilas e povoados, se evidenciava como uma forma de controle social. Na condição de religião oficial, o catolicismo insere o clero na estrutura de poder, onde, o papel ideológico da Igreja estava em sintonia com as aspirações da classe dominante.

A Igreja, através da educação, mediava a relação entre a família e o Estado, tendo o catolicismo como ponto de unidade ideológica. Ela era a instituição que articulava, sistematizava e propagava as ideais, colaborando com o controle social. Neste sentido, são implantados os colégios católicos no Brasil, desenvolvendo suas ações pedagógicas sob a administração de congregações religiosas.

Se aceita que para se chegar a uma composição do fenômeno social – organização escolar brasileira – há que se ter em mente ser ele um dos elementos de superestrutura que, em unidade com seu contrário – infra-estrutura forma a estrutura social. (RIBEIRO, 1998, 12)

A Igreja Católica e o Estado, como instituições promotoras do ensino, atuam na defesa dos seus interesses comuns, articulando, elaborando e propagando o conhecimento nos aldeamentos, colégios, seminários e instituições assistencialistas religiosas. O catolicismo exercia o domínio cultural em sintonia com o poder local, cujos agentes políticos proviam a Igreja Católica de bens materiais, como prática do padroado.¹⁵ A instrução era “seletiva”, preocupada apenas com preparação intelectual das elites, considerando que, “em economia baseada no latifúndio e na escravidão não interessava a educação popular”. (BROD:1980, p. 96) O catolicismo, com o apoio do poder local, até as primeiras décadas da República norteou e promoveu as diretrizes da educação brasileira, em diversas conjunturas.

No caso de Barbalha, no Cariri cearense, não existe sinais de resistência em relação às intervenções do Império na Paróquia. Ao contrário, com ela, o Imperador mantinha afinidade político-ideológica. A boa relação entre Estado e Igreja em Barbalha se exemplifica, no fato, de o padre Pedro Castro e Silva, primeiro vigário da vila, nomeado pela lei provincial de 30 de agosto de 1838, presidir o Partido Conservador, se constituindo, ao mesmo tempo, na principal liderança política e religiosa do município. A afinidade política entre o clero e monarquia, em nível local, cria as condições históricas que permitem, de forma explícita a continuidade de ações conjuntas, durante a república, entre a Igreja e os agentes políticos locais. Em 1838, Barbalha conquistou sua autonomia eclesiástica, desmembrando-se da Freguesia de Missão Velha – CE, localidade, surgida a partir do primeiro aldeamento dos

¹⁵ Sistema resultante do tratado entre a Igreja Católica e os Reinos de Portugal e de Espanha. A partir dele se delegava aos monarcas destes reinos a administração e organização da Igreja Católica em seus domínios. Através dele o rei edificava igrejas, nomeava os padres e os bispos, como a aprovação do Papa.

índios cariris na região, antes conhecida como São José dos Cariris Novos.¹⁶ Da interação entre o clero e as lideranças políticas e econômicas, descendentes das famílias dos primeiros colonizadores do município, surgem os protagonistas da educação e da cultura no município.

1.1 Influências econômicas e sócio-religiosas na construção da urbanidade.

A urbanização da área rural, que deu origem a cidade, não alterou as relações políticas, econômicas e culturais, que definiam a estrutura de poder agrário no município. Os serviços urbanos que surgiram fortaleceram a intervenção do Império no município, cujos agentes políticos e administrativos continuavam sendo representados pelos descendentes das famílias dos seus colonizadores, tendo como base econômica as atividades rurais. No entanto, politicamente, a vila continuava pertencendo ao município do Crato, até a sua autonomia em 1846, dez anos após a independência do Brasil. Mantendo a tradição, seus coronéis agiam politicamente, influenciados pelos chefes políticos cratenses, seja na defesa dos ideais republicanos ou monarquistas, dependendo do regime com o qual se identificavam. (SOBRINO, 1987, p. 21)

O comércio que originava os arruamentos principais da vila, nas proximidades da Capela de Santo Antônio, economicamente não se sobrepunha à monocultura da cana de açúcar e aos engenhos de rapadura, principais atividades econômicas. Os serviços urbanos, especificamente, os relacionados à saúde e a educação, eram inexistentes ou deficientes para atender a população. Em nível local, o poder público não dispunha de estudos e diagnósticos técnicos que lhe permitissem interpretar e intervir na realidade econômica e social à luz da ciência. Os primeiros registros das características sociais e ambientais da região foram descritas pelo naturalista escocês George Gardiner, quando da passagem da sua expedição científica pelo Cariri, promovida pelo governo imperial, em 1838.¹⁷

Do ponto de vista literário, durante o império, foi marcante o papel cultural do Jornal O Araripe, que expressava o pensamento da intelectualidade da época, entre eles, o jornalista João Brígido dos Santos¹⁸, cujos artigos, denunciavam as desigualdades sócio-ambientais do município e o poder de mando originário da propriedade privada da terra. Somente nas

¹⁶ O termo “Cariris Novos” surgiu para diferenciar a região, do Cariri paraibano, colonizado anteriormente e por isso chamado de Cariri velho.

¹⁷ PINHEIRO, 1950, p. 77.

¹⁸ Tinha posição política contrária ao Padre Pedro Ribeiro.

primeiras décadas da república se intensificou o surgimento dos jornais locais, com a participação efetiva da Igreja, na defesa do catolicismo.

A estagnação econômica do município de Icó – CE e o conseqüente processo migratório das famílias dos seus comerciantes, para o Cariri, promoveram impactos culturais significativos na região, na segunda metade do século XIX. Em Icó, a miscigenação a partir dos casamentos entre comerciantes portugueses e com filhos dos fazendeiros locais, havia consolidado e legitimado a influência de padrões culturais europeus. Segundo FILHO (1964, p.51), naquela Vila, foram “se constituindo os primeiros núcleos familiares sólidos orientados sob os princípios religiosos seguros”, destacando-se o “conforto”, em comparação a outras vilas do interior cearense. A migração de famílias economicamente estabilizadas, de Icó e de outros pontos da província, para o Cariri, possibilitou a implantação de novos padrões culturais e comportamentos sociais na região, típicos das suas localidades de origem.

Esse processo migratório influenciou as características urbanas de alguns municípios do Cariri, através da construção de sobrados para fins residenciais e comerciais, cuja arquitetura colonial, se contrastava com outras edificações já existentes nas cidades. Nesse sentido, os prédios das cidades de Crato e Barbalha, a partir da segunda metade do século XIX, assumem novas características arquitetônicas, representados por solares e sobrados. A forte presença da população negra, escrava,¹⁹ é outro fator considerável no processo de formação sócio-cultural do município de Barbalha, que, no século XIX, presencia as manifestações culturais e religiosas de origem afro-portuguesas.

Igualmente a outras cidades do interior do Ceará, e principalmente, de Minas Gerais, a influência do negro na formação sócio-cultural e religiosa de Barbalha se fez presente a através da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos²⁰. Organização religiosa, com valores típicos do catolicismo e legitimada pelo império, que agregavam os escravos, chamados de “homens de Cor”, para resistir à segregação social, exemplificada na proibição dos negros de freqüentar os templos dos brancos. No caso de Barbalha, diferentemente de

¹⁹ No censo demográfico do Império promovido pelo senador Thomas Pompeu Sobrinho, Barbalha apresentava a segunda maior população escrava da região do Cariri, perdendo apenas para o Crato, na época, centro mais desenvolvido a região. Essas estatísticas se constituem um indicador social que revela os antagonismo de classes e a exclusão social num contexto da estrutura de poder vinculado à propriedade privada da terra. Fatores que no futuro criam as condições para o surgimento do coronelismo e das oligarquias no cenário político local e nordestino.

²⁰As Irmandades ou Confrarias têm suas origens na Europa medieval e foram difundidas nas colônias portuguesas. Correspondem a associações religiosas de leigos no catolicismo tradicional, que cultuavam um santo e que no Brasil está associada ao sincretismo religioso.

outras localidades, essa organização, apesar de ter como finalidade agregar os negros, não era fechada à participação dos brancos.

Ata da Benção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Barbalha, datada de 2 de fevereiro de 1922, faz referência à participação da cultura africana no universo cultural do município, descrevendo os rituais das celebrações das Festas dos Reis Congos²¹ promovidas pelos negros da Irmandade do Rosário. Considerando a exclusão sócio-religiosa imposta pelo catolicismo, essa manifestação cultural se realizava na perspectiva de arrecadação de recursos para construção de um templo, específico para eles, consagrado a Nossa Senhora do Rosário, cujas obras, foram iniciadas em 1860.

O templo localizou-se próximo à residência do Sr. José de Sá Barreto Sampaio, ruralista fortemente influenciado pelo catolicismo, descendentes de Francisco Magalhães de Sá Barreto, um dos primeiros colonizadores do município. Com a colaboração do proprietário de família de origem portuguesa, de tradição agrária e ideologicamente identificada com o regime monárquico, o templo foi concluído e inaugurado apenas em 1922. Por seus esforços empreendidos na construção, criou-se uma vinculação entre a paróquia e a família do sitiante, que assumiu a responsabilidade administrativa do templo até as últimas décadas do século XX. Esse fato revela a domesticação do catolicismo enfatizada por Gilberto Freyre no seu Clássico “Casa Grande & Senzala”. Ou seja, a apropriação da religião pela família, como uma característica marcante da formação social brasileira e historicamente construída pela vinculação do poder político derivado da propriedade privada da terra, com o poder religioso.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos a do quadro político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia (...) Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa no Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocracia idealizada pelos jesuítas. FREYRE (1978, p. 22-23)

1.2 A tradição política e agrária dos protagonistas do poder e da educação: instituições e conjunturas políticas que antecederam o Círculo Operário de Barbalha.

A educação e a cultura em Barbalha nos primeiros anos da República se efetivaram em sintonia como as ações do episcopado brasileiro, lideradas, nacionalmente, pelo cardeal

²¹ Manifestação cultural e religiosa africana existente em algumas regiões do Brasil. Seu enredo envolvem os temas referentes a vida de São Benedito, o encontro de Nossa Senhora do Rosário submergida nas águas, e a representação da luta de Carlos Magno contra as invasões mouras. De origem africana o Congado tem sua origem no Congo e se inspira no Cortejo aos Reis Congos, que expressava o agradecimento do povo aos seus governantes.

Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcante.²² Na conjuntura política nacional, o temor do comprometimento da governabilidade e da fé católica pelas ideologias atéias, na república, impulsionavam o presidente Artur Bernardes (1922–1926) e a Igreja Católica, através do cardeal Arcoverde, a adotar estratégias para manter a ordem social. O Governo reconhecia a Igreja como instituição divina, capaz de se impor moralmente à sociedade, e com ela, estabelecer estratégias para se alcançar a estabilidade política. Essas condições favoreceram a reaproximação entre as duas instituições em defesa da pátria, da família e da religião católica. Sinaliza a possibilidade da reconquista dos espaços perdidos pela Igreja com o fim do sistema Padroado,²³ que se efetiva na década seguinte, no governo de Vargas.

Em Barbalha, a identificação das autoridades públicas e jurídicas com o catolicismo, historicamente já havia sido construída pela unidade ideológica entre a Igreja, os colonizadores e seus descendentes, de tradição agrária. Suas relações se refletem na institucionalização da cultura em Barbalha, no império e na república, presentes no processo de fundação do Gabinete de Leitura de Barbalha - GLB, em 1889. Instituição fundada com o esforço pessoal do Coronel José de Sá Barreto, que possibilitou e incentivou o surgimento de outras instituições culturais e educativas no município. Entre elas, a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo (LBCA), em 1917 e a União Artística Barbalhense (UAB) em 1924, que deu origem ao Circulo Operário de Barbalha (COB) em 1932. Instituições, cujo estudo será o aprofundado ao final deste capítulo. Assim, a análise histórica do movimento circulista em Barbalha, passa pela contribuição destas entidades no desenvolvimento da cultura e da educação, nas décadas que o antecederam. Foram elas responsáveis pela formação do espírito cívico, cultural e religioso, receptivo ao catolicismo social no município, projetado no Brasil, pela Ação Católica.

²² Através do papa Leão XII foi nomeado arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1897, tornando-se o primeiro cardeal do Brasil e da América Latina em 11 de dezembro de 1905 pelo papa Pio X,

²³ Nas três primeiras décadas republicanas a Igreja primou pela organização da sua estrutura interna visando o seu fortalecimento para melhor impor as suas reivindicações ao Estado. Nesse período, ela resistiu à exclusão política e trabalhou na perspectiva de recuperar os privilégios perdidos com o estabelecimento do Estado laico, promotor das mudanças sociais, culturais, ideológicas e jurídicas, que segundo os católicos, incentivava e legitimava o espírito anti-religioso no país. Para o episcopado a perda da influência religiosa nas instâncias político-administrativas da república, sobretudo na educação, contribuía para a promiscuidade e a decadência moral do país. Contudo, inibir a participação da sociedade civil e garantir a participação do catolicismo na administração pública, implicava na mudança da constituição republicana que oficializava a separação entre Igreja e Estado no Brasil. Na concretização das suas aspirações política e religiosa a Igreja se manifestava denunciando o caráter anti-religioso do Estado laico na sociedade civil. Movida por um sentimento patriótico, apontava os conflitos sociais, o comprometimento da ordem e da prosperidade da nação, como causas da exclusão da religião pela república. Apontava para a necessidade de, com a colaboração efetiva dos católicos, apresentarem o cristianismo ao povo, ou seja, tratava-se de recristianizar o Brasil através da Ação Católica.

Na conjuntura política da década de 1920, a participação dos católicos atendia ao projeto de recristianização, onde, o episcopado utilizava a hegemonia do catolicismo e o seu papel na formação de uma consciência nacional, como argumento para justificar o reconhecimento oficial da Igreja pelo Estado. O esforço de associar o catolicismo à brasilidade se dá na perspectiva da implantação de uma nova ordem social, pela mobilização e educação das massas, sob a orientação da doutrina cristã. A Igreja orientava sua militância para atuar politicamente pela implantação dessa nova sociedade, resistindo aos movimentos de esquerda. Como estratégia de conquistas dos seus espaços, se aproxima da burguesia e da classe média, que participam, junto com os operários, da restauração do catolicismo.

Para contribuir com esse processo, Dom Sebastião Leme de Oliveira Cintra,²⁴ cardeal do Rio de Janeiro, substituto de Dom Lima Verde, em julho de 1930, investiu na formação de uma intelectualidade católica, a fim de compor uma militância política e pedagógica no país. Nesse sentido, criou a Revista “A ordem”, cujos artigos, expressavam e difundiam o pensamento da Igreja, e o Centro Dom Vital, que agregou os intelectuais católicos, entes eles, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Estes colaboram na formulação de estratégias de adaptação da doutrina católica à realidade brasileira, na modernidade, a partir da organização de atividades culturais, políticas, para efetivação dos ideais católicos.

A cooptação dos intelectuais pela Igreja visava neutralizar os impactos ideológicos da modernidade. Como ocorria em nível nacional, o Clero em Barbalha interagiu com os católicos mais intelectualizados na fundação e promoção dos movimentos religiosos da paróquia. Tratava-se de pessoas de famílias socialmente influentes, de tradição agrária e de forte convicção religiosa.

Neste cenário, PARENTE (2000, p.p. 58 - 9) focaliza os efeitos das secas como “um fator importante de decomposição das elites política e econômica cearense”, visto que, a migração implicava na perda de controle político sobre o eleitorado e do seu prestígio político junto às autoridades estadual e nacional. Assim, se evidenciava a formação de pactos entre os coronéis,²⁵ como alternativa de sobrevivência política e da preservação do poder local. O mesmo autor percebe a intervenção governamental para a superação da problemática da seca no Nordeste como um indicador de impacto da modernidade. Para ele, a construção de obras de infra-estrutura representa uma contribuição governamental para a estabilidade política das oligarquias ameaçadas pela instabilidade do controle sobre o eleitorado, decorrente das

²⁴ Foi elevado a Cardeal pelo papa Pio XI.

²⁵ Correspondiam a acordos firmados em favor da defesa de determinados candidatos

migrações.²⁶ Diante da realidade social, caracterizada pelas secas, e da necessidade do investimento técnico na sua superação como marcas da modernidade,

a hierarquia da Igreja Católica desempenhou um papel homogeneizador importante preparando quadros da elite e instrumentando-os para se contrapor à onda secularizante que assolava a intelectualidade brasileira. Concomitantemente ela organiza a sociedade civil e ocupa espaços da vacuidade de poder das elites civis. (p. 74).

No Cariri, especificamente em Barbalha, as estratégias de intervenção do governo central nas secas, não consistiram em financiamento de obras de infra-estrutura, tais como, açudes, mas, a partir da construção civil, para empregar os flagelados. Foi o caso da construção do Palácio Pedro II, prédio de Câmara e Cadeia de Barbalha - CE, construído pelo Imperador, em 1877, e que teve o seu nome mudado para Palácio 03 de outubro, pelos correligionários de Vargas, do município, em homenagem ao triunfo da revolução de 1930.

Historicamente, as elites nordestinas mantinham o controle das instituições governamentais, e delas, se beneficiam. Diante do espírito de modernidade no meio intelectual, a Igreja se defrontava com o desafio de, entre as elites, formar quadros para ideologicamente se contrapor à secularização. Com isto, numa perspectiva conservadora, investiu no controle político e social através da organização da sociedade civil e interveio nas ações do Estado. Em Barbalha, a influência católica junto ao poder local, havia sido facilitada pela formação histórico-social do município, onde, o clero e os proprietários rurais eram movidos pelos mesmos sentimentos políticos, em defesa da monarquia e da religiosidade.

De acordo com PARENTE

A face conservadora da Igreja cearense é, portanto, reflexo da postura do Vaticano naquele momento em que a hierarquia eclesiástica cearense assumia suas funções no Ceará. O Vaticano, orientado pouco depois pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), começou a desenvolver uma política de enquadramento da Igreja latino-americana. O antropólogo Roger Bastide, chamou esse processo de romanização – isto é, tornar a Igreja Católica da América Latina cada vez mais administrada por Roma – e o Ceará permaneceu como estratégico nesse processo (...) A trajetória da Igreja cearense foi não só contrária à postura liberal do Seminário de Olinda, mas para anular seu efeito liberal, no sentido conservador da leitura feita pela Revolução Francesa, em que era priorizada a ordem e a autoridade e não o sentimento de igualdade e liberdade. A instituição da Igreja Católica acontece no momento da reestruturação orientada por Roma, via Concílio Vaticano I. Acontecia no Brasil a primeira grande crise entre a Igreja e o Estado e era estimulado sobremaneira pelas idéias própria da modernidade – positivismo e liberalismo – e agravada pelo reflexo do conflito europeu entre a Igreja e as forças modernizantes identificadas por Leão XII com a maçonaria. (2000, p. 78 -9)

²⁶ Nesta conjuntura, as elites quem elaboram o discurso de reivindicação no Nordeste perante o governo central, mais com na intenção da defesa da sua estabilidade política e econômica, do que como forma de redenção dos miseráveis camponeses.

A criação da Diocese de Fortaleza, em 1859, e a atuação dos seus bispos, de formação romanizada, desde a época de D. Luís dos Santos, contemplavam necessidade de vigilância da Igreja diante dos reclamos da modernidade. Como estratégia, a Igreja buscou agregar a intelectualidade católica em torno das instituições e dos movimentos políticos orientados pelo catolicismo, em resistência aos movimentos seculares e civis contrários às aspirações católicas. Ao mesmo tempo, essa adesão da intelectualidade ocorria no sentido de a Igreja se fortalecer institucionalmente para melhor implementar suas estratégias de reaproximação com o Estado. Na cooptação das elites cearenses intelectualizadas pela Igreja, destaca-se o médico Guilherme Studart,²⁷ a quem, o papa Leão XIII, em 1900, atendendo a reivindicação do Bispo Dom Joaquim Vieira, outorgou o título de “barão”, por sua dedicação à caridade e a filantropia. A ele foi atribuída a competência de organização da Igreja objetivando efetivar a romanização no Ceará.

O governo oligárquico de Nogueira Acioli, 1891 a 1912, colaborava com a romanização no Ceará, num contexto, em que, sendo a Igreja separada do Estado, a sua relação junto ao governo era mediada pelas elites políticas de influência nacional. Desde o desmembramento do Ceará da Província de Pernambuco, em 1799, o clero republicano havia perdido a influência ideológica sobre a Igreja no Ceará. Essas condições favoreceram o conservadorismo e as ações da romanização pela hierarquia católica, em oposição ao liberalismo e outros movimentos político-ideológicos que se conflitavam com projeto da Igreja.

Nessa conjuntura, o grupo que mantinha a hegemonia do poder em Barbalha, ao final do império e primeiras décadas da república, se articulava politicamente com os chefes políticos cratenses. A polarização do poder local, no contexto da política oligárquica dos primeiros anos da República, se dava entre os coronéis, Manuel Ribeiro da Costa, Neco

²⁷ Nasceu a 5 de janeiro de 1856 em Fortaleza-CE; filho do inglês Willian Studart (1828-1878), cônsul britânico no Ceará, e de Leonisia de Castro Studart (1836-1867), neta de Major Facundo, político de maior influência na época. Estudou inicialmente no Colégio Ateneu e no Ginásio Bahia, em 1872 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, doutorando-se em 1877. Exerceu o cargo de médico da Santa Casa de Misericórdia por muitos anos (hospital da Caridade de Fortaleza). Após a morte do pai herdou a função de vice-cônsul britânico no Ceará. Como historiador e intelectual produziu vários livros e artigos nos diversos campos do conhecimento, destacando-se a História do Ceará, onde, viajando a Portugal, por conta própria, conseguiu resgatar documentação importante sobre o Ceará e o Brasil dando cunho científico aos relatos que até então eram informações verbais solidificadas pela tradição oral. Católico praticante e politicamente conservador foi benemérito de várias instituições; entre 1898 e 1931 à frente do Conselho Central Metropolitano das Organizações Vicentinas, recebeu pela sua atuação, o título de "Barão", da Santa Sé, concedido pelo Papa Leão XII I, solicitado pelo Bispo de Fortaleza Dom Joaquim Vieira, em 1900. Fundou juntamente com Meton de Alencar, José Martiniano de Alencar e outras personalidades o "Centro Abolicionista - 25 de Dezembro" participando do processo abolicionista no Ceará, fundou ainda a "Associação Médico-Farmacêutica do Ceará" (1934), o "Centro Médico Cearense" (1913), o "Círculo Católico" (1913), o "Círculo de Operários Católicos" (1915), o "Instituto Pasteur" (1918) e uma filial da Cruz Vermelha no Ceará (1918).

Ribeiro, do Sítio Cajazeiras do Farias, hoje, distrito de Arajara, e João Macedo, Joca do Brejão, do Sítio Brejão. O cenário político destas disputas entre os chefes políticos locais, em Barbalha e no Cariri, era marcado pela violência, onde, jagunços, geralmente, agregados e sitiantes a eles atrelados, agiam em suas respectivas defesas e pela tomada do poder, como característica do coronelismo.

O ex-prefeito José Bernardino de Carvalho Leite, assim se refere a esta conjuntura:

A política aqui se fazia pelas armas criminosas, desde que se iniciou o regime republicano. É que os habitantes do sertão não possuíam a necessária educação cívica para entenderem e usufruírem as prerrogativas de um regime democrático. A lei nº 33, conferindo autonomia aos municípios, outorgou-lhe também poder de criarem a sua polícia interna, como imediata garantia do cidadão. O resultado foi deplorável, porque a guarda local não traduziu o nobre intuito da lei. Dirigida pelas paixões políticas dos chefes dominantes se converteu logo em instrumento de perseguição e morte. Era muito para temer-se o contato de um destes soldados da guarda local por ter sido arrebanhado dentre os bandidos e criminosos temidos. Falsearam-se logo as garantias do cidadão e da propriedade e para garantia recíproca lançaram mãos às armas, criando uma situação anômala conhecida pela época do cangaço e cangaceiros. Na região do cariri a orquestra do trabalho foi substituída pelo ribombo sinistro do bacamarte e do refle. O progresso da zona privilegiada retraiu pela esquiva do trabalho e a fortuna pública e particular ia fugindo célere com a fumaça da pólvora. Um sistema de defesa mútua adotada por certas famílias, passou para os municípios que, à semelhança das nações tinham também seus tratados e alianças. Cada chefe de localidade era um soberano. Só podia exercer cargo publico os que alienassem a dignidade e independência da vontade. Deste desequilíbrio resultaram pugnas selvagens e inúteis que arruinaria não só as famílias como alguns municípios. (1987, p.p. 8-9)

Com o fim da Oligarquia de Nogueira Aciole, em 1912, o poder local, em Barbalha, continuava revezado entre as lideranças políticas de tradição agrária que se agregavam nos partidos da República Velha.

Barbalha se apresentava nesse cenário como um município, que deste a época do Império, tinha a agricultura, sobretudo, a monocultura da cana de açúcar no Vale do Salamanca, como principal atividade econômica. O município se destacava como um dos maiores centros produtores de rapadura do interior nordestino, condicionado pelo funcionamento de mais de 70 engenhos. Os agentes políticos locais, seguindo a tradição do Império, eram representados por descendentes das famílias de imigrantes, colonizadores do Cariri, cujo poder político deriva da propriedade privada da terra e da economia agrária. O crescimento urbano trouxe consigo a expansão do poder de mando do campo para a cidade, preservando sua característica coronelística, após o fim da República Velha.

Como em outros municípios, a Paróquia de Santo Antônio de Barbalha foi incorporada ao projeto de romanização da Igreja. Nesse contexto, as relações entre o clero e os protagonistas da educação ocorriam respaldadas, institucionalmente, pela hierarquia católica, sobretudo, após a criação da Diocese do Crato, em 1915, que apoiava o estabelecimento de

novas congregações religiosas européias na região, com seus respectivos colégios confessionais. Essa condição colabora com o surgimento de entidades católicas na paróquia e com a resistência da Igreja romanizada às instituições e movimentos não identificados com o catolicismo.

Apesar, das atividades rurais se sobreporem economicamente às atividades urbanas, e da falta de empreendimentos industriais, Barbalha despontava na atividade comercial, influenciada por imigrantes de outros municípios cearenses e de outros estados nordestinos, sobretudo, de Pernambuco, que se estabeleciam na cidade, trazendo, consigo, o seu espírito empreendedor. Nessas condições, até 1914, o comércio do município se destacava em relação às demais cidades regionais. O apoio dos coronéis locais à candidatura e ao governo do Coronel Franco Rabelo, no Ceará, a partir de 1912, conflitava com o apoio dos coronéis de Juazeiro do Norte, liderados pelo Padre Cícero e o Dr. Flor Bartolomeu, à candidatura de Nogueira Acioli.

O Cariri oligárquico é o centro da ação de Franco Rabelo. A pretexto de combater o banditismo serão enviadas tropas estaduais sob o comando de oficiais ‘salvacionistas’ para deporem nos municípios do ‘Coronéis’, ‘Marretas’ e Aciolistas (...) Articulando a isto se encontram em Barbalha comerciantes e oligarquias antiaciolistas one fazem um pacto de lealdade a Rabelo, planejando o controle do poder político na região. (CAMURÇA, 1994, p.p. 187 – 188)

Em decorrência dessa polarização, no movimento sedicioso e Juazeiro do Norte, em 1914, Barbalha teve o seu comércio saqueado pelos revoltosos daquela cidade, fato, que se fez retroagir o desenvolvimento da sua economia urbana e se tornou motivo de despeitas política nas décadas seguintes.

Barbalha, cuja população havia abandonado os seus lares por ocasião da partida do Batalhão Policial, foi invadida no dia 27 de janeiro por três mil jagunços, sob a chefia de Canuto Reis. O então maior centro comercial do sul do Estado caiu nas mãos da horda sinistra, passando a ser vítima de um dos saques sem precedente na história do Ceará.²⁸

Ao deflagrar a sedição, ocupava o cargo de prefeito de Barbalha, o rabelista, Gregório Pereira Pinto Callou, que em 1876, no Império, havia ocupado a presidência da câmara municipal. No dia que antecedeu o saque ao comércio de Barbalha, o deputado Antonio Pinto, presidente da Assembléia revolucionária de Juazeiro do Norte, havia sido tomado como refém pelo chefe das tropas rabelistas, major Ladislau Lourenço de Sousa, que o conduziu para a cidade de Barbalha, onde, dispersou a sua tropa, reconhecendo a superioridade dos aliados do Padre Cícero. Usando o deputado como escudo, desfilava com ele, pelas ruas da cidade, na companhia de poucos soldados, cantando versos improvisados de “maneiro pau” que

²⁸ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - IBGE – XVI Volume, 1959. p. 80

afirmavam “meu padim ciço é quem ganha”²⁹, até saírem em definitivo, deixando a população abandonada, em pânico, à espera da invasão comandada pelo romeiro Canuto Reis e que fora assistida por Floro Bartolomeu.

Convém ressaltar que algumas obras, sobre o movimento sedicioso de Juazeiro, isentam o Padre Cícero da responsabilidade dos saques às cidades do Crato e Barbalha, por ocasião do combate aos rabelistas nestas cidades. Os “Sampaio”, família de tradição política local, que teve o seu comercio, Sampaio & Irmãos, invadido, “eram os maiores comerciantes da cidade de Barbalha, e velhos amigos do Patriarca”,³⁰ nos anos que antecederam a “revolução” 1914.

A partir de então, o ressentimento político dos chefes políticos de Barbalha em relação aos juazeirenses, permaneceu nas décadas que sucederam à sedição, e se intensificou, quando da exclusão do município da linha da Estrada de Ferro de Baturité. Em resistência a esse fato, também, atribuído como mais um fator de aprofundamento da desigualdade econômica entre às duas cidades, organizou-se um movimento de defesa de Barbalha, junto ao governo estadual, a fim de que o município fosse contemplado com um ramal da linha férrea, inaugurado décadas depois, em setembro de 1950.

As disputas pelo poder entre as oligarquias de tradição agrária, conservadora, na “República Velha,” se davam mais em função dos interesses dos grupos envolvidos, do que, na perspectiva de contemplar o desenvolvimento e a qualidade de vida regional. Dessa forma, os grupos políticos, desprovidos de uma consciência regional, disputavam entre si a influência junto aos governos, estadual e federal, voltados para a conquista de obras e garantia de verbas para seus respectivos municípios.

A característica oligárquica da república velha, do domínio do poder para atender os interesses de grupos dominantes, geralmente ligados às famílias que tradicionalmente mantinham a hegemonia política local, passava a ser condenada pelo espírito de modernidade. Essa condição era denunciada pelos adeptos do liberalismo, como suporte filosófico de um novo projeto sociedade urbano-industrial, que deveria suplantar o conservadorismo da política oligárquica e coronelística dos anos anteriores.

Conforme SOBRINO (1987, p. 24) “com a intervenção federal, foi eleito o Cel. Benjamim Liberato Barroso, que deu mão forte ao partido que se achava organizado por Diretório...” Os rabelistas foram politicamente prestigiados, num contexto local, em que o

²⁹ OLIVEIRA, 1920, p. 160 -162.

³⁰ DELLA CAVA, 1976, p.232.

Coronel Gregório Callou continuava como prefeito até 1916, quando Henrique Fernandes Lopes Sobrinho assumiu o governo municipal, até 1926. Em nível local, os rabelistas projetavam uma nova dinâmica política visando recuperar a dinâmica econômica do município, atribuída às hostilidades impostas pelos aliados da oligarquia aciolina no Cariri.

Como uma forma de superar a estagnação econômica, decorrente da sedição de Juazeiro e de permanecer em evidência no cenário político, a intelectualidade local investiu na organização e fundação de entidades voltadas para a promoção do ensino e da cultura. O Gabinete de Leitura, fundado em 1889 pelo Cel. José de Sá Barreto Sampaio, cuja sede foi construída com a colaboração da Viscondessa do Livramento, de Recife,³¹ incentivou o surgimento de outras instituições educativas e culturais do Município. Entre elas, a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, em 1917, o Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar, 1922, as instituições desportivas e a União Artística Barbalhense (1924), que deu origem ao Círculo Operário de Barbalha.

A institucionalização da cultura e da educação, a partir dessas instituições, tinha como protagonistas, os intelectuais de famílias de tradição católica, identificadas com as atividades agrárias, que exerciam liderança política e econômica no município. Entre eles, destacam-se o Cel. José de Sá Barreto Sampaio, Juiz Interino, José Bernardino de Carvalho Leite, Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, Manuel Florêncio de Alencar, Antônio Taumaturgo Filgueiras, Antônio Lírio Callou, e outros. Nestas condições, o enfoque sobre o Sr. José de Sá Barreto Sampaio, conhecido como Zuca Sampaio, se faz necessário, para exemplificar a influência do catolicismo na institucionalização da educação e da cultura pelas entidades protagonizadas pelos descendentes das famílias de tradição agrária, que antecedem à criação do Círculo Operário São José. O Coronel José de Sá Barreto Sampaio, como senhor de engenho e Juiz interino, se destaca por sua contribuição moral e material, na institucionalização da cultura e da educação no município a partir da fundação do Gabinete de Leitura e durante as quatro primeiras décadas da República.

NEVES (2000), considerando o seu papel educativo para a Barbalha assim o classifica:

Um monumento vivo de honradez do povo de Barbalha do seu tempo! Suas aulas gratuitas no Gabinete de Leitura e na Liga Contra o Analfabetismo levaram para as luzes das letras e do saber milhares de barbalhenses que eram analfabetos, dando-lhes, paralelamente, uma consciência religiosa. É que ele alfabetizava evangelizando e evangelizava alfabetizando, numa antecipação de mais de meio século do famoso e polêmico Método Paulo Freire de alfabetizar adultos. Caráter intangível, verdadeiro sacerdote leigo. (...) Lecionava por vocação, por idealismo, gratuitamente, à luz de lampiões e kerosene, diariamente de 18 às 21 horas sem faltar um só dia! (...)

³¹ Informação do Dr. Napoleão Tavares Neves

Fundou o Gabinete de Leitura e a Liga Barbalhense contra o Analfabetismo e presidiu a ambos por longo tempo. Lia Muito, sobretudo as Sagradas Escrituras. Era Cívico até mais não poder ser! Com prumo, competência e descortino, presidiu as movimentadas reuniões do Gabinete de Leitura que revelaram tantos valores: oradores, poetas, declamadores, atores, verdadeiros artistas. Barbalha lhe deve muito no campo intelectual como núcleo dinamizador dos nossos movimentos intelectuais e culturais em geral. (p.63)

A sua participação no campo cultural e religioso, também ocorreu através da fundação do jornal “Cetama” e da “Conferência Vicentina Nossa Senhora da Conceição”, da Paróquia de Santo Antônio.

Não existe nesta paróquia nenhuma obra pia que seja independente do seu concurso pecuniário e moral. Aí estão as reformas da nossa Matriz, as Igrejas do Rosário, de S. Vicente, do Bom Jesus do Caldas. Foi o fundador da conferência de S. Vicente de Paulo com a denominação de N. Sra. Da conceição, e cooperou para as demais que o elegeram Presidente do Conselho Particular, e seu nome acha-se ligado a todas as irmandades da Igreja. (Jornal Cetama 19/05/1940 p.2 In: SAMPAIO: 1995, p. 79)

A identificação desse protagonista da educação e da cultura com o catolicismo se expressa na denominação dos seus filhos, homenageando santos e papas da Igreja Católica, como, Pio X e Leão XIII, cuja encíclica, Rerum Novarum orienta a intervenção da Igreja nas relações sociais do trabalho. Assim, ele justifica a relação da denominação do seu filho com a admiração que nutria com sua esposa pelo pontífice Leão XIII.

Depois do Batismo seguiu-se a missa rezada pelo mesmo vigário (Manuel Cândido dos Santos) e oferecida segundo a intenção do Glorioso São José, esposo da Virgem Maria, uma feliz sorte para nosso filho; por essa vontade foi batizado nosso filho com o nome de – Leão – nome escolhido como um dos mais católicos e em veneração ao Gradíssimo Chefe da Santa Igreja Católica Apostólica Romana, o Santíssimo Padre Leão XIII, gloriosamente reinante, ao qual o primeiro de nós, abaixo assinados, consagrou profundíssimo amor, veneração e admiração pelos prodígios operados no seu Pontificado e durante a sua existência sacerdotal. (SAMPAIO: 1995, p. 34).

A forte identificação com a Igreja, desde a época do Império, justifica a educação dos seus descendentes sob a orientação doutrinária da Igreja. Fator, que fez com que, a militância e atuação social e política dos seus filhos, Pio Sampaio e Leão, respectivamente, como deputados estadual e federal, fossem sintonizadas com o Catolicismo. O Cel. José de Sá Barreto Sampaio ministrava aulas noturnas de alfabetização e catequese para crianças e adultos no Gabinete de Leitura, por ele fundado. O Jornal “Cetama”³², de 19 de maio de 1940, por ocasião do seu falecimento, a ele se refere como “mestre escola” do Gabinete e faz alusão à sua atuação política, educativa e cultural, pautada na interatividade entre fé e civismo.

³² Nome no do local o local onde surgiu a cidade de Barbalha atribuído pelos índios, que no vocabulário Tupi-Guarani-Português de Silveira Bueno significa a terra de nascimento, a pátria.

Na tribuna que tanto perlustrou por tendência natural, o seu verbo vibrava de entusiasmo quando falava de Deus, da Pátria e da paz entre os homens, delineando um panorama iluminado de fé e misticismo, consoante a sua filosofia essencialmente cristã. (...) como católico foi apóstolo incansável e como homem do século desdobrou o seu patriotismo por todos os quadrantes da vida pública. Não desprezou a política local e nela militou com calma e prudência por entender que a arte de governar os povos não é infensa aos dogmas de sua religião. (In: SAMPAIO: 1995 p. 77).

A admiração pelos papas Pio X e Leão XIII, autor da encíclica *Rerum Novarum*, traduz a razão da sua colaboração com o movimento circulista, que, a exemplo das demais associações católicas, por ele fundadas, nas décadas anteriores, “o tinha em alto apreço”.³³ Ele e sua família, como proprietários da empresa “SAMPAIO & IRMÃOS”, haviam sido vítimas do saque ao comércio de Barbalha, durante o movimento sedicioso de Juazeiro, em 1914. Nessa época, a reação dos aciolinos aos coronéis de Barbalha, levou José de Sá Barreto Sampaio e a sua família a se refugiarem na cidade pernambucana de Salgueiro. A sua participação na vida pública se contextualizava na política oligárquica, coronelística, que caracterizou o Império e as primeiras décadas de República. A partir de 1930, ocorreu uma adaptação dos coronéis à nova realidade urbano-industrial, condicionada pela ascensão de Vargas e o surgimento de novos agentes no cenário político, entre eles, os seus próprios filhos.

No governo de Vargas, José de Sá Barreto Sampaio, em carta direcionada ao seu filho Pio Sampaio³⁴, em 1936, mostra a sua vigilância sobre a atuação dos governos interventores no Ceará:

Seria bom se obter do alto governo (Getúlio Vargas) alguma reprovação do governo administrativo de Fortaleza: O presidente que se diga ser ele bom e justo..., mas quem dá poderes aos seus administradores, homem como o José Martins, que se vingá até quase a morte, só merece castigo, demissão, etc. Convém se dizer nas impressas que quem procede como Pimentel (Interventor estadual) Chama revolução, chama cangaceiros, rouba os cofres públicos e todos os males. (In: SAMPAIO, 2004, p 36)

Nessa conjuntura, a hierarquia católica percebia a unidade político-ideológica entre Igreja e o governo Republicano, como uma estratégia ideal para salvar o país das ideologias atéias e protestantes. Essa pretensão se faz presente em outra carta, a ele escrita, no mesmo ano, onde seu pai fazia referência à sua relação religiosa e de amizade com o padre José

³³ Jornal “O CETAMA” 19/05/1940 In: SAMPAIO: 1995, p. 79.

³⁴ Integralista e futuro deputado estadual.

Correia Lima, vigário da paróquia de Barbalha, e a sua preocupação com a propagação ideológica dos movimentos de inspiração liberal,³⁵ no município:

Pe. Correia vai trabalhar na matriz; vem resar o mez do Rozario aqui e vem às noites pernoitar aqui comigo, trará o rádio; este falará, contará e noticiará... Dizem que a maçonaria mui forte em Crato e Juazeiro, esta se alastrandando em Barbalha!!! Que Orror! (In: SAMPAIO: 2004, p 38)

Nos anos que sucederam a sedição de Juazeiro, o processo de romanização da Igreja era desfavorável ao Padre Cícero, que, proibido de exercer suas funções religiosas em decorrência do fenômeno do “milagre de Joazeiro”,³⁶ envolvendo o sacerdote e a Beata Maria de Araújo, havia viajado a Roma, em 1898, na intenção de reabilitar, junto ao papa Leão XIII, o direito de exercer suas funções religiosas. Convém ressaltar, que nesse tempo, relativo à ausência do Padre Cícero, a beata Maria de Araujo, que também protagonizou o “milagre”, ficou recolhida na Casa de Caridade de Barbalha, sob a responsabilidade do vigário paroquial, Manuel Cândido dos Santos.

Apesar dessa recepção do clero e da boa relação dos comerciantes da família Sampaio com o padre Cícero, após o movimento sedicioso, especificamente na década de 1930, atendendo à solicitação do Bispo Dom Francisco de Assis Pires, o Padre Correia, por ocasião das missas dominicais, alertava aos paroquianos para não venerar a sua imagem, por ele não ser reconhecido como santo católico.³⁷ Na mesma década, o bispo do Crato impulsionava e incentivava as atividades diocesanas identificadas com a romanização, entre elas, a fundação dos Círculos Operários.

A romanização da Igreja havia se legitimado no Cariri Cearense com a criação da Diocese do Crato, em 1915, pelo papa Bento XV, com o estabelecimento das Congregações religiosas estrangeiras e dos seus colégios católicos. Esse modelo de Igreja procurava se sobrepor ao catolicismo popular, presente nas tradições culturais do Cariri. Através do discurso anticomunista, atraía ruralistas, comerciantes, intelectuais e classe média local.

A recristianização e a romanização possibilitaram às camadas urbanas mais intelectualizadas, uma leitura da sociedade que vislumbrava o catolicismo com parceiro das suas aspirações político-sociais. Contextualizada nas diversas conjunturas, política, social e religiosa, que caracterizam e o Cariri, nas primeiras décadas da República, a promoção da

³⁵ Essa posição justifica as razões históricas de um imaginário negativo entre a população também em relação ao estabelecimento da Igreja protestante no município.

³⁶ Referencia à Ralf Della Cava.

³⁷ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, p.2.

cultura e da educação em Barbalha, foi respaldada pela Igreja Romanizada, contra o ateísmo, ao protestantismo, ao socialismo e a maçonaria.

O desejo de superação do atraso econômico atribuído ao movimento sedicioso de Juazeiro do Norte contribuía para a promoção do espírito desenvolvimentista dos agentes políticos locais, movidos pelo sentimento nacionalista e religioso vigente. Antecipando-se ao pacto entre a Igreja e governo, efetivado na década de 1930, a cultura e a educação local promovia a incorporação da religião pelo nacionalismo, onde fé e civismo se confundiam nas atividades culturais e educativas.

As primeiras décadas da República, em Barbalha, foram marcadas por empreendimentos no campo da educação, fazendo surgir de muitas escolas subvencionadas na zona rural, dirigidas e inspecionadas por educadores pertencentes às famílias dos proprietários das localidades onde elas se instalavam. Na cidade, o ensino se realizava ligado às entidades e movimentos educativos e culturais, na intenção de contribuir com a superação do atraso econômico e social pela educação, conforme o espírito de modernidade que caracterizou as primeiras décadas da república.

Os principais investimentos no campo educacional e cultural em Barbalha, antes da década de 1930, já retratavam essa característica, através da Casa de Caridade do Padre Ibiapina, Gabinete de Leitura de Barbalha, fundado em 1889, Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, em 1917, União Artística Barbalhense, em 1924, e do Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar, em 1922. Estas experiências associativas, lideradas por católicos, a seguir, relatadas na neste capítulo, contribuíram para a implantação do Círculo Operário São José, como expressão da Igreja romanizada no município. As instituições fundadas nas primeiras décadas da República se identificavam com o trabalho do Padre Ibiapina, preocupando-se com a saúde, a educação, a disciplina e a moral, como parte da formação da personalidade.

1.2.1A experiência sócio-educativa do Padre Ibiapina em Barbalha.

Inserido no contexto Geoambiental do semi-árido, o município de Barbalha- CE, igualmente às demais cidades sertanejas, se apresentava vitimado pelas secas periódicas e epidemias. Um cenário, que caracteriza a ausência e a deficiência de políticas públicas nas áreas da saúde e da educação. O conhecimento era subordinado ao poder econômico, privilégio das elites, que confiavam a educação dos seus filhos às congregações religiosas européias, cujos colégios, adotavam a orientação pedagógica centrada no catolicismo.

A Instrução era difícil, privilégio de poucos, o analfabetismo era regra geral; não havia escolas organizadas para os primeiros estudos; havia mestres, mal pagos pelo governo, que reuniam em torno de si poucos interessados. A não ser para os que procuravam a carreira do sacerdócio, ou para os que pretendiam estudar na Europa, os estudos eram considerados sinal de classe e distinção, e não uma necessidade. (BROD, 1980, p. 95)

Neste cenário, na década de 1860, emergem as ações do padre Ibiapina em Barbalha, como parte do seu trabalho sócio-pastoral no interior nordestino, orientado pelos valores do catolicismo popular, voltado para a moralidade e para os rituais de penitência.³⁸ Suas ações nesse município se materializam numa das Casas de Caridade construídas no Cariri cearense, no combate a epidemia de cólera, na construção de cemitérios, cacimbas, para viabilizar a utilização de água potável e na prática do catolicismo penitencial. Dessa última, resulta a formação das Ordens de Penitentes, de origem rural, integradas por camponeses nordestinos que praticavam o autoflagelo, como forma de purificação dos seus pecados.

O desenvolvimento urbano da vila de Barbalha, em 1861, descrito pelo senador Thomas Pompeu, um ano antes da chegada do Padre Ibiapina, se caracterizava pela existência de 300 casas, das quais, 100 eram cobertas de telhas e 200 de palha. Essa realidade é um indicador das condições econômicas e sociais da maioria da sua população, cuja pobreza, se materializava na falta de moradia e de condições sanitárias, permitindo a formação de um ambiente propício à propagação de doenças de veiculação hídrica, a serem por ele combatido.

A passagem do padre José Antônio Pereira de Maria Ibiapina, nos Cariris Novos³⁹, em outubro de 1864, atendia ao convite do vigário de Missão Velha, Pe. Felix Arnald Formiga. O seu trabalho social, no sul do Ceará, integrava as ações pastorais por ele desenvolvidas nos sertões nordestinos. Marcada pela hegemonia do catolicismo, Barbalha foi visitada pelo padre Ibiapina, onde, igualmente às demais localidades, por ele visitadas, se ergueu uma latada de palha, em frente à Igreja da Matriz, para abrigar o povo que recorria às suas pregações religiosas. Nesta cidade, o padre Ibiapina efetivou as suas ações voltadas para o fortalecimento espiritual e superação de problemas sociais que vitimavam, sobretudo, a população subalterna.

O município de Barbalha apresenta condições ambientais que o difere das demais partes do semi-árido nordestino, pelas condições geológicas e geomorfológicas da Chapada do Araripe, que possibilita a formação de florestas e de acumulação de água subterrânea. Condicionada por essas características, no município, jorram 36 fontes perenes, cujas águas

³⁸ Pela inexistência de diocese que centralizasse e acompanhasse as ações das paróquias, os agentes políticos e eclesiásticos locais, tinham a liberdade de projetar e empreender a promoção de obras assistenciais e educativas em nome da Igreja.

³⁹ Expressão que diferencia o Cariri Cearense, cuja ocupação, antecede o Cariri Paraibano.

escoam em áreas de encosta, conhecida como “pés de serra”. Desde a colonização, a apropriação particular dos recursos hídricos é vinculada à posse da propriedade particular da terra, pelos colonizadores e seus descendentes. Fator historicamente tem inviabilizado a socialização da água, principal recurso natural do Cariri, e contribui para as desigualdades sócio-ambientais nos municípios.

Essas desigualdades se manifestam na epidemia de cólera e outras doenças de veiculação hídrica, como sinais da marginalização social, decorrente da estrutura de poder vigente. Neste cenário, a retomada da construção da “Cacimba do Povo”, obra, há muito tempo paralisada localizada no Vale do Salamanca, em Barbalha, reflete a sensibilidade do padre Ibiapina, diante dos problemas gerados pela forma de apropriação particular da terra e da água potável. Essa realidade social, que excluía a maioria da população do acesso a esses bens, é típica de uma estrutura de poder, herdada da colonização, que priorizava o privado em detrimento do público, e que fora, denunciada pela imprensa da época, como um dos fatores determinante das desigualdades e do atraso social de Barbalha. O jornalista João Brígido ao se referir a esse problema, em 1864, no Jornal “O Araripe”, assim se referia à cidade de Barbalha:

..ela com vinte anos de existência não tem um graveto com que acender o lume, nem uma gota com que olhar a goela. E não estar situada nos pampas da cisplatina. É que o solo tem seu dono, que reserva as matas para seu uso, a água corre em delgados fios e tem seu senhorio. Quem de uma coisa precisa a vai mendigar. Foi triste a lembrança criar uma vila em terrenos que pertencem a particulares, foi julgar que os homens podem fazer de avestruz, congregá-los em sítio, onde não existe água potável para uso comum (Apud FILHO, p. 63)

A higienização foi uma das preocupações do Padre Ibiapina, onde, na sua defesa, exerce um trabalho educativo junto à população, apelando para mudança de hábitos e comportamento a entre os sertanejos, para lhes assegurar uma melhor qualidade de vida. O trabalho sócio-religioso-educativo do padre adota uma pedagogia e uma linguagem específica, de fácil compreensão e de convencimento do povo. A partir da sua autoridade espiritual, ele foi capaz de intervir, de forma significativa, na realidade social do município. Referindo-se à tentativa de socializar a água o Jornal “O Araripe” assim se expressava, referindo-se à cacimba construída do Vale do Salamanca: “O serviço feito por ele (Padre Ibiapina) em Barbalha é avaliado em mais de cinco contos de reis. E quanto se gastou em todo ele? Uma bagatela. Muito pode a palavra sadia de seus lábios”. (Apud FILHO, 1968, p. 63)

Na defesa da higienização a partir da utilização da água potável, o Padre Ibiapina incentivava a exploração terapêutica das águas das fontes da Chapada do Araripe, localizadas no Sítio Caldas, cujas curas de enfermidades passava a ser consideradas milagrosas, a ele

atribuídas, em nome do Bom Jesus dos Pecadores, padroeiro da localidade. A propagação da notícia de cura de doenças, a partir do banho, numa dessas fontes, atribuídas ao padre, promoveu romarias para o lugar, dando origem ao Povoado do Caldas, onde, entre outras obras, foi erguida uma capela pelo padre Ibiapina. Para a fonte se dirigiram pessoas procedentes de Pernambuco, Bahia, Paraíba e outros estados, em busca de tratamento de doenças, tais como, conjuntivite, infecções uterinas e doenças de pele. A divulgação das curas de doenças, a partir da fonte, atribuídas ao padre Ibiapina e as conseqüentes romarias para o local, se constituem num dos fatores de reação da Igreja romanizada contra ele.

DELLA CAVA, assim se refere a esse aspecto:

A obediência era um fator essencial para o sucesso das reformas de Dom Luis. Por esse motivo, não toleraria o bispo qualquer provocação do Padre Ibiapina que, em 1863, havia sido mandão embora de Sobral. Em 1869, informações provenientes do Cariri levaram ao bispo a tomar novas providências contra o famoso missionário. Ibiapina, ao que parece tornara-se objeto de veneração popular. Durante a sua missão em Barbalha, naquele ano, havia aconselhado uma mulher doente, e que lhe implorara uma cura, a banhar-se na fonte de Caldas, localizada na cidade. Quando a mulher regressou a Barbalha, três dias depois, completamente curada, Ibiapina foi saudado como “milagreiro”. Em sinal de agradecimento, o povo no local da cura erigiu uma capela a Bom Jesus dos Pecadores. Pouco depois, tornaram-se comuns e freqüentes as romarias a este e outros lugares do Vale do Cariri onde já tinham ocorridos episódios semelhantes. O assunto teria passado despercebido, caso o jornal do Crato não tivesse feito a publicidade do Ibiapina. Dirigido por José Joaquim Telles Marrocos, primo do Padre Cícero, o jornal A Voz da religião no Cariri, que fora fundado para incentivar a participação popular na obra de Ibiapina, passou a publicar com freqüência curas “milagrosas” atribuídas ao missionário. Em Julho de 1869, cinco meses depois de terem aparecido os artigos de A Voz, Dom Luis ordenou que cessasse todo e qualquer trabalho missionário no interior. Embora não se referisse a Ibiapina pelo nome, Dom Luis devia tê-lo em mente quando escreveu, no decreto, que as missões do interior haviam provocado “não poucos inconvenientes, com detrimento da disciplina eclesiástica e daquela paz e harmonia que deve reinar entre o próprio pastor e o seu rebanho...” Ibiapina partiu do Cariri, mas o seu legado continuou a irritar o bispo “romanizado”. (1976, p.36)

No campo lendário, parte da população católica do município, preconceituosamente justificou a perda do “poder miraculoso” da fonte, ao fato de nela, haver se banhado uma prostituta, “Coberta de feridas pelo pecado da carne”. (FILHO: 1904, p. 27) A forte convicção religiosa do povo católico não permitia a convivência do sagrado com o profano, num lugar orientado pelo padre Ibiapina para a cura de enfermidades. Mesmo no início da década de 1970, foi sob a justificativa de “sanear o local” da fonte, freqüentado por prostitutas, que o poder público local incorporou à fonte à exploração comercial das suas águas, a partir da construção de um balneário, a fim de promover o turismo, como alternativa para econômica para o município. É comum se ouvir entre os moradores mais idosos do antigo povoado, hoje distrito do Caldas, estórias herdadas dos seus ancestrais, sobre vários milagres, atribuídos ao Padre Ibiapina, na localidade.

O trabalho de higienização do padre estendeu-se à construção de cemitérios, por ocasião do surto epidêmico da cólera, iniciado em 1862, na região. A cólera no município de Barbalha surgiu em junho, mas somente em julho “tornou-se fraca e sempre benigna.”⁴⁰ O número de doentes numa população de 12.000 habitantes foi de 4.000, dos quais morreram 176. Em toda comarca do Crato foram adoeceram 12.380 pessoas, das quais, morreram 963.⁴¹

Devemos considerar, que no sistema de padroado, os sepultamentos, associados ao fator religioso, eram de responsabilidade da Igreja Católica. Esta, só perde o controle dos sepultamentos, com a secularização dos cemitérios, quando se o estabelece o Estado laico, após a proclamação da República. No caso de Barbalha, a construção do seu cemitério público, se deu a partir de 1900, onde, mesmo correspondendo ao período republicano, a sua administração ficou sob a responsabilidade da Paróquia, até o final do século XX. O investimento público em Barbalha neste setor, na época do Império, era deficiente, não atendendo as exigências de higienização. A falta de cemitérios e a devoção aos santos promoviam uma prática cultural de sepultamento dos defuntos das elites, dentro e fora da Igreja Matriz de Santo Antônio. Fato, que deixava a população católica que a freqüentava às missas, vulnerável contaminação de doenças, pelo contato com os micróbios dos corpos petrificados e decompostos.

Essa condição é abordada pelo médico e historiador cratense, Irineu Pinheiro, referindo-se à falta de higiene na Igreja Matriz de Barbalha.

Eram as igrejas naqueles tempos, não exageremos, repugnantes muitas vezes aos sentidos de pessoas delicadas. Em 05 de Dezembro de 1857, o semanário cratense, ‘O Araripe’ atacou veementemente o vigário de Barbalha, por se verem ossadas humanas no corpo da Matriz daquela paróquia, e do lado de fora do templo. (PINHEIRO, 1950, p 255).

“Crânios e mais ossadas humanas, disse o mencionado periódico, estão a granel pelo corpo da igreja, e até por maior desprezo encontram-se porção pelo lado de fora exposto ao tempo e aos animais” (O Araripe, apud PINHEIRO, p. 255)

Durante a epidemia de cólera, o padre Ibiapina se preocupava com a higienização no ritual dos sepultamentos, considerando a possibilidade do contágio da doença. Para estes fins, construiu cemitérios, nas áreas periféricas mais altas da cidade e na zona rural. Contudo, o poder público, com o tempo, desconsiderou a função social e cultural do “Cemitério dos coléricos”, de Barbalha, permitindo expansão urbana sobre ele, dando origem ao Bairro do

⁴⁰ PINHEIRO, 1950, p.p. 130-133.

⁴¹ POMPEU In: O Ceará na independência do Brasil - Cólera no Cariri 1862 – 1864 Apud PINHEIRO: 1950, 130.

Rosário. Outro campo de atuação do Padre Ibiapina junto aos sertanejos foi a formação religiosa dos camponeses orientada pelo catolicismo penitencial

No caso de Barbalha, essa realidade se expressa na fundação das “Irmandades dos Penitentes,” formadas por camponeses que praticavam o autoflagelo, na cidade e na zona rural, como forma de purificação dos pecados, culturalmente influenciados pelo catolicismo penitencial. FILHO (1904 p. 96), referindo-se a esses homens que praticavam o autoflagelo, em 1862, assim a eles se refere: “Sempre houve no Cariri, inda hoje existem em alguns municípios, companhias de penitentes, que se fustigavam com disciplinas de ferro, às horas da noite. Mas em Barbalha, uma vez, disciplinaram-se em pleno meio dia, ao pino do sol”

O jornalista João Brígido, opositor do pároco de Barbalha, padre Pedro de Castro e Silva, em seu artigo na sessão “Miscelânea” do Jornal “O Araripe” de 19 de outubro de 1862, assim descreve a prática do autoflagelo dos penitentes nesta cidade.

Ao meio dia em ponto encontram-se bandos confusos de homens descalços e meios nus, cantando alto e descompassado, se rasgam as carnes com disciplinas! Que desordem, que assuada é esta? Perguntam os estranhos aos costumes da paróquia. São penitentes que se açoitavam por que a cólera estava por vir, e agora se açoitavam por que não têm o que fazer. Fazem-no com licença do pároco (Apud. FILHO, 1904, p.p. 96 – 8)

Pelo enunciado, identificamos que os Grupos de penitentes em Barbalha antecedem a chegada do padre Ibiapina ao Cariri, e que, seus rituais associados ao catolicismo penitencial, se intensificam na intenção de se protegerem da cólera que ameaçava a chegar à região. O Jornal, também, indica a prática desses rituais católicos de penitência, sob a legitimidade da Paróquia. Assim, tudo faz crer, que o exercício da penitência, por eles praticados, como prática religiosa de purgar os pecados, para se livrarem da cólera, tenha sido, espiritualmente orientada pelo padre Ibiapina, que também, combatia a doença do ponto de vista material. Igualmente ao vigário de Barbalha, a legitimidade religiosa do catolicismo penitencial exercido pelos penitentes, pelo Padre Ibiapina, possivelmente, tenha lhes dado maior projeção no cenário sócio-religioso do município.

O trabalho religioso do Padre Ibiapina em Barbalha se projeta como uma experiência educativa operacionalizada sob a influência do catolicismo, e que, se antecipa à educação católica, da Igreja romanizada, nas primeiras décadas de República. A sua atuação, em sintonia com as classes marginalizadas, representadas por crianças órfãs e mulheres desvalidas, sinaliza a interação do seu trabalho com a população subalterna. O clero romanizado se mantinha distante do povo, que continuava a exercer suas práticas religiosas,

ligadas ao catolicismo popular, indiferente aos conflitos internos da Igreja. A perseguição da hierarquia católica aos padres Ibiapina e Cícero Romão, foi uma forma da Igreja romanizada impedir a valorização e a propagação de suas respectivas ações missionárias e educativas voltadas para o catolicismo popular, junto à população sertaneja.

1.2.1.1A Dimensão Educativa dos Estatutos da Casa de Caridade de Barbalha - CE.

A construção da Casa de Caridade do município de Barbalha expressa a colaboração entre a Igreja e as elites católicas de origem agrária, que representavam a hegemonia do poder político local. A boa interação entre as elites locais e o clero, na época, sinaliza o caráter do catolicismo como religião oficial do Estado, determinada pelo sistema de padroado. Nesse contexto, ocorreu a intervenção sócio-religiosa do Padre Ibiapina no município de Barbalha – CE, através da Casa de Caridade.

Trata-se de uma edificação construída em terreno doado pelo Sr. Mendo de Sá Barreto, descendente do fazendeiro Francisco Magalhães, que integrava a fazenda onde foi construída a capela de Santo Antônio, e em torno dela, ocorreu o crescimento urbano que deu origem à cidade. Da mesma forma, Pedro Lobo contribuiu para a obra com quarenta reis, ocupando o cargo de regente da instituição inaugurada em 28 de março de 1869.⁴² As Casas de Caridades do padre Ibiapina consistiam em edificações para o exercício da prática da caridade, e funcionavam sob rígida formação moral e religiosa.

Numa sociedade marcada pela falta de escolas, as casas de caridade se constituíam em importantes empreendimentos educativos, priorizando crianças “órfãs”, “pobres” e “desvalidas” entre 5 a 9 anos. Atendendo, também, filhas de fazendeiros e comerciantes locais, a serem alfabetizadas e receberem orientação religiosa. Daí, se justificar, parte do interesse de colaboração das elites locais, com a obra do Padre Ibiapina.

Assim como as 18 outras casas de caridade, que foram construídas em outros lugares do Nordeste árido, destinavam-se a servir as filhas dos fazendeiros e dos comerciantes ricos, de orfanatos para as crianças das classes mais pobres, de centro para manufaturas de tecidos baratos e, consonante a própria ambição de Ibiapina, de convento para sua congregação de freiras. As elites do vale, cujas filhas seriam educadas nas casas de caridade, apoiaram com vivo interesse as iniciativas do missionário, doando terras e rendas às escolas dos conventos. Coube aos pobres dar, generosamente, o seu trabalho, acreditando que Ibiapina, assim como Frei Vital e no Século XVIII, era um profeta, dotado do poder de fazer curas. (DELLA CAVA, 1976, p. 34)

⁴² PINHEIRO, 1950, 157.

No caso de Barbalha, “escolheram Pedro Lobo de Menezes, primeiro benfeitor, por ter ele presenteado a nova instituição com a importância de dez contos de réis, elevadíssima referência àquela época” (PINHEIRO: 1950. p. 157)

Conforme a ata de instalação, a Casa de Caridade de Barbalha:

Aos 28 de Março de 1869, sendo este dia domingo de Páscoa, foi instalada a Santa Casa de Caridade desta vila de Barbalha pelo seu fundador e benfeitor da mesma, o Reverendo Padre Mestre José Antonio de Maria Ibiapina, com o número de vinte e três pessoas, como se verá no mapa seguinte, nomeando na mesma ocasião os empregados da Casa, como abaixo se verá; e para constar em todo o tempo, eu, o regente da Casa, faço este termo em que me assino. Barbalha 29 de Março de 1869. Pedro Lobo de Menezes.

Conforme seus estatutos⁴³ a função educativa da Casa de Caridade de Barbalha se divide em três etapas, intituladas de primeira, segunda e terceira educação:

- a) A primeira educação - priorizava a alfabetização (“ler”, “escrever” e “contar”) e a aprendizagem da doutrina cristã.
- b) A segunda educação - consistia na aprendizagem de “trabalhos manuais” relacionados à arte de tecer, fiar, fazer sapatos e outros.
- c) A terceira educação - estando a órfã em idade, voltada à preparação para o casamento, “as custa da Casa de Caridade”.

De um modo geral, as Casas não aceitavam pensionistas, visando não atrapalhar a sua funcionalidade e seus objetivos. No entanto, dependendo das circunstâncias, se abria espaço para eles, satisfazendo as exigências da idade estabelecida para as órfãs, isto é, de 5 a 9 anos, e sujeitos a um regulamento específico. Nesta condição, atendia a outras crianças, filhas de fazendeiros e comerciantes locais, onde, eram alfabetizadas e iniciadas no catolicismo. Nesse modelo de educação, o ensino religioso, profissional e a escolarização visavam eminentemente à preparação da mulher para a vida doméstica, tendo o lar como continuidade da sua vida social, após deixar a casa de caridade.

Apesar de priorizar as órfãs, a instituição, também, recebia mulheres para exercício de algumas atividades necessárias ao seu funcionamento. Estas passavam por uma experiência de seis meses, “como noviciado”, para se observar a “sua conduta, amor ao trabalho e a verdadeira religião”. Estas, nas horas livres do trabalho, também, deveriam ser alfabetizadas e receber os ensinamentos doutrinários do catolicismo. Somente após aprovada a sua “conduta”, “amor ao trabalho” e “humildade”, e estando, em “idade conveniente”, a Casa as reconhecia como aptas à vida doméstica. A opção religiosa, na condição de “Irmãs de Caridade”, “beatas”, era apresentada às mulheres que não optassem pelo o casamento. Além

⁴³ Apud PINHEIRO, 1950.

destas, para as atividades de funcionamento, existia as “Mestras”, cargo nomeado, que auxiliavam na coordenação e repassavam os conteúdos de formação, as Cozinheiras, e as Roupeiras.

1.2.1.2 A hierarquia

O êxito do trabalho educativo, na concepção religiosa do Padre Ibiapina, dependia de uma rígida formação moral e doutrinária. O funcionamento das Casas de Caridade se dava a partir de uma estrutura hierárquica, formada por internos, funcionários, beatas, sob a supervisão de uma “Irmã Superiora”, que governava a instituição, subordinada a um “Inspetor Geral”. A este último, cabia o controle funcional das várias instituições que compunham a rede de Casas de Caridade, distribuídas no nordeste. O inspetor atuava como “instituidor” da entidade, dirigindo e assistindo as Casas, implantando a uniformização do sistema de trabalho e da moralidade.

Uma das principais atribuições do cargo de superiora consistia na divisão de trabalho e no acompanhamento dos ensinamentos doutrinários, objetivando o funcionamento regular da instituição, cujas atividades obedeciam a um planejamento. Existia o “Conselho das mulheres mais prudentes e discretas da Casa”,⁴⁴ que se reunia quinzenalmente, lideradas pela irmã superiora, e que, auxiliava a administração a tomar decisões importantes, relativas à sua funcionalidade. Eram atribuições do conselho: deliberar sobre meios de melhorar os costumes da Casa, determinar o aumento do trabalho e facilitar a sua execução, além de corrigir os abusos que ocorressem no interior da entidade.

As reuniões eram coordenadas pela superiora e se desenvolviam disciplinadas por regras, visando melhorar a interatividade e espírito colaborativo. Cada constituinte do conselho tinha a liberdade de expor suas opiniões, que, depois de discutidas e aceitas, eram assumidas coletivamente, ficando registrados em ata por sua secretária. O artigo 18º do Estatuto das Casas de Caridade trata essa instância, como “um corpo vivo reclamando em bem da caridade, não se acovardando. Reclamando com doçura, sim, mas com empenho em favor da caridade.” O estatuto proibia seus membros de falarem ao mesmo tempo e destituía a superiora do cargo durante o momento em que ela estivesse se expressando, durante as reuniões, oportunidade, em que o seu cargo passava a ser ocupado pela vice-superiora. Essa norma estatutária existia na intenção, de que, suas opiniões não fossem efetivadas fossem manifestadas na condição de superiora, e sim, como membro da casa.

⁴⁴ Estatuto da Casa de Caridade de Barbalha, apud PINHEIRO, 1950. p. 151.

Na composição da hierarquia administrativa, existia a Irmã visitadora, considerada como “Superiora das Superiores”, responsável pelo cumprimento do regulamento e funcionamento das Casas de Caridade. Estas visitavam anualmente as instituições, com o poder de destituir e remover as superiores das suas respectivas Casas, as quais deveriam ser fechadas, caso fizessem resistência às suas determinações. Conforme os Estatutos a “Casa abandonada” ficava “fora do circuito das casas de Caridade”. É a ela, ou, ao Inspetor geral, a quem as superiores deveriam recorrer “nos casos graves” que ocorressem no interior das Casas. Quando impossibilitada, a visitadora era substituída por outra irmã, com as mesmas atribuições e poderes administrativos.

1.2.1.3 O Trabalho e as Correções

Conforme os Estatutos, para contemplar a educação profissional, as Casas de Caridade dispunham de teares de tecelagem, que atendiam a demanda, das internas. Aconselhava-se priorizar os trabalhos “mais lucrativos”, em caso de dúvida, em relação às “vantagens”, devia-se recorrer ao Conselho. Para desenvolver a economia doméstica da Casa, buscava-se o investimento em outras atividades, agregadas à “segunda educação”. O artigo 24º do Estatuto determina que “A irmã superiora não se contente com a indústria atual, mas descubram outras que facilitem o trabalho e o ganho”. A autoridade no funcionamento das Casas de Caridade está associada à aplicabilidade das coerções, com vista à preservação dos padrões morais adotados e a atender os objetivos para os quais elas foram criadas.

Nesse sentido, a finalidade da instituição deveria ser alcançada pelo trabalho e pela educação. Os “meios punitivos e corretivos” cumpriam um papel educativo, sendo aplicados, de acordo com as circunstâncias e determinações do Regulamento Interno das Casas. Conforme o Artigo 15º dos seus estatutos, as “mulheres do trabalho e ainda a irmã de caridade que desobedecerem à superiora, repreendidas e castigadas, se tornarem incorrigíveis, serão lançadas fora da Casa”. O artigo seguinte determina que estas, “jamais serão recebidas em Casa alguma de Caridade”. Como se percebe, primava-se pela obediência aos padrões morais e ao respeito à hierarquia estabelecida nos estatutos da rede de Casas de Caridade, excluindo as mulheres, cuja índole, para a instituição, não eram compatíveis com o seu espírito religioso e a ordem

1.2.2 O Seminário Diocesano do Crato

A fundação de seminários, dioceses e colégios confessionais se constituíram numa ação política da Igreja romanizada, para se contrapor aos seus adversários ideológicos, o liberalismo e o comunismo.⁴⁵ Entre os anos 1874 a 1878, Dom Luiz Antonio dos Santos, bispo de Fortaleza, fundou o Seminário Diocesano São José, na cidade de Crato - CE, com a colaboração do Coronel Antonio Luis Filho, padrinho de batismo do Padre Cícero.⁴⁶ O seminário do Cariri foi a principal instituição de ensino do interior da província do Ceará do século XIX, sucedendo, ainda no império, as Casas de Caridade do Padre Ibiapina, e antecedendo ao Gabinete de Leitura de Barbalha, fundado em 1989. O estabelecimento dos seminários eclesiásticos atendia as recomendações do Sacro Concílio Tridentino.⁴⁷ Para D. Luiz Antônio dos Santos, tinham como objetivo, a formação e a instrução dos clérigos nas ciências e nas virtudes cristãs, obras consideradas de “tão grande alcance moral e civil”.⁴⁸

Segundo DELA CAVA

... procurava inaugurar uma nova era na qual a Igreja e o seu clero liderariam a substituição do “catolicismo colonial” do Brasil pelo “catolicismo universalista” de Roma, com toda a rigidez hierárquica, moral e doutrinária que tal transição implicava. Assim fazendo, Dom Luiz foi o precursor do trabalho desenvolvido, a longo termo, pela hierarquia no sentido de “romanizar” o catolicismo brasileiro. (...) A própria região era relativamente próspera e tanto os comerciantes locais como os fazendeiros defendiam com entusiasmo o estabelecimento no Crato de um internato de educação secundária... Por ser uma das duas únicas escolas de formação de toda província, excluindo-se o seminário de Fortaleza, tornou-se uma instituição muito prestigiada, assegurando ao Crato o monopólio da instrução em todo Vale. (1985, p.p. 35 - 38)

Dessa forma, a institucionalização e difusão da educação católica, no Cariri, foram pautadas no contexto da romanização, numa articulação entre o poder local e o clero, contra a ideologização do Estado pelo liberalismo e o comunismo.

Conforme, NAGLE (1974: p.21)

⁴⁵ A influência do liberalismo no Cariri tem origem no movimento republicano de 1817, deflagrado no município do Crato pelo seminarista José Martiniano de Alencar, cujo principal opositor era o monarquista Pinto Madeira.

⁴⁶ A fundação do Seminário São José demonstra a articulação das elites de tradição agrária com o clero e uma retribuição da Igreja ao município do Crato, cuja população, em anos anteriores havia contribuído com construção do Seminário de Fortaleza atendendo ao pedido de D. Luiz.

⁴⁷ O Concílio de Trento, foi o 19º concílio ecumênico da Igreja Católica, realizado de 1545 a 1563. Convocado pelo Papa Paulo III com o objetivo de assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, contextualizada na Reforma da Igreja Católica e a reação à sua divisão, na Europa resultante da Reforma Protestante, razão pela qual é denominado como Concílio da Contra-Reforma. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio_de_Trento> Acesso em: 03 Mai. de 2007)

⁴⁸ PINHEIRO, 1950: p. 165;

Os nacionalistas defendem o autoritarismo dos governantes e se opõem aos ideais do liberalismo político. Além disso, a intervenção do nacionalismo com o catolicismo leva-os a criticar a civilização material do mundo moderno e não aceitar a instituição do ensino leigo. O elo final do encadeamento é a pregação da doutrina da disciplina e da ordem.

Para FILHO (1966: 112 – 14), “a afloração de estabelecimentos de ensino, em plagas sul cearenses, após a reabertura, em Crato do Seminário Diocesano, foi impressionante (...) tendo a Igreja como “colaboradora de primeira ordem em todo esse movimento”. O seminário São José, impulsionou a educação no sul do Ceará, tendo como reitor o Padre Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva.

Conforme PINHEIRO

Durante longos anos foi ele, nos largos sertões do nordeste, uma ilha, a única, em que instruía a juventude sertaneja de cinco Estados brasileiros: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. Poderíamos acrescentar a Bahia. Em 1894 e 95 estudaram dentro dos seus muros moços da cidade baiana de Remanso, à margem do Rio São Francisco, distante do Crato Cerca de umas centenas de léguas. (1950: p.166)

A Diocese do Crato foi criada em 20 de outubro de 1914, pelo Papa Bento XV, através da bula “*Catholicae Ecclesiae*”, tendo como primeiro bispo D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, nomeado em 10 de março de 1915. Uma das suas primeiras iniciativas foi a implantação cursos de Teologia e de Filosofia do Seminário São José, em 1922, primeiros cursos de ensino superior do interior do Ceará. A criação da Diocese contribuiu para o estabelecimento de varias congregações religiosas européias no Cariri, com seus respectivos colégios.

O trabalho educativo e cultural da Diocese do Crato foi continuado pelos bispados que sucederam D. Quintino, resultando na criação da Fundação Padre Ibiapina⁴⁹. Entidade diocesana, que manteve a Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), cujos cursos, foram incorporados à Universidade Regional do Cariri (URCA), quando da sua criação, em 1986.

⁴⁹ Entidade sócio-educacional da diocese do Crato – CE foi fundada em 1868 sob o nome de Casa de Caridade do Crato, constituída em 04/04/1966, por Dom Vicente de Paulo Araújo Matos, de caráter filantrópico, reconhecida de Utilidade Pública por Lei Municipal n° 717/65, Lei Estadual n° 8.198/65, Decreto Federal n° 59105/66, tem registro no CMAS n° 0002/99, e no CNAS Proc. N° 440006.002393/97-07. Oferece serviço à comunidade nas áreas: social, educacional e de saúde. Tem por finalidade incentivar a promoção do homem da cidade e do campo, dando-lhe oportunidade de desenvolver uma consciência de sua responsabilidade em face do trabalho de organização e desenvolvimento da sua comunidade. A história da F. P. I. pode ser dividida em três períodos: de 1868 a 1955 – caracterizado pela atenção dedicada às órfãs no trabalho artesanal, no ensino das letras, música e catequese; de 1955 a 1966 – atualização das estruturas da instituição através da modernização de princípios e métodos; 1966 até a contemporaneidade – aglutinação dos setores de ação sócio-educacional da Diocese de Crato, em torno de uma única administração, constituindo-se em uma nova entidade, a Fundação Padre Ibiapina. Disponível em: <<http://www.fundacaopadreibiapina.org.br/first.html>> Acesso em 2 Ago. 2008.

Além das escolas confessionais, a Diocese mantém, atualmente, a Faculdade Católica, criada no bispado de Dom Fenando Pânico.

1.2.3 O Gabinete de Leitura de Barbalha.

Os associados do Gabinete de Leitura mantinham “deste o ano de 1890, uma escola noturna para meninos pobres”. Da mesma forma, atuava a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, fundada em 1917, com uma escola em dois turnos, o diurno, destinada as meninas, e noturno, destinadas a meninos. Sendo a educação feminina confiada à professora Senhorina Antonia Duarte Magalhães e a masculina a “um associado ou pessoa por ele (o Gabinete) indicada”. (SOBRINO, 1987 p. 35 – 6)

O funcionamento desses educandários revela duas constatações: a primeira, quanto à legitimação do caráter classista e filantrópico da promoção do ensino estabelecido pela “Escola do Gabinete”, a segunda, à institucionalização da divisão da educação por sexo, com o horário diurno, destinado às mulheres, e o noturno, aos homens. Ao se convencionar a escola noturna para os homens, a sociedade, culturalmente, associa e legitima a participação masculina ao trabalho diurno. Nessa ótica, em 1923, foi criado um curso secundário noturno ligado ao Externato São José, com exclusividade para os “rapazes (trabalhadores) do comércio”, tendo como protagonistas, os Drs. Nilo Carleial e Joaquim Alves de Oliveira, e que funcionou numa das salas do Gabinete de Leitura. Reafirmando a tradição, de associar o ensino noturno à classe trabalhadora, o prédio do Gabinete de Leitura, na década de 1970, voltou a sediar a “Escola do Comércio”, destinada aos trabalhadores deste setor, e das indústrias, que não dispunham de tempo para estudar nas escolas diurnas.

Conforme, COSTA, os Gabinetes de Leitura eram instituições culturais, espalhadas no país, influenciadas pela fundação do Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1837, idealizado por imigrantes portugueses. No Rio de Janeiro, essa instituição, além de advogados e jornalistas, agregava comerciantes portugueses que haviam migrado para o Brasil fugindo da perseguição ao absolutismo.

É possível que ao se preocuparem com o nível de instrução de seus compatriotas e ao quererem incutir em muitos o gosto pela leitura, os fundadores do “Gabinete” tenham sido inspirados pelo exemplo vindo da França, onde, logo seguir à revolução de 1789, começaram a aparecer as chamadas “boutiques à lire”, que nada mais eram do que lojas onde se emprestavam livros, por prazo certo, mediante o pagamento de uma determinada quantia. Os “gabinetes de leitura” criados no Brasil pelos portugueses - o do Rio de Janeiro foi o primeiro, mas mais tarde virão os do Recife (em 1850) e o de Salvador (em 1863) - diferenciam-se, entretanto, daqueles estabelecimentos franceses por uma característica: é que neles não se fazia qualquer pagamento pelo empréstimo do livro. O sócio, ou o leitor consultava-o na biblioteca ou levava-o para casa, sem que isso implicasse, para ele, em qualquer encargo.

Seguindo o exemplo dos “gabinetes de leitura” de raiz portuguesa e ainda na segunda metade do século XIX, surgiram, impulsionados pela maçonaria e pela república positivista, em várias cidades do interior do Estado de São Paulo, instituições semelhantes que também eram denominadas “gabinetes de leitura” e que foram transformadas depois em bibliotecas municipais.⁵⁰

O Gabinete de Leitura de Barbalha, através do poder público municipal, homenageou o Real Gabinete Português do Rio de Janeiro, com a denominação, da data da sua fundação, “14 de maio”, a uma das ruas da cidade, onde ele se localiza. A inauguração da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura do Rio, em 1889, logo após a abolição da escravatura, coincide como o ano de sua inauguração do Gabinete de Leitura de Barbalha. Igualmente ao Rio de Janeiro, a agremiação barbalhense, investiu na criação de uma biblioteca para elevar os conhecimentos dos seus sócios. A pesar de, na época, “ainda não está de acordo com os fins para os quais foi fundado o Gabinete”.⁵¹

Diversamente dos espaços consagrados à consulta e leitura dos livros somente em suas dependências, os gabinetes de leitura favoreceram a prática da leitura domiciliar. Muito embora alguns gabinetes possuíssem salas de leitura, a possibilidade de levar o livro para casa permitiu uma utilização diferenciada destes artefatos, isto é, a leitura em voz alta para os outros ou com os outros, quando exige a sociabilidade do ritual, e a leitura silenciosa e individualizada, na privacidade do quarto ou do gabinete doméstico. (...) (SCHAPOCHNIK, Nelson. In: CAVALCANTE (Org.) et al. 2008, p.173 -182 – 3)

Numa conjuntura marcada pelo fim da escravidão, a inauguração da Biblioteca do Gabinete do Rio de Janeiro contou com a participação da princesa Isabel, do conde D’EU e do abolicionista Joaquim Nabuco. Esse fato remete à coincidência de o Gabinete de Leitura de Barbalha, investir na criação de sua biblioteca e ter o intelectual abolicionista, José Joaquim Teles Marrocos⁵², como professor da sua escola noturna. Este havia sido expulso do Seminário da Prainha, em Fortaleza – CE, por ser filho do Padre João Marrocos Teles, com uma escrava.⁵³ O magistério, por ele exercido, expressa a liberdade de participação de abolicionistas negros católicos na instituição, considerando, ser esse professor, o principal

⁵⁰ Disponível em:<[http:// www.realgabinete.com.br/htm/rgpl.htm](http://www.realgabinete.com.br/htm/rgpl.htm)> Acesso em 13 Jun. 2006.

⁵¹ SOBRINO, 1987, p.37.

⁵² Nasceu em Crato – CE em 26 de novembro de 1842. Como jornalista realizou pujante atividade, tanto em Fortaleza, como no Rio de Janeiro em prol da abolição da escravatura.No Rio, com José do Patrocínio e Carlos Laet, fundou o Jornal abolicionista “A cidade do Rio”. Em oficinas situadas num armazém do cento da cidade, esse jornal era composto por artesãos gráficos, que reuniam manualmente letra por letra. Sua redação era formada por um grupo de amigos intelectuais e políticos. Na iminência da abolição “A cidade do Rio” era disputada por comerciantes e comerciários públicos. Além da “Voz da Religião no Cariri” e “A cidade do Rio”, José Marrocos foi redator de “A Vanguarda”, no Crato; “O libertador “ em Fortaleza; fundou o Jornal do Cariri em Barbalha e em Juazeiro foi grande colaborador do jornal “O Rebate”, seminário fundado pelo padre Joaquim de Alencar Peixoto. (MENEZES, 1988, p.p. 6-7)

⁵³ OLIVEIRA, Apud. BELISÁRIO In: Revista de História da Biblioteca Nacional - 06.04.2009.

propagador dos supostos milagres de Juazeiro, atribuídos ao seu primo, o padre Cícero. Com isto, podemos aventar que essas instituições se identificavam com espírito abolicionista da época.

Neste cenário, a educação e da cultura era protagonizada e exercida pelas elites que mantinham a influência na vida política e econômica do município, desde a época do Império. Apesar de sua origem monárquica, a atuação cultural do Gabinete de Leitura de Barbalha, em seus primeiros anos, correspondentes às primeiras décadas da República, foi uma das mais significativas instituições educativas e culturais do município.

A personalidade, o espírito intelectual e a origem social dos seus fundadores e associados, refletem a exclusividade das elites no domínio e controle da cultura nesse período. A fundação do Gabinete de leitura de Barbalha, a exemplo do Rio de Janeiro e de outros locais, contou com a participação de influentes intelectuais. Seus protagonistas eram de famílias de tradição agrária e católica, participantes da vida política, num meio urbano, culturalmente influenciado pelos valores do campo, cuja economia, canavieira, condicionava a funcionalidade de dezenas de engenhos de rapadura. Contudo, a Escola do Gabinete de Leitura, abria espaço para a participação de um professor pardo, intelectualizado, apesar dos abolicionistas e intelectuais, de forma geral, haverem sido excluídos pelo regime republicano, nas suas primeiras décadas.

O Gabinete de Leitura de Barbalha representa a intenção política de projeção do município no cenário estadual e nacional, a partir da cultura. Suas instalações foram planejadas para o funcionamento de um internato, que, no entanto, nunca chegou a se utilizado para esses fins. As experiências culturais e educacionais dessas instituições se assemelhavam às da Igreja e do Estado, no sentido, de se evitar qualquer conteúdo ideológico que se confrontasse com os padrões de moralidade, da fé, do civismo e da ordem social que se integravam à estrutura de poder. Dessa forma, a promoção da educação e da cultura assumia um papel mais instrutivo, do que, de formação da consciência do indivíduo perante o seu meio social, que lhe possibilitasse reivindicar a cidadania diante das normas e doutrinas políticas e religiosas da época. O atraso na educação, não oferecia aos pais opções de matrículas dos seus filhos, assim, as instituições educacionais, como no caso, a Escola do Gabinete de leitura, agregavam e instruíam jovens de diferentes classes sociais.

SOBRINO faz referencia às atividades educacionais do Gabinete de Leitura como uma das poucas alternativas para a população de Barbalha.

A sua biblioteca por demais ainda deficiente, não está de acordo com os fins para os quais foi fundado o Gabinete. Mantém, no entanto desde 1890, uma escola noturna para os meninos pobres com regular matrícula anualmente de alunos, prestando

relevantes serviços aos filhos da terra. Muitos barbalhenses que hoje figuram nas letras, na magistratura e no clero, devem o seu início na escola do Gabinete que tem sido o maior padrão de glória para Barbalha. (1987, p. 37)

A escola convergia pessoas de diferentes classes sociais, onde, a sala de aula não refletia, à primeira vista, um ambiente de segregação. Essa característica no ensino público se estendeu até a década de 1950, quando foram inaugurados os colégios confessionais, católicos, atraindo a clientela das elites locais e regionais, em detrimento da população pobre, que continuou estudando nas escolas públicas. A adoção da divisão do ensino por sexo se apresenta como um dos impactos culturais na educação decorrentes da institucionalização dos colégios católicos no município.

Os fundadores e educadores católicos do Gabinete de Leitura de Barbalha personalizavam a influência da religiosidade católica na Educação. Referindo-se a estas entidades no Brasil, SCHAPOCHNIK afirma que

Em grande medida estes novos contextos de leitura foram organizados em sociedades de caráter privado, daí a necessidade do pagamento de uma jóia ou ainda a aquisição de ações, cujo valor variava de acordo com o público pré-figurado nos estatutos da instituição ou em função dos equipamentos disponibilizados ao associado. Mesmo diante da heterogeneidade sócio-cultural dos freqüentadores, cujo grau de escolaridade e padrão de riqueza variava consideravelmente, estas associações transformaram-se num espaço privilegiado de convivência social, convertendo-se num bastião de reconhecimento individual, numa instância de autopromoção, cujo elo de pertença conferia ao associado uma aura honorífica ou, ainda, um local de reiteração de laços identitários de comunidades imaginárias radicadas no império brasileiro. A distribuição dos cargos (presidente, secretário e tesoureiro) guardava uma correspondência com a dignificação e o reconhecimento de seus ocupantes por parte da comunidade dos sócios-leitores, mas também era respaldada pela competência intelectual, ou ainda, pela disponibilidade financeira. (Idem. p. 173)

Estudo aqui realizado, não encontramos a presença de mulheres nos seus quadros de sócios, resquício cultural da sociedade patriarcal, agrária, que excluía a mulher da vida política e cultural.

1.2.4 A Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo como reflexo do nacionalismo e exigência da modernidade.

A primeira guerra mundial (1914 – 1917) despertou a comparação entre os países, e, com isto, desenvolveu-se o espírito nacionalista. Essa realidade favoreceu o surgimento das Ligas Nacionalistas⁵⁴, tendo como função, incentivar o patriotismo e adaptar os centros

⁵⁴ A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 97 de setembro de 1916, e seus diretórios expandiram-se por diversos estados. Dentro desse mesmo ideal surgiram outras, como a Liga Nacionalista do Brasil e as ligas

urbanos à nova forma de vida da modernidade industrial. A escolarização, que ganhava projeção na década de 1920, era considerada uma condição indispensável para a concretização das inspirações dos nacionalistas. A defesa da educação se projeta como uma resposta dos intelectuais à estagnação das políticas educacionais republicanas. Os empreendimentos educacionais do município, a partir dessas desse período, passam a se preocupar com a extensão da escolarização das massas, caracterizado pelo elitismo cívico-higienista, numa perspectiva da educação integral, assistida pelo Estado.

A fundação da Liga Cearense Contra o Analfabetismo (LCCA) e da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, em 13 de maio de 1917, como as demais espalhadas no Brasil, era ideologicamente orientada pelas das Ligas Nacionalistas. A Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, criada pelo advogado rábula, José Bernardino de Carvalho Leite, se constituiu na primeira experiência significativa da república na educação do município, inspirada nos ideais de modernidade. Representa o espírito nacionalista dos seus protagonistas a sua busca de espaços de atuação política no campo educacional na república.

Em relação às Ligas Nacionalistas

Vargas utilizou-a para subir ao poder, eliminando-a após tê-lo em suas mãos, devemos lembrar que o integralismo provém das Ligas Nacionalistas criadas na 1ª República, quando Olavo Bilac criava um 'nacionalismo patrioteiro' parnasiano. As Ligas se constituíam numa resposta conservadora aos movimentos sociais operários urbanos vinculados ao socialismo libertário em São Paulo, ou à social-democracia alemã, no Rio Grande do Sul, na mesma época.⁵⁵

Os protagonistas da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo descendiam das famílias que partilhavam do poder político e econômico, originário da época do Império e testemunharam a inserção de Barbalha no contexto de resistência e crítica dos movimentos intelectualizados à ineficiência das políticas educacionais dos primeiros governos da República. Deve-se considerar a tradição de afinidade sócio-ideológica dos protagonistas locais da educação com os ideais políticos do Império, e que, através deles, se mantiveram na República. O espírito nacionalista invocava o saudosismo, expresso na crítica ao regime republicano, na tentativa de resgatar das experiências educacionais implementadas durante o Império.

Apresentam-se como sócios fundadores da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, os senhores Antônio Reynaldo Alves de Sousa, Antonio Correia Sampaio Filgueiras, José

Nacionalistas estaduais, É dentro desse clima que a educação é ressaltada e surgem as reformas educacionais estaduais. (JANNUZZI, 2004, p 74)

⁵⁵ TRAGTENBERG, Maurício. O nacionalismo como ideologia da desconversa. Disponível em: <www.espaco academico.com.br/025/25mt191183.htm> Acesso em: 04 Set. 2007.

Bernardino de Carvalho Leite (primeiro presidente), José de Sá Barreto Sampaio, Dr. Joel Teixeira de Medeiros Bastos, José Nogueira Sampaio, Gregório Callou Filho, Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, Manoel Rodrigues Peixoto Alencar, Silvino José da Silva e Manuel Duarte de Sá Barreto. Como reconhecimento aos serviços prestados à entidade, seus associados, mantiveram o 1º Tabelião Público, Manoel Rodrigues Peixoto de Alencar, na sua presidência, entre os anos de 1918 a 1926. Nessa gestão, os demais cargos foram ocupados pelos senhores Cláudio Couto, Manuel Duarte de Sá Barreto, Antonio Duarte Junior, Joaquim Felipe Santiago, José Duarte de Sá Barreto, João Coelho Garcia e Martiniano de Souza Ferraz.

Além da atividade educacional, a Liga, sintonizada com o espírito cívico-patriótico, mantinha uma banda de música, “13 de maio”,⁵⁶ regida do maestro Emídio Barros e dirigida por José Duarte de Sá Barreto. Nessa época, existiam duas bandas de música, fato, que expressa o desenvolvimento cultural da cidade. Das duzentas Ligas fundadas no Brasil, sob a recomendação do presidente da República, Dr. Venceslau Braz, a de Barbalha é a única ainda existente. Foi reconhecida como entidade de utilidade pública pelo decreto nº 1895 do Governo do Estado do Ceará e funcionou no prédio construído pelos sócios do ex-tiro brasileiro,⁵⁷ “General Joaquim Inácio”⁵⁸, e que foi revertido em patrimônio da entidade, reafirmando o espírito nacionalista dada época. (SOBRINHO, 1987, p. 40)

Conforme SCHNORR (2005) na primeira década do século XX, o Brasil viveu o “surto do nacionalismo patriótico”, onde, a questão do desenvolvimento levou à reflexão sobre o problema da escolarização. Nessa intenção, médicos e industriais movidos pelo espírito nacionalista, cívico-patriótico e moralista, fundavam as Ligas, visando erradicar o analfabetismo. Nessa conjuntura, alfabetizar tinha um caráter político, visto que, tinha por objetivo aumentar o contingente eleitoral.⁵⁹

⁵⁶ Em homenagem à data de sua fundação.

⁵⁷ Instituição militar do Exército Brasileiro responsável pela formação de reservistas para o exército, conciliando a instrução militar com o trabalho ou estudo do convocado.

⁵⁸ Nascido em 24 de junho 1860, antes da Guerra do Paraguai, Joaquim Ignácio Baptista Cardoso era General de Brigada na ativa e avô do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 15 julho de 1875, aos 15 anos, ingressou no Exército como soldado voluntário no 20º BC de Goiás e cadete de 2ª classe, encerrando a sua carreira militar em 05 maio 1923. Como comandante da 1ª Circunscrição, em Mato Grosso, foi preso por mais de 100 dias, à bordo do Scout Ceará, na Baía da Guanabara, sob acusação de participar da conspiração na Revolução de 1922. Moralmente abatido e sem o reconhecimento dos seus serviços militares, incluindo a sua participação pela proclamação e consolidação da República, faleceu em junho de 1924.

⁵⁹ SCHNORR. (2005) Histórico e Políticas de Educação de Jovens e Adultos.

Os protagonistas da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, politicamente assumiam o projeto da “cruzada contra o analfabetismo”, como alternativa para se estabelecer de uma nova ordem social, adequada ao processo de industrialização e urbanização, impostas pelo liberalismo. Representam um bloco ideológico, que a partir da década de 1920, sob a liderança do educador Lourenço Filho, fortaleceu o ideário educacional católico, incorporando aspectos da educação liberal, representada pela “Escola Nova”. Tanto a educação católica, como a liberal, faziam contraponto ideológico à pedagogia proletária de inspiração marxista.

1.2.5 O Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar em Barbalha, como expressão da “Escola Nova” no Ceará.

Conforme SOBRINO (1987, p. 34) a fundação do Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar, em 1922, no governo de Justiniano Serpa, representa um dos primeiros investimentos significantes na educação pública no município pelo Estado. A fundação do “Grupo Escolar” se contextualiza na reforma do ensino no Ceará, liderada Lourenço Filho, um dos pioneiros da “Escola Nova”.⁶⁰ Seus primeiros anos de funcionamento se deram em parceria com a Prefeitura Municipal,⁶¹ tendo como professores, Solange de Paula Barros, Maria Dantas Ribeiro da Nóbrega, Josefa Alves de Sousa, Maria Uchoa da Silveira, Leonina Milfont Santos, Gabriela Cordeiro, Enoy Cordeiro, Ana Floriza Dantas e Manoel Florêncio de Alencar. Data, desse mesmo ano, a fundação do Colégio São Geraldo, que funcionava em prédio localizado à rua do vídeo, tendo como diretor o professor Edmundo Milfont.

1.2.6 As Instituições esportivas

Como expressão do desenvolvimento sócio-cultural local, a partir da década de 1920, se destaca, também, as sociedades esportivas, Cariri Foot-ball Club e o Centenário Foot Ball Club, principais clubes de futebol da época, cujas diretorias eram integradas por desportistas, que na década seguinte, integrariam o movimento circulista. A primeira agremiação citada, fundada em 15 de janeiro de 1922, agregava jovens desportistas, que tinham como principais adversários os clubes de futebol da vizinha cidade do Crato. Suas respectivas diretorias eram

⁶⁰ Preconizada pelo filósofo John Dewey e ideologicamente identificada com o liberalismo norte americano.

⁶¹ Era prefeito na época Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, futuro presidente da União Artística Barbalhense e do Círculo Operário de Barbalha.

formadas por homens economicamente estabilizados da cidade, não raro, participantes da política e ocupantes de cargos públicos locais. Assim quatro dos seus representantes foram prefeitos do município: Antonio Costa Sampaio, Raimundo Ribeiro Parente, Antonio Duarte Junior e Antonio Lírio Callou. Além desses, na condição de pessoas socialmente influentes, destacam-se, Antônio Granjeio Mirô, Júlio Coelho Barreto e Guilherme Álvares Couto.

A segunda era composta por jovens desportistas, também pertencentes às famílias de expressão política e econômica do município. Entre seus diretores, incluem-se o ex-prefeito Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, o político Manuel Rodrigues Peixoto Alencar, Antônio Felipe Cavalheiro, Raul Coelho de Alencar, Luiz Gonzaga Junior, José Pio Rodrigues, Joaquim Felipe Santiago, Raimundo Francisco Teixeira.

1.2.7 A República, o catolicismo e a imprensa católica em Barbalha.

O município de Barbalha possuía uma oficina topográfica, considerada, na época, uma das mais estruturadas do Cariri. Durante os primeiros anos da Proclamação da República, vários jornais foram publicados, cujos conteúdos que expressavam a conjuntura político-ideológica da época. Seus artigos faziam referência exploravam ao combate ao cangaço, ao civismo e à religião, considerando a tradição política e católica dos seus proprietários. Essa rica experiência jornalística é expressão da densidade dos movimentos cívicos e literários que emergiram nessa época, simbolizadas pelas instituições aqui descritas.

QUADRO I
JORNAIS DE CIURCUÇÃO EM BARBALHA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DÁ REPUBLICA

NOME DO JORNAL	DATA DE FUNDAÇÃO	CARACTERÍSTICA DO CONTEÚDO	INSTITUIÇÃO	FUNDADORES	OBSERVAÇÃO
Jornal do Cariri	23 de novembro de 1904	Interesses gerais e direitos individuais	Acionistas da Empresa de Telégrafo Cariense.	José Joaquim Teles Marrocos professor da Escola Noturna do Gabinete de Leitura. Além deste, o juiz e professor da Faculdade de Direito de Fortaleza Dr. Manuel Soriano de Albuquerque e o Advogado e ex-prefeito José Bernardino de Carvalho Leite	Consistiu num dos maiores empreendimentos jornalísticos dos sertões, cuja primeira publicação se deu no dia 23 de novembro de 1904. Contudo a sua existência efêmera de apenas um semestre foi justificada no faro de “a época e o meio não comportaria um jornal de feição material e moral como idealizaram os espíritos lúcidos dos seus ilustres fundadores.” (SOBRINHO: 1987, p. 43)
O Aranha	23 de fevereiro de 1905	Humorístico	Empresa Progredior	Henrique Lopes, Martiniano Ferraz, João Roberto, João Coelho sobrinho, e Joaquim Queiroz.	Circulação bimensal. Suas colunas foram ocupadas pelos “aplaudidos vates sertanejos Napoleão Quezado, José Pinto e Luiz Dantas Quezado
O instrutor	20 de agosto de 1905	Literário e noticioso	Empresa Progredior		
O Lutador	17 de outubro de 1906	Oficinas do Jornal Instrutor		Antonio Pinto	Circulação quinzenal e fazia oposição ao governo do Estado. Tinha como Editor Mendo Callou, político que se elegeu em Pernambuco como Prefeito de Leopoldina (Hoje Parnamirim)
O Cetama	13 de maio de 1908	Estigmatizava o cangaceirismo, suscitando polêmica com O Rebate de Juazeiro do Norte que era dirigido pelo padre Joaquim de Alencar Peixoto.		Henrique Lopes (Proprietário e Diretor)	Substituiu o Jornal Cetama. Teve sua publicação suspensa em função do movimento da sedição de Juazeiro entre 1913 – 1914.
		Emitia opiniões independentes e tinha uma linguagem doutrinária			Contava com a contribuição dos intelectuais da Cidade. Entre eles os padres Miguel Coelho e João Cassimiro Viana, monsenhores Antonio Tabosa e Francisco Silvano de Brito, Dr. Pelopidas Fernandes de Oliveira (juiz de Milagres), e do advogado José Bernardino Carvalho Leite e Joaquim Duarte de Queiroz.
O Centro	01 de janeiro de 1909		Centro Artístico e Literário		
O Livro	1907		Bruno Menezes (proprietário)		

NOME DO JORNAL	DATA DE FUNDAÇÃO	CARACTERÍSTICA DO CONTEÚDO	INSTITUIÇÃO	FUNDADORES	OBSERVAÇÃO
O Filantrópico	26 de outubro de 1909	Farmácia Silva			Distribuição gratuita
A Tesoura	07 de março de 1911	Quizenáio Humorístico	Pedro Malazar		
O Clarim			J.F. Cavalcante		Vida efêmera

FONTE: SOBRINHO, Henrique Lopes. Barbalha em Tempos passados, Tipografia e Papelaria do Cariri, Crato – CE, 1987.

1.2.8 A União Artística Barbalhense na construção do Circulismo.

A experiência de organização dos trabalhadores na União Artística Barbalhense deu origem ao Circulo Operário de Barbalha em 1932. A partir dela podemos identificar alguns pontos dessa experiência associativa que coincidem com as ações e objetivos do Circulismo, incluindo seus aspectos religiosos, cívicos, previdenciário, educativo e cultural. Essa experiência dos seus sócios é quem encaminha a recepção e o êxito da institucionalização do Circulo Operário São José.

Consistia numa Sociedade beneficente, fundada em 19 de junho de 1924, idealizada pelos artistas locais na defesa e promoção da arte e dos interesses da categoria e que existiu até dezembro de 1930. Nesse período, teve quatro diretorias eleitas e constituídas pelos cargos de presidente, Vice Presidente, Tesoureiro, Adjunto de Tesoureiro, um Conselho Fiscal, composto por 3 membros com os seus respectivos suplentes.

Chegou a agregar mais de cem associados, contemplados com os encargos pecuniários, médicos, farmacêuticos e fúnebres. Além disso, mantinha de uma escola noturna destinada aos sócios analfabetos. Foram seus fundadores, Antonio José de Queiroz, José Pio Rodrigues, José Francisco Limeira, José Celestino da Rocha, José Clementino da Silva Meirú, José Felipe Santiago, João Nepomuceno da Silva, João Fidelis de Oliveira, João Tino, Melquíades da Costa Veloso, Vicente Maximiano Nogueira e Francisco Luiz Dantas.

Surgida a partir da reflexão e mobilização das elites e trabalhadores preocupados com a valorização do trabalho braçais e manuais, mantinha relações com a paróquia, a pesar de oficialmente não integrar a estrutura organizacional da Igreja Católica. Preconizava o espírito de solidariedade e a harmonia social, inspirada na doutrina católica. Era mantida com a contribuição dos trabalhadores e dos representantes das elites, a ela filiados, contemplando as

exigências do corporativismo cristão, reivindicado pelo catolicismo. Nessa época, a formação do operariado e dos patrões deveria considerar uma nova concepção do trabalho, como desafio dos católicos na implantação e operacionalização do projeto da Igreja.

Num país desprovido de políticas de seguridade social, agregava centenas de associados, sobretudo trabalhadores, a quem prestavam assistência médica e social, e, em casos de óbitos, auxiliava nas despesas funerárias. Assumia características corporativista, religiosa, educativa e previdenciária, opondo-se e antecipando-se ao protestantismo e às ideologias de esquerda que se propagavam em nível nacional, e que, na década seguinte, foram combatidas de forma mais sistematizada pelos Círculos Operários.

1.2.8.1 A cooperação de classes

O atendimento médico e funerário era os principais fatores de atração dos trabalhadores para a organização. Desde a sua fundação, sócios de diferentes classes sociais interagem e garantiam a sua funcionalidade, observando as inspirações da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. O sentido associativo e cooperativo não inibia o controle particular e o personalismo das elites, cuja atuação na entidade era limitada e subordinada aos estatutos. Do ponto de vista institucional, as atas da União não sinalizam a canalização de recursos públicos para a instituição, mesmo quando a sua presidência fora ocupada pelo prefeito municipal, Henrique Lopes Sobrinho. Isso afirma que a sua sobrevivência econômica dependia eminentemente das contribuições dos sócios, visto que, o recebimento de verbas públicas dependeria da sua legalidade jurídica.

No entanto, é perceptível na leitura dos seus documentos internos, que a projeção intelectual, social e econômica dos seus participantes, nas eleições, influenciava a ocupação dos principais cargos de sua direção. No processo de colaboração de classes em torno da União Artística Barbalhense, dela participam as autoridades locais, ligadas ao poderes executivos e judiciários. Entre elas, destacaram-se o prefeito municipal, o juiz, o promotor de Justiça, o delegado de Polícia, políticos e profissionais liberais. Essa abertura participativa promovia a convergência de classes motivadas pela prática da caridade, reivindicada pela Igreja.

Os protagonistas da educação e da cultura das décadas anteriores são os mesmos que investem e apóiam moral e economicamente a União Artística Barbalhense. Entre eles destacou-se o Coronel José de Sá Barreto, católico de tradição agrária, fundador do Gabinete de Leitura de Barbalha em 1889. Mantendo o seu espírito de liderança a frente dos

empreendimentos educativos, culturais e religiosos do seu tempo, é ele, quem presidiu a sessão de fundação da entidade e com ela contribuiu com 10\$00 Dez Reís, para as suas primeiras despesas.

... suas palavras sempre passada de entusiasmo pela causa do bem e do progresso de nossa terra, fez largas considerações sobre a nova associação, o conceito e o (sic) que deveriam a mesma merecer dos barbalhenses. Terminou fazendo votos de propriedade da União Artística.⁶²

O domínio do poder local, historicamente vinculado ao setor agrário, condicionava a existência do coronelismo e o controle sob as classes subalternas. Essa condição marca a formação social do município e retarda a organização dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, sobretudo na ótica marxista. Nessa conjuntura, a Igreja se impunha como principal instituição articuladora e propagadora de idéias humanitárias entre a população. Através dos seus agentes, leigos e eclesiásticos, denunciavam e combatiam o comunismo e ao protestantismo, por seus métodos antagônicos aos princípios do catolicismo.

A União Artística de Barbalha antecedeu a propagação do Circulismo em nível nacional, como uma instituição católica promotora da harmonia entre patrões e operários no Brasil. A religião católica se apresentava como principal articuladora e motivadora da prática da caridade, que como virtude cristã, era aconselhada como alternativa para minorar os sofrimentos dos trabalhadores decorrentes da exploração do capitalismo. A prestação de saúde se realizava pelos médicos associados que prestavam seus serviços à entidade, sendo por ela remunerados, pela entidade, a partir da contribuição dos seus associados.

Seu estatuto definia a obrigatoriedade do pagamento das mensalidades dos sócios como forma de garantir a sua autonomia financeira. Em 1927, a alteração estatutária, na gestão do presidente Antônio Taumaturgo Filgueiras Sampaio, estabeleceu-se uma nova organização tributária e financeira para a entidade, para melhor manter seus trabalhos previdenciários e a melhorar a sua função social. Esse processo se fez de forma participativa, garantindo aos sócios o direito de apresentação de mudança do texto e apresentação destaques na nova proposta estatutária a ser aprovada em assembléia geral. A impressão gráfica dos estatutos da União para divulgação entre seus associados se constituía numa preocupação dos seus gestores. No entanto, a iniciativas voltadas para a sua legalidade jurídica, através da publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará só ocorreu em 1929, na gestão do sócio Henrique Lopes Sobrinho, no ano que antecedeu a sua extinção.

⁶² Livro de Ata da União Artística (1924 – 1930) 24/06/1924, p.02

O então Vice-presidente Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, que presidiu a maioria das reuniões do mandato de Sampaio, enfatizava aos demais sócios que “...toda lei só era aprovada em segunda ou terceira discussão” e neste sentido, encaminhava a reformulação estatutária. Estabelece que os recursos que excedessem 300\$000 deveriam ser depositados no “Banco Cariry”.⁶³ Além do mais, procurava com a mudança estatutária melhorar a funcionalidade da entidade em sintonia com o trabalhismo e o catolicismo. Assim, A UAB definia do dia 19 de março, dia de São José, padroeiro do Ceará, como o dia comemorações da entidade em homenagem ao trabalhador, associando o trabalho à fé católica e promovendo o espírito de cooperação entre os trabalhadores. Esse sentimento religioso é o mesmo que vai permanecer com o Circulo Operário, ao que eleger São José como padroeiro.

Deve ser comemorado por esta sociedade e para tal fim devia ser tomadas providências para não passar nas penumbras de esquecimento, como nos últimos dois anos e dando sinal que a União existe esperando apenas que os artistas compreendam os seus deveres, se auxiliando por maio desta bendita associação, para isto comemorar-se o dia do seu protetor para glorificar a Deus (sic) e honrar a São José para que eles abençoe a nós e a nossa querida sociedade.⁶⁴

A prestação de contas pelo tesoureiro e da leitura do relatório das atividades compunha o ritual solene das reuniões de encerramento e posse da nova diretoria, como uma forma de se mostrar a transparência na movimentação dos recursos. Demonstrando a interação com os protagonistas da Educação local, a UAB tinha suas reuniões sediadas na sede da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo. Apesar dos esforços das suas sucessivas diretorias na intenção da construção de sua sede própria, a organização só investe de forma decisiva com essa finalidade a partir de 1930, ano em que foi extinta.

Neste sentido, o então presidente José Pio Rodrigues propunha

...que para a construção do prédio para a sede da sociedade seria conveniente todos os sócios se sobrescreverem em uma anuidade de acordo com suas posses, que elle se sobrescrevia em 200\$000 este ano, que dava mensais 20:000, dando no momento logo a primeira mensalidade, pedindo a todos que angariasse donativos com estranhos...⁶⁵

A falta de uma sede social fez a UAB funcionar em vários endereços, incluindo um sobrado alugado, na então rua do comercio nº 08, e a própria residência do presidente Henrique Lopes, que ocupava ao mesmo tempo o cargo de prefeito e de presidente da instituição. Numa conjuntura marcada pelas agitações políticas que antecedem a revolução de

⁶³ Livro de Ata da União Artística (1924 – 1930) p. 42.

⁶⁴ Idem. Reunião de 19/02/1928, p. 43.

⁶⁵ Idem. Reunião de 19/02/1925, p. 16.

1930, ele se identificava com o trabalhismo, que ganhou espaço a partir da ascensão de Vargas ao poder. Como uma das representações políticas de Vargas em Barbalha, ele se identifica com o seu projeto do governo na perseguição ao cangaço, quando desde 1908, já investia contra ele no jornal “Cetama”, de sua propriedade. A afinidade político-ideológica dos protagonistas da União Artística abre espaços para especulações de direcionamento da entidade em favor dos seus objetivos políticos.

O novo estatuto da União foi aprovado na Gestão do Sr. Antônio Filgueira, em assembléia foi realizada na residência do então prefeito municipal, onde “acabada as discussões declararam todos os sócios presentes que estavam satisfeitos com a reforma, e dispensava outra, estando dispostos a obedecerem e fazerem obedecer em qualquer ocasião a presente lei.”⁶⁶

1.2.8.2 A União Artística de Barbalha e o liberalismo.

Fundada na década de 1924, a União Artística de Barbalha é atraída pelo espírito de modernidade presente nos movimentos políticos, artísticos e literários desse período simbolizados na realização da Semana de Arte Moderna. Contrapondo-se ao marxismo a União Artística tinha uma concepção diferente de trabalho e do trabalhador. Nela, a obra resultante do trabalho é concebida como arte e o trabalhador como artista. Essa concepção deixa de ver o trabalhador e o seu trabalho apenas do ponto de vista econômico, contextualizado na exploração, decorrente da “mais valia”..

Nesse contexto da conjuntura político-econômica da época em que ela foi criada, a União Artística sinaliza uma identificação com o liberalismo. O apoio moral e intelectual das lideranças políticas e jurídicas locais à entidade direcionava a sua posição ideológica para o catolicismo, que mesmo se opondo ao liberalismo, via no comunismo o seu principal inimigo, na desestabilização da ordem social. Nos primeiros meses da sua fundação, a entidade atende ao convite feito pelo promotor Joel Teixeira de Medeiros Bastos, para seus sócios participarem de uma palestra, a eles dedicada, relativa ao aniversário da Queda da Bastilha⁶⁷, conforme a descrição da sua sessão de 6 de julho de 1924.

⁶⁶ Idem. Reunião de 27/09/1927, p. 41.

⁶⁷ Construída em 1370, a Bastilha, tornou-se uma prisão durante o reinado de Carlos VI. Durante a Regência do Cardeal Richelieu, no século XVII que tornou-se uma prisão para nobres ou letrados, adversários políticos, aqueles que se opunham ao governo ou mesmo à religião oficial. A Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789 marca o início da Revolução Francesa, onde a burguesia francesa apoiada na sua importância para a vida econômica, derrubou do poder a aristocracia e a monarquia absolutista.

Comunicou ainda o presidente ter o Dr. Joel Teixeira D. D. Promotor de justiça desta comarca lhe avisado que no dia 14 do corrente ia realizar uma conferência sobre a grande data que relembra a tomada da Bastilha, conferência que dedicava a União Artística Barbalhense que em nome de nossa sociedade agradeceu ao Dr. Joel esse gesto de gentileza e *sympathia* e convidava todos os sócios para assistirem a data conferência.⁶⁸

A valorização ideológica do liberalismo é manifestada na comemoração do aniversário da “Queda da Bastilha” direcionada aos trabalhadores da União, que se congratula com o convite.⁶⁹ A Liga Barbalhense contra o Analfabetismo, resultante do sentimento nacionalista, também se incorporava a essa manifestação ideológica. Como sede do evento, chegou propor a cobrança de ingressos para a entrada dos participantes, contrariando a posição a UAB, que compensou financeiramente a Liga, como garantia do livre acesso dos seus associados à conferência. Ainda, do ponto de vista do apoio de autoridades judiciárias a essa entidade, destaca-se o Coronel José de Sá Barreto Sampaio, na condição de político e juiz municipal.

1.2.8.3 O Higienismo e o papel previdenciário da União Artística Barbalhense: a educação para a solidariedade.

Como parte da sua ação social a União Artística pagava o tratamento das doenças, funerais, pecúlio e celebração de missas para dos seus sócios falecidos. Nessa intenção, cogitou-se a construção do “Túmulo do Artista”, para garantir o sepultamento dos trabalhadores associados. Iniciativa que não chegou a se concretizar, visto que, em 1928, a idéia de aquisição em um terreno no interior do cemitério para estes fins, foi substituída, em comum acordo, pela compra de uma casa para sediar a instituição. A própria criação da UAB em 1924, havia sido resultado da manifestação de solidariedade cristã manifestada por lideranças locais que se comoveram ao presenciar um dos funerais de trabalhadores, sepultado na condição de indigente, sem o reconhecimento do seu valor profissional.

A mobilização social para garantir o sepultamento digno dos trabalhadores é o ponto de partida para o surgimento da primeira organização trabalhista do município. A comoção social empreende a prática da caridade dos paroquianos, difundida pelo catolicismo e manifestada nas ações da Igreja junto à população pobre do sertão nordestino. Nessa perspectiva, a paróquia de Barbalha ajudava no sepultamento dos indigentes concedendo um caixão, chamado de “44”, por nele caber corpos de todos os tamanhos, que conduzia os defuntos indigentes até o cemitério e que era reutilizado por outros falecidos.

⁶⁸ Livro de Ata da União Artística Barbalhense (1924 – 1930), p. 04.

⁶⁹ Idem. Reunião de 06/07/1924, p. 04.

Assim, a União Artística Barbalhense surge com objetivo definido, de amparar o trabalhador, onde, além da sua função previdenciária, promovia a educação e investia na mudança de comportamento social dos seus sócios, conforme as exigências da moral cristã. A filiação à entidade era condicionada pela apresentação dos “atestados de saúde”, dado por um médico, e de “boa conduta”, se contextualiza no culto e vigilância sobre o corpo e na adequação da conduta dos indivíduos às exigências, moral, cívicas e religiosas da década de 1920. Essas reivindicações de comportamento eram atendiam as bandeiras de defesa da higienização e da ordem social, reivindicada pela recristianização. Em ata de 28/03/1923, referindo-se ao estatuto da União, o seu secretário registra que “Para qualquer sócio se reabilitar perante a sociedade, de acordo com o artigo antecedente, o sócio deve neste caso achar-se em gozo de saúde perfeita.”⁷⁰

As punições aos sócios infratores, denunciados pelos membros do “conselho fiscal”, variavam da “suspensão” à “eliminação”⁷¹ do sócio.” Nestes casos, na defesa da sua idoneidade moral, a entidade fixava cartazes nos lugares públicos da cidade, para comunicar à sociedade que o infrator não mais integrava a instituição, zelando pelo bom conceito da instituição perante a opinião pública. Antes porem da “eliminação” dos sócios, criava-se entre pares uma comissão para dialogar com o infrator, onde, dependendo da sua reflexão sobre o seu comportamento, este poderia se reintegrar à entidade. Nos casos de desvio de comportamento considerados irreversíveis para o retorno do convívio à instituição, o sócio era automaticamente desfilado. Esses rituais eram determinados pelos estatutos da UAB, que no caso, impõe a coerção como uma forma educativa de correção moral do comportamento do trabalhador para atender a exigência da ordem social.

A União tinha uma comissão de sindicância, cujos componentes se revezavam mensalmente. O seu papel e acompanhar o sócio enfermo, mantendo a direção e demais sócios informados sobre seu estado de saúde, até a sua recuperação. A mesma comissão acompanhava o pagamento do pecúlio às famílias dos sócios falecidos, prestando contas do seu trabalho por ocasião das reuniões.

Não raro, alguns associados, pediam suas próprias “eliminações”, ou seja, o seu afastamento definitivo da entidade. Na intenção de manter os filiados, os membros da comissão de sindicância eram designados pela entidade para convencê-los a retornar à entidade. Não raro, com a mesma intenção, o colegiado anistiava os sócios em atrasos, visto

⁷⁰ Idem. Reunião de 23/03/1928. p. 29. Referia-se ao Art. 45, Parágrafo Único do Estatuto da União

⁷¹ Significava expulsão definitiva do sócio da entidade

que, com o tempo, o número dos sócios inadimplentes, chegou a ser consideravelmente superior ao dos contribuintes, inviabilizando o quorum necessário para as reuniões. Outra estratégia para manter o sócio, era dispensar suas mensalidades em troca da prestação dos seus serviços profissionais à instituição. Estar em dia com a União era uma condição necessária para se ter direito a voto nas decisões e participar das eleições, na condição de eleitor ou candidato.

A preocupação com a saúde dos sócios da União Artística é associada à educação, entendida, como condição necessária para se alcançar a disciplina e a higiene e o, e que a partir do início da década de 1920, se constituía numa necessidade para o estabelecimento da nova ordem econômica liberal, que acreditam impulsionar o desenvolvimento.

A bandeira da alfabetização surgia como uma cruzada moral de salvação da nação, como a solução para todos os males. A compreensão da ignorância como doença, dos analfabetos como seres que “vegetavam”, como “peso morto”, a formulação “povo-criança”, a ser educado e preparado para transformar-se em povo-nação, levavam a um projeto autoritário de educação escolar. (CAVALIERE, 1995, p.6)

Os intelectuais protagonistas da educação, movidos pelo higienismo⁷², consideravam o regime republicano incapaz de promover o desenvolvimento educacional do país. Como resposta à indiferença do governo para com a educação, foi criada, na década em 1924, a Associação Brasileira de Educação⁷³, que promovia conferências nacionais, discutindo temas educacionais. Essa iniciativa proporcionou o surgimento de projetos de reformas no ensino, que se intensificaram na década seguinte. A radicalização em defesa da alfabetização abre espaço para a concepção de Educação Integral da “Escola Nova”⁷⁴, cujos protagonistas eram

⁷² O higienismo é uma forma de pensar, um desdobramento da “medicina social” que se contextualiza no processo de urbanização resultante da industrialização emergente no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Com ela se evidenciaram problemas de natureza médica, como os surtos epidêmicos, decorrentes da deficiência das condições sanitárias. Doenças tais como a varíola, febre amarela, malária, tifo, tuberculose, lepra, se disseminavam mais facilmente pela concentração urbana. Essa realidade preocupava as classes dirigentes que atribuíam a propagação das doenças à desordem social. Do ponto de vista empírico observa-se a cidade como causadora das doenças, onde a presença do médico passa a ser uma exigência urbana. Nessa perspectiva a medicina social se caracterizou como essencialmente urbana. BOARINI, Maria Lúcia & YAMAMOTO, Oswaldo H. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/psi/pdf/higienismo_eugenia.pdf> Acesso em 17 Jul. 2008.

⁷³ Instituição sem finalidade lucrativa localizada no Rio de Janeiro, fundada sob inspiração de Heitor Lyra da Silva.

⁷⁴ O movimento chamado Escola Nova esboçou-se, na década de 1920, no Brasil, quando o país um momento de crescimento industrial e de expansão urbana. Nesse contexto, um grupo de intelectuais brasileiros sentiu necessidade de através da educação preparar o país, para o seu desenvolvimento. Inspiravam-se nas idéias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, considerando o sistema estatal de ensino público, livre e aberto, como único meio efetivo de combate às desigualdades sociais. O escolanovismo ganhou impulso na década de 1930, após a divulgação do Manifesto da Escola Nova.

intelectuais reformistas, orientados pelo liberalismo. São eles quem redige o manifesto, aprofundando a defesa da ampliação das funções da escola e se projetam como “Pioneiros” dessa corrente.

A garantia de saúde dos sócios era um fator utilizado pela direção da União para motivar os sócios para manterem em dia suas mensalidades. Em caso de doença, eles eram automaticamente afastados, só retornando a entidade após a sua recuperação. O Dr. Leão Sampaio, futuro deputado Federal, filho do Sr. José de Sá Barreto Sampaio, de família católica, ideologicamente identificada com a monarquia, se destaca por seus serviços médicos junto aos associados. A partir da década de 1930, na condição de médico e deputado federal, o Círculo Operário, a quem prestava favores, passava a lhe recepcionava de forma festiva quando do seu retorno ao Município em períodos de recesso parlamentar.

A falta de serviços médicos por parte do Estado Republicano, que ainda não dispunha de políticas públicas de previdência social, gerava a dependência de favores dos pobres e das suas instituições em relação às elites. Isso justifica a importância e a exaltação dos profissionais de saúde, sobretudo dos médicos, para a população sertaneja, a mais vitimada pelas doenças. A dependência de favores no setor de saúde alimentava a hegemonia do poder local por parte de determinadas famílias, que facilmente projetava seus integrantes no cenário político.

Institucionalmente a União Artística Barbalhense, intermediava as relações entre os operários enfermos e os médicos. Ela assumia o pagamento dos serviços médicos, atenuando a dependência direta de favores entre o doente e o médico. No caso, essa dependência de favor era transferida para a instituição, que reconhecendo a prestação de serviços do médico para com os sócios, decidia em suas reuniões, o valor da sua remuneração, a ele ser paga. Em um desses casos, o Dr. Leão Sampaio foi gratificado com 100\$00 (cem reis) pelo atendimento a um dos pacientes. Considerando as condições financeiras da UAB, seu estatuto limitava o valor do financiamento de despesas médicas para os sócios. Com a finalidade de melhor contribuir com o seu sistema previdenciário foi criada pela União “uma Caixa de Socorros Médicos”.

Atuando como Banco, a União Artística concedia o empréstimo em dinheiro aos trabalhadores, estabelecendo prazos de pagamento, exigindo-se às vezes, dependendo do valor requisitado, o empenho de algum bem como garantia, ou outro sócio como avalista. Por suas ações previdenciárias a União era socialmente exaltada e reconhecida no município.

1.2.8.4 O trabalho como arte sob a orientação cívica, sócio-educativa e cultural do catolicismo

Ao conceber a produção como arte e o trabalhador como artista, a União Artística Barbalhense despertava a auto-estima e a valorização cultural dos seus sócios. A partir dela, os trabalhadores se organizam fundamentados na percepção do trabalho como arte. Os trabalhadores sentem-se na execução de suas obras, nas mais diversificadas atividades, como promotores da cultura. A concepção do trabalhador com artista e da sua produção como arte, diferentemente da interpretação marxista, abria espaço para a reflexão sobre a dimensão lúdica do trabalho. A ata da solenidade de comemoração do 4º aniversário da União, em 1928, demonstra essa condição, no discurso do Dr. Manuel Florêncio de Alencar, orador oficial. “Este com sua palavra fácil e eloqüente descreveu de modo admirável o valor do artista desempenhando o seu ofício porque o mundo deve o seu embelezamento aos artistas, que com a arquitetura, a escultura, pintura tem feito do mundo um paraíso de belezas.”⁷⁵

Demonstrando a sintonia da cultura e da educação com o catolicismo e o trabalhismo Nas solenidades de UAB, estavam presentes o Gabinete de Leitura de Barbalha e a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo através dos seus respectivos presidentes. Numa destas ocasiões, José de Sá Barreto e Joaquim Anacleto, representando respectivamente, as duas instituições, reforçavam a importância do trabalho e dos trabalhadores. No ano seguinte, com a mesma abordagem, seguia o discurso de José Valente, orador oficial das comemorações relativas ao seu aniversário, a ata da solenidade, registra “que em suas palavras arrebatadas cheia de entusiasmo descreveu a vida do operário, o valor da arte e o bem de toda sociedade, fazendo pulsar o entusiasmo todos os assistentes”.⁷⁶

A União exercia o seu papel previdenciário associado à concepção de educação integral que defende e valoriza a dimensão física, material e espiritual dos trabalhadores. Valorizar o trabalho como arte correspondia à valorização cultural do trabalhador, e nesse sentido, investia na formação educacional dos seus sócios. Apesar da sinalização de identificação com as idéias liberais, a partir da sua participação na comemoração da Queda da Bastilha, a União Artística seguia a orientação católica, fator que reforça o comprometimento político dos seus associados de combate aos movimentos de esquerda que preocupava a Igreja e o Estado. Para promover a formação política e cultural dos trabalhadores, por ocasião das suas reuniões semanais, a União realizava palestras, mantendo-os informados sobre a realidade do mundo contemporâneo. Isso justifica a interação dos intelectuais da época,

⁷⁵ Livro de Ata União Artística (1924 – 1930), p. 46 – Reunião de 24/06/1928.

⁷⁶ Idem. Reunião de 24/06/1929, p.53.

ligados ao poder local, com a entidade, não raro, a ela se associando e participando de suas reuniões, onde abordavam a importância do trabalhador na conjuntura social, econômica e política e cultural do país.

A existência de uma Banda Filarmônica, “13 de maio”, pertencente à entidade, indica a sua importância na promoção da cultura e do civismo na década de 1920. A Semana de Arte Moderna, em 1922, havia aberto espaço no Brasil para a inserção da arte na sociedade, criando, apesar das resistências, uma nova mentalidade de valorização das expressões artísticas, mesmo nas localidades de tradição agrária, marcadas pelo conservadorismo.

Essa influência se configurou no surgimento de várias sociedades de valorização dos trabalhadores como artistas, que na época, são representadas no Cariri pela Sociedade Artística Beneficente do Crato e pela União Artística Barbalhense,⁷⁷ que nesse período, atuam de forma interativa. Prova disso foi a recepção aos senhores Bancildes (sic) Parente de Sá, Manuel Duarte e Vicente Nobre dos Santos, representantes da sociedade beneficente do Crato, em uma das reuniões da entidade de Barbalhense em julho de 1924.

Essas organizações de trabalhadores, em suas respectivas cidades, a tinham os mesmos objetivos e motivaram a organização dos trabalhadores nas décadas seguintes. Ainda no processo interativo da União com outras sociedades beneficentes, destaca-se o recebimento do representante do Banco Caixerial de Fortaleza, que visitou a União Barbalhense, em setembro de 1926 solicitando ajuda para a construção de um leprosário em Fortaleza. Neste mesmo sentido, se mobilizava o Grêmio A. Cajazeirense, com quem a entidade de Barbalha através do seu presidente, matinha relações institucionais.

Demonstrando a valorização da arte e da cultura, como uma das primeiras iniciativas da entidade, após a sua fundação, a entidade havia apresentado no início da sua existência um projeto de venda de ações entre a sociedade, ao preço de 500\$00 (Quinhentos Reis), para a compra de instrumentos musicais, visando a formação de uma filarmônica. Investimento cultural que implicava na necessidade de transmissão dos conhecimentos de partitura, ou seja, de uma escola de música, que garantisse o seu funcionamento e a continuidade desse empreendimento. Juntamente com a Banda 13 de maio, a Banda Santo Antônio, da União Artística, colaborava com o caráter patriótico da época, fazendo-se presentes nas solenidades cívico-religiosas. Para garantir a qualidade artística, contratava maestros, remunerados de acordo com as disponibilidades econômicas dessas instituições.

⁷⁷ As Uniões Artísticas forma difundidas em vários municípios do Ceará.

No campo da educação formal, o entusiasmo pela educação da década de 1920 já havia se manifestado no município no início da república, através da fundação do Gabinete de Leitura, no início da república, e da criação da Liga Barbalhense contra o Analfabetismo, em 1917, que em nível nacional surgiam motivadas com nacionalismo despertado pela participação do Brasil na Primeira Guerra mundial. Nesse cenário, a defesa da cultura representada nas ações da União Artística Barbalhense, fortalece as iniciativas locais de promoção do ensino formal.

A União interagiu culturalmente com a Liga Barbalhense contra o Analfabetismo, que mantinha uma escola, e através do seu presidente incentivava os trabalhadores associados da União a encaminharem seus filhos para freqüentá-la. Preocupação, também demonstrada pelo presidente da União, que em uma das reuniões “comunicou a casa apelo para que se esforçassem no intuito de seus filhos freqüentassem a escola da liga”.⁷⁸ A “Escola da Liga”, como era conhecida, juntamente com a escola do Gabinete, foram as principais instituições alfabetizadoras do município nas duas primeiras décadas da república.

A preocupação da União Artística com a alfabetização se associa ao entusiasmo pela educação da década de 1920, motivada ideologicamente pelo liberalismo. Desde seus primeiros anos, seus presidentes faziam a defesa da educação e atuaram pessoalmente, como professores da Escola da entidade, sendo por ela remunerados, de acordo com as suas disponibilidades econômicas. Assim, ao mesmo tempo em os sócios mais intelectualizados exerciam a sua influência na ocupação do cargo de presidência da entidade, também se disponibilizavam para atuar como docentes.

Suas aulas não tinham caráter assistencialista, caracterizado pela dependência de favor pessoal, visto que, eram remuneradas pela entidade, a partir da contribuição dos sócios. Por dificuldades econômicas da escola, o próprio presidente, se ofereceu para lecionar sem remuneração, até o restabelecimento das finanças da entidade. Registrava-se “...uma diferença da entrada para a despesa da verbas da escola devendo elle incinar se ninguém offerecer-se, gratuitamente (sic) dois ou 3 meses, oferecendo-se na mesma ocasião o professor, até organizar tudo”.⁷⁹

Percebemos ser a educação um instrumento estratégico para efetivação das aspirações sócio-ideológicas dessa instituição, identificada com a Igreja e o trabalhismo, mesmo antes da ascensão política de Vargas na década seguinte. Como parte do entusiasmo pela a educação

⁷⁸ Livro de Ata da União Artística Barbalhense (1924 – 1930) - Reunião de 04/01/1925) p. 14.

⁷⁹ Idem. Reunião de 08/08/1925, p. 26

que caracterizou a conjuntura política da década de 1920, a superação do analfabetismo, era admitida como uma necessidade para a superação do atraso econômico e adequação da sociedade ao espírito de modernidade preconizada com o liberalismo.

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram a ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. (...) O entusiasmo pela educação significava, também, uma tendência para restaurar os padrões de educação e cultura existentes; portanto, não significava simplesmente a difusão do modelo predominante. O que importava era disseminar a escolarização em primeiro lugar; às vezes, e de forma lateral, ampliava-se o temário da disseminação do ensino, se bem que, nesses casos, o que se propunha eram ainda questões um tanto imprecisas. (NAGLE: 1976, p.p. 101 -111)

Na intenção de atender aos trabalhadores associados, considerando suas respectivas profissões, as aulas eram ministradas à noite. Assim, as primeiras experiências do ensino noturno no município de Barbalha são circunstanciadas pela identificação dos educadores e das instituições de ensino com o trabalhismo e o espírito de modernidade, influenciado pelo liberalismo emergente. Chama a atenção, a substituição do vice-presidente da União, José Martiniano Ferraz, que era o professor da sua Escola, pelo prefeito municipal, Henrique Lopes Sobrino. O novo vice-presidente, na década seguinte, na companhia do Dr. Lyrio Calou, interventor de Vargas no município, continuam exercendo o controle do operariado local através do Círculo Operário, por eles presidido, em colaboração com o governo de Vargas.

No processo da promoção do ensino pela União Artística, seus diretores, quando necessário, assumiam pessoalmente a função de professor, visando a propagação dos ideais cívicos, políticos e religiosos vigentes. A previdência social orientada pelo estatuto da entidade cumpria o papel de educar os sócios para a solidariedade e a cooperação. A rejeição à entrada de parentes dos sócios causava constrangimento aos demais, criando um clima de tensão nos relacionamentos internos e ocasionando o pedido de afastamento da entidade dos seus familiares. Circunstância, que no seu primeiro ano de funcionamento, fez a direção a entidade anular o resultado de uma votação contrária à entrada das esposas de um dos seus sócios, na entidade, impondo a sua filiação, através de uma assembléia geral, convocada especificamente para esse fim. Temendo-se a evasão dos sócios, decorrentes da situação dos conflitos internos, a UAB apela para espírito de civilidade e solidariedade, inspirada e protagonizada pelo catolicismo.

A preocupação com a harmonia e civilidade, defendida pelo catolicismo, fez a União Artística recorrer à compra de um “Compêndio de Civilidade Cristã”⁸⁰, cuja leitura de um dos seus capítulos, passava a integrar os rituais das suas reuniões. Outra forma de contribuir com a formação e orientar o comportamento dos associados era a leitura de Jornais Católicos durante as reuniões, entre estes, o Jornal “Lar Catholico”. Um dos seus artigos abordava “as crises que atravessava as sociedades”. Esse tipo de leitura como parte da formação dos trabalhadores é continuado pelos Círculos Operários. Elas demonstram o papel pedagógico-doutrinário de inspiração católica da entidade.

Mostrou-se verdadeiro sentimento pelo ocorrido na sessão passada, que (o presidente) não se sentia bem pelo ocorrido na sessão passada, confiava que tudo isso passasse, ficando todos em boa harmonia e que devia (a partir de então) em toda sessão um pouco de civilidade a fim de incutir no cérebro de todos os deveres de cristão, de civilidade, pedindo que votassem para ser comprado um `Compendio de Civilidade Cristã` que foi aceito por todos.⁸¹

Dessa forma, a União Artística exercia forte vigilância sobre o comportamento social dos trabalhadores, ao mesmo tempo, que seus líderes alertavam para de se evitar a filiação de pessoas, cuja índole, poderia comprometer moralmente a organização. Essas advertências, do presidente José Pio, eram apresentadas pedagogicamente, de forma poética, através de parábola, como um apelo cristão, visando melhor convencer os associados: Dizia o presidente: “...O bom trabalhador escolhe a boa semente, que da semente má não podia sair

⁸⁰ As boas maneiras que a aristocracia ocidental do século XVI incorporou resultam da aglutinação de padrões de comportamento observáveis em elementos de origem social diversificada, em face do progresso econômico que as camadas médias da sociedade começaram a experimentar - fato que ganharia transparência no século XVIII. O clero ficou bastante entusiasmado com a incorporação de vários padrões de comportamento e foi, a partir do século XVIII, um grande agrupamento social que se dedicou a divulgar os costumes da corte. A Igreja via nos novos hábitos mecanismos que se prestavam ao controle das emoções, a disciplinar o comportamento e que traziam para o catolicismo aquilo que se desenvolvera como fenômenos seculares. Com isto, a civilidade incorporou alicerces cristãos e foi, cada vez mais, um padrão desejado e imposto a estratos sociais menos privilegiados. A Igreja Católica que, no século XI, enxergara heresia no uso do garfo, teve no século XVIII uma posição diametralmente oposta, como percebe Norbert Elias nas regras de civilidade cristã, divulgadas pelo padre La Salle. Responsável por boa parte da educação escolar no mundo ocidental, a Igreja Católica criou condições para que, principalmente a partir do século XVIII, diferentes sociedades fossem invadidas por uma onda de civilidade. Livros sobre o assunto foram distribuídos às crianças, juntamente com as primeiras lições e os manuais de leitura e escrita, criando na elite social um certo desdém em face de determinados padrões. (...) difusão dos manuais de civilidade se acentuou ao longo do século XIX. Porém, nenhum outro momento da história registra um entusiasmo tão acentuado para com essas práticas quanto a primeira metade do século XX. Naquele período, em 1939, apareceram os dois volumes do clássico texto de Norbert Elias *Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und Psychogenetische Untersuchungen* (O Processo Civilizador. Investigações Sociogenéticas e Psicogenéticas). O trabalho do sociólogo alemão surgiu quase que contemporaneamente aos clássicos *O outono da Idade Média*, de Huizinga, e *O amor e o Ocidente*, de Denis de Rougemont. Apesar da importância do trabalho de Elias, a sua primeira edição francesa é de 1973, tendo sido publicado pela primeira vez em inglês somente no ano de 1978. O primeiro volume da edição brasileira - a primeira em língua portuguesa - é de 1990. CARVALHO. As boas maneiras como virtude cristã: O compêndio de civilidade dos padres salesianos.

⁸¹ Livro de Ata da União Artística Barbalhense (1924 – 1930). Reunião de 17/11/ 1924 p.15.

uma boa lavoura, portanto tomassem todo cuidado com a entrada de novos associados, e com a criação de projetos.”⁸²

Apenas os associados poderiam apresentar novos sócios, cujas petições dos requerentes eram lidas nas reuniões, acompanhadas dos seus respectivos atestados de “saúde” e de “boa conduta”, a serem apreciados e votados pelos demais. De acordo com a relevância de serviços prestados a entidade, seus filiados poderiam ser promovidos à categoria de sócios beneméritos, como no caso de José Pio Rodrigues, reconhecidos por seus pares pelo trabalho na presidência da União durante dois mandatos consecutivos.

Refletindo a exclusão da mulher na vida política e social, a União não registra a participação feminina em seus cargos de direção, sendo também, quase inexistente a sua participação no seu quadro de sócios. A limitação da mulher ao ambiente doméstico, na condição de mãe, se caracterizava como uma herança da sociedade patriarcal, que atribui ao homem a responsabilidade pelo trabalho, indispensável à sobrevivência do grupo familiar. Concepção é legitimada pelas doutrinas da Igreja e integralista. Essa condição se reflete na consulta, de um dos sócios, à diretoria, se sua esposa seria contemplada, como os demais, com os direitos previdenciários, por ocasião do parto. Decisão, que tivera de ser tomada através da convocação de uma Assembléia extraordinária.

A igualdade de direitos e deveres mútuos entre patrões e operários, como uma exigência religiosa do catolicismo inspirada na encíclica *Rerum Novarum*, era assegurada por regras e normas estatutárias que cumpriam um papel educativo na orientação do comportamento social. Neste sentido, em uma das reuniões, “o sócio João Manuel dos Santos propôs para que os sócios comparecessem as sessões com toda decência, (que) por todos foi concordado.”⁸³

Mesmo sem uma intervenção direta da Igreja, a participação dos leigos, movidos pelo espírito de solidariedade aos trabalhadores, fortalece e define o sentido religioso da União Artística. A entidade invocava São José como patrono, exemplo de operário cristão a ser seguido por seus sócios.⁸⁴ Neste sentido, através de arrecadação em dinheiro e objetos, que redeu Mil Reis, foi comprada uma imagem do Santo em Fortaleza, benta durante as festividades do dia de São José. Com essa finalidade, o padre Cícero, na condição de líder político e religioso, visitado pelo sócio da União, José Macedo Rolim, contribuiu com 50\$000

⁸² Livro de Ata da União Artística Barbalhense (1924 – 1930). Reunião de 21/02/1925. p.16.

⁸³ Idem. Reunião de 21/09/1924, p.10.

⁸⁴ Esse simbolismo foi preservado pelo Círculo Operário.

Reis. Isso faz crer que a entidade não alimentava ressentimentos, em relação ao sacerdote, decorrente do saque ao comércio de Barbalha, ocorrida há onze anos atrás, por ocasião da sedição de Juazeiro. Registra-se que “a sociedade agradeceu solenemente ao sócio Macedo pela boa propaganda ao Padre Cícero da sociedade, e ao povo de Joazeiro”⁸⁵

Nas solenidades de comemoração do dia de São José, 19 de março e no aniversário da fundação, 24 de junho, os discursos exaltavam a dimensão cívica, religiosa e artística do trabalho.

Nilo Caleial, orador de uma dessas sessões

fez um excelente discurso sobre o trabalho e as sociedades, mostrando que nada há de progresso sem que exista as associações. Congratulou-se com a classe trabalhista de Barbalha, unificada para defender-se da miséria na ocasião da moléstia ou da invalidez.⁸⁶

Florêncio de Alencar, também como orador, faz referência ao trabalho como expressão artística, responsável pelo embelezamento do mundo.

Com sua palavra fácil e eloqüente descreveu de modo admirável o valor do artista desempenhando o seu ofício, porque o mundo deve o seu embelezamento aos artistas que com a arquitetura, a escultura e a pintura tem feito do mundo um paraíso de belezas.⁸⁷

O trabalho era enfatizado como ponto de partida para a formação da consciência cívica e cristã dos trabalhadores. Contudo, pela sacralização do trabalho, do ponto de vista religioso, essa consciência não parte da classe trabalhadora. Ela é elaborada e difundida na União como uma opção das elites católicas mais intelectualizadas, que dela participa. O nível cultural, a escolaridade e a maior preparação intelectual destes sócios promoviam a articulação da União com o catolicismo e o trabalhismo. A identificação com este último é registrado nas palavras do presidente Dr. Antônio Filgueiras Sampaio, por ocasião do terceiro aniversário da sociedade e término da sua gestão. Dizia ele

que se sentia satisfeito em estar com a classe trabalhadora, congratulava-se com ela pela fundação de tão importante sociedade que tantos benefícios trem prestado aos seus associados, e portanto, sentia-se feliz em dirigir os seus destinos, que hora em diante que seja escrito no seu Estandarte as palavras: Ora Labora, porque o trabalho e a oração é a fonte de todos os bens⁸⁸

Na mesma perspectiva ideológica, Nilo Cardeal, orador oficial

⁸⁵ Livro de Ata da União Artística Barbalhense (1926 – 1930) - Reunião de 14/03/1925, p.17

⁸⁶ Idem. Reunião de 24/06/1927, p.38.

⁸⁷ Idem. Reunião de 24/06/1928, p.46.

⁸⁸ Idem. Reunião de 24/06/1927, p.38.

fez um excelente discurso sobre o trabalho e as sociedades mostrando que nada há de progresso sem que exista associações. Congratulou-se com a classe trabalhista de Barbalha, unificada para defender-se das misérias (sic) da moléstia e da invalidez, e terminando disse que se o começo a agricultura fundassem sociedades haveriam de ver os resultados.⁸⁹

A exaltação e reconhecimento da organização dos trabalhadores se justificavam por sua importância na promoção política do trabalhismo e do seu trabalho previdenciário. Em nível local, esse cenário já configurava numa futura recepção ao governo de Vargas, que assumiria o poder na década seguinte, oficializando a unidade da Igreja com o Estado e implementado as primeiras políticas públicas de previdência social no Brasil.

A União Artística Barbalhense é cooptada pelo liberalismo e pelo trabalhismo, bandeiras das elites locais, que interagem com os trabalhadores e com eles participam da entidade atendendo o discurso da harmonia entre patrões e operários, elaborados pela Igreja. Os trabalhadores eram submetidos à vigilância do Estado e da Igreja, a fim de se evitar a infiltração de idéias subversivas e ateias em seu meio. Essa condição, também favorece a recepção do movimento circulista na década seguinte, no município. Nessas condições, tanto a União Artística, como o Circulo Operário, representaram a antecipação da Igreja à cooptação ideológica dos trabalhadores pelo protestantismo e pelo marxismo.

As solenidades da União, conforme reuniam pessoas de todas as classes sociais, destacando-se as autoridades executivas, jurídicas e da segurança pública, consideradas como “pessoas de destaque”, além das “diversas famílias da elite Barbalhense”. A elas se se faziam presentes as Filarmônicas, 13 de maio, ou Santo Antônio, ajudando na construção de um ritual cívico-religioso, representado por discursos acalorados que exaltam o valor do trabalho, celebração de missa, novenas, alvoradas festivas, hasteamento de bandeiras e bailes dançantes. Entre estas comemorações, se inclui por ocasião do seu aniversário, em 1928, um “chá dançante” noturno, realizado no “salão do Cariry”. Clube de futebol, que juntamente com o Centenário, também entidade desportiva, matinha interatividade institucional com a União. Por ocasião da festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, os sócios, representados por uma comissão, acompanhavam a procissão de encerramento conduzindo a imagem de São José.

Também, se faziam presentes às solenidades, a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, cujas alunas, executavam o “Hino da Bandeira, dos Artistas” acompanhadas pela filarmônica, demonstrando a participação da escola a serviço do civismo, da religiosidade católica e do trabalhismo. Os empregados do comércio se destacavam como uma

⁸⁹ Idem, Ibidem

das categorias dos trabalhadores urbanos sempre presentes às solenidades a União Artística. Foi em função dessa categoria, que no decorrer dos anos, se investiu no ensino noturno no município, culminando, na década de 1970, com o funcionamento de uma escola específica para ela, a “Escola do Comercio”, sediada no prédio Gabinete de Leitura.

Uma das suas atas da União Artística registra a importância do estatuto na sua orientação cívica e religiosa, ao enfatizar

o desejo ardente dos seus fundadores de só instalar tão importante sociedade sobre os alicerces de uma lei (os estatutos) a quem todos devam respeitar e obedecer, venerar feito dos mais pobres, artistas, que desejam o bem estar da classe, da sociedade e da pátria.⁹⁰

Entende-se por “bem estar” a estabilidade social e política desejada pelo cristianismo. Os trabalhadores não eram considerados como classe, na concepção marxista, mas como protagonistas da arte que “embeleza o mundo”. Nas comemorações do dia de São José, correspondente ao primeiro aniversário da entidade, o Dr. Antônio Filgueiras Sampaio “fez eloqüente discurso analisando principalmente a utilização e a necessidade do trabalho, fazendo ver o valor da solidariedade dos povos.”⁹¹ Muitos dos seus filiados, procediam das elites locais, identificadas com o catolicismo e com trabalhismo, atendendo as reivindicações da Igreja romanizada na promoção da harmonia entre as classes. Igualmente a União Artística, na década seguinte, os Círculo Operário é receptivo a todas as classes, na defesa dos mesmos princípios doutrinários da Encíclica de Leão XIII, que a união já defendia.

Contudo, conforme o livro de atas da União existia um tratamento diferenciado entre as classes em relação ao acesso à entidade. A entidade não se fazia exigente em relação à filiação de pessoais socialmente influentes no meio social e político, dispensando o atestado de saúde e de boa conduta, exigidos aos demais, conforme seu estatuto. Considerava-se o status dos representantes das elites associados como uma forma de valorização social da entidade, motivo de regozijos e congratulações. Geralmente, destes quadros eram eleitos os presidentes e vice-presidentes da União, mesmo que, como demonstram seus documentos, estes nunca tivessem anteriormente participado da sua vida social. Era o caso, do Cel. Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, prefeito municipal e o Dr. Antônio Taumaturgo Filgueiras Sampaio, que o substitui como prefeito no ano que antecede a revolução de 1930. A participação dos trabalhadores na diretoria limitava-se aos cargos de direção menos expressivos. Isso é perceptível nas palavras do presidente reeleito, José Pio Rodrigues, ao

⁹⁰ Idem. Reunião de 24/06/1925, p. 25.

⁹¹ Idem. Reunião de 19/03/1925 p. 19.

saudar o vice-presidente Henrique Lopes, por ocasião da posse da nova diretoria da entidade em 24 de junho de 1925.

Esta tomando posse, foi o D. D. Vice-Presidente, o prefeito Municipal Henrique Lopes Sobrinho saudado pelo Sr. presidente fazendo-se louvor novamente a sua palavra sempre fácil e repassada de satisfação por ver-se auxiliado por uma das personagens de maior destaque de nossa terra.⁹²

Em clima festivo, a “multidão” após essa solenidade de posse da diretoria acompanhou o presidente e o vice até as suas respectivas residências, onde, à sua frente se concentrava sendo saudada pelos novos diretores. Neste mandato, o fato do novo vice-presidente não ter vivência anterior com a entidade, cria dificuldades para presidi-la quando necessário. Assim relata uma das atas da União: “Aberto o expediente o Sr. presidente pediu informação do que havia de fazer em sessão pois não estava a par do momento da sociedade.”⁹³. Na condição de vice-presidente e prefeito municipal, Henrique Lopes, não dispunha de tempo para acompanhar a União. Neste caso, coube a entidade, designar a nomeação de “uma comissão para visitar constantemente o sócio vice-presidente” e fazê-lo ciente das atividades desenvolvidas.

O Coronel José de Sá Barreto Sampaio, um dos principais protagonistas da cultura, da educação e da religião no município, a partir do Gabinete de Leitura e da Liga Contra o Analfabetismo, integrou, desde sua fundação, o quadro de sócio da União. A sua experiência no campo da cultura orientada pelo catolicismo e a sua influência na paróquia fortaleceu o espírito religioso da União, até esta, ser transformada no Círculo Operário Cristão em 1932. A sua contribuição ao Círculo operário, que “o tinha em alto apreço” é reconhecida por ocasião de sua morte, no artigo “Um grande Morto”, publicado no Jornal Cetama,⁹⁴ de circulação local.

Alem das mensalidades, ao final da reunião, era solicitada entre os sócios presentes, uma contribuição em dinheiro, a ser depositada numa sacola, denominada de “sacola de São José”. Também eram realizadas quermesses em louvor a São João e São José para obtenção de recursos para a instituição. A identificação político-ideológica da União Artística com o trabalhismo e com o catolicismo fez essa organização se identificar com os propósitos da Igreja romanizada, visualizadas no projeto de recristianização da Ação católica. Não se tem registros da participação direta do clero na vida institucional da União Artística. A Igreja se

⁹² Idem. Reunião de 24/06/1925, p. 25.

⁹³ Idem. Reunião de 21/03/1926, p. 29.

⁹⁴ Edição de 19/05/1940.

faz presente na entidade através dos leigos a ela associados. O seu lema “Ora et labore”,⁹⁵ escrito no Estandarte da União é o mesmo da Congregação Beneditina. Refletia a sacralização do trabalho, no sentido religioso e corroborava com a unidade entre a fé e o trabalho. Tendência político-ideológica que se legitimou na década seguinte através do pacto entre o Estado trabalhista de Vargas e a Igreja Católica.

Nos seus últimos anos, a União Artística foi presidida, pelo Coronel Henrique Fernandes Lopes Sobrinho. Nesse período, destacam-se a participação dos intelectuais locais, como Raul Coelho, cuja oratória, nas solenidades de comemoração do dia de São José e do aniversário da entidade enfatizava o trabalhismo, a fé e o civismo. Muitos deles, nas décadas seguintes, continuaram fazendo a defesa do catolicismo e do trabalhismo através do Círculo Operário. Na gestão de Henrique Lopes, a entidade prioriza a aquisição de uma sede própria, em detrimento da idéia de aquisição de um terreno, no interior do cemitério, para o sepultamento dos sócios falecidos. A partir de janeiro de 1929, a União tenta a oficialização do seu reconhecimento estadual, através da publicação dos seus estatutos no Diário Oficial do Estado do Ceará.

Suas ações sociais educativas e culturais e a defesa dos trabalhadores já assumiam quase que as mesmas características do Circulismo que iriam se propagar no Brasil na década seguinte. Essa semelhança fez com que o seu estatuto servisse de referencia para o Círculo Operário Catholico de Cajazeiras (COCC) - PB.

Outro aspecto que associa União à religiosidade, é o fato de seus associados, Antônio Taumaturgo Filgueiras Sampaio, médico aposentado da marinha, e Melquíades da Costa Veloso, serem a partir de 1928, coordenadores “carregamentos do Pau da Bandeira”⁹⁶ de Santo Antônio por ocasião da abertura da festa do padroeiro da cidade. Nesse período, a banda Santo Antônio integrava o patrimônio cultural da União, colaborando com o espírito de cívico e religioso das festividades do município. O zelo pelo patrimônio cultural se manifestava na preocupação com os instrumentos da banda, com o

arrecadamento do instrumental da liga a fim de não sair daqui (do município) para outra localidade pois o presidente já havia contratado o mesmo para missão velha. Fazendo ciente fazendo ciente que mais difícil era o mestre (maestro) mais que o sócio Antonio Taumaturgo tinha feito ciente que tinha mestre (maestro) barato.⁹⁷

⁹⁵ Expressão em Latim que significa “orar e trabalhar”.

⁹⁶ Tradição folclórico-religiosa do município, que consiste no corte de uma das árvores de grande porte da área de floresta da Chapada do Araripe, e no deslocamento do seu caule nos ombros de centenas de devotos de Santo Antônio, até a Igreja Matriz, onde é erguido como mastro da Bandeira do santo, por ocasião da abertura da festa do padroeiro.

⁹⁷ Livro de Ata da União Artística Barbalhense (1924 – 1930) - Reunião de 21/07/1929, p. p.54.

Em fins de 1929 a União Artística investe decisivamente na construção de sua sede, através da compra de um terreno. Para estes fins, propunha arrecadar o dinheiro a partir da venda de 100 ações ao preço de 5:000\$000 (Cinco Contos de Reis), cada uma, a serem pagos através de sorteios a se realizarem aos terceiros domingos de cada mês. Nas reuniões, os sócios manifestavam o desejo de a sede ser edificada, na época, nos terrenos ociosos da rua senador Alencar, entre o sobrado de Manuel Leite e a residência do sócio Manuel Rolim. Para isto, foi criada uma comissão entre os sócios para empreender as negociações junto ao proprietário do terreno, que se indispôs a negociar. Como alternativa, optaram pela compra de outro terreno, na mesma localidade, ao advogado e ex-prefeito municipal José Bernardino de Carvalho Leite, no valor de 500\$000. Nessa negociação o próprio vendedor, identificado com a causa trabalhista e religiosa, colabora com a compra, emprestando a entidade 300\$000.

Seus associados canalizaram seus esforços para a construção da sede, contando com a colaboração de pessoas socialmente influentes, identificadas com a União Artística. Entre eles, os médicos Antônio Filgueiras Sampaio⁹⁸ e Leão Sampaio, que colaborava com as ações previdenciárias da entidade e eleito deputado federal no governo de Vargas. Tinha ele uma atuação política, fortemente influenciada pelo catolicismo, a serviço de recristianização. A localização da sede do Círculo Operário, construída em 1937, corresponde à propriedade que fora adquirida pela União Artística ao final da década de 1920 do ex-prefeito José Bernardino de Carvalho Leite.

A partir de 1930, o Circulismo se propagava no país com a colaboração e incentivo da Ação Católica Brasileira, operacionalizando a intervenção da Igreja junto aos trabalhadores na promoção de uma nova ordem social, cristã. No caso de Barbalha- CE se percebe que o círculo Operário, a partir da década de 1930, representa a continuidade das ações da União Artística Barbalhense, porém, de forma mais consistente e ideologicamente mais fortalecida, pelo pacto entre a Igreja com governo trabalhista de Vargas. Apesar do registro do Círculo como instituição jurídica, à sua sede social só foi que legalmente reconhecida como sua propriedade em 1983, pela “Lei do Usucapião”,⁹⁹ através dos esforços do vereador e presidente circulista, Agostinho José dos Santos.

⁹⁸ Era médico da marinha e ocupou o cargo de Prefeito Municipal, substituindo o tabelião Cláudio Álvares Couto, até a Revolução de 1930, quando o rábula Duarte Junior foi indicado como interventor do município pelo governador Manuel do Nascimento Fernandes Távora.

⁹⁹ Conforme o Código Civil Brasileiro no seu art. 550, em vigor nesta data, assegura: “Aquele que por vinte anos, sem interrupção, nem oposição possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título de fê, que, em tal caso, se presume podendo requerer ao juiz que assim o declares por sentença, a qual servirá de título para a transcrição no registro de imóveis.” (Documento de Registro do imóvel correspondente à sede do Círculo Operário)

O mesmo procedimento, de envolvimento da população católica na construção da Igreja do Rosário, 1927, ocorre na tentativa de construção da sede da União Artística. Trata-se de costumes herdados da época do império, de carregamento de pedras na cabeça dos devotos, aos finais de semana, para a edificação do santo da sua devoção, acompanhada por banda cabaçal. O livro de ata da União registra que “o Sr. presidente mandou que constasse na ata que desde outubro que se botava pedra na cabeça, nos domingos, acompanhadas de zabumbeiros, já tendo umas duzentas cargas de pedra encostada.”¹⁰⁰ O livro não emite nenhum indicativo de deslocamento de recursos públicos ou da Igreja para a construção da sede da União Artística, sendo que, os esforços nesse sentido, se fazia a partir de contribuições movida pela devoção a São José.

A União Artística se antecipou ao Circulismo na organização e formação dos trabalhadores sob a orientação da encíclica *Rerum Novarum*. A articulação dos intelectuais pela da propagação doutrinária do catolicismo, historicamente, se fez presente no município de Barbalha, movidos pela convicção política e religiosa herdada do seu meio cultural e familiar. Nos últimos anos de existência da União, suas reuniões convergiam poucos sócios e as suas comemorações, do padroeiro e de aniversário, não mais aprestava o entusiasmo dos anos anteriores. Desprovidos de sede, se reuniam na casa do seu presidente Henrique Lopes Sobrinho, ex-prefeito municipal nos anos de 1916 a 1926, substituído por Claudio Álvares Couto. O comprometimento do seu caixa, após o pedido de desligamento do seu tesoureiro, se constitui num dos fatores que ocasionam a instabilidade da União.

Apesar das dificuldades, o seu presidente procurava identificar e preservar o patrimônio que a sociedade dispunha. Somando-se a isto, o clima de instabilidade política nos dias que antecederam a revolução de 1930, comprometia a estabilidade social da organização. A ata da União faz referencia a estas dificuldades, onde Henrique Lopes justifica não “ter havido sessão no mês de setembro (mês que antecede a revolução) por motivo de achar-se a em revolução a nação e não era conveniente reuniões.”¹⁰¹

Antes de ser deflagrada a Revolução de 1930, ocupava o cargo de prefeito Dr. Filgueira Sampaio, que também, já havia dirigido a entidade. Dessa forma percebemos que os agentes do poder, eram os mesmos que integravam as organizações sociais nesse período e que na década seguinte, vão dar sustentação política ao governo de Vargas no município. As primeiras gestões do Círculo Operário continuam expressando a identificação dos agentes

¹⁰⁰ Livro de Ata da União (1926 – 1930)- Reunião de 18 /11/1929, p.56.

¹⁰¹ Livro de Ata da União (1926 – 1930) - Reunião de 17/11/1930, p.59.

políticos com o trabalhismo, sendo suas gestões revezadas entre ex-prefeito Henrique Lopes e o médico Lyrio Callou, que a partir de 1935 é nomeado como interventor de Vargas até o final do estado novo, em 1945.

O cenário político de Barbalha que antecede a ascensão política de Vargas, marcado pela experiência da União Artística Barbalhense, contribui para a transição e adaptação da organização dos trabalhadores ao projeto político de Vargas, centrado no trabalhismo. Dessa forma, a experiência de organização dos trabalhadores, efetivada entre os anos de 1924 a 1931, é canalizada para a efetivação do Circulismo local, legitimando o pacto entre a Igreja e o Estado, que se efetiva no governo de Vargas a partir da constituição de 1934.

A tradição católica, presente na formação histórico-social do município de Barbalha, é marcada pela unidade político-ideológica entre o clero e a estrutura de poder local, desde a época do Império. Essa característica permitiu a interação entre os poderes políticos e eclesiásticos na institucionalização da cultura e da educação, nas primeiras décadas da república, onde, as entidades são integradas por intelectuais e políticos locais de tradição católica, descendentes dos primeiros colonizadores.

Os empreendimentos como a Casa de Caridade, e nas primeiras décadas da República, como o Gabinete de Leitura, a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo e a União Artística criaram as bases para a emergência do movimento circulista no município. Nestas condições o Círculo Operário de Barbalha não surgiu como uma primeira experiência associativa da Igreja, mas, como resultante de experiências acumuladas pelo catolicismo e pela intelectualidade no campo assistencial, educativo, cultural.

Por isso, na compreensão do Circulismo, consideramos ser importante chamar atenção para a dimensão da projeção histórica do catolicismo a partir das instituições locais que se estabeleceram no município entre o final do império e nos primeiros anos da República. Somente a partir delas poderemos compreender a projeção do Circulismo em Barbalha e a operacionalização das suas ações a serviço do projeto político-teológico da Igreja em unidade com o Estado trabalhista, na defesa da fé católica e da estabilidade política, onde se evidencia a educação para a ordem social, a ser explorada no próximo capítulo.

2.CIRCULISMO, RECRISTIANIZAÇÃO E TRABALHISMO EM BARBALHA: A EDUCAÇÃO PARA A ORDEM

A compreensão do Circulismo, como movimento católico, passa pela ação política empreendida pela Igreja Católica a fim de fortalecer institucionalmente, em nível mundial, contra os seus adversários ideológicos no final do século XIX. Podemos contextualizar a posição política da hierarquia católica, nesse período, a partir do processo de unificação e ideologização da Itália, pelo liberalismo. Esse fator implicou na perda dos territórios do Vaticano comprometendo a hegemonia da Igreja Católica. Em solidariedade ao Papa, a Santa Sé incentivou a reação dos católicos e o fortalecimento institucional da Igreja. Essa estratégia procurava compensar a perda da sua influência política da Igreja, mediante o fortalecimento da autoridade moral da sua hierarquia, em nível mundial, sob o controle do vaticano. Esse processo promoveu a romanização da Igreja, que consistiu no aparelhamento da sua estrutura e na viabilização do surgimento de organizações católicas, tais como, as congregações religiosas, os movimentos leigos e a Ação Católica, voltada para a recristianização.

As primeiras experiências leigas da Igreja foram desenvolvidas a partir de 1880, na Alemanha, Itália e na França, considerados precursoras da Ação católica. A mobilização dos leigos na efetivação das atividades da Igreja, nesses países, apesar de apresentarem diferenças na forma de organização, tinha em comum, o objetivo das suas ações, a romanização. Em 1906 o papa Pio X havia projetado a União Popular (UP), a União Econômico-social (UES) e a União Eleitoral (EU). A sua encíclica, de 1905, se constitui no primeiro documento oficial de orientação e estruturação da Ação Católica pela Igreja. Ela reivindica a união dos leigos e reconhece a sua importância na intervenção do cristianismo nas paróquias, na família, na escola e na sociedade profana, sob a observação da hierarquia católica.

Projetava-se a formação de dois blocos antagônicos, um representado pelo catolicismo, e o outro, pelos setores que defendiam a modernidade. A nova conjuntura política e social das primeiras décadas do século XX, marcada pela influência do fascismo italiano e pela experiência socialista da Rússia, coincide com o papado de Pio XI. Diante da polarização ideológica entre o fascismo e o socialismo, a Igreja saiu da defensiva e conclamou os católicos a exercerem um apostolado hierárquico, religioso, na defesa dos seus princípios.

Duas modalidades de movimentos apostólicos, geral e especializado, caracterizavam as ações da Igreja. A Ação Católica Especializada, organizada por categorias, que no seu meio social exerciam a sua militância, tendo a sua origem na Bélgica, inspirada na Juventude Operária Católica (JOC), que havia sido fundada em 1918, por Joseph Cardijn. No entanto, é

a partir da reorganização da Ação Católica Italiana (ACI), pelo papa de Pio XI, (1922 – 1939), que esse movimento se propaga internacionalmente. Ao término da primeira guerra mundial surgiram as primeiras experiências dessa organização católica. Estas se propagaram a partir da década de 1920, legitimando a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja. As principais características da Ação Católica eram a defesa do laicismo, sob a orientação da hierarquia clerical, e a sua dimensão suprapartidária, na busca do estabelecimento de uma nova ordem social cristã.

Em 1931, a encíclica “Quadragesimo Anno” do papa Pio XI, referendava a “Rerum Novarum” e estabelecendo a organização da Ação Católica, de forma específica, por categorias sociais. No Brasil a Ação Católica Brasileira (ACB) surgiu a partir da criação da Confederação das Associações Católicas do Rio de Janeiro (CACRJ), apoiada pela experiência do Centro Dom Vital, fundado em 1922, cujos artigos da sua revista, *A Ordem*, expressavam o pensamento da intelectualidade católica. Apesar de na década de 1920 já existirem algumas publicações e experiências da Ação Católica em algumas dioceses, sua oficialização no Brasil, somente ocorreu em 1935, após revisão e aprovação dos seus estatutos pela Santa Sé, no papado de Pio XI. Na sua fase inicial, adotou o modelo italiano de Ação Católica Geral, passando posteriormente, no período pós-guerra, para modelo francês, específica, tendo a sua militância organizada a por categorias.

Algumas experiências, tais como, a União Católica (UC), Associação de Universitários Católicos (AUC), contribuíram para a efetivação da Ação Católica específica, no Brasil, representada por movimentos, tais como, a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Independente Católica (JIC). A dissolução da Ação Integralista Brasileira (AIB), pelo Governo de Getúlio Vargas e a derrota do fascismo na primeira guerra mundial são fatores que contribuíram para a perda da influência ideológica Ação Católica. A partir de então, esse movimento católico passou a adotar uma posição de esquerda sob a liderança do Padre Helder Câmara, teoricamente fundamentado no pensamento filosófico de Emanuel Mouer, Teilhard de Chardim, Lebet e outros humanistas cristãos.

As experiências associativas dos trabalhadores, caracterizadas pela cooperação de classe, têm como ponto de partida o lançamento da encíclica Rerum Novarum do papa Leão XIII, em 1891, oficializando a intervenção política da Igreja Católica no mundo do trabalho. Entre os séculos XIX e XX, surgiram no Brasil, algumas organizações preocupadas com a melhoria das condições de vida do operariado, inspiradas no catolicismo social, tais como, a

do empresário Carlos Alberto de Menezes, fundador da Companhia Industrial Pernambucana (CIP), primeira vila operária da América Latina em 1891; a Confederação Católica do Trabalho (CCT), em 1919; a Federação Operária Cristã (FOCP), em Pernambuco; o Centro Operário Católico Metropolitano (COCM), em São Paulo; os Círculos Católicos de Operários e Trabalhadores de São José (CCOTSJ), no Ceará e as Uniões Operárias de Vila Isabel (UOVI), no Distrito Federal. A encíclica Quadragésimo Ano do Papa Pio XI, em 1931, respaldava a posição eclesial da encíclica *Rerum Novarum*. Orientada por sua hierarquia a Igreja junto ao operariado. Igreja atuava na perspectiva de humanizar as relações entre patrões e operários, a fim de evitar o conflito e o ódio de classes, considerados como causa da instabilidade social.

A conjuntura política do Brasil, a partir da industrialização e a conseqüente urbanização do país, a partir de 1930, condicionaram a formação do operariado urbano, que passou a ser cooptado pelos movimentos de esquerda e da Igreja Católica, estes últimos, orientados pelos princípios doutrinários da Encíclica *Rerum Novarum*. Sob a liderança do Cardeal Sebastião Leme, a Igreja Católica se apresentou como instituição colaboradora de uma transição pacífica entre os governos de Washington Luis e de Getúlio Vargas. A amizade e o prestígio político e religioso do Cardeal Leme, derivados de suas ações, em apoio ao novo governo estenderam-se ao campo interinstitucional, resultando na formação do pacto entre a Igreja e o Estado, pela defesa da fé católica e da ordem social, em resistência às ideologias contrárias. Na defesa da pátria e da religião era premente a cooptação do operariado e dos patrões, promovendo entre eles o espírito de colaboração, contemplando a expectativa dos documentos pontifícios.

A Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder, marcou de forma indelével a relação da Igreja com a sociedade política. Dom Leme queria exercer, por meio dos intelectuais orgânicos, uma ação firme e decisiva no sentido de influenciar o aparelho de Estado e, a partir dele, a sociedade civil, de modo a concretizar o processo de restauração. Da mesma maneira, o Estado precisava da Igreja como aliada a fim de que esta, juntamente com outros aparelhos da sociedade civil, difundisse uma visão de mundo favorável ao governo. Isso porque a Igreja era melhor do que qualquer partido político, um aparelho com alcance nacional capaz de mobilizar a opinião pública em favor da Revolução (SCHWARTZMAN, 2000, p. 62).

Com a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), em 1930, administrado por Lindolfo Collor, o Estado exercia o controle dos sindicatos e mediava os conflitos entre o capital e trabalho. Procurava-se assegurar a harmonia de classe através de uma legislação trabalhista e sindical, inspirada no fascismo italiano e motivada pelos princípios doutrinários da Encíclica *Rerum Novarum*. Ao mesmo tempo em que o governo

controlava as organizações sindicais, promovia o corporativismo e a organização patronal. O seu discurso se fundamentava na necessidade de concretização das reivindicações históricas dos trabalhadores.

Sob pressão dos paulistas, excluídos do poder no golpe de 1930, o governo de Vargas antecipou, em 1932, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, visando estabelecer o Estado de direito no Brasil. Promulgada em 1934, a nova constituição oficializou a colaboração entre a Igreja e o governo, atendendo às reivindicações católicas, centradas na defesa dos princípios doutrinários do catolicismo e do seu projeto político-teológico. A participação efetiva dos católicos na política em sintonia com o catolicismo romanizado se fazia através da Liga Eleitoral Católica (LEC), criada em 1933.

Embora não se constituísse num partido político, a LEC tornou-se o principal instrumento de orientação e pressão ideológica sobre o eleitorado, garantindo nas eleições para a assembléia constituinte de 1934, a vitória dos candidatos comprometidos com os interesses da Igreja. Apesar da nova constituição de 1937 não mais reconhecer as reivindicações católicas, oficializadas em 1934, o pacto entre Igreja e Estado se manteve no Estado Novo. O espírito anticomunista impunha a necessidade de se manter a interação entre o governo e a hierarquia católica, sobretudo, pela importante influência política e doutrinária que a Igreja exercia na sociedade civil. A partir de 1939, a Igreja através do Concílio Plenário Brasileiro¹⁰² (CPB), aprovado pela Santa Sé, propunham a discussão dos problemas brasileiros, optando pela exclusão da pastoral específica, que foi substituída em 1945 pela pastoral coletiva. Com isso, o episcopado tinha a intenção de promover uma maior aproximação do clero com o povo.

Dom Sebastião Leme procurou evitar manifestações do clero que pusessem em risco as relações entre Estado e Igreja. Em 1942, solidarizou-se com Vargas quando do rompimento diplomático do Brasil com as potências do Eixo. Defensor da criação de uma universidade católica teve seu projeto concretizado no início da década de 40, quando foi criada no Rio de Janeiro a Pontifícia Universidade Católica (PUC).¹⁰³

A Igreja, contrária ao Estado laico, republicano, conclamava restauração da ordem social cristã, como uma exigência divina, diferenciada das propostas liberal, socialista. Contudo, a concretização da sociedade cristã desejada, implicava supostamente na superação da ignorância, política, religiosa e do analfabetismo, considerados pelo episcopado como um obstáculo a propagação da doutrina católica.

¹⁰² Reunião de autoridades eclesiais com o objetivo de discutir e deliberar sobre questões pastorais, de doutrina, fé, e costumes, realizada no Rio de Janeiro, então capital da República.

¹⁰³ FGV/ CPDOC Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>> Acesso em: 20 Abr. de 2008.

Na transmissão dos conhecimentos e valores do catolicismo, voltados para a recristianização¹⁰⁴ do Brasil, o episcopado elaborou estratégias de operacionalização de suas idéias, a partir da sistematização de uma ação educativa, tendo como agentes religiosos e leigos, que atuavam em suas respectivas instâncias da Igreja. Nesta perspectiva, a reivindicação do ensino religioso nas escolas públicas e o fortalecimento institucional das escolas confessionais se incluem como forma de propagação da fé católica. Na concorrência ideológica, com os segmentos contrários à Igreja, a tradição, a hegemonia do catolicismo e espírito anticomunista, favorecia a aceitação da proposta educacional do catolicismo.

A defesa da educação pelos circulistas tinha duas perspectivas: a primeira, busca padronizar o comportamento moral e social dos trabalhadores em oposição ao movimento de esquerda, e a segunda, integrar os patrões e as classes médias ao projeto de sociedade idealizada pelo catolicismo.

Com base na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) e da retomada da mesma, em 1931, com a *Quadragesimo Anno*, setores da Igreja passaram a se preocupar com o peso crescente da classe operária no País. A "questão operária" passou a ser interpretada pela Igreja dentro da óptica da necessidade de colaboração e harmonia entre as classes, combatendo assim as "ideologias exóticas" e contribuindo com o governo na regulamentação das relações entre patrões e operários, dentro de um espírito corporativo. Os círculos desenvolviam atividades de educação, lazer, saúde entre os operários e seus familiares. Visavam, entre outras coisas, criar líderes sindicais imbuídos da doutrina social da Igreja que pudessem concorrer com os comunistas e esquerdistas em geral. (RODEGHERO, 2002. p.479)

A educação tornava-se uma ferramenta imprescindível para se estabelecer o modelo de sociedade idealizada pela Igreja. A formação dos trabalhadores atendia às exigências da modernidade, onde os Círculos Operários ganhavam importância na promoção da educação integral, preocupada com a dimensão material, espiritual e intelectual dos seus associados. Nessa estratégia de educação, abordagem e a valoração do trabalho se davam na perspectiva cristã, exigindo para isso uma ação educativa, voltada para o cumprimento recíproco dos deveres e direitos, entre patrões e operários.

Reconheciam a necessidade de se investimento além da alfabetização, primando pela formação profissional, moral, cultural e social dos trabalhadores. O disciplinamento para o trabalho fazia parte da educação moral e do espírito de colaboração entre as classes defendida pelos Círculos Operários. Estes se auto-reivindicam como exemplo da ordem cristã desejada,

¹⁰⁴ O movimento da Igreja Católica, de "recristianização", preconizado com a Encíclica *Rerum Novarum* de 1891, de Leão XIII (1878-1903), consistindo na oposição da Igreja aos movimentos de esquerda e liberais democráticos da sociedade burguesa.

que deveria atingir toda sociedade e o país. A Igreja atuava na defesa do plano da salvação dos homens, ameaçados pelo materialismo e pela desordem de uma sociedade em conflito

Para o grupo católico o mundo, e em especial o mundo ocidental, está em crise. É uma crise generalizada que atinge os aspectos materiais, sociais, jurídicos e principalmente morais. Esta crise, que se apresenta sob forma de desmoralamento das instituições vigentes e da desorientação das consciências, atinge também o Brasil. (...) De um modo geral pode-se dizer que a crise é diretamente proporcional ao afastamento do homem em relação à sua própria natureza e ao seu Criador, com as inevitáveis conseqüências que advêm de tal atitude, para a sociedade civil. Este afastamento ético-religioso, por sua vez, refluí em um antropocentrismo, que por eliminar Deus, assume bases naturalistas e materialistas. Para os católicos, o afastamento tem inícios numa crise de consciência, por vezes chamada de crise do intelecto, que é a consciência ou a inteligência dirigida por razões meramente humanas, sem atender à hierarquia das coisas. A inteligência humana, cada vez mais orgulhosa de suas conquistas, não que mais saber das normas que deveriam regrá-la e anseia por toda a sorte de reformas e revoluções. E vai aos poucos eliminando o espiritualismo que liga o homem a Deus e a seu próximo. (CURY, 1988, p. 29)

Os Círculos atuam nesta perspectiva, contemplando o projeto de romanização da Igreja no Brasil, iniciado no século XIX, como processo pastoral que objetivava recolocar a Igreja da América Latina sob o controle do papa, orientando a militância dos católicos no meio sindical. A intervenção da Igreja no mundo do trabalho se afirma como uma forma de garantir o seu poder institucional na sociedade moderna, diante da concorrência das ideologias atéias e materialistas que cooptavam os trabalhadores e comprometia a estabilidade religiosa do catolicismo. Para isto, a Igreja elabora e recorre a uma doutrina específica sobre o mundo do trabalho e ao evangelho, para se impor como autoridade à sociedade e aos governos em suas respectivas nações.

A encíclica vê a adesão dos trabalhadores ao socialismo como uma degeneração moral e religiosa, que compromete o cristianismo. Contra isso, reage politicamente pela reabilitação da moral, da ordem, da paz e da harmonia entre os homens, conforme as exigências do cristianismo. No combate ao marxismo, busca-se fortalecimento da fé entre os operários através da sua formação espiritual. As instituições católicas são sugeridas como estratégia de reabilitar e manter os trabalhadores, ameaçados pelo “perigo do mal”, sobre o controle da Igreja, portadora da salvação. Consistia no propósito de salvar o trabalho, como condição necessária para a existência da vida particular e social.

Nesse processo, a defesa da harmonia entre as classes e da estabilidade social pela Igreja antecede o surgimento dos movimentos de esquerda no Brasil e ao governo de Vargas. Como mediador do conflito de classe com vistas ao estabelecimento da ordem. O temor à desordem, à violação da propriedade e ao comprometimento da fé católica pelo comunismo justificava a opção dos patrões pela estratégia político-teológica da Igreja,

orientada pela Encíclica *Rerum Novarum*, na promoção da harmonia entre patrões e operários.

O circulismo foi a organização escolhida para ser interlocutora da Igreja junto à classe operária e para estabelecer círculos mais estreitos com o Estado no campo social. (...) O circulismo tornou-se a representação da hierarquia eclesiástica e órgão consultor do Ministério do Trabalho porque se enquadrava no modelo da Ação Católica e, como tal, encontrava-se em sintonia com um catolicismo romanizado e tridentino, subordinado à hierarquia eclesiástica. (...) Ao retomar a doutrina social e as encíclicas papais, dando ênfase ao aspecto moral, o circulismo demarcou, de imediato, um campo específico de atuação que, por princípio, estava além da sociedade. Colocava-se como portador de um núcleo de verdades imutáveis, porque adquiriam o caráter de expressões do corpo místico de Cristo, Tornou-se assim inatingível aos ataques dos adversários e, ao mesmo tempo, detentor da única salvação possível... (SOUZA, 2002, p. 213 14)

A educação dos trabalhadores, proposta pela encíclica de Leão XIII, é, sobretudo, religiosa. Enfatizando os deveres do homem para com Deus e ganhava espaço nas instituições da Igreja, orientando suas ações para melhor contribuir na salvação dos homens, diante da concorrência ideológica com os comunistas.

... geralmente, esses operários que têm sido joguete de esperanças enganosas e de aparências mentirosas. Pois sentem, pelo tratamento desumano que recebem dos seus patrões, que quase não são avaliados senão pelo peso do ouro produzido pelo seu trabalho; quanto às sociedades que os aliciaram, eles bem vêem que, em lugar da caridade e do amor, não encontram nelas senão discórdias intestinas, companheiras inseparáveis da pobreza insolente e incrédula.¹⁰⁵

Considerada como a base das instituições operárias, a religião deveria estar presente na cultura, na arte e na formação dos artistas, como a única forma de se atingir a paz e a prosperidade social. A política, a religião, o patriotismo, a fé e civismo, eram fatores indissociáveis que atuavam em nome da ordem, tendo as instituições operárias como colaboradoras do Estado e da Igreja no combate ao comunismo.

O medo da desordem como consequência do crescimento do proletariado internacional levou a Igreja a divulgar, além das nacionalidades, seu discurso teológico-político de propaganda anti-revolucionária, legitimando-o, ao mesmo tempo, como um discurso crítico ao individualismo. A Igreja, colocando-se acima das classes, lança-se na pacificação da sociedade, buscando a solução da questão social pela via do paternalismo, e, principalmente, por meio da criação de um aparato jurídico-político que garantisse a harmonia social (VIANNA, Apud SOUZA, 2002, p. 46)

¹⁰⁵ Leão XIII – Encíclica *Rerum Novarum* Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 15 Dez. 2005.

2.1 Barbalha no contexto do surgimento dos Círculos Operários no Ceará e no Brasil

A primeira experiência do Circulismo cristão ocorreu na Alemanha em 1846 sob a liderança do padre Kolping¹⁰⁶. No Brasil os Círculos Operários se contextualizam no processo de revitalização da Igreja pela romanização, sendo propagados no Brasil a partir da criação do Círculo Operário de Pelotas - RS, idealizado pelo Padre Jesuíta Leopoldo Brentano, então diretor espiritual do Ginásio Jesuíta e da Congregação Mariana masculina desse município gaúcho. Eles se afirmam como uma resposta da Igreja Católica no Brasil às reivindicações das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, respectivamente, dos papas Leão XIII e Pio XII, que orientavam a intervenção do catolicismo no mundo do trabalho.

A fundação do Círculo Operário São José em Fortaleza - CE, em 1915, antecedeu à criação do Círculo Operário de Pelotas pelo padre Brentano em 1932, e que serviu de referência para propagação desse movimento em nível nacional. Na sua fase inicial o Circulismo cearense não se constituía uma organização intencionalmente voltada para conter o avanço dos movimentos de esquerda, que na percepção da Igreja, comprometia a estabilidade a fé católica. Afirmava-se como uma instituição católica voltada para a promoção da assistência social junto aos trabalhadores, inspirada o espírito da caridade cristã, preconizada pela Igreja.

Em 1931, a Ação Católica, através de Alceu Amoroso Lima conhecido como Tristão de Ataíde, lançou em nível nacional o Movimento Operário Católico como uma exigência do episcopado brasileiro, liderado pelo cardeal D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma colaboração da Igreja para a efetivação da política trabalhista preconizada pelo governo de Vargas e como uma forma do catolicismo influenciar o movimento sindical, que viria a ser tutelado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Por ocasião do Congresso Eucarístico de Belo Horizonte, em 1936, os Círculos Operários se transformaram num movimento nacional, sob a coordenação do Padre Leopoldo Brentano. No ano seguinte, coincidindo com a decretação do Estado Novo, ao se realizar I Congresso Nacional das Organizações Operárias Católicas (CNOOC), foi criada a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC), que incorporou e adaptou as associações operárias católicas já existentes nos Estados. Essa organização resultava da

¹⁰⁶ Objetivando transformar a classe operária em protagonista de uma nova sociedade, associou os princípios de fé ao aperfeiçoamento técnico e profissional, além de oferecer-lhes lazer e cultura. Sua obra está hoje presente em vários países, incluindo o Brasil, consistindo em cooperativas, escolas e cursos profissionalizantes.

intenção de se lançar um movimento operário católico em nível nacional, para influenciar a política do Ministério do Trabalho. (SOUZA 2002, p. 207)

A partir de então, o Circulismo se definiu como centro da Ação Católica e outras instituições eclesíásticas, instituindo e padronizando em nível nacional seus símbolos, tais como, bandeira, escudo e hino. Para fundação dos círculos, analisavam-se as experiências sindicais, filantrópicas e de organização sócio-religiosas dos municípios e o perfil a político-ideológico das lideranças destes movimentos. A partir dessa “preparação muito criteriosa”, a Ação Católica, assistida pelas dioceses, instituía os Círculos Operários nas paróquias, atribuindo lhes a responsabilidade pela assistência social dos trabalhadores.

No caso de Barbalha, a fundação do Círculo Operário São José, em 1932, como já descrito no capítulo anterior, resulta das experiências associativas da Igreja local nos anos que antecedem a década de 1930 e que permitiram a formação de uma militância inspirada no catolicismo romanizado. Seus protagonistas pertenciam à União Artística Barbalhense, que existiu entre os anos de 1924 a 1931, e descendiam de famílias de tradição agrária, muitos deles, movidos por forte convicção religiosa herdada do meio familiar.¹⁰⁷ Conforme seu estatuto, ações do Círculo de Barbalha deveriam ser orientadas pelas encíclicas papais “Rerum Novarum” e “Quadragesimo Anno” e outros documentos pontifícios. Como instituição católica, assumiu uma atuação no município a serviço do projeto da Igreja Romanizada e da recristianização¹⁰⁸ sob a vigilância e exigências do episcopado.

Dessa forma, os Círculos Operários não surgem como uma experiência forjada fora do universo cultural, político e religioso da população, mas, como resultante da tradição,

¹⁰⁷ A industrialização tardia promovida pelo governo de Vargas não se projetava no interior do Nordeste. Barbalha, como outros municípios do semi-árido, tinha a agricultura como principal atividade econômica. Nesse município, a indústria canavieira, respaldada no funcionamento de um número considerável de engenhos de rapadura, definia e consolidava a hegemonia econômica e política das famílias de tradição agrária, identificadas com o catolicismo. Barbalha se apresentava como um município eminentemente dependente do setor primário, tendo suas atividades urbanas, ainda representadas pelo comércio, destacando-se as lojas de tecidos, cujo declínio decorreu do saque da cidade pelo movimento sedicioso de Juazeiro em 1914. O novo cenário político da década de 1930, que substituiu as oligarquias rurais por novos agentes no cenário político nacional, não alteraram as relações sociais de poder local. A economia local centrada nas atividades agrárias continuava demarcando a ocupação dos espaços político, através dos seus agentes que ocupavam os cargos públicos. O sentimento anticomunista convergia pessoas de diferentes classes e vertentes ideológicas para o catolicismo e dificultava a penetração de idéias marxistas entre os trabalhadores, fortemente influenciados pela doutrina católica.

¹⁰⁸ No Brasil, esse processo se fortalece, a partir do regime republicano, quando a Igreja perde o status de religião oficial do Estado e busca recuperar seus espaços junto ao governo, perdidos com fim do sistema de padroado. Foi liderado pelo Cardeal Sebastião Leme, que promove a interação da Igreja com as massas, objetivando a catolicização da sociedade civil e o governo na perspectiva de conquistar o apoio do Estado que ela desejava torná-lo cristão. A partir da década de 1920, são criadas instituições que agregam os católicos por categorias e que implementam a ação católica da Igreja como forma de anular as ações políticas e ideológicas dos movimentos ideologicamente antagônicos ao projeto salvacionista da Igreja.

experiência religiosa e da identificação com a doutrina da Igreja romanizada. Surgem como mais uma instituição católica entre os paroquianos para contribuir com o exercício da caridade. Suas ações assistencialistas substituíam a ausência do Estado, na época, desprovido de políticas sociais para os trabalhadores, incluindo o campo da educação e da cultura. Os ideais circulistas eram apoiados pelos poderes público, eclesiástico e pela população, principalmente por aqueles que em anos anteriores já integravam as instituições das paróquias, numa conjuntura, em que Vargas mantinha o controle político dos governadores e prefeitos, identificados com as aspirações do seu governo. Nesse contexto, as dioceses e as paróquias orientadas pela doutrina social da Igreja se relacionavam com as lideranças circulistas locais, politicamente ligadas ao governo.

A Encíclica *Rerum Novarum* reconhecia o liberalismo e o capitalismo como causa da exploração, responsável pelo surgimento das ideologias de esquerda, que, segundo ela, propagava o ódio entre as classes, pondo em risco a estabilidade social e religiosa. Nessa ótica, o Circulismo em Barbalha, elegeu entre outros objetivos, “trabalhar pelo restabelecimento das relações harmônicas entre patrões e operários, inculcando-lhes a consciência dos próprios deveres e o respeito aos direitos mútuos”¹⁰⁹.

... os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras capazes de aliviar eficazmente a indigência e de operar uma aproximação entre as duas classes. Pertencem a este número as associações de socorros mútuos; as diversas instituições, devidas à iniciativa particular, que têm por fim socorrer os operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma protecção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos. Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias, que abrangem quase todas as outras. (...) Assim, com prazer vemos Nós irem-se formando por toda a parte sociedades deste género, quer compostas só de operários, quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões: é para desejar que aumentem a sua acção. Conquanto nos tenhamos ocupado delas mais duma vez (39), que-remos expor aqui a sua oportunidade e o seu direito de existência e indicar como devem organizar-se é qual deve ser o seu programa de acção (...) Certamente em nenhuma outra época se viu tão grande multiplicidade de associações de todo o género, principalmente de associações operárias. Não é, porém, aqui, o lugar para investigar qual é a origem de muitas delas, qual o seu fim e quais os meios com que tendem para esse fim. Mas é uma opinião, confirmada por numerosos indícios, que elas são ordinariamente governadas por chefes ocultos, e que obedecem a uma palavra de ordem igualmente hostil ao nome cristão e à segurança das nações: que, depois de terem açambarcado todas as empresas, se há operários que recusam entrar em seu seio, elas fazem--lhe expiar a sua recusa pela miséria. Neste estado de coisas, os operários cristãos não têm remédio senão escolher entre estes dois partidos: ou darem os seus nomes a sociedades de que a religião tem tudo a temer, ou organizarem-se eles próprios e unirem as suas forças para poderem sacudir denodadamente um jugo tão injusto e tão intolerável. Haverá homens, verdadeiramente empenhados em arrancar o supremo bem da humanidade a um perigo iminente, que possam ter a menor dúvida de que é necessário optar por esse último partido? (...) Tudo quanto se pode dizer em geral é que se deve tomar como regra universal e constante o organizar e governar

¹⁰⁹ Estatuto do Círculo Operário de Barbalha.

por tal forma as cooperações que proporcionem a cada um dos seus membros os meios aptos para lhes fazerem atingir, pelo caminho mais cómodo e mais curto, o fim que eles se propõem, e que consiste no maior aumento possível dos bens do corpo, do espírito e da fortuna.¹¹⁰ (LEÃO XIII – Encíclica Rerum Novarum)

Contemplando as reivindicações da doutrina católica, tinha o seu quadro de sócios composto por patrões e trabalhadores de profissões e setores variados, tais como, alfaiates, pedreiros, barbeiros, marceneiros, músicos, sapateiros, profissionais liberais, comerciantes, donos de engenhos, políticos e outros. Isso comprova o compromisso da entidade em promover a harmonia social entre as classes, exigidas pelo catolicismo, como um dos objetivos da instituição.¹¹¹ O Circulo ao fazer a intervenção da Igreja e do governo junto aos trabalhadores, incorporava às suas ações, o civismo, o nacionalismo e a religiosidade, na intenção de formar uma consciência anticomunista e antiprotestante entre seus associados.

O sentimento anticomunista e a orientação religiosa voltadas para o restabelecimento da ordem social cristã foram intensificados pela Igreja e pelo Estado a partir da revolução russa de 1917 e que ganhou corpo a partir da década de 1920. No Brasil, os católicos viam no estado laico republicano um campo fértil de propagação das ideologias contrárias a Igreja.

A intelectualidade católica insiste que esta situação caótica, fruto do laicismo apóstata da Velha República, mostrou o fracasso da civilização burguesa que se consumou na Revolução de 1930, onde, estavam presentes as mais diferentes correntes. A saída do caos implica ou a volta dos homens para dentro de si, satisfazendo às leis do espírito, ou a queda para as ruínas que os cercam, aceitando as leis da matéria. Daí duas correntes são oferecidas aos homens como opção. Uma corrente demagógica, cheia de vícios e paixões, cujo domínio, pode levar o país a todos os extremismos modernos, cuja fatal consequência será o comunismo materialista, a perseguição religiosa e a total paganização da sociedade brasileira. Esta corrente, na sua demagogia, se desdobra em dois braços: o individualismo liberal burguês, qual traz implícitos e confessos princípios agnósticos que abrem caminho para o seu sucessor que é o socialismo proletário. Este sim professa um materialismo ateu e atuante, cujo barbarismo que apoderar-se dos restos da civilização falida. (CURY:1988, p.p. 39 - 40)

No Ceará, ao difundir o Circulismo, o padre Guilherme Wasseem, protagonista e diretor espiritual do Circulo Operário São José, em Fortaleza, o primeiro do Ceará, objetiva o agrupar os trabalhadores cearenses, de diferentes instituições, numa única entidade cristã que os representassem. Da sua articulação com o movimento sindical, surgiu a Federação

¹¹⁰ LEÃO XIII – Encíclica Rerum Novarum

¹¹¹ A formação social do município historicamente influenciada pelo catolicismo contribuiu para o atendimento ao clamor da Igreja para combater seus “inimigos” político-ideológicos, em nome do cristianismo, facilmente sensibilizou e promoveu a convergência de patrões, operários e de diferentes facções partidárias em torno da mesma causa.

Operária Cearense (FOC), que em 1931 deu origem à Legião Cearense do Trabalho¹¹², liderada pelo tenente Severino Sombra e pelo padre Helder Câmara.

A idéia de incorporar as organizações de trabalhadores católicos já existentes, ligadas ou não, diretamente Igreja, a uma entidade representativa dos trabalhadores cristãos, favoreceu, indiretamente, a transformação da União Artística Barbalhense em Círculo Operário Cristão, em 1932.¹¹³ Devemos considerar que as ações previdenciárias, educativas e culturais da União Artística de Barbalha junto aos trabalhadores, entre os anos de 1924 a 1926, já se identificava com as ações do Circulismo. Igualmente aos Círculos Operários, a entidade barbalhense na década de 1920, já atraía os trabalhadores pela ausência do Estado as nestes setores.

Resultante da intenção de propagação do Circulismo no Ceará, na década de 1930, a Legião Cearense do Trabalho (LCT) se fortaleceu ao coordenar a criação de novos sindicatos no Ceará, tornando-se uma das principais concorrentes da Liga Eleitoral Católica¹¹⁴. Nas eleições constituinte, de 1933, as duas instituições elegeram seus respectivos candidatos ao parlamento. A Igreja no Ceará, sob a orientação do episcopado, participava da política através da militância católica, a serviço da cristianização.

¹¹² Organização operária conservadora, corporativista, anticomunista e antiliberal que existiu no Ceará entre 1931 e 1937 com a finalidade de projetar e apoiar os candiatos que faziam a defesa da Igreja no cenário político.

¹¹³ A denominação inicial adotada pelo movimento, de “Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José de Barbalha”, expressava a diferenciação do significado conceitual entre “operários” e “trabalhadores”. Nessa perspectiva, o termo operariado refere-se ao coletivo dos trabalhadores, cuja força de trabalho era absorvida pelas fábricas no processo de industrialização que emerge no Brasil. Por outro lado, se considerava como trabalhador, todos aqueles que exercem as atividades assalariadas fora do ambiente fabril, relacionadas ao comércio e a agricultura e os trabalhadores autônomos das diversas profissões. Fundamentada nas diferenças individuais a Igreja justifica a existência de classes sócias distintas entre os homens. Nessa análise atribui à inferioridade de inteligência do operariado em relação aos patrões, para explicar a sua condição social de classe. Para ela, o importante é que patrões e operários são interdependentes, tem a mesma importância no processo produtivo que garante a existência da sociedade e da nação. Para a Igreja as diferenças do grau de inteligência entre eles são naturais, sendo que as diferenças econômicas dela decorrentes podem ser superadas com a aplicabilidade da doutrina cristã. Assim apelam para o consenso, para o cumprimento de direitos e deveres recíprocos entre patrões e operários, para a prática da caridade e da justiça, fora da concepção marxista que opta pela luta de classe como forma de conquista do poder e superação da miséria dos trabalhadores.

¹¹⁴ A Liga Eleitoral Católica – LEC, fundada em 1932, se constituía no principal instrumento de doutrinação e intervenção dos católicos na política. Cumpria o papel de promover a consciência política dos trabalhadores identificados com as posições da Igreja romanizada, relativas à sua intervenção no mundo do trabalho. O convencimento do eleitorado sobre a proposta ideológica do catolicismo se efetivava uma ação educativa da Igreja incorporada pelo Circulismo. A formação da consciência católica dos trabalhadores partia da teoria e métodos estabelecidos e legitimados pelo episcopado, com a contribuição da intelectualidade católica. O Centro D. Vital sob a liderança de Alceu Amoroso Lima contribuíam com os Círculos Operários, reconhecendo a importância do seu papel político-religioso na conquista dos trabalhadores.

2.1.1 A interação com o Circulismo estadual e nacional

A criação da Federação dos Círculos Operários no Ceará (FCOC), durante o I Congresso Circulista, realizado neste estado, em 1940, ratificou a funcionalidade do movimento em sintonia com o Circulismo nacional, representado pela Confederação dos Círculos Operários. Nessa perspectiva, ocorreu a mudança do estatuto do Círculo Operário de Barbalha, em 1942, no sentido de adaptá-lo à padronização da entidade em nível nacional. Com a padronização, os Círculos Operários locais perderam a sua autonomia e originalidade, contudo, eles se fortalecem, ao interagir institucionalmente com outras instâncias do movimento em nível estadual e nacional. Apoiados por elas, o Circulismo local se afirma politicamente como expressão do catolicismo social a serviço da recristianização.

A padronização dos Círculos Operários em todo o Brasil, a partir do I Congresso Nacional e do I Congresso Circulista do Ceará, foram ignoradas por muitas entidades cearenses que mantiveram a sua denominação original de “Círculos de Operários e Trabalhadores Católicos” (COTC). A aceitação aos padrões de funcionamento dos Círculos, estabelecidos nacionalmente, significava a sua obediência às regras e posições definidas pela hierarquia católica. No processo de organização nacional do Circulismo, as decisões passavam a serem tomadas de forma verticalizada, gerando a insatisfação entre associados.

Designado pelo episcopado brasileiro para organizar e propagar os Círculos operários em nível nacional o padre Leopoldo Brentano S. J. visitou o município de Barbalha em março de 1939, sendo, festivamente aclamado e saudado pelos circulistas locais, na condição de “o peregrino do bem”. Recepção que contou com a presença do Monsenhor Juvinião Barreto¹¹⁵ e do Sr. Otilio de Figueiredo, respectivamente, vigário e presidente do Círculo do município de Juazeiro do Norte. Na condição de Vigário e assistente eclesiástico, o Padre José Correia e Lima, apresenta o Padre Brentano aos operários e o saúda em nome dos circulistas locais.

Igualmente,

o padre Brentano saudou a cidade de Barbalha, berço do seu maior amigo, Mons. Silvano de Souza, agradecendo o modo com que estava sendo recebido em nosso meio. Logo passou a discorrer o assunto principal da sua excursão, que era

¹¹⁵ Foi assassinado em 1950 por um romeiro do Padre Cícero, na matriz de Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte, CE.. O assassino justificou o crime no fato de que o padre, durante o sermão de uma missa que celebrara, ter posto em dúvida os milagres de transmutação da hóstia em sangue, na boca da beata Maria de Araújo, após receber a comunhão do Padre Cícero, na vila de Juazeiro em 1889. BRITO In: Continente Online. Disponível em: <[http://www.continentemulticultural.com.br/index.php?option=com_content &view=article&id=810&Itemid=129](http://www.continentemulticultural.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=810&Itemid=129)> O fato envolvendo o Padre. Cícero e a Beata Maria de Araújo dá origem a contendações religiosas, sobre o caso, por parte da população, resultando na intervenção religiosa em Juazeiro pela Igreja romanizada que desabilitou o Padre Cícero das suas funções religiosas. Na época, a pesar da posição dos padres em Barbalha, sido inicialmente favorável à defesa dos “milagres”, a posição da paróquia durante os anos seguintes, foi de resistência ao padre Cícero, sob a orientação da Diocese do Crato.

conseguir a adesão dos circulistas, à confederação no rio de Janeiro, centro principal das associações operárias católicas. Terminada a sua alocução que foi bastante aplaudido, o Mons. Juvinião levantando a sessão teve palavras e elogios para o padre Brentano e agradeceu a honra lhe fora dada em presidir aquele ato.¹¹⁶

Como se constata, Barbalha foi uma das primeiras cidades do Ceará a fundar, na década de 1930, o Circulo Operário Católico. A experiência associativa dos trabalhadores da União Artística Barbalhense contribuiu para a boa recepção ao Circulismo. Os filados da entidade extinta, da década de 1920, são os seus primeiros sócios e fundadores, entre eles, o ex-prefeito Henrique Lopes Sobrinho, primeiro presidente da instituição. Foi na sua gestão o Padre Brentano articulou a filiação do Círculo à Confederação dos Círculos Operários, sediada no Rio de Janeiro. Favorecido por sua condição social, o ex-prefeito disponibiliza a sua residência para o coquetel na recepção à comitiva que acompanhava o Padre Brentano, quando da sua visita aos circulistas de Barbalha, antes de regressar à cidade de Juazeiro do Norte.

O Círculo Operário de Barbalha, através de correspondências junto à Confederação dos Círculos, se mantinha informado sobre o movimento em nível nacional. Em nível estadual, seu presidente o representava nas sessões circulistas da Federação dos Círculos Operários Católicos, em Fortaleza, repassando aos associados assuntos pertinentes à entidade, por ocasião das suas reuniões ordinárias. No processo interativo com o movimento em nível nacional, os circulistas de Barbalha, em suas reuniões, faziam a leitura do Boletim da Confederação Nacional dos Círculos Operários (CNCO), que eram distribuídos a todos os círculos de todo país. Em 1948, a Confederação encaminhava ao Círculo de Barbalha, correspondência informando sobre o seu programa radiofônico realizado aos domingos pela manhã e solicitava informações sobre a sua sintonia entre os circulistas. O rádio foi usado como importante meio de comunicação na difusão dos ideais circulistas, atenuando a dificuldade do acesso à informação dos trabalhadores pela leitura. Na época, o próprio governo de Vargas, o elegia como importante veículo de transmissão da ideologia do Estado.

Da mesma forma que dos presidentes dos Círculos do interior se deslocavam para a Fortaleza, os diretores circulistas da capital visitavam os municípios do interior cearense interagindo com o movimento. José Arão Cysne, presidente do Círculo Operário de Fortaleza, ao visitar Barbalha em 1949, conforme a secretária da reunião

bateu algumas chapas fotográficas em companhia de diversos diretores, tendo em seguida, ido até o Caldas (povoado na encosta da Chapada do Araripe), onde se manifestou maravilhado com as fontes e o clima dali, confirmando a sua boa

¹¹⁶ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1935 a 05/1939) - Reunião de 26/03/1939, p. 93.

impressão com o interesse que tomou em adquirir ou construir uma casa de veraneio.¹¹⁷

Nesse campo das relações interinstitucionais, igualmente às demais entidades cearenses, o Círculo de Barbalha foi convocado a colaborar com o presente de aniversário do padre José de Arimateia Diniz, da Federação dos Círculos. Como porta voz da Confederação dos Círculos, a Federação Cearense, zelando pela funcionalidade e controle do movimento solicitava a relação nominal e fotografias dos sócios que compunham as direções dos Círculos em cada município do Ceará. Neste mesmo sentido, os representantes da Federação e da Confederação visitavam os círculos requerendo informações sobre eles, tais como, o número de sócios quites e em atrasos, analfabetos e o funcionamento dos seus serviços educacionais e culturais.

A iniciativa de elaboração de relatórios e coleta de informações censitárias junto aos círculos demonstra a preocupação das instâncias superiores do Circulismo, em diagnosticar a realidade do movimento em nível nacional para melhor intervir junto aos círculos e se posicionar politicamente na defesa das suas reivindicações junto ao governo. Nesse processo interativo com as instâncias superiores, o Círculo de Barbalha, era convidado a participar dos congressos circulistas, estadual e nacional. Como capital da república e sede da Confederação dos Círculos Operários, o Rio de Janeiro, ao realizar os Congressos Nacionais dos Círculos Operários, sinalizavam a unidade política entre o governo trabalhista de Vargas e o catolicismo. Nessa conjuntura, o Estado e a Igreja tinham o comunismo como inimigo comum, comprometedor da estabilidade política e religiosa da nação, fator que promovia a aproximação entre as duas instituições.

Antes que fosse demasiado tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do patrimônio moral da Nação. Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. (...) O comunismo trata o homem como instrumento, como simples fator de trabalho, escraviza-lhe o esforço materializando-o. Diverso deve ser o nosso objetivo. Cumpre prepará-lo para ser útil a si mesmo e à sociedade e para que, vivendo em comum com os outros homens, se compraza em amá-los sem egoísmo e sem preconceito de superioridade de classe ou de raça. (Discurso de Vargas apud DUTRA, 1997, p. 69)

Nessa ótica, a para a Igreja

A revolução comunista é má porque seu ateísmo instaura um império sem Deus e, sendo materialista, retira do homem sua condição humana – portanto, é contra a natureza; escraviza o homem, portanto, tira-lhe a liberdade; destrói o patrimônio, assim anula o que foi construído no tempo; opõe os homens uns aos outros, tornando-os hostis, egoístas, inúteis, incapazes para a vida em comum. O egoísmo, expresso na luta de classes, deve anular-se quando todos se irmanarem na Nação. Assim, os valores do bem aparecem associados aos valores do cristianismo, ao amor ao próximo, à tradição, à ordem, à moral, à propriedade, à defesa da Nação. Estes

¹¹⁷ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 10/07/49, p. 88.

valores, que são postos enquanto valores da coletividade. Vêm legitimar, no instante da polarização anticomunista versus comunistas, a apropriação da idéia de revolução pelos vencedores de 30 e o poder por eles instaurado. (DUTRA, 1997, p. 68)

A formação moral, ética, religiosa, em contraponto ao comunismo era uma preocupação primordial do episcopado.

o mal do comunismo não é ser extremista. É iníqua a situação atual, de sorte que a verdade se encontra nos extremos. (...) O grande mal da propaganda comunista reside na força das verdades que divulga. A cobiça dos ricos e o luxo que vivem tornam revoltante a desigualdade natural. (...) A exemplo dos comunistas, a ação católica precisa atuar nas fábricas com intensidade, pregando a verdade interna por meios lícitos e o programa de realização verdadeiramente viável, opondo esta conduta realista a falácia dos adversários, que se propõe demolir sem capacidade para construir e prometem o que não podem dar. (MACHADO apud DUTRA, 1997 p. 63)

A Ação Católica, na Defesa da Fé e da Moral, no seu I Congresso Nacional alertava para a necessidade da “preservação e conversão dos que sofrem a influencia de seitas e doutrinas heréticas e materialistas, a ameaçar as tradições cristãs do Brasil”.¹¹⁸

A doutrina religiosa ao fazer a defesa dos trabalhadores cristãos, diante das ameaças de cooptação ideológica por outros movimentos contrários à Igreja, impunha a necessidade da integração e unidade dos circulistas.¹¹⁹ Neste sentido, o Circulismo em Barbalha interagiu com outras instituições congêneres através de correspondência, visitando e recepcionando delegações circulistas de outros municípios. Ao reivindicar o cristianismo como alternativo para uma sociedade perfeita, a Igreja apresentava os próprios Círculos Operários como exemplo da sociedade exigida no seu discurso religioso. Exemplo de consenso e harmonia entre as classes, da manutenção da ordem e da ética que deveria se estender a toda sociedade.

2.1.2 A interação entre o Circulo Operário de Barbalha e a hierarquia católica

Como instituição católica, o Circulo de Barbalha, interagiu com a diocese e realizava suas ações sob a orientação da doutrina da Igreja que orientava a sua intervenção no mundo do trabalho. Sintonizado com o espírito de religiosidade, como havia ocorrido com a União Artística, elegeu São José, padroeiro do Ceará, como patrono da instituição. A escolha desse santo, na condição de carpinteiro, tem um forte sentido simbólico na sacralização do trabalho do ponto de vista religiosa.

¹¹⁸ Moções e Conclusões do I Congresso Nacional da Ação Católica – 1946. In: DALE, 1985, p 65.

¹¹⁹ Entre as cidades com as quais o circulismo de Barbalha interagiu destacam-se Juazeiro do Norte - CE, Jardim - CE, Caririçu - CE, Brejo Santo - CE, Iguatu - CE, Fortaleza - CE, Senador Pompeu - CE, Uberlândia, Jucás - CE, Acopiara - CE, Aurora - CE, Cajazeiras - CE, João Pessoa - PB, Mossoró, RN, São Gabriel - RS, Rio de Janeiro - RJ, Garanhuns - PE, Caruaru - PE, Salgueiro - CE, Piquet Carneiro - CE.

O presidente do Círculo Operário de Barbalha, em 1957, durante as comemorações do 1º de maio justificava essa tendência, como um apelo da hierarquia da Igreja Católica. Conforme ele a data “além de ser a data consagrada mundialmente ao trabalho, há determinação de S.S. o Papa sobre a comemoração de São José Operário e além destes motivos o Círculo festeja o ano de 1957, como jubilar dos seus 25 anos de existência”. O santo era apresentado como modelo de operário idealizado pela Igreja, servindo de exemplo para regular o comportamento dos trabalhadores.

Em 1939, o Círculo de Barbalha telegrafa ao Bispo Diocesano se solidarizando com a Igreja pelo falecimento do papa Pio XI, cuja encíclica *Quadragesimo Anno* orientava as ações da Igreja e da entidade, ocasião, em que suspendia a sua reunião ordinária. Reconhecendo a identificação dos circulistas com a causa da Igreja, D. Francisco de Assis Pires, bispo diocesano, retribui o telegrama, agradecendo a solidariedade dos circulistas. Em ações como esta, o Círculo demonstrava sua identificação com a causa política e religiosa do catolicismo romanizado, rendendo respeito e obediência a sua hierarquia.

Na década de 1940, durante a passagem do cinquentenário da ordenação sacerdotal do papa Pio XII, o Círculo de Barbalha participa com outras associações paroquiais das contribuições ofertadas pelo “mundo católico” ao Vaticano para o pagamento de uma emissora de rádio¹²⁰. Na época, por sua condição tecnológica, essa emissora orgulhava os católicos, por ser considerada como “a mais potente do mundo”. O rádio mais uma vez, aparece como uma ferramenta adotada pela Igreja para a promoção do catolicismo. Para estes fins, muitos Círculos Operários obtiveram concessões de emissoras pelo governo federal para propagar a sua doutrina. Apesar de não possuir emissora de rádio, o Círculo de Barbalha, a partir da década de 1970, investiu no seu diálogo com o público através de uma amplificadora de som, de sua propriedade, com alto falantes distribuídos em pontos estratégicos da cidade. Na ausência de emissoras de rádio no município, esse empreendimento cumpria papel sócio-cultural e de utilidade pública entre a população.

¹²⁰ Fundada pelo Papa Pio XI e encarregada a Guglielmo Marconi, em 1931, teve a primeira transmissão em 12 de fevereiro de 1931, utilizando-se de duas frequências e um transmissor de 10kw. Durante a Segunda Guerra mundial, a Radio Vaticano foi uma fonte de notícias para os Aliados, e como propaganda pró-aliada. Condenando a influência ideológica da Alemanha e da Rússia e temendo o “Comunismo ateu” o Legionário, N.º 385, 28 de janeiro de 1940, retransmitia as informações da emissora do Vaticano, que divulgava detalhes sobre a perseguição feita na Polônia contra a Igreja Católica. Denunciava a prisão, exportação e envio dos Padres poloneses para campos de concentração ou deportados para locais onde são submetidos a trabalhos forçados. Conforme esse jornal, a rádio do vaticano noticiava que mais da metade das Igrejas haviam sido fechadas, que a Igreja de Maria Madalena, em Poznam, havia sido transformada em “music-hall”, que a escola de polícia se instalava no colégio diocesano da mesma cidade e que as imagens dos santos eram profanadas.

A interação dos circulistas com a Diocese é sinalizada pela participação do Círculo na programação das visitas pastorais realizadas por Dom Francisco de Assis Pires¹²¹ à Barbalha, a partir da década de 1930. Ocasão em que o Círculo, através da sua diretoria, apresentava à Diocese relatório das suas atividades. Em outras oportunidades, também se congratulavam com o bispo por seu trabalho pastoral, sobretudo, nas passagens do seu aniversário. Num clima de cordialidade, Dom Francisco retribuía as felicitações dos circulistas, e em uma dessas oportunidades, os presenteava com exemplares de documentos do episcopado Brasileiro, manifestando a sua vigilância sobre a atuação da entidade em relação às exigências da Igreja.

Em 1956, juntamente com as demais sociedades católicas da paróquia, o Círculo de Barbalha participou sob a liderança do seu assistente eclesialístico e Pároco, Padre Erfo Rotars, de uma campanha da arrecadação para compor o patrimônio da Diocese, oferecendo-lhe a quantia Cr\$ 1.000,00.¹²² O Círculo mantinha-se informado sobre os acontecimentos religiosos regionais, nacionais internacionais, e através da Diocese, felicitava a Igreja em suas comemorações religiosas. Neste sentido, o presidente do Círculo, em 1948, enviava telegrama ao Bispo Dom Francisco congratulando-se pelos Congressos Eucarísticos realizado em Budapeste e na cidade do Crato.

A paróquia dividia algumas de suas atividades religiosas por sexo, destacando-se, a “Páscoa dos homens”, geralmente realizada em 19 de março, dia de São José e padroeiro do Ceará e dos circulistas. Fazendo parte desse evento, os associados se concentravam em frente à sede social da entidade, de onde saíam em procissão até a Igreja Matriz, conduzindo a imagem de São José. Os festejos em homenagem a São José eram antecidos de um “tríduo de preparação”.¹²³

O catolicismo, como outras dimensões integrantes da vida social, convergia classes sociais diferentes, ideologicamente unidas pelo sentimento anticomunista e pela defesa da fé.

¹²¹ Eleito em 11/08/1931 pelo Papa Pio XI. Nasceu em Salvador, no dia 04/10/1880. Fez os estudos no Seminário de sua terra natal e no Seminário de Olinda-Recife – Pernambuco. Recebeu a ordem do presbiterado no ano de 1903 por Dom José Jerônimo Tomé da Silva, arcebispo de Salvador, Cônego da Catedral do Salvador e Vigário Geral da Arquidiocese, No dia 10/01/1932 tomou posse como segundo bispo de Crato Disponível em: <<http://www.diocesedecrato.org.br/index.php?pg=4-8>> Acesso em: 08 Set. 2007.

¹²² Tomando como referência o valor da moeda em julho de 1956, período em que fora feita a contribuição, essa quantia correspondia a menos da metade do salário mínimo da época que era Cr\$2.400,00, valor nominal mais alto da história. Em nível comparativo o salário mínimo atual, 2008, de R\$ 415,00, corresponde apenas 31% desse valor. Série Histórica do salário mínimo – Valor Disponível em: <http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf> e Salário: a história do salário mínimo e a distribuição de renda no Brasil. Disponível em: <<http://www.qui.micosp.org.br/noticia.php?noticia=982>> Acesso em: 5 Abr. 2008.

¹²³ Corresponde a três dias que antecede o evento, onde em sua preparação espiritual, se realizam e atividades litúrgicas.

Nesse contexto, o Círculo se apresentava como uma instituição colaboradora do projeto político-teológico da Igreja, promovendo a relação harmônica entre seus associados de diferentes origens sociais. Conforme seu Estatuto, o Círculo de Barbalha, se apresentava como uma instituição católica, a serviço da recristianização, cujas ações seguiam a orientação sociológica das encíclicas papais de Leão XIII, Pio XI e outros documentos pontifícios.

A sua posição como instituição representativa da Igreja, também se expressa no artigo 9º dos seus estatutos de 1942, que decide em caso da sua extinção, que o “seu patrimônio, descontado o passivo” fosse doado a autoridade diocesana, para através dela, ser repassado a instituições de caridade da paróquia de Santo Antônio de Barbalha.

A receptividade do circulismo local pela diocese é percebida desde os primeiros anos de sua fundação. Em 1935, o Círculo Operário e de Trabalhadores católicos São José de Barbalha, igualmente às demais associações religiosas da paróquia, aprestava a D. Francisco de Assis Pires, relatório de suas atividades religiosas e sociais por ocasião da sua visita pastoral. Com três anos de fundação, em 1935, por seus propósitos de atuação, a instituição, juntamente com os “legionários”, por sua identificação com o projeto de neocristianização, eram merecedores de elogios por parte da autoridade diocesana que reconhecia o trabalho dos seus associados. “De uns e outros não recebemos afirmar que vultosos benefícios deve esperar a sociedade, porquanto eles afiliados a organizações que colocam a ordem e a disciplina na base do seu programa.”¹²⁴

O processo interativo entre o movimento circulista local e a paróquia nos anos de 1930 a 1960 se exemplifica na indicação dos vigários da cidade como seus assistentes eclesiais. Essa tradição tem continuidade com chegada dos Padres Salvatorianos, que se estabeleceram no município na década de 1950, assumindo as direções da Paróquia e do Ginásio Santo Antônio (GSA), primeira escola confessional masculina do município. O ano de 1950, convencionado pela hierarquia católica como “Ano Santo”, foi plenamente observado pelos circulistas, que a ele, faziam referência na aberturas atas de suas reuniões, daquele ano.

Através do seu assistente eclesial, indicado pelo bispo diocesano, conforme determinação estatutária, o movimento circulista se articulava diretamente com poder eclesial local, facilitando e fortalecendo a orientação da Igreja junto aos operários. No caso, o Clero era entendido como um interlocutor de Deus junto aos trabalhadores chamados a colaborar com o projeto de uma nova sociedade.

Por seu poder de convencimento a Paróquia era a principal instância de doutrinação junto ao povo. Sua programação religiosa, eventos, catequese e as leituras das cartas pastorais, por ocasião das missas, cumpriam um papel educativo na formação da consciência cristã e de

¹²⁴ Livro de Tombo – I da Paróquia de Santo Antônio p. 4.

estabelecimento de padrões de comportamento a contribuir para resistir ao protestantismo, ao comunismo e outros movimentos contrários à Igreja. No campo religioso, a disputa de forças com o protestantismo, é um dos fatores que resultam na fundação de colégios religiosos por parte de agentes políticos de tradição católica que exerciam a hegemonia do poder local, com o apoio da Diocese.

2.2 Os circulistas como agentes do trabalhismo e da Igreja: os correligionários de Vargas

O exercício do bispado de Dom Francisco de Assis Pires na Diocese do Crato correspondeu ao período de ascensão política de Vargas. Nesse período, as determinações da Igreja Católica eram difundidas nas paróquias e executadas entre os paroquianos a partir dos párocos, em seus respectivos municípios sob a sua orientação. Os agentes políticos locais eram originários das famílias de tradição católica, economicamente bem estabelecidas, ligados às atividades agrárias e/ou comerciais.

A conjuntura política de fundação do Círculo Operário de Barbalha, na década de 1930, coincide com um cenário político que, em nível nacional, se caracterizava pelo pacto entre o Estado e a Igreja e coincide com as primeiras nomeações dos circulistas locais como interventores de Vargas no município: Antônio Duarte Junior, 1930, Antônio Duarte de Sá Barreto, em 1934 e do médico Lyrio Callou, em 1935. Considerando que também fazia parte dessa base de apoio local a Vargas, Henrique Lopes Sobrinho, ocupou o cargo de presidente nas primeiras gestões do Círculo, tendo como vice, Lyrio Callou, interventor de Vargas no município. Henrique Lopes na década anterior havia presidido a União Artística Barbalhense, nos seus últimos anos de existência, época em que Lyrio Callou, ainda estudante de medicina, na capital da República, nos meses que antecederam a revolução de 1930, apesar de manifestar apoio ao seu grupo familiar, que atuava politicamente sob a lógica da política coronelística, se reivindicava como simpatizante da Aliança Liberal¹²⁵.

¹²⁵ Coligação oposicionista em âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Para assegurar a continuidade de sua política econômico-financeira, de austeridade e contenção de recursos para a cafeicultura, o presidente da República Washington Luís, ex-presidente de São Paulo, indicou para a sua sucessão o paulista Júlio Prestes. Essa decisão representou o rompimento do esquema de revezamento entre Minas Gerais e São Paulo conhecido como "política do café com leite", segundo o qual, para o novo quadriênio, o candidato oficial devia ser mineiro. Sentindo-se alijado da disputa eleitoral, o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, buscou apoio do Rio Grande do Sul para se opor aos planos de Washington Luís. Terceiro estado em importância eleitoral, o Rio Grande do Sul tornava-se a peça-chave no jogo sucessório. Foram intensas as negociações políticas entre as principais lideranças daqueles dois estados desde o final do ano de 1928 até julho de 1929. No dia 30 desse mês, a comissão

Aliança que conduziu Vargas ao poder, inaugurando uma nova conjuntura política, influenciada pela industrialização¹²⁶ e que rompia com tradição da política oligárquica. Ele expressa sua posição política através de carta¹²⁷ enviada ao seu pai, por ocasião da derrota de Vargas para Carlos Prestes nas eleições de março de 1930.

executiva do Partido Republicano Mineiro lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa (presidente da Paraíba) respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. (...) O resultado do pleito de 1º de março de 1930 deu a vitória a Júlio Prestes e Vital Soares, eleitos com 57,7% dos votos. A fraude, dominante na época, verificou-se dos dois lados. Em 19 de março de 1930, Borges de Medeiros, líder do PRR, reconheceu a vitória de Júlio Prestes, dando por encerrada a campanha da oposição. No entanto, as articulações dos oposicionistas prosseguiram, vindo a resultar, no mês de outubro, na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Aliança Liberal - FGV/CPDOC Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_crisepol_liberal.htm> Acesso em: 15 Dez. 2006.

¹²⁶ Consistiu na política de substituições das importações de bens de consumo como visando a superação da crise econômica que se evidenciou com a queda das exportações do café, resultante da queda da bolsa de valores de New York, em 1929.

¹²⁷ Rio de Janeiro, 22 de março de 1930 ... papai não está de acordo em meu modo de pensar na parte que se refere ao assunto político. Quando da vez passada falei em política, não tive outro intuito senão declarar tanto quanto permitiu o meu discernimento, este lamentável estado de sujeição partidária do político do interior, máxime nesta fase que o Brasil atravessa. Fossem outras condições deste país e ainda estaria eu calado; mas assim mergulho numa crise total, e absorvido pela ganância de voraz política, impossível. Compreendo muito bem que o político do interior não há de ser palmatória do mundo; para ele será mais cômodo, é bem verdade, mas será justo sufragar o nome daquele que acredita melhor governar. Não sou alheio aos dizeres dos que se confessam indiferentes na escolha de candidatos, tampouco dos que descrentes de uma boa administração pela repetição dos maus governos, consideram todos iguais; mas essa equivalência nem sempre existe; a prova frisante temos na campanha política travada entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca onde a indiferença de uns se a descrença de outros (pretexto para votar no governo) elegeram o último destes por maioria esmagadora. Dispensa comentário o descalabro desse quadriênio administrativo, fruto do erro consciente dos que se acomodam com todos os conchavos, uma vez que sejam forjados pelo chefe da Nação. É este um fato incontestável, que da série incontável de males trouxe apenas um bem- uma lição para o futuro. Faz-se mister dizer aqui com toda lisura que não temos preferências por qualquer partido político; apenas aí no Ceará acompanho a nossa facção, não só porque seja ela menos má que as outras, como ainda pela tradição e pela razão, aliás, muito justa de estar ao lado dos meus. Aqui no Rio de Janeiro, sou simpático à causa da “Aliança” não por simples arroubos de mocidade nem pelo hábito pouco louvável de ser sistematicamente hostil ao governo. É que aqui melhor se toma o pulso da política... Convém, portanto, que se faça uma análise dos fatos, tão sucinta quanto expressiva. Não pretendo, dessa explanação, exaltar qualidades que não existam nem atirar pedras em quem não mereça. Papai sabe muito bem que a política do Brasil é feita por conchavos, modalidade perniciosa de politizar que suplanta a soberania do povo. No espírito da maior parte dos políticos não dominam são princípios, só o interesse impera. E sendo assim não pode merecer apoio e continuação desses governos. Papai pergunta-me na carta passada onde está a imposição da atual campanha, se o governo, se na “Aliança”; respondo que no governo; este escolhe o candidato de suas preferências e sabiamente vai pedindo o apoio dois governadores dos Estados. É causa demais sabida que os estados do Norte e alguns do Sul muito pouco pesam na balança política do País, não tem vontade perante o governo da Nação; e receosos de caírem no ostracismo, sacrificam suas aspirações, dando as têm, pelas conveniências. É esta a política feita às ocultas, nos bastidores da camarilha presidencial, que chamo de imposição. Imposição são as perseguições, demissões e ameaças de demissões aos funcionários públicos que se manifestam simpáticos à política contrária ao governo. É negar o direito de voto do cidadão, é a eleição a bico de pena e enfim, a fraude processada por todos os modos que chamo imposição. Papai diz que na é possível que os dezessete Estados estejam enganados com o seu candidato; não são porem, os dezessete Estados que estão com o candidato do Catete, e sim, os dezessete governadores. E isto tanto é verdade que aqueles que não têm compromissos políticos estão inclinados à causa da “Aliança Liberal”. Não houvesse compreensão aí no Ceará, zelassem as autoridades pela pureza do seu governo, prezassem as leis das quais se arvoram de legítimos representantes, tivessem ao menos os juizes no interior a compostura comparável com a missão que lhes é tributada, atendendo ao recuso da lei que manda votar em cartório, desfazer-se-ia a ilusão de que o candidato do Catete tem o beneplácito dos dezessete Estados. Mas afinal, porque todo esse empenho de impor o candidato do

A identificação política de Lyrio Callou com a Aliança Liberal se consumava na sua futura indicação como interventor de Vargas no município pelo governador, Menezes Pimentel. Por ter formação humanista e de tradição familiar católica, Callou atendia as aspirações do governo e da Igreja, fatores que contribuem para a sua permanência como prefeito até o fim do Estado Novo, em 1945. O pacto entre a Igreja e o governo federal se configurava na boa relação entre o Padre José Correia Lima, pároco da cidade e os interventores municipais.

Esse cenário político é marcado pelo decreto de 11/11/1930 que institucionalizava o Governo Provisório, cujos artigos, definem o comportamento dos interventores municipais e denuncia o espírito antidemocrático desse período.

Art. 2 É confirmada para todos os efeitos, a dissolução do congresso Nacional, das atuais Assembléias Legislativas dos Estados (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmara ou Assembléias municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativos existentes nos Estados, nos municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre e dissolvidos os que não tenham sido de atos. P. 18

Catete? Porque seja um grande financista certamente não, por que não deu provas disto na administração do seu Estado. E por que então todos o apóiam? Simplesmente porque é o candidato do Presidente da República. E o candidato “aliancista” tem dado provas de que seja um bom administrador? Pelo menos de que seja mau ainda não deu. E basta que veja a união de vistas do Rio Grande do Sul: enquanto o candidato liberal obteve 300.000 votos, o do Catete não obteve um só mil. Mas a razão por que sou simpático à “Aliança” não decorre da superioridade do candidato sobre o outro. Antes de mais nada sou simpático à causa liberal de ter ela se insurgido contra esse regime profundamente condenável de apontar sempre o presidente o seu sucessor e o ato contínuo, impô-lo por bem ou por mal à consciência do Povo. Acredito que não é sem razão que estou ao lado da “Aliança”, pois com ela está toda a Imprensa livre e independente do Rio de Janeiro: O Jornal ‘O Globo’ e a ‘A Ordem’. Referi-me na Carta passada sobre as desvantagens de se acompanhar incondicionalmente um determinado partido; e nesta política, de fato, há senão vejamos: muitas vezes a gente se vê na contingência pouco agradável de votar num candidato impugnado pelas nossas convicções. Isso para os que são políticos profissionais ainda se admite, mas os que têm sua independência, porque esse sacrifício? Preferível que não se vote. Sabemos que o político do interior, a não ser nas vésperas das eleições, é raramente lembrado. Sabemos ainda quão pouco atenciosos são, as vezes, para com quem merece maior consideração. E destacando o caso para a exemplo: que empenho decisivo mostraram pelas questões tão justas da família Sampaio, que pela grande dedicação, atingiu ao sacrifício? E, então para que toso esse apego? No momento não se trata de uma luta entre os dois partidos que se hostilizam aí no Ceará; tampouco da eleição de um desses nosso chefes políticos; portando para que esse apego todo? Para associar a continuação dessa política doentia para o Brasil? Para garantir as comodidades dos nossos representantes que não combatem o descaso dos governos pela nossa terra? É, de certo, fazer tudo por quem não merece nada! E para prova citemos um exemplo que é um fato bem concreto: a Barbalha que não só pela sua primazia de cidade futura e próspera, como ainda por um ato de intuição lógica, deveria ter sido servida pela estrada de ferro; ficou, no entanto, à margem; não era preciso que lhe dispensassem favores, bastava que lhe assegurassem a justiça. Esse ano passado uma única voz se fez ouvir no Congresso, batendo-se pelo ramal de Barbalha, mas foi a de um representante do sul! Um jornal da Capital, certamente pasmado com a calamidade, abriu mesmo um concurso, premiando com boa quantia a quem mostrasse no ‘Diário Oficial’ durante o tempo que funcionou o Congresso esse ano passado, um discurso, um aparte, um protesto ou menos um apoiado de um representante cearense! E por tudo isto, meditando-se um pouco, se pode tirar conclusões convincentes de que pelo simples gosto de querer falar. Papai termina a carta dizendo que não precisamos entrar agora em política, que, está muito cedo ainda. Estou de pleno acordo com papai, acrescentando que não pretendo entrar em política nem cedo nem mesmo tarde. Poderei votar e votarei, mesmo porque é um dever a gente não se deve furtar. Mas desejo de me envolver em política, graças a Deus ainda não tive. No entanto quem lê a minha carta poderá dizer que estou me contradizendo, mas só o poderá dizer se não observar atentamente o que aqui e ali, manifesto sempre, o desinteresse absoluto por qualquer partidarismo político.... (CALLOU: 2002, p.238 – 40)

Art 11 – O governo nomeará um interventor federal para cada estado, salvo para aqueles já organizados, nos quais ficarão os respectivos presidentes, invertidos dos poderes aqui mencionados.

§ 4º - O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo, quando entenda conveniente revogar ou modificar qualquer de seus atos e resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais.

§ 5º - Nenhum interventor ou prefeito nomeará parentes seus, consangüíneos ou afins, até o sexto grau, para cargo público, no Estado ou município, a não ser um, para cargo de confiança pessoal.

§ 6º - O interventor e prefeito, depois de regularmente empossados, ratificarão expressamente ou revogarão os atos ou deliberações, que eles mesmo, antes de sua investidura, de acordo com a presente lei ou quaisquer outras autoridades que anteriormente hajam administrado de fato o Estado ou município, hajam praticado.

§ - 7º Os interventores e prefeitos manterão, com a amplitude com que as condições locais permitirem, regime de publicidade dos seus atos e dos motivos que os determinarem, especialmente no que se refira à arrecadação e aplicação dos dinheiros públicos, sendo obrigatória a publicação mensal de balancetes da receita e da despesa. (Apud CARONE, 1978, p. p. 19 – 20)

Lyrio Callou descendia do Coronel Gregório Pereira Pinto Callou, prefeito de Barbalha na época em que o comércio de cidade foi saqueado pela sedição de Juazeiro do Norte, que depôs o governador Franco Rabelo em 1914. Sua família integrava o grupo de apoio ao governador Franco Rabelo, em oposição à oligarquia de Nogueira Acioli, que tinha o Padre Cícero e o Dr. Floro Bartolomeu, como aliados e líderes do movimento sedicioso.

A atuação do Circulismo se fazia em afinidade político-ideológica com a Igreja e o governo de Vargas. A representação política do governo de Vargas em Barbalha era respaldada com o apoio dos integralistas, cujos militantes, participavam do Círculo Operário corroborando com seus ideais, sobretudo na resistência às ideologias contrárias ao catolicismo e ao Estado. Condicionada por sua formação histórica, econômica, política e social, Barbalha, nessa conjuntura, não se projetava como um município que recepcionava os movimentos operários de esquerda. Ao contrario, a forte influência do catolicismo e o governo através das lideranças contribuía para a fácil propagação do sentimento anticomunista entre o povo.

Como ocorria em nível nacional, a doutrinação política e religiosa da Igreja e do governo visava a preparação dos trabalhadores para resistir às cooptações ideológicas de teor marxista, anarquista e protestante. Tomando a revolução Russa de 1917 como referência na elaboração do discurso anticomunista, as autoridades políticas e religiosas locais se antecipavam à doutrinação dos trabalhadores pelos socialistas.

Barbalha, como os demais municípios do semi-árido nordestino, com formação histórico-social de origem agrária, não tomava parte da política industrial implementada pelo governo de Vargas. Esta circunstancia inviabilizava a formação do operariado fabril, e, portanto, sem ambiente não favorecia a promoção de um sindicalismo de inspiração marxista.

Nesse contexto, o Círculo Operário aparece como a única instituição local em defesa e promoção dos trabalhadores no município. Todavia, o governo de Lyrio Callou, a partir de 1935, e no Estado Novo propagava em nível municipal o projeto político-ideológico de Vargas. Por ocasião das solenidades cívicas e religiosas, o interventor elaborava seus discursos com ênfase na defesa do catolicismo romanizado, no trabalhismo e no anticomunismo. Em saudação ao governador do Ceará, Menezes Pimentel, por ocasião da sua visita ao município, em 05 de novembro de 1944, ele assim se expressava:

A permanência de V. Excia. No governo do Estado tem assegurado um ambiente de ordem e de paz para os destinos do Ceará. Nesse período de nove anos tem V. Excia. realizado soma incalculável de empreendimentos que bem atestam o interesse da causa pública. O dinamismo constante de V. Excia. perfeitamente integrado no regime do Estado Novo, reflete muito bem o pensamento coletivo da consciência nacional e representa uma forte garantia para a obra de redenção do governo do Sr. Presidente da República – o eminente senhor Dr. Getúlio Vargas. E bastaria se mais não fora para definir a atuação marcante do governo de V. Excia e para dignificar um período de nove anos de glórias – a estratificação desse salutarismo ambiente de paz, de ordem, de justiça que todo Ceará reconhece e bendiz. Na direção que estou dos destinos dessa comuna por delegação expressa do governo de V. Excia. cumpre-me externar aqui o pensamento do povo desse município. (CALLOU: 2002, p. 27)

Callou denunciava ao governador os impactos negativos do movimento sedicioso de Juazeiro do Norte, na época em que seu pai era prefeito, sobre a atividade comercial do município e a exclusão da cidade do percurso da linha da Estrada de Ferro de Baturité. Na ocasião, enfoca a tradição agrária do município, atribuindo grande importância aos senhores de engenhos no seu desenvolvimento, que tinha a monocultura da cana-de-açúcar, como principal atividade econômica. Além disso, enfatizava a importância dos recursos naturais:

Barbalha Sr. Interventor, tem atravessado uma série incontável de vicissitudes, mas nem por isso a venceu o desalento e nem jamais lhe faltou o poder de reação no sentido de acelerar seus passos para o redimo da vida. O labor cotidiano dos seus agricultores sulcando a terra ‘dádiosa e boa’ e arremessando na circulação comercial a maior produção de cana de açúcar do Estado, tem assegurado esse relativo equilíbrio. (CALLOU, 2002, p. 28)

Em 1944, ao final do Estado Novo, próximo ao encerrar o seu mandato, em saudação ao senador Parsival Barroso e ao Deputado Wilson Gonçalves, futuros candidatos a governador e vice, respectivamente, nas eleições de 1958, Lyrio Callou demonstra sua afinidade político-ideológica com o governo.

Nesta investidura distingue-se o senador Parsival Barroso pela rara habilidade demonstrada à frente desse Ministério nevrálgico, assim podemos dizer. Jamais um Ministro do Trabalho revelou tanto senso político, tanta habilidade na maneira de encaminhar, de conduzir e de solucionar os múltiplos problemas que têm desafiado a argúcia de quase todos que lhe antecederam no cargo. Continuator do pensamento do grande Presidente Vargas na solução do mágnio problema do operário brasileiro, que manteve sempre as suas diretrizes administrativas pautadas dentro da conduta irrepreensível, conquistando merecidamente a confiança e os aplausos da classe

operária nacional. Foi, portanto, a sua passagem pelo movimentado Ministério do Trabalho a pedra de toque da sua habilidade político-administrativa. E da lá, fôra convocado agora, depois de uma administração brilhante, depois de substanciosas reformas pelos institutos, para a conquista do mais elevado posto político do Ceará.. (CALLOU: 2002, p. 19)

O discurso do interventor municipal do Estado Novo transparece um ambiente favorável ao movimento circulista.¹²⁸ Como já vimos, esse ambiente havia sido construído em décadas anteriores através da Igreja, das instituições culturais e educativas, apoiadas pelos agentes da sociedade agrária de tradição católica.

Ao assumir o governo, em 1932, Lyrio Callou teve a oportunidade de intervir politicamente no município, conforme seus ideais, em oposição ao conservadorismo das oligarquias que dominavam na República Velha¹²⁹, por ele denunciada, antes da Revolução de 1930, quando estudante de Medicina. Do ponto de vista eclesiástico, a paróquia neste período, sob a coordenação do Padre José Correia, continuava orientada pela Diocese do Crato. O então vigário, primeiro assistente eclesiástico do Círculo Operário de Barbalha, desfrutava de boas relações políticas e familiares como com os grupos conservadores locais que mantinham a hegemonia do poder local. As saudações às autoridades da Igreja, proferidas nas décadas de 1950 e 1960, pelo ex-interventor de Vargas manifestam suas ideais na defesa do projeto de recristianização. Por ocasião da saudação ao Monsenhor Silvano de Sousa, em 1964, ele assim se expressava:

A sua pena e a sua voz sempre estiveram a serviço da defesa dos princípios dogmáticos da religião de Cristo, dessa religião que tem triunfado e vencido obstáculos através dos tempos a custo da coragem e da fé intrépta não houve força humana que jamais conseguisse empanar o brilho da religião de Cristo na sua trajetória memorável de dois mil anos. Nada deteve e nada poderá obstar a marcha ascensional para a crescente vitória dos nossos dias, para conquistas brilhantes do futuro; nem as remotas e inomináveis perseguições desencadeadas pelos Césares romanos (...) nem tampouco as perseguições movidas já na idade contemporânea por Nações engolfadas num materialismo impenitente e ateu. Se estão a atestar eloqüentemente o heroísmo dos católicos...” (CALLOU, 2002, p. 43).

Por ocasião da festa do padroeiro da cidade, na presença do Bispo auxiliar da Diocese, Dom Vicente Matos¹³⁰, ele também se manifesta na defesa da ordem cristã, conclamada na

¹²⁸ Em 1937, coincidindo com a instauração do Estado Novo, a Ação Católica Brasileira assumiu a coordenação dos Círculos Operários, num período marcado pelo autoritarismo e perseguição do governo às organizações de esquerda. O episcopado brasileiro continuava interagindo com o governo durante o Estado Novo, legitimando sua política em nome da preservação da ordem e da fé católica.. A simpatia da Igreja e do governo de Vargas pelos regimes totalitários se justificava pela imposição da ordem e se traduz na importação para o Brasil do modelo político fascista e da legislação trabalhista inspirada na Carta Del Lavoro.

¹²⁹ Corresponde ao período que vai da proclamação da República a 1930.

¹³⁰ Estudou no Seminário da Prainha em Fortaleza e foi ordenado padre em 29 de junho de 1942, por de Dom Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza. Foi eleito bispo titular de Antioquia no Meandro e bispo auxiliar de Crato a 21 de abril de 1955 pelo Papa Pio XII. Sua ordenação episcopal deu-se a

encíclica de Leão XIII e condena as transformações políticas, econômicas e ideológicas que caracterizavam a modernidade:

Descortina-se aos nossos olhos um mundo cheio de reformas que incidem acentuadamente na questão social e na questão econômica, com profundos reflexos sobre a moral. E como temos moral cristã a defender; base fundamental de todos os outros, havemos de conjugar os nossos esforços, num edifício social, um equilíbrio estável compatível com a dignidade de viver, dentro do âmbito das previsões sapientíssimas e quase proféticas da monumental encíclica *Rerum Novarum* do santo Padre Leão XIII. Preparamo-nos para resistir às intempéries das ideologias que visam apagar o nome de Deus do destino das cousas; enfrentamo-las com as armas da fé e com o poder da oração... (CALLOU, 2002, p. 50).

Nesta ocasião, o Dr. Lyrio considera Dom Francisco de Assis Pires como “defensor das nobres iniciativas de Barbalha”. Entre as “nobres iniciativas”, inclui-se o *Círculo Operário Católico*, que desde a sua fundação, recebia o apoio do seu bispado.

Barbalha credenciada com o título de cidade cristã exultando de santo contentamento recebe e acolhe V. Exa. Rvma. (...) Sente-se o povo dessa Paróquia muito feliz em poder externar na oportunidade desta visita, tão grata aos seus corações (...) E a razão de ser desta nossa alegria se nos afigura tão mais completa e tão mais consoladora porque ao prestarmos essa singela homenagem a V. Exa., o fazemos também à augusta e veneranda pessoa de Dom Francisco de Assis Pires. E nem poderia deixar de ser assim, porque já nos acostumamos a ver, na figura do grande Prelado, nos longos anos do seu fecundo episcopado, um extremo defensor das nobres iniciativas de Barbalha. Agora um feliz acontecimento na vida religiosa do Crato, concentra todas as atenções da Diocese. Já um quartel de século assinala a consagração de Dom Francisco no Episcopado brasileiro e com justa homenagem a este feliz evento, esta sendo comemorados, com muita espontaneidade as suas festas jubilares. (CALLOU, 2002, p. 48).

Como militante político católico, a serviço do Estado Novo¹³¹, refletindo a incorporação do nacionalismo pela religião, fazia associação entre pátria e religião:

Bispos e santos continuarão a ser muitos dos atuais príncipes da Igreja, que continuamente se estão sacrificando pelas causas sagradas de Deus. Preces votivas serão erguidas aos céus, deste pequeno recanto da Pátria, para que Deus na sua infinita bondade, derrame profusas graças sobre todos os dignitários da nossa querida diocese. D. Vicente Matos de Araújo: Digne-se V. Exa. Aceitar as mais efusivas felicitações que com muito respeito e com muita veneração formulam por meu intermédio, o Sr. Vigário da Freguesia, os Revmos. Padres Salvatorianos e a família católica de Barbalha. (CALLOU, 2002 p. 51).

11 de junho do mesmo ano na Igreja do Cristo Rei em Fortaleza. Recebeu a ordem episcopal das mãos de Dom Antônio de Almeida Lustosa, Dom Francisco de Assis Pires e Dom Aureliano Matos. Sua posse como bispo auxiliar de Crato deu-se a 15 de agosto de 1955. Foi Vigário Capitular de Crato após a renúncia de Dom Francisco Pires. Em 22 de outubro de 1961 foi nomeado pelo Papa João XIII terceiro bispo diocesano de Crato, tomando posse no dia 19 de março de 1962. Fundou a Faculdade de Filosofia do Crato que posteriormente deu origem a Universidade Regional do Cariri (URCA). Ainda no Crato, fundou os colégios Pequeno Príncipe e Madre Ana Couto, a Rádio Educadora do Cariri e o Centro de Expansão (local de retiros religiosos). Doente de diabetes, renunciou ao munus episcopal no dia 1º de junho de 1992, aos 74 anos, após 37 anos como bispo do Crato, sendo 31 como titular. Vicente de Araújo Matos.

¹³¹ Período da história republicana brasileira correspondente aos anos de 1937 a 1945, quando foi Presidente do Brasil Getúlio Vargas.

O prefeito circulista se apresentava como porta voz do sentimento das autoridades religiosas locais e do povo junto à autoridade diocesana, demonstrando a hegemonia do catolicismo na cidade em sintonia com o poder. A oficialização da fé e do sentimento católico pelas autoridades políticas e eclesiásticas dificultava a abertura de espaços para outras religiões e ideologias. Essa condição possibilita em Barbalha a organização de uma oposição sistemática aos comunistas e aos protestantes apoiada pelas autoridades públicas e eclesiásticas, contemplando a unidade ideológica e de ação, nesse período, entre o Estado e a Igreja Católica. Contra o comunismo se promove procissões e outros atos religiosos mobilizando os paroquianos das cidades de Crato, Juazeiro Norte e Barbalha.

Conforme NEVES (2000), com o fim do Estado Novo, Argemiro Sampaio, também político de tradição agrária, assume o poder até 1946, sendo sucedido até o ano seguinte, 1947, por vários prefeitos interinos: Odílio da Cruz Luna, Antonio Manuel de Queiroz, Dr. Raimundo Cruz Filho, Tenente Brandão e Dona Laurita. A redemocratização do país, em 1947, possibilitava a disputa eleitoral entre as candidaturas da União Democrática Nacional (UDN), opositora à Vargas, e do Partido Social democrático (PSD), que voltava ao cenário político nacional, representados em Barbalha, respectivamente pelo ex-prefeito Coronel Argemiro Sampaio e Otávio Cardoso de Alencar. Eleição vencida pelo candidato da UDN, demonstrando sua superioridade em relação ao PSD, que em anos passados havia se constituído num forte partido que dava sustentação política ao governo do Estado Novo.

A nova ascensão política de Vargas, em 1950, se reflete no poder local com a derrota do candidato da UDN, Antonio Duarte Junior, para farmacêutico-boticário Alfredo Correia de Oliveira. Nessa conjuntura política se configuravam as fragilidades das posições ideológicas e a facilidade das articulações dos vencidos em torno da candidatura vencedora, onde o candidato da UDN, “depois dos comícios (...) costumava tomar injeções na farmácia do seu contendor, chegando a acompanhá-lo na passeata da vitória” (NEVES, 2000, p. 102).

Esse fato indica de que mesmo atuando em partidos diferentes, se apresentando como adversários nos pleitos eleitorais e revezando o poder entre si, os grupos dominantes mantinham a hegemonia do poder. Essa condição é favorecida pela não existência de movimentos de esquerda na cidade, onde, nessa conjuntura, os agentes políticos locais, servindo-se do prestígio da Igreja junto às massas, aliavam-se a ela, reivindicando sua condição de católicos, para se promoverem politicamente. Sob a vigilância da Igreja, o Círculo Operário se afirmava como a principal instituição que agregava os trabalhadores e em seu favor, empreendiam ações educativas, culturais e de assistência social legitimada pela Igreja e pelo governo e assistida pelos patrões.

2.2.1 A unidade sócio-ideológica entre a Paróquia e o poder local

As visitas pastorais eram recepcionadas pelos agentes políticos locais, sobretudo pelas autoridades municipais, demonstrando a interação entre fé, política e civismo que caracterizou nas décadas de 1930 e 1940. Em nível local, o reflexo da unidade entre Estado e Igreja, se exemplifica na presença do Dr. José Garrido, Juiz de Direito e Luis Gonzaga representado a prefeitura, integrando a comitiva do Bispo Diocesano, por ocasião da sua visita pastoral a Barbalha, em outubro de 1935. Além destes, junto às autoridades da Igreja, faziam-se presentes José Raimundo de Macedo, o ex-prefeito Henrique Lopes Sobrinho e Florêncio de Alencar, advogado, que saudou o bispo diocesano. Nessa visita, Dom Francisco de Assis Pires se fazia acompanhado dos padres Philipp Pinheiro, Rodolpho Ferreira da Cunha e Juvenal Callou Maia.

Nas semanas catequéticas, também se visualiza a unidade político-ideológica entre o clero e as autoridades municipais que refletiam o pacto entre Estado e Igreja no Brasil efetivado nesse período. O envolvimento direto do médico circulista, Lírio Callou, na organização dos eventos religiosos da paróquia e a sua saudação ao bispo na condição de interventor do governo de Vargas no município, na semana catequética de 1944, traduzem essa realidade. Os contemporâneos do Padre Correia, vigário de Barbalha e assistente eclesiástico do Círculo Operário testemunham o teor anticomunista das suas ações pastorais, conforme relato do Sr. Jaime Magalhães:

Os comunistas eram comentados longe, o padre Correia pregava nas missas ‘o comunismo europeu’(...) Ele falava muito arrogante pra o povo ter medo, ter cuidado com os comunistas, com os ‘comunista europeu’, ‘vermelho’. Todo sermão do padre Correia era combatendo os comunistas, com a notícia dos comunistas da Rússia, da China, no tempo em que mataram aqueles padres. E ficou a Igreja pregando rigorosamente pra o povo ter medo dos comunistas.¹³²

Com já foi comentado, a participação direta do clero no Círculo se fazia através do seu assistente eclesiástico. No caso de Barbalha, esse cargo era ocupado pelos vigários paroquiais, que orientavam, colaboravam e participavam das ações da entidade.¹³³ Os protagonistas e associados do Círculo eram ativos participantes das atividades religiosas desenvolvidas pela paróquia nas décadas de 1930 a 1960, entre elas, as visitas pastorais e as semanas catequéticas. Em clima festivo e de piedade cristã, as comemorações circulistas do dia 19 de

¹³² Entrevista concedida ao autor em 11 de abril de 2006

¹³³ As conclusões e moções do 1º Congresso Nacional da Ação Católica realizado em 1946, no Rio de Janeiro, fazem referência à atuação e funcionamento dos Círculos Operários. Orienta as seções operárias e agrárias da Ação Católica e os Círculos Operários a terem o mesmo Assistente Eclesiástico, com vistas a uma maior interação entre o operariado cristão destas organizações.

março, dedicado a São José, padroeiro da entidade e do Ceará, integravam a programação religiosa da paróquia, contando com a celebração de missas na sede do Círculo Operário.

A festa do padroeiro, Santo Antônio, também contava com a participação efetiva dos circulistas nos leilões, procissões, novenas, sobretudo nas noites a eles dedicadas. Cada noite de novena ou trezena do padroeiro se abordava uma temática religiosa diferente e eram denominadas com os nomes do papa e de políticos mais influentes do município, como forma de homenageá-los, entre eles o deputado Dr. Leão Sampaio e o Papa Pio XII. Durante os festejos do padroeiro Santo Antonio, os circulistas suspendiam suas reuniões e atividades para se dedicarem, exclusivamente aos serviços da paróquia, a elas retornando depois do dia 13 de junho, quando se encerravam os festejos.

A afinidade política e ideológica entre o clero e o governo se comprova no fato de o vigário, Padre Otávio, integrar comitiva que acompanhava, na descrição da Igreja, “o nosso querido paroquiano e grande benfeitor Dr. Leão Sampaio”¹³⁴ quando do seu retorno ao Rio de Janeiro, após as suas férias de recesso parlamentar em Barbalha. Isso ocorria no período correspondente ao mandato do prefeito Argemiro Sampaio, que, por sua vez, recorria à assistência espiritual da Igreja, no benzimento das obras por eles inauguradas. Entre elas o motor a óleo, “General Eletro”, que gerava energia elétrica na cidade até a chegada da energia de Paulo Afonso no início da década de 1960. Condicionado pela energia gerada pela prefeitura, a paróquia instalava, sua “irradiadora”, serviço de som amplificado, contribuindo para melhor e pregação doutrinária da Igreja.

A Conferência de São Vicente de Paulo era uma das organizações mais participantes da vida paroquial, cuja sede fora construída em julho de 1942, sob a sua presidência do médico integralista Pio Sampaio. Ela, também, exemplifica a unidade entre Igreja e lideranças políticas locais identificadas com espírito, cívico- patriótico e religioso da época, voltado para a estabilidade da ordem em contraponto aos ideais da esquerda. Citamos as impressões de Dom Francisco, bispo diocesano, sobre o discurso do Dr. Pio Sampaio, por ocasião de numa das suas visitas pastorais: “Interpretando o sentimento dos associados, entre os presentes falou o Dr. Pio Sampaio, presidente do conselho Central Vicentino, proferindo bem elaborado discurso a quem agradecemos profundamente comovido.”¹³⁵

Confirmando a sua interação com os integralistas, o Círculo Operário de Barbalha, se deixava representar pelo Dr. Pio Sampaio em diversas solenidades. A sua atuação como

¹³⁴ Livro de Tombo da Paróquia p. 44.

¹³⁵ Livro de tombo I – paróquia de Santo Antônio, p. 02.

católico se espelhava na colaboração econômica e social prestada por seu pai, José de Sá Barreto Sampaio, conhecido como “Zuca Sampaio”, em favor da paróquia. O saque à firma “Sampaio & Irmãos”, de quem era acionista, pelo movimento sedicioso de Juazeiro, ocasionou nas décadas seguintes, objeções da sua família em relações ao Padre Cícero, mesmo sendo considerados, serem “velhos amigos do patriarca”¹³⁶ no passado. Essas objeções se fortalecem através da sua amizade da família desses comerciantes com o Padre Correia, que orientado pelo Bispo diocesano, Dom Francisco atuava para não alimentar a tendência de santificação do padre de Juazeiro por parte do povo. Por ocasião das missas dominicais, o Padre Correia se constituía num formador de opinião negativa entre os paroquianos em relação aos fatos de Juazeiro, atribuídos como “milagre”, envolvendo o sacerdote e a beata Maria de Araújo.¹³⁷

A partir de 1946, com o falecimento do Padre Correia, a relação entre paróquia e Diocese se realizou através dos vigários que lhe sucederam, representados pelos padres Orlando Tavares, Silvino Moreira, Afonso de Oliveira Lima e Otávio de Sá Gurgel,¹³⁸ os dois últimos pertencentes à Sociedade do Divino Salvador¹³⁹. Estes mantinham as mesmas relações de harmonia com os poderes constituídos locais na promoção do civismo e da educação. A consolidação das relações entre o clero e o grupo político, familiar, que historicamente mantinha a hegemonia da política local resultou na transferência de Padres Salvatorianos para administrar a paróquia, a partir de 1948, e o Ginásio Santo Antônio. Este último, construído com doações particulares e verbas públicas, conseguidas a partir da articulação dos políticos locais com o governo, através do Centro de Melhoramento de Barbalha (CMB).

¹³⁶ CAVA, 1985, p. 232.

¹³⁷ Circular n° 20/1935 da Diocese à Paróquia de Barbalha - Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio.

¹³⁸ Foi fundador do Circulo Operário de Jundiá – SP e dirigiu o jornal “A Folha” da entidade em 1945, e a emissora de Rádio “Difusora Jundiáense”, em 1946. Portanto entre os padre que foram assistentes eclesiásticos dos Círculos, ele já tinha experiência com o movimento circulista em outras localidades. Jornal Diário de Jundiá, 03 de março de 1967, Ano V n° 1278. Disponível em: <<http://cesartayar.blogspot.com/2008/10/histria-do-jj-e-da-rdio-difusora-ii.html>> Acesso em: 03 Dez. 2008.

¹³⁹ Instituto religioso apostólico, de direito pontifício, fundado em Roma no dia 08 de dezembro de 1881, pelo Padre Francisco Maria da Cruz Jordan, cujo nome de batismo era João Batista. O instituto recebeu a aprovação diocesana do Cardeal, Vigário de Roma, Lúcido Parocchi, no dia 05 de junho de 1886; o decreto papal de louvor no dia 27 de maio de 1905; a aprovação definitiva no dia 25 de novembro de 1911. As primeiras Constituições foram aprovadas no dia 20 de março de 1922. De acordo com o Concílio Vaticano II, o instituto preparou o novo texto das Constituições, que foi aprovado no dia 08 de dezembro de 1983. História Salvatoriana – Sociedade Divino Salvador. Disponível em <<http://www.salvatorianos.org.br/historico.htm>> A cesso em: 10 Jun. 2008.

O Centro de Melhoramento é uma instituição, cujos protagonistas, de tradição familiar católica, lideravam do grupo político que mantinha a hegemonia do poder local. Objetivava empreender o desenvolvimento econômico e cultural de Barbalha a partir da canalização de verbas públicas e particulares para seus empreendimentos no campo da educação, da cultura, a serem efetivadas independentes do seu exercício do poder público municipal.

A educação foi um dos setores mais beneficiados pelos empreendimentos dessa instituição, que com recursos federais e da comunidade construiu os Colégios Santo Antônio (CSA) e Nossa Senhora de Fátima (CNSF), primeiras escolas confessionais do município dirigido por religiosos. Com estes colégios, se estabeleceu a divisão por sexo na educação, onde o primeiro destinava-se a estudantes masculinos, e o segundo, às mulheres, respectivamente dirigidos pelos padres salvatorianos e pelas irmãs beneditinas.

Com a chegada dos padres salvatorianos, em 1948, se idealizou o I Congresso Eucarístico Paroquial, espelhado nos demais que ocorriam no país sob a assistência do episcopado. Neste sentido, em 1949, se elabora um plano de ação que mobilizou os paroquianos objetivando a sua concretização. O congresso foi noticiado pela imprensa em entrevista concedida pelo vigário Padre Otavio, ao Jornal “O Povo” em 25 de 01 de 1949. A festa do padroeiro desse ano se realizou como um fator motivador da fé e mobilizador dos paroquianos para arrecadação de fundos para o evento.

2.2.2 A participação dos católico-integralistas na construção do Circulismo.

Criada em 1932, sob a liderança de Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira, inspirada no fascismo italiano¹⁴⁰, fortaleceu os ideais nacionalistas, antiliberal e anti-semita. O integralismo se organizava nacionalmente em seções estaduais agregando parte da classe média urbana, sobretudo os intelectuais católicos, profissionais liberais, funcionários públicos e militares.

A idéia de formar um novo partido, baseado no modelo mussoliniano e no corporativismo português, nasce de sua viagem (referindo-se a Plínio Salgado) ao Oriente Médio e à Itália. A concretização do ideal, porém, dá-se posteriormente, durante seus contatos mineiros, com Olbiano Melo – autor de apologias ao Corporativismo – e Severino Sombra do Ceará. Paralelamente, sua ação abrange

¹⁴⁰ Ideologia que preconiza a implantação de um regime corporativista de natureza autoritária ou totalitária, comumente associada ao governo do primeiro ministro italiano Benito Mussolini (1922-1943). Entre suas principais características, destacam-se o culto à nação, a hostilidade ao marxismo e à democracia parlamentar, a admiração pelas virtudes militares e a obediência a um líder. Outros países europeus implantaram regimes inspirados no fascismo, tais como a Espanha, a Áustria, a Croácia, e, mais importante, a Alemanha. O nazismo alemão, entretanto, diferiu do fascismo devido à sua forte conotação anti-semita, uma característica pouco explorada pelo regime italiano.> FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>> Acesso em 02 Ago. 2008.

elementos de outros partidos fascistas, contatos com a burguesia, e outros elementos díspares. (...) O integralismo é constituído de três correntes fundamentais e representativas das ideologias européias e nacionais: o nacionalismo, o antiliberalismo e o anti-semitismo. Plínio Salgado vem do modernismo verde-amarelista e da Anta, de tendência de brasilidade tupi; e de um passado político de sobrevivência ao Partido Republicano Paulista. Miguel Reale é membro da classe dominante, e representante de uma geração voltada aos problemas universais. Seu antiliberalismo é tradução do irracionalismo dominante em parte do pensamento europeu, nos fins do século XIX e no XX. Gustavo Barroso está ligado à oligarquia dos Acioli no Ceará; é arauto de um patrimônio militar grandiloquente (Guerra do Paraguai) e do regionalismo das secas e cangaceirismo; com o integralismo é chefe do anti-semitismo e racismo à Lapouge, Hitler e outros.” (CARONE: 1978, p.p. 309 – 19)

A organização interna do integralismo se espelhava na organização militar. Adotava o lema: “Deus, Pátria e Família”, referendando a defesa da religião, da nação e da família como instituições indissociáveis, consideradas como a base da prosperidade e da harmonia social. Em torno dessas instituições, o Estado deveria elaborar suas leis implementar suas políticas públicas. Ao encerrar o governo discricionário em julho de 1934, Vargas buscou a sua reeleição indireta à presidência da República. Contudo, o grupo político por ele derrotado, quando da sua ascensão ao poder em 1930, voltava investir na sua deposição em 1935. As manifestações operárias resultantes das primeiras organizações sindicais tornavam-se cada vez mais freqüentes, e com a classe média, radicalizavam a atividade política, comprometendo a estabilidade política e religiosa.

Nessa Conjuntura, em oposição ao governo foi criada em 1935 a Aliança Nacional Libertadora¹⁴¹ (ANL), principal adversária da Ação Integralista, tendo Luis Carlos Prestes como presidente de honra. Agregava comunistas, socialistas, tenentes, católicos e liberais, cujo discurso, atentava para a necessidade de formação de um governo popular nacional, ou seja, a organização de um grande movimento de massa nacionalista. O Combate ao nazifascismo, ao latifúndio, ao imperialismo e a defesa da suspensão da dívida externa se configuram como propostas políticas destes movimentos. Objetivando neutralizar a oposição e inibir as manifestações grevistas, Vargas criou, em abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional - LSN, colocando a Aliança Libertadora Nacional na ilegalidade.

¹⁴¹ Organização política de âmbito nacional fundada em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo. Entre outros, teve como precursores Francisco Mangabeira, Manuel Venâncio Campos da Paz, Moésia Rolim, Carlos da Costa Leite e Aparício Torelly. O programa básico dessa organização, defendia a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular, deixando em aberto, porém, a definição sobre as vias pelas quais se chegaria a esse governo. Elegeu Luís Carlos Prestes, como presidente de honra, que nessa época já aderira ao comunismo, desfrutava prestígio em função do seu papel de líder da Coluna Prestes, que investiu na deposição do governo federal pelas armas. À medida que a ANL crescia, aumentava a tensão política no país, com freqüentes conflitos de rua entre comunistas e integralistas. FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_anl.htm> Acesso em: 12 Jan. 2007.

O movimento comunista resistiu à ofensiva do governo, mobilizando seus quadros para a tomada do poder. Contudo, suas ações foram reprimidas por Vargas que tinha como aliada a Ação Integralista Brasileira. O poder legislativo desconsiderava suas prerrogativas, fortalecendo o executivo e criando as condições favoráveis para o golpe de Estado em 1937, que estabeleceu a ditadura até 1945, correspondentes ao Estado Novo. A reação do governo também se faz ao integralismo, que concorrem ao poder, e como os demais partidos e movimentos é suprimido pelo governo da vida política nacional.

Em nome da religião e do país, o Estado Novo implanta uma nova constituição que atendia as exigências do Estado autoritário e nacionalista. Buscava-se com isso excluir os direitos políticos das organizações, de esquerda e de direita, que comprometiam o poder político. A Igreja, na defesa da manutenção da ordem, apoiava o autoritarismo do Estado, que se orienta pelo fascismo italiano, liderado por Benito Mussolini. Nesse período, a Igreja Católica intensificou o seu apoio a Vargas, cooptando o operariado para suas organizações operárias cristãs, em resistência aos movimentos de esquerda no Brasil.

O integralismo havia sido oficializado no Ceará, em 1932, no mesmo ano de fundação do Circulo de Barbalha. Surgia como um movimento político a partir da Legião Cearense do Trabalho, que atuava em parceria com os Círculos Operários cearenses.¹⁴² Convergia em alguns pontos com as posições da Igreja, tendo a sua militância atuando também no Circulismo. Apesar de influenciados pela Legião Cearense do Trabalho, os Círculos não perdiam a sua originalidade, como instituição da Igreja. Para SANTOS, (2004: p 68) “A forte ligação entre os Círculos Operários no Ceará e a Legião do Trabalho, embora sem esvaziar o Círculo de seu caráter identitário, forneceu-lhes matizes integralistas.”

O cenário político historicamente construído pela interação entre fé e civismo, em décadas anteriores, havia criado condições para a projeção do integralismo em Barbalha. Os protagonistas do Circulo Operário, tem a sua origem social ligada às famílias de tradição católica que mantinham a hegemonia do poder local no Império e após a proclamação da República. A forte orientação religiosa destas famílias permitiu, nesse período, em Barbalha, o surgimento de agentes políticos identificados ao mesmo tempo com o catolicismo e o integralismo. Entre eles, os irmãos Leão Sampaio, Pio Sampaio, Expedito Sampaio, Antônio Costa Sampaio, e outros, como Edgar Coelho, Dr. Machet Callou.

¹⁴² O integralismo no Ceará tem como protagonistas o padre Helder Câmara, Jeovah Mota, Manuel dos Santos e Vitor Guimarães. PARENTE, 1999, p.142.

Por ocasião das comemorações do aniversário da entidade, em 19 de março de 1936, a manifestação em defesa do integralismo se exemplifica, na reação dos circulistas ao jovem acadêmico José Cardoso, cujo discurso

Apesar de demonstrar inteligência, não deixou, contudo, de merecer observações por parte de alguns integralistas presentes, pelas referências feitas ao seu sigma. Dada as explicações necessárias e serenados os ânimos, o senhor presidente levanta a sessão, a qual terminou na melhor ordem entre palmas, músicas e girândolas de foguetes.¹⁴³

Um dos líderes do partido era o Dr. Pio Sampaio, influenciado pelos valores cívicos e religiosos do catolicismo, herdados do seu núcleo familiar, mais especificamente seu pai, Cel. José de Sá Barreto Sampaio. Era ele inspetor regional do Integralismo no Cariri, Chefe municipal do Partido Integralista, tendo sido vereador na legislatura de 1950 a 1954 e deputado estadual de 1959 a 1963, pelo Partido de Representação Popular (PRP). Em 1936, ao participar de atividades médicas e políticas no Rio de Janeiro, ele em correspondência endereçada ao seu irmão Leão Sampaio, deputado constituinte de 1933, assim se refere ao integralismo:

O fato do dia no cenário da política é a sucessão presidencial, em torno da qual os políticos se agitam e se digladiam ferozmente. O rompimento da Frente União Rio Grandense com o Flores, desorganizando, definitivamente o 'Modus Vivendi', o que vem revelar a fragilidade das unidades políticas quando não inspiradas num ideal superior, fortaleceu consideravelmente a posição de Getúlio. Não há, contudo quem possa prever o resultado das campanhas travadas. Todas elas nos bastidores da política dos grandes Estados. A opinião mais corrente é que G.G., caso não rebente uma revolução, por traz da qual apareciam, inevitavelmente, os barbudos comunistas e a falange dos Camisas Verdes, conseguirá legalmente ser eleito e continuar no poleiro. (...) O integralismo atravessa a fase de maior crescimento de sua história. Em todo o Sul, Minas, Bahia e Pernambuco há um formidável surto de progresso. Há poucos dias adquirimos uma estação de rádio por 450 contos (Radio Fluminense) que vai dar força a nossa propaganda. (Apud FIUZA, 2004, p.p. 214 e 215)

Da mesma forma, o seu irmão, Dr. Leão Sampaio, deputado federal, a partir da década de 1930, articulava o seu mandato na defesa das convicções religiosas do seu grupo político e familiar. A clandestinidade imposta ao Partido Integralista pelo Estado Novo, não revela, em Barbalha, sinais de rompimento político entre as lideranças desse partido e os representantes do governo de Vargas, especificamente em relação ao interventor Lyrio Callou. Ao contrário, pertencendo ao mesmo núcleo familiar, nesse período, eles iniciavam as articulações em torno da fundação de novas instituições filantrópicas visando o desenvolvimento cultural e econômico do município. É o caso, do Centro de Melhoramento de Barbalha, que, na década de 1940, tinha como protagonistas agentes políticos que se apresentavam, tanto como integralistas, como getulistas.

¹⁴³ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1935 a 05/1939) p. 18.

No caso de Barbalha, a aproximação entre o Círculo Operário e o Integralismo se fazia através de setores da classe média, que agiam, ao mesmo tempo, como políticos e colaboradores da Igreja. Nesse município a unidade entre Igreja e Estado se materializou de forma mais visível, entre as décadas de 1930 a 1964, iniciada nas ações do Padre José Correia, através propagação do sentimento anticomunista e antiprotestante entre os paroquianos, e na sua articulação com os agentes do poder local.

A boa recepção do Partido Integralista entre os católicos justifica a informação de Lauro Maciel, de que o município de Barbalha, representava na época “um dos núcleos de importância, do ponto de vista político eleitoral” para o integralismo no interior cearense. (Apud PARENTE:1999, p.179) A representação municipal do integralismo era composta pelos senhores Antonio Gondim Sampaio, Dr. Pio Sampaio, Dr. Leão Sampaio, Antônio Costa Sampaio, Edgar Coelho de Alencar, Maria Letícia Ferreira Lima Sampaio, entre outros. Muitos deles se apresentavam, também, como monarquistas, posição justificada pela influência desse regime na formação histórica, social, política e religiosa do município. Como circulistas, defendiam as posições moralistas, na promoção da cultura e do civismo.

O catolicismo foi um elemento agregador dos diferentes segmentos políticos e da sociedade em defesa da fé e da ordem social. A visita de Plínio Salgado, o líder nacional do Integralismo à Barbalha, reunindo-se com os correligionários do município, demonstra o prestígio das suas lideranças e da expressão política desse movimento em nível local. Referindo-se ao Ceará PARENTE (1999, p.174), afirma que “O papel da Igreja Católica como organizadora política das classes operária e média com ‘partido’(no conceito gramsciano), foi imprescindível para o desenvolvimento do integralismo no Ceará.”

2.2.3 A afinidade político-ideológica com o trabalhismo e as articulações pelas subvenções

Os Círculos Operários se tornaram órgão técnico e consultivo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.¹⁴⁴ Como participante da política trabalhista, o movimento interagiu diretamente com esse Ministério e propagava do sentimento anticomunista entre seus associados. Direcionava a fé católica dos trabalhadores a serviço do patriotismo e do combate aos “inimigos” da Igreja e do Estado.

O Estado assume o papel de sujeito histórico porque a luta de classes não chega a exprimir-se de maneira suficientemente nítida no interior da sociedade civil. (...) A ordem corporativa propostas vinha confirmar, como se declarava então, a

¹⁴⁴ Pelo Decreto 7164/41, de Em 12/05/1941 a Confederação Nacional dos Círculos Operários, recebia a prerrogativa de Órgão Técnico e Consultivo do Ministério do Trabalho

substituição do negativo conceito da luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classe. (CHAUI, Idem p. 22)

Interagiam com o Ministério do Trabalho da Indústria e Comércio de quem recebiam subvenções, legitimando a política trabalhista do governo Vargas. A unidade política ideológica entre Igreja e Estado contra o comunismo, fazia dos Círculos Operários, uma organização legitimada pelo governo, com ele colaborando no combate ao sindicalismo de esquerda. Apesar dessas condições, não se pode reduzir os Círculos à simples condição de aparato ideológico do Estado. Eles eram uma instância da Igreja, que dotada do seu próprio projeto político e amparada na sua dimensão divina, se impunha ao governo, convergindo os trabalhadores e patrões para a sua causa.

No campo trabalhista, aos Círculos Operários Católicos que tornam-se importante correia de transmissão e repasse dos programas assistenciais do Ministério do Trabalho dirigidos às classes trabalhadoras. (...) no quadro do populismo, as instituições da Igreja engrossaram a vasta rede do clientelismo do Estado. (BEOZZO,2000,p.122 Apud MARIANO. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm>)

A composição do Ministério do Trabalho, integrando a indústria ao comércio, exemplifica o papel conciliador do Estado entre os trabalhadores e o empresariado. Essa realidade inviabilizava a execução de uma política de Estado exclusiva para os trabalhadores, em detrimento dos interesses dos patrões. A ligação do trabalho com a indústria e o comércio promovia a institucionalização do ensino contemplando os interesses do capital. Nessas condições, estabelecidas pela sociedade industrial, se evidenciou o ensino profissionalizante no Brasil a partir do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e do Serviço Nacional do Comércio (SESC), com o apoio do governo de Vargas.

O governo, na defesa da estabilidade política, apoiava o espírito corporativo em substituição à luta de classe. O corporativismo também recebia o apoio dos Integralistas que colaboravam com as instituições, politicamente identificadas com a sua ideologia, objetivando resistir o movimento operário de esquerda. (CHAUI & FRANCO, 1978, p. 22). A defesa do corporativismo e da harmonia social se apresentava como parte do conteúdo doutrinário da educação católica entre os trabalhadores, colaborando com a unidade dos elementos envolvidos na produção. Nesta ótica, a integração entre o capital e o trabalho, atendia a uma exigência religiosa, voltada para a promoção da justiça social e melhoria da qualidade de vida dos operários.

Nesse contexto, os Círculos Operários, através da educação e na cultura, colaboravam com o projeto da Igreja e do governo. Ari Pitombo, em Boletim de 1951, do Ministério do

Trabalho, Indústria e Comercio (MTIC), referia-se aos sindicatos como “Escolas de União e disciplina”¹⁴⁵. (Apud LENHARO, 1986 p. 37).

O programa fascista, expresso na Carta del Lavoro, requeria uma função educativa dos sindicatos, contrariamente à função reivindicativa e classista dos opositores. A educação do trabalhador pelo sindicato, através do corporativismo, asseguraria a regeneração do trabalho abstrato como dever e faria do indivíduo um trabalhador produtivo, cômico da sua contribuição para o engrandecimento nacional. (I lo Anni Della Carta del Lavoro. Confederazione Fascista dei Lavoratori dell'industria, Roma 1937, pp. 12, 18 e 391) São muito Claros, portanto, os delineamentos políticos da transformação dos sindicatos em ‘escolas de união e disciplina’, uma estratégia institucionalizada visando o congelamento das oposições de classe e a instrumentalização disciplinar dos trabalhadores. Junto a dispositivos como a “proteção trabalhista”, ou a outros menos nobres como repressão, a delação, a tortura, pretendia-se agora educar o trabalhador de modo a arrancá-lo da sua condição de classe, diluindo-a no corpo nacional, fazendo dele um trabalhador ordeiro e produtivo. (LENHARO, 1986, p 37 e 38)

As ações circunistas, na opinião de autores como SOUZA (2002), não podem ser definidas como forma de legitimação ideológica do aparelho do Estado, mas como estratégia da Igreja Católica, que tinha o seu próprio projeto político-teológico. Neste sentido, podemos entender suas ações educativas e culturais como formas de viabilizar o diálogo e conquistar os trabalhadores para a sua causa, e com isso, melhor impor seus princípios à sociedade e ao Estado.

O Círculo Operário de Barbalha se caracterizava como uma instância de poder e de prestígio, capaz de mediar os interesses previdenciários dos trabalhadores junto aos governos.¹⁴⁶ A ascensão de Vargas projeta politicamente seus correligionários no município de Barbalha, que assumiam, ao mesmo tempo, o controle do poder local e a organização dos trabalhadores, através do Círculo Operário. O movimento, a exemplo da extinta União Artística, que lhe deu origem, fazia convergir para seus quadros pessoas de classes sociais diferenciadas, bem como, de diversas profissões, atendendo ao apelo da Igreja para a harmonia social.

O Círculo de Barbalha se afirmava como uma instituição promotora da integração entre trabalhadores e patrões, como sinal de obediência ao apelo do consenso entre eles solicitada pela Igreja. No entanto, como ocorrera antes com a União Artística Barbalhense, os trabalhadores circunistas não exerciam o controle da entidade, considerando, que os principais

¹⁴⁵ Essa concepção indica a consciência do papel educativo dos sindicatos na formação da consciência dos trabalhadores sob a inspiração dos documentos pontifícios e do Estado.

¹⁴⁶ Em nome da prosperidade, atribui ao Estado o dever de apoiar as instituições católicas, garantindo-lhes a sua autonomia e considerando a sua importância na agregação dos trabalhadores e na formação consciência cristã.

cargos da sua diretoria, apesar da realização de eleições, eram sempre ocupados por pessoas mais intelectualizadas, social e/ou politicamente influentes.

O governo de Vargas, através do Ministério do Trabalho, mantinha parceria os Círculos Operários, fortalecendo o seu projeto político. Era os Círculos, uma importante ferramenta de intervenção do Estado junto aos trabalhadores sob a orientação da Igreja. O controle do governo sobre as organizações trabalhistas se reflete no Circulo Operário de Barbalha, cuja presidência nas suas décadas iniciais, era revezada entre os políticos correligionários de Vargas e que ocuparam o cargo de prefeito do município. Era o caso do ex-prefeito Henrique Lopes Sobrinho e Dr. Antonio Lyrio Callou, interventor de Vargas no município a partir de 1935, no Estado Novo, substituindo Antonio Duarte de Sá Barreto. Outros correligionários de Vargas em Barbalha, na condição de deputados, também davam sustentação ao Circulismo, como no caso de Antônio Duarte Junior, Leão Sampaio e Pio Sampaio.

O exame do período do ‘Estado Novo’, em especial, fornece a chave de acesso ao mito Getúlio Vargas. Calcado nas realizações materiais governamentais e/ou fictícias, a imagem do ditador foi propagada por todos os cantos. A ideologia do trabalhismo, conectada ao pensamento político autoritário que conformava a ideologia do Estado no Brasil, atribuía a Vargas predicados extraordinários, quando não extra-humanos. Daí se originou numa espécie de ‘religião civil’ empenhada em formar um exército de fieis seguidores de seu chefe. (...) As festas das comemorações do 1.º de Maio, as paradas e concentrações trabalhistas, os espetáculos de canto orfeônico falavam, sob vários aspectos, aos desejos das massas, agindo também sobre o seu subconsciente. Nessas ocasiões, mais do que nunca, as palavras se tornavam cúmplices das imagens. Tais demonstrações de “materialidade da ideologia” e de “teatro político” implicavam a “introdução de novos ritos”, requisito material que funcionava como instância de consagração/legitimação do regime e de seu tutor. Nelas, o lugar reservado ao conjunto dos trabalhadores era o de coro, convocado a atuar como mera caixa de ressonância da palavra estatal. A ele se permitia ovacionar, aplaudir e ver o seu rosto disforme projetar-se na imagem de Vargas. Nessa busca de identificação entre o povo, o ditador e a ditadura se aliavam, uma vez mais, a ideologia do trabalhismo e as nossas tradições cristãs, que ela reutilizou para tentar legitimar-se perante as mais distintas classes sociais. O culto a imagens religiosas, combinado ao estímulo à devoção de Vargas, passou a ser corriqueiro sob o “Estado Novo”. Por isso Vargas e Cristo Crucificado dividirão as paredes das sedes dos Círculos Operários Católicos. (PARANHOS In: Revista Espaço Acadêmico, n° 39 – 2004 - ano IV)

A paróquia, o executivo e o legislativo, reconheciam o Círculo como principal instituição mediadora dos seus interesses, políticos e teológico, juntos aos operários. Neste sentido, apóiam a politização dos seus associados tomando o trabalho como referencia, do ponto de vista religioso. O Circulismo tornou-se uma necessidade para a defesa dos trabalhadores diante da propagação ideológica dos movimentos políticos e instituições consideradas pelo clero como comprometedoras da fé e da pátria. Convém ressaltar que a tradição familiar católica dos gestores públicos de cidade contribuía para a incorporação da

religião pelo patriotismo. A unidade entre o episcopado brasileiro e o governo que se evidenciava em nível nacional se materializa em Barbalha na orientação espiritual dos párocos que tinham afinidade política com políticos integrantes da família que mantinha a hegemonia do poder local, sobretudo na promoção da educação.

Atendendo o apelo da Igreja, patrões e operários convergiam para o Circulo, como forma de resistir ao mal, bem como promover a defesa da moral, da ordem social e da fé cristã. Esses objetivos, que eram os mesmo do governo, fortaleciam institucionalmente o Circulismo e permitiram o aprofundamento da sua relação política com as instancias do poder. A sintonia com o trabalhismo de Vargas se manifesta no envio, em 1939, da programação das comemorações circulistas de Barbalha do 1º de maio ao Ministério do Trabalho.¹⁴⁷

Como ocorria nacionalmente, o Circulo Operário de Barbalha se mantinha através das contribuições dos seus associados e das verbas a ele destinadas pelo poder público municipal, estadual e federal, depositadas na Cooperativa de Crédito de Barbalha, na época, único estabelecimento bancário do município. Também foi estabelecido o “caixa do tostão”, que consistia numa arrecadação entre os sócios presentes nas reuniões, destinada aos casos de emergências. A dependência econômica da organização dos trabalhadores em Barbalha, em relação aos governos e pessoas, já ocorria antes de 1930. Na década anterior, a União Artística Barbalhense, havia contraído um empréstimo junto ao Sr. José de Sá Barreto Sampaio, Zuca Sampaio, cujo débito, anos depois, foi anistiado pelo credor em favor do Circulo Operário.

O fato da do Circulo ter sido protagonizado por prefeitos, e deputados correligionários de Getúlio Vargas, facilitava a sua articulação direta junto ao Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, em busca de recursos junto ao governo. Essa aproximação se fazia, respectivamente, através de Antonio Duarte Junior¹⁴⁸, primeiro interventor de Vargas, nomeado pelo governador Menezes Pimentel, e deputado estadual, e do Dr. Leão Sampaio, médico da instituição e deputado federal.

Além da defesa do Estado trabalhista, estes políticos, igualmente ao governo, combatiam o cangaço. Nesse contexto, por afinidade ideológica com o governo de Getúlio, Antônio Duarte Junior, havia sido nomeado interventor do município após a Revolução de

¹⁴⁷ Livro e Ata do Circulo Operário (08/1935 a 05/1939) – Reunião de 1/05/1939, p. 91.

¹⁴⁸ Conforme informações do Dr. Napoleão Tavares Neves, ele alterou a arquitetura do prédio histórico atualmente tombado pelo governo do estado, onde funcionava a sede do governo municipal e mudou a sua denominação de “Palácio Pedro I” para “Palácio 03 de outubro” em homenagem a “Revolução de 1930”.

1930, tendo um dos seus irmãos, Joaquim Duarte Granjeiro, na condição de cabo de polícia, participado da esquadra militar, que em 1928, havia fuzilado os últimos cangaceiros do Cariri, com a legitimidade do governo do desembargador Moreira Rocha. Nessa condição observamos uma forte interação entre as elites locais e as aspirações políticas e ideológicas do Estado nesse período.¹⁴⁹

Através do Dr. Perilo Teixeira, o governo estadual, na década de 1930, comunicava por telegrama, ao presidente do Círculo, a liberação dos recursos. Este, em nome da entidade, oficializava seus agradecimentos ao governo e interagiu junto à secretaria da fazenda estadual para o recebimento do dinheiro. Em nível municipal, a canalização de recursos para o Círculo se realizava através das subvenções anuais solicitadas aos prefeitos pelos vereadores, que não raro, compunham o seu quadro de associados. Essa condição gerava o comprometimento político da entidade, em relação ao executivo e ao legislativo, onde, freqüentemente, seus diretores exaltavam as ações dos políticos que participavam da conquista dos recursos. No caso, o Círculo que se congratula com o sócio Antônio Correia Celestino por apresentar junto à Câmara o seu projeto de subvenção anual.

Por esse ato digno e generoso, do nosso diretor Antônio Correia Celestino, o Círculo Católico São José de Barbalha, todos os seus associados, com as mãos em prece, pede ao seu patrono (São José) que lhe conceda a graça de triunfar sempre em sua vida quer pública quer particular.¹⁵⁰

Como gratidão pelos serviços prestados à entidade, o Círculo elevava os seus filiados, representantes do poder público, à categoria de sócios beneméritos e lhes rendiam homenagens, como no caso do Dr. Leão Sampaio, por ocasião da sua permanência no município nos períodos de recesso parlamentar. Além da atuação no campo político em favor do Circulismo, os políticos, Lyrio Callou, Pio Sampaio e Leão Sampaio, considerando a ausência do Estado no campo da saúde, prestavam serviços médicos aos associados. Esse fator atraía a população para a entidade e os projetavam politicamente, sobretudo, junto ao eleitorado pobre.

Entre as décadas de 1940 e 1950, os Círculos foram contemplados de forma mais significativa com recursos públicos. No caso do Ceará, em 1950, foram liberados um milhão e cem mil cruzeiros para as 76 entidades do Estado. Em 1949, a Confederação Nacional dos Círculos Operários Católicos, orientavam os Círculos de todo país a se manifestarem ao

¹⁴⁹ Essa execução atendia a uma reivindicação do prefeito de Barbalha, para deter as ações dos cangaceiros, conhecido como “os marcelinos” que atuavam nos municípios da região, e cuja morte, ocorreu na localidade “Alto do Leitão”, em Barbalha, marcada pelo requinte de crueldade, onde cada vítima foi obrigada a cavar a sua própria sepultura e serem enterrados por seus pares.

¹⁵⁰ Livro ata do Círculo Operário (08/1935 a 9/1939) - Reunião de 04/10/1936, p. 33.

governo federal solicitando o veto à “emenda 80”, aprovada pelo Congresso Nacional, que deliberava sobre a fiscalização das contas das autarquias e das entidades civis. Justificava, essa posição, na dificuldade de operacionalização dos gastos dos recursos pela burocracia imposta. Manifestando-se contrario, os circulistas de Barbalha atendem à Confederação dos Círculos Operários e telegrafam ao presidente da República Eurico Gaspar Dutra, conforme transcrição:

Presidente Eurico Gaspar Dutra
Palácio do Catete – Distrito Federal – Rio

Tendo congresso nacional aprovado emenda oitenta mandando remeter apreciação tribunal de conta não apenas autarquias mas também entidades direito privado executam serviços interesse público social vg nome numerosa classe operários circulistas vale Cariri apelamos V. Excia se digne vetar tal medida que alem burocratizar vida entidades inclusive sindicais cria grande dificuldade desenvolvimento trabalho mesmas pt Ademais emenda oitenta pela peca inconstitucionalidade por estender conceito autarquia esfera atividades particulares que não participam caráter natureza pública

Respeitosas Saudações,
José Duarte de Sá Barreto
Presidente do Círculo Operário de Barbalha.

Essa posição indica o caráter patrimonialista da sociedade da época, onde, apesar da resistência, em 1950, o Círculo realizava a sua prestação de contas junto ao governo, sendo, antecipadamente, avisado sobre esse procedimento pelo Dr. Nogueira – RJ. A fiscalização consistia na descrição da aplicabilidade dos recursos da subvenção do ano anterior. Ocorria sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, numa confirmação de que os recursos governamentais destinados aos Círculos deveriam contemplar esses setores. Em reuniões, os sócios, democraticamente, discutiam e opinavam sobre a aplicação da subvenção.

Documentos internos da instituição registram que esses recursos eram repassados aos circulistas pela Delegacia Fiscal do Estado, através de depósito na Cooperativa de Crédito de Barbalha, na época, o único estabelecimento bancário do município. Como gratidão pelo trabalho prestado, o funcionário da fazenda, Antônio Fernandes Vieira, também circulista, ele e sua esposa, tinham a sua anuidade de sócio paga pelo Círculo, por ocasião do recebimento da subvenção. O deputado Leão Sampaio, mediador dos interesses do Círculo Operário junto ao governo, conforme registro do presidente, pretendia “na câmara federal tudo fazer em prol da nobre causa”. Enfatizava que deveria ser enviada “ao ilustre representante”, fotografia do Círculo Operário e outras informações a ele relativas, requisitadas para a liberação da “subvenção que nos é tão útil”.¹⁵¹

¹⁵¹ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 30/07/1950, p. 166.

Em nível nacional a Confederação dos Círculos Católicos, sediada no Rio de Janeiro, se oferecia “para pleitear auxílio do governo federal em favor do Circulo de Barbalha remetendo modelos de questionários a preencher, referente ao assunto”. Oportunidade em que o presidente Henrique Lopes informava já ter tomado providencias neste sentido.¹⁵² A Confederação dos Círculos Operários, sediada no Rio de Janeiro, mantinha o Circulo de Barbalha informado sobre datas e procedimentos necessários para o recebimento das subvenções federal. Em maio de 1950, a Confederação dos Círculos Operários, através do Padre Leopoldo Brentano, solicitava autorização aos circulistas de Barbalha, para, em seu nome, receber a subvenção federal, com o desconto de 3% “para indenização de despesa de pessoal do Circulismo nacional.”¹⁵³ Padre Brentano, em nível nacional, era um dos articulistas pelo recebimento dos recursos federais do Circulo Operário de Barbalha, mantendo o seu presidente informado sobre as verbas a ele destinadas no orçamento da união.

Escritórios de advocacia e administração de Fortaleza também ofereciam seus serviços profissionais para o recebimento dos recursos da instituição, no entanto, os circulistas, optavam pela colaboração das suas instancias superiores. O circulista José de Sá Barreto era designado como responsável pela preparação e o controle da documentação relativa às subvenções. A Confederação Nacional dos Círculos Operários colocava-se à disposição da entidade de Barbalha, para através de procuração, interferir junto ao governo no recebimento dos recursos a ela destinados. Os círculos, como entidade católica, demonstram a partir do recebimento de suas subvenções uma relação entre a Igreja o poder. Esse espírito de cooperação tinha como origem o propósito de defesa da estabilidade pública e religiosa, diante da cooptação do operariado pelas ideologias contrárias.

O Padre Antônio de Sá Gurgel, tesoureiro da Federação dos Circulo Operários, também era um dos informantes do Circulo, sobre a concessão dos recursos mediados pelo deputado Leão Sampaio. Em 1950, o pagamento da subvenção se realiza através do Dr. Ernesto Gurgel Valente, oficial do Gabinete do Ministério da Justiça, e que pessoalmente visitou os circulistas de Barbalha. A fácil interlocução do assistente eclesiástico, Padre Otavio, com as demais instâncias do Circulismo e dos governos, estadual e federal, remete à idéia de que o assistente eclesiástico, por ter o mesmo sobrenome, pertencer à família do tesoureiro da Federação e do oficial do Ministério da Justiça..

¹⁵² Idem. Reunião de 17/07/1949, p. 90.

¹⁵³ Idem. Reunião de 20/05/1950, p. 148 e 149.

O apoio econômico ao Circulismo na década de 1950 fortaleceu o movimento trabalhista em Barbalha, justificando a o entusiasmo e gratidão dos seus associados aos governos. Na gestão de José Duarte de Sá Barreto, Zeca Duarte, o Circulo melhor se estruturou e despontou no campo cultura, com a fundação de uma Banda e de uma escola de música. A prosperidade do Circulismo local sob a sua presidência, De março de 1948, a março de 1952, foi reconhecida pelas direções que o sucederam, fazendo o seu nome configurar como “presidente de honra” da entidade. Quando da apresentação do relatório sobre a criação, funcionalidade e gestão da banda de música, em reunião em outubro de 1955, os circulistas reconheciam e exaltavam o trabalho de José Duarte de Sá Barreto.

Ao Sr. José Duarte de Sá Barreto, a quem deve o círculo a sua vida, a sua organização e o seu incremento os nossos mais sinceros protestos de elevada estimação e profunda veneração, fazendo aos céus votos de sua existência, ainda bem longa para a felicidade desta entidade que foi no passado, é no presente e sê-lo-á no futuro dispenseira (sic) de benefícios junto aos que sofrem em tosos dos setores (sic) de ordem moral, quer espiritual ou ainda material.¹⁵⁴

Os discursos desse presidente traduziam o espírito cooperativo, patriótico e o entusiasmo pelo apoio governamental à causa circulista:

Com satisfação se vê que a causa circulista, nestes últimos tempos vem galgando proporções consoladoras graças as atividades governamentais. Mais de duzentos mil homens circulistas, empregados e empregadores batalha em prol da grandeza do Brasil quiçá da felicidade da massa operária e arregimentando como força do bem, em seu auxílio, prestam a seus semelhantes, serviços de benemerência e de assistência social.¹⁵⁵

A ligação do Circulo de Barbalha com o Governo Federal, também se estabelece em forma de homenagens aos seus representantes. Entre eles, figura o Dr. Ernesto Gurgel Valente, considerado pelos circulistas de Barbalha como “grande benfeitor dos Círculos Operários brasileiros e membro ativo da Federação circulista e do Ministério do Trabalho.”¹⁵⁶ Assim comprovamos que os representantes do Ministério do Trabalho, eram pessoas, ao mesmo tempo, ligadas à Igreja e aos Círculos, deixando estes últimos, em condição politicamente favorável perante o governo. O Estado reconhecia os Círculos como instâncias necessárias para a sua interlocução com os trabalhadores, e neles confiava, por serem orientados pela Igreja, contra o comunismo. Nessa conjuntura, o Circulismo reconhecia e exaltava o os agentes políticos do governo por seu trabalho político e social sintonizado com as aspirações do catolicismo.

¹⁵⁴ Livro de Ata do Círculo Operário (04/1954 a 11/1958) - Reunião de 30/10/1955, p. 36.

¹⁵⁵ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 07/07/1950, p. 158.

¹⁵⁶ Idem. Reunião de 14/07/1950, p. 159.

Por ocasião das homenagens dos circulistas de Barbalha ao representante do Ministério da Justiça, o Dr. Antônio Machet Callou, orador da sessão, reconhecia em seu discurso

as qualidades excepcionais do grande estadista que é (era) o Dr. Ernesto Gurgel Valente, fazendo sentir que ele, não só nos meios políticos vem exercendo sua ação benemerita, mas também nos domínios da Igreja e no terreno social prestando atos de benemerência às diversas camadas social. Por essa razão a Igreja de Deus quer agradecê-lo, condecorando-o com a comenda excepcional de S. Gregório magno, conferida por S. Santidade o papa gloriosamente reinante.¹⁵⁷

Na ocasião, Padre Otávio de Sá Gurgel, assistente eclesiástico, também homenageia e agradecia ao representante do governo por seus serviços prestados aos circulistas. Entre eles, a aquisição de um milhão e cem cruzeiros para a Federação dos Círculos Operários do Ceará e a oferta de cem mil cruzeiros¹⁵⁸ para melhoramento do povoado do Caldas do Bom Jesus, através da construção de uma “casa de repouso” ou “veraneio”.¹⁵⁹ Nestas circunstâncias, podemos reconhecer a unidade político-ideológica entre a Igreja e o Estado, visível na boa relação entre o vigário e assistente eclesiástico dos circulistas barbalhenses e os agentes políticos do governo.

Atendendo ao convite do Padre Otávio, Dr. Ernesto na condição de representante do Governo, demarca o campo ideológico do seu discurso em defesa do trabalhismo, afirmando “que a sua alma vivi(a) sempre em contato com os sentimentos e aspirações dos companheiros operários.”¹⁶⁰ Nessa reunião Ernesto Gurgel reverenciava “as belezas naturais”, “as riquezas do Vale” do Cariri, e incentiva a criação de uma associação intitulada “Cruzada de Assistência Hospitalar de Barbalha”, a quem o governo havia colaborado com cem mil cruzeiros. Conforme ele, essa sociedade deveria “ser entregue a uma diretoria formada de homens conscientes e dinâmicos.”¹⁶¹

¹⁵⁷ Idem, Reunião de 14/07/1950, p. 160.

¹⁵⁸ Tomando o salário mínimo da época, no valor de Cr\$380,00, como referência da moeda, essa contribuição correspondia a 263,15 salários mínimos. Para melhor o poder de compra do dinheiro, no mesmo ano a Prefeitura Municipal de Carazinho – RS, no mesmo ano, autorizava, através de lei municipal, a compra um terreno medindo 12 mil metros quadrados pelo preço de CR\$ 60.000,00, para instalação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, parcelado em três pagamentos de CR\$20.000,00. Lei Municipal nº 0832- Município de Carazinho. Disponível em: < http://www.carazinho.rs.gov.br/web/scripts/download_pdf.php?arquivo=../legislacao/arquivos/2905.pdf> Acesso em Set. 2008.

¹⁵⁹ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950), - Reunião de 14/07/1950. p. 160

¹⁶⁰ Idem. Reunião de 14/07/1950, p. 160.

¹⁶¹ Idem. Reunião de 14/07/1950, p. 161.

A experiência das ações previdenciárias do Circulismo em Barbalha, por mais de duas décadas, sobretudo na assistência médica aos seus associados, corroborava com a intenção de projetar o município neste setor, dotando-lhe de uma estrutura na área de saúde. O fato de confiar essas ações a “homens conscientes e dinâmicos” indica a sua parcialidade política, do representante de Vargas, optando pelos agentes políticos locais de confiança do governo, defensores dos propósitos da Igreja e do Estado. O aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso para a geração de energia hidráulica foi apontado, nessa ocasião, pelo representante do governo, como um fator que condicionaria o desenvolvimento do Cariri e do Nordeste. Assegurava que construção da hidroelétrica de Paulo Afonso “não é (era) mais um projeto, mas era uma realização que concretizada resolveria grande parte das nossas necessidades”. Prometeu ainda esforçar-se para fundar dois patronatos, masculino e feminino, para o Círculo de Barbalha.¹⁶²

As representações circulistas nas câmaras municipais atuavam no sentido de contribuir economicamente com os Círculos Operários, reivindicando verbas para a entidade junto às prefeituras. Por ocasião das eleições, em todos os níveis, o Círculo Operário cumpria as orientações da Igreja Católica, conclamando seus associados a votarem nos candidatos respaldados pela Liga Eleitoral Católica.

A Liga Eleitoral Católica visava congregar o eleitorado católico, selecionar candidatos que se comprometessem com os princípios sociais católicos, candidatos estes que teriam o aval da entidade. Tais princípios eram basicamente o ensino religioso facultativo, a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às forças armadas, a liberdade sindical, a defesa da propriedade, o combate as atividades subversivas. O trabalho da liga se dava através do alistamento de eleitores, chamando também a atenção para a importância do voto feminino; da apresentação das propostas aos candidatos e da publicação na imprensa da lista daqueles que haviam se comprometido com tais propostas. Praticamente “todas as propostas da LEC foram contempladas na constituição de 1934. Candidatos que não assumissem a oposição ao comunismo não poderiam ser indicados pela liga. Em eleições seguintes, a LEC continuou assumindo a função de orientar o voto do eleitorado católico e de preveni-lo contra o perigo comunista. (RODEGHERO, Rev. Brasileira de História. vol.22 nº. 44, São Paulo, 2002)

O apoio dos circulistas aos candidatos da “lista da Igreja” era movido por interesses econômicos, no sentido de facilitar a sua interlocução com o poder e para resistir às ideologias e religiões contrárias ao governo e ao catolicismo. Nas eleições municipais de 1954, o presidente do Círculo de Barbalha, Virgílio Torres orientava, em uma das reuniões, os associados a votarem nos candidatos da entidade. “O dia das eleições se aproxima, e havendo,

¹⁶² Idem. Reunião de 14/07/1950, p. 161.

circulistas, como há, na chapa de vereadores, estes devem merecer o nosso sufrágio, conquanto eleitos, tudo farão na câmara pelo círculo e pelos operários.”¹⁶³

Na seção seguinte o presidente advertia: “...como circulistas e cidadãos que somos obedientes e dedicados deveríamos cooperar cada um com seu voto para sufragar pessoas e homens honestas levando-as destarte a ocupar as diversas posições nas nossas câmaras.”¹⁶⁴

Afim de melhor orientar o voto dos circulistas nos candidatos da Igreja, ele recorria à leitura do Artigo “Rumo as Eleições”, de autoria do Padre Leopoldo Brentano S. J., publicado no Jornal “A Fortaleza”, que apontava os deveres dos circulistas na escolha dos candidatos. Em seu artigo, o fundador dos Círculos Operários no Brasil, apontava a responsabilidade do voto, que, segundo ele, deveria ser dado aos candidatos cristãos e de fies à Igreja.

Os circulistas, nas palavras do seu presidente, viam nas eleições a oportunidade de exercitarem seu dever cívico-religioso de “obstar que as ondas do mal subjuguem as forças do bem”, numa clara referência à necessidade de empreenderem ação contra a propagação das ideologias e religiões contraria ao catolicismo. A orientação do voto dos circulistas de Barbalha nas eleições municipais de 1954 aos candidatos da Igreja se fundamentava na colaboração com projeto político teológico da Igreja, com vistas à manutenção da ordem política e social. Em seu artigo sobre as eleições o Padre Brentano advertia que

O eleitor consciente deve obrigatoriamente consultar a lista dos candidatos aprovados pela LEC (Liga Eleitoral Católica), salientando mais que entre estes é mister se fazer uma seleção cuidadosa, pois no meio destes constam-se não raros os que apenas satisfazem as exigências mínimas. É de prudência, portanto, conclui ele, escolhermos para serem eleitos os homens mais competentes à coisa pública.¹⁶⁵

Na articulação dos interesses dos circulistas com a Prefeitura Municipal identificamos a atuação do vereador Elony Sampaio, ruralista e um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no município, em oposição ao governo militar. Relatando a não a transferência de recursos municipal, por ele solicitado, junto à prefeitura, o parlamentar, assegurava em reunião “que se no final do ano não for paga a verba solicitada por ele para o círculo, reverterá seus vencimentos de um mês em benefício da nossa sociedade, uma vez que eleito pelo povo, necessita de dar apoio e auxílio a todos.”¹⁶⁶ Oportunidade, em que, a direção da entidade se congratulava com o vereador ao conciliar o seu mandato político com os interesses da entidade que era filiado. A sua liderança como vereador circulista o projetou

¹⁶³ Livro de Ata do Circulo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 18/09/1954, p. 07

¹⁶⁴ Idem. Ibidem.

¹⁶⁵ Idem. Ibidem.

¹⁶⁶ Livro de Ata do Circulo Operário (02/1948 – 09/1950) - Reunião de 31/03/1957, p. 72.

como representante de Barbalha no Congresso Brasileiro de Municípios, realizado, em 1957, realizado na capital da república, Rio de Janeiro. Fato que justifica a sua ausência nas comemorações do 1º de maio do Circulo Operário, daquele ano.

Além do vínculo com os agentes políticos locais, o Círculo de Barbalha, atuava junto às autoridades em outros níveis, para a concessão de obras no município, como no caso, em que telegrafa ao governador solicitando apoio na construção de uma rodagem. Essas reivindicações se faziam como forma de promoção do desenvolvimento da cidade, marcada pelo espírito nacionalista, como a concepção de progresso. A partir da década de 40, no “Estado Novo”, corresponde ao período de entrada de novos sócios no Circulo Operário, que na década seguinte, se projetaram como candidatos e vereador e a prefeito do município. Muito deles, vencendo as eleições, como os senhores Alfredo Correia, Antônio Costa Sampaio, João Coelho Neto, Elony Sampaio, Edmundo Sampaio Sá e outros.

As eleições municipais de 1958 foram marcadas pela rivalidade política entre os sócios do Círculo. A banda de música da agremiação que havia que sido contratada para o comício de encerramento de campanha do candidato a prefeito e presidente do Circulo Operário, Dr. Machet Callou, foi boicotada pelo maestro José de Noca, seu adversário político. Esse fato resultou na demissão do maestro apoiada pelo assistente eclesiástico. Por ocasião da reunião de outubro de 1958, o então presidente circulista, derrotado nas eleições, informava

...que o gerente da banda não cumpriu o que ficou combinado entre ele, José de Noca, e o presidente do Circulo, no tocante ao último dia de comício, resolvendo por isso demiti-lo do cargo referido regente, por uma questão de disciplina e nunca por animosidade contra a pessoa do Sr. José de Noca. Em seguida cedendo a palavra aos músicos, José de Noca disse nada ter que comentar afirmando apenas que a sociedade ia ter prejuízo. O Rvmo. Pe. Assistente achou porem que o presidente deliberou conforme as suas funções e que pelo exposto estaria ao lado do mesmo presidente, talvez em seu lugar, do mesmo modo não houvesse procedido. Sebastião Santiago (da Direção) com a palavra demonstra estar ressentido por não ter sido ouvida a mesa. Mas Pe. Marcelo dizendo que, pelo exposto, embora lhe fosse surpresa aquele assunto o Sr. presidente estava em a razão e não devia ser desautorizado..¹⁶⁷

As relações de amizade entre o maestro, militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o presidente circulista já haviam sido cortadas em anos anteriores. Fato que impossibilitou o Dr. Machet Callou compor uma comissão, constituída na primeira gestão do José Duarte de Sá Barreto, para dialogar com José de Noca, objetivando evitar o seu afastamento da banda de música.

¹⁶⁷ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1954 – 10/1958) - Reunião de 10/10/1958, p. 97.

A participação dos circunistas como candidatos nas eleições municipais, sem a necessidade se afastarem dos cargos de direção da entidade, se apresenta como um fator de imposição política da entidade sobre o pleito eleitoral, comprometendo a sua autonomia e demonstrando a sua parcialidade da entidade no cenário político local. A contratação da banda de música, mediada pelo próprio candidato e presidente do Círculo, para o seu comício, priorizava esse seguimento social em favor da sua candidatura. A posição do então pároco da cidade e assistente eclesiástico do Círculo a favor da demissão do maestro, mesmo justificada por razões administrativa e estatutária, demonstra uma tomada de posição por parte da Igreja politicamente favorável ao presidente derrotado. Tratava-se da legitimação de uma demissão ocasionada pela ausência de participação da entidade a favor de uma candidatura legitimada pela Igreja, representada pelo presidente do Círculo.

As primeiras experiências de ocupação da presidência do Círculo Operário por prefeitos e ex-prefeitos municipais haviam ocorrido na década de 1930, movidas pelo caráter autoritário do contexto político da época. Na conjuntura política do final dos anos de 1950, as candidaturas a prefeitos eram potencializadas pelo apoio da Igreja, com eles identificada, na defesa do seu projeto político. Devemos ressaltar que o Dr. Machet Callou, nas décadas anteriores, já se constituía num dos principais agentes do catolicismo, em resistência ao protestantismo e ao comunismo, liderando as manifestações no município, com o apoio do clero contra os “inimigos da Igreja”.

2.3 As visitas pastorais e as missões dos padres capuchinhos na doutrinação católica.

A religiosidade e o patriotismo motivavam a participação do povo nos eventos da paróquia, foi descrita por Dom Francisco de Assis Pires quando uma de suas visitas pastorais: “Chegamos a Barbalha entre as mais vivas demonstrações de alegria do povo que em frente à casa paroquial espalhava-se na praça da matriz.”¹⁶⁸ Considerando o desejo de harmonia da sociedade pela Igreja, os eventos religiosos locais tinham a participação de todas as classes sociais. Aspecto comprovado por Dom Francisco de Assis Pires, por ocasião da sua visita pastoral ao município em 1940. Ao se referir à sua chegada, ele descreve que a sua comitiva havia sido recepcionada pelo Padre Correia e “por acrescido número de pessoas de todas as Classes.”¹⁶⁹

¹⁶⁸ Livro de tomo da Paróquia de Santo Antônio.

¹⁶⁹ Livro de tomo I – Paróquia de Santo Antônio, p. 07.

Na visita pastoral do ano seguinte, referindo-se aos relatórios das atividades paroquiais coordenadas pelo Padre José Correia, e das associações católicas, entre elas o Círculo Operário, na efetivação do projeto da Igreja, Dom Francisco assim relatava:

Dos relatórios dos diversos associados existentes na paróquia podemos conhecer com grande consolação para a nossa alma o zelo com que o Rem^{mo} pároco vem desempenhando aqui a sua missão de pastor e por isso o louvamos de todo nosso coração e o animamos a que continue a trabalhar sem desfalecimentos para maior glória de Deus e das Almas que lhes forem confiadas.¹⁷⁰

Constatamos mais uma vez a defesa da ordem e da disciplina como exigências da Diocese às instituições católicas. Contemplando a promoção do espírito cívico-nacionalista, anticomunista e patriótico protagonizado pelo governo Vargas e pelo episcopado brasileiro a partir da década de 1930. O Círculo, como mediador da Igreja junto aos trabalhadores, exercia nesse processo, um papel preponderante na formação da consciência dos trabalhadores, voltada para a recristianização.

Além das visitas pastorais, como fator motivador da fé, do espírito anticomunista e antiprotestante, as “santas missões” pregadas pelos missionários capuchinhos, Frei Damião e Frei Antônio, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, atraíam e milhares de paroquianos, apelando-se para defesa da moralidade e para o exorcismo do mal, representado pelo materialismo e pelo ateísmo. Como ocorria na recepção à autoridade diocesana, a chegada dos missionários capuchinhos à Barbalha, mobilizava milhares de pessoas, que participavam das suas pregações, conforme seus próprios registros: “Ao chegar recebemos por parte do povo pomposa manifestação.”¹⁷¹

As missões dos padres capuchinhos também mobilizavam paroquianos da zona rural e de outros municípios, que se deslocavam a Barbalha para assistir as pregações. O livro de tomo da paróquia registra 9.184 comunhões durante suas pregações em dezembro de 1935, na cidade e no distrito de Cajazeiras, hoje distrito de Arajara. Esse registro é representativo da forte obediência e fervor dos católicos em relação aos padres que ministravam essas missões. É perceptível, nas décadas de 1930 e 1940, o controle censitário da paróquia em relação à participação do povo nas atividades religiosas, tais como, batismos, primeiras comunhão, comunhões, sacramentos e óbitos. Através desses registros no Livro de Tombo da paróquia, podemos diagnosticar o potencial e a hegemonia religiosa do catolicismo no município. A efetivação do projeto político-teológico de Igreja romanizada em Barbalha se fazia em colaboração seus agentes políticos. O anticomunismo se apresenta como um fator motivador

¹⁷⁰ Idem, p. 17.

¹⁷¹ Idem, p. 02.

da aproximação dos católicos com o poder, representado pelos correligionários de Vargas, entre eles os integralistas.

Em Barbalha, essa identificação político-religiosa se traduz no envolvimento e participação destes últimos nas atividades da paróquia. Percebemos que, em sua maioria, os protagonistas do catolicismo os eram os mesmos protagonistas da política. Entre eles, o Sr. José de Sá Barreto Sampaio e seus filhos, Dr. Pio Sampaio, coordenador regional do Partido Integralista e o Dr. Leão Sampaio, deputado federal. Além destes, e o Dr. Antonio Lyrio Callou, Dr. Antonio Machet Callou, Elony Sampaio, Antônio Costa Sampaio, e outros. Todos colaboradores do Círculo Operário, considerado como organização ideal de propagação da fé católica e do civismo entre os trabalhadores, sob a orientação doutrinária da Igreja.

2.3.1 O nacionalismo católico: fé e civismo a serviço do projeto político-teológico da Igreja

O pontificado de Pio XI, (1922 a 1939), corrobora com o projeto da recristianização da sociedade, como forma de conquista da paz e da prosperidade das nações. A Igreja entende ser necessária a reconciliação com Cristo, Rei do universo, como única forma de se alcançar prosperidade social, espelhada na sua doutrina. Através da encíclica papal “Quo Primes”, de 1925, Pio XI, institui a “Festa de Cristo Rei” e condena as manifestações ideológicas do mundo moderno, recepcionadas pelo Estado laico, que se contrapunham ao catolicismo. Nela, a Igreja reivindica a sua dimensão divina, transcendente, como instituição reveladora da verdade de Deus, que deveria estar acima dos governos e a sociedade.

O papa Pio XI, também, através da encíclica “Ubi arcano Dei”, de 1922, orientava a oposição do seu pontificado ao movimento do liberalismo católico. No entanto, ciente da falta de leitura da doutrina católica pela população, com a mesma finalidade, investiu na liturgia associada a encíclica, “Quas primas”, por ele também proclamada. Através desta última, o papa defende a realeza de Cristo e o evangelho para formatação da sociedade e da política, fundamentada na Doutrina Social da Igreja.

Nela, Pio XI, afirmava:

Se quiséssemos ordenar que todo o mundo católico deva reverenciar Cristo como Rei, iremos prover as necessidades dos dias atuais e, ao mesmo tempo proporcionar um excelente remédio para a praga, que agora se infecta sociedade. Referimo-nos à praga do anti-clericalismo, seus erros e irreverente atividades. Este espírito maligno, como muito bem sabem, Veneráveis Irmãos, não veio a ser em um dia, mas tem muitos anos incubados nas entranhas da sociedade. O império de Cristo sobre todas as nações foi rejeitado. O direito que a Igreja tem de o próprio Cristo, para ensinar a humanidade, para fazer leis, para governar os povos em todos os que se referem à sua salvação eterna, esse direito foi negado. Depois, gradualmente a religião de Cristo veio para ser assimilado a falsas religiões e a ser colocados no mesmo nível

com elas. Em seguida, foi colocado sob o poder do Estado e tolerada mais ou menos ao capricho de príncipes e governantes.¹⁷²

Ressaltava ele, que a realeza espiritual de Cristo não provinha de nenhum poder do mundo, mas exclusivamente de Deus e que o Reino de Deus, que tem Jesus como Rei, consiste numa alternativa de vida pessoal e social não numa ideologia política.

JOUNEL, liturgista francês enfatiza que

a Igreja não destinava a data (do último Domingo do Ano Litúrgico) à celebração da soberania de Cristo Rei, pois a Epifania, a Páscoa e a Ascensão já manifestam essa dimensão da realeza cristológica e são, portanto, festas de Cristo Rei. Pio XI criou essa solenidade (...) motivado por uma pedagogia espiritual. Diante dos progressos do ateísmo e da secularização da sociedade, ele queria afirmar a soberania e a autoridade de Cristo sobre os homens e as instituições.¹⁷³

A reestruturação do catolicismo por Pio XI teve grandes reflexos no Brasil, incentivando e fortalecendo as reivindicações da Igreja perante o Estado. Conforme GAETA (1997), o papa Pio XI

Ancorado, portanto, na ortodoxia tridentina, e naturalmente no pensamento aristotélico-tomista, o ultramontanismo construiu um arcabouço religioso destinado a se derramar ainda por todos os poros da sociedade, e nos seus diferentes microcosmos desencadeou estratégias reformadoras. A expressão doutrinária mais explícita dessa concepção religiosa foi a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* que a acompanhava, em que se retomava a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. De acordo com suas teses, a sociedade inteira deveria estar impregnada de catolicismo, a educação seria submetida à Igreja e os clérigos estariam fora da jurisdição do Estado.¹⁷⁴

A devoção ao “Cristo Rei” tinha um forte sentido simbólico na defesa e promoção da religião católica, que por sua hegemonia em nível nacional, fazia a Igreja se impor ao governo, exigindo a oficialização do catolicismo pelo estado. Apelando para sua dimensão divina, a Igreja apresenta Jesus Cristo como Rei do Universo, que se sobrepunha aos governos e ao poder terreno, a quem todos deveriam obedecer, através do catolicismo. Neste sentido, o episcopado apresentava a doutrina da Igreja ao governo e a sociedade como única alternativa capaz de restabelecer a ordem social, “ameaçada” pelo avanço político das esquerdas no Brasil. A devoção ao “Cristo Rei” em Barbalha aparece na sintonia da paróquia com a Igreja Romanizada e com a Ação Católica Brasileira (ACB). Na conjuntura político-religiosa da época, as letras dos cantos litúrgicos denunciavam o comunismo e o ateísmo, projetando a supremacia da Igreja.

¹⁷² Pio XI – Encíclica *Quas Primas* – Na festa do Cristo Rei para os nossos veneráveis irmãos Arcebispos, bispos e outros ordinários. Em paz e comunhão com a Sé Apostólica.

¹⁷³ L’*église en prière* p.122 Apud VALLE.

¹⁷⁴ Revista Brasileira de História vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997.

Queremos Deus homens ingratos
 Ao pai supremo redentor
 Zombam da fé os insensatos
 Erguem-se em vão contra o Senhor

Queremos Deus homens ingratos
 O Pai supremo Redentor
 Zombam da fé os insensatos
 Erguem-se em vão contra o senhor

.....
 Queremos Deus Que é nosso Rei
 Queremos Deus que é nosso Pai

O patriotismo interagiu com a fé católica fazendo as solenidades religiosas se confundirem com festividades cívicas. Colaboravam para construção e legitimação do autoritarismo, ao mesmo tempo em que interagiu com a fé, dando às festividades um caráter nacionalista.

Prestam ambos à diluição das diferenças entre o público e o privado, enquanto manipulam a insegurança dos sujeitos individuais, fazendo-nos reverenciar temores arcaicos que são direcionados para o esboço público da nação onde se pretende encontrar a proteção e segurança imaginariamente garantidas junto à mãe, à família e ao lar. Ao se realizar esse prolongamento da vida privada até a pública e o retorno da experiência pública à experiência privada, o ideal de uma sociedade que uma se insinua e os temores da divisão e a possibilidade de amortização do social são acalentados, fazendo com que o culto à pátria – à semelhança ‘a um retorno imaginário à segurança da família, da infância, senão do próprio útero Materno. (MOORE apud DUTRA, 1997, p. 150)

Nesse contexto, a educação religiosa ganhava importância nas atividades da paróquia, através da organização das “Semanas Catequéticas”. A preocupação com a formação cristã dos paroquianos justificava, na época, a existência no município de uma “Congregação Para a Doutrina da Fé”. O próprio Dom Francisco, bispo diocesano, reconhecia a importância da “Congregação da Doutrina Cristã”, criada no município “pela sua eficiência na instrução religiosa e formação moral das Crianças”.¹⁷⁵

O trabalho pastoral efetivado pelo padre José Correia Lima era reconhecido pelo bispo diocesano, que via Barbalha como “uma das paróquias líderes no movimento catequético”.¹⁷⁶ Para Dom Francisco de Assis Pires “o povo de Barbalha dava edificante prova de educação religiosa e piedade cristã.”¹⁷⁷ Segundo a autoridade diocesana, nos dias em que foi realizada a “Semana Catequética” “Barbalha tornou-se uma espécie de academia catequética, um verdadeiro genuflexo da Diocese.”¹⁷⁸

¹⁷⁵ Livro de tomo I – Paróquia de Santo Antônio, p. 53.

¹⁷⁶ Idem, p. 23.

¹⁷⁷ Idem, p. 30.

¹⁷⁸ Idem, p. 31.

A catequese se afirma como mais uma ação educativa e política da Igreja em Barbalha em resistência às ideologias adversárias ao catolicismo. Durante o I Congresso Nacional da Ação Católica (CNAC), em 1946, os bispos e sacerdotes, participantes das Seções do Clero, defendiam a total dedicação ao ensino catequético às crianças e aos adultos, em colaboração com o Departamento Diocesano de Ensino e Religião. Ao mesmo tempo, incentiva os Cursos de Formação de Dirigentes, supervisionados pelos Institutos de Formação de Dirigentes, ou na sua ausência, pelas Juntas ou Diretorias Diocesana.

Em Barbalha, a “Primeira Comunhão” e o “dia do catecismo” integravam a “Festa de Cristo Rei”, comemorada no mês de outubro. Nela a Igreja investia na propagação da sua doutrina entre as crianças, cuja cerimônia, era coordenada pelo Centro Catequético da Paróquia e pelo do Grupo Escolar Municipal. Assim, a escola projetava os valores morais do catolicismo e patriotismo elaborado pelo governo.

Num setor estratégico para o controle social como o da educação infantil, o discurso dos livros escolares, especialmente editados neste período, revelam o “labor cotidiano”, “os cuidados do lar”, ‘a tenacidade’ e ‘a grande virtude militar, a disciplina’, para a construção da pátria. O espaço da escola é esquadrihado de maneira neutralizadora e envolvido por uma redoma defensiva do mundo externo, pleno de tensão e conflito. Lar, Escola e Pátria constituem as únicas referências geográficas utilizadas. Todos esses espaços estão preenchidos de amor e desprovidos de conflito: ‘só o amor constrói’. O lar é o espaço privilegiado do aconchego. Na escola, o professor desperta sugestões emotivas e exercita para o impulso heróico e para o ‘apostolado cívico’. Pais e filhos, professores e alunos não se manifestam hierarquicamente. As relações sociais, do lar à escola e, deles, para o genérico da Pátria, diluem-se gradativamente, sustentadas apenas pelo crivo da moralidade. (LENHARO, 1986, p. 49)

A comemoração da “primeira comunhão” era uma manifestação religiosa da Igreja que objetivava marcar psicologicamente a criança, para que ela se comprometesse com a doutrinação cristã. Atendia ao projeto político-teológico da Igreja Romanizada, fortalecendo o catolicismo para resistir seus adversários. Em Outubro de 1943, o Padre José Correia se refere a essas ações da Igreja em Barbalha em sintonia com a recristianização: “Fieis e crianças prestaram a Cristo Rei seu juramento de fidelidade e amor com a renovação solene das promessas do batismo e consagração à Santíssima Virgem Maria.”¹⁷⁹

A “renovação das promessas do batismo”, por ocasião da primeira comunhão, consistia na criança assumir pessoalmente a “renúncia a satanás”, compromisso, que em seu nome, havia sido assumido por pais e padrinhos por ocasião do seu batismo. Construía-se entre os paroquianos um imaginário negativo sobre o comunismo, apresentado como a encarnação do mal na sociedade, uma manifestação satânica, ameaçadora da ordem, da pátria

¹⁷⁹ Idem.

e da fé católica. A fé em uma nova sociedade, que superasse a exploração capitalista, sem aderir ao socialismo, determinava atuação política dos católicos. Nessa conjuntura, o “Estado Cristão”, reivindicado pelo papa Pio XI, na encíclica *Divini Redemptoris*¹⁸⁰, sobre o comunismo, referendava a luta do catolicismo, pelo “bem das almas”.

¹⁸⁰ Perigo tão ameaçador, vós já o compreendestes, Veneráveis Irmãos, é o comunismo bolchevista e ateu, que visa subverter a ordem social e abalar os próprios fundamentos da civilização cristã. Diante de tal ameaça, não podia a Igreja Católica silenciar, e não silenciou. Não silenciou principalmente esta Sé Apostólica, que tem consciência de ser missão sua especialíssima a defesa da verdade e da justiça e de todos os bens eternos que o comunismo menospreza e combate. (...) O comunismo hodierno, de maneira mais acentuada que outros movimentos semelhantes do passado, em si oculta uma idéia de falsa redenção. Determinado pseudo-ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade no trabalho, penetra-lhe toda a doutrina e operosidade dum certo misticismo falso que, às multidões, lisonjeadas por enganosas promessas, comunica ardor e entusiasmo contagioso, especialmente em tempos como o nosso, em que a distribuição defeituosa das coisas deste mundo resulta insólita miséria. Vangloria-se ainda este pseudo-ideal de ter sido como que o promotor de certo progresso econômico, o qual, quando de fato existe, tem a sua explicação em outras causas, como sejam a intensificação da produção industrial em países que dela eram quase falhos, valendo-se também das enormes riquezas naturais que possuem: e o uso de métodos brutais para executar trabalhos ingentes com pouca despesa. A doutrina que o comunismo disfarça, sob aparências por vezes tão sedutoras, baseia-se hoje em substância sobre princípios já divulgados por Marx do materialismo dialético e histórico, do qual os teóricos do bolchevismo pretendem possuir a única, genuína interpretação. Tal doutrina ensina não existir senão uma única realidade, a matéria, com suas forças cegas, a qual por evolução se torna planta, animal, homem. Também a sociedade humana não é senão aparência e forma da matéria, que por igual forma envolve, e por necessidade inevitável tende, num perpétuo conflito de forças, para a síntese final: uma sociedade sem classes. Nessa doutrina, como se vê claramente, não há lugar para a idéia de Deus, não há diferença entre o espírito e a matéria, nem entre a alma e o corpo; não existe a sobrevivência da alma depois da morte, nem há, portanto esperança alguma em outra vida. Insistindo sobre o aspecto dialético do seu materialismo, os comunistas pretendem que o conflito, que leva o mundo para a síntese final, pode ser acelerado pelos homens. Esforçam-se, assim, por tornar mais pungentes os antagonismos que surgem entre as diversas classes da sociedade; e a luta de classes, com seus ódios e destruições, toma aspecto de cruzada em prol do progresso da humanidade. De outra parte, todas as forças, sejam elas quais forem que resistam a estas violências sistemáticas, devem ser aniquiladas como inimigas do gênero humano. (...) Além disso, tão rápida difusão das idéias comunistas, já espalhadas em todos os países, grandes e pequenos, cultos e menos desenvolvidos, ao ponto de nenhum canto da terra ter ficado delas imune, explica-se por uma propaganda verdadeiramente diabólica, como talvez o mundo nunca viu; propaganda dirigida por um único centro, mas que muito habilmente se adapta às condições dos diversos povos; propaganda de grandes recursos financeiros, de gigantesca organizações, de congressos internacionais, de inúmeras forças bem adestradas; propaganda que se faz por meio de folhas avulsas e revistas, nos cinemas, nos teatros, pelo rádio, nas Escolas e até nas Universidades, penetrando pouco a pouco em todas as classes sociais, ainda as melhores, sem quase perceberem o veneno que sempre mais lhe corrompe a mente e o coração. (...) Os inimigos da Igreja, porém, reconhecendo embora a sabedoria de sua doutrina, censuram a Igreja por não ter sabido proceder conforme os princípios, e por isso afirmam que outros caminhos devem ser procurados. Quanto é falsa e injusta a acusação, demonstra-o toda a história do Cristianismo. Para só fazer menção de um ponto característico, foi o Cristianismo que primeiro proclamou, de maneira e com amplitude e convicção até então desconhecidas, a verdadeira e universal fraternidade dos povos de qualquer condição e raça, contribuindo assim poderosamente para a abolição da escravidão, não com revoltas sanguinolentas, mas pela força interior de sua doutrina, que fazia a orgulhosa patricia romana ver na escrava uma sua irmã em Cristo. Foi o Cristianismo, que adora o Filho de Deus feito homem por amor dos homens, transformado em “Filho do Carpinteiro”, ou antes, “Carpinteiro” Ele próprio (Mt. 13, 55; Mc. 6, 3), foi o Cristianismo que elevou o trabalho manual à sua verdadeira dignidade; esse trabalho manual anteriormente tão desprezado, que até Marcos Túlio Cícero, tão discreto, não hesitou tratá-lo com palavras que hoje envergonhariam a qualquer sociólogo: “Todos os operários se ocupam em ofícios desprezíveis, pois a oficina não pode conter algo de nobre” (M. T. Cícero, *De officiis*, Lib. I, c. 42). (...) Esta, Veneráveis Irmãos, a doutrina da Igreja, a única que pode trazer verdadeira luz, tanto no campo social, como qualquer outro campo, e que pode, contrariamente à ideologia comunista, dar salvação. É mister, porém, que tal doutrina passe sempre cada vez mais para a vida prática, conforme admoestação do Apóstolo S. Tiago: “Sêde cumpridores da palavra, e não simples ouvintes, iludindo-vos a vós mesmos” (Tgo. 1, 22); por isso, o que mais urge na atualidade é usar, com energia, de oportunos

Nessa unidade a Igreja Católica, tomando a defesa da pátria e da religião investia na “domesticação das consciências”, em sintonia ideológica com o Estado.

LENHARO¹⁸¹ enfatiza que

Na sua luta particular (‘empresa espiritual para o bem das almas’) contra o seu inimigo visceral, a Igreja sempre contou como auxílio do “Estado Cristão”. Dessa união, entretanto, quer nos parecer que a sua contribuição tenha sido ainda mais considerável mais prestando serviços do que recebendo compensações. São dois os planos de auxílio que a Igreja prestou no Brasil dos anos 30: o primeiro, de caráter constitucional, significou um apoio político decisivo em momentos cruciais da década; o segundo, não menos importante, relacionou-se à função milenar e indispensável de domesticação das consciências. O agudo anticomunismo, que atendia aos interesses imediatos da Igreja enquanto instituição em nível mundial serviria aqui de eficiente instrumento para denunciar, isolar, desmoralizar o adversário e fornecer ao estado uma legitimidade especial para as práticas repressivas. Dos movimentos de rua do início da década, passando pela Liga Eleitoral Católica, até 1937, a Igreja cerrou fileiras junto ao poder; talvez os momentos mais significativos residam em 1935, quando em plena vigência da LSN, a Igreja imprimiu uma nova diretriz à Ação Católica, estimulando mais a espiritualidade e o trabalho de apostolado dos leigos, o que os desmotivava para manterem a mobilização dos anos anteriores. (1986, p. 189 – 190)

As procissões e a “adoração ao santíssimo” se realizavam como manifestações simultâneas de fé e civismo, contando com a participação de todas as classes sociais. A condução do santíssimo sacramento em procissões era acompanhada por uma equipe de pessoas de tradição católicas, influentes na sociedade, que constituíam um grupo religioso que recebiam o nome de “irmão do santíssimo”. Era comum associar atos religiosos, tais como, procissões, missas e consagrações aos rituais cívico-patrióticos, como o hasteamento da bandeira, canto do hino nacional, “salva de 21 tiros”, etc. Dom Francisco ao descrever à semana Catequética realizada em janeiro de 1944, cujo programa foi por ele elaborado e o Padre José Correia, vigário paroquial, sinaliza esse aspecto: “com muita antecedência começam os preparativos para ao grande certame, a mais brilhante parada de fé que se registra na história religiosa dessa paróquia”.¹⁸²

Como se percebe, o termo, “parada”, expressão associado ao desfiles cívicos e militares, é utilizado pelo do bispo, para descrever a manifestação de fé dos paroquianos. Na condição de instituição primária, que antecede o Estado e da qual deriva as demais, a família,

remédios, em oposição eficaz à ameaçadora agitação que se vai preparando. Alentamos firme confiança em que ao menos a paixão, com que os filhos das trevas dia e noite trabalham para a sua propaganda materialista e atéia, sirva para estimular santamente os filhos da luz a ter um zelo igual, antes maior, da honra da Majestade divina. Disponível em: <<http://www.permanencia.org.br/revista/politica/comunismo/Divini%20edemptoris.pdf>> Acesso em: 02 Fev. 2008.

¹⁸¹ Com referência à BEOZZO

¹⁸² Livro de tombo I – Paróquia de Santo Antônio, p. 21.

era uma das principais preocupações da Igreja. Através da formação religiosa, cívica e moral dos filhos, a hierarquia católica buscava garantir a identificação das futuras gerações com o catolicismo. A família, a juventude e as crianças faziam parte das temáticas das semanas catequéticas. Demonstrando a preocupação da Igreja com o comprometimento das famílias à sua doutrina, em decorrência das aparições em Fátima - Portugal, a família do líder integralista Antônio Gondim Sampaio se consagra a Nossa Senhora, em festividade coordenada pelo padre José Correia.

A rejeição ao “comunismo ateu” também orientava as “teses” apresentadas nos eventos de formação religiosa coordenados pela Ação Católica. A censura era exercida na defesa da fé e da moral, objetivando fortalecer o catolicismo, sobretudo junto aos operários. A resistência às seitas, ao ateísmo e ao materialismo se faz pela defesa das “tradições cristãs” do país. Nessa conjuntura, em nível nacional, o Secretariado Nacional da Fé (SNF) é ampliado e transformado em Departamento Nacional de Ação Católica para Defesa da Fé e da Moral (DNDFM).

Contemplando as reivindicações da Encíclica *Divini Redemptoris* o Plano Nacional de Ação Católica via nos Círculos Operários uma alternativa de agrupamento e disciplinamento dos trabalhadores. Essa posição contemplava as aspirações da Igreja, de junto a eles intervir diante do assédio ideológico dos marxistas.

...Soldados da Ação Católica, assim preparados e adestrados, serão os primeiros e imediatos apóstolos de seus companheiros de trabalho, e se tornarão preciosos auxiliares do sacerdote, para levar a luz da verdade e aliviar graves misérias materiais e espirituais, refratárias em várias partes à ação do ministro de Deus ou por inveterados preconceitos contra o Clero, ou lamentável apatia religiosa. Cooperar-se-á de tal modo, sob a direção de sacerdotes especializados, naquela assistência religiosa às classes trabalhadoras, meio para tanto encarecemos como o mais apropriado meio para preservar queridos filhos Nossos da cilada comunista. Além do apostolado individual, quase sempre oculto, mas sobremaneira útil e eficaz, cabe à Ação Católica fazer, com a propaganda oral e escrita, larga difusão dos princípios fundamentais que sirvam para a constituição duma ordem social cristã, de acordo com os documentos pontifícios.¹⁸³

Alertava-se para a necessidade da exorcizar o mal, representado pelas ideologias políticas e religiosas contrárias à fé Católica, por se constituírem uma ameaça à família, a juventude e a Igreja. Para a paróquia, “os temas desenvolvidos na 1º Semana catequética visavam justamente estudar os meios eficientes de difundir e propagar o ensino do catecismo, nesta diocese.”¹⁸⁴ Os católicos integralistas de Barbalha participaram deste evento como

¹⁸³ Pio XI - Encíclica *Divini Redemptoris*. Disponível em: <<http://www.permanencia.org.br/revista/politica/comunismo/Divini%20Redemptoris.pdf>> Acesso em 02 Fev. 2008.

¹⁸⁴ Livro de Tombo I – Paróquia de Santo Antônio, p. 31.

palestrante, entre eles, a educadora, e diretora do Colégio Mater Salvatores, Sra. Maria Letícia Ferreira Lima Sampaio, esposa do Dr. Pio Sampaio, líder e coordenador do Partido Integralista no Cariri e deputado estadual na década de 1950. O “hino da semana” catequética, de autoria do Padre Bartolomeu de Almeida abordava a fé e o civismo, reforçando o imaginário dos paroquianos que viam no comunismo e no ateísmo a representação do mal. Colaborava com a recristianização, apesar da Ação Católica, nessa época, ainda não ter efetivado de formalmente na paróquia.¹⁸⁵

Majestosa Barbalha altaneira
Que ao mestre Divino és fiel
Dize tu à nação Brasileira
Tua fé ardente, seu labéu
(...)
As palmeiras aos céus arrojadas
Representam impulsos de amor
Orações dos pátrios soldados
Dos teus filhos que adoram ao senhor

2.4 O I Congresso Eucarístico Paroquial e a recristianização

O projeto de recristianização em Barbalha se cristalizou com a realização do I Congresso Eucarístico Paroquial em 1950, declarado pela Igreja como “Ano Santo”, pelo fato de naquele ano, o Rio de Janeiro sediar o Congresso Eucarístico Internacional. O congresso paroquial fazia parte das comemorações do “Jubileu Áureo” de atuação sacerdotal do Papa Pio XII e dos 150 anos da Paróquia de Santo Antônio. Para isto, todos os eventos religiosos dos últimos anos que o antecederam, tais como, visita pastoral, festa de padroeiro e missões se realizaram em sua preparação. Além dos padres, na propagação da doutrina da Igreja participaram os leigos, representando suas respectivas associações religiosas, dentro do espírito cívico, patriótico e anticomunista da época. Uma das resoluções do Congresso de Barbalha era “promover o apostolado da Ação Católica e a instauração de obras de assistência na Paróquia”.¹⁸⁶ A conjuntura favorável ao catolicismo social no município havia sido construída com a colaboração ideológica dos padres que se estabeleceram na paróquia em décadas anteriores.

Desde a década de 1930, a paróquia já operacionalizava suas ações em sintonia com a Ação Católica. Contudo, a sua oficialização no Município só ocorreu em 8 de setembro de 1949, motivada pela realização do I Congresso Eucarístico Paroquial. Neste sentido, Dom Avelar Brandão Vilela, Bispo de Petrolina, foi designado por Dom Francisco Assis Pires,

¹⁸⁶ Livro de tombo - Paróquia de Santo Antônio.

Bispo da Diocese do Crato, para promover a sua instalação. O ato, conforme registro paroquial ocorreu “magistralmente sobre a atualidade do apostolado leigo para a conquista faz almas nesse mundo moderno e paganizado.”¹⁸⁷ Com isto, fica mais uma vez demonstrado a preocupação da Igreja em manter o controle dos paroquianos diante das novas concepções ideológicas, políticas, filosóficas e científicas da modernidade. Essa posição a Igreja expressa o temor e a desconfiança do episcopado em relação ao futuro da sociedade, procurando preservar entre os homens os padrões éticos e morais estabelecidos na sua doutrina.

A Ação Católica e o Congresso se manifestam em Barbalha como forma de resistência à da propagação das ideologias políticas e religiosas modernas antagônicas à doutrina católica. Trata-se, das mesmas preocupações demonstradas pela Igreja na região no início da década de 1930. Como ocorria nacionalmente, a Ação Católica objetivava de difundir o projeto de recristianização sob a orientação e monitoramento do episcopado. Exercia um papel educativo, voltado para a formação de uma consciência cristã em resistência ao materialismo, ao laicismo, ao ateísmo, ao liberalismo e protestantismo.

A recristianização reunia os católicos em torno do projeto de sociedade cristã, idealizada pelo episcopado e fundamentada nos documentos pontifícios. Essa sociedade abolia todas as manifestações que alimentavam o ódio e os conflitos entre as classes, entendidos, como fatores geradores da instabilidade da ordem social, política e religiosa. Com essa intenção, a Igreja optou pela transmissão da sua doutrina por categorias, gênero e idade. Exemplificando essa metodologia, em Barbalha, a comemoração da páscoa, confissões e os estudos temáticos das semanas catequéticas, se realizavam especificamente para homens, crianças, mulheres e juventude. Essa divisão se fez presente na paróquia até a década de 1970, década em que, na Igreja ainda dispunha de lugares específicos para os homens e as mulheres durante as celebrações religiosas.

Percebemos que em Barbalha, os agentes do catolicismo introduziram a romanização da Igreja, estabelecendo novos padrões de cultura religiosa, na intenção se sobreporem à religiosidade popular, que mesmo perseguida pela Igreja, resistiu até a atualidade. Foi o caso da Ordem dos Penitentes, incentivada pelo Padre Ibiapina, quando da sua passagem pelo Cariri, fundando as Casas de Caridade, construindo cemitérios e cacimbas para atender a falta de água potável. A demolição da casa de Caridade, uma das mais importantes obras do Padre Ibiapina em Barbalha, coincidentemente se deu no ano de realização do Congresso do Congresso Eucarístico Paroquial, simboliza o desprezo para com a memória do trabalho

¹⁸⁷ Livro de tomo I – Paróquia de Santo Antônio, p. 51

sócio-religioso do sacerdote que fora perseguido pela Igreja romanizada no Ceará. Como no passado, nesta nova conjuntura, os agentes políticos locais continuavam mantendo relações de amizade com os agentes do poder, partilhando com eles, das mesmas posições políticas e ideológicas emergentes a partir da década de 1930.

O projeto de recristianização, ao atender os interesses político-ideológicos do Estado e da Igreja, permitia que os Congressos Eucarísticos¹⁸⁸ fossem elogiados e defendidos pela bancada dos deputados comprometidos com o catolicismo romanizado. Na solenidade do Congresso Eucarístico de Barbalha, Lyrio Callou, ex-interventor do governo de Vargas em Barbalha, reconhecendo a valorização desses eventos religiosos pela Câmara Federal, cita o deputado Souza Leão, que assim se refere em relação ao congresso eucarístico de Petrolina:

Estes congressos são atualmente e palpitante oportunidade. É a mobilização da Igreja no combate energético ao surto materialista desencadeado pela humanidade, pelas duas hecatombes que o século registra. Nelas a humanidade perdeu o que tinha de melhor nas conquistas do espírito, e como que o pavor da destruição material intimidou o homem para a com quista de perdidos valores. Os congressos Eucarísticos são os poderosos instrumentos de recuperação dos vencidos pela apatia

¹⁸⁸ A origem dos congressos eucarísticos esta relacionada à Festa do Corpo de Deus (Corpus Christi) instituída pela Igreja em plena Idade Média. Ao expressarem publicamente a fé e a adoração na Eucaristia, os cristãos se contrapunham ao surgimento de dúvidas e ensinamentos heréticos, entre eles os de Berengário de Tours, falecido em 1088, e de seus discípulos, negando a presença real de Cristo nas espécies do Pão e do Vinho. A celebração pública da Eucaristia, comemorando a Festa do Corpo de Deus, foi iniciada em 1246, na Diocese de Liège na Bélgica e oficializada pelo Papa Urbano IV, em 1264, determinando sua celebração na quinta feira de Pentecostes. O papa Papa Clemente V em 1314, difundiu em toda Igreja o rito processional solene já celebrado em várias Dioceses. No Brasil as celebrações eucarísticas públicas, foram introduzidas pelos pêlos primeiros evangelizadores, tornando-se expressões muito ricas e significativas da religiosidade popular, tais como “Quarenta Horas”, “Laus Perennis”, precursoras da atual festa do Corpo de Deus, oficializada pela coroa portuguesa. Com a expansão do racionalismo, o iluminismo, no século XIX, comprometia a fé católica, fazendo a Igreja investir em eventos religiosos, especialmente na França, para despertar e aprofundar a devoção do povo no Santíssimo Sacramento. Movimento que teve como protagonistas um grupo de leigos da Diocese de Lille, na França, sob a liderança da jovem Maria Marta Tamisier e do padre, hoje canonizado, São Pedro Julião Eymard, fundador dos Padres Sacramentinos. A idéia de um Congresso Eucarístico nasceu com Maria Marta Tamisier no dia 29 de junho de 1873, quando ela se encontrava em oração na capela do Convento da Visitação em Paray-le-Monial. Neste local, de 1673 a 1675, Santa Margarida Maria tivera as revelações sobre o Sagrado Coração de Jesus, orando diante do Santíssimo. Naquele dia de 1873, em Paray-le-Monial, 60 Deputados do Parlamento francês consagravam a França e seu Parlamento ao Sagrado Coração de Jesus. Foi o momento em que a jovem sentiu em seu coração o sonho de promover a paz social através da Eucaristia. Assim realizou-se em Lille, em 1881, o Primeiro Congresso Eucarístico Internacional, com cerca de 800 congressistas, cujo encerramento se fez com uma grande Procissão Eucarística, com mais de 10.000 pessoas. A partir de Lille (1881) começaram os Congressos Internacionais, inicialmente cada ano, e depois, mais espaçados: Avignon, Liège, Friburgo, Toulouse, Paris, Anvers, Jerusalém, Reims, Paray-le-Monial, Bruxelas, Lourdes, Angers, Namur, Angoulême, Roma, Tournai, Metz, Lourdes, Colônia, Montreal, Madrid, Viena, Malta, Lourdes (2º), Roma (2º), Amsterdã, Chicago, Sidney, Cartago, Dublin, Buenos Aires, Manila, Budapest, Barcelona, Rio de Janeiro, Munique, Bombaim, Bogotá, Melbourne, Filadélfia, Lourdes (3º), Nairobi, Seul, Sevilha, Wrocław, Roma e Guadalajara (2004). Um total de 48 congressos, nos cinco continentes: Europa, América, Ásia, África e Oceania. No Brasil os Congressos Eucarísticos Nacionais começaram em Salvador (Bahia), em 1933, seguindo-se os de Belo Horizonte em 1936, Recife em 1939, São Paulo em 1942, Porto Alegre em 1948, Belém em 1953, Curitiba em 1960, Brasília em 1970, Manaus em 1975, Fortaleza em 1980, Aparecida em 1985, Natal em 1990, Vitória em 1996 e Campinas em 2001, Florianópolis 2006 e Recife. VAZ in: “Vinde e Vedel!”- Informativo do 15º Congresso Eucarístico Nacional/2006 – Florianópolis – Agosto – Ano 2 – nº 03, p. 07.

e pela indiferença: a pompa litúrgica e os ensinamentos jorrados dos púlpitos despertam entusiasmos e galvanizam a fé. (Apud. CALLOU, p. 73 – 74)

As atividades paroquiais atendiam ao projeto da recristianização efetivado pela “Ação Católica”. Como ocorria em todo país, sob a orientação do episcopado, a paróquia de Santo Antônio, realizou o “tríduo eucarístico.”¹⁸⁹ em preparação desse congresso. Barbalha presenciava a interação entre fé e civismo e a incorporação da religião pelo Estado, viabilizada pelo pacto entre ele e a Igreja, a partir da década de 1930, no governo de Vargas. A própria Diocese do Crato, nessa perspectiva, estrategicamente estabelecia que o encerramento do “tríduo” na paróquia de Barbalha em preparação ao IV Congresso Eucarístico Nacional, deveria coincidir com o “Dia da Pátria”.

Sinalizando a boa relação entre os poderes político e eclesiástico em Barbalha, a paróquia confere ao deputado federal Leão Sampaio (UDN), de tradição católica, o título de “Patrono do Congresso”. Ele disponibilizava o seu mandato parlamentar a serviço do projeto de recristianização, sendo o principal articulador político do município e da paróquia junto ao governo federal. Através da emenda parlamentar, PL - 88/50, de sua autoria, conseguiu a concessão de Crz 100.000,00 à Diocese do Crato para a sua realização do Congresso. Quantia, na época, significativa, que revela o comprometimento do Estado com a Igreja, movidos pela defesa dos mesmos princípios morais e políticos. A sua escolha como “Patrono do Congresso”, expressava o reconhecimento da paróquia por sua atuação parlamentar em defesa do projeto político teológico da Igreja.

Leão Sampaio desfrutava da amizade do clero, sendo reconhecido pela paróquia como um dos seus mais ilustres representantes na Câmara dos Deputados. Seguindo o comportamento do seu pai, Zuca Sampaio, procurava contribuir política e economicamente com as obras da Paróquia de Santo Antônio.

Todos aplaudiram a idéia e cerraram fileiras ao lado do Pároco. As forças vivas de Barbalha foram mobilizadas no sentido de realizarem um Congresso que marcasse a vida espiritual e social do Cariri. (...) O deputado Leão Sampaio Patrono do Congresso, cuidou de entrar com projeto na câmara dos deputados solicitando apoio ao Governo Federal de cem mil cruzeiros. (...) As ruas da Matriz e vizinhanças foram devidamente calçadas pela prefeitura municipal que não poupou esforços no decidido apoio à Paróquia. (NEVES, 2001, p.114 - 5)

Desde a época do império, Barbalha já se caracterizava pelo consenso entre os poderes públicos e religiosos, tendo seus padres, nomeados pelo império e atuando na sua defesa, através do partido conservador. O Congresso Eucarístico de Barbalha revela, em nível local, a unidade político-ideológica entre Estado e Igreja, manifestada na identificação das

¹⁸⁹ Consistia no cumprimento de atividades litúrgicas nos três dias que antecedia o evento religioso.

autoridades políticas, jurídicas e educacionais com a doutrina da Igreja. Estas interagiam de forma harmoniosa com o Círculo Operário, na promoção da defesa da fé e da ordem, como contraponto às ideologias de esquerda. Por ocasião do Congresso, as autoridades diocesanas foram saudadas por políticos locais, entre eles, o Dr. Lyrio Callou, circulista e segundo interventor municipal do governo de Vargas.

Apesar da inexistência de movimentos de esquerda, a ideologia marxista era fortemente combatida. Em relação a elas, a Igreja e as autoridades locais se mantinham vigilantes, apoiados na construção do imaginário negativo sobre o ateísmo, o protestantismo e o comunismo. Os paroquianos eram preparados para resistir às possíveis cooptações política ou religiosa que não fossem legitimadas pelo catolicismo. Na construção desse imaginário, a experiência socialista na Rússia era exemplificada no mundo católico como a expressão o mal e do terror. Para se garantir a estabilidade da ordem social e da religião, ameaçadas pelo comunismo, os agentes políticos e eclesiásticos conclamavam a unidade dos católicos na defesa de Deus, da pátria e da família.

A partir do I Congresso Eucarístico de Barbalha, a hierarquia católica reconheceu o potencial religioso da paróquia e a sua contribuição com o projeto da Igreja. Igualmente às semanas catequéticas, esse congresso elegeu a família, a juventude, as crianças e os operários como temas específicos de discussão, na perspectiva da construção da uma sociedade ideal, orientada pela doutrina social da Igreja. As temáticas discutidas visavam contribuir para a formação política e religiosa dos católicos, voltada para a defesa da fé, diante das teorias políticas, científicas e sociológicas da modernidade, que se contrapunham aos valores cristãos.

O conteúdo das abordagens era orientado pela doutrina da Igreja e fazia a defesa da fé, da família, da pátria, da harmonia, da cooperação, dos valores morais e a rejeição do mal, como um apelo de Deus. Os relatórios da paróquia definem como sua temática geral do Congresso “A santíssima Eucaristia, frente de justiça e da paz, caminho seguro de salvação para o mundo moderno”.¹⁹⁰ Os diversos setores da Ação Católica, bispos e leigos, participaram como palestrantes e das “seções de estudo” do Congresso, coordenando e palestrado sobre as temáticas.

O evento contou com a participação expressiva dos católico-integralistas, circulistas, e de todas as organizações sociais que abraçavam o projeto de recristianização. Representantes dos Círculos Operários de Fortaleza, Barbalha, Crato tomaram parte como oradores do

¹⁹⁰ Livro de tombo I – Paróquia de Santo Antônio, p. 65.

evento, entre eles, o Padre José Arimateia Diniz, Edgar Coelho de Alencar e José Alves Feitosa, e o padre Antonio Feitosa. O Círculo Operário de Barbalha era única instituição de atuação específica do catolicismo junto aos trabalhadores, presentes no evento, que também, convergiu educadores integralistas que atuavam junto à juventude, nos colégios onde lecionavam e dirigiam.

QUADRO II
PALESTRANTES E SEÇÕES DE ESTUDO DO I CONGRESSO EUCARÍSTICO PAROQUIAL DE
BARBALHA – CE – 1950

PALESTRANTE	INSTITUIÇÃO	TESE
Profª. Maria Carmela Costa Barreto	Diretora da Cruzadinha Eucarística	“Comungar para vencer”
Stª Maria Áurea Bessa	Diretora de Juventude Feminina Católica de Fortaleza	“A influência da Eucaristia na Vida da Donzela Cristã”
Madmoisele Gracinta Pietro Marchi	Diretora do Instituto Social de Fortaleza	“A Eucaristia e o apostolado social moderno”
D. Amália Xavier	Diretora do Ginásio Santo Terezinha de Juazeiro do Norte	“Jesus, a eucaristia e Maria Mãe de Deus”
Prof. D. Maria Gonçalves	Escola de Nutrição de Fortaleza	“A Eucaristia e a Santificação da Família”
Dr. Pio Sampaio	Integralista e presidente do Conselho Vicentino	“A Eucaristia, fonte de energia para a vida do homem”
Prof. Antonio Duarte Filho	Ginásio Santo Antônio	“Combater o respeito Humano Para Poder Comungar”
Pe. José Arimateia Diniz	Assistente Eclesiástico da Federação dos Círculos Operários do Ceará	
Pe. Otávio Gurgel – SDS	Vigário Paroquial	
Pe. José Linhares	Assistente Eclesiástico do Círculo Operário de Iguatu	
Edgar Coelho	Vice Presidente do Círculo Operário de Barbalha	“A Eucaristia e a Dignidade Humana do Operário”
Pe. Antônio Feitosa	Assistente Eclesiástico do Círculo Operário do Crato	“Jesus Sacramentado, sustentáculo e triunfo da Classe Operária”
Dr. José Alves Feitosa	Orador Oficial do Círculo Operário de Barbalha	

FONTE: Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio - 1950

O médico circulista Leão Sampaio, apesar dos seus esforços para a realização do Congresso, dele, não participou, em função das suas atividades parlamentares. Em mensagem¹⁹¹ enviada do Rio de Janeiro, capital da República, para o Padre Otávio Gurgel, vigário paroquial, exaltava a importância do Congresso para o município. O conteúdo da mensagem tem como objeto de preocupação o materialismo e a modernidade, considerados como comprometedores da fé católica e da ordem.

Botafogo – RJ DF

Pe. Otávio Gurgel – Barbalha

Ao ser instalado hoje Congresso Eucarístico essa cidade demonstração pública vibrante de fé vg tão necessária nossos dias em que o mundo parece esquecer dignidade de espírito entregando-se interesses materiais vg distante que encontro vg manifestar meu apoio solidariedade aos que hoje rendem tributo adoração respeito Jesus Hóstia nesse pequeno rincão nossa pátria vg associando-me grande homenagem pt Faço votos pelo máximo sucesso melhor êxito p grande certame e que mesmo venha compensar seus inextinguíveis esforços máxima dedicação com que se dedicam realizações ideais distinção pt Receba protestos grande estima maior apreço pt

Atenciosamente
Leão Sampaio

Para a Igreja a defesa da pátria passava pela manutenção da hegemonia do catolicismo no Brasil, apontado pelo episcopado como um fator de unidade nacional que contribuía para a defesa da pátria. Fundamentado nessa hipótese, os bispos, nas primeiras décadas da república, no passado haviam reivindicado reconhecimento do catolicismo pelo Estado. No ano de 1959, em carta pastoral enviada ao vigário de Barbalha, o bispo diocesano, Dom Francisco de Assis Pires, continuava mencionando o catolicismo como fator de unidade nacional, ao reagir à ação dos pastores evangélicos estrangeiros no Cariri. Na oportunidade ele denunciava o protestantismo como fator de instabilidade política da nação.

A sua vinda ao nosso meio prova, por si só, que não agem pelo verdadeiro zelo religioso. Com efeito, se estivessem animado de tal zelo, iriam trabalhar de preferência em sua pátria onde é maior o mal da religião e incredulidade. Qualquer que seja porem o motivo dessa audaciosa penetração protestante, é certo que atingida a unidade religiosa de uma nação, perde ela a maior força de conservação de sua independência política.¹⁹²

O espírito cívico-religioso que caracterizava o referido congresso é demonstrado na execução do hino nacional, hinos religiosos, orações, bênção do santíssimo, “salva de 21

¹⁹¹ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, p. 69.

¹⁹² Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, p. 99.

tiros”, e hasteamento e arreamento das Bandeiras do Brasil e da Igreja, demarcando a unidade político-ideológica ente a Igreja e o Estado. A fé e o patriotismo são enfocados na programação, assim descrita nos documentos da paróquia:

Na Praça do congresso, a chegada do Santíssimo sacramento, haverá repique dos sinos da matriz acompanhando uma salva de 21 tiros, entremeada com fogos de artifício, que iluminarão os céus livres da pátria espargindo clarões de luz e vida sobre o tapete esmeraldino do Vale do Salamanca.¹⁹³

Essa característica também se faz presente na letra do “Hino no Congresso”:

Viva a Hóstia Penhor sacrossanto
Lindo sol fonte eterna de Lua
A Barbalha dá vida e encanto
Nossa terra te ama Oh Jesus!
.....
Este Vale tão Belo e fecundo
Contemplando teu céu cor de anil
Tece hinos a ti Rei do Mundo
Senhor desse imenso Brasil

Demonstrando a legitimação e monitoramento do Congresso pela hierarquia da Igreja, o Papa Pio XII, através de telegrama¹⁹⁴ enviado à paróquia através do Núncio Apostólico do Rio de Janeiro, congratula-se com o evento e abençoa seus participantes, o projetando em nível internacional.

28 out 1950
Br 47
Lltf

Citta del Vaticano 21 27 14 vgv
Nuntius Rio de Janeiro

Sua santita volentieri bendice partecipanti congresso eucarístico parrocchiale
Barbalha auspiciandone nuovi incrementi vita pieta cristiana

Sontini Sostituto

Tradução:

Cidade do Vaticano - Núncio – Rio de Janeiro

Sua Santidade de bom grado abençoa aos que participam do Congresso Eucarístico de Barbalha com votos de incremento na vida e piedade cristã dos participantes

Monsenhor Montini – Substituto

O I Congresso Eucarístico Paroquial fortaleceu e motivou a continuidade das ações da Igreja junto aos paroquianos nas décadas seguintes, que, o memoriza a ele fazem referência, como um dos maiores eventos religiosos do catolicismo no município do século XX. Em

¹⁹³ Livro de tombo da Paróquia de Santo Antônio, p. 62.

¹⁹⁴ Livro de tombo da Paróquia de Santo Antônio.

função dele e a paróquia realiza melhoramentos na Igreja matriz da cidade, como a compra de seu equipamento de som, na época conhecido como “irradiadoras”, para melhorar a sua comunicação nos atos litúrgicos, e o seu primeiro veículo, visto que, nas décadas anteriores, os padres viajavam a cavalo para realizar suas atividades pastorais. O próprio falecimento do Padre Correia, baluarte da defesa do projeto de recristianização nas décadas de 1930 e 1940, se deu em função da queda de um cavalo, até então, principal meio de transporte dos agentes religiosos.

O Congresso fez da cidade de Barbalha um referencial do catolicismo na região e no Nordeste. Nele o episcopado brasileiro foi representado pelos bispos das Dioceses do Crato - CE, Mossoró - RN, Petrolina - PE, Cajazeiras - PB, Limoeiro do Norte - CE, Sobral - CE, Oeiras - PI, Fortaleza - CE, Caiatié - BA. Além destes, participaram os párocos de Barbalha - CE, Juazeiro do Norte - CE, Pereiro - CE, Crato - CE, Acopiara - CE, Icó - CE, Jardim - CE, Missão Velha - CE, Lavras da Mangabeira - CE. Tomaram parte, também, autoridades católicas representativas do Seminário São José - Crato - CE; Ginásio Santo Antônio - Barbalha - CE; Convento São Francisco - Juazeiro do Norte - CE; Salesianos - Juazeiro do Norte - CE; Sagrada Família - Crato - CE.

A contribuição do I congresso Eucarístico Paroquial de Barbalha na formação dos trabalhadores circulistas se manifesta na participação da entidade programação do evento.¹⁹⁵ A imagem de Nossa Senhora das Graças, patrona do Congresso foi por eles recepcionada em sua sede social, ocasião, em que o presidente da entidade pede em nome da Padroeira a contribuição financeira dos associados para o evento. Dizia ele: “sem mesquinhez ou apego ao vil metal, considerando as palavras ‘cem por um e o reino do céu’, abramos nosso bolsos (sic) em louvor a Nossa Senhora, nossa protetora e do nosso Congresso Eucarístico Paroquial.”¹⁹⁶

Parte da programação do Congresso se realizou no Círculo Operário, onde tinha lugar as palestras com temáticas específicas para os trabalhadores, visando contribuir com a sua formação cívica e religiosa dos circulistas. Trabalho que contou com a coordenação e assistência, respectivamente, dos Padres José Arimateia, assistente eclesiástico da Federação

¹⁹⁵ Os congressos, especificamente os circulistas, cumpriam um papel educativo preponderante na formação intelectual, cívica, moral, política e religiosa do operariado católico. Neles, os circulistas como militantes da Ação Católica refletiam sobre a realidade do país, se comprometendo em atuar na sua transformação, orientados pelo evangelho. Eram espaços de propagação doutrinária da Igreja sob a inspiração das encíclicas de Leão XIII e Pio XI, na busca da ordem social cristã. A falta de formação dos trabalhadores era considerada pelos católicos como um dos fatores que obstaculizava a recristianização.

¹⁹⁶ Livro de ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 10/09/1950, p. 179.

dos Círculos Operários do Ceará e do Padre Otavio de Sá Gurgel. Além destes, presidiram as sessões circulistas os padres João Linhares, presidente do Círculo Operário de Iguatu e Antônio Feitosa, assistente eclesiástico do Círculo Operário do Crato. Na programação específica para os trabalhadores, os conferencistas eram os circulistas Edgar Coelho de Alencar e o Dr. Antonio Feitosa, que apresentaram, respectivamente, as teses “A eucaristia e a dignidade humana do Operário” e “Jesus Sacramentado, sustentáculo e triunfo da classe operária”. Nessas temáticas está evidenciada a unidade entre civismo e religião a programação era encerrada com o hino do circulista.

3. AS AÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS DO CÍRCULO OPERÁRIO DE BARBALHA NA CONJUNTURA POLÍTICO-RELIGIOSA (1935 – 1964)

A atuação do Círculo no campo educativo e cultural é legitimado pelo Estado, que a partir da década de 1930, passa a exercer um maior controle na cultura e na educação. Para a melhor compreensão das ações educativas e culturais efetivadas pelo Circulismo em Barbalha - CE se faz necessário entender as políticas públicas empreendidas neste setor, que coincidem com o período de expansão dos Círculos Operários no Brasil e a sua intervenção junto à classe trabalhadora.

No campo da cultura as ações culturais do governo Vargas se realizaram em colaboração com o Ministério da Educação e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), procurando contemplar tanto as elites intelectualizadas como o povo. Preocupando-se com a homogeneidade da cultura, são os remanescentes do modernismo conservador, reunidos no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), quem definem as estratégias da política cultural junto às camadas populares. Através do DIP, o governo exercia a sua vigilância sobre as manifestações da cultura popular, adotando o rádio e a imprensa, como os principais meios de propagação de suas idéias. “O povo era considerado uma espécie de matéria bruta a ser elaborada pelo saber das elites. Baseado nesse raciocínio, o governo justifica seu controle e fiscalização sobre as mais diversas expressões culturais.”¹⁹⁷

O governo ao encampar a Radio Nacional, em 1940, canalizava dinheiro público para manter seus artistas considerados como os melhores da época, cujos programas, difundiam os valores e comportamentos exigidos pelo Estado. A livre escolha dos melhores artistas, pela opinião pública, divulgada no programa Hora do Brasil estimulava a audiência do rádio, oportunidade em que se divulgavam as realizações e a ideologia do Estado. Também em relação ao rádio, o programa “Repórter Esso”, de inspiração norte-americana, transmitia as notícias procedentes da United Press Internacional (UPI). O Ministério do Trabalho exercia forte influência junto aos trabalhadores, popularizando a imagem do governo através da Radio de Mauá, que se apresentava como a “emissora do trabalho”. Além do Rádio, os Jornais “A Manhã” e “A Noite” e revistas se integravam ao governo na defesa dos interesses do Estado, contanto com a participação dos intelectuais. Em 1943,

No campo musical, na intenção de incentivar as manifestações cívicas, Getúlio Vargas apoiou o projeto orfeônico de Villa-Lobos, que se apresentava por ocasião das grandes concentrações no estádio Vasco da Gama. O Estado utilizava o teatro, a música, o cinema,

¹⁹⁷ Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_história/html> Acesso em: 02. Out. 2007.

carnavais e as festas cívicas e populares como forma de promoção do regime através da cultura. O “samba da legitimidade” convertia a figura do malandro como em exemplo do operário da fábrica, cujas composições eram legitimadas por incentivavam o trabalho em detrimento da boemia. A popularidade do samba era utilizada para formação de uma consciência anticomunista, ao mesmo tempo, que se instituiu “dia da Música Popular Brasileira”, como uma forma de projetar positivamente o governo junto aos artistas,

A cadeira na academia Brasileira de Letras, assumida por Vargas, simbolizava o caráter indissociável entre os interesses do Estado e da intelectualidade. Do ponto de vista arquitetônico, as construções procuram expressar o conteúdo cívico, cultural e patriótico que representava o regime. Nesse período, foi estabelecida a política de preservação do patrimônio cultural do país, resultando na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), idealizado por Mário de Andrade. Subordinado ao Ministério da Educação, o SPHAN a convite do ministro Capanema era dirigido por Rodrigo Melo Franco Andrade. Após assumir diferentes formas de organização jurídica, e ter recebido significativas modificações em seu projeto original, esse órgão se transformou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ainda no contexto cultural foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) e instituído a sede do Ministério de Educação no Rio de Janeiro, cuja arquitetura recepcionava os painéis de Cândido Portinari.

Apesar dessas iniciativas, o autoritarismo político do Estado Novo implicou no retrocesso da Educação, culminando com o fechamento da Universidade do Distrito Federal e de mais de duas mil escolas, condicionado pelo rompimento das relações entre o Brasil e a Alemanha, a partir de 1942. Essa conjuntura forçou o governo a investir no processo de nacionalização do ensino.

As ações da Igreja e do governo, nesse período, ocorriam no sentido de adequar a educação ao espírito de modernidade que se evidenciava com o surgimento da sociedade industrial, contudo, rejeitando o ideário liberal e socialista da educação. Nesta conjuntura, a concepção liberal da Escola Nova defendia a educação integral buscando reconstruir as bases sociais do desenvolvimento e da democracia, fundamentadas na formação do homem para a cooperação. Projeto que contou com a elaboração teórica e técnica do educador Anísio Teixeira,¹⁹⁸ que juntamente com os educadores Manuel Lourenço Filho¹⁹⁹ e Fernando

¹⁹⁸ Formado em ciências jurídicas e sociais no Rio de Janeiro em 1922. Foi diretor-geral de instrução do governo da Bahia de 1924 e 1928, onde promoveu a reforma do ensino. Nos Estados Unidos, estudou na Universidade de Colúmbia, aproximando-se das idéias pedagógicas de John Dewey. No seu retorno ao Brasil, em 1931, trabalhou no recém-criado Ministério da Educação e Saúde, reorganizando o ensino secundário do país. Nesse tempo assumiu a presidência da Associação Brasileira de Educação (ABE), sendo juntamente com Lourenço

Azevedo²⁰⁰, se constituem os precursores da Escola Nova no Brasil, partilhando das mesmas idéias educacionais. Lourenço Filho, entre os anos de 1922 e 1923, efetivou a reforma do ensino no Ceará, e, a ele, se atribui a defesa do papel assistencial da escola. Seus estudos psicológicos auxiliaram Fernando Azevedo a elaborar a teoria que definia a escola como espaço de orientação vocacional e de contribuição para a harmonia da sociedade, a partir da sua colaboração com a divisão social do trabalho.

Tratava-se de uma proposta de renovação da escola, de ampliação da cultura, da socialização primária, da preparação para o trabalho e a cidadania. Para Anísio Teixeira, o papel social da escola limitava-se ao aperfeiçoamento da sociedade, e não, à sua transformação, por meio das práticas revolucionárias que comprometessem a estrutura de poder. Nessa concepção de educação, a escola não poderia ser participante do processo

Filho, Fernando de Azevedo e outros - um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento que defendia uma escola pública gratuita, laica e obrigatória. Sofreu forte oposição da Igreja Católica, cujo projeto educacional, divergia dos seus ideais educacionais. Fundou a Universidade do Distrito Federal (UDF), gerando forte reação do ministro da Educação Gustavo Capanema e de intelectuais católicos conservadores, como Alceu Amoroso Lima. Mesmo contrário às ações políticas violentas, foi acusado de participar do levante comunista promovido pela Aliança Nacional Libertadora, em 1935. Durante a ditadura do Estado Novo, dedicou-se exclusivamente a seus negócios privados, tendo vivido na Europa, em 1946, tornou-se conselheiro da Unesco. No ano seguinte, de volta ao Brasil, assumiu a Secretaria de Educação da Bahia, no governo de Otávio Mangabeira. Na década de 1950, foi secretário-geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Em 1963 foi nomeado reitor da Universidade de Brasília (UnB), de onde foi afastado pelo golpe militar de 1964, onde anos seguintes, passou a lecionar em universidades norte-americanas. Morreu no Rio de Janeiro, em 1971. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v. il. (1. ed. 1984)] Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>> Acesso em: 17 Jan 2008.

¹⁹⁹ Na década de 30, no Rio de Janeiro exerceu a chefia de gabinete do ministro da Educação Francisco Campos, época em que concebeu uma faculdade reunindo as áreas de educação, ciências e letras. Durante a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal, dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Em 1935 foi nomeado diretor e professor de psicologia educacional da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal. Foi diretor geral do Ensino Público em São Paulo, membro do Conselho Nacional de Educação em 1937 e diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Em 1938, atendendo ao pedido do ministro Gustavo Capanema, organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que, em 1944, lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. É autor de várias publicações, entre elas, a Introdução ao estudo da Escola Nova e tendências da educação brasileira (1940). Faleceu em 1970. Navegando na História - A era Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Lourenco_Filho.asp> Acesso em: 17 Jan 2008.

²⁰⁰ Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, também participou do processo de formação da Universidade brasileira. Ao longo dos anos 20, dedicou-se ao magistério, Exercendo o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, e de São Paulo em 1933, respectivamente entre 1926 a 1930 e 1933. Exerceu atividades acadêmicas, tendo lecionado sociologia educacional no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia de São Paulo entre 1938 e 1941. Em 1942, voltou foi secretário de Educação do Estado de São Paulo e dirigiu o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, desse estado. Fundou em 1951, e dirigiu por mais de 15 anos, na Companhia Editora Nacional a Biblioteca Pedagógica Brasileira. Entre suas obras destacam-se Da educação física (1920), Novos caminhos e novos fins (1934), Sociologia educacional (1940) e A cultura brasileira (1943). Faleceu em São Paulo, em 1974. A Era Vargas – Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_fernandodeazevedo.htm> Acesso em: 17 Jan. 2008.

revolucionário, visto que, a ela se atribuía a defesa da democracia. Para ele, a escola pública e os sindicatos atuavam como contrapartida às desigualdades sociais impostas pela sociedade moderna.

Para GHIRALDELLI, (1987) quatro campos de idéias norteavam das propostas educacionais no Brasil a partir da década de 1930: o liberalismo, o catolicismo, o integralismo e o comunismo. A política de Vargas promovia a educação, considerando as exigências do processo de modernização do país, caracterizada pela política de industrialização e pelo crescimento urbano que suplantava o modelo agro-exportador, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo. No processo de urbanização brasileira a educação se constituía um setor estratégico pra atender a demanda dos serviços comerciais, industriais e as aspirações sociais das classes.

O controle estatal da educação caracterizava o governo de Vargas, em 1930, culminou com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública²⁰¹(MESP) e das Secretarias Estaduais de Educação. Incentivam o ensino público, sobretudo, o técnico profissional, em parceria do governo federal e os estados. Essa centralização política, considerando a necessidade do reconhecimento das suas escolas, obrigou os educadores do ensino privado, incluindo os católicos confessionais, a se relacionarem com o poder político.

Setores conservadores da Igreja sob a liderança de Alceu Amoroso Lima influenciaram a nomeação Francisco Campos para dirigir esse Ministério, fato, que também expressa a retribuição do governo ao estado de Minas Gerais, pela efetiva participação dos seus agentes políticos em apoio a revolução de 1930. A experiência educacional de Campos advinha da década de 1920, como participante da primeira reforma do ensino primário e normal do país, realizada em seu Estado. Reformas norteadas pela filosofia da “Escola Nova” preconizada pelo filósofo norte americano, John Dewey e introduzida no Brasil pelos educadores Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho.

Conforme Ghiraldelli, a sua atuação no governo era motivada “pelas necessidades prementes de arranjo político, além disso, Campos podia ser leitor de Dewey, mas nunca foi seu seguidor nas idéias liberais radicais do filósofo norte americano”. A educação tornou-se um campo estratégico para a Igreja e o Estado difundirem suas doutrinas cívico-religiosas em contraponto aos movimentos de esquerda. Neste sentido Francisco Campos, expõe ao governo a importância do reconhecimento do ensino religioso nas escolas públicas, exigidas pelos católicos.

²⁰¹ A criação desse Ministério está relacionada à nova realidade brasileira, cuja industrialização e urbanização passou a exigir uma mão-de-obra especializada

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda Igreja Católica ao lado do governo, empenhando forças católicas de modo manifesto e declarado toda a sua valiosa e indispensável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste movimento de opinião pública de caráter nacional (CAMPOS, Apud SCWARTMAN, et al., 1984)

As primeiras ações do governo na educação consistiram na criaram o Conselho Nacional da Educação (CNE), na organização do ensino superior, da Universidade do Rio de Janeiro, do ensino secundário e comercial e na regulamentação da profissão de contador. A Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada na década anterior, em seus congressos já discutia a realidade educacional brasileira. A participação do presidente da República e do ministro Gustavo Capanema na IV Conferência Nacional de Educação²⁰² (CNE) dessa entidade, realizada de 13 a 20 de dezembro de 1931, deu maior significado à discussão no campo das idéias pedagógicas. Reconhecendo importância da educação na reconstrução nacional, Vargas e Francisco Campos, no evento, solicitaram aos educadores a para definirem “o sentido pedagógico da revolução”²⁰³ (CUNHA:2003, p.45). Ainda, em relação à importância política da ABE, a sua V conferência discutiu a necessidade de se elaboração um Plano Nacional de Educação (PNE), estimulando os debates em torno da constituição de 1934.

Muitos intelectuais participantes das reformas estaduais do ensino, da década de 1920, convergiram seus esforços na defesa da Educação liberal. Intitulado “A reconstrução Educacional do Brasil – ao povo e ao governo”, o manifesto²⁰⁴ dos pioneiros da Escola Nova, publicado em 1932, consistia num documento que se propunha a contribuir para a superação dos problemas educacionais, como condição indispensável para a solução dos demais. O conteúdo desse documento passou a integrar a literatura pedagógica e a filosófica da educação brasileira.

Em 1932, Washington Pires assumiu o Ministério da Educação e da Saúde Pública, (MESP), até julho 1934, sendo sucedido para Gustavo Capanema, cuja gestão, encerrou em 1945. Nesse período, os programas e projetos educacionais do governo foram marcados pela

²⁰² Várias narrativas informam que o “manifesto” deve sua origem nessa Conferência. Ocasão, em que os conferencistas discutiram a possibilidade de dar resposta aos discursos lá pronunciados pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos.

²⁰³ Referia-se a Revolução de 1930.

²⁰⁴ Esse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os seus signatários, destacavam-se os nomes de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970) - Cecília Meireles (1901-1964).

influência de intelectuais, entre eles, os protagonistas das reformas do ensino secundário e universitário, onde, dessa última, resultou a criação da Universidade do Brasil - UB, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No contexto da República, a Igreja se preocupava mais com os valores da ordem, enfatizada no positivismo e configurada no combate aos adversários ideológicos, do que com os valores de liberdade que caracterizava o pensamento liberal. Alceu Amoroso Lima em carta dirigida ao ministro Capanema se referia à necessidade da colaboração entre a Igreja e o Estado em resistência ao comunismo.

Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) sùmula de todo o pensamento antiespiritual, e, portanto, anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; Organiza a educação com a imediata colaboração da Igreja e da Família vejam isto os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil estes benefícios.²⁰⁵

A unidade político-ideológica entre Estado e Igreja se manifestava na escola pela integração entre a fé e o civismo, envolvendo alunos e educadores católicos, sob a vigilância do clero. A religião associada ao patriotismo exaltava e projetava politicamente o presidente Vargas como o líder combativo dos inimigos da pátria e que conduzia o país para o caminho do progresso, como um desafio, a ele, confiado, por Deus.

Os educadores católicos, orientados pela Encíclica Rerum Novarum se identificavam com alguns pontos defendidos pela educação liberal. Entre eles, a concepção do trabalho como a base da sociedade humana e o seu papel na formação moral dos indivíduos, a condenação ao socialismo e a defesa da estabilidade da ordem social. Para a Igreja, a escola contribuía para a promoção da solidariedade e da cooperação entre os homens, independente de suas origens sociais. A condição de patrão e trabalhador era justificada e pelas “aptidões naturais” de cada homem no exercício de sua função, que, segundo eles, determinavam a sua vocação profissional.

Desde a sua origem, os Círculos Operários já demonstravam afinidade com a educação, no fato, da primeira experiência dessa organização, em 1932, pelo padre Brentano, haver surgido a partir de uma escola de adultos, que funcionava na Congregação Mariana dos Moços na cidade de Pelotas. Como instituição católica, a Congregação Mariana exercia o “apostolado externo” à Ação Católica, ou seja, exerciam o seu trabalho religioso não vinculado diretamente a ela. Igualmente a outras associações, tais como, as Conferências Vicentinas e a Cruzada Eucarística, tinha o seu próprio estatuto, que orientava suas atividades

²⁰⁵ FGV/CPDOC/Arq.GC Apud. SCHWARTZMAN. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/alceu.htm#N20>> Acesso em: 30 Jan. 2007.

religiosas. Estas organizações integravam a Confederação Católica Diocesana (CCD) e tinham o status de instituições religiosas “aderentes” e “auxiliares” da Ação Católica Brasileira.

A partir da experiência de educação de adultos, o padre Brentano idealizou a criação de uma entidade objetivando a formação de líderes operários, sob a orientação da doutrinação da Igreja Católica. Dessa forma, surgem os Círculos Operários tendo a educação dos trabalhadores como um dos seus campos de atuação. A afinidade com a educação é também refletida na participação dos educadores do Colégio Gonzaga de Pelotas – RS, na institucionalização do Circulismo, coordenado pelo padre Brentano, nessa cidade. A preocupação com a formação dos trabalhadores está presente nos estatutos dos Círculos, que se propõem a formar lideranças operárias colaborando com o catolicismo romanizado no Brasil, em resistência às ameaças ideológicas dos adversários da Igreja.

A educação fazia parte da plataforma de reivindicações da classe operária, e cada agrupamento político-ideológico dela se apoderava e reivindicava de acordo as suas visões do social. Católicos, comunistas, socialistas ou anarquistas realizavam tal operação, atribuindo-lhe valores e conteúdos muitas vezes diferentes daqueles colocados pelos trabalhadores em seu cotidiano. Mas é inegável que todos esses seguimentos ideológicos viam a educação como fundamental par a articulação e preparação de uma determinada ordem social. (SOUZA, *Idem*, p. 258).

O Círculo, como entidade de educadores católicos tinha seus espaços de formação e convencimento dos seus princípios, tais como, escolas, reuniões, congressos, textos impressos, música, cinemas, programas radiofônicos. A concorrência com as ideologias de esquerda fez os circulistas anteciparem suas ações junto aos trabalhadores, priorizando a formação daqueles que ainda não tinham experiência associativa, e que, representavam a maioria.

Nesse sentido ocorreram as ações culturais e educativas do Círculo Operário de Barbalha, entre as décadas de 1930 a 1960. Estas, além das suas sessões e reuniões, se materializaram no ensino primário e profissionalizante de Corte e Costura e marcenaria; numa escola de música e numa Banda de música, Filarmônica São José, em 1946; num Cinema, Cine São José e no serviço de alto falante, do cine São José e numa escola de datilografia, na década de 1980. Estas ações culturais e educativas contemplam os objetivos dos seus estatutos e são colaboradoras do governo e da Igreja Católica na defesa da ordem e da estabilidade política e religiosa.

No mesmo sentido, enfatizava a promoção da harmonia e da cooperação entre as classes, ao eleger as Encíclicas “Rerum Novarum”, de Leão XIII, “Quadragesimo Anno”, de

Pio X, como referencial teórico e sociológico que deveria orientar a sua atuação.²⁰⁶ A finalidade de “prestar auxílio, quer de ordem espiritual como material e moral”,²⁰⁷ e de promover a sua “cultura intelectual, moral, social e física dos seus associados, pela fundação ou adesão de escolas,”²⁰⁸ associa a educação circulista à concepção de educação integral.

Inculto, atrasado, sem instrução, em estado bárbaro de civilização; estes são apenas alguns qualitativos que aprisionam o operário dentro de uma representação imaginária que o degrada e o infantiliza. E, a ela, o discurso dos católicos, que tem um projeto próprio para solução dos problemas sociais – centrado no princípio de colaboração das classes e da humanização do capitalismo, nos moldes de Leão XIII, que acrescenta a figuração do operário como fraco e desamparado, presa fácil da sedução e da corrupção comunista. Humilde e ingênuo. (DUTRA, 1997, p. 307)

O integralismo, igualmente às demais correntes educacionais, em quase sua totalidade, sobretudo, às ligadas ao campo da convicção

visa a educação completa do homem, dos pontos de vista físico, moral e intelectual, dando-lhe uma nítida consciência de sua personalidade, cujos limites devem ser fixados de conformidade com uma concepção harmoniosa de suas finalidades, terrenas e espirituais, familiares, econômicas, cívicas, morais e intelectuais. Sendo o homem um ser cuja personalidade é intangível pelos atributos espirituais que possui, quer como pai de família quer como eficiência técnica, quer como elemento do com sumo: fator de defesa nacional, como expressão física e patriótica; um fator cultural, pelo indicie de inteligência. Nestas condições, o homem brasileiro tem de ser encarada sob seus múltiplos aspectos, de uma maneira integral, a educação deve ser também integral, a fim de que suscite a expansão de sua formação predominantemente num sentido de ser ela aproveitada como eficiência natural. (Manifesto-programa da ação integralista brasileira - capítulo VIII In: CARONE, 1978, p. 326)

O investimento na educação moral, cívica e religiosa dos trabalhadores e patrões, era imprescindível para a Igreja efetivar o seu projeto político-teológico. Conforme seus estatutos, o Circulo Operário de Barbalha se definia como uma instituição previdenciária, educativa, cultural, política e religiosa. Atuava na mediação dos interesses da Igreja e do governo junto aos trabalhadores, investindo na cultura e na educação, sob a assistência da hierarquia católica.

Ao se vincular nacionalmente à Federação dos Círculos Operários, o Circulo de Barbalha passou a ser regido por um estatuto padrão, que regia nacionalmente as demais entidades. Esse estatuto atribuía às entidades a prestação de serviços sociais, político, espiritual, educativos e culturais junto aos trabalhadores. Estes últimos, prioritários, considerando a sua importância da sua doutrinação para se efetivar a harmonia de classe,

²⁰⁶ Estatuto do Circulo Operário de Barbalha

²⁰⁷ Livro de Ata do Circulo Operário (08/54 a 11/58) - Reunião de 17/07/1955, p.30

²⁰⁸ Estatuto do Circulo Operário de Barbalha

protagonizada pela Igreja e reivindicada pela instituição. Colaborando com essa perspectiva, o seu quadro de associados era composto por diferentes classes sociais.

Estrutura organizacional do Círculo Operário era representada por uma direção constituída por um presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1 tesoureiro e auxiliar, um delegado geral e um assistente eclesiástico. A diretoria era eleita com o voto direto dos seus sócios, exceto os cargos de Diretor eclesiástico e de delegados. Segundo seus estatutos, cabia à Diocese, através do bispo, a nomeação do diretor espiritual, e à assembléia geral, a escolha de delegados para representar a instituição em congressos e outros eventos. O número de delegados escolhidos poderia variar de acordo com número de núcleos circulistas existentes no município.

Em sintonia com a doutrina da Igreja, o Círculo Operário de Barbalha, se propõe a em seus estatutos a “trabalhar pelo restabelecimento das relações harmônicas entre patrões e operários, inculcando-lhes a consciência dos próprios deveres e respeito aos direitos mútuos”.²⁰⁹ No entanto, contrariando o princípio de igualdade defendida, estabelecia várias categorias de sócios, definidas pela influência econômica e status social.

QUADRO III TIPOS DE SÓCIOS ESTABELECIDOS PELO CIRCULISMO EM BARBALHA

TIPOS DE SÓCIOS	REQUISITOS
Efetivos	Operários admitidos que pagassem suas respectivas mensalidades
Cooperadores	Pessoas que contribuíam com auxílio material ou trabalhos profissionais mensalmente ou anualmente
Beneméritos	Pessoas que tenham prestado serviços de relevância à instituição
Remidos	Sócios que pagavam de uma só vez 300 Mil Reis ou tiverem obtidos um valor de quinhentos mil reis, ou obtenham um donativo em dinheiro superior a um conto de reis.

FONTE: Estatuto do Círculo Operário de Barbalha – 1942.

²⁰⁹ Estatuto do Círculo Operário de Barbalha

Patrões e operários católicos apesar de pertencerem a classes sociais diferentes, atuavam politicamente, em instituições partidárias e religiosas, movidos pelo sentimento anticomunista, na defesa da Igreja. Partindo da análise da simbologia circulista, percebemos que a entidade convergia uma militância identificada com a democracia cristã, o trabalhismo e o integralismo. A unidade entre as classes reivindicada pelo Circulismo contemplava o “Manifesto do Brasil Novo”, de 1930, que no campo da educação defendia o “ensino primário gratuito” e previa a

Criação do Conselho Nacional do Trabalho, constituído em igualdade absoluta de operários e patrões e de toda espécie. As sessões serão presididas pelo representante do governo, que terá direito a voto. A este conselho estarão afetas, além das pendências entre patrões e operários, as múltiplas questões de trabalho, como sejam, entre outras, a saúde, o bem-estar e a liberdade das classes laboriosas (In: CARONE, p. 249)

A Igreja, no campo político e ideológico, amparada na sua condição divina, buscava se sobrepor às demais instituições. Orientava a atuação dos políticos, intelectuais e educadores junto aos trabalhadores no combate às ideologias adversárias. Nesse caso, o Circulismo em Barbalha, igualmente como ocorria nacionalmente, era um movimento sócio religioso colaborador do projeto político teológico da Igreja. Na condenação ao liberalismo e ao comunismo, Igreja Católica, reconhecia esse último como conseqüência do capitalismo, gerador dos conflitos sociais ocasionados pela alimentação do ódio entre as classes. Contudo, no seu discurso religioso omitia a crítica direta ao capitalismo como responsável pela exploração da classe trabalhadora e gerador dos conflitos. Optava-se pela condenação pública ao comunismo, que era apresentado como principal fator de instabilidade da ordem política e religiosa.

Nesse contexto, a educação era exercida como forma de vigilância ideológica e padronização de comportamento social, apoiando os ideais da Igreja e do Estado. O Circulo reconhece o investimento na formação dos trabalhadores como uma condição necessária para o seu fortalecimento institucional, em oposição aos adversários ideológicos do governo e do catolicismo. A defesa da “sã imprensa”²¹⁰ como veículo de formação se fazia em consonância com a Lei nº 38 de 4/4/1935, Lei de Segurança Nacional, do Governo Vargas, que, no seu Artigo III, estabelecia o controle dos meios de comunicação e das atividades artísticas:

Art. 22 Não Será tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social (Cosnt., art. 113, nº 9) p. 62

Art. 23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos

²¹⁰ Idem.

violentos para subverter a ordem social é punida com pena de um a três anos de prisão celular. 62

Art. 26. É vedado imprimir, expor à venda, vender, ou de qualquer forma, pôr em circulação gravuras, livros, panfletos, boletins ou quaisquer publicações não periódicas, nacionais ou estrangeiras, em que se verifique a prática de ato definido como crime nesta lei, devendo-se apreender os exemplares, sem prejuízo da ação penal competente.

Inspirado nos documentos pontifícios, sobretudo nas encíclicas papais, o Circulo de Barbalha contribuiu com a recristianização, coordenada pela Ação Católica Brasileira, contribuindo com a romanização da Igreja no Brasil. No Cariri, a Romanização havia se legitimado com a criação da Diocese do Crato, em 1914, ocasionando, a pesar das resistências, um processo de substituição dos valores do catolicismo popular pela nova concepção de Igreja. A Igreja era a principal instituição mobilizadora do povo na defesa da ordem vigente, contribuindo com o governo no controle social e ideológico dos trabalhadores.

O Artigo 30 do terceiro Capítulo da Lei de segurança Nacional, instituída por Vargas, proibia “a existência de partidos, centros, agremiações ou juntas, de qualquer espécie que visem a subversão, pela ameaça ou violência, da ordem política ou social.”²¹¹ Além da educação e da cultura, o Circulo Operário de Barbalha prestava serviços previdenciário aos trabalhadores, como fazia a União Artística Barbalhense entre 1924 a 1930. Assegurava a promoção do “auxílio material pelas várias formas de beneficência e mútuo socorro” e a assistência aos trabalhadores nos seus respectivos locais de trabalho, no lar, nas escolas.²¹²

3.1 O Circulismo como espaço de formação política, cívica e religiosa

Em suas reuniões o Circulo Operário de Barbalha planejava suas atividades sob a orientação doutrinária da Igreja, através do seu assistente eclesiástico, o pároco da cidade. Realizava suas reuniões ordinárias e extraordinárias aos domingos, em horário compatível com a frequência dos seus associados às missas e outras atividades religiosas. Suas reuniões se consistiam num espaço educativo de promoção da convivência harmonizada entre patrões e trabalhadores, de diversas categorias. Integravam o seu quadro de sócios oleiros, marceneiros, sapateiros, alfaiates, comerciantes, carpinteiros, as autoridades públicas, donos de engenhos de rapadura, médicos, comerciantes, políticos, profissionais liberais, e outros.

Essa vigilância contra os “inimigos da Igreja” norteava os conteúdos ideológicos e os discursos nas reuniões e sessões solenes circulistas, onde se apelava para o comprometimento

²¹¹ Apud. CARONE, 1978, p. 63

²¹² Estatuto do Circulo Operário

com a causa religiosa e cívica do Circulismo. Eram momentos de difusão da doutrina católica e do patriotismo, refletindo, de forma explícita, a interação entre o episcopado brasileiro e o governo. Nos seus primeiros anos a sua diretoria era composta pelos correligionários de Vargas, incluindo, os interventores municipais, que partilhavam das mesmas posições ideológicas com os agentes eclesiásticos da paróquia e da Igreja de forma geral.

Em 1939 o padre José Correia Lima, assistente eclesiástico do Círculo, propôs aos associados a realização de uma “sessão de instruções”, nas primeiras sexta feira do mês, oportunidade, em que um dos sócios deveria ser escolhido para fazer uma “alocução sobre o operariado.”²¹³ Os discursos e a doutrinação versavam sobre a “formação moral e do caráter do homem”, como virtude, exigida para a vida cristã.²¹⁴ O presidente Henrique Lopes, ex-prefeito municipal, no final da década anterior, de forma “eloqüente e instrutiva, franca e leal, discorria sobre o valor do operário, em tudo que diz respeito ao desenvolvimento e progresso do Círculo.”²¹⁵

Refletiam sobre problemas e assuntos relacionados à vida cotidiana, apresentados como desafio aos católicos, na busca de se encontrar alternativas de sua superação dos problemas da modernidade. Adotavam o método, “Ver, Julgar e Agir”, da Ação Católica Brasileira, que consistia na reflexão sobre os problemas e na proposição de ações alternativas, inspiradas no evangelho, para solucioná-los. O presidente do Círculo Operário de Fortaleza, José Arão, quando da sua visita à Barbalha, em 1948, enfatizava a necessidade da obediência dos sócios à Igreja e aos seus diretores espirituais. A importância dos assistentes eclesiásticos era reconhecida pela entidade, cujo presidente, exigia sua assiduidade nas sessões “a fim de dar um cunho de disposição moral aos consócios.”²¹⁶ Dessa forma, para os circulistas, o padre encarnava os valores doutrinários do catolicismo e contribuía para promover a moralidade que deveria marcar o ambiente das reuniões.

3.1.1 A unidade e a participação como forma de fortalecimento institucional da entidade.

O Círculo Operário de Barbalha cumprindo suas exigências estatutárias se reivindicava como um instancia educativa da Igreja, a serviço da formação doutrinária do

²¹³ Livro de Atas do Círculo Operário (08/1935 a 05/1939) - Reunião de 31/03/1939, p. 94.

²¹⁴ Idem. Reunião de 21/04/1939, p. 95.

²¹⁵ Idem. Reunião de 05/05/1939, p.97.

²¹⁶ Livro de Atas do Círculo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 25/12/1955, p. 39.

operariado do município. Suas sessões eram momentos estratégicos de doutrinação cívica e religiosa, onde se exigia a pontualidade e assiduidade dos sócios. As contribuições destes, relativas ao pagamento de suas anuidades, se somavam aos recursos das subvenções, ajudando a manter a instituição. No entanto, a defesa do trabalhismo, em determinados períodos da sua existência, não se traduz na motivação dos sócios em participar das sessões circulistas. Reivindicando a participação dos associados, o Virgílio de Souza Torres, em reunião em 1954, de alertava: “ruirá por terra ou se dissolverá toda e qualquer sociedade onde não se conjuguem seus elementos, pois não recebendo refluxo das suas doutrinas ou ignorando a razão de ser do seu fim nenhuma obra poderá ser realizada”.²¹⁷ A falta de “cooperação” e “apoio moral dos filiados” eram apontados como fatores que dificultavam a execução dos projetos da instituição.

Com a mesma preocupação, alegava “que numa sociedade onde os membros não se agrupam harmonicamente, desfalece, morre”.²¹⁸ O Padre Erfo Rotars – SDS, assistente eclesiástico, corrobora com a posição do presidente, ao afirmar que “não havendo comparecimento, não existe essa comunhão de idéias, de desenvolvimento de progresso, tornando assim uma das causas abandonada sem finalidade”.²¹⁹ Havia uma preocupação com o “declínio moral e material” da instituição pela “falta de gosto” e da “frieza” dos sócios em relação à entidade.²²⁰ Em 1948, visando garantir a o comparecimento dos sócios às reuniões, o assistente eclesiástico sugeria a realização de apenas uma sessão geral, mensal, ficando as reuniões semanais exclusivas à diretoria.

Em uma das reuniões, em 1955, o diretor circulista, Machet Callou, lamentava o “fracasso” da sessão do dia do trabalho, denunciando a “falta de gosto e disciplina” dos associados, que não correspondia ao lema, “unidos e fortes”, reivindicado pela entidade.

²¹⁷ Idem. p. 4. Em relação ao esvaziamento das reuniões circulistas, o Prof. Rui Martinho Rodrigues, toma como referência histórica, a Grécia Antiga e o municipalismo americano, cuja falta de participação se constituiu num dos fatores da decadência de suas respectivas experiências de democracia direta. Para ele, o fato de o ativismo parecer exigir um perfil psicológico diferenciado pelo é um importante ponto de discussão quando se trata de democracia direta e indireta. Justifica que a sobrevivência da democracia indireta, representativa, está relacionada com a falta de vontade de participação das pessoas em entidades associativas, tais como, condomínios, associações de bairro, movimentos de igreja, sindicatos e outros. Conforme ele, a manifestação de suas vontades se expressa mais no sentido econômico, ao demonstrar o gosto por determinados produtos, quando tem condições de comprar, e episodicamente nas eleições para a escolha dos seus representantes. Nessas condições, conclui que, o fato de a maioria das pessoas não serem ativistas e dos movimentos de “trabalhadores” terem como dirigentes pessoas não trabalhadoras se constituem a base da discussão sobre a legitimação do circulismo e dos movimentos sociais em geral.

²¹⁸ Livro de ata do Círculo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 22/08/1954, p. 03.

²¹⁹ Idem. Reunião de 29/08/1954, p. 04.

²²⁰ Idem. Reunião de 05/09/1954, p. 04

Diante dessa realidade, o presidente alertava: “onde não há união não há força, não há organização e não haverá realização”.²²¹ A falta participação dos sócios, em 1956, era interpretada pelo presidente Virgílio Torres como um fator que poderia levar ao “declínio social da instituição”. Para superar a apatia dos sócios e a garantir a vida social da entidade, a direção do Círculo, realizava uma campanha de convocação às reuniões através da amplificadora local.

Outro meio estabelecido na década de 1940 de se garantir o quorum nas reuniões, foi estabelecimento de uma premiação mensal em dinheiro, que variava de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 1.000,00, entre os sócios que a ela se fizessem presentes. A premiação era depositada na conta corrente do Círculo, da Cooperativa de Crédito de Barbalha. Contudo, as reuniões continuavam esvaziadas, adiando-se o sorteio para as comemorações de 19 de março dia de São José, patrono do Círculo Operário ou para o dia 13 de junho, por ocasião da festa do padroeiro Santo Antônio, momentos em que se garantia a presença de um maior número de associados.

Outra estratégia adotada para motivar a participação e difundir o Circulismo, era a realização de sessões nas residências dos sócios. Sobre elas, o orador José Alves Feitosa fazia em abril de 1950, assim se referia:

a vantagem e necessidade de suas reuniões domiciliares, não só no sentido de fazer contato social, mas ainda porque, desta maneira geram novos sócios. E talvez aqueles indiferentes que se conservavam à margem, porque desconhecem em parte, ou totalmente, o que se vem na tarefa de amparo aos pobres da associação sindicalista que é o Círculo Operário dos Trabalhadores Católicos de Barbalha.²²²

Na ausência de outra instituição que agregasse os trabalhadores no município, o Círculo se apresentava como uma entidade, que, apesar de agregar sócio de várias classes tinha como função, social e religiosa, a defesa e promoção social dos trabalhadores, onde os patrões, no espírito religioso, eram chamados a colaborar com essa causa. O apoio aos operários não se dava no contexto político da luta de classe, voltada para a tomada do poder e reordenação da estrutura social, mas no campo da solidariedade, reivindicada pela Igreja. Assim, a causa dos trabalhadores era abraçada institucionalmente pelo Círculo, que não se apresentava como uma entidade exclusiva dos trabalhadores, mas colaboradora do projeto da Igreja, com o qual todos eram chamados a colaborar.

²²¹ Idem. Reunião de 22/05/1955, p. 27.

²²² Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 30/04/1950 p. 145.

O caráter filantrópico do Circulismo junto aos trabalhadores era enfatizado por seu presidente, em 12 de dezembro de 1954. Este incitava os circulistas a participarem de forma mais incisiva da vida social da entidade.

...os nossos confrades precisam levantar-se dessa letargia e se unirem todos no mesmo fervor e no mesmo entusiasmo e no mesmo ideal circulista, afim de que crescendo a sociedade em número de adeptos e em quantidade cheguem ao seu apogeu de prosperidade e distribua seus bens em favor dos necessitados.²²³

As conquistas dos trabalhadores deveriam resultar do consenso e harmonia entre eles e seus patrões, e da efetivação das políticas previdenciárias pelo Estado, descartando os métodos marxistas, de superação do conflito entre o capital e o Trabalho. A caracterização do Circulo como uma instituição sindical se dá apenas no sentido de considerar o trabalhador como prioridade da sua atuação, visando superar suas dificuldades, sem, contudo, definir a sua supremacia política e social.

O sentimento religioso dos sócios se manifestava na celebração de missas na sede da entidade, como parte da programação de 19 de março, dia do seu padroeiro e na sua participação nas atividades litúrgicas da paróquia. Na década de 1950, o presidente José Duarte de Sá Barreto solicitava à diretoria “o máximo de empenho para que entrassem mais sócios, pessoas operosas, que auxiliassem nas futuras realizações do Circulo.”²²⁴ Como estratégia pedagógica, os sócios mais experientes eram repassadores dos conteúdos doutrinários aos sócios menos experientes. Os circulistas, como todos os grupos ativistas, tinha um viés salvacionista, concebendo-se como iluminados ou esclarecidos, em relação aos que não participavam do movimento, percebidos como “ignorantes”, “alienados” ou de “consciência ingênua”.

Os mais assíduos adestrados nessa doutrina têm a obrigação, de também, instruir aqueles ignorantes, afim de num futuro próximo, todos cerrarem fileiras num só ideal e num só pensamento, frisando bem esse ponto: esta sociedade, em virtude de sua incumbência de orientadora dos operários, deveria principalmente, em Barbalha, ser bem organizada e bem escolhida por todos. (...) O Circulo, continua, ainda é, além de tudo uma escola, onde se aprende, especialmente a defender os direitos da pessoa humana e da Igreja.²²⁵

Uma das atas da entidade elucida o papel educativo das suas reuniões, que tinham “por fim fomentar entre os operários a doutrina circulista e o verdadeiro Circulismo no sentido

²²³ Livro de Ata do Circulo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 12/12/1954 p. 15.

²²⁴ Livro de Ata do Circulo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 26/03/1950, p.139.

²²⁵ Livro de Ata do Circulo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 05/09/1954, p. 04.

mais exato e preciso.”²²⁶ Por outro lado, os ativistas católicos eram acusados pelos ativistas de esquerda de agirem de má-fé, manipulando os trabalhadores. A denúncia recíproca entre os ativistas católicos e marxistas eram veiculadas em seus respectivos órgãos de imprensa.

3.1.2 A Literatura e a Imprensa Católica como conteúdo de formação dos circulistas.

A preocupação com a formação integral do homem expõe desde a década de 1930, uma literatura focada na espiritualidade, e que, nas décadas seguintes, assumiram novas características.

O decênio de 30 é, com efeito, no Brasil, sobretudo em seus últimos anos, de intensa fermentação espiritualista. Do Simbolismo, da pregação católica de Jackson de Figueiredo, do nacionalismo, resultarão várias tendências ideológicas e estéticas. (...) No terreno propriamente das idéias, sociais e políticas, o catolicismo de Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) se afirma como oposição a certas posições ideológicas do Modernismo, no sentido amplo, por que nelas via perigo de dissolver a tradição religiosa e moral do país. Mais extremado na resistência à transformação dos valores surge, à imitação do fascismo, o Integralismo de Plínio Salgado, logo avolumado em poderosa organização partidária. Ele representou de certo modo, a exacerbação de um aspecto do localismo modernista: o nacionalismo, transferido para o terreno da política. (...) A partir de 1940, mais ou menos, assistiremos, ao lado disso, a um certo repúdio do local, reputando apenas pitoresco e extra literário; e um novo anseio generalizador, procurando fazer da expressão literária um problema de inteligência formal e de pesquisa interior. O modernismo regionalista, folclórico, libertino, populista, se anima inclusive nas obras que os seus próceres escrevem agora – revelando preocupações mais exigentes com a forma, ou esforço anti-sectário no conteúdo. (...) Até 1945, mais ou menos, vemos uma produção intensa, favorecida por grande surto editorial, em que brilham veteranos e novos, estes com tendência crescente para repudiar a literatura social e ideológica, o que veio finalmente predominar sob a forma de uma queda na qualidade média do romance e uma grande voga de pesquisas formais psicológicas na poesia. Entretanto o abandono da linha Modernista não se deu segundo os rumos previstos e propugnados pelos espiritualistas – a saber, a atenção para o drama moral e o catolicismo poético. Os novos manifestam pouco interesse pela literatura ideológica de esquerda e de direita, e os que tinham vocação política desleixaram não raro na literatura, passando diretamente à militância. Desenvolve-se deste modo, o que parece construir um dos traços salientes dessa frase: a separação abrupta entre a preocupação estética e a preocupação político-social, cuja coexistência relativamente harmoniosa tinha assegurado o amplo movimento cultural do decênio de 30. (CANDIDO, 1965, p. 159 – 151)

Para nortear o comportamento e as ações institucionais, seus associados recorriam durante as reuniões a leituras dos periódicos católicos, onde eram divulgadas as atividades dos Círculos e seus princípios éticos, morais e religiosos, defendidos pela Igreja.

²²⁶ Idem. Reunião de 28/09/1954, p. 07.

QUADRO IV
JORNAIS ADOTADOS PELOS CIRCULISTAS DE BARBALHA

JORNAIS/PERIÓDICOS/ DOCUMENTOS	CARACTERÍSTICA LITERÁRIA	OBSERVAÇÃO
Manual do Circulista	Documento interno de orientação do comportamento circulista.	
O Nordeste	Divulgador das ações do circulista no Ceará.	
Folha Circulista	Semanal editado em Fortaleza	
O Clamor	Considerado pelos circulistas locais como “órgão por excelência de leitura católica edificante”	Seu artigo, “aos trabalhadores” de autoria de Max Monteiro, figura como um dos conteúdos discutidos e debatidos durante as reuniões
O lutador	De circulação em Juazeiro do Norte	Em 1948, havia colaborado para a sua edição
O Clarim	Jornal mensal, editado no município que disponibilizava uma das suas colunas para divulgação das atividades do círculo	
Jornal da Federação	Publicado a partir do 1º de maio de 1948	
A Fortaleza	Jornal cuja assinatura tinha a colaboração dos circulistas locais. Os circulistas de Barbalha o consideravam como um “jornal católico de leitura sã – orientadora e instrutiva, que muito há (haveria) de servir para o levantamento da alma circulista”. Deste Jornal, recém fundado, a leitura do Artigo “Grande Concentração dos Aspirantes Circulistas”	Serviu de contribuiu para a reflexão e formação dos circulistas em reunião de 10 de setembro de 1950.

FONTE: Livros de Ata do Círculo Operário de Barbalha.

Em relação ao jornal “A Fortaleza”, monsenhor Expedito Oliveira assim se referia:

O operariado do Ceará está de parabéns por este jornal e como um grande sonho realizado e que vem trazer aos lares operários a palavra orientadora, na magna questão social. Devemos ao dinâmico e operoso Pe. José de Arimatea Diniz a criação do jornal um apreço e um órgão semanário que deve ser divulgado e conhecido em nosso meio. Alguns sócios e pessoas de boa vontade devem comprar o número avulso por 0,50 ou fazer uma assinatura anual 25,00 apenas.²²⁷

O Sócio memorialista, monarquista, Renê Granjeiro,²²⁸ faz referência ao Circulo Operário como a “primeira fortaleza” dos trabalhadores. O “fortalecimento” dos trabalhadores na ótica dos circulistas deveria ser conquistado pela unidade dos seus sócios. A expressão, “Unidos e Fortes,” em alto relevo, na parede externa da sede da entidade, remete aos dos ideais de Alcide De Gasperi, fundador da Democracia Cristã Italiana,²²⁹ em resistência ao liberalismo, sob a orientação da encíclica *Rerum Novarum*.

Além do acesso aos Jornais católicos, incluindo os específicos da instituição, as reuniões circulistas em Barbalha eram espaços, por excelência, de divulgação de obras literárias identificadas com a causa da Igreja. Seus sócios, através de doações ou compra, tinham acesso a exemplares de livros, tais como, o “Almanaque Cariri”, de conteúdo histórico sobre o Circulo; “Heróis Trabalhadores”²³⁰ de autoria de Mário Sombra e a obras de outros autores, entre eles, o médico Juazeirense, Geraldo Menezes Barbosa. Recebiam também, exemplares da revista do Circulo Operário de Porto Alegre- RS e o Almanaque “Saúde”, órgão do Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES).

3.1.3 Sessões circulistas: fé, arte e civismo na promoção do trabalhismo.

Ao sacralizar o trabalho, católicos e comunistas, dão a ele interpretações diferentes. Os marxistas partem da denúncia da sua apropriação pelo capitalismo, resultando na alienação econômica do homem, onde dela provinha as demais. Em seus discursos, a justiça social passava pelas transformações das “relações de produção” presentes na sociedade industrial, a partir da tomada do poder pelos trabalhadores. A sacralização do trabalho pela Igreja, da a ele,

²²⁷ Livro de Ata do Circulo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 10/09/1950, p. 178 – 179.

²²⁸ Entrevista concedida em 16 /03/2203.

²²⁹ Nesse contexto deve-se ressaltar que a consolidação das leis do trabalho na época havia sido influenciada pelo fascismo italiano espelhando-se na Carta del Lavoro.

²³⁰ Apesar de no documento primário do Circulo de Barbalha está escrito “heróis Trabalhadores” consideramos um equivoco. Deveria referir-se ao livro “Heróis e Traidores” de autoria deste autor, lançado em 1948, pela Confederação Nacional de Operários Católicos.

uma interpretação religiosa, associada ao cristianismo, especificamente à fé católica, sendo considerado um elemento que dá dignidade ao homem e o edifica do ponto de vista moral.

Em Barbalha, até a década de 1940, não se tem registro de movimentos de esquerda, predominando a militância católica na defesa do trabalhismo, onde, os agentes da Igreja eram os mesmos que integravam o Circulismo. Seus discursos e ações traduzem a vigilância do episcopado brasileiro em relação ao “comunismo ateu” e ao protestantismo. Desde a década de 1930, o clero de Barbalha apoiado pela Diocese, promovia campanhas entre os paroquianos para combater esses dois seguimentos.

As sessões solenes do Círculo ocorriam por ocasião do seu aniversário e posse de sua diretoria, no dia 19 de março, dedicado a São José, padroeiro do Ceará e patrono da instituição, e no 1º de maio, dia do trabalho. Eram momentos em que transparecia a unidade dos sócios, de todos os seguimentos sociais, na defesa do operariado cristão e do patriotismo desejado pelo governo e pela Igreja. O apelo à manutenção da ordem se impunha como bandeira dos agentes políticos e religiosos. Essa posição era amparada pela Lei de Segurança Nacional (LSN) nº 38 de 04 de 1935.

O seu capítulo II estabelecia:

Art. 20. Promover, organizar ou dirigir sociedade, de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei.

Pena – De 6 meses a 2 anos de prisão celular

§ 1º. Tais sociedades serão dissolvidas e seus membros impedidos de se reunir para os mesmos fins.

§ 2º. Será punido com metade da pena quem se filiar a qualquer dessas sociedades

§ 3º. A pena será aplicada em dobro àqueles que reconstituem, mesmo sob nome e forma diferentes, as sociedades dissolvidas, ou que a elas outra vez se filiarem. (In: CARONE, p. 61 – 62)

O Círculo, principal era única instituição católica operária do município, fazia a defesa da ordem social preconizada pelo catolicismo, em contraponto as suas ideologias adversárias que se propagavam no país. Nessa perspectiva, os discursos trabalhistas e anticomunistas, ganhavam espaço, apelando para a defesa da pátria e da religião. Em Barbalha, o Círculo Operário, como porta voz da Igreja Católica, incorporava e difundia entre os munícipes o sentimento anticomunista e antiprotestante. Isso se fazia numa conjuntura política a ele favorável, considerando que os agentes do Circulismo, eram os mesmos protagonistas políticos que apoiavam politicamente Getúlio Vargas.

Em suas sessões faziam a defesa intransigente do catolicismo e da pátria, diante da ameaça dos “inimigos da Igreja” e dos trabalhadores cristãos. A assistência eclesiástica da paróquia à entidade, nas décadas de 1930 e 1940, através do Vigário Padre José Correia Lima,

foi de fundamental importância para a formação de uma consciência moral, patriótica e religiosa, entre os sócios circulistas, no combate ao comunismo e ao protestantismo. Em seus discursos o Padre Correia dava “provas de sua brilhante inteligência, desenvolvendo com clareza os principais problemas da vida operária e da pátria.”²³¹

A partir de em 1938, por sua iniciativa desse assistente eclesiástico, os circulistas passaram, também, a comemorar o 1º de Maio, dia dos trabalhadores. Na defesa dos ideais trabalhistas, os intelectuais locais apoiavam o Circulismo, como no caso, o advogado José Bernardino de Carvalho Leite, que presidiu a primeira sessão circulista em comemoração ao dia do trabalhador. Em sintonia com o nacionalismo e a política de industrialização promovida pelo presidente Vargas, o sócio Antonio Felipe Carvalhedo, em uma das reuniões com “palavras calorosas e fortes mostrou (mostrava) o valor do operário no desenvolvimento da indústria da nação e o progresso das nações”.²³²

Além do padre José Correia, as sucessivas comemorações do dia do trabalho pelos circulistas tinham como conferencistas, intelectuais locais identificados com o catolicismo e o trabalhismo, geralmente, católico-integralistas, que combatiam às ideologias adversárias do governo e da Igreja. Entre eles, inclui-se o odontólogo e poeta circulista, Dr. Machet Callou, que em sessão do 1º de maio de 1939,

assumindo a tribuna entre palmas e aprazes fez-se ouvir, a sua eloqüente palavra, com frases arrebadoras, citando sempre nomes de homens que souberam com suas inteligências e com seus feitos destacaram-se dos homens comuns. Mostrando sempre exemplos de sábios, que, com o trabalho, conquistaram a imortalidade de seus nomes. (sic) os operários a conquista do trabalho, cuja bandeira é sempre a bandeira da vitória.²³³

Para o orador, os homens se diferenciavam um dos outros pela sapiência e pela intelectualidade. Numa concepção de que a classe trabalhadora, apesar de defendida pelo Circulismo, não poderia ser agente da sua própria história, pelo seu baixo grau de instrução. Nessa concepção, as conquistas dos operários deveriam ser mediadas pelos intelectuais, cujos nomes, pelos méritos, deveriam ser lembrados pela história. Comprovamos mais uma vez o caráter anticomunista da instituição, ao defender os trabalhadores com a preocupação de não alimentar o ódio entre as classes, conforme a orientação doutrinária da Igreja Católica. A sessão que nos referimos anteriormente coincidia com a data em que o Getúlio Vargas criava a Justiça do Trabalho, fato lembrado pelo presidente do Circulo:

²³¹ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1935 – 1939) - Reunião de 19/03/1936, p. 18.

²³² Idem. Reunião de 01/05/1938, p. 64

²³³ Idem. Reunião de 01/05/1939, p. 91.

O Sr. Presidente ainda nos fez ouvir, a sua sábia palavra, dando a notícias que hoje na capital da república em sessão magna do Ministério do Trabalho S. S. Excelência o presidente da República falou ao operariado brasileiro mostrando o seu valor, dizendo que depois daquela sessão desceria ao gabinete do Ministério do Trabalho para assinar dois decretos, criando a Justiça do trabalho para amparo e garantia do trabalhador brasileiro.²³⁴

Num cenário político favorável ao trabalhismo, o Padre José Correia, vigário paroquial e assistente eclesiástico do Circulo, em sua alocução não demonstrava apreço ao governo pela assinatura do decreto favorável os trabalhadores. Defendia a necessidade das Leis Trabalhistas, contudo, para ele, estas deveriam ser interpretadas como dever do Estado e não como favor aos trabalhadores. Convém ressaltar que após 1937, ao por o integralismo na clandestinidade, as lideranças políticas e religiosas, demonstravam-se desgostosas com o presidente.

O padre José Correia

Usando da palavra forte e entusiasta fez arrebatado a massa presente fez uma oração extraordinária sobre o trabalho e o operário, dizendo que o governo não nos faz favor assinando os decretos a favor do operário, apenas cumpre (cumpriria) o seu dever, pois o operário é bonança mundial.²³⁵

A sintonia e interação do Circulo de Barbalha com o governo de Vargas se evidenciava na passagem de um telegrama ao Ministro do Trabalho, comunicando a realização da sua sessão comemorativa ao “Dia do Trabalho” daquele ano. A comemoração do dia do trabalho se associava à característica do movimento circulista cearense, na defesa do trabalhismo. Nesta data, os circulistas do interior do Ceará se deslocavam à Fortaleza onde participavam de uma programação unificada das suas instituições, na defesa de seus princípios doutrinários relativos aos trabalhadores cristãos. Num desses anos, na impossibilidade de participação ao evento na capital cearense, o Circulo de Barbalha, enviou um telegrama à Federação dos Círculos Operários se solidarizando com o evento. O relacionamento com a Federação dos Círculos era mediado pelo presidente do Circulo de Barbalha, que freqüentemente viajava à Fortaleza, e, ao regressar, mantinha os demais sócios informados sobre as atividades do movimento em nível estadual e nacional.

As comemorações do dia do trabalho em Fortaleza consistiam na concentração dos trabalhadores e celebração de missas na Praça Cristo Rei, onde era erguido um grande palanque, no qual discursavam as autoridades civis, políticas e eclesiásticas. Entre elas, D. Antônio de Almeida Lustosa, arcebispo metropolitano e os padres José Arimateia Diniz,

²³⁴ Idem. Reunião de 01/05/1939, p. 91.

²³⁵ Idem, Ibdem, p. 91

Arquimedes Bruno, e outras de “pessoas de destaque”.²³⁶ Seus discursos legitimavam as ações da entidade na defesa do operariado cristão e combatiam os movimentos de esquerda.

Se por um lado, a programação do 1º de maio em Fortaleza fortalecia institucionalmente o Circulismo, por outro, esvaziava a programação das entidades no interior, contribuindo para perda da inserção da entidade entre trabalhadores locais, no dia a eles dedicado. O apoio do clero de Barbalha e ao Círculo Operário se evidencia no fato de os padres Afonso de Oliveira Lima e Otávio de Sá Gurgel, respectivamente em 1947 e 1949, integrarem suas delegações, participantes das solenidades do 1º de maio em Fortaleza. Essa experiência interativa com o Circulismo estadual é descrita pelo Padre Afonso ao se referir sobre o deslocamento e hospedagens dos circulistas de Barbalha numa destas comemorações:

trinta e cinco pessoas em carro especial, adquirido precisamente pelo dinâmico presidente do Círculo Operário Sr. José Duarte de Sá Barreto. Em Fortaleza com seu esforço dinâmico (sic) conseguiu ajeitar todos, muitos dos quais viajaram pela primeira vez.²³⁷

Com a inauguração do ramal da linha férrea da Rede Viação Cearense (RVC), os circulistas de Barbalha passaram a utilizar o trem para fazer o deslocamento para Fortaleza nas comemorações do 1º de maio. Objetivando participar desta comemoração, em 1949, o Círculo requisitava hospedagem nas cidades de Senador Pompeu e Fortaleza e um abatimento nos preços das passagens, junto a R. V. C., para os 72 sócios que deveriam integrar a comitiva. Neste ano, ao pernoitar na cidade de Senador Pompeu, os circulistas de barbalhenses foram recepcionados pelo prefeito da cidade, que contratou a própria banda do Círculo, que integrava a execução, para realizar uma retreta, antes de seguirem viagem, no dia seguinte, para a capital. Além desta cidade, num clima de entusiasmo a banda de música do Círculo executava o seu repertório em outras localidades onde parava a comitiva.

No regresso dos circulistas, a cidade de Senador Pompeu voltava a ser palco das manifestações de hospitalidade e festejos, regadas à cerveja. A recepção do Círculo pela prefeitura dessa cidade comprova, também, a interação e unidade político-ideológica entre estas instituições e o poder municipal. O entusiasmo com a causa trabalhista se manifestava nos discursos proferidos pelos oradores da entidade barbalhense, Dr. Antônio Machet Callou, Edgar Coêlho e José Alves Feitosa, coletor estadual. Como um dos intelectuais que mais encarnavam a resistência ao protestantismo e ao comunismo, Dr. Machet Callou, apresenta

²³⁶ Livro de Ata do Círculo Operário de Barbalha.

²³⁷ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, p. 40.

aos munícipes de Senador Pompeu o contentamento dos barbalhenses pela “honrosa hospitalidade.”²³⁸

No retorno da Fortaleza o espírito cívico-religioso da causa trabalhista associava-se à descontração. Numa viagem, por eles interpretada como “excursão”, “passeio”, momento de confraternização e animação, conforme o relato:

Convém assinalar que a viagem de ida e volta decorreu dentro de um ambiente de cordialidade e animação. Em todas as cidades principais a margem da estrada a nossa filarmônica executava peças do seu repertório, o que muito prendia a atenção daqueles que esperavam o trem.²³⁹

Apesar da falta de programação local no dia do trabalho, os sócios que ficavam compartilhavam da mesma alegria dos que participavam das comemorações em Fortaleza, recepcionando-os, no seu regresso, “festivamente com foguetões e alegria.”²⁴⁰ Esse fato, evidencia que o sentimento de alegria e contentamento dos circulistas estava relacionado, mais à representação da entidade no evento, na defesa da causa trabalhista, do que na promoção pessoal, por se ter, dele participado.

Sem alimentar o conflito entre as classes, o presidente do Circulo de Barbalha, nas festividades de comemoração de seu aniversário, em 19 de março de 1948, procura socializar a palavra a todos os trabalhadores associados, na intenção, segundo ele, de que a festividade não fosse apenas dos “operários ricos.”²⁴¹ O termo, “operários ricos”, indica uma concepção, de que todos, independentes de suas origens sociais, tinham em comum a defesa da mesma causa, o trabalhismo, descartando a luta de classe como forma de conquista. Da mesma forma, a democratização da participação oral nas sessões, quebrava o monopólio da palavra pelos sócios intelectualizados e socialmente influentes. A causa operaria, neste caso, se confundia com a causa religiosa e patriótica, que deveria se abraçada por todos em atendimento ao apelo da Igreja.

A tendência de proporcionar a igualdade é amparada pelo comprometimento da constituição de 1934 com o “espírito neo-social” do governo de Vargas, onde, a legislação deveria intervir “visando a proteção ao trabalhador em geral”, “sem odiosas distinções ou privilégios de classes”. Nessa linha, o parágrafo 2º do Art. 21, a Constituição estabelecia:

²³⁸ Livro de Ata do Circulo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 08/05/1949, p. 76.

²³⁹ Idem. Reunião de 08/05/1949, p. 77.

²⁴⁰ Idem, Ibidem

²⁴¹ Idem. Reunião de 07/03/1948, p. 07.

“Não há distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre os profissionais respectivos.” (In: CARONE, 1978, p. 233)

A tendência, até então, de elitização dos cerimoniais circunistas se expressava na composição das mesas das solenidades por autoridades políticas, civis, jurídicas, policiais, educacionais e eclesiásticas, da cidade e de outros municípios. Eventos, que também contavam com significativa presença da representação do comércio e o povo em geral. As festividades se realizavam num espírito cívico-religioso, que unia todos que se identificavam com o trabalhismo, com o catolicismo e com patriotismo que caracteriza a conjuntura política da época.

Tomava parte nessas solenidades os ex-diretores da entidade, destacando-se, o Dr. Antônio Lyrio Callou, que, na década de 1930, ocupou o cargo na direção entidade, na condição de interventor do governo de Vargas. Interagindo com o poder, também se fazia presentes representantes de instituições governamentais, tais como o Dr. Sebastião Paixão, subchefe da Estação Experimental de Barbalha. Este, em uma das sessões comemorativas, valorizava a mobilização da entidade no município em favor da causa trabalhista, considerando o Círculo como um “movimento digno e progressista.”²⁴² Convém ressaltar, que os direitos dos trabalhadores, mesmo sendo resultante da intervenção do governo, e não da conquista direta das suas mobilizações políticas, assumia um caráter progressista. Na exaltação ao governo por sua política trabalhista, considerava-se a ausência do Estado na assistência jurídica e previdenciária aos operários nos anos anteriores à ascensão de Vargas.

O civismo e o patriotismo, na sessão circunista de 19 de março de 1948, eram invocados pelo presidente José Duarte de Sá Barreto. Ele falava “de um modo especial no tocante à influência no tocante à influência da ação circunista em nosso meio social, concitando os demais barbalhenses a cerrarem fileiras sob a mesma bandeira da fé e do patriotismo”.²⁴³ A expressão “fileira” expressa um movimento em marcha, de orientação militar, que no caso, referindo-se à organização dos trabalhadores por suas conquistas, entendidas, como progresso e prosperidade social.

Numa referência ao patriotismo, em 1948, o presidente do Círculo após retornar de Fortaleza, divulgava em reunião, aos seus pares, a denominação de uma das ruas do Bairro

²⁴² Idem. Reunião de 19/03/1948, p. 11

²⁴³ Idem, Ibidem, p. 10

Monte Castelo, em Fortaleza, com o nome de um pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB)²⁴⁴, morto na Itália, durante a II Guerra Mundial.

A intervenção da Igreja no Circulo através do seu assistente eclesiástico e a relação direta da entidade com o Ministério do Trabalho era condicionado pela incorporação da religião ao nacionalismo e pela da interação entre fé e civismo. Também, demonstra a unidade entre os setores públicos e eclesiásticos na promoção do trabalhismo. A defesa do operariado e o desejo de melhorar a sua condição social faziam parte do idealismo cristão preconizado pela Igreja, através das encíclicas papais. Nessa conjuntura, movido pelo entusiasmo, o então presidente, José Duarte de Sá Barreto, concitava os barbalhenses “a havidarem o máximo de esforços pelo progresso da sociedade (Circulo Operário), que tantos benefícios vêm proporcionando à Barbalha.”²⁴⁵ A presidência do Círculo reivindicava que seus próprios sócios fossem agentes de divulgação dos trabalhos sociais da instituição.

José Duarte de Sá Barreto foi considerado pelos que lhes sucederam na direção do Circulo, como o maior empreendedor da entidade, na condição de “sentinela vigilante do progresso desta (da) terra”, a quem, se devia “particular acatamento e solidariedade”.²⁴⁶ A inauguração da Banda de Música do Círculo, na a sua gestão, evidenciava o aspecto militar, cívico-patriotismo e nacionalista do Estado. A banda de música era um componente cultural a serviço dos poderes público e religioso, que associavam a arte à fé e ao civismo. Assim, a participação da banda se tornava imprescindível nos atos políticos, inaugurações, procissões, missas, alvoradas e execução de hinos e hasteamento das Bandeiras. Colaborando com esse espírito associativo entre fé, patriotismo e trabalho, o Circulo tinha como símbolo um dos seus símbolos, um estandarte, que era conduzido por seus sócios em procissões e desfiles cívicos. Os discursos e apresentações artísticas dos alunos, organizadas pelos professores nas sessões comemorativas sinalizavam esse mesmo espírito patriótico e religioso.

Os circulistas considerando 1950 como “Ano Santo”, convencionado pela Igreja, participavam do dia do trabalho daquele ano, onde, parte da sua da programação se realizou no sobrado que secretariava o Congresso Eucarístico Paroquial de Barbalha, e sediava a Ação Católica na Paróquia. Em clima de preparação para as festividades do Congresso Eucarístico, a comemoração dos trabalhadores, neste ano, constou de celebração de missa na sede do

²⁴⁴ Força militar brasileira que lutou ao lado dos Aliados na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.. Adotou como lema "A cobra está fumando", em alusão a um discurso de Getúlio Vargas, que afirmou certa vez ser "mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra".

²⁴⁵ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 19/03/1948, p. 16

²⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 15

Círculo, desfile dos sócios e do povo pelas ruas, bênção do Santíssimo Sacramento, apresentação de números artísticos e posse do núcleo circulista do povoado de Arajara, na zona rural.

Como forma de propagação do Circulismo, neste ano, os discursos dos oradores na solenidade foram transmitidos pelo serviço de alto falantes, “a Voz da Barbalha”, principal meio de publicidade local. Participavam também da sessão, educadores e estudantes do município, movidos pelo o sentimento religioso e patriótico. Na sessão, o conteúdo do discurso do orador oficial da entidade referia-se às “realizações circulistas, terminando pedindo para serem aclamados todos aqueles que com gosto de patriotismo acabavam de ingressar nas fileiras dos circulistas de toda Federação.”²⁴⁷ Percebemos, que na década de 1950, ocorre uma maior eloquência nos discursos na defesa dos trabalhadores. As associações concorrentes, na cooptação dos trabalhadores, tinham em comum o salvacionismo, investindo na organização, mobilização, esclarecimento e na doutrina das massas. A polarização ideológica entre o catolicismo e os movimentos de esquerda, nesse tempo, passava a ocorrer entre o Círculo Operário e a União dos Trabalhadores do Cariri (UTC), denunciada como comunista e por cooptar os trabalhadores católicos²⁴⁸.

O trabalhismo se afirmava como conteúdo presente nas solenidades circulistas. Na recepção à comitiva do Círculo Operário de Garanhuns – PE, pelos circulistas locais, o padre Tarcísio referia-se ao “seu zelo em prol do engrandecimento e do progresso circulista porque bem sabe ele eu o trabalhador seja qual for o ramo de sua atividade é uma garantia e um

²⁴⁷ Idem. Reunião de 06/07/1950, p.170.

²⁴⁸ Conforme o Prof^o Dr. Rui Martinho é comum, os grupos, na arregimentação das massas terem seus planos de salvação, cultuando seus líderes. Para ele, ignorar a necessidade de um plano de salvação significa deixar as massas entregues ao seu próprio discernimento e considerando que elas não precisam de protetores, ou que estes, no caso dos liberais, são mais perigosos que o abandono. Na arregimentação das massas, os liberais reconhecem semelhanças entre os dois grupos a eles contrários, identificados pelo historiador Britânico, Paul Johnson, como “movimentos comuno-fascistas”. Como pesquisador da história da cristandade, ele aponta a religiosidade como mais um ponto em comum entre eles. Para ele, as semelhanças religiosas se caracteriza pelo o caráter salvacionista, pela totalidade de suas formulações, pela auto consideração de representantes do bem e de combatentes do mal, pela auto-imagem de portadores da verdade e pelo o espírito missionário, apostólico. Paul Johnson elege respectivamente como a pior política do Século XX, a concepção de que o Estado faz as coisas melhor do que os indivíduos, e a liberdade de sempre que possível, e melhor a possibilidade de os indivíduos fazerem o que puderem, a sós, com seus próprios recursos. Segundo ele, quanto maior a liberdade, maior a justiça, maior a eficiência e maior a felicidade humana. Referi-se ao Brasil com um dos países, cujo futuro promissor, dependerá do investimento na liberdade individual e superior ao do Estado. Considera o “relativismo moral”, ou seja, a negação da existência de “valores absolutos” como o pecado capital do século XX. “Para ele, “há coisas que são absolutamente certas e outras que são absolutamente erradas. (...) O relativismo moral afirma -pelo contrário - que todo bem ou todo mal é relativo. Todos os valores seriam relativos, portanto. Vejo o relativismo moral sob toda maldade totalitária e todo tipo de pecado do século XX.

verdadeiro penhor da estabilidade da pátria”.²⁴⁹ Os discursos eram centrados na defesa do trabalhador, e, diferentemente do que ocorria em anos anteriores, eram marcados pela crítica ao governo e ao parlamento, sobretudo, em relação aos salários dos trabalhadores. O Dr. José Correia de Queiroz, orador oficial da sessão do dia do trabalho de 1955, denunciava:

Desajuste social, hoje (1955) reinante, principalmente, quando se trata da remuneração do operário sem amparo não vêm esses poderosos e chefes políticos que são estes os heróis construtores da verdadeira grandeza de uma nação, são, por assim dizer, a alma, o centro vital de um país, um grito de alarme contra as injustiças dos que nos dirigem, que outra coisa não fazem no poder, senão primordialmente, a sua melhora dentro do seu hemisfério político, a angariar mediante o dinheiro da nação fraudulentamente adquirido, prestígio, para de novo serem eleitos.²⁵⁰

Fora do contexto da concepção marxista, o Círculo de Barbalha, conforme esse registro se manifesta, em comparação as décadas anteriores, de forma mais ofensiva contra o poder, denunciando as fraudes e a falta de compromisso dos políticos para com os trabalhadores. Trata-se de um discurso que assumia uma posição em seu favor do operariado, respaldado pelas encíclicas papais. Nessa perspectiva, Padre Carlos, novo assistente eclesiástico, em seu pronunciamento interpretava o trabalho do ponto de vista cristão.

...salientando que a nobreza do trabalho foi incutida, pregada e praticada pelo regenerador do gênero humano – Nosso Senhor Jesus Cristo, a fim de transformar a idéia vergonhosa que todos tinham do trabalho. E a Igreja Católica continua encarregada, de espiritualmente, governar os povos, tem desenvolvido, em todos os tempos e hoje, mais que nunca, uma ação, puramente caritativa e filantrópica em favor dos operários pobres e desprotegidos, amparando-os e acolhendo-os contra as tempestivas investidas dos que se tornam próceres e dirigentes das Classes.²⁵¹

Fortalecendo a concepção religiosa do trabalho associada ao catolicismo, São José, patrono da entidade e venerado pelos circulistas era apresentado como santo e carpinteiro, exemplo de trabalhador, que deveria inspirar os demais.

Protótipo de operário trabalhador seja guia e orientador dos nossos operários, concedendo-lhes luzes e graças celestiais para que se conservem fieis aos sagrados princípios, escolhendo a via certa que vá ter a fonte de água viva, àquela mesma fonte que eternamente saciou com a linfa cristalina do evangelho a alma sedenta inerte da samaritana.²⁵²

Podemos constatar que a Igreja na defesa dos operários não rompia com a estrutura econômica, nem com o de poder, a sua crítica se fazer de forma individualizada às ações políticas, reivindicando a conversão, o espírito da solidariedade e da caridade, como práticas

²⁴⁹ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 31/10/1954, p. 10.

²⁵⁰ Idem. Reunião de 01/05/1955 p. 32.

²⁵¹ Idem, Ibidem, p. 32.

²⁵² Idem. Reunião de 14/03/1956. p.p. 46 e 47.

cristãs. Através delas, se objetivava a superação das condições de pobreza, especialmente dos trabalhadores. Nesta ótica, se dava atuação das instituições circulistas.

Ao final da década, 1957, o Padre Felipe Nere de Araújo S. D. S., vigário paroquial, assumiu o cargo de assistente eclesiástico do Circulo de Barbalha, substituindo o Pe. Otávio de Sá Gurgel. Sob sua orientação, o Circulo continuava tendo as suas ações sociais voltadas para a valorização do trabalho sob a ótica religiosa. O trabalhador, a defesa da fé e do patriotismo eram temas cada vez mais presentes nas sessões do Círculo, sobretudo, nas solenidades do dia 19 de março, dia de São José, aniversário da entidade e nas comemorações do “1º de maio”. Nessa conjuntura, já se configurava uma polarização ideológica no Brasil entre católicos e socialistas, que resultaria no golpe militar na década seguinte.

Em 1957, o presidente Virgílio Torres e o assistente eclesiástico, Pe. Marcelo Cozer solicitava aos sócios maior dedicação pela causa trabalhista. Este último, nas comemorações do dia 19 de março do ano seguinte, discursa “sobre o trabalho, esclarecendo a contento da assistência a sua ligação com a vida do homem”. Conforme registro, “o mundo sem trabalho, sem suas atividades foi o tema mais discutido pelo orador que encerrou seu discurso reafirmando ser o trabalho uma benção, e não uma maldição.”²⁵³

Ao contrario da concepção marxista, que via no trabalho uma forma de exploração e de acumulação do capital, pela “mais valia”, o catolicismo via o trabalho um valor moral, uma manifestação divina, inerente aos trabalhadores, indispensável para sua prosperidade. Essa forma de ver o trabalho do ponto de vista sacramental tem ligação com o lema, “Omnia Vinvit”, expressão latina que significa “o trabalho conquista todas as coisas”, adotada pelos circulistas e divulgada em alto relevo nas paredes da sua sede social inaugurada em 1937.

Outra forma de defesa do trabalhismo, ao final da década de 1950, consistia na realização das chamadas “Sessões Operárias”, onde se cumpria uma programação artístico-cultural e religiosa com ênfase na defesa do trabalhador. A exaltação do operariado era a tônica dos discursos dos oradores circulistas, entre eles, Nelyd’som Duarte Fernandes, cuja família, era participante do movimento e do Integralismo. “Num bem elaborado trabalho literário (ele) faz (fez) considerações em torno dos problemas que atingem de perto o nosso operário. Sobressai a dificuldade da casa própria e os meios de favorecê-la pelo financiamento operário.”²⁵⁴ Conforme o registro, o discurso em defesa dos trabalhadores empolgava os participantes, rendendo aos oradores, apreço pela causa defendida, com calorosos aplausos.

²⁵³ Idem. Reunião de 19/03/1948, p. 89.

²⁵⁴ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1954 a 11/1958), Reunião de 11/07/1958, p. 95.

3.1.3.1 A participação artística dos estudantes

Na perspectiva de projetar a educação e a cultura associada à causa trabalhista, o Círculo, promovia suas solenidades cívicas na década de 1950, relativas ao seu aniversário, dia do trabalho, dia das mães e outras datas. Intelectuais e estudantes do Círculo e de outros colégios, com quem ele interagira, declamavam poesias, cujo conteúdo, associava a fé ao civismo. Entre elas, “a Lágrima”, de autoria político e Escolanovista católico, Abílio Manuel Guerra Junqueiro; “Barbalha”, de Machel Callou; “A Eucaristia com a graça e a naturalidade que lhes são peculiares”; “Prece de uma criança, para que a nossa pátria seja livre do comunismo”; “No Meu Cariri”; “Ao Cristo”; “Minha Mestre”; “Casinha Branca”; “A flor do Maracujá”; “Chegou o Inverno”; “A juventude”; “Os Sinos”; “Ave Maria”; “Mater Amabilio” e “O milagre de Aparecida”. Esta última refletia a interatividade da religião com o nacionalismo brasileiro legitimada pelo Vaticano, ao introduzir Nossa Sra. Aparecida, como de padroeira do Brasil.

Entre os declamadores e músicos, destacava-se, respectivamente e o circulista Machel Callou e o trio seresteiro formado pelos jovens, Hoffman Corrêa, Sebastião Bezerra e Nercido Sampaio. Participavam das sessões, estudantes do “Ginásio Faria de Farias Couto” e do “Colégio Mater Salvatores”, dirigido pela integralista Letícia Sampaio. Estes educandários eram representados pelos jovens estudantes: Girleno Luna, Socorro Duarte, Tânia Couto, Vânia Torres, Valma Gondim, Francisco das Chagas, Luziane Grangeiro, Mary Coeli Grangeiro, Maria Tereza Grangeiro, Maria Valdenia Gondim, Vera Couto, Moreli Duarte, Maria Silva Pereira, Lúcia Maciel Filgueiras, Francisco Veloso, Antonio Benio Alves, Maria Aidê, Francisca Rodrigues, Margarida Celestino, Eunice Maria, José Mardônio Alencar, Valdir Nascimento e outros. Esse último, filho de Valdomiro Nascimento, sócio da instituição e músico da filarmônica da entidade, numa demonstração, de que, através dos pais, os jovens se integravam ao projeto circulista. A participação artística dos alunos é assim descrita pela professora, Zuila Couto.

Os alunos da nossa escola estadual apresentaram os recitativos com bonitas canções consagradas às mães. E como número esportivo, a professora Maria Zuila Couto Gondim, procedeu três jogos de salão entre pares de 2 alunos que representavam de cada vez os times locais em evidencia: Nacional e Cariri. Foi vencedor o Cariri em todos os tempos e o aluno vitorioso recebeu no final um prêmio das mãos do Sr. presidente de honra (Antônio Duarte de Sá Barreto) daquela reunião alegre e simbólica do dia das mães. Um grupo de 12 alunas do 1º ano dançaram e cantaram – ‘brinquedo de roda’.²⁵⁵

²⁵⁵ Idem. Reunião de 12/05/1957, p. 76.

Percebemos que a abertura do espaço para a arte por ocasião solenidades do Círculo, mesmo após a saída de Vargas do poder, em 1945, continuava traduzindo o espírito cívico-religioso e nacionalista, da conjuntura política marcada pela parceria entre o Estado e a Igreja. A participação do prefeito de Barbalha, Joaquim Duarte Granjeiro e outras autoridades políticas, educacionais e religiosas do município nas sessões circunistas demonstram a afinidade do poder com o Circulismo, sobretudo, na defesa do trabalhismo e do catolicismo. Essas indicam que nos últimos anos que antecederam o golpe militar de 1964, o patriotismo e a religiosidade eram fortemente difundidos e vivenciados no meio estudantil, manifestados através da arte.. Nesse contexto, o Círculo se constituía numa instituição de formação cívica e religiosa por excelência, desempenham importante papel na formação da juventude e dos trabalhadores.

3.1.4 O nacionalismo e a religiosidade dos circunistas de Barbalha sob a orientação da Confederação Nacional dos Círculos Operários.

O patriotismo no município de Barbalha pode ser exemplificado na fundação da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, cuja fundação foi influenciada pelo espírito nacionalista decorrente da primeira guerra mundial, se constituir entre as 200 fundadas no país pelo presidente Venceslau Brás, na única que sobreviveu, até os dias atuais. Como um dos importantes centros eleitorais favoráveis ao integralismo no Ceará, os agentes políticos locais se evidenciavam como defensores do nacionalismo.

A interação entre religião e patriotismo se manifesta também na participação dos circunistas nas festividades de “Consagração Nacional do Brasil ao Divino Coração de Jesus”, pela Igreja Católica, em 1955, por ocasião da realização do Congresso Eucarístico Internacional. Referindo-se ao evento, a Confederação dos Círculos Operários, através do seu assistente eclesiástico, Padre Leopoldo Brentano S. J., enviou correspondência ao Círculo de Barbalha, recomendando a devoção dos seus associados à Nossa Senhora Medianeira, e folhetos relativos à consagração do país ao “Cristo Rei”, a fim de que fossem lidos e explicados pelo assistente eclesiástico aos dirigentes da instituição e ao povo em geral. Na ausência do novo assistente eclesiástico, recém empossado, “o presidente tomou a deliberação de rezar depois da visita ao santíssimo a oração recomendada suplicando ao pai eterno e a

Nossa Senhora a consagração oficial do Brasil no engajamento do Congresso Eucarístico Internacional.”²⁵⁶

A incorporação da religião ao patriotismo manifestada pelos circulistas era influenciada pelo espírito nacionalista, preconizado por Vargas, desde a sua ascensão em 1930. Nesse contexto, a defesa da pátria significava a rejeição ao mal, representado pelo “comunismo ateu”, como decorrência do liberalismo. Por tanto, os agentes políticos e religiosos locais, conforme suas conveniências se adequavam à conjuntura política nacional, como uma forma de preservar a influência de poder. Nessas condições, questionamos se os entre os católicos circulistas, o espírito nacionalista, religioso, arregimentador e doutrinário, característico do fascismo, se dava por convicção ideológica, ou motivada pela conjuntura político-religiosa nacional, não obstante, seus principais líderes, serem intelectualizados e terem acesso à literatura política dos seus movimentos.

Como já vimos, no capítulo anterior, o Círculo no Ceará, através da Legião Cearense do Trabalho, havia sido influenciado pelo Integralismo, onde

certamente reproduziu muito da ideologia, porém seu êxito na arregimentação de grande parcela das classes médias não pode ser compreendido sem que se leve em conta sua inserção no pensamento autoritário brasileiro. Uma das vertentes desse pensamento estava vinculada à Igreja Católica, em especial aos setores conservadores congregados no Centro Dom Vital, com lideranças intelectuais como Jackson de Figueiredo, Farias Brito e posteriormente Alceu Amoroso Lima. Outros autores, como Alberto Torres, Oliveira Viana ²⁵⁷ e Azevedo do Amaral foram protagonistas na gestação de um pensamento autoritário que visava a afirmação da nacionalidade brasileira. Estes últimos propunham um projeto modernizador que apontava o corporativismo e a centralização do poder político como alternativa e buscava propostas para a “questão social”. Se é verdade que o contexto internacional da crise e descrença no liberalismo marca esse pensamento, também é decisivo o “fator interno” de um contexto de crise de dominação das oligarquias regionais, de instabilidade social e de ênfase na constituição da nacionalidade. É em meio a este pensamento autoritário que foi lançado o integralismo, Mas não apenas ele, pois o integralismo foi precedido pelo movimento tenentista, outra alternativa autoritária e centralista que foi proposta para a suspensão da crise e do poder oligárquico. A emergência de propostas centralistas logo a “Revolução de 30” configura uma tendência autoritária, antiliberal e antipluralista que se afirmava. (CALIL, 2001, p.p. 58 – 59)

²⁵⁶ Idem. Reunião de 17/07/1955, p. 30.

²⁵⁷ Político, jornalista e bacharel em direito, foi um pensador social brasileiro preocupado com questões da unidade nacional e da organização social brasileira. Em sua obra refutava o socialismo e o individualismos, considerados incompatíveis à realidade social brasileira e responsáveis por sua desagregação. Apontava a necessidade do entendimento da sociedade brasileira para se propor mudanças pragmáticas e soluções aos seus problemas. Defendia que a compreensão dependeria da unidade nacional mantida por um Estado forte a sua capaz de efetivar as mudanças desejadas.

A identificação do Circulo de Barbalha com o “pensamento autoritário” se afirma na sua interação com o núcleo da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”,²⁵⁸ de Fortaleza, com ela colaborando, sem 1956, na promoção da “Semana de Educação Rural”.

Historicamente, os políticos locais seguiam a orientação da Igreja, e por ela, optavam em relação a outros movimentos que participavam, após serem consideradas pelo vaticano como incompatíveis com a doutrina cristã. Nesse aspecto, arregimentada pela encíclica “Mit Brenender Sorg” , de 1937, do papa Pio XI, a Igreja condenava os regimes totalitários, inviabilizando a legitimidade da convivência dos católicos com o Integralismo. No caso de Barbalha, descobrimos a supremacia da Igreja, em relação ao liberalismo, como outra ideologia condenada pela Igreja, pode ser percebida através do fato de Grupo Escolar Estadual, fundado em 1922, sobre a influência do escolanovismo, no governo de Justiniano Serpa, renunciar os preceitos ideológicos da nova Escola em favor da doutrinação católica da juventude.

Com isto, pela tradição religiosa, nos limites de convivência entre a Igreja e outros movimentos, tais como o liberalismo e integralismo, os agentes da educação, da Igreja e da política, optavam pelo catolicismo. Essa realidade comprova que nem sempre a força dos movimentos ideológicos, culturais intelectualizados, é capaz de se impor aos lugares, que com eles convivem, preservando as suas singularidades.

3.1.5 O Antiprotestantismo e o Anticomunismo como conteúdos de formação doutrinária da Igreja em Barbalha.

A formação social do município de Barbalha, fortemente influenciada pelo catolicismo, condicionou a intolerância religiosa e política respectivamente ao protestantismo e ao comunismo. Essa posição, iniciada na década de 1930, se intensifica nas décadas de 1950 e 1960. Os agentes políticos, religiosos e os paroquianos do município, inflamados pelo episcopado, na defesa da fé católica, reagiram contra os pastores da Igreja Batista e às organizações dos trabalhadores de inspiração marxista, que tentavam se fixar na cidade e na região.

Os paroquianos temiam que a entrada das ideologias contrárias, no caso, o comunismo e protestantismo, enfraquecessem institucionalmente a Igreja, provocando a instabilidade do catolicismo, como pregava o clero brasileiro. Numa concepção, de que o município, já havia

²⁵⁸ Criada em 1932 para promover estudos de sua obra e dos problemas do país, além de defender o uso racional dos recursos naturais.

historicamente optado pelo catolicismo em sua totalidade, os agentes da Igreja utilizaram como estratégia, a colocação de placa, na entrada da cidade, com inscrições de rejeição aos protestantes e suas pregações religiosas entre a população local. Mereceu destaque a frase “Alto lá senhores protestantes, a Barbalha de Santo Antônio já se acha evangelizada,”²⁵⁹ idealizada na década de 1930 e utilizada nas décadas seguintes para afugentar pastores de outras religiões.

E oportuno considerar que o mesmo sentimento religioso que inflamava a população a reagir contra o protestantismo, incentivava também a reação ao comunismo. Contudo, pelas condições históricas que inviabilizavam os movimentos de esquerda, as manifestações da Igreja e dos paroquianos em defesa da fé católica contra os protestantes, tornaram-se mais visíveis. Desde a década de 1930, as cartas pastorais enviadas pelo Bispo Dom Francisco Assis Pires ao Padre José Correia Lima para divulgação entre os paroquianos, e em toda diocese, encorajavam os católicos a reagirem contra o protestantismo e comunismo. Entre elas, também se inclui a que alertava os paroquianos “contra os perigos da maçonaria”,²⁶⁰ a que versava sobre a “Ordem Pontifícia da Programação da Fé”²⁶¹ e a que referia-se ao “Ano Santo da Redenção”²⁶². As “circulares” enviadas às paróquias pelo bispo diocesano se constituíam em documentos norteadores do pensamento e do comportamento da população em sintonia as aspirações do catolicismo romanizado.

Orientada pela diocese, a paróquia de Barbalha, sob a liderança do Padre José Correia, na década de 1930, exercia rígida vigilância sobre a comercialização da literatura protestante entre os paroquianos.²⁶³

Estamos nós informados de que em nossa diocese, andam vários indivíduos a serviço de uma seita de protestantes, empenhados não só em vender livros heterodoxos, luxuosamente encadernados a fim de, por esse meio, atrair as almas simples, como também em angariar assinaturas para uma revista intituladas ‘Saúde e luz’ recomendamos a V.Revedma que ponha em ação todo o seu zelo pastoral no sentido de impedir que tais livros sejam espalhados entre os fieis dessa paróquia. Para isso, V. Revedma dará ao povo os necessários avisos por ocasião da missa dominical, tanto na matriz como nas capelas, sobretudo nestas que são centros preferidos pelos agentes que acabamos de nos referir.²⁶⁴

²⁵⁹ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio.

²⁶⁰ Lida em 31 de março de 1930.

²⁶¹ Lida em 1930.

²⁶² Lida em 1931 por ocasião da quaresma.

²⁶³ Apesar do O Livro de Tombo da Paróquia faz referência a venda livros, os protestantes, nessa época não comercializavam suas obras.

²⁶⁴ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antonio, p. 14.

O servo em J, Cristo
+, Francisco, Bispo Diocesano.

No caso do Cariri, a hierarquia católica, além de se precaver contra seus “inimigos externos” representados pelas ideologias política e outras religiões, a ela contrárias, era chamada a conter o respaldo e a veneração do povo ao padre Cícero Romão Batista, na condição de inimigo interno da Igreja. A diocese via no sacerdote de Juazeiro uma ameaça a estabilidade religiosa defendida pelo catolicismo romanizado. Em janeiro de 1935, Dom Francisco, bispo diocesano, orientava o padre Jose Correia, pároco de Barbalha, a divulgar por ocasião da missa dominical a circular “de reprovação a um monumento na cidade de Juazeiro no qual a estátua de Padre Cícero Romão Batista se apresenta colocada no interior do nicho ou oratório, à semelhança dos que são utilizados para conter imagens sagradas”.²⁶⁵

Barbalha se revelava como um campo favorável à recepção do projeto de Igreja romanizada defendida e protagonizada pelo episcopado brasileiro. Formou-se um ambiente religioso sintonizado e apoiado pela hierarquia católica capaz de desestabilizar qualquer investimento antagônico aos propósitos da Igreja e do Estado. A formação da consciência antiprotestante se consolidou nas décadas de 1950 e 1960, quando continuava a ocorrer manifestações contrárias à implantação da Igreja Batista no município. A intolerância religiosa e o espírito anticomunista local tinham o respaldo da Diocese e se apoiava em documentos pontifícios.

O padre José Correia preparava e mobilizava os católicos contra a penetração de instituições políticas e religiosas não respaldadas pela Igreja. Neste sentido, interagiu com as famílias de tradição católica que colaboravam com as obras e instituições paroquiais, e cujos membros, exerciam liderança política na cidade. Uma das determinações do Bispo Dom Francisco de Assis Pires, ao padre José Correia, em 1937, foi a coleta de assinaturas dos paroquianos de Barbalha como “moção da solidariedade ao papa Pio XI ao condenar nos dias recentes (daquele ano) o comunismo sem Deus e, ao mesmo tempo, aos iníquos métodos de opressão à consciência religiosa, agora postos em prática na Alemanha pelo governo.”²⁶⁶

Cumprindo as exigências da Diocese, a mobilização resultou na coleta de “seis listas” assinadas e remetidas à hierarquia católica sinalizando a adesão dos paroquianos de Barbalha à posição anticomunista do pontífice. Em nível nacional, o combate aos comunistas pela

²⁶⁵ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antonio, p.2

²⁶⁶ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio.

Igreja tinha o apoio de Plínio de Oliveira Correia de Oliveira²⁶⁷, que, através de “O Legionário”, semanário da imprensa católica, empreendia a defesa da Igreja.

Desde 1789 até nossos dias, todos os inimigos da Igreja procuraram esmagá-la sempre que ocupavam o poder. Daí o Kulturkampf de Bismarck, as perseguições religiosas da França republicana, o garibaldismo ou gambetismo italiano, etc. Agora, porém, a coisa é outra. Os inimigos da Igreja, mesmo quando detentores do poder, não a atacam de frente. Procuram iludir os católicos, anestesiar suas prevenções, paralisar seus esforços com mil boas maneiras. E só depois disto tentarão o golpe. Por que? Porque, por toda a parte, a ação do Divino Espírito Santo sobre as almas vai tornando mais aguerridos os fiéis na defesa dos princípios católicos. E tal é hoje a força dos católicos que os próprios comunistas procuram contemporizar com ela. E é realmente deplorável que muita gente, ignorando esta força, que vem de Deus, procure apelar para outros recursos, que vêm dos homens. A política da desorientação não se pratica somente na França. Os jornais nos trouxeram, há dias, a notícia quase escandalosa de que a Universidade do Rio de Janeiro fará celebrar uma Missa para pedir o completo restabelecimento da saúde do Santo Padre Pio XI. Há algumas semanas, o telégrafo nos informava de que os professores de Direito e de Medicina eram favoráveis à soltura dos professores comunistas. Essa Universidade que deseja igualmente o restabelecimento da saúde do Papa e a soltura dos comunistas não é o espelho fiel desses figurões católicos que acendem uma vela a Deus e outra ao diabo? Aliás, sua política não é má. Muitos católicos confiam neles porque eles rezam pelo Papa. E muitos comunistas os pouparão, porque eles foram solidários com o Sr. Hermes Lima. Não queremos, aliás, afirmar que todos os professores da Universidade do Rio sejam desse estofó, o que seria evidentemente injusto. Fazemos nossa a observação de um jornal alemão que, aludindo às crises internas que parecem processar-se na Rússia, mostrava aos seus leitores que nem por isto se deve ter um momento de descuido quanto à propaganda comunista. Com ou sem desordens intestinas, o monstro comunista continua poderoso e vigilante. E, quanto ao perigo comunista, descuido ou traição têm sentido idêntico. Um telegrama do Rio de Janeiro informa que o Sindicato dos Distribuidores de Jornais e Revistas resolveu apoiar a Associação Brasileira de Imprensa nos seus esforços tendentes a obter a soltura de jornalistas que teriam sido presos como comunistas.

Não sabíamos que a Associação Brasileira de Imprensa tivesse tomado tal atitude. Contra ela, nosso mais formal e categórico protesto.²⁶⁸

3.1.5.1A educação como contraponto ao protestantismo

O Congresso Eucarístico Paroquial representou a cristalização do projeto da Igreja romanizada no município e o fortalecimento da recristianização. Contudo, é a partir dos anos subseqüentes que o protestantismo se instala no município cooptando os paroquianos e preocupando a Igreja e as famílias de tradição católica que com ela historicamente se relacionavam e mantinha a hegemonia do poder político local. Na defesa do catolicismo o Centro de Melhoramento de Barbalha, cujos protagonistas e associados pertenciam a estas

²⁶⁷ Líder do pensamento católico conservador, atuante nas Congregações marianas, organizador da Liga Eleitoral Católica – LEC, por quem foi eleito deputado constituinte em 1933 e primeiro presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica de São Paulo. Dirigiu o Semanário católico "Legionário", por de 1935 a 1947, que por esse período se destacou imprensa católica brasileira. Em 1960, fundou a TFP - Tradição Família Propriedade, onde através combateu o comunismo e o progressismo religioso.

²⁶⁸ O Legionário, N.º233,28 de fevereiro de 1937. Sete dias em revista.

famílias, a partir da década de 1950, passaram a investir na promoção do ensino religioso, resultando na fundação dos primeiros colégios confessionais da cidade como reação à propagação do protestantismo.

Pela deficiência no setor educacional e visando a promoção religiosa, os Batistas, tinham como objetivo, a construção de um colégio no município. A defesa do catolicismo, pela educação, era idealizada pelos agentes da Igreja e da política local, como uma forma de garantir a inserção do catolicismo entre a juventude. Nessa perspectiva, foram construídos os Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima, administrados, respectivamente pelos Padres Salvatorianos e pelas Irmãs Beneditinas, que se estabeleceram no município especificamente para esses fins. Com estes dois colégios, implantou-se na cidade a divisão do ensino por sexo, onde, os homens estudavam sob a orientação dos Padres Salvatorianos, e as mulheres, das Irmãs beneditinas, em seus respectivos colégios. Essas experiências favoreceram as ações pastorais da paróquia junto à juventude das elites e de classe média.

A atuação da catequese em Barbalha contemplava a estratégia da Ação Católica, ao investir na formação cristã por setores específicos, como, crianças, “mocidade”, homens, mulheres. Nessa perspectiva, na década de 1950, foi criada a “Missa dos Estudantes”, realizada aos domingos e dirigida especificamente aos estudantes dos dois colégios, que eram obrigados a comparecer, devidamente fardados, sob rígida vigilância dos educadores e religiosos. O controle da frequência dos jovens se fazia na segunda feira, através da devolução de fichas à direção do colégio, a eles distribuídas por ocasião da missa. Na doutrinação dos estudantes se utilizava como método a aprendizagem de hinos e cantos, cujas letras, propagavam a fé e o patriotismo. Constituíam-se uma preocupação voltada para a formação religiosa, seletiva, visto que os estudantes de outros estabelecimentos, incluindo os da escola circulista, não eram submetidos à exigência de comparecimento a essa missa.

Ao atuar junto aos jovens, a partir da educação, a Igreja tornava-se mais influente na família. As exigências de padrões morais e religioso eram exigidas na família, estendia-se à escola, onde, os padres e as freiras assumiam a responsabilidade de formação dos jovens, legitimados pela confiança dos pais. Não raro, os alunos quando exerciam comportamentos que iam de encontro às normas do colégio, utilizavam o sacramento da confissão para se defenderem. Através dela, assumiam junto ao padre diretor, a autoria de determinadas ações contrárias padrões de morais e religioso exigidos pelo colégio.

Garantidos pelo caráter confidencial da confissão, os alunos expunham os atos praticados, o “pecado”, com a garantia de que eles não seriam revelados e do perdão do diretor do estabelecimento pelos atos praticados, livrando-se da punição os ameaçava. O

processo de formação católica da juventude envolvia educadores pertencentes às famílias de tradição católica, de projeção econômica e social no município. Entre elas, as professoras Carmélia Costa, Josefa Alves de Souza, diretora do Grupo Martiniano, Leticia Ferreira Lima Sampaio²⁶⁹, diretora da Escola Marte Salvatores²⁷⁰, Maria Alacoque Sampaio²⁷¹, Maria Zulmar Couto, Corina Peixoto, e outras.

A pesar da reação física e ideológica da população, incitada pelos protagonistas do catolicismo, aos pastores protestantes, a Igreja Batista, a partir da década de 1960 se estabeleceu definitivamente no município. Preocupados com a perda do controle dos católicos, a Igreja Católica, nesse processo histórico local, de resistência ao protestantismo, chegava a recorrer à polícia, como aparelho repressivo estatal, para dispersar os cultos religiosos evangélicos, numa clara demonstração de intolerância religiosa. Este caso demonstra a unidade de ações entre o Estado e a Igreja contra os movimentos, que para eles, punham em risco a estabilidade político e religiosa do catolicismo.

protestantes realizaram culto na residência de um sargento de polícia cuja melhor dizer ser daquela seita. A indignação do povo católico foi grande. A “cruzada contra o protestantismo” obedecendo ao toque do hino logo se dirigiu ao local onde, em cooperação com o destacamento policial, vindo do quartel de Juazeiro conseguiram libertar o discípulo da seita e sem aguardar como fuga vergonhosa e humilhante foi quintou (sic) e muros de residências vizinhas. Alto lá senhores protestantes a Barbalha de Santo Antônio já está evangelizada.²⁷²

Além das celebrações religiosas, outros eventos, como as “missões de pregação” do Frei Damião, na companhia dos padres capuchinhos, a visita da imagem portuguesa de Nossa Senhora de Fátima, respectivamente em 1952 e 1953, as “semanas eucarísticas” e as visitas pastorais, tinham grande significado sócio-religioso. Eram atividades litúrgicas que convergia grande número de católicos, demonstrando forte piedade cristã, que promovia a fé católica e fortalecia institucionalmente a Igreja. Não raro, se construindo obeliscos a eles relacionados, para registrar, no tempo, de forma materializada, o fato religioso.

²⁶⁹ Educadora integralista, esposa do deputado Pio Sampaio, líder do integralista no Cariri.

²⁷⁰ Educandário que deu origem ao Colégio Nossa Senhora de Fátima, dirigido pelas Irmãs beneditinas.

²⁷¹ Filha do Coronel Zuca Sampaio, colaboradora da Paróquia entre o império e as primeiras décadas da república e irmã dos deputados Leão e Pio Sampaio e autora de hinos cívicos, alusivos à Barbalha, seus eventos e suas instituições, cujas letras se caracterizam pela relação entre fé e civismo.

²⁷² Livro de tombo – I da Paróquia de Santo Antônio, p.72

3.1.6 A educação circuílista em Barbalha no combate ao comunismo.

Como já ressaltamos, a dimensão divina da Igreja era reivindicada pelo episcopado para justificar a sua superioridade como instituição em relação aos poderes terrenos. Os Círculos na condição de instituições legitimadas pelo catolicismo, mediadores da relação entre a Igreja e os trabalhadores, se afirmavam como uma importante ferramenta política na ideologização dos seus associados, na defesa do trabalhismo e da democracia cristã. A sua causa atraía políticos, intelectuais, patrões e trabalhadores locais, dispostos a colaborar com a recristianização, orientadas pela Ação Católica Brasileira.

A Igreja, conforme a encíclica *Rerum Novarum*, reconhecia o liberalismo e o capitalismo como causa da exploração dos trabalhadores, contudo, era contra as organizações operárias socialistas que ela elaborava o seu discurso, condenando a luta de classe como método de superação da exploração dos trabalhadores e de conquista do poder. Nessa conjuntura, primando pela harmonia social, o episcopado buscava fortalecer o catolicismo abrindo espaços para uma maior participação dos leigos, incluindo os trabalhadores, nas atividades da Igreja.

Fundamentada na sua dimensão divina e na hegemonia do catolicismo no Brasil, a Igreja dotada de um projeto político teológico próprio, se reivindicava como alternativa para a sociedade. Atuava junto ao Estado para continuar garantido a sua intervenção nos espaços públicos. O avanço das ideologias marxista no Brasil se apresentava como um dos fatores que promoviam a aproximação entre os agentes políticos e eclesiásticos, com vista à manutenção da ordem social.

O anticomunismo católico também esteve relacionado com a "descoberta", pela Igreja, da questão operária no Brasil, que também se deu nos anos 30 e se corporificou nos Círculos Operários. (...) Assim como outras instituições brasileiras, a Igreja dirigiu seus ataques aos "traidores" da Pátria e ao perigo que eles representavam para o Brasil. Além disso, repercutiram no mundo católico brasileiro as denúncias a respeito de perseguições religiosas na Espanha, durante a Guerra Civil. Ao mesmo tempo deu-se a recepção e divulgação da encíclica de Pio XI, que versava exclusivamente sobre o comunismo, a *Divini Redemptoris*, escrita em 1937. No período posterior ao Estado Novo, o anticomunismo católico se manifestava em discursos sobre os perigos que poderiam acompanhar a liberdade política então instaurada. Mesmo que algumas críticas começassem a ser dirigidas ao capitalismo, aquelas voltadas ao comunismo eram muito mais insistentes, (...) Do início dos anos 50 até o golpe de 1964, alguns setores da Igreja Católica no Brasil — ligados à direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a grupos de Ação Católica — passaram a assumir posições de apoio a lutas populares, o que fez com que as críticas ao comunismo ou a determinados aspectos do capitalismo (como o laicismo e a secularização) dessem lugar ao questionamento das injustiças sociais. Estava surgindo, nesse momento, uma espécie de esquerda católica que, todavia, ocupava posições não-majoritárias dentro da instituição, a qual se mantinha como atuante batalhadora contra o comunismo. (RODEGHERO, In: Revista Brasileira de História vol.22 n°. 44 São Paulo 2002)

O Círculo Operário de Barbalha, ao seguir a orientação sociológica das encíclicas “Rerum Novarum” e “Quadragesimo Anno”, desde a sua fundação, se projetou como uma instituição de apoio à ao catolicismo e de resistência às ideologias ateias e subversivas. Em sua sessão de 1º maio de 1938, padre Correia, “com sua palavra eloqüente e sempre fascinadora narrou, a questão operária que vem sendo travada entre o capital e o trabalho e o perigo em que o comunismo vermelho ameaça não só o nosso querido Brasil, como todas as nações mundiais”.²⁷³

Igualmente aos demais municípios do caririenses, Barbalha não sentia, de imediato, o reflexo da política de industrialização do governo de Vargas. Mantinha a pecuária e a agricultura, sobretudo, a monocultura da cana de açúcar e a produção de rapadura, como principais atividades econômicas. A ascensão de Vargas e a conseqüente substituição dos novos agentes políticos no cenário político nacional, representados pela classe médias urbanas, industriais e intelectuais, não afetou estrutura de poder local, cujos protagonistas, continuavam sendo os mesmos, pertencentes às famílias de tradição agrária, como na época do império e primeiras décadas da república.

A forte participação rural na economia, herança histórica do modelo agro-exportador que dominou o país até 1930, inibia a industrialização, e com isso, retardava formação do operariado. Em Barbalha, os trabalhadores urbanos ligados ao comércio, profissionais liberais, artesãos, pedreiros, marceneiros, profissionais autônomos e trabalhadores rurais compunham o quadro de sócios do Círculo. Em nível nacional, a sua denominação inicial de “Círculo de Trabalhadores e Operários Cristãos”, diferia a concepção de “trabalhadores” de “operários”, considerando estes últimos como aqueles que exerciam a atividade fabril.

Entre as décadas de 1930 a 1960, mesmo não existindo indústrias na cidade, que contribuísse significativamente para a formação do operariado fabril, e conseqüentemente, a organização sindical de orientação socialista, o Círculo atuava junto aos trabalhadores, inclusive os rurais, preparando-os para resistir às cooptações por parte dos movimentos de esquerda se propagavam no país. Apoiado pela Diocese do Crato e pela Paróquia, respectivamente representadas por D. Francisco de Assis Pires e pelo Padre José Correia Lima, o Círculo, desde a sua fundação, se constituía numa instituição de formação religiosa e sociológica dos trabalhadores, contra os adversários da Igreja e do Estado.

A reação que se vem fazendo ao comunismo é útil e justificável. E preciso punir para que as datas não se repitam. O Brasil tem sido vítima de sua condescendência. Daria um ensaio histórico de grandes proporções o tema seguinte: As desgraças públicas do Brasil e os processos de anistia. Entretanto a força superior não é

²⁷³ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1935 a 05/1939) - Reunião de 01/05/1938, p. 64.

bastante. A repressão externa resulta inútil se o interior não for trabalhado cuidadosamente. Um indivíduo pode abandonar os seus vícios que, ao repeti-los, sofrerá o castigo. Mas, se em seu íntimo não se processou a adesão sincera à virtude, desde que se descuide a força exterior, os instintos reprimidos explodirão mais fortes e terríveis. Assim uma nacionalidade. É preciso descer ao seu interior, ao profundo do seu espírito porque aí é que estão localizadas as razões do erro. (...) Para penetrar no âmago da nacionalidade só um processo existe, a educação. (GODÓI, apud DUTRA: 1997, p.p. 48 – 49)

Na falta de uma experiência socialista, próxima aos trabalhadores, que pudesse ser utilizada para exemplificar os “perigos” apontados pela Igreja, desse modelo de sociedade, se construiu entre eles, um imaginário do comunismo, como destruidor da nação, da fé católica, da família, da propriedade particular, caracterizado pela perseguição e violência. o Círculo, procurava resistir a “ameaça” do comunismo, se fortalecendo institucionalmente, atraindo mais trabalhadores para seus quadros e intensificando o discurso anticomunista em suas sessões.

Na defesa do civismo e da religião os circulistas operacionalizavam suas ações educativas e culturais, cujo conteúdo tinha um teor anticomunista. Suas reuniões, ordinárias e solenes, eram marcadas por declamações, leituras e reflexões sobre artigos da imprensa católica, que junto aos discursos dos oradores, contribuía na formação de consciência anticomunista. Nas comemorações de 19 de março, dia de “São José Operário”, “Dia do trabalho” e nas reuniões de organização do Círculo Operários nos povoados rurais, tais como Caldas e Arajara, os discursos dos seus oradores advertiam os trabalhadores camponeses sobre os “perigos” do comunismo.

A declamação, “Prece de uma criança, para que a nossa pátria seja livre do comunismo”²⁷⁴, pela estudante Moreli Duarte, na sessão de 19 de março de 1948, exemplifica a utilização da arte a serviço da resistência e da formação da consciência anticomunista. No caso, o conteúdo apelava para a pureza e inocência do mundo infantil como estratégia de sensibilizar os adultos contra os “inimigos da Igreja”. A participação da criança como forma de sensibilização política, abria espaço para a sua participação nas atividades do Círculo. Neste sentido, o odontólogo, antiprotestante e anticomunista, Machet Callou, chegou a propor uma hora de recreação nas reuniões do Círculo, para as apresentações artísticas de crianças, cuja participação seria motivadas por premiações em dinheiro, ou presentes.

A preocupação da Igreja com a infância se dava, também, com vistas a garantir a identificação das futuras gerações com o catolicismo. A intervenção doutrinária da fé católica se refletia a partir da solenidade litúrgica da “primeira Comunhão”. Esse ritual se configurava

²⁷⁴ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 19/03/1948, p11.

como um momento marcante, do ponto de vista psicossocial, na vida da criança, e que objetivava assegurar o seu comprometimento com a doutrina cristã por toda sua existência. A “Primeira comunhão”, sacramento da Igreja, muito comemorado pelos adultos havia sido legitimado pelo do decreto “Quam singulari”, publicado pelo papa Pio X (1903 -1014). O documento pontifício orientava aos responsáveis das crianças a encaminhá-las para comungar, pela primeira vez, “logo que soubessem distinguir entre o pão comum e o pão eucarístico, contanto que pudessem receber a santa comunhão com a devoção que é possível na sua idade”.²⁷⁵

A sua exortação era fundamentada no costume da Igreja antiga, ainda conservada nas Igrejas orientais, de dar a comunhão sob as espécies do vinho já às crianças recém batizadas, na interpretação de vários concílios e na práxis de diversos santos. O Papa queria que Jesus chegasse aos corações das crianças antes que o demônio pudesse contaminá-los.²⁷⁶

Nesse ritual católico a criança se consagra ao Deus renovando, a Ele, pessoalmente, a promessa de “renunciar ao satanás”, assumida em seu nome por seus pais padrinhos por ocasião do sacramento do batismo, optando de forma consciente pelos princípios doutrinários da fé católica. Promove o exorcismo do mal, no imaginário coletivo da época, representado pelo comunismo, condenado pela Igreja como principal fator de desestabilidade da ordem social política e religiosa.

Dr. Machet Callou, um dos principais agentes do catolicismo se afirmou como uma das lideranças católicas intelectualizadas no combate ao protestantismo e ao anticomunismo, no município. Ele utilizava a sua sensibilidade poética e oratória de professor na doutrinação dos estudantes e dos sócios do Círculo Operário, antes mesmo, de assumir a sua presidência em 1958. Na solenidade de 19 de março de 1948, conforme registro, “num aperfeiçoado e completo trabalho literário (ele) abordou vários assuntos, dissertando magistralmente sobre os temas escolhidos. Frisou de um modo especial sobre a inquietude mundial, fazendo sentir o perigo das doutrinas subversivas e deletérias”.²⁷⁷

O orador enfatizava a sua posição anticomunista, em uma das comemorações do dia do trabalhador de 1949, em Fortaleza. Nessa ocasião, o seu discurso denunciava “o

²⁷⁵ Sínodo dos Romanos dirigido por Bento XIII Apud. Encíclica Quam Singulari. Disponível em: <<http://www.papalencyclicals.net/Pius10/p10quam.htm>> Acesso em 13 fev, 2008.

²⁷⁶ Preparando o Congresso Nacional. A Eucaristia na palavra dos últimos pontífices. Disponível em: <http://www.padriventurini.it/public/documenti/vozamiga_295.pdf> p. 14 e 15. Acesso em: 11 Jan. 2007.

²⁷⁷ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 19/03/1948, p. 16.

movimento operário hodierno, em relação à influência das doutrinas subversivas disseminadas por todos os setores da vida humana: em família, na sociedade e pela pátria”.²⁷⁸

Os Círculos Operários cearenses ressaltam a preocupação com o propósito de recristianizar os trabalhadores, seguindo a orientação da Igreja no projeto de neocristianização. Com essa preocupação, combatem qualquer entidade que desfralde a bandeira de luta de classe. Os embates entre o movimento circulista e as entidades que seguiam orientação socialista ou anarquista é veiculado tanto através da imprensa católica, quanto por meio da imprensa libertária. Os ataques são veementes e, de um lado e de outro, duras críticas são veiculadas nos jornais. Os socialistas, que pejorativamente, alcunhavam os circulistas de ‘carneirada do circo’, os que vêem como uma massa inconsciente, manipulada pela Igreja.” (SANTOS, 2004, p. 71)

Ainda recorrendo à literatura católica, “o presidente (do círculo) leu um trecho sobre o comunismo e catolicismo vindos da Federação dos Círculos Operários, que (conforme a ata) merecia ser lido na amplificadora local.”²⁷⁹ A posição político-ideológica do orador tinha sintonia com a dos militares, General Eurico Gaspar Dutra e Almirante Aristides Guilheme, quando solicitavam ao governo de Vargas, a declaração de “Guerra ao Comunismo” pelo Exército Brasileiro.

Exmo sr. Presidente da República – ‘o Comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanente violência’ afirmou V. Excia, nos primeiros minutos de 1936. Sangravam ainda como continuam sangrando, as feridas abertas pelo rude golpe que feriu a nação em novembro de 35. Displícência ou desleixo, ignorância ou incredibilidade, o comunismo medrou nas diversas camadas da sociedade brasileira, para explodir violentamente, apanhando de surpresa exatamente aqueles que mais precavidos se deveriam manter. E a conseqüência desse descaso seria o desencadear da barbárie nas quais nefastas e perigosas manifestações: derrocada das instituições arquitetadas em séculos de laboriosa existência e esforçadas lutas, desmoronar dos princípios de moral que constitui momento soberbo, abolição da religião em que se alcandorou nossa cultura espiritual, destruição dos laços de família que sempre consideramos o mais intangível santuário em que cultuamos nossos maiôs nobres e acrisolados sentimentos. Graças a um pugilo com uma série de circunstancias propícias, a sociedade brasileira escapou mal ferida dessa tremenda catástrofe. Salvou-se a sociedade, manteve-se de pé a nação; mas desceram ao tumulto muitos de seus abnegados filhos que aqui deixaram o luto, a orfandade, a viuvez, a pobreza, a dor. (...) A propaganda comunista invade todos os setores da atividade pública e privada. O comercio, a indústria, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a própria família vivem em constante sobressalto. Já conhece a nação o plano comunista desvendado pelo Estado-Maior do Exército. É um documento cuidadosamente arquitetado, cujo desenvolvimento metuculoso vem de preparação psicológica das massas, ao desencadear do terrorismo sem peias. (...) Há uma corrente de agrupamento comunistas dentro do próprio Congresso, acobertado pelas imunidades parlamentares. As manifestações são ostensivas; os nomes são conhecidos. Alardeiam coragem escudados na tolerância dos nossos costumes, que na inocuidade das nossas leis, e preparam a ruína da pátria, quando deviam ser os primeiros a consolidá-la. Contra esses males já foram dados remédios; mas, não foram medicamentos eficazes, adequado: foram menos paliativos e até recursos contra producentes. A Comissão de Repressão ao Comunismo foi levada à dissolução, sem nada ter conseguido. (...) A lei de Segurança, posta em prática,

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 85.

²⁷⁹ Idem. Reunião de 16/10/1949, p.107

revelou falhas, e defeitos que só ser veriam para pôr em liberdade os culpados. (...) A polícia está a par das atitudes subversivas dos elementos comunistas, fichados ou não, visando um novo golpe contra as instituições. Sabe ela que o Partido comunista previu e determinou a reorganização dos “quadros” e “bases”, reorganização que ficará ultimada em 30 do corrente mês. Passando esta data, estaria, portanto, em condições de deflagrar o movimento, não só na Capital Federal, como principalmente no Nordeste Brasileiro. (A Ação, 05/10/1937, Apud CARONE, 1978, p. 72 - 75)

As mesmas preocupações e justificativas para combater o comunismo, utilizadas na década de 1930, são apresentadas pelos circulistas de Barbalha. Objetivando formar uma consciência anticomunista os circulistas recorriam à imprensa católica, cujo conteúdo era explorado em suas reuniões. O presidente José Duarte de Sá Barreto, em reunião em 1949 aconselhava aos sócios a leitura do jornal A Ação, da Diocese do Crato. Fazia referência a um dos números, que continha um artigo do Sr. Esmeraldo, contra uma subversão requerida pela União dos Trabalhadores do Cariri²⁸⁰. Tratava-se de um artigo, onde, a Igreja justificava sua objeção à concessão de verbas públicas a essa entidade, por considerá-la uma instituição subversiva. Alertando aos circulistas sobre a União dos Trabalhadores do Cariri, dizia o presidente: “Esta sociedade que tenciona apresentar bons princípios, não merece o nosso apoio, de vez que se baseia em doutrina essencialmente materialista e dissolvente.”²⁸¹

Concluimos que a legitimação das entidades dos trabalhadores pela Igreja e pelo Estado se apresentava como condição básica para que elas fossem contempladas com verbas governamentais. A disponibilidade dos recursos públicos para os Círculos sinalizava o seu reconhecimento pelo governo, por sua importância na defesa da estabilidade da ordem social, política e religiosa do país. Neste cenário, a União dos Trabalhadores do Cariri era a principal concorrente dos Círculos Operários, no recrutamento do operariado da região para atender seus respectivos interesses.²⁸²

A Igreja se preocupava com possíveis adesões dos trabalhadores à União dos Trabalhadores, que ao final da década de 1940 à década de 1950 estava sempre na pauta de

²⁸⁰ Idem. Reunião de 03/04/1949, p. 71.

²⁸¹ Idem. Reunião de 03/04/1949, p.p. 71 e 72.

²⁸² Atuação da união dos trabalhadores do Cariri, correspondente ao período de atuação das Escolas de Líderes Operário – ELO a partir de 1956. Experiência educativa que não foi efetivada pelo circulismo em Barbalha. A educação empreendida pelas ELO consistia num curso de quatro anos, cujo programa, era integrado por noções de economia, política, sindicalismo e legislação sindical. A parte prática dessas escolas consistia em ensinar os trabalhadores a dirigir reuniões, assembléias e a combater a oposição que nelas se manifestassem. As experiências de participação dos trabalhadores em outros cursos era um fator considerado pelos Círculos Operários na escolha dos sócios para compor o corpo discente da Escola de Líderes Operário - ELO. O ensinamento de estratégias para impedir influência política da oposição, anulando o papel democrático das assembléias, demonstra o caráter anticomunista, a serviço da ordem cristã e do Estado.

discussões das reuniões circulistas. A direção do Círculo comunicava a existência da entidade em Barbalha e orientava seus sócios a impedir o seu avanço político no município.

Em um das suas sessões foi comentada

a morte do cidadão José Duarte e Silva, pertencente à União dos Trabalhadores. Como os nossos adversários estivessem a explorar a nossa situação, em virtude da esposa do falecido pertencer ao círculo, foi necessário que o presidente aclarasse o caso, para evitar dúvidas e incoerências.²⁸³

O fato de a esposa da presidente da União dos Trabalhadores do Cariri ser circulista, numa expectativa de defesa os trabalhadores sob a ótica cristã, não inibia a polaridade político-ideológica entre as duas instituições, mesmo após o falecimento desse dirigente sindical. A reunião de 16 de outubro de 1949 registra o conflito entre as duas entidades. Nela o presidente do Círculo, José Duarte de Sá Barreto,

falou ainda sobre a União dos trabalhadores do Cariri, dizendo mais uma vez que ela não merecia o nosso apoio, dada a infiltração de elementos comunistas em seu meio. Para comprovar, os vereadores municipais negaram à união a subvenção pedida, devido estas conveniências.²⁸⁴

Diferentemente das décadas anteriores, ao final da década de 1940, no município, já se tinha a presença de organização de trabalhadores fora da influencia da Igreja, influenciada pelo socialismo. Realidade, que preocupava a Igreja e do poder público, e que viam o Círculo como uma importante ferramenta a serviço da manutenção da estabilidade política e religiosa. Durante a década de 1950, a Diocese do Crato orientava às instituições católicas e o povo em geral a combater a União dos Trabalhadores do Cariri. Através do seu jornal, “A Ação”, publicava artigos criticando a entidade, tais como, o intitulado, “Alfinetadas”, que, atendendo ao pedido do vice-presidente Edgar Coelho foi lido na reunião circulista de 20 de maio de 1950.

Claramente o artigo supra nos mostrou a história de um humilde carregador católico, que, escandalizado, bem de perto, assistira aos festejos comunistas com que a União dos Trabalhadores do Cariri festejara em Crato, a data memorável de 1º de maio, consagrado aos trabalhadores do nosso país.²⁸⁵

Apontava-se à necessidade de se fomentar a “a sindicalização das classes trabalhistas de Barbalha” ao Círculo dos Operários Católicos. Na reunião de 18 de junho desse ano, era lido o artigo, do mesmo jornal, “Círculo Operário o Articulista Católico”, de autoria do Padre Pedro Rocha, cujo conteúdo, ressaltava o valor do circulista e o amparo do governo ao

²⁸³ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 a 09/1950), Reunião de 22/05/1949, p. 80.

²⁸⁴ Idem. Reunião de 16/10/1949, p. 107.

²⁸⁵ Idem, p.149

movimento. A secretaria da reunião, assim descreve a importância da leitura para os circulistas: “mostrou-nos como os comunistas invejosos pretendem com enfeites falsos e mentiras impor seu julgo aos Círculos Operários que constituem a ‘a força do bem’ e são instituições por excelência de amparo e assistência social à classe pobre.”²⁸⁶

Mais uma vez, o documento circulista evidencia a disputa política entre as duas entidades, cada uma delas, buscando a sua projeção perante os trabalhadores. A expressão “força do bem” significava o antagonismo ao mal, para os católicos, representado pelos movimentos de esquerda. Contando com o apoio da Igreja, que preconizava a colaboração das classes, o Círculo Operário de Barbalha e de do município do Crato aumentaram o seu número de sócios, como estratégia de enfrentamento à União dos Trabalhadores do Cariri. Nessa intenção os circulistas assim se pronunciavam: “Com a orientação firme da Igreja haveremos de vencer, com a compreensão mútua entre empregados e empregadores, entre patrões e operários.”²⁸⁷ Com isso, o Círculo dos Trabalhadores Cristãos demonstrava sua obediência a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, intervindo no meio operário e atento para a manutenção da ordem social, que deveria resultar do consenso entre as classes.

União dos Trabalhadores do Cariri na década 1950 foi a principal preocupação dos circulistas na região, considerando que a sua cooptação dos trabalhadores comprometia a entidade, como colaboradora do projeto político-teológico da Igreja. Nessa década, os discursos contra os comunistas nas sessões circulistas continuavam cada vez mais eloquentes e calorosos. José Duarte de Sá Barreto e Edgar Coelho de Alencar, respectivamente, presidente e vice da entidade do Círculo, demonstravam suas preocupações com a União dos Trabalhadores em Barbalha. Alertavam seus pares sobre os impactos negativos do socialismo sobre mundo católico, especialmente entre os trabalhadores.

Em Barbalha, a União dos Trabalhadores vai em campo fértil ganhando franco progresso. Devemos está alertos. Urge que o Círculo (sic) (ficar) a par das lei sociais. É preciso conseguir-se (sic) para que também o sócio tenha melhor amparo, não esquecendo a assistência médica, dentária e, sobretudo a assistência jurídica para que assim sejam dissolvidos certos casos que surgem entre patrões e operários.
288

A conquista da qualidade de vida dos trabalhadores pela via sindical, que elegia a luta de classe como estratégia política, era condenada pelo Círculo Operário como entidade católica. Neste sentido, ele se antecipa à União dos Trabalhadores do Cariri, promovendo a

²⁸⁶ Idem. Reunião de 18/06/1950, p. 154.

²⁸⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁸ Idem. Reunião de 23/07/1959, p. 165.

harmonia entre as classes e atraindo o povo através dos seus serviços médicos e previdenciários. O Circulismo ocupava um espaço social decorrente da deficiência do Estado nas áreas de saúde, da educação e da cultura. Suas ações nestes setores foram estratégicas para se garantir o controle do operariado pelo catolicismo em Barbalha.

Buscando a adesão dos trabalhadores rurais, Círculo expande a sua atuação, fundando núcleos em localidades estratégicas, mais povoadas, tais como, nos povoados de Caldas, Arajara e Sítio Brejão. A entidade se dispunha a defender os trabalhadores camponeses, que na condição de sócios, a ele recorriam para ajudar a resolver relações conflituosas com seus patrões, incluindo-se a “destruição de roçados”. O fato de o Círculo optar pela proteção jurídica do Estado na solução dos conflitos entre trabalhadores e patrões, não parte da concepção, de estes últimos se constituíam adversários, mas, como uma opção para se evitar a solução revolucionária.²⁸⁹

A presença de um subdelegado da entidade nestas localidades rurais facilitava o encaminhamento dos problemas dos camponeses ao poder público municipal, contribuindo para o seu fortalecimento institucional. A formação do núcleo de Caldas havia sido antecipada por uma “excursão” dos circulistas à localidade, em julho de 1959, onde, se realizou uma das sessões da entidade. Conforme o presidente do Círculo a referida “caravana”, tinha por objetivo “pregar e propagar a doutrina dos operários e trabalhadores católicos de Barbalha e do Brasil.”²⁹⁰ As sessões de fundações desses núcleos circulistas na zona rural foram marcadas pela denuncia aos trabalhadores dos “perigos” do comunismo. A religiosidade e o civismo era a tônica dos discursos dos seus oradores, entre eles, o Padre Otávio de Sá Gurgel. O assistente eclesiástico, na fundação do núcleo circulista no povoado de Arajara

fez uma belíssima explanação, explicou para seus paroquianos com sua habitual linguagem franca e intuitiva, capaz de ser compreendida por todos a necessidade que se faz preciso, todo com católico abraçar e se filiar ao Círculo Operário, de vez que, afastado dele, sem forças, desunidos, facilmente por (sic) outras sociedades nocivas e anticatólicas. Sendo aquele dia, um dia próspero em que a Igreja de Cristo celebrava a festa da transfiguração de Jesus Cristo, no Monte ‘Tabor’. Ele aconselhava (sic) ardor de católico praticante fazendo do Circulo Operário a sua própria casa.²⁹¹

²⁸⁹ Esta, talvez, seja a única diferença entre os dois grupos que antagônicos que faziam a defesa dos trabalhadores. A prestação de serviços médico, social e jurídico atende à lógica do “quanto pior melhor”, que se ajusta ao pensamento revolucionário. No entanto, a experiência histórica mostra que a política assistencialista, condenado pelas esquerdas, tem sido efetivada como política de governo dos seus representantes que chegaram ao governo, após a redemocratização do país em 1984.

²⁹⁰ Livro de Ata do Circulo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 30/07/1959, p. 166.

²⁹¹ Idem. Reunião de 06/07/1950, p. p.168 e 169.

Na ocasião se fazia presente um grande número de pessoas, afirmando o êxito de intenção dos circulistas.

cerca de 44 pessoas de ambos os sexos ali presentes se alistaram nesta associação (...) a apoteose de espontaneidade dos homens de boa vontade, ouviu-se uma prolongada salva de palmas e a (banda de) música do Círculo Operário (sic) tomou parte da caravana circulista e (sic) cheia de entusiasmo tocou várias peças do seu vastíssimo repertório, regida pelo maestro Cavallhedo.²⁹²

O mesmo espírito cívico e patriótico é demonstrado na sessão de fundação do núcleo do povoado do Caldas, realizada no prédio da Sociedade São Vicente de Paula, os vicentinos, em 13 de agosto de 1950. Nela o padre Otávio, mais uma vez

num discurso de fé e clamor circulista fez referência a assistência durante 15 minutos, (sic) clareza o que é o C. O. B., quem são seus dirigentes. Com palavras de Cristo exemplificou: ‘uma árvore boa, dá bons frutos e uma árvore má, dá maus frutos’. Pois se o Círculo Operário é uma sociedade assistida pela Igreja e composta de bom cristão é uma boa árvore, e, portanto s bons frutos. Devemos nos livrar de outras organizações operárias, que surgem sem nenhuma orientação da Igreja, e que seus dirigentes são suspeitos de maçonaria e comunismo, como a União dos trabalhadores do Cariri. Disse que essa visita dos circulistas de Barbalha aos operários do Caldas era no sentido de conagraçamento dos ideais circulistas e convidou os presentes para se inscreverem como sócios. Foram suas palavras grandemente aplaudidas com vibração e entusiasmo, fez-se ainda ouvir a banda de música.²⁹³

Os agentes políticos, católicos e marxistas, recorriam às suas respectivas teorias filosóficas para justificar suas teses, na defesa do modelo de sociedade, respectivamente, por eles desejada e para denunciar seus adversários. Contudo, tanto os católicos como os marxistas perdiam a coerência em relação aos seus fundamentos na operacionalização das suas ações.

Os católicos recorriam às citações do evangelho como estratégia pedagógica para identificar o Circulismo como um movimento do “bem”, que o diferenciava das demais instituições não religiosas e/ou atéias, consideradas como representação do “mal”. O Círculo era apresentado à população rural como uma entidade reconhecida pela Igreja e abençoada por Cristo, principal argumento dos católicos, para diferir a sua instituição da União dos Trabalhadores do Cariri. Salvar a Igreja e o Estado do comunismo e da maçonaria era uma necessidade que contribuía para a adesão da população ao movimento dos trabalhadores cristãos. Contudo, os circulistas, não tinham provas concretas, do ponto de vista teórico, que caracterizassem a União dos Trabalhadores como uma entidade marxista ou maçônica, fazendo a ela referência, neste sentido, apenas pela suspeição dos seus sócios.

²⁹² Idem. Reunião de 06/07/1950, p.169.

²⁹³ Idem. Reunião de 13/08/1950, p.p. 172 – 173.

Nessa ocasião de fundação do núcleo circulista do povoado de Caldas, o Circulo associou 29 pessoas nativas e de “famílias tradicionais” da localidade. José Alves, orador da entidade, mostrava o Circulismo aos presentes como uma entidade organizada mundialmente, movida pela solidariedade, patriotismo e pelo combate aos adversários da religião católica e da pátria. Com esses argumentos, procurava convencer os camponeses a se associarem a entidade.

Explicou que a entidade o C. O. não é uma sociedade regional, estadual, mas sim nacional e ainda universal. Disse das suas utilidades com assistência corporal e espiritual. Gerando os seus sócios para o bem do Brasil, mostrando os erros do comunismo ateu. Terminou conclamando todos os caldenses para virem se enfileirar na bandeira circulista, único meio de salvar o operariado. Citando a bela frase de São Jorge, quando andava nas matas, perseguido pela fera, cheio de fé exclamou: ‘debaixo da vossa proteção, ó meu Jesus, hei de vencer essa fera’. Digamos o mesmo, com a fé ardente dos santos mártires da Igreja. Debaixo da proteção ó meu Jesus, dos C.C.O.O., havemos de vencer esta fera – o comunismo ateu.²⁹⁴

No apelo ao imaginário, o comunismo é exposto como a expressão do “mal”, a “fera” a ser vencida pela religião.²⁹⁵ A fé católica se evidenciava como condição necessária para se vencer os inimigos da Igreja. Para isto, defendiam a necessidade de se investir na formação religiosa, cívica e moral dos paroquianos, especialmente junto aos trabalhadores e suas famílias. A execução do hino nacional e do hino dos trabalhadores circulistas fazia parte do ritual dessas reuniões, sinalizando o seu espírito patriótico e religioso.

Os jornais católicos, também contribuía no processo de formação da consciência cristã dos trabalhadores circulistas. Seus artigos eram lidos, entre eles, o intitulado “Demagogia” de autoria de um bacharel, contrário à União dos Trabalhadores do Cariri, cujo conteúdo, fazia referência ao caso do Sr. Aníbal “de tal”, residente no município de Crato. O artigo denunciava que “o presidente da ‘União’ usou um palavreado descortez e burilado de ideais comunistas, contra o Sr. Aníbal, aconselhando o operário não respeitar a propriedade alheia.”²⁹⁶

Convém ressaltar que a proteção à propriedade particular era um dos fatores que contribuía para a adesão dos que os patrões ao Circulismo, percebido como um movimento

²⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 172.

²⁹⁵ As localidades de tradição agrária, ainda não atingidas diretamente pelo impacto da modernidade industrial, desprovidas de organizações sindicais, contrárias ao catolicismo, facilitavam cooptação dos trabalhadores pelo movimento.. A Educação circulista colaborava na construção de um imaginário onde o socialismo representava o terror, a desordem, o comprometimento da moral, da paz e da religião. A construção desse imaginário substituíu a falta de experiências históricas do socialismo, próxima aos trabalhadores, que pudessem servir de referência para a Igreja local exemplificar as características desse modelo de sociedade que ela condenava.

²⁹⁶ Livro de Ata do Circulo Operário (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 13/08/1950, p. 172.

capaz de promover a harmonia social e neutralizar a influência ideológica da União dos Trabalhadores do Cariri sobre os trabalhadores. Orientados pela encíclica *Rerum Novarum*, os circulistas faziam a defesa da propriedade privada, considerada como “um bem natural”, corroborando com os ideais conservadores do catolicismo.

O investimento na expansão do Circulismo na zona rural, no mesmo período em se instalava a União dos Trabalhadores do Cariri, indica a preocupação dos circulistas em se antecipar aos seus adversários, agregando para seus quadros os trabalhadores camponeses. A mesma antecipação, a Diocese do Crato, movidas pelas mesmas preocupações, a investir na organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais nas décadas seguintes.

A Confederação Nacional subsidiava o Círculo de Barbalha, com fascículos de revistas anticomunistas, a serem apreciados para a assinatura, entre eles, o intitulado, “Né Curioso”. No caso, apesar de posição anticomunista do padre Erfo Rotrs, assistente eclesiástico, do Dr Machet Callou e dos demais associados, o círculo dispensou a sua assinatura. A última metade da década de 1950 continuava configurada pela resistência ao comunismo. Na sessão comemorativa de 19 de março de 1955, o Dr. José Correia de Queiroz tinha como preocupação a estabilidade da ordem social.

Ele

exaltou os méritos de São José, patrono do Círculo Operário e protetor da Igreja universal, por tudo isso, continua, o mundo inteiro neste dia, em união com a santa Igreja Apostólica. Prostram-se genuflexos diante desse fato ourifulgente impetrando dele a paz e a tranqüilidade para os povos, que, famílias e sequiciosos de luz não enxergam e nem descobrem nessa encruzilhada o caminho certo que conduz ao fim, (sic) o céu, e como colorário e consequência disso: a perturbação (sic) da paz, da ordem, de justiça e da caridade.²⁹⁷

Considerando os movimentos de esquerda como manifestação do mal, comprometedor da paz, na sessão comemorativa ao dia do trabalho de 1955, o presidente circulista expressava sua visão demoníaca em relação aos comunistas, questionando:

Por que não tomamos o exemplo dos maus na sua vigilância para a disseminação do mal, por que, seguindo linhas opostas não o fazemos para divulgar o bem? (continua) Teve razão quando o divino Mestre que os filhos das trevas velam muito dormindo pouco, e por isto, são mais astutos e mais prudentes que os filhos da luz.²⁹⁸

A exorcização do mal era manifestada pelos circulistas na busca de salvar o homem e da sociedade dos perigos que, segundo eles, seriam ocasionados pelo comunismo. Dr. Antônio Machet Callou, em uma das reuniões de dezembro de 1955 revelava o teor ofensivo e difamatório dos discursos contra os comunistas.

²⁹⁷ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 19/03/1955, p. 26.

²⁹⁸ Idem, *Ibidem*.

Contou ele que

quando de sua estada em Fortaleza, os circunistas convocaram os demais centros circunistas em represaria a uma greve comunista. Se reuniram em sessão para dar maior testemunho da nossa causa, em defesa dos nossos princípios e por motivo superior, ou outra cousa que valha, aliaram-se, presentes, os vices presidentes. E ele, também vice-presidente, (fora) convidado a presidir a mesa proferindo algumas palavras de encerramento naquela sessão disse essa frase: para os nossos irmãos transviados temos muita compaixão.²⁹⁹

O anticomunismo projetado no Brasil valorizava o Círculo como uma instituição estratégica na formação de valores do catolicismo junto aos trabalhadores e colaboradora do Estado na manutenção da ordem. Neste sentido, se considerava a necessidade de se investir na formação da consciência política, cívica e religiosa dos trabalhadores do município, inspirada nos documentos pontifícios. Para isso, contavam com o apoio da Igreja e do poder público, criando um ambiente sócio-cultural receptivo ao golpe militar que seria deflagrado em 1964. Documento paroquial, em Barbalha, relativo a essa conjuntura, afirmam a identificação político-ideológica do clero com o governo no combate aos movimentos de esquerda insurgentes. O padre Eusébio de Oliveira Lima, vigário de Barbalha em 1964, referindo a deflagração do golpe militar nesse ano, assim expressou o pensamento da Igreja.

A paróquia logo no primeiro dia do mês uniu-se às demais paróquias do Brasil para uma ação de graças pela pelo rápido e feliz êxito da revolução, como um verdadeiro alívio e depois horas de terrível expectativa tudo chega rapidamente a um bom termo. Nesse dia primeiro uma missa em ação de graças a Deus é muito justo. Viviam dias de terrível apreensão, de grande agitação e crescente mal estar dominava toda nação brasileira. Estivemos a beira do caos total, da destruição, e sem dúvida, tudo desabaria no comunismo. Graças a Deus fomos salvos. Devemos pedir a Deus que os ideais desse movimento de salvação seja inspirado em bons propósitos e leve o Brasil por rumo certo e sejam propiciados o amor, a paz, a ordem e conseqüentemente o progresso não somente material, econômico, mas social, moral, espiritual. Que Deus nos inspire e ajude.³⁰⁰

O vigário de Barbalha manifestava a sua preocupação com os operários em relação ao avanço das ideologias de esquerda. Dizia ele: “A classe operária se acha (achava) muito açoitada pelo espírito de revolta. É necessário orientá-los e desarmar os seus espíritos. Não só no sentido de uma passividade, mas num trabalho sereno e sem violências.”³⁰¹ Essa posição, mesmo considerando o redimensionamento político da Igreja a partir do concílio Vaticano II, elaborado pelo papa João XXIII, indicava a continuidade das ações conservadoras da paróquia nas décadas seguintes.

²⁹⁹ Idem. Reunião de 04/12/1955, p.39.

³⁰⁰ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, p. p. 31 e 32.

³⁰¹ Idem.

Nessa conjuntura, a posição dos católicos em Barbalha colaborou com censura aos opositores do governo no período de ditadura militar, colocando os trabalhadores católicos sob rígida vigilância da Igreja. Logo no primeiro dia após os golpes militares de 1964, estes, de forma específica, participaram no Crato, das atividades da Diocese celebradas pelo triunfo do catolicismo sobre as ideologias ele contrárias, através da “Revolução”. O controle sobre os operários no Cariri se expande com a criação dos sindicatos rurais, com a colaboração da Diocese do Crato, sob a liderança dos vigários em suas respectivas paróquias. O sindicalismo rural passava a ocupar o espaço no campo previdenciário e de assistência social em sintonia com os governos militares, até então, exercido pelo Círculo Operário. Assim como o retrato de Vargas simbolizava a interação do seu governo com os Círculos, no caso de Barbalha, as fotografias do presidente Médici decoravam o salão de reunião do seu Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mesmo depois da abertura política.

3.1.7 A defesa da família e o higienismo

A manutenção da ordem social a partir do combate ao comunismo contribuiu para a adesão dos católicos ao integralismo. Os católico-integralistas assumiram as bandeiras do civismo e da moralidade inserindo-se e influenciando ideologicamente as organizações católicas de trabalhadores, principalmente os Círculos Operários. A defesa da família, considerada pela encíclica *Rerum Novarum*, como a principal instituição social, que dava origem às demais, era temática presente nas discussões políticas e religiosas. O lema integralista, “Deus, Pátria e Família” era contemplado pelos princípios do Circulismo, que tinha o civismo e a religiosidade como característica de suas ações educativas e culturais.

Na concepção integralista

Deus dirige os destinos dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o enlevamento moral das pessoas. A riqueza é um bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente impõe, para com a Sociedade e a Pátria. Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimando os outros, cada qual se distinguindo nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da Nacionalidade e felicidade social. (Manifesto de Outubro, Apud CARONE p. 309)

Na defesa da família, o Círculo de Barbalha, contando com o apoio seu assistente eclesiástico, procurava solucionar os problemas conjugais dos seus sócios. Igreja Católica, apesar de institucionalmente não aderir ao integralismo, dele participava através do clero e

dos leigos que nele militavam. O Círculo, em períodos eleitorais, exercia influência sobre o eleitorado. Atuando em favor dos candidatos da Igreja, recomendava o voto, dos associados, nos candidatos da Liga Eleitoral Católica. Essa ligação entre o Circulismo e o poder se constata, no fato, de muitos dos seus quadros terem se constituído prefeitos, vereadores e deputados em diversas conjunturas.

A saúde e a educação, desde a década de 1920, eram setores considerados indissociáveis e indispensáveis para a projeção do desenvolvimento do Brasil. A concepção de educação associada à saúde, como condição de superação dos problemas brasileiros, resultou na criação do Ministério da Educação e Saúde e Pública (MESP), no início do governo Vargas. A concepção de saúde se relacionava com a higiene, e neste sentido, o Estado investia junto ao povo, em políticas públicas de educação sanitária. A reforma do Ministro Gustavo Capanema, havia dado origem, em 1934, a um projeto político visando a “construção de uma nação com homens e mulheres trabalhadores e crianças saudáveis.”³⁰² Neste sentido, foram instituídos em 1941, o Serviço Nacional da Peste, da Tuberculose, da Febre Amarela, Câncer, Lepra, Malária, Doenças Mentais, Educação Sanitária, de Fiscalização da Medicina, de Saúde dos Portos, de Bioestatística e de Águas e Esgotos.

Os Serviços Nacionais de Educação Sanitária (SINE), contava com a colaboração do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), na propagação da educação sanitária, através de cartilhas, ilustradas por Luiz Sá, catálogos, livros, palestras radiofônicas, conferências nos colégios, discos e filmes. Trata-se de um período, em que a concepção pedagógica da saúde, igualmente a alfabetização, foi muito valorizada. A defesa da higiene, voltada para a prevenção, orientava num modelo político de defesa da saúde que se estendeu de 1930 a 1953, quando foi criado o Ministério da Saúde, que separou estes setores da educação.

As concepções políticas sobre saúde e educação, interagindo com espírito de nacionalista de superação do subdesenvolvimento, influenciavam as instituições dos trabalhadores em Barbalha. Estas, como no caso da União Artística Barbalhense, na década de 1920, instituíam as condições de “saúde e boa conduta” como condições básicas para que os trabalhadores fizessem parte do seu quadro de sócios. No caso da União Artística, na década de 1920, o sócio enfermo era afastado da vida social da entidade, sendo a ele, assegurado o atendimento médico. O seu retorno era condicionado à recuperação da sua saúde. A assistência aos associados, tanto na União como no Circulismo, se dava na perspectiva de

³⁰² BATALHA. Serviço Nacional de educação Sanitária – Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

garantir o bem estar físico-social e espiritual dos trabalhadores, numa concepção integral de homem.

Ambas as instituições contavam com uma comissão de sindicância, formada especificamente para acompanhar os sócios enfermos e promover junto a eles a assistência médica. No caso do Círculo Operário, este contribuiu com o Estado, exercendo um papel previdenciário e dando assistência médica aos sócios enfermos. A preocupação com saúde e a Educação pelo Circulismo se no seu investimento em escolas e no setor previdenciário. Nessas condições, professores e médicos foram duas categorias de profissionais sempre presentes e indispensáveis ao para o funcionamento de suas ações sociais.

A participação dos médicos Antônio Taumaturgo Filgueira Sampaio, Antônio Lyrio Callou, Antônio Machet Callou, Pio Sampaio e Leão Sampaio, na entidade, em Barbalha, demonstra a sua preocupação com saúde, cuja concepção era associada à educação a partir do higienismo. Nesse contexto, o Estado exigia-se um padrão de comportamento visando se evitar determinadas doenças. Nos municípios, as instituições, públicas, privadas, civis e religiosas, motivadas pelo governo, se envolviam no processo de educação sanitária, visando a prevenção às doenças.

3.2 A simbologia circulista: fé, trabalho e civismo como conteúdo de formação política e religiosa

No campo da educação e da cultura, a simbologia do Círculo ajudava a povoar o imaginário coletivo com o terror do “comunismo ateu” e temor do Brasil ser por ele controlado. Seus símbolos, representados pelo hino, bandeira, escudo e ritos, expressava a sacralização do trabalho, do ponto de vista religioso do catolicismo, tendo um sentido educativo na projeção do cristianismo. A interatividade entre o trabalho, religião, e civismo, representada por eles, se fazia presente nos fardamentos escolar dos seus estudantes e na decoração das sede da entidade.

As imagens de Cristo operário e de seus apóstolos pescadores são retocadas sem cessar e servem de convite à sua imitação: Jesus ‘quis nascer operário, entre operários. Entre eles escolheu seus apóstolos, e estes continuaram a tradição, trabalhando em meio das fadigas de sua árdua missão. Preparam sempre, pela palavra, e pelo exemplo, a obrigatoriedade do labor. Assim também a Igreja que a seus filhos impôs sempre a lei do trabalho’ (PANDIÁ, 1932, p. 44 Apud LENHARO, p. 89)

Conforme SOUZA (p. 218), a estratégia de introduzir imagens de santos católicos e crucifixos, no ambiente de trabalho cumpria um “ritual pedagógico”, na busca de “exorcizar a desordem”, no imaginário católico, representado pelo comunismo. Indicam a projeção de uma

sociedade cristã a ser instaurada com o esforço e a participação dos trabalhadores. A padronização dos ritos e da simbologia circulista, ocorria no sentido de contribuir para unidade na transmissão da fé católica e o patriotismo entre eles.

Para REGO

Os sistemas simbólicos (entendidos como sistemas de representação da realidade), especialmente a linguagem, funcionam como elementos mediadores que permitem a comunicação entre os indivíduos, o estabelecimento de significados compartilhados por determinado grupo cultural, a percepção e interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo circundante. É por essa razão que Vygotsky afirma que os processos de funcionalidade mental do homem são fornecidos pela cultura, através da mediação simbólica. (1998, p.55)

A adoção de símbolos associando o trabalho ao cristianismo tinha a intenção de contribuir para formação da consciência política e religiosa dos trabalhadores, conforme as exigências doutrinárias do Catolicismo. A foice e o martelo, como expressão do comunismo, eram substituídos por símbolos que promovessem a interatividade entre fé e trabalho, no caso do círculo, representados por uma moenda industrial, a cruz e constelação do cruzeiro do sul. A democracia cristã era reivindicada a como contraponto ao comunismo e ao liberalismo. Os liberais, não sendo diretamente criticados pela Igreja, que centrava suas críticas mais aos comunistas, ocupavam espaço nas instituições católicas, se fortalecendo politicamente em relação comunistas, favorecidos pela resistência do episcopado ao ateísmo.

O Círculo Operário de Barbalha, igualmente aos demais, se utilizava dessa simbologia na defesa da recristianização. As paredes da sua sede social, inaugurada em 1937, passavam a conter, em alto relevo, expressões literárias referendando o trabalhismo e à democracia cristã, desenhos de instrumentos de trabalho e a imagem de São José, trabalhadas artisticamente, pelo sócio pedreiro, (Francisco) Militão Alves dos Anjos. Era uma forma alternativa de diálogo da entidade com o público visando difundir seus princípios político-religiosos. Trata-se de uma simbologia que retratava uma ideologia dos movimentos políticos sintonizados com o trabalhismo, a recristianização e a democracia cristã.

Apesar de ter o esquadro, o compasso, a tolha, e o martelo como simbologia do trabalho, os mesmos utilizados pela maçonaria, o Círculo, não tem com ela, nenhuma identificação. Ao contrário, condenavam esse movimento, visto que, em reunião de 23 de abril de 1938, “o expediente contou da apresentação pelo Sr. presidente do ato praticado pelo consócio Pedro Apolinário de Luna Sobrinho, comunicando ter objurgado a maçonaria, tendo

se confessado e pedindo que tornasse público este ato,”³⁰³ como condição de voltar a ser aceito como sócio pelo Círculo de Barbalha.

3.2.1 A União e o Trabalho como forma de conquista

O Circulismo em Barbalha, na defesa do catolicismo e trabalhismo, preconizado pelo governo de Vargas, utilizou-se dos lemas, “*Omnia labor vincit*” da literatura romana, e “Unidos e Fortes”, da democracia cristã, que, associados à imagem de “São Jose Operário”, remetem à uma abordagem religiosa sobre o trabalho. Essas expressões, escritas em alto relevo na parede externa da sede social do Círculo, integram um universo simbólico que associa a fé ao trabalho.

“*Omnia labor vincit*”, significa “o trabalho conquista todas as coisas” (motto de Oklahoma). Trata-se de uma expressão relacionada à série de quatro poemas, intitulada de “Georges”, do poeta Roman Virgil, escrito em latim, durante o reinado de Augusto Caesar, sucessor de Julius Caesar. Obra relacionada à campanha pela conquista da terra de Augustos, que incentivava os romanos a refletirem antes do cultivo. A palavra “Georges”, de origem grega, associa a terra ao trabalhador e ao fazendeiro, significando “livro sobre o trabalho na terra”. Os poemas de Roman Virgil fazem alusão ao desenvolvimento da agricultura na sociedade primitiva. Refere-se à “*omnia labor vincit*”, onde “vincit” significa tempo passado, “conquistado”, ou seja, tempo de conquista. Na livre tradução, significa que “cada dificuldade foi superada pelo trabalho duro, pela necessidade.”

“Unidos e fortes”, expressa o pensamento de Alcide de Gaspari, militante, após a II Guerra Mundial, do Partido Popular Italiano, fundado em 1919 pelo padre Luiz Sturzo, com quem compartilhou a amizade e os ideais políticos. Na interlocução entre o presidente de Federações Socialistas Católicas e os imigrantes de Voralberg, Gaspari propagou a doutrina da encíclica “*Rerum Novarum*” do papa Leão XII. Em sua atuação político-religiosa, resistiu aos anarquistas italianos, no tempo, em que a conjuntura política favorecia o fascismo liderado por Benito Mussoline.

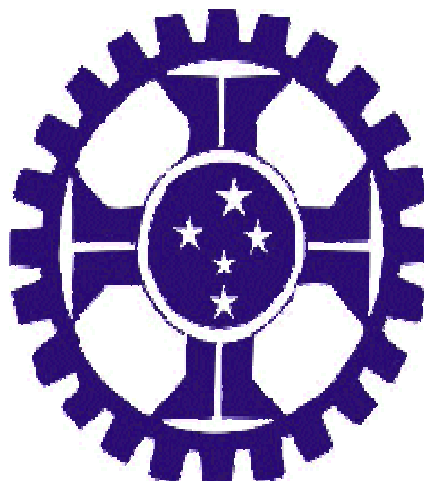
Na sua percepção, o cristianismo não se identificava nem com o fascismo nem com o nacionalismo. Ideologias, que, para ele, eram alimentadas por ações eminentemente instintivas, pelas teorias de força e pelas armas, antagônicas ao espírito universal e de fraternidade cristã. Alcides ao defender a unidade da Europa como garantia da sobrevivência alertava: “se estivermos unidos seremos livres, se estivermos unidos seremos fortes”.

³⁰³ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1935 a 05/1939) - Reunião de 23/04/1938, p. 63..

Juntamente com Schoman e Adenauer foi contemporâneo da Unidade da Europa como projeto político e de uma etapa da história em que se acreditava estar se encaminhando para a fraternidade universal.

O governo fascista, ao colocar o Partido Popular Italiano na ilegalidade promoveu a prisão de Alcides Gaspari em 1926, onde compartilhou a condição de detento com a fé cristã. Com a deflagração da II Guerra Mundial, havia ele investido no regresso dos católicos à vida política italiana. Preparou a fundamentação ideológica e programática do Partido Democrático Cristão, ocupando entre os anos de 1945 a 1953, a presidência do Conselho de Ministros, colaborando com a transição da Monarquia para a República. Preocupava-se com a unidade e a reconciliação dos dissidentes, colaborando com as primeiras organizações européias, tais como, o “Conselho da Europa” (1919), a “Comunidade do Carvão e do Aço (1951) e a “Comunidade Européia de Defesa (1953).

Não obstante, a utilização dos lemas do idealizador da democracia cristã italiana, que rejeitava ao nacionalismo e ao fascismo como antagônicos ao cristianismo, o Círculo Operário, na prática, fazia a defesa desses movimentos, ao interagir politicamente com o Estado que os dava sustentação. Ao utilizar esses símbolos e expressões, o Circulismo de Barbalha se assumia como uma entidade política, a serviço do trabalhismo e da social democracia cristã, enfatizada pelo catolicismo. Neste sentido, orientava o voto dos seus associados aos candidatos da Liga Eleitoral Católica, a serviço do projeto político teológico da Igreja. O escudo, a bandeira e o hino do círculo eram os símbolos mais utilizados nas manifestações cívicas e religiosas da Entidade. Essas representações indicam a unidade entre a fé, o trabalho e a patriotismo, expressando a inserção do catolicismo no contexto da sociedade moderna, industrial.



Escudo do Círculo Operário

O hino dos trabalhadores circulistas cumpria o papel ideológico e educativo, cujo conteúdo, reivindica a unidade como forma de conquista da liberdade e de resistência às ideologias contrárias à fé cristã e a família. Nele, se fazem presentes expressões militares de combate às manifestações, que para eles, comprometiam a estabilidade da pátria e da fé.

HINO DOS TRABALHADORES

Companheiros cerremos fileira!
 Olhos fitos no ideal que reluz
 Empunhemos a nossa bandeira,
 Cujas cores abraçam a Cruz!
 Ardorosos na luta queremos
 O operário fazer respeitar;
 Contra as forças do mal defendemos
 Nosso Deus, nosso pão, nosso lar!

Estrilho

Nós trazemos um lema que encerra
 Um programa de paz e de amor,
 Pois, queremos que acabem na terra
 A opressão, a injustiça, o terror.

bis

Nós não somos mendigos ou escravos,
 Mas pioneiros de um grande porvir;
 Nós iremos com audácia de bravos,
 Nova ordem social construir.

Vencerá nossa marcha gloriosa!
 Vem depressa marchar, meu irmão!
 Surgirá da jornada afanosa
 Um Brasil Operário Cristão!

3.3 O Círculo Operário São José e a promoção do ensino

Ações educativas juntos aos operários e seus filhos colaboravam com o projeto da Igreja e do governo. Essa relação permitiu, desde a fundação dos Círculos, o reconhecimento das suas escolas pelo governo Vargas, cujo projeto político, criava, pela primeira vez no país, um ministério específico para a educação e a saúde. A educação se realizava com o respaldo do Ministério do Trabalho, que contribuía para adaptação do operariado às exigências da sociedade urbano-industrial. A importância da promoção da cultura e da educação gratuita dos Círculos se justifica pela precariedade da instrução pública do país, realidade que havia sido denunciada e resistida pela intelectualidade, principalmente, nas primeiras décadas da república.

O ensino circulista era apoiado por seguimentos sociais influentes, economicamente bem estabelecidos, que participavam da entidade, identificados com a proposta da Igreja de proteção à propriedade particular, que garantia seu status social. Muitos professores que lecionavam em escolas públicas e particulares, pertenciam às famílias políticas e socialmente influentes na cidade. Os empreendimentos educacionais e culturais da entidade cumpriam o mesmo papel político-ideológico de formação do consenso entre as classes e de preservação da ordem preconizada pelo governo e pelo episcopado

As concretizações dos objetivos circulistas e do catolicismo necessitavam do investimento na cultura e na educação dos trabalhadores e dos patrões, com vista à formação de uma consciência voltada para a cooperação de classe, para o civismo e para a moral defendida pela Igreja. O investimento na instrução dos trabalhadores visava contribuir para superação dos seus problemas e suas conquistas sociais.

Essa concepção é apresentada por Mário Pinto Serva sobre a questão social no Brasil.

O essencial par qualquer criatura humana é a instrução e saúde. Apenas com isso, sem mais nada, todo esse humano fica apto a se defender no ambiente cósmico e social. E o que os operários precisam ter no Brasil é uma completa educação física e mental. Tudo mais lhes virá por acréscimo, e sem isso nada mais lhes adianta. Instruídos, com direitos políticos iguais, como já têm, podem impor nas eleições a política que quiserem, a exemplo da Inglaterra. O problema brasileiro é o deserto e o analfabetismo. Governar no Brasil deve ser instruir e povoar. Os Estados Unidos venceram instruindo o povo. O Japão triunfou instruindo o povo, A Alemanha, vencida, domina a Europa e imperará em absoluto por que tem o povo mais instruído do mundo. E a Alemanha nunca seguiu as teorias de Karl Marx. Na Alemanha, além da instrução elementar dos 7 aos 15 anos, há mais, dos 15 aos 18 anos, o curso de aperfeiçoamento obrigatório também para todas as classes sociais sem exceção, o que não existe em nenhum outro país. Eis porque os alemães dominam o mundo, mesmo vencidos. (In CARONE: 1978, p.p. 210 -11)

No campo da educação as Encíclicas Rerum Novarum de Leão XIII e Quadragésimo Anno de Pio X, e os demais documentos pontifícios serviam de referencial que orientavam as suas ações os conteúdos de formação.

3.3.1A educação do Circulo do Operário de Barbalha em sintonia com Ação Católica Brasileira

A organização operária e a educação integravam o Plano Nacional de Ação Católica³⁰⁴ (PNAC), estabelecido durante o Congresso Brasileiro da Ação Católica (CBAC). Nele, a Ação Católica havia reconhecido os Círculos Operários como importantes instancias de organização do operariado, sob a vigilância da Igreja. Definiu também, o papel sócio-religioso destas instituições, dando-lhes, como atribuição, a prestação da assistência econômico-social dos trabalhadores, de toda a s categorias e origens, que se submetessem à moral cristã, fundamentada no respeito à família, às leis e nas reivindicações dentro da ordem.³⁰⁵

A dimensão educativa e cultural dos Círculos Operários contemplava o ideário católico da educação, reivindicado pela Igreja, legitimada e defendidas em seus documentos estatutários. A carta de princípios doutrinários e programáticos do movimento circulista³⁰⁶ se preocupava com os conteúdos educativos a serem transmitidos. Defendia a educação como um direito indispensável aos seus sócios, sobretudo aos trabalhadores, com vistas a sua “promoção integral” e o fortalecimento da entidade. A concepção de educação integral considerava que a educação significa mais do que a simples formação básica, estendendo-se ao aperfeiçoamento continuo, no sentido profissional, humano, social, cultural e espiritual. Objetivava a formação pessoal e coletiva, fundamentada na justiça, no amor, no respeito, na solidariedade, na criatividade, no aperfeiçoamento continuo e no espírito de servir.

A II Semana Nacional da Ação Católica, em 1948, também considerada como I Congresso Nacional da Ação Católica, estabeleceu as diretrizes específicas que nortearam a prática do catolicismo social no Circulismo. Estas orientavam a execução das atividades

³⁰⁴ Contava com a colaboração dos intelectuais e os universitários católicos.

³⁰⁵ O estabelecimento da nova ordem cristã, alternativa ao capitalismo, ao liberalismo e ao comunismo, implicava na operacionalização e transmissão de idéias, ou seja, de um projeto educacional católico, específico para os trabalhadores. Com esse propósito os Círculos Operários criaram na sua estrutura administrativa os seus Departamentos de Ensino e de Cultura (DEC), organizado nos seguintes setores: creches, jardim da infância, escola primária, escola elementar, escola de aprendizagem, escola de artes e ofícios, cursos noturnos de alfabetização, de formação social e moral, juventude operária, imprensa e propaganda. No esporte e na cultura os circulistas promovem colônias de férias, festejos, viagens, escotismo, música e teatro.

³⁰⁶ Da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Circulistas. Disponível em: <<http://www.cbtc.org.br/carta/>> Acesso em: 05 Mai. 2006.

educacionais e culturais dos Círculos Operários. A justificativa da opção pela educação se fundamentava no reconhecimento da “ignorância religiosa” como um dos fatores que contribuíam para os males da sociedade. Propunha a realização de cursos obrigatórios e o trabalho de catequético inspirados nos documentos que orientavam a inserção da Igreja no mundo do trabalho. Neste sentido, o Ensino Religioso era reivindicado para superar a “ignorância religiosa”, considerada como

maior óbice à dilatação do Reinado de Jesus Cristo, e a raiz de inúmeros males que a tantas almas traz apartadas do caminho da salvação. Por conseguinte, categoricamente afirma que, sem descuidar outras campanhas indispensáveis, a campanha pelo mais amplo conhecimento da Religião católica se impõe como um dever.³⁰⁷

Para acompanhar as atividades educativas da Ação Católica Brasileira, essencialmente, os cursos de formação religiosa, foram criados os Departamentos Diocesanos de Ensino da Religião (CDER). Eram eles, os órgãos da Ação Católica mais próximos às paróquias, que, articulados com o Departamento de Ação Social (DAS), também da Ação Católica, promoviam o ensino religiosos nas escolas, com cursos específicos para os trabalhadores e seus filhos. A atividade educativa da Ação Católica era direcionada aos professores do ensino primário, secundário e das escolas normais. Para a Igreja, convinha “não esquecer que não basta ser católico professor, mas é preciso ser professor católico, isto é, mestre cujos ensinamentos se achem impregnados de sentido cristão”³⁰⁸

A educação e a cultura tornaram-se campos estratégicos para a Igreja e o Estado difundirem suas doutrinas cívico-religiosas em contraponto aos movimentos de esquerda. Neste sentido, o ministro da educação Francisco Campos, na década de 1930, expunha ao governo a importância do reconhecimento do ensino religioso nas escolas públicas.

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia determinará a mobilização de toda Igreja Católica ao lado do governo, empenhando forças católicas de modo manifesto e declarado toda a sua valiosa e indispensável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste movimento de opinião pública de caráter nacional (CAMPOS, Apud SCWARTMAN, Simon et al, 2000)³⁰⁹

Os Círculos concentraram maiores esforços na educação formal, resultando, a partir da década de 1940, na criação e expansão de uma rede circulista de escola primária e secundária em todo país. Além da educação formal, investiam, também, em cursos profissionalizantes,

³⁰⁷ I Congresso Nacional da Ação Católica – Moções e conclusões. In: DALE: 1985, p. 62.

³⁰⁸ Idem. p.p.62 e 63

³⁰⁹ Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/smon/capanema/capit.htm>> Acesso em: 10 Mai. 2005.

creches e de formação de professores. Essas ações educativas atendiam aos propósitos da Igreja, que movidas pela espiritualidade, tinha como objetivo minorar o sofrimento do operariado, também atribuído, à falta de formação profissional e de escolaridade. Neste contexto, associavam a criação de bibliotecas e salas de projeções cinematográficas ao projeto de formação cristã dos trabalhadores.

Em Barbalha, a diocese do Crato apoiava as ações educativas Círculo Operário São José, sobretudo, na perspectiva de garantir a formação católica entre os jovens, vistos, como futuros trabalhadores. A promoção da cultura e a educação circulista se inseriam no contexto da recristianização, como ação política da Igreja junto aos trabalhadores em oposição aos movimentos e instituições não identificadas com o catolicismo. Fortalecendo a educação católica, o bispo diocesano recorria ao código do direito canônico e divulgava, em Barbalha, através do seu pároco, a possibilidade da ex-comunhão dos pais que confiassem a educação dos seus filhos aos colégios protestantes.

...não vos é permitido aceitar as leituras, livros de propaganda que lêis andam a espalhar por qualquer preço, importa-vos, pois rejeitá-los ou queimá-los. Maior crime seria da parte dos pais confiarem a colégios acatólicos a educação e instrução dos seus filhos, seria pô-los a apostasia, porquanto no dizer de uso venerando popular o bom senso mostra ser quase impossível a mostrar propagandistas se aproveitam dos ensejos freqüentes no exercício do magistério para inocular as suas idéias nos alunos. Os pais de família que fizerem se tornariam responsáveis perante Deus da perda da verdadeira fé, naqueles cuja salvação deveria procurar acima de tudo. A esse respeito transcrevemos aqui o que dispõe o Cânon 2319-5-4 do Código Canônico. ‘incorre em excomunhão reservada aos ordinários Diocesanos os pais católicos que deliberadamente entregarem seus filhos para que sejam educados ou instruídos em religião acatólica’. Verdade é que nos incorrem nessa excomunhão os pais que mandarem seus filhos as ditas escolas que visam somente aos estudos profanos. Todavia não ficam eximidos de pecado mortal, visto que em nossa diocese não faltam colégios católicos, dispondo de corpo docente inegavelmente habilitado para o magistério. Impõe-se ainda a nossa consciência o dever de declarar-vos que não é lícito também ouvir prédicas que tais pastores costumam fazer, quer nos lugares de culto, que através de programas radiofônicos em determinadas emissoras.³¹⁰

Além da excomunhão, como forma de punição aos protestantes, a Igreja também proibia o sepultamento de pessoas não católicas no cemitério local. Devemos considerar, que mesmo com a secularização do Estado, pela República, o cemitério de Barbalha continuou até o final do século XX sob a administração da Igreja. Diante da posição da Diocese do Crato na defesa da educação católica, o Círculo Operário de Barbalha, como uma instituição da Igreja Católica, viabilizava aos trabalhadores o acesso ao ensino, em sintonia com as exigências da doutrina da Igreja. Além do ensino, contribuía com serviços previdenciários e funerários, para os trabalhadores católicos, dispondo de túmulos, construídos especificamente para os seus

³¹⁰ Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio, p.p.99 e 110.

sócios falecidos e outros benefícios previdenciários. Por esses motivos, a população pobre do município recorria ao Circulismo.

Os serviços previdenciários, educativos e culturais, eram elogiados pela Diocese, e se dava na condição do recorrente ser filiado á entidade, o que, para isto, deveria ser católico, conseqüentemente, contrário às ideologias adversárias da Igreja. A educação circulista, longe de ser um instrumento de formação de uma consciência crítica contra o governo e a Igreja, fazia parte de um projeto assistencialista. Contudo, a dimensão religiosa, que reivindicava outra sociedade, inspirada no cristianismo, que se sobrepunha ao Estado e as demais organizações civis, despertava a esperança e o otimismo entre os trabalhadores. Partido de ações concretas as ações sociais do Circulo se antecipava às promessas contidas nos discurso socialista, que dependia da tomada do poder.

Considerando as condições de pobreza e deficiência no setor do ensino no Brasil a educação circulista priorizava os filhos dos trabalhadores. O seu conteúdo era vinculado às aspirações da Igreja e do Estado, que o financiava, contextualizado num projeto político e teológico.

A educação como um projeto político é um projeto de poder. (...) A luta pela hegemonia ideológica (numa concepção de projeto político libertário, inspirado em Rousseau) exige a conquista dos aparelhos. Tal conquista numa mudança de mão, não do 'desaparecimento' das instituições. Assim o modelo das instituições educacionais em aparelhos libertários. Aparelhar implica em uniformizar. É eliminar as contradições, estabelecer a 'pureza' de uma 'linha'. Só a univocidade doutrinária assegura a hegemonia, conteúdos relativos a saberes específicos são secundários. O saber fazer e cultura humanística são indesejáveis. O primeiro porque desvia, dispersa, concorrendo com a preparação ideológica. A segunda porque além de desviar e dispersar pode subsidiar resistências. O caráter unívoco e o desprezo pelo saber fazer aproximam a educação concebida como um projeto político da concepção de educação centrada na cultura, ressalvadas as distinções. (SÁ & RODRIGUES, 1994, p. 20)

A escola do Circulo difundia os rituais, dogmas e valores do catolicismo, inspirada nos documentos pontifícios, principalmente nas Encíclicas Rerum Novarum e Quadragésimo ano, respectivamente, dos Papas Leão XIII e Pio XI.

Os fundamentos integrais da ordem baseiam-se primeiramente no espiritualismo. Um espiritualismo governado por princípios sobrenaturais, ensinados pela filosofia e religião católica, capazes de reeducar o homem, e reorganizá-lo subjetivamente. Reeducando o homem em sua interioridade, é preciso reconstruir então, o todo orgânico-social, aceitando o espiritualismo como uma economia equilibrada, tal comemora impregnada a Idade Média. O econômico é fonte legítima, mas secundária, de nossos males. A reintegração do espiritualismo na sociedade traz a necessidade da moral como força disciplinadora a fim de manter a ordem e a estabilidade. Este espiritualismo deve germinar em todos os cidadãos, especialmente a partir daqueles que entendem que sem ele não há verdadeira ordem nas coisas. Pois não há reforma econômica ou social sem reforma moral. (CURY, 1988, p.41 e 43)

A revista “A Ordem” alimentou o ideário educacional católico formulado entre os anos de 1930 a 1937, correspondente ao período de investimento na renovação da educação no Brasil, impulsionado pelo movimento da Escola Nova. Por sua vez, estas tentativas de renovação da educação, ocorreram num contexto das transformações política, econômica e sociais, estabelecidas a partir da política de substituição das importações, na década de 1930, que promovia a industrialização e a urbanização do Brasil.

Com a industrialização, surgiam no Brasil os primeiros conflitos entre capital e o trabalho na sociedade urbano-industrial, e conseqüentemente, as primeiras organizações políticas operárias e sindicais da classe operária, em formação. Emergiu assim a discussão sobre a necessidade de adequação da educação ao espírito de modernidade da sociedade urbano-industrial, onde, o operariado passava cada vez mais a ser cooptado pelo socialismo.

Os católicos também viam a falta de instrução como um obstáculo ao desenvolvimento e, principalmente, como um sério problema para o processo de cristianização da sociedade brasileira. Além de sua luta pela participação no processo de educação formal, com o ensino religioso obrigatório, havia a preocupação relativa ao fortalecimento das escolas religiosas e à implementação de medidas contra o analfabetismo adulto. No campo da educação informal, a Igreja se empenhava na criação de cursos de alfabetização, cursos profissionais e de educação religiosa. Os Círculos Operários procuravam levar em consideração as especificidades do meio operário, tratando a educação como instrumento de formação de um ‘espírito operário’, o que significava, ao mesmo tempo, uma preocupação com a formação moral e espiritual, a ser realizada mediante estratégias pedagógicas capazes de construir uma cultura específica, baseada em princípios cristãos. (SOUZA, 2002, p. 257 e 258)

Os agentes da educação circunistas eram pessoas identificadas com a doutrina católica, muitos deles, pertencentes às famílias dos protagonistas do movimento. Para exercer o magistério, seus professores deveriam atender às exigências doutrinárias do catolicismo e ideológicas do Estado trabalhista, que primava pela formação moral, cívica e religiosa dos docentes. Era uma educação propagadora, por excelência, da doutrina cristã e que utilizava a simbologia representativa da sacralização do trabalho, na ótica cristã, como conteúdo de formação. Assumia e difundia o nacionalismo e o civismo em interação com a fé católica, como parte de uma pedagogia centrada no desenvolvimento integral da pessoa.

A incorporação da religião ao nacionalismo projetava automaticamente nas escolas a associação da fé ao patriotismo e ao civismo. Esse cenário se manifesta de forma mais visível na década de 1950, nos temas do I Congresso Eucarístico Paroquial de Barbalha e na participação das escolas da Cidade, nas comemorações da “Consagração do Brasil ao Divino Coração de Jesus”, ao “Cristo Rei”, durante o Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro. O Circulo de Barbalha motivava os educadores a defenderem projeto

político-teológico da Igreja e a direcionar a sua capacidade intelectual a serviço do consenso entre as classes e da promoção social da juventude.

O envolvimento dos estudantes de Barbalha nas comemorações do dia da “Consagração Religiosa do Brasil ao Cristo Rei” atendia a uma reivindicação do episcopado brasileiro. Tinha o apoio do Círculo Operário, sob a orientação religiosa do Padre Erfo Rotars, seu assistente eclesiástico.

Este em reunião de 27 de fevereiro,

fez sentir que nesse dia, a pedido do Eminentíssimo Cardeal do Rio de Janeiro – os estudantes do Brasil inteiro desfilarão em sinal de regozijo pela realização do próximo congresso eucarístico internacional a ser promovido na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Assim sendo, a nossa mocidade estudantil, atendendo ao apelo do chefe da Igreja Católica no Brasil, promoverá uma passeata pelas ruas principais da nossa cidade. A festa de São José será celebrada este ano com a pompa e indizível alegria.³¹¹

Os conteúdos educacionais passavam pela apreciação do governo e da Igreja, que propunha a utilização das aulas, como espaços de propagação da fé católica e do patriotismo. Dessa forma a educação circulista era um contraponto ao protestantismo e ao comunismo, tendo seus os alunos, sempre advertidos pelos professores, sobre os males que na ótica do episcopado, eles representavam para o mundo católico.

3.3.2 O Poder público e a educação circulista em Barbalha.

Desde a sua fundação, o Círculo Operário teve suas ações voltadas para a promoção do ensino e da cultura. Igualmente a União Artística Barbalhense, na década de 1920, desde a sua fundação manteve a sua escola de ensino primário, que priorizava os filhos dos circulistas. Somavam-se a ela, uma escola de música pertencente à Banda de Musica, fundada na década de 1940, e os cursos profissionalizantes, de Corte e Costura e Marcenaria. Neste contexto, é importante a análise da concepção Legião Cearense do Trabalho, sobre a educação operária, considerando a sua influencia dessa entidade sobre os Círculos Operários cearenses.

A escola operária, o ensino profissional e a aprendizagem regulamentada prepararão o legionário de mentalidade sadia e de trabalho disciplinado e perfeito de amanhã. O verdadeiro legionário é o que cumpre à risca os seus deveres e tem a exata consciência dos seus direitos. (In: CARONE, p. 296 e 297)

O ensino do Círculo contava com a colaboração dos poderes público municipal, estadual e federal, que desde a década de 1930, o subsidiava recursos e professores pra

³¹¹ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 27/02/1955, p. 22

instituição. Esse apoio contemplava o Código dos interventores do Governo Provisório - 28/08/1930.

Art. 13º

VI – Os estados devem empregar, no mínimo, 10 5 de sua renda na instrução primária.

Art. 22º O Estado poderá exigir de cada município até 15 de sua receita arrecadada para atender a serviços de segurança, saúde e instrução públicas, quando ministrados exclusivamente pelo Estado. p. 34. (In: CARONE, p. 34)

A Constituição de 1934 assim estabelecia a intervenção do Estado na promoção da educação e da cultura:

Art. 148º Cabe a União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura, proteger os objetos de interesse histórico e da cultura geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Art. 149º A educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito.³¹²

Contudo, a dependência em relação ao poder público gerava instabilidade no funcionamento da escola circuísta. Frequentemente era ameaçada, decorrente da falta de recursos e da transferência das “cadeiras dos professores” para outras escolas e cidades, pela Instrução Pública do Estado do Ceará. Exemplificando essa realidade, em 1956, o então prefeito municipal, Joaquim Duarte Granjeiro, justificava o fechamento das aulas noturnas do Círculo pela falta de recursos para pagamento dos professores.

Percebemos que a educação circuísta dependia muito mais do apoio dos governos do que da própria instituição, fator, que contribuía para o seu comprometimento com os governos. A participação do Círculo de Barbalha na educação formal reflete a boa relação político-ideológica do Círculo Operário com o Estado, em diversas conjunturas. O fato de ter, o Dr. Antonio Lyrio Callou, ao mesmo tempo, como diretor da instituição e interventor de Vargas no município, indicado pelo governador Menezes Pimentel, e de ter outros circuístas na condição de deputados estadual e federal, facilitava as mediações junto ao governo em defesa dos interesses da Escola circuístas.

Nesse processo, a colaboração do seu assistente eclesiástico contribuía moralmente, para o atendimento das reivindicações circuístas, considerando a sua aliança da Igreja com o governo no campo político-ideológico. Sobretudo, nas décadas de 1930 e 1940, através do padre José Correia e do Dr. Lyrio Callou, o círculo consegue suas reivindicações junto ao Governo do Ceará, evitando o fechamento das aulas noturnas, ameaçada pela falta de

³¹² Capítulo II da Constituição Federal de 1934

professores. Como os professores da Escola Circulista eram mantidos pelo governo estadual, a sua transferência para outras escolas ou municípios, prejudicava o funcionamento das aulas. Exemplificando essa instabilidade, em 1936, vice-presidente e interventor municipal, Lyrio Callou recorria ao governador para manter a professora da escola noturna, sob a ameaça da transferência dos recursos, a ela destinados, serem transferidos para a cidade de Juazeiro do Norte.

Considerando as exigências cívicas, ideológicas e políticas do Estado e a Igreja, o processo de escolha e contratação de novos professores para a escola do Circulo contava com a participação do assistente Eclesiástico, mas dependia politicamente do poder, municipal e estadual. O padre Correia, a partir da e reflexão sobre a vida social admoestava os circulistas, demonstrando suas preocupações com a escola circulista.

Neste sentido,

em ligeiras e simples palavras, porem de grande proveito, exigiu que os diretores e associados do Circulo chamassem atenção aos senhores pais de família que tivessem filhos estudando na aula noturna do Circulo, que tomassem o máximo de cuidado concernente ao comparecimento deste a aulas.³¹³

O fim do Estado Novo e a conseqüente perda do poder político pelos correligionários de Vargas em Barbalha, corresponde ao período marcado pelo corte das subvenções do Circulo, comprometendo a funcionalidade da sua escola. As reivindicações perante o governo do estado prosseguiram com os novos prefeitos, que substituíram o interventor de Vargas, como no caso, o ruralista Argemiro Sampaio. Em 1948, o presidente do Circulo lamentava a perda do “auxílio” do governo estadual, referindo-se à importância e perseverança da educação circulista: “apesar dessa incompreensão, o Circulo continua abrigando sob seu teto uma escola de adultos que funciona à noite”.³¹⁴ A Escola noturna do Circulo atendia aos trabalhadores e associados que não dispunham de tempo diurno para estudar, entre eles os músicos da sua filarmônica.

Com a redemocratização, após o Estado Novo, os professores ao serem requeridos para trabalhar no “serviço eleitoral” eram dispensados de suas atividades docentes por todo ano letivo correspondente ao ano da realização das eleições. Nessas condições, no afastamento dos professores, outros eram convocados para lecionar, na condição de substitutos. O afastamento da professora efetiva de suas atividades pedagógicas se fazia na intenção do Estado mostrar sua imparcialidade nas eleições, evitando a possibilidade de

³¹³ Livro de Ata do Circulo Operário de Barbalha, (08/1935 a 05/1939) - Reunião de 07/10/1938, p. 76.

³¹⁴ Livro de Ata do Circulo Operário de Barbalha, (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 20/06/1948, p. 36.

influências política dos educadores junto à escola. Também, funcionava como uma resposta à ditadura a que o país havia se submetido nos anos anteriores.

A dependência da educação circuísta em relação do poder público, que gerava instabilidade do quadro de professores, prejudicando o funcionamento da escola, se exemplifica na informação do presidente do Circulo do “corte da cadeira estadual” da professora Naninha Barreto Alencar, e, ao mesmo tempo, da sua substituição pela professora Maria Quesado. Lamentando “tal perda”, assegurava que “iria trabalhar para obter a integridade da mesma (da cadeira de professora)”.³¹⁵

Era comum a participação dos sócios e diretores do Círculo como professores da escola. A partir deles, a educação Círculista estava sempre na pauta das reuniões da entidade, nelas, os educadores mantinham os demais, informados sobre a sua funcionalidade, como, do calendário letivo, o andamento das aulas e problemas da escola. Como ocorria na escola da extinta União Artística, que funcionou na década de 1920, a direção do Circulo se preocupava com a evasão escolar, e para combatê-la solicitava aos pais associados que incentivassem seus filhos a não perderem aulas. Em 1957 a professora e secretária do Círculo, Zuila Couto, advertia sobre a baixa frequência dos alunos “dizendo do prejuízo que nos trazem a falta dos alunos e o descaso neste sentido.”³¹⁶ Vinte anos antes, em 1937, a motivação à aprendizagem, já era requerida pela escola, quando um dos seus professores propunha a concessão de brindes aos alunos que obtivessem as melhores notas.

Na necessidade de professores, o Círculo pleiteava suas “cadeiras de professoras” junto a Instrução Pública do Estado do Ceará, priorizando as “professoras diplomadas” do município. Para ocupar a vacância recorriam aos professores não em atividade ou à transferência de professores de outros estabelecimentos para a escola. Em 1938, ao se comentar a possibilidade de renúncia do professor da escola noturna, Mario de Brito, o Circulo manifestava a sua preocupação pela contratação de professoras qualificadas, com o seu presidente, se posicionando favorável e essa substituição por “uma professora diplomada” e encarregando-se de encaminhar a sua documentação à “Diretoria de Ensino do Estado”.

Na década de 1950, registramos a indicação de professores para lecionar na escola do Círculo através de petições dos seus sócios, condição, que indica o poder de influência junto à diretoria na contratação das professoras. Tratando-se de afastamento temporário, por problema de saúde, era permitido à própria professora afastada, indicar a sua substituta, até a

³¹⁵ Livro de Ata do Círculo Operário de Barbalha, (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 27/03/1955, p. 25.

³¹⁶ Idem. Reunião de 24/12/1957, p. 68.

sua recuperação, contanto que contemplasse as exigências requeridas pela instituição. Nessas condições, Maristela Duarte Silva substituíra Maria Quesado. Em 1955, através de negociação junto ao governo do Estado, o Círculo reconquistava uma das suas “cadeiras” de professora e nomeava a professora Maria Eugenia Teles para ocupá-la. No ano seguinte, a professora Zuila Couto, licenciada de suas atividades docentes, no início das aulas do segundo semestre, foi substituída pela “normalista diplomada”, Onária Lourdeval do Nascimento. Em nível municipal, através da câmara de vereadores, a escola do Círculo conquistava mais uma vaga de professora, viabilizando aumentar seu número de vagas da escola, sempre priorizando os filhos dos associados.

A composição do corpo docente por professores do Estado, como no caso da Professora Zuila Couto, que lecionava na escola noturna às terças e quintas feiras, dava à escola do Círculo Operário o status de “Escola Estadual”, sendo reconhecida como “Escola Estadual do Círculo Operário”. No campo da educação, igualmente à colaboração com o Ministério do Trabalho, através do recebimento das subvenções, demonstrava interação do Círculo com os agentes do poder político e a sua legitimação pelo Estado.

3.3.3 A Caracterização sócio-administrativa e os professores da Escola do Círculo Operário.

Como relatamos, a escola do Círculo, apesar de pertencer a uma instituição civil, era convencionada como pública, pelo fato de ser assistida economicamente pelo estado, que em suas várias instâncias, liberava verbas e professores para nela lecionar. Tinha o seu funcionamento e administração orientados pelas mesmas normas, regimentos e legislação que regiam a Instrução Pública do Ceará, incluindo as formas as punições aos alunos por indisciplina. Quando necessário, seus educadores recorriam à direção do Círculo, para encaminhar a solução dos problemas escolares, incluindo os casos de indisciplina. Em relação a estes, a direção do Círculo recorria, para solucioná-las, ao aparato jurídico que regia a educação cearense na década de 1950. Em uma de suas reuniões discutia-se o sobre o “proceder indisciplinado de alguns alunos das escolas estaduais, (onde) o Sr. Presidente (do Círculo) ordenou que fossem punidos conforme o regulamento da Instrução Pública do Estado.”³¹⁷

A educação era considerada uma das principais atividades do Círculo. Através dela, se procurava investir na formação de uma nova consciência dos trabalhadores e da sua família,

³¹⁷ Idem. Reunião de 23/06/1957, p. 77.

sob a orientação da Igreja. A fé e o Civismo integravam os conteúdos escolares, assistidos e legitimados pelo clero, que considerava essa educação como importante mecanismo de propagação da doutrina católica e do governo, principalmente entre a juventude e os trabalhadores, considerados setores estratégicos.

Para atingir suas expectativas, o corpo docente era constituído por educadores de tradição familiar católica, capazes de empreender o combate político e ideológico a outras religiões e movimentos antagônicos ao projeto da Igreja. Muitas das suas professoras eram recrutadas das famílias dos próprios circulistas, de melhor estabilidade econômica e social. A formação cristã, ética e moral dessas professoras, eram asseguradas pelas escolas onde concluíam seus cursos de magistério, e canalizada a serviço da recristianização. A forte orientação religiosa, católica, entre as famílias dos protagonistas do Circulismo influenciava seus filhos, inclusive a optar pela vida religiosa, ou a participar efetivamente das atividades litúrgicas da paróquia, bem como, a participarem da política local, na defesa da Igreja.

Visando otimizar o funcionamento de suas aulas, a escola circulista instaurou o cargo de inspetor, inicialmente ocupado pelo professor Antônio Duarte Filho. Em reunião de 29 de janeiro de 1956, a professora Zuila Couto, referia-se à prioridade de matrícula para os filhos dos sócios, solicitando a divulgação de “uma nota pela amplificadora local esclarecendo a aceitação dos alunos somente filhos dos circulistas, acrescentando o número máximo de 100 alunos para as três professoras.”³¹⁸

No início das aulas daquele ano, a mesma professora, se pronunciava, desejando um “bom aproveitamento dos alunos e lamentando muito, também, não poder receber mais candidatos à Escola, em virtude, já do alto nível de frequência diária.”³¹⁹ As chamadas “classes estaduais”, na década de 1950, funcionavam no turno da manhã, tendo entre outras, como professoras, Ana Teles e Zuila Couto. As aulas da tarde eram mantidas pelo Círculo e pela Prefeitura Municipal, com duas horas de funcionamento, das 13 às 15h.

3.3.4 A funcionalidade do Ensino, estrutura física da escola e a merenda escolar.

A educação para os trabalhadores sempre foi uma preocupação das instituições trabalhistas de Barbalha, desde a época da União Artística Barbalhense, (1924 – 1930). O Círculo Operário, desde os seus primeiros anos, mantinha aulas diurnas e noturnas. Tratava-se

³¹⁸ Idem. Reunião de 29/01/1956, p. 41.

³¹⁹ Idem. Reunião de 19/02/1956, p. 42.

de uma escola, destinada a um público específico, trabalhadores e filhos de trabalhadores associados, que necessitavam trabalhar durante o dia para contribuir economicamente com a família. Essa escola integrava o Plano Nacional de Ação Social Católica (PNASC), que enfatizava a alfabetização e a educação de adultos como um dos campos de atuação da Igreja.

Neste nosso plano de ação social, de cunho popular, incluímos um apelo à mobilização dos católicos, para a alfabetização dos adultos, em grande escala. Quem possui capacidade de ensinar, organizem, nas suas casas, nos clubes, nos grêmios, nos colégios particulares de ambos os sexos – os vigários em seus salões paroquiais – cursos noturnos para ensinar, algumas horas na semana, a ler, escrever e contar, aos homens e mulheres que, em nossa pátria, cresceram sem as luzes da instrução. Esta porém não basta. É preciso formar, inculcar princípios sadios, mostrar os feitos de nossa história, transmitir noções de moral e doutrina, preparando, desta forma, um povo consciente, para participação em todas as manifestações da vida nacional. Ao Departamento de Educação e Cultura da Ação Católica cabe o papel preponderante nesta obra de patriotismo, na qual cada um de nós poderia tomar a si alfabetizar pelo menos, um adulto.³²⁰

O corpo discente da escola circulista noturna era composto por sapateiros, serventes, pedreiros, oleiros, atendendo, também, aos moradores da zona rural. As escolas do Círculo Operário, da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo e a do Gabinete de Leitura, atendiam população pobre do município. Não raro, ocorriam algumas gozações, por parte dos estudantes que reconheciam a deficiência do ensino nestas escolas. Em relação à escola da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, como forma de denunciar as condições do seu funcionamento, à juventude criou os seguintes dizeres em relação a ela: “Se a liga me ligasse eu também ligava a liga, como a liga não me lega, eu também não ligo a liga”³²¹

Considerando as especificidades relativas ao tempo e à disponibilidade econômica dos seus alunos, a escola noturna dispensava algumas das exigências da escola diurna, tais como, o fardamento e a obrigatoriedade da participação nos desfiles cívicos, como o Sete de Setembro. Contudo, seu funcionamento se dava em obediência aos mesmos princípios religiosos e cívicos exigidos pelo Círculo, com uma educação orientada para a ordem e a defesa da moral cristã.

A escola noturna do Círculo Operário existia em parceria com Diocese do Crato, que, integrando o Programa de Educação de Base da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através da sua emissora, “Rádio Educadora do Cariri”³²², ministrava ensino a distância aos alunos circulistas e de outras localidades do Cariri. O Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, pela CNBB, recebia o apoio do Governo Federal, que o

³²⁰ In: DALE, 1985, p.77

³²¹ Informação concedida pelo Jaime Magalhães.

³²² Foi ao ar em caráter experimental em 21 de Novembro de 1958.

reconhecia, e com ele, mantinha convênio através do Ministério da educação e Cultura. Em sua fase inicial visava investir na educação de Base por meio das escolas radiofônicas, sobretudo nas zonas rurais mais pobres das regiões, Norte, Nordeste e Centro Oeste.

A previsão inicial, para um programa de cinco anos (1961-65), era instalar 15.000 escolas radiofônicas, a partir das emissoras filiadas à RENECA — Representação Nacional das Emissoras Católicas. Objetivava-se também organizar, a partir das escolas, grupos e as próprias comunidades, tendo em vista "as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária."³²³

A forte intervenção religiosa em suas ações educativas era sinalizada na sua composição do seu Conselho Diretor, constituído por 10 Bispos e um representante do Ministério de Educação e Cultura. Entre esses bispos, dois integravam os cargos de presidente e vice-presidente da sua Diretoria Executiva, que também, contava com uma Secretária Executiva que liderava o seu Secretariado Nacional.

Em cada estado existia uma coordenação do Programa, composta pelos coordenadores das localidades onde era operacionalizado, conhecido por "Sistemas Locais", cuja atuação, correspondia à área de abrangência da Diocese a que se vinculavam. Estes Sistemas Locais eram sua maioria, radioeducativos, constituídos pelas emissoras católicas. Na ausência de emissoras, a educação era desenvolvida pelos Sistemas Locais, que a partir das "caravanas de cultura" e da "animação popular", depois de 1965, mantinham o contato direto com as comunidades. Através da Escola Radiofônica do MEB, a partir da década de 1960, o Circulo demonstrava, de forma mais expressiva, a sua interação com a Igreja em ações educativas e culturais.

Nas cidades, o programa era assistido por comitês municipais de coordenação, que se preocupavam em profissionalizar monitores e lideranças, e que, ao final de 1963 e início de 1964, criavam formas de participação popular dos envolvidos, visando a sua sustentabilidade. No entanto, o êxito do programa, conforme seu objetivo inicial, ocorreu entre os anos de 1961 a 1962, quando foram redefinidas suas ações no 1º Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em Recife, em dezembro desse último ano.

Em decorrência de ampla revisão das ações realizadas e à luz de nova opção político-ideológica, o Movimento assumiu um novo conceito de educação de base; sistematizou os procedimentos relativos ao sistema radioeducativo, planejando inclusive a elaboração de cartilhas e livros de leitura para adultos; planejou a ação junto aos grupos de base, principalmente através da assessoria à formação dos sindicatos rurais. Em decorrência, o ano de 1963 é um dos mais férteis e mais criativos, como se pode depreender dos relatórios e da análise do material produzido. Importante notar que, além do impulso dado pelo referido Encontro, nesse ano o MEB pode dispor, pela primeira e única vez, de recursos suficientes

³²³ Regimento do Movimento de Educação de Base – MEB - 1961.

para a consolidação do trabalho iniciado e para a expansão em novas áreas, principalmente da Amazônia e em Minas Gerais.³²⁴

Essa experiência educativa da Igreja no Cariri serviu de base para o início da aproximação da Igreja junto aos trabalhadores rurais, que prosseguiu com a criação dos Sindicatos dos trabalhadores rurais. Estes que se sobrepõem aos Círculos, como movimento social dos trabalhadores, apoiados pelos governos militar, após 1964. Igualmente, como ocorria com os Círculos de Barbalha, a Igreja, através dos Sindicatos Rurais, continuava mantendo a sua interação com os trabalhadores. Estes, apesar, de também, haverem sido fundados com a sua colaboração da Igreja, não se constituía em instituições a ela diretamente vinculada.

Devemos ressaltar que nesse cenário político, o apoio do clero ao golpe de 1964 se fazia movido pela defesa do seu próprio projeto político-teológico, que naquele momento, como no passado, regia e fortalecia a resistência ao “comunismo ao ateu”. Mesmo tendo apoiando o Golpe Militar de 1964, ao se configurar o caráter antidemocrático e repressor dos governos, setores da Igreja, passava a conflitar com os agentes políticos do regime, cujas posições, eminentemente políticas, conflitavam com a sua doutrina social, cristã.

O ano de 1964, por sua vez, em vários aspectos, é o mais decisivo. Ao mesmo tempo em que a opção político-ideológica é explicitada, nas discussões preparatórias do 2º Encontro Nacional de Coordenadores e no conjunto didático "Viver é lutar"; quando o MEB é aceito, após o 1º Encontro Nacional de alfabetização e Cultura Popular, como um dos movimentos de cultura popular; quando sua experiência começa a ser conhecida internacionalmente, disputando inclusive, em termos de prestígio, com a *Acción Cultural Popular* — ACPO, da Colômbia, experiência pioneira que serviu como matriz dos sistemas radioeducativos brasileiros; e quando o MEB se articula com o Sistema Paulo Freire para um trabalho de alfabetização de adultos em meio rural, com monitores camponeses, começam as primeiras e violentas reações dos fazendeiros contra o apoio dado aos sindicatos; as pressões do próprio clero o interior à linha dada aos programas radiofônicos de conscientização e aos treinamentos de politização; parte da edição do livro de leitura "Viver é Lutar" é apreendida pela polícia do Estado da Guanabara, no Rio de Janeiro, e o então governador Carlos Lacerda se vale desse fato para lançar violenta campanha contra "bispos progressistas". A repressão que se faz sentir desde os primeiros dias, após o Golpe Militar, abril de 1964, com invasão e depredação de vários escritórios nos Estados, prisões do pessoal e, sobretudo, pressões sobre os monitores das escolas radiofônicas e líderes dos sindicatos rurais, é apenas uma face — a mais dura certamente — de uma crise que é simultaneamente política, no seu aspecto externo; ideológica, no seu aspecto interno, nas relações das Coordenações de Movimento com a Hierarquia e com outros grupos católicos; e financeira, pelo bloqueio das verbas governamentais e pela suspensão dos convênios. Na defesa do MEB e em sua própria defesa, frente à crise política, e nas tentativas de superação da crise financeira, os bispos do CDN aguçam a crise ideológica. Em contrapartida, os dirigentes leigos aprofundam e reafirmam o essencial do Movimento, em termos da natureza de suas relações com a Igreja; da essência de sua tarefa educativa; de seu compromisso último com a promoção popular e da necessária unidade nacional,

³²⁴ Arquivo MEB — Movimento de Educação de Base (1961 A 1966) - Programação de Estudos e Documentação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROEDES sob coordenação do Professor Osmar Fávero.

seriamente ameaçada naquele momento (MEB: sua origem, sua ação seu conteúdo, 1965).³²⁵

Conhecida como “Escola Radiofônica”, o conteúdo de suas aulas circulistas versava sobre conhecimentos de História e Geografia, discutidos em sala, sob a coordenação da professora. A Diocese tomava a experiência da utilização do rádio, sobretudo por Vargas, como uma ferramenta educativa junto aos trabalhadores, no caso, para a propagação da fé e da promoção da educação católica. A falta de energia elétrica e a dificuldade de captar a frequência da estação eram fatores que contribuíam para precariedade desse ensino.

Até a chegada da energia da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), no município, a iluminação da escola e o aparelho de radio que retransmitia dos conteúdos, funcionavam através do motor gerador de energia, inaugurado na década de 1940, para o Município. No período de transição, desse tipo de energia para a energia gerada pela Usina hidrelétrica de Paulo Afonso - BA, operacionalizada na região pela Companhia de Eletrificação do Cariri (CELCA), a escola utilizava iluminação a gás, comprometendo ainda mais, a qualidade das aulas. A escola do Circulo agregava mais de 60 alunos distribuídos em duas classes, que, pela deficiência de professores e de espaço físico, funcionavam em um mesmo salão da sede social da entidade. Alunos de várias as séries estudavam na mesa sala, sob a coordenação da mesma professora. Assim, os alunos, da alfabetização à 4ª série estudavam juntos, tendo o arranjo da sua distribuição no espaço físico, de acordo com a idade, e sendo assistidos pedagogicamente de acordo com a série que cursava. O depoimento de Francisco das Chagas Vieira, filho do sócio Antônio Martiniano Lopes da Silva e ex-aluno da escola radiofônica noturna, do Círculo Operário de Barbalha, descreveu assim o seu funcionamento:

Na mesma sala de aula funcionava: da “carta de ABC” ao 5º ano com a mesma professora, havia uma separação, por exemplo: tinha “sala esquerda”, “sala direita”, os mais jovens ficavam sempre do lado das janelas da rua, sala esquerda. Os mais jovens tinha 13 a 14 anos, sentavam 2 alunos por carteira, em fila. Separação se fazia por faixa etária, não era por série. Aqueles que estavam mais adiantados ficavam à esquerda (3º ano, 4º ano etc.) Os que estavam nas séries iniciais tinha uma atenção especial da professora. No início, nos que estávamos no começo, primeiro ano fraco, forte, tínhamos uma atenção especial da professora, mas na proporção que agente fosse avançando agente ia ficando mais. Acontecia de você ficar um mês sem dar um ponto, chamava dar o ponto. Sem dar a lição. Ai ficava.. ela fazia um a cópia na losa, dava uma explicação e agente ia copiar. Ai ela ia cuidar daqueles mais atrasados e você ia estudar em seu livro, ou senão, copiar da losa, fosse matemática, fosse português, principalmente o vocabulário, os sinônimos. Tinha mês que ela não conseguia tomar uma lição daqueles mais adiantados.³²⁶

³²⁵ Arquivo MEB — Movimento de Educação de Base (1961 A 1966) da Programação de Estudos e Documentação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROEDES sob coordenação do Professor Osmar Fávero.

³²⁶ Entrevista concedida ao autor em abril de 2008.

De acordo com a disponibilidade de recursos, a direção do Círculo melhorava a estrutura física da sua escola, cujas salas de aulas eram isoladas por cortinas, num ambiente improvisado em seus nos salões sociais. A reforma da sede circulista, na década de 1950, paralisou o ensino, preocupando seus dirigentes e educadores, que exigiam a aceleração dos trabalhos de construção para não comprometer o ano letivo.

A “merenda escolar” era uma concessão da Prefeitura Municipal e orientada pela “Cartilha da Merenda Escolar”, apresentada aos sócios pela secretária e professora da Escola por ocasião de uma das suas reuniões em 1956. A distribuição da merenda se efetivava como parte do trabalho caritativo da instituição. O Círculo era contemplado pela Igreja e pelo poder público, que coordenavam a distribuição de “tubos de Leite”, que chegavam ao município, para serem distribuídos entre a população pobre. Fazia parte de um projeto de apoio à pobreza, coordenado pelo padre Erfo Rotars, assistente eclesiástico do Círculo e Vigário da paróquia, razão pela qual ficou popularmente conhecido como “leite do Pade”. A escola assumia uma posição de contribuir com à nutrição dos alunos considerando o déficit de calorias na sua alimentação familiar.

3.3.5 A Caracterização didático-pedagógica da Escola Circulista

A operacionalização do ensino do Círculo obedecia aos padrões pedagógicos e didáticos estabelecidos pelo Ministério da Educação, sendo acompanhado pela Instrução pública do Ceará. Não raro, muitos alunos eram alfabetizados em casa, pelos pais ou professores particulares, através da “Carta do ABC”. Na escola do Círculo, funcionavam os cursos da alfabetização ao 4º ano primário, com professoras, cujo perfil ético, moral, cívico e religioso contemplava as exigências sócio-ideológicas do Circulismo.

A identificação da educação circulista com o catolicismo se contextualiza no numa conjuntura de resistência, não apenas ao comunismo, mas também ao protestantismo, que, nesse tempo buscava demarcar seu espaço no campo religioso no município. A Igreja, igualmente aos demais grupos que arregimentavam as massas, tinha o seu plano de salvação, e a ele, incorporava educação, monitorando o controle ideológico dos estudantes. Com essa intenção, como já vimos, havia sido criada em Barbalha a “missa dos estudantes”, celebrada aos domingos e destinada, especialmente, aos alunos dos colégios confessionais. Nesse cenário, os valores morais, cívicos e religiosos da educação familiar, tais como, respeito aos idosos, assistir a missa e respeitar a pátria eram os mesmos difundidos pela escola.

Na alfabetização era adotada a “Carta do ABC”, e a partir do “1º ano fraco”, se lecionava Ciências e História do Brasil, através do Livro didático de autoria de Sodré e Filgueira Sampaio. O ensino de aritmética não tinha livro didático, exigia-se a demonstração prática do aluno na aprendizagem das quatro operações (adição, subtração, multiplicação e divisão), supervisionada pela professora. O ensino de português utilizava a “cartilha”, e no religioso, que era obrigatório, se utilizava os ensinamentos do “catecismo da doutrina cristã”.

A Escola do Círculo utilizava seus símbolos e rituais na formação cívico-religiosa e estórias infantis, tais como, “O príncipe e o Mendigo”, contidas no livro didático. A partir delas, se fazia a reflexão sobre os valores sociais, éticos, morais e filosóficos da vida, orientando da formação da personalidade do estudante. Além dos conteúdos catequéticos, a propagação do catolicismo se expressava também nas orações, crucifixo na parede, bandeiras e hinos, nacional do Circulismo, além das imagens de São José e de Santo Antônio, respectivamente padroeiros da entidade e padroeiro da paróquia. Ao abordar a educação como um sistema cultural, a partir da experiência de uma escola católica canadense, em Toronto,

McLaren afirma que

Um exame da escola como uma representação teatral ritualística fornece uma base fecunda para se entender o modus operandi do encontro pedagógico. Própria dessa investigação é a compreensão de que os rituais simbolicamente transmitem as ideologias sociais e culturais, e que é possível se saber como as ideologias ‘funcionam’, examinando-se os símbolos-chave e os paradigmas subjacentes ao sistema ritualístico. (1992, p.p. 20 e 30)

O ambiente escolar na sede do Círculo transmitia o reconhecimento dos protagonistas do trabalhismo e do Circulismo, em cujas paredes, expunham-se as fotos dos ex-presidentes da entidade e de autoridades públicas locais, estaduais e nacionais, entre eles a Getúlio Dorneles Vargas. Os alunos aprendiam a letra do hino do trabalhador circulista, cuja letra invoca os valores cívico-religiosos da época, em contrapondo ao “terror”, representado pelos adversários da Igreja.

3.3.5.1 As avaliações

Os alunos eram avaliados através de “provas subjetivas”, cujas notas, variavam de 0 a 12. Eram avaliações orais, sendo os discentes interrogados individualmente pela professora, sobre o conteúdo do livro didático, conhecido como “Livro de Ponto”, e tendo a nota obtida registrada no seu caderno. Além dos livros didáticos, como meio de formação, a escola recorria a palestras de médicos e religiosos locais, que abordavam noções básicas de saúde e orientações moral, cívica e religiosa. Figuram como palestrantes, na década de 1950 e 1960,

os médicos Dr. Antonio Lyrio Callou, ex-diretor, Dr. Napoleão Tavares Neves e o Padre Eusébio de Oliveira Lima, vigário da paróquia.

A “entrega das notas”, ao final do ano, se constituía um momento solene, de significativa importância na vida do aluno e da escola. Contava com a participação de autoridades locais, que, na oportunidade, faziam considerações sobre a importância da educação circulista. O Dr. Antonio Lyrio Callou, um dos protagonistas do Círculismo e da política local, na condição de correligionário e ex-interventor de Vargas no município, se apresentava como um dos convidados para a “entrega de notas”, conforme relata o Ex- aluno da Escola Circulista, Francisco das Chagas Vieira:

Eu me lembro até das palavras que ele disse: que aquele trabalho nosso era muito difícil pra nós, que nós éramos alunos pobres, que trabalhava... e que aquilo era um trabalho de formiguinha que ia pegando aquele grãozinho de areia e carregando.. Levava muito tempo, mais valia apena, Ele mesmo foi quem entregou as notas dos alunos que passava.³²⁷

Destacavam-se os méritos e o heroísmo dos alunos e dos educadores na promoção da educação do Círculo, diante da precariedade da escola. Tinham eles, a consciência das condições sócio-econômica dos alunos, ao reafirmarem que a educação do Círculo era específica para os alunos pobres. Apesar das condições do ensino, reconheciam destacavam a sua contribuição para o desenvolvimento educacional do município. Os esforços dos educadores e dos alunos buscavam superar os problemas da escola, que, ao final do ano letivo, aprovava em torno de 10 a 20 % dos alunos.

3.3.6 O ensino profissionalizante: Escolas de Corte e Costura e Marcenaria

Em articulação com o I Congresso Nacional de Ensino de Religião (CNER), a Ação Católica, realizou em 1950, a sua IV Semana Nacional. Nela, a Ação Católica Brasileira havia definido a ação educativa junto aos operários brasileiros como um dos setores de sua atuação, preocupando-se com os aspectos físico e moral, seus valores, sua consciência profissional e a valorização da suas “aptidões naturais”³²⁸ para determinadas áreas de profissionalização. Essa posição contemplava a concepção de Educação dos Pioneiros da Escola Nova, fundamentados nas idéias de filósofo Émile Durkheime, que considerava as aptidões do aluno como fator preponderante para o seu êxito profissional, para a coesão, a solidariedade e harmonia da sociedade. Para eles, a necessidade do trabalho entre os homens

³²⁷ Entrevista concedida ao autor em Abril de 2008.

³²⁸ A valorização das “aptidões naturais” era enfatizada e defendida pela educação liberal e remete à identificação da Igreja com o ideário da Escola Nova em sintonia com as exigências da sociedade industrial.

promovia a solidariedade e espírito de coletividade, se sobrepondo ao individualismo, garantindo a unidade da sociedade.

Cada profissão constitui um meio sui-generis, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, meio que é regido por certas idéias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas; e, como a criança deve ser preparada em vista de certa função, a que será chamada a preencher, a educação não pode ser a mesma, desde certa idade, para todos os indivíduos. Eis por que vemos, em todos os países civilizados, a tendência que ela manifesta para ser, cada vez mais, diversificada e especializada; e essa especialização, dia a dia, se torna mais precoce. (...) A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva. Por outro lado, sem uma tal ou qual diversificação, toda cooperação seria impossível: a educação assegura a persistência desta diversidade necessária, diversificando-se ela mesma e permitindo as especializações. Se a sociedade tiver chegado a um grau de desenvolvimento em que as antigas divisões, em castas e em classes não possam mais manter-se, ela prescreverá uma educação mais igualitária, como básica. Se, ao mesmo tempo, o trabalho se especializar, ela provocará nas crianças, sobre um primeiro fundo de idéias e de sentimentos comuns, mais rica diversidade de aptidões profissionais. (DURKHEIME, 1978, 39 - 41)

Nesse contexto, as experiências do ensino profissionalizante do Circulo Operário de Barbalha se efetivam a partir de 1954, com a “Escola de “Corte e Costura” e a “Escola de Aprendizagem de Carpintaria”, que também, priorizava os jovens filhos dos circulistas. Em nível nacional, ao introduzir nos seus núcleos de artes e ofício, os Círculos Operários se colocavam na condição de vanguarda ao ensino profissionalizante no Brasil, introduzido anos após pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional do Comércio (SESC). Os Círculos Operários também se antecipam aos socialistas, que no futuro, passam a indicar o SESC e o SENAI para os trabalhadores, para obtenção da sua formação profissional.

Da mesma forma do ensino primário, o ensino profissionalizante circulista era orientado pelo catolicismo, contando com a colaboração das Irmãs beneditinas e dos Padres salvatorianos, recém instalados no município. Estas duas congregações religiosas atuam respectivamente na coordenação destas experiências educacionais através da Irmã Ilduária, superiora local das freiras beneditinas, e do Padre alemão, Erfo Rotares, vigário paroquial e assistente eclesiástico do Circulo. No empreendimento dessas experiências educacionais, considerava-se formação destes religiosos nas respectivas áreas de ensino propostas, fator que viabilizava a “assinar os diplomas” dos concludentes.

A Escola de Corte e Costura circulista era dotada de máquinas modernas, tendo como professoras Naninha Duarte e Iacy Luna, que “habilitada na arte de costurar” sugeria formas de melhor operacionalizar o funcionamento da escola.

Propôs ela que se deveria por um limite quanto ao número de alunas para obter bons êxitos na aprendizagem, bem como assim, formular-se um uma espécie de estatuto que delineassem as normas da escola. A fim de orientar professores e alunas, e não vir por ser assim dizer, desaparecer antes de florescer, como foi o caso da escola de educação. Nesses estatutos era aconselhável introduzir uma pequena taxa e impor as alunas o pagamento de uma mensalidade mínima.³²⁹

Essas considerações mostram a preocupação da professora circulista com a sustentabilidade desse projeto educativo, partindo da reflexão sobre erros cometidos no passado, pela escola e haviam inviabilizado as ações educacionais do Circulo. Nesse sentido, optava pela qualidade em relação à quantidade de alunos. A proposta de um Regimento interno visava melhor orientar o funcionamento da escola, para superar suas dificuldades. Apesar de ela ser destinada aos filhos dos trabalhadores, cobrava-se de uma “taxa”, no sentido de valorização do ensino. A importância do ensino profissionalizante do Circulo é reconhecida nas palavras do seu presidente, que ao considerar que “elas trariam com certeza mais uma subvenção federal ou estadual, para aquisição das máquinas, ferramentas etc. Fazendo sempre seu desejo de muito reaciliar (sic) pelo engrandecimento, ou melhor, desenvolvimento, em prol da coletividade circulista.”³³⁰

Neste caso, a educação profissionalizante, considerando o alcance do seu papel social, tinha a perspectiva de ser reconhecida pelo poder público, para se obter mais recursos financeiros para a entidade. Dessa forma, o Círculo utilizava suas ações educativas como estratégia para se fortalecer perante as instancias governamentais. Na década de 1950, fora também, idealizada uma Escola de Datilografia pelo Padre Erfo Rotrs, assistente eclesiástico, contudo, ela só se concretizou na década de 1980, na gestão do presidente Agostinho José dos Santos,

A inauguração da Escola de Corte e Costura, como parte da programação da entidade alusivas ao Padroeiro São José, aponta a o catolicismo com o elemento norteador da educação circulista. O apelo religioso assim se manifesta através do presidente do Circulo “para que a mesma (escola de Corte e Costura) continuasse em progresso cada vez mais crescente impetrava a São José e, aos céus uma chuva copiosa de bênçãos.”³³¹ A escola de Corte e Costura circulista retrocedeu após o falecimento da professora Yaci Luna, sua principal protagonista. Reconhecida pela instituição como “um dos seus principais elementos vitais,

³²⁹ Livro de Ata do Circulo Operário (08/1954 a 11/1958) - Reunião de 13/02/1955, p.20.

³³⁰ Idem. Reunião de 09/01/1955, p. 17.

³³¹ Idem. Reunião de 24/04/1955, p. 26.

que era a causa do seu desenvolvimento e do seu progresso.”³³² Contudo, é reinaugurada em abril de 1956, ano, em que, expede o seu primeiro diploma à aluna Vilmar Moreira Ramalho. Os circulistas evidenciavam a contribuição da Escola de Corte Costura na economia doméstica, diante do “custo de vida” que se evidenciava naquela conjuntura.

A entrega do primeiro diploma da Escola de Corte e Costura circulista se realiza em ato solene em 09 de dezembro daquele ano, numa sessão, cujos discursos, reconheciam a importância dessa profissionalização. Nos anos seguintes formaram-se poucas profissionais, fato, que indica a preocupação inicial da escola, de quantidade das formandas não se sobrepor a qualidade. Em 1957, apenas três alunas concluíram o curso, Maria Emília Sampaio Garcia, Antônia dos Santos e Maroly Valério e Silva, diplomadas em solenidade de 29 de dezembro.

3.3.7 A Filarmônica São José e a Escola de Música

A existência das primeiras bandas de música no município data da década de 1920, à Banda de Música 13 de maio, pertencente à Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, que tinha como regente Emídio Barros, dirigida por José Duarte de Sá Barreto e a Banda Santo Antônio, pertencente à União Artística Barbalhense. As duas representam a manifestação da cultura a serviço do espírito cívico e patriótico da época, associado à religiosidade. Essas experiências contribuíram para o êxito da atividade musical no movimento circulista, que nos seus primeiros anos de existência, por ocasião da construção da sua sede, já realizava suas reuniões no “salão de ensaio” da Filarmônica Santo Antônio.

O Círculo deu continuidade às relações que a extinta União Artística Barbalhense mantinha com a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo. Dessa forma, a vocação do Círculo para a música é motivada pelas experiências iniciais dessas instituições neste campo artístico. As ações culturais do Circulismo, tanto no ensino, como na formação da sua Banda de Música foram incentivadas e receberam a colaboração da Liga Barbalhense contra o Analfabetismo.

A filarmônica São José, do Círculo Operário de Barbalha, fundada em 1948, resultou dos esforços e experiência do seu presidente, José Duarte de Sá Barreto, que em anos anteriores, havia presidido a Banda da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo. A manutenção da banda se fazia com recursos decorrentes dos seus contratos em festas religiosas, solenidades cívicas e das subvenções destinadas ao Círculo. Contudo, seu caixa não apresentava o saldo necessário ao pagamento das despesas contraídas, principalmente em

³³² Idem. Reunião de 20/10/1955, p. 36.

relação ao pagamento salarial dos regentes. Era comum, músicos e regentes recorrerem à direção do Círculo para prover o pagamento dos seus salários em atraso. Em reunião de 27 de junho de 1948, o regente, José Ferreira de Noca, conhecido como Zé de Noca, reclamava um débito relativo à sua participação na festa de Santo Antônio, do padroeiro da Cidade.

Ouvimos do Sr. presidente do Círculo a explanação do caso em torno do mestre da Banda de Música. Aqui está a síntese: decorrida como foi, animada e inédita, a festa do grande padroeiro, neste ano de 1948, e acertados de antemão como deveriam ser pagas as figuras da Filarmônica, não combinou o Sr. José de Noca em receber a remuneração de Cr\$ 600,00, ou seja, 15% sobre o líquido de Cr\$ 4.000,00 e não sobre o bruto de Cr\$ 5.000,00. Alegou com esta atitude, tomada, aliás, indevidamente, ser um rapaz pobre a quem a vida pesava bastante, dadas as dificuldades e a carestia e que havia também prejudicado em sua profissão durante os festejos.³³³

Esta transcrição revela que a banda era composta de trabalhadores, tais como, barbeiros, pedreiros, sapateiros, alfaiates e outras, que compatibilizavam seus horários de trabalho com a música. Tratando-se de um município do interior, de educação precária e distante dos grandes centros culturais, onde existia escola de música, é importante ressaltar a vocação artística desses trabalhadores revelada em sua capacidade de leitura de partituras e o domínio dos instrumentos musicais.

O seu primeiro regente, José de Noca, exercia a profissão de barbeiro, era sócio Círculo Operário e militava politicamente no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além de participar da banda, compunha com outros músicos, um conjunto musical que era contratado para tocar festas locais e regionais. José Duarte de Sá Barreto, presidente do Círculo, exaltava os méritos desse regente, no entanto, reconhecia as limitações da entidade para satisfazer suas exigências salariais.

José de Noca fez sentir nessa ocasião que ganhava muito pouco como mestre e sugeria o aumento no seu ordenado mensal. Apesar de reconhecer bem esse ponto, o Sr. José Duarte não pode assegurar a majoração de vencimentos do professor da banda, uma vez que a sociedade (o Círculo) não dispõe de reservas suficientes. Faz sentir o muito que o Círculo reconhece de méritos em seu primeiro professor de música, grande e esforçado cooperador pelo progresso da Filarmônica São José.³³⁴

Em 27 de junho, o Círculo, através do seu presidente, apresentava aos músicos uma proposta salarial. Consistia na reivindicação da dedicação exclusiva do regente à banda e o pagamento de Cr\$ 1.000,00 “como prêmio por seus esforços para o progresso da filarmônica”. Exigia ainda dele, “desfazer-se do Jaz”, orquestra particular, que sob sua direção, animava bailes na cidade e na região, e a sua participação na entidade na condição de sócio, como ocorria com outros músicos.

³³³ Livro de Ata do Círculo Operário (02/1948 A 09/1950) - Reunião de 27/06/1948, p. 38.

³³⁴ Idem, Ibidem.

No ano da sua criação, a banda trocava de regente pela primeira vez, assumido o Sr. Antonio Carvalhedeo, que aceitava a proposta de salarial rejeitada por seu antecessor.

Imensamente grato com o cargo que lhe fora confiado, (em julho de 1958), prometeu trabalhar tanto quanto possível pelo feliz desempenho do seu mister e prosseguir com as aulas e ensaios diários. Os músicos, ao mesmo tempo, mostraram-se igualmente muito alegres e prometiam o acatamento e respeito ao neo-professor.³³⁵

Contudo, pela maior identificação e representatividade no cenário artístico musical, José de Noca voltou assumir o cargo de maestro na década de 1950, tendo como sucessores: Antonio Américo de Freitas, Ciro Callou, Major Anísio, Raimundo Gilvan Duarte, Antônio de Pádua Fernandes, Antonio Silva e Francisco Josimar Melo. Os regentes coordenavam os ensaios, se responsabilizavam pelos instrumentos, e, autorizados pelo Circulo, mediavam os contratos da banda. Agiam no sentido de satisfazer as necessidades básicas da filarmônica, tais como, fardamento, concertos e compra de novos instrumentos. José de Noca na condição de regente e professor em 1955

contraiu empréstimo (em nome da entidade) a fim de uniformizar todos os músicos para a festa de Santo Antonio (padroeiro de Barbalha) e que devido às circunstancias, não pode ainda satisfazê-lo. Apelou porem ao Círculo (em reunião) que o fizesse ou pelo menos um bom auxílio para uma completa liquidação das dívidas.³³⁶

As fábricas de instrumentos musicais enviavam catálogos com modelos e preços de instrumentos, que eram e submetidas à apreciação dos filiados em reuniões, cuja compra, somente se realizava com a permissão dos filiados e justificada a sua necessidade. Os problemas da banda eram comunicados aos associados, que coletivamente, opinavam e contribuíam para as suas soluções. O Circulo interagia com instituições com pessoas ligadas a musica, como o Sr. Antônio Souza Gentil, barbalhense, radicado no Rio de Janeiro, que em 1956, oferecia à entidade um exemplar de “A Lira”. Literatura musical, de sua autoria, para divulgação junto ao Circulo Operário.

O Círculo via na banda e orquestra, como uma forma de promoção institucional e econômico da entidade, a partir da arte e da cultura, capaz de gerar recursos, através da sua contratação para eventos cívicos, religiosos e carnavalescos. Neste sentido, a direção do Circulo se esforça para manter José de Noca, na regência, por suas qualidades profissionais, que, não obstante às propostas oferecidas, exigia sempre melhores condições salariais e de trabalho. Apesar das dificuldades de se estabelecer economicamente, com o tempo, a

³³⁵ Idem. Reunião de 04/07/1948, p. 41.

³³⁶ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1954 a 1958) - Reunião de 03/07/1955, p. 29.

filarmônica circulista ganhou projeção e estabilidade no campo musical, com a implantação de sua Escola de Música, que tinha como alunos, preferencialmente, os circulistas e seus os filhos, que já eram contemplados com o ensino primário. Os músicos, na condição de sócios do Círculo, tinham a sua anuidade de sócios dispensada em contrapartida por suas tocatas gratuitas nas festividades da entidade.

Do ponto de vista econômico, a banda fechava a década de 1940 com déficit, apesar disto, prosseguia com suas atividades, interagindo com outras bandas e participando, através de contratos, das festas de padroeiros, sobretudo a de Santo Antônio do Município, como forma de melhorar a sua arrecadação. O seu presidente tinha a expectativa de saldar seus débitos até as comemorações do aniversário do Círculo, em 19 de março de 1950. Em 1949, a instituição destinou os lucros dos seus títulos de capitalização, decorrentes dos 15 anos de contribuição à empresa de seguros, SUL-AMÉRICA, para amortizar o déficit da filarmônica. Da mesma forma, o dinheiro reembolsado ao Círculo decorrente do pagamento das passagens, dispensado pela Rede Viação Cearense (RVC), por ocasião de uma das viagens dos circulistas para Fortaleza nas comemorações do 1º de Maio, e os recursos da Federação foram empregados na Banda de Música.

A falta de profissionalização como músicos fazia seus componentes priorizarem outras atividades para garantir a sua subsistência. A precariedade nos investimentos salariais era um dos fatores responsáveis pela instabilidade profissional dos vários maestros que assumiram a filarmônica. Apesar das deficiências, a Filarmônica São José despertou entre os jovens da cidade o gosto pelo estudo de música, cujas aulas, tinham como professores, os trabalhadores que dela já faziam parte. Além da Escola de Música, os integrantes mais experientes, conjugavam as suas atividades profissionais de barbeiro, pedreiros, sapateiros e outros, com o ensino de leitura de partituras, muitas vezes, no seu próprio espaço de trabalho, tais como alfaiatarias e barbearias. A formação musical das novas gerações garantiu a existência da banda no decorrer do tempo, até os dias atuais, motivando jovens que integraram seus quadros a optarem profissionalmente pelo o curso superior de música.

3.4 A interatividade do Círculo com outras instituições educativas e culturais de Barbalha - CE

O Círculo, além de manter a sua própria escola, interagia com o Gabinete de Leitura, a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, o Colégio São José e o Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar, primeira escola pública estadual do município, fundada em 1922. Os educadores destas instituições também pertenciam ao Círculo, ou, com ele simpatizavam por

defenderem os mesmos ideais católicos. Estes representavam suas respectivas entidades na composição da mesa das autoridades, quando das solenidades cívicas e religiosas do Círculo Operário. Demonstrando o processo interativo com a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, em 1958, o Círculo emprestou cadeiras do seu patrimônio para o funcionamento da escola dessa entidade, atendendo ao pedido do seu presidente e futuro prefeito municipal, o integralista, Antônio Costa Sampaio.

Entre as instituições educacionais de Barbalha, o Grupo Escolar Senador Martiniano de Alencar, é a que mais interagia com o Círculo Operário. O Grupo Escolar Estadual, como era chamado, se apresenta o principal estabelecimento público propagador do catolicismo, junto à juventude, interagindo com a paróquia e participando de forma efetiva das suas atividades religiosas, entre elas, das visitas pastorais. Em sintonia com o espírito cívico-religioso, contribuía com a Igreja e o Estado no combate às ideologias de esquerda e ao protestantismo. A sua atuação pedagógica era voltada para a defesa da fé católica e do patriotismo. Seu Grêmio Literário tinha a denominação de Dom do Francisco de Assis Pires, em homenagem ao bispo Diocesano, para quem, professores e alunos promoviam sessões solenes de saudação.

A dedicação dos educadores na propagação da fé católica é reconhecida pelo Bispo Dom Francisco, que assim se referia aos professores: “Foi nos grato verificar que o ensino de catecismo está bem organizado muito concorrendo para isso o zelo dos catequistas e a boa vontade das excelentíssimas professoras locais.”³³⁷ Ele descreve impressões sobre a participação do catolicismo como religião norteadora das atividades educacionais: “aquela carinhosa demonstração de afeto que significou o zelo com que os diretores daquele estabelecimento se esmeravam por dar uma educação verdadeiramente cristã as crianças que lhes eram confiadas.”³³⁸

O comprometimento dos educadores católicos com a Igreja é perceptível nas palavras do bispo, ao se referir aos educadores do Grupo Escolar na sua visita pastoral em 1950: “Tivemos então o grato desejo de admirar a dedicação dos mestres na cultura intelectual e moral do corpo discente desse estabelecimento.”³³⁹ As escolas particulares, viviam o mesmo espírito de piedade cristã e tinham, também, uma considerável atuação religiosa sintonizada com o estímulo a uma vida regrada, em obediência aos preceitos da Igreja. Entre esses, se

³³⁷ Livro de Tombo I da Paróquia de Santo Antônio, p.p. 37 e 38

³³⁸ Idem, p. 17

³³⁹ Idem, p.p. 52 e 53

inclui a escola da família Ouro Preto, representada por João Vicente Ouro Preto³⁴⁰, que utilizava a sua residência, na rua da matriz, para alfabetizar crianças e adultos. A participação da Família Ouro Preto na promoção do ensino era mais uma experiência da participação de negros, identificados com catolicismo na educação de Barbalha. Ela sucede a José Marrocos, ex-seminarista, abolicionista e filho de escrava, que como católico havia sido professor da escola noturna do Gabinete de Leitura nos anos que sucederam a sua inauguração, em 1889.

Devemos considerar que além de contribuir com a paróquia Local, o Grupo Escolar Estadual, tinha os seus professores e diretores como protagonistas e diretores do Circulo Operário Católico. Entre elas, a professora Zuila Couto Gondim, que em algumas gestões, da década de 1930 e 1940, atuou como Secretária da Entidade. O Grupo Escolar ao interagir com o Circulismo disponibilizava o potencial intelectual, cívico-pedagógico, do seu corpo docente e discente, a serviço da construção do trabalhismo. Alguns professores chegavam a transferir as suas "cadeiras" de "professores estaduais" para lecionar na escola circulista. Com isso, o Grupo Escolar melhor apoiavam as ações educativas e culturais do Círculo e colaborava com as suas atividades cívico-religiosas. Durante as décadas de 1930 e 1940, a sua diretora, Josefa Alves de Souza havia sido designada como oradora oficial das sessões Circulistas. Conforme o registro, em uma das reuniões de 1937,

falou oficialmente a consorcia D. Josefa Alves Couto, esforçada diretora do Grupo escolar desta cidade, cuja oração foi magistral, e na qual, concitou o operariado e os demais, a elevar o Círculo católico ao lugar a que tem direito, demonstrando o bem que tem feito ao nosso meio, pelo que foi muito aplaudida.³⁴¹

O Circulo Operário era reconhecido pela educadora da principal instituição pública de ensino público do município, por suas ações inspiradas e orientadas pela doutrina da Igreja. As duas instituições tinham em comum a defesa intransigente do catolicismo, e, nesse sentido vivenciavam o espírito de colaboração. A sintonia cívico-religiosa entre o Grupo Escolar e os circulistas justifica a interlocução e a participação dos seus professores nas direções da entidade, e não raro, a transferência de suas funções de magistério para a Escola do Círculo.

Os professores partilhando do mesmo universo político-ideológico ajudavam o Circulo a intervir junto aos trabalhadores, sob a orientação do clero. O comprometimento do Grupo Escolar com a causa circulista se evidencia principalmente na colaboração dos seus docentes para a efetivação das ações circulista, sobretudo na educação. Ao se ausentar da direção do Grupo Escolar por 90 dias, a então diretora, Josefa Alves esclarecia aos sócios circulistas, na

³⁴⁰ A sua forte interação com o catolicismo é manifestada na doação da sua residência, localizada à rua da Matriz, como patrimônio da Paróquia de Santo Antônio em 1950.

³⁴¹ Livro Ata do Circulo Operário (08/1935 a 05/1939) - Reunião de 19/03/1937, p. 42.

reunião de 05 de setembro de 1948, que “se a Sociedade (Círculo Operário) necessitasse de alguma coisa daquele estabelecimento de ensino, poderia entender-se com a nova diretora constituída dos professores: Angelina Teixeira e Zuila Couto Gondim,”³⁴² que também eram circulistas.

A diretora Josefa Alves de Sousa foi uma educadora motivadora do Circulismo entre os trabalhadores. Ela reivindicava aos sócios, na sessão de 06 de novembro de 1949, para se empenharem “pelo aumento das fileiras circulistas, trazendo amigos, parentes, isto é, pessoas que cumpram os regulamentos circulistas.”³⁴³ Nestas condições, zelava para o cumprimento dos princípios sócio-religiosos e morais que o regia. A mesma preocupação, com que dirigia o Grupo Escolar, tendo o catolicismo como orientador das suas atividades pedagógicas. Na defesa do trabalhismo e da religião, a professora Zuila Couto Gondim, na solenidade de 19 de março de 1948, dedicado a São José e aniversário do Círculo, fazia referência em seu discurso ao significado daquele dia “para o coração de cada operário barbalhense.”³⁴⁴

Além dos professores e diretores, as solenidades do Círculo nas décadas de 1930, 1940 e 1950, contavam com a participação dos discentes do Grupo Escolar Estadual, que apresentavam números artísticos de conteúdo cívico, patriótico e religioso. A solenidade de 19 de março de 1948 registra a participação artística da aluna Ângela Luna declamando a poesia “Minha Terra, e do “Orfeon” do Grupo Escolar que “entoou em duas vozes a canção “Ceará”. Apesar de ser uma instituição fundada em 1923, no governo de Justiniano de Serpa, sob a influência liberal da “Escola Nova”, difundida no Ceará por Lourenço Filho, o Grupo Escolar de Barbalha, seguia a orientação católica, colaborando com as aspirações da Igreja. Esse fato demonstra a incapacidade do poder central intervir localmente na tradição religiosa do catolicismo, presente na formação histórica e social dos municípios do Cariri.

As solenidades do Círculo, registram a participação de outros educadores que se relacionavam com a entidade, tais como, o odontólogo e educador, Dr. Paulo Serra, proprietário do Colégio São José. Também do Padre Rodolfo Ferreira da Cunha, inspetor e professor do Ginásio do Crato “que (conforme ata) deslumbrou o seletor auditório, com sua palavra inteligente e sadia o qual arrancou vibrantes aplausos,”³⁴⁵ por ocasião das

³⁴² Livro de Ata do Círculo Operário, (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 05/09/1948, p.54

³⁴³ Idem. Reunião de 16/11/1949, p.112.

³⁴⁴ Idem. Reunião de 19/03/1947, p.11.

³⁴⁵ Livro de Ata do Círculo Operário (08/1935 a 05/1939), p. 42 - Reunião de 19/03/1937.

comemorações de 19 de março de 1937. Solenidade que também contou com a participação do Circulo Operário de Juazeiro do Norte e da União Artística do Iguatu.

A preocupação com a educação e com a cultura já se fazia presente nas “Unões Artísticas”, entidades que agregavam os trabalhadores em vários municípios, se antecipando à propagação do Circulismo no Ceará na década de 1930. Na década de 1930, muitas “Unões Artísticas” continuaram existindo, interagindo com Círculo de Barbalha, sinalizando a convergência ideológica e de objetivos entre as duas instituições.

A educação era presente na pauta de reuniões circulistas, nelas, eram apresentados artigos literários e revistas educacionais encaminhadas à entidade, por educadores e instituições educativas. Entre elas, números da Revista “Educação” ofertados pelo Colégio São José, e outras, pelo grêmio dirigido pelo padre Miguel Coelho, oportunidade em que, o presidente circulista agradece, “fazendo votos de prosperidade à existência da citada revista.”³⁴⁶ A educação circulista não diferia da dos demais estabelecimentos de ensino, tendo o catolicismo como elemento norteador da sua filosofia de trabalho e que moldava o comportamento, social, moral, ético e religioso dos seus alunos e educadores. O catolicismo era o ponto de união entre o Círculo e as demais instituições educativas do município. Percebemos que os protagonistas da cultura, da educação e do Circulismo eram os mesmos da política, orientados pelos mesmos princípios doutrinários do catolicismo.

Nos conflitos ideológicos entre os liberais e católico-integralistas, em torno da educação, estes últimos, tinham a vantagem de dispor, a seu favor, da sensibilidade religiosa do povo, servindo-lhes de apoio e sustentação aos seus propósitos políticos. Além disso, era aos colégios católicos, a quem as elites recorriam para a educação dos seus filhos.

É na combinação deste contato com a população mais pobre e interiorana com sua proximidade com os homens, e, sobretudo as mulheres, das melhores famílias, que a Igreja se baseia para tentar, mais uma vez, assumir o papel hegemônico que a sociedade brasileira até então lhe negara. Não é evidentemente por acaso que ela vai buscar o nome de Dom Vital para inspirar o centro de irradiação de idéias e de mobilização política que cria nos anos 20, primeiro sob a liderança de Jackson de Figueiredo, e mais tarde conduzido por Alceu Amoroso Lima. Assim como Dom Vital, o novo catolicismo militante vai buscar o que havia de radicalmente mais conservador e ultramontano no pensamento da Igreja: a defesa da ordem, da hierarquia, da autoridade religiosa, da educação guiada pelos princípios religiosos e controlada pela autoridade eclesiástica e o ataque aos ideais, considerados deletérios, do liberalismo, do individualismo, da liberdade de informação e pensamento, e também ao poder do Estado, quando desprovido da supervisão da Igreja. Também como nos tempos de Dom Vital, a nova militância surge em um contexto de reafirmação do poder e direção de Roma sobre sua Igreja Universal. A conseqüente “romanização” da Igreja Católica teve, entre outras conseqüências, um alinhamento muito mais próximo da Igreja brasileira com o ultramontanismo de Roma, um grande fluxo de padres estrangeiros para as paróquias brasileiras, e a busca de um

³⁴⁶ Idem. Reunião de 13/08/1937, p. 50.

papel político mais claro e significativo do que aquele a que a Constituição Republicana lhe destinara. (CAVA In: SCHWARTZMAN (1996: p. 11).

Através do quadro abaixo, elaborado a partir das atas do Círculo de Barbalha, identificamos a interação política e ideológica do Circulismo com instituições governamentais, políticos, educadores, clero, profissionais liberais e outros. Estes apoiavam a instituição tendo em comum os mesmos princípios políticos e religiosos, manifestados na defesa do trabalhismo, do integralismo e trabalhismo. As solenidades cívicas eram momentos de convergência desses dessas autoridades públicas e civis, demonstrando a unidade em torno do projeto da Igreja e do poder vigente, a partir do qual se definia a boa relação entre elas.

QUADRO V
DEMONSTRATIVO DA INTERAÇÃO DOS CIRCULISTAS COM PESSOAS
INFLUENTES SOCIALMENTE E SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES

PERSONAGEM	ENTIDADE PERTENCENTE	CARGO QUE OCUPAVA
Padre José Correia Lima	Vigário Paroquial e Assistente Eclesiástico do Círculo	Anticomunista e Integralista
Antonio Lyrio Callou	Vice presidente do Círculo de 1936 a 1940 e presidente do Círculo e presidente do Gabinete de Leitura	Interventor municipal de Barbalha (1935 a 1945)
Dr. Pio Sampaio	Médico do círculo e presidente do Conselho vicentino da paróquia	Presidente do núcleo Integralista e Deputado Estadual
Manuel Rodrigues Peixoto de Alencar	Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo	
José Bernardino de Carvalho Leite	Advogado e co-fundador do Colégio Leão XIII. Vendeu e emprestou dinheiro para compra do terreno da sede social do Círculo	
José de Sá Barreto Sampaio (Zuca Sampaio)	Amigo do padre José Correia, assistente eclesiástico. Fundador do Gabinete de Leitura de Barbalha e colaborador dos movimentos religiosos da Paróquia	Ruralista de tradição católica e admirador dos papas Leão XII e Pio X.
Nazinha Caldas	Grêmio Pe. Miguel Coelho	
Dr. Paulo Serra	Colégio São José	
Argemiro Sampaio	Ruralista	Prefeito Municipal
Padre Otávio de Sá Gurgel	Vigário e Assistente eclesiástico do Círculo	
	Presidente da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo	

Manuel Duarte de Sá Barreto		
Dr. José Sebastião da Paixão	Engenheiro – Chefe da estação Experimental	
Joaquim Duarte Granjeiro		Presidente da Câmara Municipal de Barbalha e Prefeito Municipal
Sr. José Rocha	Agente Postal do Telegráfico	
Sr. José Alves Feitosa	Extrator estadual	
Lupercio Maia	Extrator Federal	
Dr. José Leite Feitosa	Cirurgião dentista	
José Barreto Sampaio		
Elony Sampaio		Vereador
Edgar Coelho de Alencar	Comerciante	Integralista
Antônio Costa Sampaio		Integralista e Prefeito Municipal
José de Sá Barreto		Integralista e Vice Prefeito e Vereador
Pe. Erfo Rotars S.D.S	Assistente Eclesiástico do Círculo Operário	Integralista
Dr. Carlos Garcia Araújo		
Dr. Antônio Machet Callou	Odontólogo e professor	Integralista e Candidato a prefeito em 1958
Dr. José Correia Queiroz	Odontólogo	
Francisco Adávio de Sá Barreto	Professor	Candidato a prefeito na década de 1980.

Maria Angelina Leite Teixeira	Professora e Diretora do Grupo Escolar	
Oton da Cruz Luna	Diretor do Círculo Operário	
Joaquim Osório de Araújo	Diretor do Círculo	
Adão Apolinário de Alencar		
Henrique Lopes Sobrinho	Presidente do Círculo Operário	Prefeito Municipal (1916 a 1916)
José Duarte de Sá Barreto	Presidente do Círculo e Comerciante	
Manuel da Fonseca Sobrinho	Comerciante	
Maria Zila Couto	Professora do Grupo Escolar e Secretária do Círculo	
Lídio de Freitas	Diretor do Círculo	Fundador do Movimento democrático Brasileiro (MDB)
José Nunes de Oliveira	Comerciante	
Moers Carleial		
José Duarte Granjeiro Filho		Ocupou o cargo de Vice prefeito e Prefeito
Manuel Emídio Sobrinho	Coletor	
Alfredo Correia de Oliveira	Comerciante e jornalista	Prefeito Municipal (1951 a 1955)
Julio Coelho de Sá Barreto	Comerciante	
Virgilio Torres - Comerciante	Irmandade do santíssimo e membro do Conselho Paroquial Vicentino e presidente do Círculo (03/1956 a 03/1958)	
Pe. Marcelo Cozer	Vigário Paróquia e Assistente eclesiástico do Círculo	

José Alfredo Nunes		
Pe. Nicolau Leite	Vigário de Salgueiro – PE	
Pe. Antonio Queiroz	Secretário do Bispado de Pelotas RS	
Josefa Alves de Sousa	Diretora e Professora do Grupo Escolar Estadual	
Maria Zuila Couto	Professoras do Grupo Escolar e do Circulo Operário e Secretária do Circulo Operário.	
Ana Duarte de Sá Barreto	Secretária do Circulo	
Maria Alzenir Queiroz	Diretora	
José Ferreira de Noca	Músico, Regente da Banda do Circulo e barbeiro	Militante do Partido Trabalhista Brasileiro
Antonio Duarte Junior		Prefeito Municipal (1930 a 1934) e deputado estadual na década de 1930
Reinaldo Sousa Lima		
Alcides Rodrigues		
João Coelho Neto	Comerciante	Prefeito Municipal (1971 a 1973)
Padre Leopoldo Brentano	Fundador dos Círculos Operários em nível nacional e Assistente Eclesiástico da Confederação Circulista	
D. Francisco de Assis Pires	Bispo da Diocese do Crato	
Dr. Paulo Serra	Odontólogo, educador e proprietário do Colégio São José	
Padre Rodolfo Ferreira da Cunha	Inspetor e professor do Ginásio do Crato	

FONTE: Livros de Ata do Circulo Operário (1936 a 1958)

3.5 A colaboração do Circulo com outras instituições cearenses na promoção da educação

Desde a década de 1930, o Circulo se caracterizava como uma entidade promotora do ensino e colaboradora de projetos educativos de outras instituições. Nesse sentido, em 1936, através de telegrama, pedia o apoio governador do Estado, José Pimentel, para a fundação da “Escola de Menores Abandonados do Cariri,”³⁴⁷ reivindicada para o município de Juazeiro do Norte. Em resposta, a essa solicitação o governador assim se expressava:

Fortaleza 23 de março de 1936.
Imo Sr. Henrique Lopes – Presidente do Circulo Católico de Barbalha

Respondendo a ordem do Exmo. Sr. Governador do Estado, ao vosso telegrama de 18 do corrente, comunico que v. S. Excelência acolhe com simpatia a idéia de criação de uma Escola de Menores em Juazeiro, assunto que resolverá por ocasião de sua visita ao sul do Estado.

Atenciosamente

Demóstenes Martins
Oficial do Gabinete

Também telegrafa³⁴⁸ ao Dr. Cordeiro Neto, chefe de Polícia do Estado e ao Dr. Rui Monte – Secretário da Fazenda pedindo apoio a esse empreendimento:

Circulo Operários Católicos esta cidadevg reunião dia 13 deste deliberou unanimidade sócios presentes apelar vossa excelência idéia humanitária alto alcance social, criação “escola Menores Joaseiro pt Localização estabelecimento referida cidade maior núcleo população Caririvg satisfaz necessidade total região.

Henrique Lopes – Presidente
Antonio Carvalheda – Secretário

Henrique Lopes – Presidente do Circulo Católico de Barbalha
506 resposta vosso 18

Comunico construção Escola Menores Juazeirovg faz parte do programa que tracei

Cordeiro Neto – Chefe de Polícia

No mesmo ano, a Sociedade “Amigos de Alberto Torres” – Núcleo do Ceará promovia e pedia a colaboração do Circulo Operário de Barbalha para a realização da “Semana de Educação Rural”, que divulgava o pensamento de Alberto Torres:

³⁴⁷ Idem. Reunião de 24/04/1936, p.p. 18 e 19.

³⁴⁸ Idem. Reunião de 13/03/1936, p. 16.

Fortaleza 18 de Setembro de 1956

Imo Sr. Presidente do Círculo de Operários São José de Barbalha

O núcleo cearense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo de realizar, no próximo mês de outubro, de 16 a 22, uma Semana de Educação Rural, nesta cidade, vem mui confiante solicitar apoio de V. S. para tão interessante certame no sio do qual serão ventilados dentro de uma orientação puramente educativa assuntos e problemas intimamente relacionados com a educação e saúde das nossas populações sertanejas.

N certeza de que V. As. Prestará todo apoio a tão patriótico empreendimento, o Núcleo Torriano do Ceará antecipa os seus mais sinceros agradecimentos

Saudações

Plácido Castelo
Presidente

As semanas Educacionais objetivavam que os saberes docentes que fossem além dos instituídos nos Institutos de Educação e Escolas normais, que se preocupavam com a formação inicial. Nelas, se difundia a legislação escolar, uniformizava os processos de ensino e propagava os “pressupostos de Brasilidade” evidenciados pelo cenário político. O conteúdo de sua discussão, representado pelas novas teses educacionais discutidas, e a sua expansão para outros setores, além da educação, mostrava a necessidade de se propagar um novo projeto político para o Brasil. Não raro, essas semanas eram promovidas, pelas secretarias de educação dos estados, com o apoio da Sociedade Brasileira dos Amigos de Alberto Torres.

Tinham como base a relação entre o escolanovismo e o nacionalismo, sendo esse último exaltado em sintonia com a modernização dos métodos de ensino e com a busca de soluções para os problemas do país. Esses eventos que objetivavam o aperfeiçoar e atrair professores e atraí-los na construção do nacionalismo, onde, se socializavam os conhecimentos, exigidos pela uma nova conjuntura política. Buscava-se o desenvolver na população rural, a “brasilidade”, o sentimento de valorização do campo e da produção agrícola. A partir da realização de eventos relacionados ao “ruralismo” no Brasil, a sociedade difundia o pensamento do educador nacionalista Alberto Torres.

Alberto Torres se constituía num intelectual do pensamento autoritário, de expressão política, no período que antecedeu a ascensão de Vargas, em 1930, cujas obras faziam a defesa do nacionalismo e do antiimperialismo. Sob a influência do positivismo, a sua concepção de sociedade e de organização nacional era determinada pela noção de ordem, vinculada á idéia de progresso. Como outros intelectuais adeptos do realismo, atribuía aos problemas brasileiros a impossibilidade de o país se constituir uma nação. Segundo ele, a autonomia e a superação da dependência econômica em relação ao capital estrangeiro, deveriam ser conquistadas pela “índole obreira do brasileiro” e pela “brasilidade”, forjada a

partir das suas próprias raízes. A obra de Alberto Torres é voltada para a construção e fortalecimento de um “estado nacional”, “ultra centralizado”, autônomo, formado por pequenos proprietários e independente do capital internacional.

O Brasil tem de ser uma república social por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, prudente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos podem lhes dar dentro da ordem. (TORRES Apud. BOMBASSARO.³⁴⁹

Conforme BOMBASSARO

O temor de que se desse a ruína da ordem — a Revolução — provocou o recrudescimento nas posições de Alberto Torres. Adverso à admiração brasileira aos costumes europeus, e panfletário de um modo de vida mais “sertanejo”, o intelectual passou a recomendar maiores restrições, especialmente à imigração estrangeira. Influenciados pelos pressupostos que baseavam a contenção da imigração estrangeira no país a temática emergiu na Semana Ruralista de Tubarão. Defendendo o campesinato, e a produção de algodão da região do sul do Estado, a vinculação das temáticas à doutrina ruralista ficava evidente, caindo invariavelmente na defesa de um modo de vida legitimamente brasileiro. Vilipendiando os elementos “alienígenas”, especialmente, as colônias japonesas e organizações de judeus, o Dr. Raul de Paula proferiu discursos violentos contra “os inimigos do Brasil”. Ovacionado pelo público presente, mostrava o “valor da cultura e das terras brasileiras” articulando tais importâncias a vida no campo e a produção agrícola.³⁵⁰

As semanas educacionais atendiam politicamente aos projetos políticos do Estado no campo da educação e da cultura, os métodos e modelos de prática pedagógica construídos deveriam e atender as exigências de modernidade. Preocupavam-se em construir uma cultura brasileira, valorizando e associando a língua vernácula ao patriotismo, acreditando com isso se obter uma melhor inserção dos alunos no mercado do trabalho. Nesta visão, os serviços do Estado deveriam ser exaltados, e sua política deveria ter como preocupações a indivíduo, o social e um o projeto para o país. No caso a escola deveria primar pela homogeneização da cultura, compreendendo as relações sociais e construindo códigos comuns que facilitasse a sua comunicação interna dos seus grupos. Assim, a escola ao empreender a cultura estabelecia, em relação a ela, uma hierarquia, entre os incluídos e excluídos.

BOMBASSARO, assim sintetiza o papel das semanas educacionais na conjuntura da época em que elas se realizaram.

No bojo da reconstrução social que se processava, o aspecto da unidade nacional avultava-se de forma incomensurável. Era reconhecido que a criação de um vínculo capaz de forjar uma característica identitária unívoca entre a população poderia ser

³⁴⁹ Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/hcem/simposioudesc/anais/st3/st3ticiane.doc>> Acesso em: 03 Set. 2008.

³⁵⁰ Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st3/st3ticiane.doc>> Acesso em: 03 Set. 2008.

consagrada por um projeto educacional voltado a este propósito. E esta parecia ser a única forma realmente exequível. A assimilação da doutrina de modernização e patriotismo não respondia com eficácia quando proferida num meio em que predominava uma língua estrangeira e a comunicação entre pares se mostrava deficiente como era o caso das zonas colonizadas por imigrantes. Isto acabava por gerar o temor de que um mimetismo cultural em relação aos países europeus se estabelecesse em território brasileiro. Especialmente em Santa Catarina, tal ameaça atraía todos os esforços políticos na contenção de atos que representassem qualquer tipo de apartheid nas zonas que congregavam etnias exógenas. No combate ao temor que se instaurava reiterava-se o direito da nação soberana de dirigir a formação moral e cívica da população, traduzido no projeto de constituição de um sistema de ensino de caráter nacional. Por meio da ação educativa organizada e sistemática prover-se-ia o espírito humano das competências que se assegurariam a consagração desta nação: o saber e o trabalho, a força e a doçura, o respeito á lei e a expressão da personalidade, a perseverança e a energia, o amor á pátria e o culto às tradições, o altruísmo e a tolerância, as intimações da honra e as ensinanças da religião, o sentimento e o pensamento, o lar e o templo. (Cf. RAMOS, 1938) Nesta “obra de brasilidade” engajaram-se as mais diversas autoridades intelectuais e políticas, governos e instituições em torno das quais se emanaria a sentinela constante no combate às atitudes de contraposição ao cultivo das tradições nacionais. Surge daí a importância de instituições dedicadas ao problema educacional, como o Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, da qual emergiram as ações sistemáticas no campo de formação docente traduzidas pela obra *Semanas Educacionais*. Mesmo que a reforma pudesse ser processada nos espaços de formação inicial, a formação continuada possuía o potencial de alcançar aqueles professores que há muito haviam abandonado os bancos escolares. O plano ambicioso de conformar as *Semanas Educacionais* como um projeto político de instrução oficial sempre endossado pelo Estado, obteve sucesso na medida em que se tornou uma festa didática de grande prestígio capaz de remodelar a prática do professorado catarinense.³⁵¹

Ainda colaborando com outras instituições, em 1949, o Círculo de Barbalha atendendo ao pedido da Professora Maria Duarte de Sá Barreto, concedeu o salão da sua sede social para o funcionamento de uma Escola Supletiva. Igualmente, em 1955, disponibilizou a sua social para o funcionamento da “Escola da Congregação de Maria”, considerada por seus sócios como um empreendimento “nobre e humanitário”, que contemplava as aspirações do catolicismo.

3.6 O Círculo e a Paróquia na idealização do Cinema Católico em Barbalha

A Igreja tinha o cinema, como forma meio de propagação dos seus valores morais, em contraponto ao cinema identificado como nocivo aos valores cristãos, denunciado como o “mau cinema”. Neste sentido, o investimento da Igreja nesta área se propagou em todo país, através da fundação de rádios e cinemas católicos em várias dioceses.

O controle do operariado, fora do ambiente do trabalho, se fazia pela promoção da arte, da cultura e do esporte. O teatro, a música, o escotismo e as excursões eram atividades

³⁵¹ Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st3/st3ticiane.doc>> Acesso em: 3 Set.. 2008.

que atraíam a juventude para a entidade. Consideravam o lazer como um espaço de formação, associando a ele, atividades artísticas, visando um melhor aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores. Nestes momentos os Círculos eram orientados a manter os trabalhadores sempre em sintonia com a instituição. Para isto, aconselhava às instituições utilizarem suas sedes sociais a serviço da promoção de atividades de lazer, utilizando-as para projeção cinematográfica. Não existe indicativo de empreendimento do Círculo de Barbalha no esporte, exceto, o incentivo para a construção de um campo para a prática de futebol, esporte com o qual os circulistas se identificavam, inclusive interagindo com as direções das principais agremiações na cidade.

Sob a orientação dos documentos pontifícios, e assistido espiritualmente pelo assistente eclesiástico e vigário da cidade, os circulistas de Barbalha reforçavam o desejo da de implantação de um “cinema católico” pela paróquia. A primeira iniciativa do Círculo Operário de Barbalha, neste sentido, ocorreu em julho de 1948, com a proposta de arrendamento de um dos seus salões ao senhor Antonio Francisco Sampaio, proprietário de cinema no município, para funcionamento de uma sala de projeção da sua empresa. Iniciativa apoiada pelo assistente eclesiástico, que, junto com a direção da entidade percebia este empreendimento, como uma experiência a contribuir no futuro para a apropriação dessa atividade pelo círculo.

As negociações para o funcionamento desse cinema fracassaram pelas condições econômicas desfavoráveis ao Círculo. Todavia, o Círculo continuava empreendendo esforços junto ao empresário, para a abertura da sala de projeção. Por ocasião da sessão circulista de agosto de 1948,

falando o presidente em relação ao negócio com o cinema local, disse-nos que faria o possível para acertar vantagens para com o círculo. A esse respeito o assistente eclesiástico deu também a sua palavra segura, acrescentando mais que o Círculo teria de possuir o seu cinema.³⁵²

Além da sua importância educativa, os circulistas viam no cinema uma forma de geração de recursos financeiros para a entidade. A idéia de instalação do cinema do Círculo Operário de Barbalha havia se intensificado na década e 1950. Nesse tempo, os interesses do Círculo com a atividade cinematográfica junto à Federação dos Círculos Operários eram mediados pelo Padre Arimatea. O Padre Alemão, Erfo Rotares, vigário e assistente eclesiástico do Círculo era um dos entusiastas pela aquisição de um projetor cinematográfico para a implantação do cinema católico na Paróquia. Ele propunha o funcionamento inicial da

³⁵² Livro de Ata do Círculo Operário de Barbalha (02/1948 a 09/1950) - Reunião de 15/08/1948, p.50.

sala de projeção na sede do Circulo Operário até a construção do “Salão” da paróquia, “Salão Paroquial”, onde o empreendimento passaria a funcionar definitivamente.

Sintonizado com a conjuntura nacional, onde a Igreja tinha o papel de intervir no processo de moralização da indústria cinematográfica, Padre Erfo Rotares, assim fazia a defesa da implantação do cinema católico.

Para ele,

Barbalha, já aderira, como outras paróquias de Diocese do Crato, ao movimento denominado Circuito dos Cinemas Católicos – cuja precípua finalidade é (era) a moralização do cinema, utilizando-nos dele para disseminar e propagar o bem mediante bons filmes. Finalizando, comunicou-nos que comprara o cinema paroquial e trouxe consigo, conforme tivera oportunidade de falar com os circunistas muito antes da realização.³⁵³

Contudo, o prédio do “Salão Paroquial”, apesar de ter a sua construção projetada nesta perspectiva, não chegou a funcionar como sala de projeção. O cinema se concretizou, a partir o Círculo, que inaugurou o seu cinema durante a gestão do presidente Rotsenaidil Duarte Fernandes Távora, adaptando parte dos salões da sua sede social para o seu funcionamento. Atividade que mobilizava várias pessoas, nos trabalhos de bilheteria, propaganda dos filmes e de operação das projeções. No entanto, o conteúdo dos filmes não era selecionado, perdendo o seu propósito educativo, deixando de contemplar as exigências dos princípios éticos e morais reivindicados pela Igreja, igualando-se ao demais já existentes na cidade de cunho eminentemente comercial. Dessa forma, percebemos que a experiência do Círculo com o cinema foi mais movida pelos interesses econômicos do que de cunho religioso.

³⁵³ Livro de Ata do Círculo Operário de Barbalha (08/1954 a 11/1958), Reunião de 27/02/1955, p.23.

CONCLUSÃO

A investigação das ações educativas e culturais do Circulismo em Barbalha, na conjuntura político-ideológica correspondente à ascensão política de Vargas, demonstra que a vigorosidade desse movimento resulta da adesão das experiências religiosas e artístico-literárias existentes nas duas primeiras décadas da república que esse movimento. O êxito do Circulismo se justifica pela formação de um ambiente político, sócio-religioso, artístico e literário favorável à sua recepção. Esse cenário é representado pela institucionalização do Gabinete de Leitura, Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo e a União Artística Barbalhenses, cujos protagonistas eram de famílias católicas, de tradição agrária. Muitos deles, descendentes dos primeiros colonizadores do município, que desde a época inicial do seu povoamento, se caracterizou pela relação política do clero com o partido conservador.

O movimento em defesa da educação na década de 1920, o nacionalismo e a defesa do catolicismo católica contribuiu para a institucionalização do ensino no município. A romanização da Igreja, ao excluir as manifestações religiosas e populares, tais como a ordem dos penitentes, fortaleceu a aproximação e a participação efetiva das elites com a Igreja local, que com ela, compartilha a gestão dos movimentos religiosos. Nesse cenário, as lideranças políticas aparecem como fundadores das instituições católicas, tais como a Sociedade de São Vicente de Paulo. Essa geração letrada, composta, sobretudo, de médicos e professores, herda a forte convicção religiosa da família e politicamente se assumem, ao mesmo tempo, como integralistas, e, não raro, como monarquistas.

A divergência política entre os coronéis de Barbalha, ligados ao governador Franco Rabelo, e o governador Nogueira Acioli, deposto em 1912, na Sedição de Juazeiro do Norte, em 1914, ocasiona o saque no comércio da cidade atingindo as atividades econômicas das famílias dos protagonistas da cultura e da religião. Os anos subsequentes ao declínio comercial correspondem à continuação dos investimentos na educação e na cultura, iniciadas ao final do império, através da criação do Gabinete de Leitura de Barbalha. Assim surgem a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, a União Artística Barbalhense e o Círculo Operário. Instituições, que se contextualizam dentro do espírito de modernidade e do investimento no setor educacional, como alternativa para superação do atraso econômico. Essas novas instituições tendem a restabelecer a liderança política do município no cenário político vigente, marcada pelas rivalidades entre os coronéis de Barbalha e os de Juazeiro do Norte.

A reação dos coronéis do Crato e Barbalha ao Juazeiro coloca o Padre Cícero no centro dos ataques políticos das elites agrárias e dos comerciantes, das duas primeiras cidades, que apóiam a posição da Igreja contra ele, decorrente dos fatos relativos ao “Milagre de Joaseiro”,³⁵⁴ envolvendo o sacerdote e a beata Maria de Araujo. A partir da década de 1930, com a política de substituição das importações implementada por Vargas, os políticos de tradição agrária se adaptaram a nova conjuntura, nacionalmente, marcada, pela emergência de novos agentes políticos, representados pelas classes médias e empresariais urbana.

Contudo, os coronéis, apesar ao participarem dessa nova conjuntura elas preservam suas posições conservadoras e continuam interagindo com a paróquia, contribuindo materialmente com ela e dirigindo, como políticos, as associações católicas. Nestas condições surgiu o Círculo Operário de Barbalha, operacionalizando a cultura e a educação, como ação política da Igreja em pacto com o Estado, orientado teologicamente pelas encíclicas papais, com vistas à manutenção da estabilidade política e religiosa, exigidas pela Igreja e pelo Estado. Dessa forma, cultura e a educação circulista assumem uma posição anticomunista, primando pela busca do consenso e harmonia entre as classes.

Os agentes políticos locais identificados com a política getulista correspondiam aos protagonistas das instituições sócio-educativas e culturais empreendidas nas décadas anteriores. Essa sintonia com o governo trabalhista se caracterizou pelo controle do Estado sobre o operariado, onde, os correligionários de Vargas em Barbalha, eram indicados como interventores municipais, e, ao mesmo tempo, participavam e ocupavam cargos de direção do Círculo Operário de Barbalha. Entre os correligionários de Vargas que protagonizaram o circulismo, citamos, Henrique Lopes Sobrinho, Florêncio de Alencar, Pio Sampaio, Leão Sampaio Duarte Junior e Lyrio Callou. Este último, em seus discursos como aliado de Vargas, por ocasião das solenidades cívicas e religiosas se apresenta como portador dos sentimentos da população, deixando transparecer no município a intenção de homogeneidade entre o pensamento político e o religioso.

As duas décadas anteriores ao surgimento do circulismo, correspondente à República Velha, foram marcadas pela influência política do coronelismo e a utilização de Jagunços na defesa e conquista do poder local, demarcando a inserção de Barbalha no contexto do cangaço. O temor da desestabilização política e moral de chefes políticos locais junto aos governadores, decorrente da sua relação com o banditismo social, ao final do governo do Desembargador Moreira Rocha, leva ao fuzilamento pela polícia do Ceará, na localidade, Alto

³⁵⁴ Numa referência a abordagem de Ralph Della Cava sobre o caso do milagre envolvendo o padre Cícero e a Beata Maria de Araújo e que resultou no afastamento do sacerdote da Igreja Católica.

do Leitão, em Barbalha do “Grupo dos Marcelinos”, último reduto do Cangaço na Região. Operação coordenada pelo governo do Estado do Ceará e pelo Secretário de Justiça do interior em articulação com o prefeito municipal de 1928. Coincidentemente, Duarte Junior, irmão de Joaquim Duarte Granjeiro, um dos militares que participam dessa operação e futuro prefeito do município, na década de 1950, é indicado como interventor no município, logo após a revolução de 1930.

Na condição de aliado de Vargas, Duarte Junior se elegeu deputado estadual nas eleições de 1933, tornando-se um dos principais articuladores das subvenções para o Círculo junto ao governo do Estado. Da mesma forma, Henrique Lopes, último presidente da União Artística Barbalhense e primeiro presidente do Círculo, na década de 1910, era proprietário do Jornal “Cetama”, cujo conteúdo fazia ataques ao cangaço. Esse cenário revela que as elites locais tinham em comum com o Governo de Vargas a defesa do trabalhismo e o combate de forma sistemático ao cangaço.

Ao analisar os protagonistas do Circulismo e os que dele, direta ou indiretamente participam, percebemos que estes têm, geralmente, a mesma origem familiar seja por casamento ou por consangüinidade, dos primeiros colonizadores do município. A unidade político-ideológica entre Igreja e Estado se expressa em Barbalha na relação de amizade e reconhecimento de favores dos agentes políticos e a Paróquia. Essas considerações são exemplificadas pela companhia do vigário local ao Deputado Leão Sampaio, à Recife quando do seu retorno às atividades parlamentares no Rio de Janeiro, após passar férias no município. Também se expressa na escolha do seu nome desse deputado como patrono do Congresso Eucarístico, reconhecido como representante dos interesses do catolicismo, junto ao governo federal, incluindo as subvenções para Círculo Operário. Ainda, exemplificando o apreço da Paróquia pelo parlamentar, este tinha o seu nome escolhido para denominar uma das noites dos festejos sócio-religiosos da festa do padroeiro.

Do ponto de vista eleitoral, comprometendo a sua imparcialidade, o estatuto circulista permitia aos seus diretores concorrerem nos pleitos eleitorais sem a necessidade de afastamento do cargo. O Circulismo, nessa política, de pacto entre a Igreja e Estado, era o principal articulador dos interesses do Catolicismo junto aos trabalhadores de Barbalha, orientando o voto em favor dos candidatos da Liga Eleitoral Católica - LEC. Nesta perspectiva, esse apoio visava garantir o poder de barganha da entidade junto ao poder público, sobretudo a conquista de subvenções para atender a execução das suas ações educativas, culturais e religiosas. Assim, a educação e a cultura circulista estão inseridas na

unidade político-ideológica entre os poderes públicos e eclesiásticos, movidas pelo sentimento anticomunista da época.

No entanto, o anticomunismo católico não se apresenta como uma adesão pura e simples ao capitalismo, ele se evidencia motivado pelo desejo da construção um novo modelo de sociedade, cristã, orientada pela doutrina católica, em contraponto aos modelos de sociedade inspiradas no marxismo e no ateísmo. Assim, não podemos constatar a manifestação do circulismo no campo educativo e cultural, apenas movidas pelo sentimento político, mas em atendendo a uma reivindicação da hierarquia católica, que apelando para a dimensão divina da Igreja, impõe a supremacia ideológica do catolicismo. Em torno do projeto social cristão, a Igreja, conclamava a convergência dos homens, ignorando entre eles a divisão por classes sociais. A educação e a cultura foram promotoras do consenso, tendo como causa comum, independente de suas origens sociais, a estabilidade da ordem social pela prática da solidariedade.

A intervenção da Escola Nova, como corrente pedagógica norte-americana inspirada no liberalismo, condicionada pela bandeira da alfabetização se materializa na fundação do Grupo Escolar de Barbalha, primeira escola pública do município. Contudo, a tradição religiosa do município faz o catolicismo no campo educacional se sobrepor à nova concepção pedagógica do escolanovismo. Neste período, na promoção do ensino e da cultura o Círculo Operário interage com o Grupo Escolar, cujos professores, dele participam, inclusive ocupando cargos na sua direção. A parceria cultural e educativa entre o Círculo e o Grupo Escolar, como escola pública, simboliza a desconsideração dos limites entre os poder político e o religioso, sendo este último, o principal interventor e de convencimento das massas, pelo apelo religioso.

A ênfase da educação pela espiritualidade, apoiada na moral católica, no nacionalismo, na defesa da pátria e da família, diante das correntes ideológicas não reconhecidas pela Igreja, se faz presente nos eventos cívicos e religiosos do Círculo, tendo os estudantes como agentes de promoção da fé e da pátria através da arte. A participação da educadora Letícia Sampaio, esposa do Dr. Pio Sampaio, líder regional do partido, no Cariri, sinaliza para a intervenção dos católico-integralistas locais, na promoção do ensino. Os jovens por ela orientados se associam à juventude circulista nas apresentações artístico-religiosas da entidade por ocasião das suas solenidades.

O higienismo, que sendo marcante nas primeiras décadas da República, se faz presente nas experiências de organização dos trabalhadores em Barbalha, desde a União Artística Barbalhense, que deu origem ao Circulismo. A boa conduta e o bem estar físico e social, como exigência para receber e manter os trabalhadores como sócios dessa instituição, faz

parte da padronização de comportamentos e valorização do corpo, onde, a saúde passava pela educação corporal. Nesse sentido, o Círculo colabora com as ações do governo no setor previdenciário. Ao associar saúde à educação, através da criação de único Ministério, Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), o Estado colaborava com a concepção de Educação Integral inscritas nas experiências efetivadas pelas organizações dos trabalhadores, A União Artística e Círculo Operário Católico.

A defesa da educação como condição de conquista da saúde permitia o investimento do governo em políticas públicas de educação sanitária, num país que se urbanizava em decorrência da industrialização, como política governamental. Nesse processo educativo, o Círculo de Barbalha colabora como o Estado, como centro de divulgação entre os trabalhadores, dos conteúdos educativos das cartilhas e panfletos elaborados pelo Ministério da Saúde e da educação.

Assim, a educação é motivada pela dimensão urbano-industrial que o Estado assumia como alternativa econômica de superação da deficiência da economia eminentemente primária. Os padrões de comportamento e o associativismo se faziam como forma de contemplar as exigências impostas pela dinâmica da concentração populacional na cidade estimulada pelas atividades secundárias. Mesmo tendo origem nas famílias de tradição agrária, os jovens tinham esses novos valores culturais como conteúdo a serem transmitidos pela educação, a partir de 1930, mais controlada pelo Estado, e que deveria ser direcionada para atender ao novo modelo de sociedade urbano-industrial por ele imposto.

No espírito da romanização da Igreja, tanto o Círculo Operário, como o Grupo escolar, além da paróquia, se relaciona com as instâncias superiores da Igreja, de forma mais presente, com a Diocese do Crato, e sob a sua vigilância executa suas ações. Neste caso, se percebe uma unidade entre de ações entre estas instituições centradas na incorporação da religião pelo patriotismo e expondo a interação entre a fé e o civismo na promoção do ensino e da cultura.

O fato de o Circulismo, a partir da escola radiofônica, ser um dos agentes do Movimento de Educação de Base - MEB, em articulação com a Diocese do Crato, que integrava o Programa, corrobora com a afinidade desta instituição com o ideário educacional católico e com a intervenção da Igreja junto à população na transmissão de conteúdos sintonizados com a sua doutrina. Essa experiência educativa da Igreja, que apesar de inicialmente se realizava em parceria com o governo, junto à população à rural e os trabalhadores urbanos, na defesa dos seus princípios, nacionalmente chega, após 1964, a conflitar com os interesses do Estado.

Assim, o Círculo como participante da articulação da Igreja pela educação, junto aos trabalhadores urbanos e rurais, historicamente, passa a se constituir numa entidade que se

antecipa aos movimentos de formação ideológica influenciados pelo socialismo no Cariri, servindo de experiência inicial para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ressaltando, que a sua posição anticomunista se fazia mais em defesa do projeto-político teológico da Igreja do que por adesão consciente ao capitalismo. Convém lembrar, que os Sindicatos Rurais passaram a ocupar espaço previdenciário do Circulismo, mas que não os substituí no campo cultural e educativo.

Do ponto de vista cultural, a utilização do rádio, aparece como uma das alternativas da época para a propagação da ideologia e doutrina utilizadas pela Igreja e pelo Estado. Nesse contexto, muitos Círculos, no Brasil, são contemplados pelo governo com emissoras de Rádio. A implantação do Serviço de Alto falante São José pelo Círculo de Barbalha, no final da década de 1960 e início da década de 1970, sinaliza essa característica. Neste sentido, se efetivou também, a colaboração dos circulistas locais para o pagamento da rádio do Vaticano. Da mesma forma que o rádio, o cinema também se apresenta no Circulismo local como forma de combate ao “mau cinema”, considerado pelo episcopado como nocivo aos valores morais e aos princípios do cristianismo.

A educação circulista, expõe uma concepção integral do homem, zelando pelos padrões morais e religiosos dos associados, conforme as exigências da doutrina da Igreja, em colaboração com o Estado, contra seus os adversários políticos e religiosos. A fundação da Filarmônica do Círculo, em 1948, e da Escola de Música resulta da experiência de circulistas, que em décadas anteriores, já empreendiam e administravam essa atividade em outras instituições, a Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo e a União Artística Barbalhense. A participação da banda circulista nas comemorações cívicas, religiosas, esportivas e culturais se contextualiza e colabora com o espírito cívico militar, religioso e nacionalista da época, expressado pelo Estado em um pacto com o catolicismo. Nesse contexto, identificamos uma educação associada à promoção da arte.

O Círculo motivava os trabalhadores, tais como, alfaiates, pedreiros, barbeiros, marceneiros, comerciários, professores e outros, a compartilharem suas atividades profissionais, com a música, tornando-se bons profissionais e professores das futuras gerações, que deram sustentabilidade artística à sua filarmônica. A criação da Escola de Música se efetiva como mais uma alternativa educacional para os filhos dos trabalhadores, que já eram contemplados com ensino primário. Nessa conjuntura, o Círculo cumpre um papel político-pedagógico de formação cívica e religiosa do operariado local, objetivando a harmonia social. Nesse processo, a Igreja, interfere diretamente através do vigário local que, corresponde aos seus assistentes eclesiásticos do Círculo.

A entidade recorria a uma simbologia e rituais propagadores dos ideais católicos e do Estado trabalhista, associando a religião ao trabalho e referendando a intervenção da Igreja no mundo do trabalho. Nas reuniões, a unidade e o trabalho são pedagogicamente trabalhados entre os trabalhadores como forma de conquistas da prosperidade. Além das reuniões, eventos cívico-religiosos eram momentos de formação, condicionados pela propagação da doutrina da Igreja e do Estado, em nome da estabilidade do social e do catolicismo.

Contribuindo com a promoção da educação católica, os circulistas permitiram em sua sede, o funcionamento de uma Escola da Congregação Mariana, mesma instituição católica, que, através do Padre Brentano, deu origem a experiência circulista em Pelotas - RS, a partir da qual, se propagou o movimento em nível nacional. No mesmo espírito de colaboração com a Igreja o Círculo também cedeu suas dependências para a realização de palestras por ocasião do Congresso Eucarístico Paroquial.

Como conteúdo pedagógico, o anticomunismo se faz presente através das leituras de artigos da imprensa e da literatura católica, lidos em suas reuniões, que se constituem num espaço por excelência de formação política e religiosa dos seus sócios. Apesar de alguns autores fazerem referência à década de 1950, como período de maior investimento do Circulismo na formação operária, através da Escola de Líderes Rurais, o Círculo de Barbalha não registra destas experiências. Contudo, existe nessa mesma década, uma preocupação com expansão do Circulismo na zona rural do município, num momento em que a União dos Trabalhadores do Cariri, passa a ser a maior adversária política e ideológica da entidade.

Nesta década, a afinidade do Círculo de Barbalha na defesa do ruralismo, também se manifesta através da educação, ao colaborar com a realização da Semana Educacional Rural, empreendida pela “Sociedade Amigos de Alberto Torres”, movida, como as demais realizadas no país, pelo espírito nacionalista que caracterizava o pensamento e as obras literárias desse intelectual. Semanas que consistiam na propagação do sentimento de valorização do campo e da produção agrícola. Em relação ao Circulismo rural, a disposição da entidade em assistir juridicamente os trabalhadores do campo, ocorre no sentido de se evitar o conflito, e não, por motivação de uma política revolucionária de se contrapor aos patrões. A formação política e religiosa dos trabalhadores, identificada com a doutrina social da Igreja e com o Estado trabalhista, apela para o consenso e a formação de uma consciência cívico-religiosa, alternativa ao socialismo.

A forte tradição católica resultante da formação histórico-social de Barbalha e marcada pelas boas relações entre os poderes públicos e eclesiásticos, muitas vezes, tendo em comum os mesmos agentes, fortaleceu a resistência ao socialismo e dificultou o surgimento de

movimentos operários de esquerda na cidade. Essa tendência contribuiu para o triunfo do e do catolicismo e do Circulismo Operário, que por mais de quatro décadas, foi como a única e a mais forte organização dos trabalhadores do município. Na ausência de uma experiência socialista, próxima, que servisse como exemplo para condenar o seu modelo de sociedade, os conteúdos literários, artísticos, cívicos, religiosos e a oralidade apelam pra a formação de um imaginário que apresenta os adversários da Igreja como representação do mal, e que, comprometem a estabilidade social, política e religiosa. Essa característica se faz presente nas letras dos hinos cívicos e religiosos, executados e ensinados à juventude, nas escolas e no catecismo.

A interação do Círculo com a educação pública, não se fez apenas em parceria com os professores do Grupo Escolar Estadual, o próprio Círculo Operário, mantendo uma tradição da extinta União artística Barbalhense, investiu na promoção do ensino formal, apoiado pelos governos, municipal, estadual e federal. O corpo docente da Escola Circulista era mantido pelo prefeito e pelo governo do Ceará, que disponibilizava seus professores para a entidade. Isso dá à atividade de ensino do Círculo a projeção de escola pública, sob a denominação de Escola Estadual do Círculo Operário. Nessa perspectiva, a educação circulista tem a sua funcionalidade e administração orientada pelas mesmas normas, regimento e legislação que regiam a Instrução pública do Ceará. Na sua defesa a Igreja, e o poder público, representados respectivamente pelo assistente eclesiástico e pelo prefeito, recorriam ao governo no sentido de superar os seus problemas, sobretudo, para garantir a sustentabilidade do seu corpo docente.

A escolha dos professores circulistas era condicionada pela contemplação das exigências morais, cívicas, políticas e religiosas impostas pela conjuntura política. Nessa condição, esses cargos eram ocupados por professoras de famílias de tradição católica, não raro, pertencentes às famílias dos protagonistas circulistas locais. A formação dos educadores era influenciada por uma concepção de educação integral, efetivadas pelos católico-integralistas, que militavam politicamente pela promoção do catolicismo. A hegemonia local do catolicismo, sobretudo, a identificação ideológica dos educadores com os poderes político e eclesiástico, favoreceu a resistência ao comunismo e ao protestantismo. Isso cria condições objetivas para o estabelecimento dos primeiros colégios confessionais, administrados por religiosos procedentes de outros estados, Pernambuco e São Paulo, sobre a vigilância das famílias que mantinham hegemonia da política local.

A educação circulista indica a afinidade sócio-ideológica e religiosa da instituição com a política do governo trabalhista, contudo, primando pela defesa dos seus interesses

particulares, sob a orientação eclesiástica. Essa unidade política garantia aos Círculos o status de Órgão Consultivo do Ministério do Trabalho, que os assistia economicamente. Nesse processo, agentes políticos locais, identificados com o catolicismo romanizado, assumem pessoalmente as articulações pelas subvenções junto aos governos, estadual e federal. Entre eles, os deputados Leão Sampaio, Pio Sampaio e Duarte Junior, de famílias de tradição agrária, fortemente identificadas com o catolicismo. Os dois primeiros, têm seus nomes batismais, em homenagem do seu genitores aos papas Pio X e Leão XIII, autor da encíclica, *Rerum Novarum*, que orienta a intervenção da Igreja no mundo do trabalho, em contraponto ao liberalismo e ao comunismo. O ensino profissionalizante, representado pelas escolas de Corte e Costura e de Marcenaria, são formas de incentivo da canalização de mais recursos públicos para o Círculo e de contribuir, no caso da primeira, com a economia doméstica.

A cristalização da Romanização da Igreja em Barbalha, historicamente, se evidencia na realização do seu I Congresso Eucarístico Paroquial, onde, a unidade ideológica entre o governo e o episcopado, na promoção da recristianização, se reflete nas articulações do Deputado Leão Sampaio junto ao Governo Federal para obtenção de verbas para sua realização do evento, que leva seu nome como patrono. Do ponto de vista educativo, esse Congresso, abriu espaços para discussão de temas setoriais, que promoviam a formação da consciência cristã entre a juventude e os trabalhadores, representados estes últimos pelos circulistas.

A supremacia da Igreja romanizada em Barbalha é simbolicamente representada pelo controle, e posterior fechamento da Casa de Caridade instituída pelo padre Ibiapina, principal experiência educativa do município durante o Império. A sua destruição, pelo padre Otavio de Sá Gurgel, pároco promotor do Congresso Eucarístico Paroquial, coincidentemente no ano da sua realização, ganha um sentido simbólico, de excluir da memória, principalmente entre as futuras gerações, as ações efetivadas na paróquia pelo Padre Ibiapina, cuja prática do catolicismo popular, foi condenada pela Igreja romanizada. Da mesma forma, não existiu esforços por parte da sociedade para preservação de outras obras que retratavam o trabalho do padre Ibiapina no município. Essa falta de consciência cultural permitiu o soterramento da cacimba do povo e permitiu a expansão do crescimento urbano da cidade sobre Cemitério do Cólera, por ele construído.

A catequese é efetivada pela Paróquia no sentido de colaborar com a recristianização proposta pela Igreja Romanizada, ganhando uma dimensão educativa no que diz respeito à padronização de comportamentos morais e religiosos, voltados para a defesa da família, da moral e da preservação da ordem. Tinha como foco principal os trabalhadores, a juventude, e

as crianças, visando perpetuar a hegemonia do catolicismo entre as futuras gerações. A criação de cerimônias litúrgicas, específicas para esses setores, como a “Missa dos Estudantes”; a “Primeira Comunhão”, integrando a Festa do Cristo Rei, em Outubro, e a “Páscoa dos Homens” se espelha na orientação da Ação Católica Brasileira, que efetiva o processo de recristianização, sob a orientação do episcopado. As visitas pastorais e missões religiosas dos padres capuchinhos, com a presença do Frei Damião, se evidenciam por seu caráter educativo, no esclarecimento, convencimento e adesão da população às posições da Igreja diante da pluralidade de idéias e movimentos sócio-ideológicos da modernidade.

A Igreja, a través do Padre José Correia, é a primeira motivadora da participação dos trabalhadores católicos de Barbalha, nas comemorações do 1º de maio, Dia do Trabalho. Isso, historicamente, quebra um ritual de reflexão sobre o trabalho e os trabalhadores, movidos eminentemente pelo caráter religioso, antes, associado apenas aos festejos de 19 de março, dia de São José, padroeiro da entidade e do Ceará. Tratava-se da adesão dos trabalhadores circulistas às comemorações, de uma data, que remetia à reflexão sobre o trabalho e os trabalhadores não ligada a fatos e condições religiosas impostas pelo catolicismo.

A comemoração da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelos circulistas locais, e o telegrama enviando pela entidade ao governo, relativos à sua comemoração do “Dia do Trabalho”, de 1939, é um indicativo da identificação política da entidade com o Estado trabalhista. Nesse momento, podemos questionar a posição da Igreja local, através do padre José Correia, ao não interpretar essa ação política do governo como favor aos trabalhadores, mas como obrigação do Estado.

Essa posição surpreende por contrariar a postura comum, de exaltação ao governo, no contexto de unidade política entre ele e a Igreja, manifestada nacionalmente pelos Círculos Operários. Podemos aventar que essa posição do assistente eclesiástico representou um desafeto do padre ao governo, que na nova conjuntura, do Estado Novo, havia excluído a participação da Ação integralista da vida política nacional, contrariando seus militantes. Contudo, vale ressaltar que, em Barbalha, o fato, de se ter o integralismo na clandestinidade, no Estado Novo, não interferiu no relacionamento entre suas lideranças e o interventor de Vargas. A hegemonia do poder, tradicionalmente exercido por grupos familiares, nos anos anteriores, que antecederam o governo de Vargas, e relação de parentesco dava consistência ao projeto político das elites locais, indiferente à posição do Estado Novo em relação ao integralismo. Essas condições, inclusive, criam condições objetivas para a criação do Centro de Melhoramento de Barbalha, como entidade, que articula os interesses do grupo político

dominante, junto aos governos, principalmente em relação à educação, oportunidade em que fundam os primeiros colégios confessionais do município.

Em relação às divergências das concepções teórico-metodológicas na abordagem do circulismo, representadas por autores, que percebem a Igreja, a pesquisa não identificou nenhuma intencionalidade, consciente, dos agentes circunistas, de colaboração com aparato ideológico do Estado populista, a partir da operacionalização das suas ações educativas e culturais. Elas ocorriam dentro de um contexto nacional, cuja prática política e religiosa era determinada e orientada, em nível mundial pela doutrina da Igreja, expressa nos documentos pontifícios que orientam a sua intervenção no mundo do Trabalho. Apesar de a Igreja atuar na defesa do seu próprio projeto político-teológico, suas ações contribuíam politicamente para o fortalecimento do governo, que tinha como ela, em comum, o combate ao comunismo.

Percebemos que as ações do Circulismo local derivam de uma motivação ideológica na defesa do catolicismo e do trabalhismo, empreendida em nível nacional, a partir da interação entre a Igreja Católica e o Governo Federal. O Círculo, promove a educação e a cultura, incorporando-as às aspirações católicas, tendo suas ações, antecipadamente, norteadas por seu estatuto, padronizado em nível nacional que seguiam a orientação sociológica da Encíclica *Rerum Novarum*.

A formação da consciência política e religiosa dos circunistas é influenciada pela literatura cívica e católica, utilizadas em suas reuniões, assistidas diretamente pela Igreja, a partir do assistente eclesial. A posição ideológica assumida pelos circunistas está vinculada a um projeto maior, a um projeto de sociedade idealizada pela Igreja, onde os Círculos contribuíam para a sua efetivação, mesmo que para isso, tivessem que se expor, por suas posições contrárias aos adversários do catolicismo e do governo. Nessa conjuntura, os agentes do Circulismo nem sempre tomavam consciência da unidade entre a Igreja e o Estado, como estratégia que contemplava os interesses comuns das duas instituições, sendo o estabelecimento da ordem e a superação do conflito apresentados como um apelo de Deus, que deveria se impor aos governos e à sociedade.

A militância dos católicos circunistas, nem sempre decorre de uma consciência política, fundamentada na compreensão da conjuntura política vigente e nas articulações entre o Governo e a Igreja, movidos por interesses políticos e teológicos. Ela é motivada pelo discurso do governo e da Igreja Católica, na defesa da ordem e da fé cristã, elegendo o comunismo como inimigo comum. Disso resultam os esforços da Igreja em investir, a partir do Circulismo, na alfabetização dos trabalhadores, para facilitar a o entendimento da sua doutrina, e, aparelhá-los para intervir no processo de construção da sociedade que eles

idealizavam, a sociedade cristã. Nesse processo, a formação promove o sentimento cívico e religioso, em oposição ao comunismo e ao protestantismo, como ponto de convergência dos católicos para as instituições da Igreja.

A adesão dos agentes políticos locais ao projeto da Igreja, são se faz exclusivamente voltada para defesa da religião católica, mas também, para atender às conveniências e necessidade de adaptação à nova conjuntura, marcada pelo fim do poder oligárquico da República Velha e pela substituição dos seus agentes, com ênfase na sociedade urbana, industrial, que surgia no país a partir de 1930. Consideramos a importância do papel previdenciário e educativo dos Círculos, na promoção do ensino primário e da arte, num país marcado pela deficiência nestes setores.

Os protagonistas do circuístas haviam assistido, nas décadas anteriores, a indiferença do Estado republicano, em relação à cultura e a educação e à saúde. O fato de Getúlio Vargas promover investimento do Estado nestes setores permitia o seu reconhecimento pelos trabalhadores, que também, eram agradecidos ao governo pelas subvenções que mantinham a entidade. Nesse contexto, a força coronelística dos agentes do poder local ainda se sobrepunha no município, considerado que, a exemplo do semi-árido nordestino, Barbalha se mantinha indiferente às transformações sócio-econômicas que evidenciava novos agentes urbanos e empresariais na política.

A educação, incluindo a circuísta, emerge como um setor estratégico numa conjuntura política, que envolve Igreja, marcada pela modernidade e pelo crescimento urbano-industrial, estimulado pelo estado brasileiro. A educação emerge como um setor estratégico que tenderá a viver um processo de diferenciação, marcado por uma pluralidade de idéias voltadas para a adequação da sociedade à nova realidade, urbana, industrial. A industrialização e a urbanização do país, aos poucos, iam rompendo com os padrões políticos e culturais herdados de uma sociedade eminentemente rural, onde a Igreja, contrária ao liberalismo e o marxismo, optava por sua própria estratégia na defesa do seu projeto político-teológico.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Joaquim. *O Vale do Cariri*. Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Ceará; Fortaleza: 1945. Tomo 59, p. 94 – 133.
- ALENCAR, Odálio Cardoso. *Origens do Cariri*. – Parte I – Fortaleza: Gráfica continental, 1988.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste* (contribuição ao Estudo da Questão Agrária). 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1986.
- _____. *A Questão do território no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo, Humanitas, FFLCH-USP, 2001.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Círculos Operários Católicos: prática de assistência e de controle no Brasil- 1932-1945*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- ALMEIDA, Vasni de. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante*. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. In: Revista Brasileira de História, São Paulo. v 22, n° 044 pp.559-563, 2002.
- ALMEIDA, Junior, Antonio Mendes. *Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Vargas*. In:
- FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da civilização brasileira*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertand, 1991. Tomo III: O Brasil Republicano.
- ANDREOTTI, Azilde L. *O pêndulo da História – tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)* In: Revista Educação & Sociedade. Campinas v.26 n. 93 Sept./Dec. 2005.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. *A Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica: (1890-1922)*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ARAÚJO, Tarso. *Efemérides do Cariri*. Jornal O Povo, Fortaleza, 23 Fev. 2008 - Cariri. Disponível em:
- ARAÚJO, Antônio Gomes. *A cidade de Frei Carlos*. Coleção Estudos e Pesquisas. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.
- _____. *Povoamento do Cariri*. Coleção Estudos e Pesquisas. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1973. Vol. VI.
- A reconstrução da Cristandade (1922 – 1945)* Nossa História – 500 anos de presença da Igreja no Brasil – n° 22 p. 344 – Suplemento da Revista “Família Cristã” n° 794. Fev. 2002.
- A revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Temas Brasileiros: 54)

Atitude política e social dos católicos. Revista Eclesiástica Brasileira., Petrópolis. V. 20. nº 3, 1960.

AVILA, Fernando Bastos de. *Pequena enciclopédia de doutrina social da Igreja.* São Paulo: Edições Loyola, 1991.

AZEVEDO, Aldo. *Civilização e Liberdade Espiritual.* In: SEMANA DE AÇÃO SOCIAL, 4. 1940. *Anais.* Rio de Janeiro, 1940.

AZEVEDO, Thales. *Igreja e Estado em tensão e crise.* São Paulo: Ática, 1978.

AZEVEDO, Dermi. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil.* Dossiê Religiões no Brasil. In: Estudos avançados. São Paulo, vol.18 nº52, Sept./Dec. 2004.

AZZI, Riolando. *Elementos para uma história do Catolicismo na evolução histórica do Brasil.* Rio de Janeiro: Paulinas, 1977.

_____. *Catolicismo Popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil.* Religião e Sociedade. nº 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BADARÓ, Murilo, *Gustavo Capanema – Cem Anos de Capanema - A Revolução na Cultura,* Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000. Publicado no Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, 5/Ago. 2000.

BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil.* São Paulo: Civilização Brasileira, 1967

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti *A terra da Mãe de Deus.* Coleção Ensaio e Crítica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A./minC/Pró-Leitura-Instituto Nacional do Livro, 1988..

BARBOSA, Fúlvia Giglio. *A relação Estado, Igreja e política brasileira nos anos 1937 – 1955.* Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. [1992]

BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Edição. São Paulo: Editora ABC Limitada, 1937.

BATALHA, Henrique de Moraes. *O Movimento Operário na Primeira República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

BEOZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização.* In: FAUSTO, Boris. (org.) *O Brasil Republicano* 2ª Edição. São Paulo DIFEL, 1983. (História Geral da Civilização Brasileira, 11)

_____. *História da Igreja no Brasil.* 2ª Edção. Rio de Janeiro: Paulinas, 1985.

BESEN, José Artulino. *Historia da Igreja no Brasil.* In: Revista Missão Jovem v. 144 p. 5 Abr. 2000.

BETIATO, Mário Antônio. *Da Ação Católica à Pastoral de Juventude*. Petrópolis: Vozes, 1985

BEZERRA, Antonio. *Cariri*. In: Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Ceará. Fortaleza: 1954. Tomo 68. p. 257 – 260.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Cristo Rei e a identidade do leigo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.8 , 25/11/2002.

BOBIO, Noberto. *Os intelectuais e o poder* (Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea) Tradução Aurélio Nogueira. São Paulo. Editora Unesp, 1997.

BOMENY, Helena (Org.). Rio de Janeiro: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista - SP: Ed Universidade de São Francisco, 2001.

BOURDIEU & PASSERON. Apud. NUNES, Cely do Socorro Costa. *A função social da escola e sua relação com a avaliação escolar e objetivos do ensino*. In: Trilhas, Belém, v.1, n.2, p. 56-65, Nov, 2000.

_____. *A reprodução (elementos para uma teoria do sistema de ensino)* 3ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1992.p. 77 a 238.

BRANDÃO, Berenice Cavalcante. *O movimento católico leigo no Brasil: as relações entre Igreja e Estado - 1930-1945*. Niterói- RJ: Universidade Federal Fluminense, 1975

BRANDI, Paulo & SOARES, Leda. *Plínio Salgado*. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: Centro de Pesquisa Em História Contemporânea do Brasil. Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983. Coord.: Isabel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

BRENTANO, Leopoldo. *Os Círculos Operários à luz da experiência internacional*. Petrópolis, v. 2, n. 9, p. 54-70, 1942.

BRÍGIDO, João. Apontamentos para História do Cariri. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. Ltda, 2007.

BROD, Brenno. Et. all. *História da Igreja no Brasil* (ensaio e interpretação a partir do povo) – Segunda Época. A Igreja no Brasil no século XIX. Petrópolis. Vozes, 1980.

Caderno de Teses do XIX Congresso Circulista Nacional – CCN

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra (A Formação do PRP 1945 – 1950)* (Coleção História 39) Porto Alegre. EDIPUCRS, 2001.

CALLOU, Lyrio. *Barbalha Minha Vida*. Recife. Bagaço, 2002.

CAMPOS, Raimundo. *Historiando Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1983.

CARIRY Rosemberg & BARROSO Oswald. *Cultura Insubmissa*. (Estudos e Reportagens). Fortaleza, Nação Cariri Editora, 1982.

CARONE, Edigard. *A segunda República (1930 – 1937)* – (Coleção Corpo e Alma do Brasil), Rio de Janeiro: DIFEL. 1978.

CARPEAUX, Otto Maria. *Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. *Igreja, ação e pensamento: Intelectuais católicos entre as décadas de 20 e 40 no Brasil*. Dissertação. (Mestrado em História.) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, [1990]

Catolicismo na defensiva (1890 0 1922) Nossa História – 500 anos de presença da Igreja no Brasil – n° 22 p. 344– Suplemento da Revista “Família Cristã”. n° 793. Jan. 2002.

CAUVILLAR, Valdir. *O pensamento Político de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, [1992]

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá. O espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza, EUFC, 2000.

CAVALIERE, Ana Maria. *Educação Integral*. Uma nova identidade para a escola Brasileira. In: Revista Educação & Sociedade. V.23 n.81 Campinas Dec. 2002.

CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista, 1937-1964*. J. Olympio Editora, 1977

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAVES, Niltonci Batista. *"A sala verde está na ponta da escada!": as representações discursivas do diário dos campos a respeito do integralismo em ponta grossa*. In: Revista de História Regional. Vol. 4, n° 1, 1999.

COPPI, Paulo De. A Igreja se Renova. *Revista Missão Jovem – A História da Igreja no Brasil*. n° 144, pág. 5 Abr. 2005.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República (momentos decisivos)* 5ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

Círculo Operário Pelotense completa hoje 70 anos de atividades. Diário Popular. Pelotas - RS, Sexta, 15.03.2002. Carderno: Cidades

DALE, Romeu. (Org.) *Ação Católica Brasileira*. São Paulo. Edições Loyola, 1885. Coleção: Cadernos de História da Igreja no Brasil – 5

D'ARAUJO, Maria Celina. (Org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. 206p. (Série Fundamentos; 90)

DELA CAVA, Ralf Della. *Igreja e Estado no Brasil do séc. XX*. In: *Estudos Cebrap*, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciência, n.12, abr.-Jun., 1975. p.5-52.

_____. *Milagre em Joazeiro*. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

DEWEY, John. *Vida e Educação*. 10ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar.

DIEHL, Astor Antônio. *Os Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (1932 a 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
RS, 15 Mar. 2002. Cidade.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002

Dom Antonio Macedo Costa. São Paulo. Edições Loyola CEPEHIB, 1982.

DURKEIM, Émile *Educação e Sociedade*. Tradução. Lourenço Filho. 11ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário (Imaginário Político do Brasil dos Anos 30)* Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1997.

Estatuto do Circulo Operário de Barbalha – COB.

Escritura do Registro da Sede do Círculo Operário de Barbalha.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo – SP: Editora Globo. 2001.

FARIAS, Airton. *História do Ceará (Dos índios à geração cambeba)* Fortaleza. Tropical, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

FERLINE, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do Açúcar (Séculos XVI e XVII)*. 6ª Edição. São Paulo: Brasiliense. 1985. Coleção Tudo é história, nº 88.

FERNANDES, Florestan. *Intérpretes do Brasil - Gilberto Freyre, Silviano Santiago, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.

FERREIRA, Jorge Luiz. et al. *Coleção As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

_____. & FILHO, Daniel Aarão Reis. *Coleção As esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

FERREIRA, Jurandir Pires (Org). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol.XVI. – Ceará. Rio de Janeiro: 1959. p. 79-87.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. (Texto) In:) In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: Centro de Pesquisa Em História Contemporânea do Brasil.CPDOC, 2006

FERREIRA, Marieta de Moraes e Pinto & SURAMA, Conde Sá. *A crise dos Anos Vinte e a Revolução de Trinta*. (Texto) In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: Centro de Pesquisa Em História Contemporânea do Brasil. CPDOC, 2006.

FIGUEIREDO, José Alves de. *O Folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1960.

FILHO, Cruz. *História do Ceará* (Resumo Didactico). São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

FILHO, Daniel Aarão Reis. Et. alli. *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FILHO, J. de Figueira. *Escravidão no Ceará*. In: Aspectos – Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

FILHO, J. de Figueiredo. *História do Cariri* (Coleção Estudos e Pesquisas) Crato. Tipografia e Papelaria do Cariri, 1968. Volumes I, II, III, IV, e V.

FIUZA, Regina Pamplona. (Org.) *Pio Sampaio, Memória*, 1ª Edição. Fortaleza Expressão Gráfica, 2004,

FLELISCHER, David (org.) *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1981. 2v.

FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, ideologia e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. (Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.) 19ª Edição Rio de Janeiro, José Olypio Editora, 1978.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: Centro de Pesquisa em História Contemporânea do Brasil. CPDOC, 2006.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação (Um estudo introdutório)*. 14ª Edição, São Paulo, Cortez, 2003.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *A cultura clerical e a folia popular*. Brasileira de História. São Paulo v.17 n.34 1997, Rev. bras. Hist. vol.17, n°34, 1997.

GHIRALDELLI Jr. Paulo. *Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação* (Versão Prévia) 2001

GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*, 1985.

_____. & FILHO, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939.

_____. Franco Rabelo - A sedição do Juazeiro. In: GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 1ª Edição. Fortaleza. Editora A. Batista Fontenelle, 1953. pp. 221-227.

_____. *História do Ceará*. (Coleção Estudos Cearenses) 4ª Edição. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1984.

_____. *Tentativa de Interpretação do Cariri*. In: Revista do Instituto histórico-Geográfico do Ceara, Fortaleza: 1953. Tomo I. p. 35 – 41.

GIROUX, Hery. *Teoria Crítica e Resistência em Educação. Para além das teorias de reprodução*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1983.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Construção do Homem Novo: o trabalhador brasileiro*. In: *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade)

_____. *A invenção do Trabalhismo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

_____. et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501p.

_____. (Org.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada* Rio de Janeiro: CPDOC/Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

_____. *Silêncio e Orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no após-30. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: v. 14, nº 2, p. 88 – 110, 1987.

GONÇAVES, Marcos. *O anticomunismo no Brasil*. Revista História: Questões & Debates, Curitiba, v. 39, p. 277-281, 2003.

GONELLA, Gilda. *Bases de uma ordem social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1947.

Governo Accioly (2º Período)/Governo Franco Rabelo/Interventoria Setembrino de Carvalho/Governo Benjamin Barroso. In: BARROSO, José Parsifal. *Uma história da política do Ceará. 1889-1954*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1984. p.p.61-86.

GRAMSCI, Antonio. *A Ação Católica* In: _____. Maquiavel, a Política e o Estado. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. Maquiavel. *A Política e o Estado Moderno*. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 7ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

HEYMANN, Luciana. *O legado do Estado Novo*. (Texto) In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: Centro de Pesquisa Em História Contemporânea do Brasil. CPDOC, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOORNAERT, Eduardo & HAUCK, João Fagundes. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, 22ª Edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.

HOORNAERT, Eduardo. et al. *História da igreja na América Latina e no Caribe: 1945-1995 : o debate metodológico*. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime Clasen, Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. 2ª Edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 1974

ISAÍÁ, Artur César. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 1 vol. Br.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Coronelismo – Uma política de Compromissos*. 7ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

JANNUZZI, Gilberta Jannuzzi. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Autores Associados, 2004.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. *Círculo Operário Pelotense completa hoje 70 anos de atividades*. Pelotas, RS, Sexta, 15.03.2002.

JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (Colônia). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

KAPPEL, Irma Beatriz Araújo. *Vozes e sentidos no discurso institucional legal do ensino religioso*. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 3, nº 3, Jul/Ago/Set. 2006.

KEELER, Helen & GRIMBLY, Susan. *101 Coisas Que Todos Deveriam Saber Sobre O Catolicismo*. São Paulo: Editora Pensamento, 1899.

KOLLONTAY, Alexandra. *Oposição Operária 1920 – 1921*. Coleção Bases nº 26. São Paulo. Editora Global. 1980.

Leigos numa Igreja Militante (192-1945) *Nossa História – 500 anos de presença da Igreja no Brasil* – nº 793 p.p.307 – 15. – Suplemento da Revista “Família Cristã”. nº 795. Mar. 2002.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade – Fortaleza em Questão*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LEMOS FILHO, Arnaldo. *Os catolicismos brasileiros*. Campinas: Editora Alínea, 1996

LENHARO, Alcir, 1946. *Sacralização da Política*. 2ª Edição. Campinas – SP. Papyrus, 1986.

LIMA, Danilo. *Educação, Igreja e ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1978

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos no Brasil* (Hipóteses para uma interpretação) Petrópolis - RJ, Editora Vozes, 1979.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. A sedição de Juazeiro e a guerra civil no Ceará. In:

SOUZA, Simone (Cord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989. p.p. 287-294.

_____. *Marretas, Molambudos e Rabelistas* (A Revolta de 1914 no Juazeiro) – coleção Saber Nordestino, São Paulo, Maltese, 1994.

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA - (1930 a 1943)

_____. (1944 – 1949)

_____. (1950 – 1958)

_____. (1959 – 1964)

LIVRO DE ATA DA UNIÃO ARTÍSTICA BARB ALHENSE (1924 – 1930)

LIVRO DE ATA DO CÍRCULO OPERÁRIO BARBALHA (1932 – 1935)

_____. (08/1935 a 05/1939)

_____. (02/1948 a 09/1950)

_____. (10/1950 A 07/1954)

_____. (08/1954 a 11/1958)

_____. (12/1958 a 1962)

LÓSSIO, Moacyr Gondim. *Iniciação à História do Cariri*. Crato: Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação e Cultura, 1986.

MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: DIFEL, 1977

MACEDO, Joarivar. *Império do Bacamarte: Uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri Cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceara, 1990.

_____. *Povoamento e povoadores do Cariri Cearense*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1995.

MACLAREN, Peter. *Rituais na Escola (Em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação)*. Tradução Juracy C. Marques, Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1991. MAINWARING, Scott. *Igreja e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *A pedagogia feminina das Casas de Caridade do padre Ibiapina*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. *Patrimonialismo e Educação: Uma abordagem histórica*. In: *Educação e Debate* Fortaleza, nº 29 a 32 – Ano 17/18, Ed. Universidade Federal do Ceará, p. 55 - 54, Jan/Dez 1995.

MANFREDI, Maria Silvia. *Educação sindical: entre conformismo e resistência*. São Paulo: Loyola, 1986. v. 6 (Coleção Educação Popular)

MANOEL, Ivan. *Igreja e laicismo educacional: as bases do conflito*. In *Didática*: São Paulo, v. 1. 1-10, 1985.

MARIA, Júlio & RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.

MARIGUELLA, Carlos. et. al. *A questão Agrária no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo. Edt. Brasil Debates, 1980. Coleção Estudos nº 01.

MARTINS, José de Sousa. *A vida Privada nas áreas de Expansão da Sociedade Brasileira*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil (Contrastes da intimidade contemporânea)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 661 – 779.

_____. José de Souza. *A Igreja: o uso transformador da mediação conservadora*. In: _____ *O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARX, Karl. *A miséria da Filosofia*. Trad. José Paulo Neto. São Paulo. Global, 1985. Coleção bases nº 46.

MATA, Sergio. *JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte*. *Revista de História Regional*. Vol. 3. – n. 1, 1998.

MATOS Henrique Cristiano José. *Nossa história (500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil.)* Tomo 3 - Período Republicano e Atualidade, São Paulo, Paulinas, 2003.

_____. _____. Tomo 1 – Período Colonial. São Paulo. Paulinas, 2002.

_____. _____. Tomo 2 - Período Imperial e Transição Republicana. São Paulo. Paulinas, 2002.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

- MENEZES, Fátima. *José Marrocos – Síntese Biográfica*. Coleção Juazeiro. Nº 7. Edições ICVC, 1988.
- MONTEIRO, Abelardo. F. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil (O território Colonial Brasileiro no “longo” século XVI)*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MORAES, Antônio de Almeida. *A Igreja e o comunismo*. Petrópolis: Vozes, 1962.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil - 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: [s.n.], 1981. (Coleção Tudo é História)
- MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica (JOC)*. São Paulo: Editora Brasiliense
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro. Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.
- NASCIMENTO, F.S. José Marrocos: o propagador do milagre de Juazeiro. In: _____. *Apologia de Augusto dos Anjos e outros estudos*. Coleção Alagadiço Novo, vol. 25. Fortaleza: Casa de José de Alencar -Programas culturais/Universidade federal do Ceará. 1990. p.p. 231-238
- NEVES, Napoleão Tavares. *Barbalha Cultural, s.e.,2001*.
- _____. *Pequena História da Paróquia de Santo Antônio*. Barbalha: s.e., 1988.
- NOBRE, Geraldo S. *História Eclesiástica do Ceará*. 1ª e 2ª partes. Fortaleza. Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.
- NORÕES, Edilmar. et. al. *Região do Cariri*. Fortaleza: Bel Publicações. Ltda. s.d.
- O’DEA, Thomas F. *Sociologia da Religião*. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, s.d.
- OLIVEIRA, Antonio Xavier de. *Beatos e cangaceiros. Estudo de psicologia social*. Rio de Janeiro: 1920.
- OLIVEIRA, César de. *O operariado e a Primeira República (1910-1924)*. São Paulo: Alfa, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.
- OLIVEIRA, L. Lippi. et. al. *Estado novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As Origens da Educação no Brasil. Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. In: *Ensaio: avaliação de políticas públicas e Educacionais*, Rio de Janeiro, v. 12, n.45, p. 945-958. Out/Dez 2004.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985

_____. Plínio Correa de. *As relações entre a Igreja e o Estado*. O Legionário. n° 413, Ago. 1940.

OLIVEIRA, Plínio Correa de. *Sete dias em revista*. O Legionário, n.233, Fev. 1937.

_____. *Sete Dias em Revista*. Legionário. n° 385, Jan. 1940.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. “*Perante o tribunal da História*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul [2004]

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania. Experiência do mundo público da história do Brasil Moderno*. In: Estudos Avançados, Vol. 03 – n° 07. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1983.

PARENTE, Josênio C. *Anauê (os camisas verdes no poder)*. Fortaleza, Edições UFC, 1999.

_____. *A fé e a razão na Política. Conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza. Edições UFC/Edições UVA, 2000.

PAULA, David Ferreira de. *O exercício político da fé: Igreja e poder no anos 30 E; 40*. In *Pós-História*, Assis, v. 1: 71-77, 1993.

PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o estado no Brasil*. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 7ª Edição. São Paulo. Editora Ática, 2003.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____. *O Cariri (Seu descobrimento, povoamento, costumes)*. Fortaleza, Instituto do Ceará Histórico do Ceará 1950.

PRANDINI, Fernando. Et al. *As Relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1987

Raízes familiares do presidente Fernando Henrique Cardoso no exército. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. n° 410.

RAMBO, Arthur B. Restauração Católica no Sul do Brasil. *Revista História: Questões & Debates*, v. 36, p. 279-304, 2002..

REGO, Tereza Cristina. *Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 6ª Edição. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1998.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ – *Documentos – História e Educação*, Nº 02. Fortaleza. Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.

RIBEIRO, Antônio Carlos Silva. *Como cantar a canção do senhor? Desafios ao testemunho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nos centros urbanos da atualidade*. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2005

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira (A organização escolar)* 15ª Edição. Coleção Memória da Educação. Campinas – SP. Ed. Autores Associados, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas – SP. Papirus Editora, 1994. Tomo I

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo Vermelho: Imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)* Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1996.

_____. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. In: Revista Brasileira de História vol.22 nº.44 S Paulo 2002.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República – Coleção pensamento político Republicano*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1991.

RODRIGUES, Rui Martinho Rodrigues & SÁ, Maria Ivoni de Sá. *Desenvolvimento e Educação*. In: Educação e Debate Fortaleza, nº 27 a 28 – Ano 16. Ed. Universidade Federal do Ceará, p. 13 – 30, Jan/Dez 1994.

_____. *O patrimonialismo na Sociedade e na Educação Brasileira*. In: Revista Educação em Debate – Fortaleza. Ano 17/18 – nº 29-30-31. Universidade Federa do Ceará, p.45-54, 1995.

ROIO, José Luiz Del. *1º de Maio cem anos de luta*. São Paulo: Global Editora, 1986.

ROMANO, Roberto. *Brasil, Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SAES, Décio. Classe Média e política. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand, 1991. t. III: O Brasil Republicano. V. 3 Sociedade e Política 1930-1964.

SALEM, Tânia Do Centro D. Vital à Universidade Católica In: SCHWARTZMAN, Simon. (Org.) *A Igreja frente ao ensino primário e normal*. In: Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico. (CNPq), 1982. pp. 97-134.

SAMPAIO, Alacoque. *A Casa de Mãe Yayá (Vol. III)*. Tipografia e Papelaria do Cariri, Crato-CE, 1995.

SAMPAIO, Yony. *Santo Antonio de Barbalha: sua terra sua gente*. A família Sá Barreto. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003. Vol III

SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Edições Loyola, 1992

SANTIAGO, Silviano. Introdução. In: _____ *Intérpretes do Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar, 2002.

SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientado, moralizando” (1915-1963)* Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Distinção, Instrução & Prazer: Uma Tipologia dos Gabinetes de Leitura no Brasil Oitocentista. - (Gabinete um Léxico abrangente) In: *História da Educação – Vitrais da Memória (Lugares, Imagens e Práticas Culturais)* CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. (Org.) et al. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. et. al. *Tempos de Capanema*. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

_____. *A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família*. Cadernos de pesquisa. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. v. 37, Mai. 1980.

_____. *A política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto*. Religião e sociedade, 13/1 p.p. 108-127, Mar/1986.

_____. *Bases do autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

_____. *Religião e Sociedade*, 13/1, pp. 108-127, Mar. 1986.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do Lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. 3ª Edição. São Paulo. Duas Cidades, 1988, p. 13 –25.

SEGNA, Egidio Vittorio. *Análise crítica do catolicismo no Brasil e perspectivas para uma pastoral de libertação*. Petrópolis: Vozes, 1977

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Hélio & CECÍLIA, Maria. *Os presidentes: Getúlio Vargas – O Estado Novo 1937 – 1945*. São Pulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, Josier Fereira da. Barbalha Gêense Urbana: *A formação do município de Barbalha no contexto regional*. Monografia (Especilaização em Análise ambiental Urbana), Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza – CE, [1992].

_____. *Estrutura de Poder e (Sub) desenvolvimento. (A inserção dos municípios caririenses na política oligárquica aciolina como fator inibidor da hegemonia e desenvolvimento regional: Ênfase à cidade de Barbalha – CE.* Monografia (Especialização em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. [1994]

SILVA, Zélia Lopes. *A domesticação dos Trabalhadores nos anos 30.* São Paulo: Marco Zero, 1990. (Coleção: Onde está a República).

SIMÕES, Daniel Soares. *Antiprotetantismo, Neocristandade e Paradigma Tridentino na Obra “O Anjo das Trevas” (1936).* Cadernos de História. Departamento de História da UFOP Ano I, n.º 2, setembro de 2006.

_____. *O catecismo da intolerância: o discurso católico antiprotetante na obra “o anjo das trevas” (1936).* – Pergaminho - revista eletrônica de história - UFPB - ano 1 - n. zero - out. 2005.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo.* 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Robert. *Propriedade da terra & Transição (Estudo sobre a formação da propriedade privada da terra e a transição para o Capitalismo no Brasil).* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

SOARES, Doracy. *O Cariri – Crato – Juazeiro do Norte.* Estudo de Geografia Regional. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1963.

SOBRINHO, Henrique Fernandes Lopes. *Barbalha em tempos passados.* Crato - CE. Tipografia e Papelaria do Cariri. 1987.

SOUSA, Jessie Jane Vieira. *Os Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *As várias faces da Igreja Católica.* Dossiê Religiões no Brasil. In: Estud. av. São Paulo vol.18 nº 52 Set./Dez. 2004.

SOUSA, Simone Da “Revolução de 30” ao Estado Novo In: Uma nova História do Ceará. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha, 2000. p. 287 – 316.

_____. (Org.) *Uma nova História do Ceará.* Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. *Historia do Ceará.* Fortaleza. Universidade Federal do Ceará/Fundação Demócrito Rocha.

STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964).* São Paulo: Annablume, 2008

STUDART, Guilherme. *Descrição do município de Barbalha.* Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Ceará. 1888. Tomo. 2

- SZMRECSÁNYI, Tomás. (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TORRES, Alberto Callou. *José Major (Meu Avô)*. 1ª Edição. Fortaleza Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007.
- TORRES, Camilo. *Cristianismo e revolução*. São Paulo: Global Editora, 1981
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução Russa*. 2ª Ed. São Paulo: Atual, 1988.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 1930)*. São Paulo: DIFEL: Porto Alegre: UFRS, 1974. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)
- VAZ, José Carlos de Lima. Resenha histórica dos Congressos Eucarísticos. “*Vinde e Vede!*”- Informativo do 15º Congresso Eucarístico Nacional/2006 – Florianópolis, Ano 2 – nº 03, p. 07, Ago. 2005.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual. In: *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade)
- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna & companhia*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1981
- _____. *Oliveira Vianna e o estado corporativo: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1976.
- VIEIRA, Sofia Lerche & FARIAS, Isabel Sabino. *História da Educação no Ceará* (sobre promessas, fatos e feitos) Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002.
- VILAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo, Sociedade: *Igreja Católica e política no Brasil*. Revista Teoria e Debate nº 40 – Fev./Mar./Abr. 1999.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez Editora, 1980
- ZULIAN, Rosângela W. & PEREIRA, Denise. *Ponta Grossa: rumo aos pressupostos da romanização*. Revista de História Regional – UEPH, v.11, 2006.

Suportes da Internet:

A Constituição de 1937. Política e Administração. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945).

A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

A Crise de 1929. Café e indústria. Anos 20 – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

A Crise Política. Crise Política Anos 20 - A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

ALBUQUERQUE, Rejane Maria Façanha de. *Participação do Ceará na formação da Justiça do Trabalho.* Monografia (Graduação em ciências sociais) Centro de humanidades, Universidade Estadual do Ceará. [2005]. Disponível em: <http://www.trt7.gov.br/biblioteca/menu/monografias/partic_ceara_formacao_JT.pdf> Acesso em: 7 Jun. 2007.

A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

A Eucaristia nas palavras dos últimos pontífices. Disponível em: <http://www.padriventurini.it/public/documenti/vozamiga_295.pdf>. Acesso em: 11 Jan. 2007.

A história do JJ e da rádio difusora !!! (II) Jornal Diário de Jundiá, 03 de março de 1967, Ano V nº 1278. Disponível em: <<http://cesartayar.blogspot.com/2008/10/histria-do-jj-e-da-rdio-difusora-ii.html>> Aceso em: 03 Dez. 2008.

A hora e a vez da contra-revolução. Disponível em: <http://integralismo.com.br/artigos/contra_revolucao.htm> Acesso em: 25 Jul. 2005.

A Igreja e os trabalhadores: São Paulo. Edições Loyola 1991. Coleção Mundo do trabalho. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=DL9w9bBY-cgC&printsec=frontcover&dq=doutrina+social+da+igreja&source=gbs_summary_r&cad=0#PPP1,M1> Acesso em 1 Set. 2008.

Alberto Torres. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto_Torres> Acesso em: 22 Set. 2008.

Alcide De Gasperi. Protagonistas - Disponível em: <<http://protagonistas.blog.com/2005/10/>> Acesso em: Jan. 2007.

Aliança Liberal. Anos 20 – A crise política. A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação de história Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_crisepol_liberal.htm> Acesso em: 15 Dez. 2006.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI_20080505144203.pdf> Acesso em: 20 Mar. 2008.

A segunda Guerra Mundial. A guerra no Brasil. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

AZZI, Riolando *Trajetória da Educação Católica no Brasil (1844 a 1944)* Disponível em <<http://www.eduline.com.br/aec/trajetoria/apoiada.htm>> Acesso em: 13 Set. 2005.

BAKUNIN, Mikhail. *A Igreja o Estado Oeuvres*. Vol. IV 1910. Disponível em: <http://ateus.net/artigos/critica/a_Igreja_e_o_Estado.php> Acesso em 11 out. 2006.

Barão de Studart. Disponível em: <<http://www.orbita.starmedia.com/~vithorhp/studart.htm>> Acesso em: 03 de Set. 2007.

BARRETTO, Vicente. *A natureza ética do liberalismo e do capitalismo*. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~direito/publicacoes/publicacoes/vicente_barreto/vb_4.html> Acesso em: 16 Jan. 2006.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Canudos, o Registro da Violência*. Disponível em: <<http://www.portfolium.com.br/Sites/Canudos/conteudo.asp?IDPublicacao=73>> Acesso em: 18 Jul. 2007.

BATALHA, Elisa. *O estreito vínculo entre educação e saúde*. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=922&sid=7>> Acesso em: 20 Ago. 2008.

BEOZZO, José Oscar. *A História da Igreja no Brasil*. Disponível em: <<http://www.edeus.org/edeus/catolicismo.htm#a8>> Acesso em: 03 Dez. 2007.

BERGAMINI, Ricardo, *Socialismo Cristão*. Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:w81-U1oExEMJ:paginas.terra.com.br/noticias/ricardoberga_mini/hh/hh44.html+Ricardo+Bergamini+Socialismo+crist%C3%A3o&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br> Acesso em: 2 Mar. 2006.

Bispos da Diocese de Crato <<http://www.diocesedecrato.org.br/index.php?pg=4-8>> Acesso em: 08 Set. 2007.

BOARINI, Maria Lúcia & YAMAMOTO, Oswaldo H. *Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem*. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/psi/pdf/higienismo_eugenia.pdf> Acesso em 17 Jul. 2008.

BOFF, Clodovis M. *Fé e Política*. Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/textoseartigos/politicaevangelhodosi/Fe%20e%20Politica.doc>> Acesso em 14 Out. 2007.

BOFF, Leonardo. *Fé e Política: suas implicações*. Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/textoseartigos/politicaevangelhodosi/fpimplicacoes.doc>> Acesso em: 15 Out. 2007.

BOMBASSARO, Ticiane. *Campanha da nacionalização: o espectro que ronda as semanas educacionais*. <Disponível em: http://www.cce.udesc.br/cem/simposio_udesc/anais/st3/st3ticiane.doc. Acesso em 03 Set. 2008.

BRITO, Escrito por Ronaldo Correia de. *O assassinato de Monsenhor Joviniano e o crime de Francisco Brennand*. Continente Online. Disponível em: <http://www.continenteonline.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=810&Itemid=129> Acesso em: 14 Jul. 2008.

Carlos Alberto de Menezes. Disponível em: <<http://www.camaragibeonline.com/colunas/curiosidades/index.htm>> Acesso em: 11 Jun. 2007.

CARLOS, Roberto. *Ideologias do Século XIX*. Disponível em: <http://www.colegioanchieta-ba.com.br/profs/roberto_carlos/slides/ideologia.htm> Acesso em: 24 Jan. 2006.

Carta de Princípios doutrinários e programáticos do movimento circulista. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=123&vis=>>> Acesso em: 05 Mai. 2006.

CARVALHO, Jorge. *As boas maneiras como virtude cristã: O compêndio de civilidade dos padres salesianos*. Disponível em: <www.cinform.com.br/colunistas/?colunista=17&código=5823> Acesso em: 10 Set. 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. *A educação Integral na Obra de Anísio Teixeira*. Disponível em <<http://www.unirio.br/cch/neephi/boletim/arquivos/inegralismo.doc>> Acesso em: 22 Set. 2005.

Cem anos de sindicalismo In: <http://www.comerciarior.com.br/Diversos/cem_anos.htm> Acesso em: 13 Jul. 2007.

Coluna Prestes. Crise Política. Anos 20 – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil - CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/> Acesso em 2 out. 2006.

Como fundar uma conferência vicentina? Disponível em: <<http://www.ssvpitu.org.br/fundar.htm>> Acesso em: 12 Abr. 2007.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. *Algumas questões ideológico-educativas da extrema direita*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_045.html> Acesso em: 21 Jun. 2007.

Consolidação das Leis do Trabalho. Direitos Sociais e Trabalhistas. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

COSTA A. Gomes da. *Catedral da Cultura Portuguesa*. Disponível em:<www.realgabinete.com.br/htm/rgpl.htm> Acesso em 13 Jun. 2006

CRUZ, Manuel Braga da. *A atualidade da democracia cristã*. Disponível em: <<http://www.cadc.pt/DemocraciaCrista.htm>> Acesso em: 20 Fev. 2006.

Cultura Política. Educação, Cultura e Propaganda. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

CUNHA, Marcus Vinicius da. *O manifesto dos pioneiros de 1932 e a cultura universitária brasileira*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Jose%20Carlos%20Sousa%20Araujo/Marcus%20Vinicius%20da%20Cunha%20-%20Texto.pdf>> Acesso em: 6 Jul. 2008.

Departamento de Imprensa e propaganda (DIP). *Educação, Cultura e Propaganda*. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/> Acesso em: 2 Out. 2006.

DIONÍSIO, Marinaldo Fernandes. A revista *a ordem*, fonte do ideário educacional católico. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0201P.PDF>> Acesso em: 27 jun. 2007.

Direitos Sociais e Trabalhistas. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Diretrizes Integralistas – Publicação Oficial. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=123&vis=>>> Acesso em 2. Mai. 2007.

Dom Helder Câmara. Disponível em: <http://www.catoliconet.com/?system=infor_macoes&action=read&id=40571&eid=24> Acesso em: 16 Jan. 2006.

É preciso educar o povo! A influência da ação missionária protestante na educação escolar brasileira (século XIX). Disponível em: <<http://sala.clacso.edu.ar/gsd1252/cgi-bin/library?e=d-000-00---0anped--00-0-0--0prompt-10---4-----0-11--1-es-50---20-about---00031-001-1-OutfZz-8- &a=d&c=anped&cl=CL2.1&d=HASH018ca4b1e43979ab83fd5759>> Acesso em 23 Abr. 2008.

Educação, Cultura e Propaganda. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Estado e Economia. Estado Novo e Fascismo. Política e Administração. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica

Estado Novo e Fascismo. Política e Administração. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Estatuto da CBTC - Confederação Brasileira dos trabalhadores circunistas. Disponível em: <<http://www.cbtc.org.br/estatuto.htm>> Acesso em: 05 Mai. 2006.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil. Era Vargas (Parte 1) Entrevista.* Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_4a.asp> Acesso em: 16 Jan. 2006.

_____. *Historia do Brasil. Era Vargas (Parte 2) Entrevista.* Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_4b.asp> Acesso em: 16 Jan. 2006.

_____. *Historia do Brasil. República (Parte 2) Entrevista.* Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_3b.asp> Acesso em: 16 Jan. 2006.

_____. *Historia do Brasil. República (Parte 1) Entrevista.* Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_3a.asp> Acesso em: 16 Jan. 2006.

_____. *O Pensamento nacionalista autoritário (1920-1940).* Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2001. Disponível em: <O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)> Acesso 01 Abr. 2007.

_____. *Historia do Brasil. Programa Brasil Democrático. (Parte 1) Entrevista.* Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_5a.asp> Acesso em: 16 Jan. 2006.

_____. *Historia do Brasil. Programa Brasil Democrático. (Parte 2) Entrevista.*

FIGUEIREDO, Rafael Dalla Rosa. *A comemoração do 1º de Maio desenvolvida pelo COP, no período de 1930 a 1945.* Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ich/ndh/pdf/Volume_07_Raf>

ael_Dalla_Rosa_Figueiredo.pdf -> Acesso em: 18 Out. 2007.

FORRESTER, F K. *O moto do Corpo*. Disponível em <<http://www.royalpioneercorps.co.uk/rpc/motto.htm>> Acesso em fev. 2007.

Fundação Padre Ibiapina. Disponível em: <<http://www.fundacaopadreibiapina.org.br/first.html>> Acesso em 2 ago. 2008.

Golpe do Estado Novo. Anos de Incerteza (1930 0 1937) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

GONÇALVES, Adilene. *A pedagogia da escola do trabalho e a formação integral do trabalhador*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t091.pdf>> Acesso em 13 Jul. 2008.

GONÇALVES, Alfredo J. *Doutrina social da Igreja. História e desafios*. Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/textoseartigos/politicaevangelhodosi/Doutrina%20Social%20da%20Igraja%20Historia%20e%20desafios.doc>> Acesso em: 14 Out. 2007.

_____. *Introdução à Doutrina Social da Igreja*. Disponível em: <<http://www.cnl.org.br/publicacoes/d2e75627233e4c1f4e70ec2098d10498.doc>> Acesso em 03 Mai. 2007.

GOUVÊA, Viviane. *Pensamento político brasileiro nos anos 30: o Integralismo*. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/10/362012.shtml>> Acesso em: 04 Abr. 2007.

Helder Câmara – Iniciando a vida sacerdotal. Disponível em: <<http://www.catolicanet.com/?system=informacoes&action=read&id=182&eid=24>> Acesso em Fev. 2006.

História: Como o imperador Constantino tornou-se pai do dogma católico da trindade. Disponível em: <<http://botabaixo.nireblog.com/post/2007/05/24/historia-como-o-imperador-constantino-tornou-se-o-pai-do-dogma-catolico-da-trindade>> Acesso em: 2 Jul. 2008.

História da educação no Brasil. Período da Primeira República (1889 – 1929) Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb06.htm> Acesso em: 3 mar. 2008.

_____. *Período da Segunda República (1930-1936)* Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07.htm>. Acesso em: 3 mar. 2008.

História do Ceará. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Cear%C3%A1> Acesso em: 03 Mai. 2007.

História do JJ e da Rádio Difusora – Jornal Diário de Jundiáí. Jundiáí, 1 mar. 1967. Disponível em: <<http://cesartayar.blogspot.com/2008/10/histria-do-jj-e-da-rdio-difusora-ii.html>> Acesso em 10 Jun. 2008.

Histórico do Circulismo. O que é Fetcesp? A Federação de Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo – FETCESP. Disponível em: < <http://www.fetcesp.org.br/quemsomos.htm>> Acesso em: 08 Jan. 2006.

Ideologia e Trabalhista. Direitos Sociais e Trabalhistas. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Igreja Católica no Brasil. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/vinicrashbr/historia/brasil/igrejacatolicano brasil.htm>> Acesso em: 13 Dez. 2005.

Igreja Católica no Brasil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Cat%C3%B3lica_no_Brasil> Acesso em: 2 Jun. 2007.

Internacional Comunista. Radicalização Política. Anos de Incertezas (1930 0 1937) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Jesus Cristo: Rei do Universo - Dia dos Leigos. Disponível em: <http://www.paroquiacruzrei.bpgplus.com.br/cristo_rei.htm> Acesso em 02 Jan. 2008.

JOBIM, Everton. *A Igreja Católica e as ideologias políticas.* Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/artigo.asp?pubid=2247>. Aceso em 05. Set. 2008.

JOBIM, Everton. *Doutrina Católica (Catolicismo e Integralismo)* Disponível em: <<http://74.125.47.132/search?q=cache:9-NEwZfJgy8J:br.geocities.+Everton+Jobim+A+Igreja+cat%C3%B3lica+n%C3%A3o+tem+partido&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>> Acesso em: 26 Mar. 2007.

JORDÃO, Gilberto. *O mestre e a escola no período colonial.* Disponível em <www.uem.br/~urutagua/04jordao.htm> Acesso em: 14 Set. 2008.

JOSAPHAT, Carlos. *Política como espaço privilegiado para a prática da fé.* Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/textoseartigos/politicaevangelhods/Politica%20espaco%20privilegiado%20para%20a%20pratica%20da%20fe.doc>> Aceso em 21 Ago. 2007

JUNIOR, Alfredo Moreira da Silva. *Conservadorismo, Integralismo católico no norte paranaense. 1947 – 1961.* Disponível em: < http://www.feati.com.br/revista/artigos/Artigo_alfredo2.pdf> Acesso em: 16 Jun. 2007.

Justiça do Trabalho. Política Social. Anos de Incertezas (1930 0 1937) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

KULESZA, Wojciech Andrzej. *Igreja e Educação Na Primeira República*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/wojciechandrzejkuleszat02.rtf>> Acesso em: 23 Jan. 2006.

LEÃO XIII – *Carta Encíclica Rerum Novarum*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarumpo.html> Acesso em 15 Dez. 2005.

_____. *Carta encíclica Aeterni Patris*. Disponível em: <<http://www.aquinate.net/portal/Tomismo/Tomistas/tomistas-papa-leao-XIII-aeterni%20patris.htm>> Acesso 30 Fev. 2007.

Lei de Segurança Nacional (LSN). Radicalização Política. Anos de Incertezas (1930 0 1937) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Lei Municipal nº 0832 – Município de Carazinho. Disponível em: <http://www.carazinho.rs.gov.br/web/scripts/download_pdf.php?arquivo=../legislacao/arquivos/2905.pdf> Acesso em Set. 2008.

Levante Integralista. Política e Administração. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

LIBANIO, J.B. *Missão da Igreja na Política*. Disponível em: http://www.cefep.org.br/textos_eartigos/politicaevangelhodosi/Missao%20da%20Igreja%20na%20Politica.doc Acesso em: 18 Out. 2007.

Liga Eleitoral Católica. Anos de Incerteza (1930 - 1937) A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação de histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/anos30-37/ev_liga_eleitoral.htm> Acesso em: 03 Mai. 2007.

Constituição de 1934. Anos de Incertezas (1930 0 1937) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em: 2 Out. 2006.

Literatura Proletária. Os Intelectuais e o Estado. Anos de Incertezas (1930 0 1937) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em: 2 out. 2006.

Manifesto de Outubro de 1932. Disponível em: <http://www.anauefoz.hpg.com.br/textos_integralistas/manifesto_de_outubro_de_1932.htm> Acesso em: 02 Set. 2006.

MARIANO, Ricardo. *Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso*. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm> Acesso: em 20 Mar. 2006.

MARIM, Walter Chaves. *As falsas profecias*. Disponível em: <http://www.portaldaeconomia.com.br/artigos/socialismo>cpitalismo/as_falsas_profecias.html> Acesso. 05 Set. 2008.

MATOS, Alderi Souza de. *O Protestantismo Brasileiro no Período Republicano*. Disponível em: <http://www.thirdmill.org/files/portuguese/60307~11_1_01_10-16-52_AM~O_Protestantismo_Brasileiro_no_Per%C3%ADodo_Republicano.html> Acesso em: 11 Jul. 2007;

MESQUIDA, Peri. *O processo político de restauração da Igreja: educação e os intelectuais orgânicos (1916- 1940)*. Revista HISTEDBR. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art03_31.pdf> Acesso em: 20 Mai. 2008.

Ministério do Trabalho. Política Social Anos de Incertezas. (1930 – 1937) A era Vargas, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/> Acesso em: 2 Out. 2006. Acesso em: 2 Out. 2006.

MIRANDA, Mario de França. *Igreja e sociedade na gaudium et spes e sua incidência no Brasil*. Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/textoseartigos/politicaevangelhodosi/IGREJA%20E%20SOCIEDADE%20NA%20GS.doc>> Acesso em: 20 Nov. 2006.

Mneme – *Revista de Humanidades, Caicó (RN)*, v. 7. n° 17, p.p. 216-36 Ago/Set. 2005. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>> Acesso em: 20 Mar. 2007.

O Brasil Após a primeira Grande Guerra. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/vinte.htm>> Acesso em 2 Jan. 2006.

OLIVEIRA, Plínio Correa de. *Em defesa da Ação Católica*. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/livros.asp>> Acesso em: 6 Nov. 2006.

Origem do movimento circulista nacional. Disponível em: <<http://ctcsor.ubbihp.com.br/ctc1.html#>> Acesso em: 20 Abr. 2006.

Os intelectuais e o Estado – Anos de Incerteza (1930 - 1937) A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/anos30-37/ev_inteest001.htm>. Acesso em: 15 Dez. 2006.

Padre Ibiapina. <http://diocesedeguarabira.org/padre_ibiapina.htm> Acesso em: Acesso em: 20 Abr. 2007.

PARANHOS, Adalberto. *O culto a Getúlio Vargas: um santo secular?* Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/039/39cparanhos.htm>> Acesso em 31 Ago. 2005.

Paul Johnson. Os petardos do homem que nunca foi a um show de música pop, nunca assistiu a um jogo de futebol e se recusa a ver novela de tv. Disponível em: <<http://www.geneton.com.br/archives/000026.html>> Acesso em: 22 Set. 2008.

Pedagogia comunista. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_comunista.htm> Acesso em: 01 Ago. 2007.

PIO XI. *Carta Encíclica - Divini Redemptoris* - Carta Encíclica do Sumo Pontífice sobre o comunismo ateu, de 19 de março de 1937. Disponível em: <<http://www.permanencia.org.br/revista/politica/comunismo/Divini%20Redemptoris.pdf>> Acesso em: 02 Fev. 2008.

_____. *Carta Encíclica – Mit Brennender Sorge.* Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937-mit-brennender-sorge_sp.htm> Acesso em: 14 Fev. 2006.

_____. *Encíclica quadragésimo anno.* Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em: 19 jan. 2006.

Questão Social. Anos 20 - A Era Vargas FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Radicalização Política. Anos de Incerteza (1930 0 1937) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL – Constituição de 10 de Novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em: 30 Jun. 2006.

_____. *Constituição de 16 de julho de 1934.* Disponível em: <[03/Constituicao/Constituição](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)> Acesso em: 22 Jan. 2006.

_____. *Constituição de 18 de setembro de 1946.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em: 5. Dez. 2006.

_____. *Constituição de 24 de fevereiro de 1891.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

Revolução no Nordeste. Revolução de 1930 – Anos 20 - A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em 2 out. 2006.

Salário: a história do mínimo e a distribuição de renda no Brasil. Disponível em: <http://www.quimicosp.org.br/noticia.php?noticia=982> Acesso em: 5 Abr. 2008.

SAMPAIO, Plínio Arruda. *O Ofício da Política.* Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/textoseartigos/politicaevangelhodsi/O%20Oficio%20da%20Politica.doc>> Acesso 3 em Set. 2007.

SANTOS, Carla Xavier dos. *A relação da Igreja Católica com o Estado Novo através do olhar da imprensa católica gaúcha.* Disponível em: <http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1211599064_ARQUIVO_ArelacaodaIgrejaCatolicacomoEstadoNovo.pdf> Acesso em: 27 Jun. 2007.

SCHNORR, Giselle Moura. *Histórico e Políticas de Educação de Jovens e Adultos.* Disponível em: <<http://www.app.com.br/portalapp/uploads/opiniaio/EJA.ppt#256,1,Histórico e Políticas de Educação de Jovens e Adultos Giselle Moura Schnorr - 2005 giselleschnorr@yahoo.com.br>> Acesso 20. Ago. 2008.

Sebastião Leme (Biografia). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em: 2 out. 2006. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_sebastiaoleme.htm> Acesso em: 4 Out. 2006.

Semana de Arte Moderna. Arte e Cultura - Anos 20- A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/> Acesso em: 2 Out. 2006.

SENA, Luiz Gonzaga. *A Juventude Universitária Católica.* Algumas reflexões sobre uma experiência de vida cristã; (I) Disponível em: <<http://www.itf.org.br/index.php?pg=conteudo&revisaid=6&fasciculoid=54&sumarioid=675>> Acesso em: 6 Nov. 2006.

Separação entre Igreja e Estado e liberdade de cultos - A Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890. Disponível em: <<http://www.permanencia.org.br/revista/politica/episcopado.htm>> Acesso em: 14 Jul. 2007.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação, Cultura e Propaganda. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em: 2 out. 2006.

Setenta anos atrás, Pio xi publicava duas encíclicas contra regimes totalitários: comunismo e nazismo. Radio do Vaticano. Disponível em: <<http://www.oecumene.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=123864>> Acesso em: 21 Jun. 2007.

SILVA, Maria de Jesus Marques. *A relação Igreja – Estado: do conflito à parceria*. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-4/GT-04-05.htm>> Acesso em: 7 Abr. 2008.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Igrejas cristãs e política*. Disponível em <<http://amaivos.uol.com.br/>> Acesso em: 07 Nov. 2006.

TORRES, Alberto Torres. Apud. BOMBASSARO, Ticiane. *Campanha da Nacionalização: espectro que ronda as semanas educacionais*. Disponível em: <<http://www.http://www.cce.u.desc.br/cem/simposioudesc/anais/st3/st3ticiane.doc>> Acesso em 03 Set. 2008.

Traços característicos da Rerum Novarum. Disponível em: <<http://www.paroquias.org/documentos/index.php?venc=ENC&vsubid=18>> Acesso em: 30 Abr. 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. *O nacionalismo como ideologia da desconversa*. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/025/25mt191183.htm> Acesso em: 04 Set. 2007.

Ultramontanismo. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ultramontanismo>> Acesso em 30 Fev. 2008.

Um histórico da militância política da AP e da UNE. Disponível em <<http://www.midiasemmáscara.com.br/print.php?id=3595>> Acesso em: 1 Dez. 2006.

Um século de Sindicalismo Brasileiro. Sindicato dos práticos de farmácia de Santos e Região. Disponível em: http://www.sinprafarmas.org.br/Diversos/seculo_sindicalismo.htm> Acesso em: 23 Nov. 2006.

União Nacional dos Estudantes (UNE) o Brasil na Guerra. Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) – A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em: 2 out. 2006.

VALLE, Serginho. *Solenidade de Cristo Rei*. Disponível em: <www.liturgia.pro.br/pl%2075.doc> Acesso em: 23 Abr. 2008.

Verde-Amarelos. Arte e Cultura. A Era Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de pesquisa e documentação histórica Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/nav_historia/>. Acesso em: 2 out. 2006.

Vicente de Araújo Matos. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vicente_de_Paulo_Ara%C3%BAjo_Matos> Acesso em: 2 Mai. 2007.

ZAMBON, R.E. *A colaboração da Igreja Católica nos processos de lutas sociais no Brasil*. Disponível em: <http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirogepal/pdfs_resumosh/rodri goeduardozambon.pdf> Acesso em: 8 Nov. 2006.

ANEXO A – Encíclica Rerum Nvarum



CARTA ENCÍCLICA
«RERUM NOVARUM»
DO PAPA LEÃO XIII
SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS
 1891

INTRODUÇÃO

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.

Por toda a parte, os espíritos estão apreensivos e numa ansiedade expectante, o que por si só basta para mostrar quantos e quão graves interesses estão em jogo. Esta situação preocupa e põe ao mesmo tempo em exercício o génio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes, e não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano.

É por isto que, Veneráveis Irmãos, o que em outras ocasiões temos feito, para bem da Igreja e da salvação comum dos homens, em Nossas Encíclicas sobre a *soberania política, a liberdade humana, a constituição cristã dos Estados* (1) e outros assuntos análogos, refutando, segundo Nos pareceu oportuno, as opiniões erróneas e falazes, o julgamos dever repetir hoje e pelos mesmos motivos, falando-vos da *Condição dos Operários*. Já temos tocado esta matéria muitas vezes, quando se Nos tem proporcionado o ensejo; mas a consciência do Nosso cargo Apostólico impõe-Nos como um dever tratá-la nesta Encíclica mais explicitamente e com maior desenvolvimento, a fim de pôr em evidência os princípios duma solução, conforme à justiça e à equidade. O problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. E difícil, efectivamente, precisar com exactidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vezes homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens.

Causas do conflito

2. Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma protecção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das

instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça dum concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.

A solução socialista

3. Os *Socialistas*, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edificio social.

A propriedade particular

4. De facto, como é fácil compreender, a razão intrínseca do trabalho empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição de outrem as suas forças e a sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa prover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender. Portanto, se, reduzindo as suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que esse campo não é outra coisa senão o salário transformado: o terreno assim adquirido será propriedade do artista com o mesmo título que a remuneração do seu trabalho. Mas, quem não vê que é precisamente nisso que consiste o direito da propriedade mobiliária e imobiliária? Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade colectiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu património e melhorarem a sua situação.

5. Mas, e isto parece ainda mais grave, o remédio proposto está em oposição flagrante com a justiça, por-que a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural. Há, efectivamente, sob este ponto de vista, uma grandíssima diferença entre o homem e os animais destituídos de razão. Estes não se governam a si mesmos; são dirigidos e governados pela natureza, mediante um duplo instinto, que, por um lado, conserva a sua actividade sempre viva e lhes desenvolve as forças; por outro, provoca e circunscreve ao mesmo tempo cada um dos seus movimentos. O primeiro instinto leva-os à conservação e à defesa da sua própria vida; o segundo, à propagação da espécie; e este duplo resultado obtêm-no facilmente

pelo uso das coisas presentes e postas ao seu alcance. Por outro lado, seriam incapazes de transpor esses limites, porque apenas são movidos pelos sentidos e por cada objecto particular que os sentidos percebem. Muito diferente é a natureza humana. Primeiramente, no homem reside, em sua perfeição, toda a virtude da natureza sensitiva, e desde logo lhe pertence, não menos que a esta, gozar dos objectos físicos e corpóreos. Mas a vida sensitiva mesmo que possuída em toda a sua plenitude, não só não abraça toda a natureza humana, mas é-lhe muito inferior e própria para lhe obedecer e ser-lhe sujeita. O que em nós se avantajava, o que nos faz homens, nos distingue essencialmente do animal, é a razão ou a inteligência, e em virtude desta prerrogativa deve reconhecer-se ao homem não só a faculdade geral de usar das coisas exteriores, mas ainda o direito estável e perpétuo de as possuir, tanto as que se consomem pelo uso, como as que permanecem depois de nos terem servido.

Uso comum dos bens criados e propriedade particular deles

Uma consideração mais profunda da natureza humana vai fazer sobressair melhor ainda esta verdade. O homem abrange pela sua inteligência uma infinidade de objectos, e às coisas presentes acrescenta e prende as coisas futuras; além disso, é senhor das suas acções; também sob a direcção da lei eterna e sob o governo universal da Providência divina, ele é, de algum modo, para si a sua lei e a sua providência. É por isso que tem o direito de escolher as coisas que julgar mais aptas, não só para prover ao presente, mas ainda ao futuro. De onde se segue que deve ter sob o seu domínio não só os produtos da terra, mas ainda a própria terra, que, pela sua fecundidade, ele vê estar destinada a ser a sua fornecedora no futuro. As necessidades do homem repetem-se perpetuamente: satisfeitas hoje, renascem amanhã com novas exigências. Foi preciso, portanto, para que ele pudesse realizar o seu direito em todo o tempo, que a natureza pusesse à sua disposição um elemento estável e permanente, capaz de lhe fornecer perpetuamente os meios. Ora, esse elemento só podia ser a terra, com os seus recursos sempre fecundos. E não se apele para a providência do Estado, porque o Estado é posterior ao homem, e antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger a sua existência. Não se oponha também à legitimidade da propriedade particular o facto de que Deus concedeu a terra a todo o género humano para a gozar, porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos. Tal não é o sentido dessa verdade. Ela significa, unicamente, que Deus não assinou uma parte a nenhum homem em particular, mas quis deixar a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos. Aliás, posto que dividida em propriedades particulares, a terra não deixa de servir à utilidade comum de todos, atendendo a que não há ninguém entre os mortais que não se alimente do produto dos campos. Quem os não tem, supre-os pelo trabalho, de maneira que se pode afirmar, com toda a verdade, que o trabalho é o meio universal de prover às necessidades da vida, quer ele se exerça num terreno próprio, quer em alguma parte lucrativa cuja remuneração, sai apenas dos produtos múltiplos da terra, com os quais ela se comuta. De tudo isto resulta, mais uma vez, que a propriedade particular é plenamente conforme à natureza. A terra, sem dúvida, fornece ao homem com abundância as coisas necessárias para a conservação da sua vida e ainda para o seu aperfeiçoamento, mas não poderia fornecê-las sem a cultura e sem os cuidados do homem. Ora, que faz o homem, consumindo os recursos do seu espírito e as forças do seu corpo em procurar esses bens da natureza? Aplica, para assim dizer, a si mesmo a porção da natureza corpórea que cultiva e deixa nela como que um certo cunho da sua pessoa, a ponto que, com toda a justiça, esse bem será possuído de futuro como seu, e não será lícito a ninguém violar o seu direito de qualquer forma que seja.

A propriedade sancionada pelas leis humanas e divinas

A força destes raciocínios é duma evidência tal, que chegamos a admirar como certos partidários de velhas opiniões podem ainda contradizê-los, concedendo sem dúvida ao homem particular o uso do solo e os frutos dos campos, mas recusando-lhe o direito de possuir, na qualidade de proprietário, esse solo em que edificou, a porção da terra que cultivou. Não vêem, pois, que despojam assim esse homem do fruto do seu trabalho; porque, afinal, esse campo amanhado com arte pela mão do cultivador, mudou completamente de natureza: era selvagem, ei-lo arroteado; de infecundo, tornou-se fértil; o que o tornou melhor, está inerente ao solo e confunde-se de tal forma com ele, que em grande parte seria impossível separá-lo. Suportaria a justiça que um estranho viesse então a atribuir-se esta terra banhada pelo suor de quem a cultivou? Da mesma forma que o efeito segue a causa, assim é justo que o fruto do trabalho pertença ao trabalhador.

É, pois, com razão, que a universalidade do género humano, sem se deixar mover pelas opiniões contrárias dum pequeno grupo, reconhece, considerando atentamente a natureza, que nas suas leis reside o primeiro fundamento da repartição dos bens e das propriedades particulares; foi com razão que o costume de todos os séculos sancionou uma situação tão conforme à natureza do homem e à vida tranquila e pacífica das sociedades. Por seu lado, as leis civis, que recebem o seu valor⁽¹⁾, quando são justas, da lei natural, confirmam esse mesmo direito e protegem-no pela força. Finalmente, a autoridade das leis divinas vem pô-lhe o seu selo, proibindo, sob perla gravíssima, até mesmo o desejo do que pertence aos outros: «Não desejarás a mulher do teu próximo, nem a sua casa, nem o seu campo, nem o seu boi, nem a sua serva, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença» (2) .

A família e o Estado

6. Entretanto, esses direitos, que são inatos a cada homem considerado isoladamente, apresentam-se mais rigorosos ainda, quando se consideram nas suas relações e na sua conexão com os deveres da vida doméstica. Ninguém põe em dúvida que, na escolha dum género de vida, seja lícito cada um seguir o conselho de Jesus Cristo sobre a virgindade, ou contrair um laço conjugal. Nenhuma lei humana poderia apagar de qualquer forma o direito natural e primordial de todo o homem ao casamento, nem circunscrever o fim principal para que ele foi estabelecido desde a origem: «Crescei e multiplicai-vos»⁽³⁾. Eis, pois, a família, isto é, a sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda a sociedade civil, à qual, desde logo, será forçosamente necessário atribuir certos direitos e certos deveres absoluta-mente independentes do Estado. Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, rei-vindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família. Isto não basta: passando para a sociedade doméstica, este direito adquire aí tanto maior força quanto mais extensão lá recebe a pessoa humana.

A natureza não impõe somente ao pai de família o dever sagrado de alimentar e sustentar seus filhos; vai mais longe. Como os filhos reflectem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento da sua pessoa, a natureza inspira-lhe o cuidado do seu futuro e a criação dum património que os ajude a defender-se, na perigosa jornada da vida, contra todas as surpresas da má fortuna. Mas, esse património poderá ele criá-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes e produtivos que possam transmitir-lhes por via de herança?

Assim como a sociedade civil, a família, conforme atrás dissemos, é uma sociedade propriamente dita, com a sua autoridade e o seu governo paterno, é por isso que sempre

indubitavelmente na esfera que lhe determina o seu fim imediato, ela goza, para a escolha e uso de tudo o que exigem a sua conservação e o exercício duma justa independência, de direitos pelo menos iguais aos da sociedade civil. Pelo menos iguais, dizemos Nós, porque a sociedade doméstica tem sobre a sociedade civil uma prioridade lógica e uma prioridade real, de que participam necessariamente os seus direitos e os seus deveres. E se os indivíduos e as famílias, entrando na sociedade, nela achassem, em vez de apoio, um obstáculo, em vez de protecção, uma diminuição dos seus direitos, dentro em pouco a sociedade seria mais para se evitar do que para se procurar.

Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto. Certamente, se existe algures uma família que se encontre numa situação desesperada, e que faça esforços vãos para sair dela, é justo que, em tais extremos, o poder público venha em seu auxílio, porque cada família é um membro da sociedade. Da mesma forma, se existe um lar doméstico que seja teatro de graves violações dos direitos mútuos, que o poder público intervenha para restituir a cada um os seus direitos. Não é isto usurpar as atribuições dos cidadãos, mas fortalecer os seus direitos, protegê-los e defendê-los como convém. Todavia, a acção daqueles que presidem ao governo público não deve ir mais além; a natureza proíbe-lhes ultrapassar esses limites. A autoridade paterna não pode ser abolida, nem absorvida pelo Estado, porque ela tem uma origem comum com a vida humana. «Os filhos são alguma coisa de seu pai»; são de certa forma uma extensão da sua pessoa, e, para falar com justiça, não é imediatamente por si que eles se agregam e se incorporam na sociedade civil, mas por intermédio da sociedade doméstica em que nasceram. Porque os «filhos são naturalmente alguma coisa de seu pai... devem ficar sob a tutela dos pais até que tenham adquirido o livre arbítrio» (4). Assim, substituindo a providência paterna pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família.

O comunismo, princípio de empobrecimento

7. Mas, além da injustiça do seu sistema, vêm-se bem todas as suas funestas consequências, a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias; o talento e a habilidade privados dos seus estímulos, e, como consequência necessária, as riquezas estancadas na sua fonte; enfim, em lugar dessa igualdade tão sonhada, a igualdade na nudez, na indigência e na miséria. Por tudo o que Nós acabamos de dizer, se compreende que a teoria socialista da propriedade colectiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular. Expliquemos agora onde convém procurar o remédio tão desejado.

A Igreja e a questão social

8. É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão

desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de actividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua acção fora da Igreja. E a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso.

Não luta, mas concórdia das classes

9. O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os *Socialistas*; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.

Pelo que diz respeito ao trabalho em particular, o homem, mesmo no *estado de inocência*, não era destinado a viver na ociosidade, mas, ao que a vontade teria abraçado livremente como exercício agradável, a necessidade lhe acrescentou, depois do pecado, o sentimento da dor e o impôs como uma expiação: «A terra será maldita por tua causa; é pelo trabalho que tirarás com que alimentar-te todos os dias da vida» (5). O mesmo se dá com todas as outras calamidades que caíram sobre o homem: neste mundo estas calamidades não terão fim nem tréguas, porque os funestos frutos do pecado são amargos, acres, acerbos, e acompanham necessariamente o homem até ao derradeiro suspiro. Sim, a dor e o sofrimento são o apanágio da humanidade, e os homens poderão ensaiar tudo, tudo tentar para os banir; mas não o conseguirão nunca, por mais recursos que empreguem e por maiores forças que para isso desenvolvam. Se há quem, atribuindo-se o poder fazê-lo, prometa ao pobre uma vida isenta de sofrimentos e de trabalhos, toda de repouso e de perpétuos gozos, certamente engana o povo e lhe prepara laços, onde se ocultam, para o futuro, calamidades mais terríveis que as do presente. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males.

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.

A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla.

E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça.

Obrigações dos operários e dos patrões

10. Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas.

Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo.

Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vis-ta a considerar. Duma maneira geral, recordem-se o rico e o patrão de que explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas; que comete-ria um crime de clamar vingança ao céu quem defraudasse a qualquer no preço dos seus labores: «Eis que o salário, que tendes extorquido por fraude aos vossos operários, clama contra vós: e o seu clamor subiu até aos ouvidos do Deus dos Exércitos»(6). Enfim, os ricos devem precaver-se religiosamente de todo o acto violento, toda a fraude, toda a manobra usurária que seja de natureza a atentar contra a economia do pobre, e isto mais ainda, porque este é menos apto para defender-se, e porque os seus haveres, por serem de mínima importância, revestem um carácter mais sagrado. A obediência a estas leis — pergunta-mos Nós — não bastaria, só de per si, para fazer cessar todo o antagonismo e suprimir-lhe as causas?

11. Todavia a Igreja, instruída e dirigida por Jesus Cristo, eleva o seu olhar ainda para mais alto; propõe um conjunto de preceitos mais completo, porque ambiciona estreitar a união das duas classes até as unir uma à outra por laços de verdadeira amizade. Ninguém pode ter uma verdadeira compreensão da vida mortal, nem estimá-la no seu devido valor, se não se eleva à consideração da outra vida que é imortal. Suprimi esta, e imediatamente toda a forma e toda a verdadeira noção de honestidade desaparecerá; mais ainda: todo o universo se tornará um impenetrável mistério.

Quando tivermos abandonado esta vida, só então começaremos a viver: esta verdade, que a

mesma natureza nos ensina, é um dogma cristão sobre o qual assenta, como sobre o seu primeiro fundamento, toda a economia da religião.

Não, Deus não nos fez para estas coisas frágeis e caducas, mas para as coisas celestes e eternas; não nos deu esta terra como nossa morada fixa, mas como lugar de exílio. Que abundeis em riquezas ou outros bens, chamados bens de fortuna, ou que estejais privados deles, isto nada importa à eterna beatitude: o uso que fizerdes deles é o que interessa.

Pela Sua superabundante redenção, Jesus Cristo não suprimiu as aflições que formam quase toda a trama da vida mortal; fez delas estímulos de virtude e fontes de mérito, de sorte que não há homem que possa pretender as recompensas eternas, se não caminhar sobre os traços sanguinolentos de Jesus Cristo: «Se sofrermos com Ele, com Ele reinaremos»(7). Por outra parte, escolhendo Ele mesmo a cruz e os tormentos, minorou-lhes singularmente o peso e a amargura, e, a fim de nos tornar ainda mais suportável o sofrimento, ao exemplo acrescentou a Sua graça e a promessa duma recompensa sem fim: «Porque o momento tão curto e tão ligeiro das aflições, que sofrermos nesta vida, produz em nós o peso eterno duma glória soberana incomparável» (8).

Assim, os afortunados deste mundo são advertidos de que as riquezas não os isentam da dor; que elas não são de nenhuma utilidade para a vida eterna, mas antes um obstáculo(9); que eles devem tremer diante das ameaças severas que Jesus Cristo profere contra os ricos(10); que, enfim, virá um dia em que deverão prestar a Deus, seu juiz, rigorosíssimas contas do uso que hajam feito da sua fortuna.

Posse e uso das riquezas

12. Sobre o uso das riquezas, já a pura filosofia pôde delinear alguns ensinamentos de suma excelência e extrema importância; mas só a Igreja no-los pode dar na sua perfeição, e fazê-los descer do conhecimento à prática. O fundamento dessa doutrina está na distinção entre a justa posse das riquezas e o seu legítimo uso.

A propriedade particular, já o dissemos mais acima, é de direito natural para o homem: o exercício deste direito é coisa não só permitida, sobretudo a quem vive em sociedade, mas ainda absolutamente necessária(11). Agora, se se pergunta em que é necessário fazer consistir o uso dos bens, a Igreja responderá sem hesitação: «A esse respeito o homem não deve ter as coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns, de tal sorte que facilmente dê parte delas aos outros nas suas necessidades. E por isso que b Após-tolo disse: «Ordena aos ricos do século... dar facilmente, comunicar as suas riquezas» (12).

Ninguém certamente é obrigado a aliviar o próximo privando-se do seu necessário ou do de sua família; nem mesmo a nada suprimir do que as conveniências ou decência Impõem à sua pessoa: «Ninguém com efeito deve viver contrariamente às conveniências»(13). Mas, desde que haja suficientemente satisfeito à necessidade e ao decoro, é um dever lançar o supérfluo no seio dos pobres: «Do supérfluo dai esmolas» (14). É um dever, não de estrita justiça, excepto nos casos de extrema necessidade, mas de caridade cristã, um dever, por consequência, cujo cumprimento se não pode conseguir pelas vias da justiça humana. Mas, acima dos juízos do homem e das leis, há a lei e o juízo de Jesus Cristo, nosso Deus, que nos persuade de todas as maneiras a dar habitualmente esmola: «É mais feliz», diz Ele, «aquele que dá do que aquele que recebe» (15), e o Senhor terá como dada ou recusada a Si mesmo a esmola que se haja dado ou recusado aos pobres: «Todas as vezes que tendes dado esmola, a um de Meus irmãos, é a Mim que a haveis dado» (16). Eis, aliás, em algumas palavras, o resumo desta doutrina: Quem quer que tenha recebido da divina Bondade maior abundância, quer de bens externos e do corpo, quer de bens da alma, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento, e, ao mesmo tempo, como ministro da Providência, ao

alívio dos outros. «E por isso, que quem tiver o talento da palavra tome cuidado em se não calar; quem possuir superabundância de bens, não deixe a misericórdia entumecer-se no fundo do seu coração; quem tiver a arte de governar, aplique-se com cuidado a partilhar com seu irmão o seu exercício e os seus frutos» (17).

Dignidade do trabalho

13. Quanto aos deserdados da fortuna, aprendam da Igreja que, segundo o juízo do próprio Deus, a pobreza não é um opróbrio e que não se deve corar por ter de ganhar o pão com o suor do seu rosto. É o que Jesus Cristo Nosso Senhor confirmou com o Seu exemplo. Ele, que «de muito rico que era, Se fez indigente» (18) para a salvação dos homens; que, Filho de Deus e Deus Ele mesmo, quis passar aos olhos do mundo por filho dum artesão; que chegou até a consumir uma grande parte da Sua vida em trabalho mercenário: «Não é Ele o carpinteiro, o Filho de Maria?» (19). Quem ti-ver na sua frente o modelo divino, compreenderá mais facilmente o que Nós vamos dizer: que a verdadeira dignidade do homem e a sua excelência reside nos seus costumes, isto é, na sua virtude; que a virtude é o património comum dos mortais, ao alcance de todos, dos pequenos e dos grandes, dos pobres e dos ricos; só a virtude e os méritos, seja qual for a pessoa em quem se encontrem, obterão a recompensa da eterna felicidade. Mais ainda: é para as classes desafortunadas que o coração de Deus parece inclinar-se mais. Jesus Cristo chama aos pobres bem-aventurados (20): convida com amor a virem a Ele, a fim de consolar a todos os que sofrem e que choram(21); abraça com caridade mais terna os pequenos e os oprimidos. Estas doutrinas foram, sem dúvida alguma, feitas para humilhar a alma altiva do rico e torná-lo mais condescendente, para reanimar a coragem daqueles que sofrem e inspirar-lhes resignação. Com elas se acharia diminuído um abismo causado pelo orgulho, e se obteria sem dificuldade que as duas classes se dessem as mãos e as vontades se unissem na mesma amizade.

Comunhão de bens de natureza e de graça

14. Mas é ainda demasiado pouco a simples amizade: se se obedecer aos preceitos do cristianismo, será no amor fraterno que a união se operará. Duma parte e doutra se saberá e compreenderá que os homens são todos absolutamente nascidos de Deus, seu Pai comum; que Deus é o seu único e comum fim, que só Ele é capaz de comunicar aos anjos e aos homens uma felicidade perfeita e absoluta; que todos eles foram igualmente resgatados por Jesus Cristo e restabeleci-dos por Ele na sua dignidade de filhos de Deus, e que assim um verdadeiro laço de fraternidade os une,-quer entre si, quer a Cristo, seu Senhor, que é «o primogénito de muitos irmãos»(22). Eles saberão, enfim, que todos os bens da natureza, todos os tesouros da graça, pertencem em comum e indistintamente a todo o género humano e que só os indignos é que são deserdados dos bens celestes: «Se vós sois filhos, sois também herdeiros, herdeiros de Deus, co-herdeiros de Jesus Cristo» (23) .

Tal é a economia dos direitos e dos deveres que ensina a filosofia cristã. Não se veria em breve prazo estabelecer-se a pacificação, se estes ensinamentos pudessem vir a prevalecer nas sociedades?

Exemplo e magistério da Igreja

15. Entretanto, a Igreja não se contenta com indicar o caminho que leva à salvação; ela

conduz a esta e com a sua própria mão aplica ao mal o conveniente remédio. Ela dedica-se toda a instruir e a educar os homens segundo os seus princípios e a sua doutrina, cujas águas vivificantes ela tem o cuidado de espalhar, tão longe e tão largamente quanto lhe é possível, pelo ministério dos Bispos e do Clero. Depois, esforça-se por penetrar nas almas e por obter das vontades que se deixem conduzir e governar pela regra dos preceitos divinos. Este ponto é capital e de grandíssima importância, porque encerra como que o resumo de todos os interesses .que estão em litígio, e aqui a acção da Igreja é soberana. Os instrumentos de que ela dispõe para tocar as almas, recebeu-os, para este fim, de Jesus Cristo, e trazem em si a eficácia duma virtude divina. São os únicos aptos para penetrar até às profundezas do coração humano, que são capazes de levar o homem a obedecer às imposições do dever, a dominar as suas paixões, a amar a Deus e ao seu próximo com uma caridade sem limites, a ultrapassar corajosamente todos os obstáculos que dificultam o seu caminho na estrada da virtude.

Neste ponto, basta passar ligeiramente em revista pelo pensamento os exemplos da antiguidade. As coisas e factos que vamos lembrar estão isentos de controvérsia. Assim, não é duvidoso que a sociedade civil foi essencialmente renovada pelas instituições cristãs, que esta renovação teve por efeito elevar o nível do género humano, ou, para melhor dizer, chamá-lo da morte à vida, e guindá-lo a um alto grau de perfeição, como se não viu semelhante nem antes nem depois, e não se verá jamais em todo o decurso dos séculos. Que, enfim, destes benefícios foi Jesus Cristo o princípio e deve ser o seu fim: porque, assim como tudo partiu d'Ele, assim também tudo Lhe deve ser referido. Quando, pois, o Evangelho raiou no mundo, quando os povos tiveram conhecimento do grande mistério da encarnação do Verbo e da redenção dos homens, a vida de Jesus Cristo, Deus e homem, invadiu as sociedades e impregnou-as inteiramente com a Sua fé, com as Suas máximas e com as Suas leis. E por isso que, se a sociedade humana deve ser curada, não o será senão pelo regresso à vida e às instituições do cristianismo.

A quem quer regenerar uma sociedade qualquer em decadência, se prescreve com razão que a reconduza às suas origens (24). Porque a perfeição de toda a sociedade consiste em prosseguir e atingir o fim para o qual foi fundada, de modo que todos os movimentos e todos os actos da vida social nasçam do mesmo princípio de onde nasceu a sociedade. Por isso, afastar-se do fim é caminhar para a morte, e voltar a ele é readquirir a vida. E o que Nós dizemos de todo o corpo social aplica-se igualmente a essa classe de cidadãos que vivem do seu trabalho e que formam a grandíssima maioria.

Nem se pense que a Igreja se deixa absorver de tal modo pelo cuidado das almas, que põe de parte o que se relaciona com a vida terrestre e mortal. Pelo que em particular diz respeito à classe dos trabalhadores, ela faz todos os esforços para os arrancar à miséria e procurar-lhes uma sorte melhor. E, certamente, não é um fraco apoio que ela dá a esta obra só pelo facto de trabalhar, por palavras e actos, para reconduzir os homens à virtude.

Os costumes cristãos, desde que entram em acção, exercem naturalmente sobre a prosperidade temporal a sua parte de benéfica influência; porque eles atraem o favor de Deus, princípio e fonte de todo o bem; reduzem o desejo excessivo das riquezas e a sede dos prazeres, esses dois flagelos que frequentes vezes lançam a amargura e o desgosto no próprio seio da opulência(25); contentam-se enfim com uma vida e alimentação frugal, e suprem pela economia a modicidade do rendimento, longe desses vícios que consomem não só as pequenas, mas as grandes fortunas, e dissipam os maiores patrimónios.

A Igreja e a caridade durante os séculos

16. A Igreja, além disso, provê também directamente à felicidade das classes deserdadas, pela fundação e sustentação de instituições que ela julga próprias para aliviar a sua miséria; e,

mesmo neste género de benefícios, ela tem sobressaído de tal modo, que os seus próprios inimigos lhe fizeram o seu elogio. Assim, entre os primeiros cristãos, era tal a virtude da caridade mútua, que não raro se viam os mais ricos despojarem--se do seu património em favor dos pobres. Por isso, a indigência não era conhecida entre eles(26); os Apóstolos tinham confiado aos Diáconos, cuja ordem fora especialmente instituída para esse fim, a distribuição quotidiana das esmolas, e o próprio S. Paulo, apesar de absorvido por uma solicitude que abraçava todas as Igrejas, não hesitava em empreender penosas viagens para ir em pessoa levar socorros aos cristãos indigentes. Socorros do mesmo género eram espontaneamente oferecidos pelos fiéis em cada uma das suas assembleias: o que Tertuliano chama os «depósitos da piedade», porque eram empregados «em sustentar e sepultar as pessoas indigentes, os órfãos pobres de ambos os sexos, os domésticos velhos, as vítimas de naufrágio» (27).

Eis como pouco a pouco se formou esse património, que a Igreja sempre guardou com religioso cuidado como um bem próprio da família dos pobres. Ela chegou até a assegurar socorros aos infelizes, poupando-lhes a humilhação de estender a mão; porque esta mãe comum dos ricos e dos pobres, aproveitando maravilhosamente rasgos de caridade que ela havia provocado por toda a parte, fundou sociedades religiosas e uma multidão doutras instituições úteis que, pouco tempo depois, não deviam deixar sem alívio nenhum género de miséria.

Há hoje, sem dúvida, um certo número de homens que, fiéis ecos dos pagãos de outrora, chegam a fazer, mesmo dessa caridade tão maravilhosa, uma arma para atacar a Igreja; e viu-se uma beneficência estabelecida pelas leis civis substituir-se à caridade cristã; mas esta caridade, que se dedica toda e sem pensamento reservado à utilidade do próximo, não pode ser suprida por nenhuma invenção humana. Só a Igreja possui essa virtude, porque não se pode haurir senão no Sagrado Coração de Jesus Cristo, e é errar longe de Jesus Cristo estar afastado da Sua Igreja.

O concurso do Estado

17. Todavia não há dúvida de que, para obter o resultado desejado, não é de mais recorrer aos meios humanos. Assim, todos aqueles a quem a questão diz respeito, devem visar ao mesmo fim e trabalhar de harmonia cada um na sua esfera. Nisto há como que uma imagem da Providência governando o mundo: porque nós vemos de ordinário que os factos e os acontecimentos que dependem de causas diversas são a resultante da sua acção comum.

Ora, que parte de acção e de remédio temos nós o direito de esperar do Estado? Diremos, primeiro, que por Estado entendemos aqui, não tal governo estabelecido entre tal povo em particular, mas todo o governo que corresponde aos preceitos da razão natural e dos ensinamentos divinos, ensinamentos que Nós todos expusemos, especialmente na Nossa Carta Encíclica sobre a constituição cristã das sociedades (28).

Origem da prosperidade nacional

18. O que se pede aos governantes é um curso de ordem geral, que consiste em toda a economia das leis e das instituições; queremos dizer que devem fazer de modo que da mesma organização e do governo da sociedade brote espontaneamente e sem esforço a prosperidade, tanto pública como particular. Tal é, com efeito, o officio da prudência civil e o dever próprio de todos aqueles que governam. Ora o que torna uma nação próspera, são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática e o respeito da justiça,

uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e, do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo género: todas as coisas que se não podem aperfeiçoar, sem fazer subir outro tanto a vida e a felicidade dos cidadãos. Assim como, pois, por todos estes meios, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo o rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerência; porque, em virtude mesmo do seu officio, o Estado deve servir o interesse comum. E é evidente que, quanto mais se multiplicarem as vantagens resultantes desta acção de ordem geral, tanto menos necessidade haverá de recorrer a outros expedientes para remediar a condição dos trabalhadores.

Mas há outra consideração que atinge mais profundamente ainda o nosso assunto. A razão formal de toda a sociedade é só uma e é comum a todos os seus membros, grandes e pequenos. Os pobres, com o mesmo título que os ricos, são, por direito natural, cidadãos; isto é, pertencem ao número das partes vivas de que se compõe, por intermédio das famílias, o corpo inteiro da Nação, para não dizer que em todas as cidades são o grande número.

Como, pois, seria desrazoável prover a uma classe de cidadãos e negligenciar outra, torna-se evidente que a autoridade pública deve também tomar as medidas necessárias para salvaguardar a salvação e os interesses da classe operária. Se ela faltar a isto, viola a estrita justiça que quer que a cada um seja dado o que lhe é devido. A esse respeito S. Tomás diz muito sabiamente: «Assim como a parte e o todo são em certo modo uma mesma coisa, assim o que pertence ao to-do pertence de alguma sorte a cada parte» (29). E por isso que, entre os graves e numerosos deveres dos governantes que querem prover, como convém, ao público, o principal dever, que domina todos os outros, consiste em cuidar igualmente de todas as classes de cidadãos, observando rigorosamente as leis da justiça, chamada *distributiva*.

Mas, ainda que todos os cidadãos, sem excepção, devam contribuir para a massa dos bens comuns, os quais, aliás, por um giro natural, se repartem de novo entre os indivíduos, todavia as constituições respectivas não podem ser nem as mesmas, nem de igual medida. Quaisquer que sejam as vicissitudes pelas quais as formas do governo são chamadas a passar, haverá sempre entre os cidadãos essas desigualdades de condições, sem as quais uma sociedade não pode existir nem conceber-se. Sem dúvida são necessários homens que governem, que façam leis, que administrem justiça, que, enfim, por seus conselhos ou por via da autoridade, administrem os negócios da paz e as coisas da guerra. Que estes homens devam ter a proeminência em toda a sociedade e ocupar nela o primeiro lugar, ninguém o pode duvidar, pois eles trabalham directamente para o bem comum e duma maneira tão excelente.

Os homens que, pelo contrário, se aplicam às coisas da indústria, não podem concorrer para este bem comum nem na mesma medida, nem pelas mesmas vias; mas, entretanto, também eles, ainda que de maneira menos directa, servem muitíssimo os interesses da sociedade. Sem dúvida alguma, o bem comum, cuja aquisição deve ter por efeito aperfeiçoar os homens, é principalmente um bem moral.

Mas numa sociedade regularmente constituída deve encontrar-se ainda uma certa abundância de bens exteriores «cujo uso é reclamado para exercício da virtude»(30). Ora, a fonte fecunda e necessária de todos estes bens é principalmente o trabalho do operário, o trabalho dos campos ou da oficina. Mais ainda: nesta ordem de coisas, o trabalho tem uma tal fecundidade e tal eficácia, que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações. A equidade manda, pois, que o Estado se preocupe com os trabalhadores, e proceda de modo que, de todos os bens que eles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável, como habitação e vestuário, e que possam viver à custa de menos trabalho e privações (31). De onde resulta que o Estado deve favorecer tudo o que, de perto ou de longe, pareça de natureza a melhorar-lhes a sorte. Esta solícitude, longe de prejudicar alguém, tornar-se-á, ao contrário, em proveito de todos, porque importa

soberanamente à nação que homens, que são para ela o princípio de bens tão indispensáveis, não se encontrem continuamente a braços com os horrores da miséria.

O Governo é para os governados e não vice-versa

19. Dissemos que não é justo que o indivíduo ou a família sejam absorvidos pelo Estado, mas é justo, pelo contrário, que aquele e esta tenham a faculdade de proceder com liberdade, contando que não atentem contra o bem geral, e não prejudiquem ninguém. Entretanto, aos governantes pertence proteger a comunidade e as suas partes: a comunidade, porque a natureza confiou a sua conservação ao poder soberano, de modo que a salvação pública não é somente aqui a lei suprema, mas é a própria a causa e a razão de ser do principado; as partes, porque, de direito natural, o governo não deve visar só os interesses daqueles que têm o poder nas mãos, mas ainda o bem dos que lhe estão submetidos. Tal é o ensino da filosofia, não menos que da fé cristã. Por outra parte, a autoridade vem de Deus e é uma participação da Sua autoridade suprema; desde então, aqueles que são os depositários dela devem exercê-la à imitação de Deus, cuja paternal solicitude se não estende menos a cada uma das criaturas em particular do que a todo o seu conjunto. Se, pois, os interesses gerais, ou o interesse duma classe em particular, se encontram ou lesa-dós ou simplesmente ameaçados, e se não for possível remediar ou obviar a isso doutro modo, é de toda a necessidade recorrer à autoridade pública.

Obrigações e limites da intervenção do Estado

20. Ora, importa à salvação comum e particular que a ordem e a paz reinem por toda a parte; que toda a economia da vida doméstica seja regulada segundo os mandamentos de Deus e os princípios da lei natural; que a religião seja honrada e observada; que se vejam florescer os costumes públicos e particulares; que a justiça seja religiosamente graduada, e que nunca uma classe possa oprimir impunemente a outra; que cresçam robustas gerações, capazes de ser o sustentáculo, e, se necessário for, o baluarte da Pátria. É por isso que os operários, abandonando o trabalho ou suspendendo-o por greves, ameaçam a tranquilidade pública; que os laços naturais da família afrouxam entre os trabalhadores; que se calca aos pés a religião dos operários, não lhes facilitando o cumprimento dos seus deveres para com Deus; que a promiscuidade dos sexos e outras excitações ao vício constituem nas oficinas um perigo para a moralidade; que os patrões esmagam os trabalhadores sob o peso de exigências iníquas, ou desonram neles a pessoa humana por condições indignas e degradantes; que atentam contra a sua saúde por um trabalho excessivo e desproporcionado com a sua idade e sexo: em todos estes casos é absolutamente necessário aplicar em certos limites a força e autoridade das leis. Esses limites serão determinados pelo mesmo fim que reclama o socorro das leis, isto é, que eles não devem avançar nem empreender nada além do que for necessário para reprimir os abusos e afastar os perigos.

Os direitos, em que eles se encontram, devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação. Todavia, na protecção dos direitos particulares, deve preocupar-se, de maneira especial, dos fracos e dos indigentes. A classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade da tutela pública. A classe indigente, ao contrário, sem riquezas que a ponham a coberto das injustiças, conta principalmente com a protecção do Estado. Que o Estado se faça, pois, sob um particularíssimo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre(32).

O Estado deve proteger a propriedade particular

21. Mas, é conveniente descer expressamente a algumas particularidades. É um dever principalíssimo dos governos o assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias. Hoje especialmente, no meio de tamanho ardor de cobiças desenfreadas, é preciso que o povo se conserve no seu dever; porque, se a justiça lhe concede o direito de empregar os meios de melhorar a sua sorte, nem a justiça nem o bem público consentem que danifiquem alguém na sua fazenda nem que se invadam os direitos alheios sob pretexto de não que igualdade. Por certo que a maior parte dos operários queriam melhorar de condição por meios honestos sem prejudicar a ninguém; todavia, não poucos há que, embebedos de máximas falsas e desejosos de novidade, procuram a todo o custo excitar e impelir os outros a violências. Intervenha portanto a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu.

Impedir as greves

22. O trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha dão, não poucas vezes, aos operários ocasião de greves. É preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e frequente, porque estas greves causam dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; e em razão das violências e tumultos, a que de ordinário dão ocasião, põem muitas vezes em risco a tranquilidade pública. O remédio, portanto, nesta parte, mais eficaz e salutar é prevenir o mal com a autoridade das leis, e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que se prevê que hão--de nascer os conflitos entre os operários e os patrões.

Proteger os bens da alma

23. Muitas outras coisas deve igualmente o Estado proteger ao operário, e em primeiro lugar os bens da alma. A vida temporal, posto que boa e desejável, não é o fim para que fomos criados; mas é a via e o meio para aperfeiçoar, com o conhecimento da verdade e com a prática do bem, a vida do espírito. O espírito é o que tem em si impressa a semelhança divina, e no qual reside aquele principado em virtude do qual foi dado ao homem o direito de dominar as criaturas inferiores e de fazer servir à sua utilidade toda a terra e todo o mar: «Enchei a terra e tornai-vo-la sujeita, dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem sobre a terra»(33). Nisto todos os homens são iguais, e não há diferença alguma entre ricos e pobres, patrões e criados, monarcas e súbditos, «porque é o mesmo o Senhor de todos»(34). A ninguém é lícito violar impunemente a dignidade do homem, do qual Deus mesmo dispõe, com grande reverência, nem pôr-lhe impedimentos, para que ele siga o caminho daquele aperfeiçoamento que é ordenado para o conseguimento da vida interna; pois, nem mesmo por eleição livre, o homem pode renunciar a ser tratado segundo a sua natureza e aceitar a escravidão do espírito; porque não se trata de direitos cujo exercício seja livre, mas de deveres para com Deus que são absolutamente invioláveis.

24. Daqui vem, como consequência, a necessidade do repouso festivo. Isto, porém, não quer dizer que se deve estar em ócio por mais largo espaço de tempo, e muito menos significa uma inacção total, como muitos desejam, e que é a fonte de vícios e ocasião de dissipação; mas um repouso consagrado à religião. Unido à religião, o repouso tira o homem dos trabalhos e

das ocupações da vida ordinária para o chamar ao pensamento dos bens celestes e ao culto devido à Majestade divina. Eis aqui a principal natureza e fim do repouso festivo que Deus, com lei especial, prescreveu ao homem no Antigo Testamento, dizendo-lhe: «Recorda-te de santificar o sábado» (35); e que ensinou com o Seu exemplo, quando no sétimo dia, de-pois de criado o homem, repousou: «Repousou no sétimo dia .de todas as Suas obras que tinha feito» (36).

Protecção do trabalho dos operários, das mulheres e das crianças

25. No que diz respeito aos bens naturais e exteriores, primeiro que tudo é um dever da autoridade pública subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores, que abusam, sem nenhuma descrição, tanto das pessoas como das coisas. Não é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso da fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo.

A actividade do homem, restrita como a sua natureza, tem limites que se não podem ultrapassar. O exercício e o uso aperfeiçoam-na, mas é preciso que de quando em quando se suspenda para dar lugar ao repouso. Não deve, portanto, o trabalho prolongar-se por mais tempo do que as forças permitem. Assim, o número de horas de trabalho diário não deve exceder a força dos trabalhadores, e a quantidade de repouso deve ser proporcionada à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à compleição e saúde dos operários. O trabalho, por exemplo, de extrair pedra, ferro, chumbo e outros materiais escondidos debaixo da terra, sendo mais pesa-do e nocivo à saúde, deve ser compensado com uma duração mais curta. Deve-se também atender às estações, porque não poucas vezes um trabalho que facilmente se suportaria numa estação, noutra é de facto insuportável ou somente se vence com dificuldade.

26. Enfim, o que um homem válido e na força da idade pode fazer, não será equitativo exigilo duma mulher ou duma criança. Especialmente a infância — e isto deve ser estritamente observado — não deve entrar na oficina senão quando a sua idade tenha suficientemente desenvolvido nela as forças físicas, intelectuais e morais: de contrário, como uma planta ainda tenra, ver-se-á murchar com um trabalho demasiado precoce, e dar-se-á cabo da sua educação. Trabalhos há também quê se não adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família. Em geral, a duração do descanso deve medir-se pelo dispêndio das forças que ele deve restituir. O direito ao descanso de cada dia assim como à cessação do trabalho no dia do Senhor, deve ser a condição expressa ou tácita de todo o contrato feito entre patrões e operários. Onde esta condição não entrar, o contrato não será justo, pois ninguém pode exigir ou prometer a violação dos deveres do homem para com Deus e para consigo mesmo.

O quantitativo do salário dos operários

27. Passemos agora a outro ponto da questão e de não menor importância, que, para evitar os extremos, demanda uma definição precisa. Referimo-nos à fixação do salário. Uma vez livremente aceite o salário por uma e outra parte, assim se raciocina, o patrão cumpre todos os seus compromissos desde que o pague e não é obrigado a mais nada. Em tal hipótese, a

justiça só seria lesada, se ele se recusasse a saldar a dívida ou o operário a concluir todo o seu trabalho, e a satisfazer as suas condições; e neste último caso, com exclusão de qualquer outro, é que o poder público teria que intervir para fazer valer o direito de qual quer deles. Semelhante raciocínio não encontrará um juiz equitativo que consinta em o abraçar sem reserva, pois não abrange todos os lados da questão e omite um deveras importante. Trabalhar é exercer a actividade com o fim de procurar o que requerem as diversas necessidades do homem, mas principalmente a sustentação da própria vida. «Comerás o teu pão com o suor do teu rosto» (37). Eis a razão por que o trabalho recebeu da natureza como que um duplo cunho: é pessoal, porque a força activa é inerente à pessoa, e porque a propriedade daquele que a exerce e a recebeu para sua utilidade; e é *necessário*, porque o homem precisa da sua existência, e porque a deve conservar para obedecer às ordens incontestáveis da natureza. Ora, se não se encarar o trabalho senão pelo seu lado *pessoal*, não há dúvida de que o operário pode a seu bel-prazer restringir a taxa do salário. A mesma vontade que dá o trabalho pode contentar-se com uma pequena remuneração ou mesmo não exigir nenhuma. Mas já é outra coisa, se ao carácter de personalidade se juntar o de necessidade, que o pensamento pode abstrair, mas que na realidade não se pode separar. Efectivamente, conservar a existência é um dever imposto a todos os homens e ao qual se não podem subtrair sem crime. Deste dever nasce necessariamente o direito de procurar as coisas necessárias à subsistência, e que o pobre as não procure senão mediante o salário do seu trabalho. Façam, pois, o patrão e o operário todas as convenções que lhes aprouver, cheguem, inclusivamente, a acordar na cifra do salário: acima da sua livre vontade está uma lei de justiça natural, mais elevada e mais antiga, a saber, que o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado. Mas se, constringido pela necessidade ou forçado pelo receio dum mal maior, aceita condições duras que por outro lado lhe não seria permitido recusar, porque lhe são impostas pelo patrão ou por quem faz oferta do trabalho, então é isto sofrer uma violência contra a qual a justiça protesta. Mas, sendo de temer que nestes casos e em outros análogos, como no que diz respeito às horas diárias de trabalho e à saúde dos operários, a intervenção dos poderes públicos seja importuna, sobretudo por causa da variedade das circunstâncias, dos tempos e dos lugares, será preferível que a solução seja confiada às corporações ou sindicatos de que falaremos, mais adiante, ou que se recorra a outros meios de defender os interesses dos operários, mesmo com o auxílio e apoio do Estado, se a questão o reclamar(38).

A economia como meio de conciliação das classes

28. O operário que receber um salário suficiente para ocorrer com desafogo às suas necessidades e às da sua família, se for prudente, seguirá o conselho que parece dar-lhe a própria natureza: aplicar-se-á a ser parcimonioso e agirá de forma que, com prudentes economias, vá juntando um pequeno pecúlio, que lhe permita chegar um dia a adquirir um modesto património. Já vimos que a presente questão não podia receber solução verdadeiramente eficaz, se se não começasse por estabelecer como princípio fundamental a inviolabilidade da propriedade particular. Importa, pois, que as leis favoreçam o espírito de propriedade, o reanimem e desenvolvam, tanto quanto possível, entre as massas populares. Uma vez obtido, este resultado seria a fonte dos mais preciosos benefícios, e em primeiro lugar duma repartição dos bens certamente mais equitativa. A violência das revoluções políticas dividiu o corpo social em duas classes e cavou entre elas um imenso abismo. Dum lado, a onipotência na opulência: uma facção que, senhora absoluta da indústria e do comércio, desvia o curso das riquezas e faz correr para o seu lado todos os mananciais; facção que aliás tem na sua mão mais dum motor da administração pública. Do outro, a fraqueza na

indigência: uma multidão com a alma dilacerada, sempre pronta para a desordem. Ah, estimule-se a industriosa actividade do povo com a perspectiva da sua participação na prosperidade do solo, e ver-se-á nivelar pouco a pouco o abismo que separa a opulência da miséria, o operar-se a aproximação das duas classes. Demais, a terra produzirá tudo em maior abundância, pois o homem é assim feito: o pensamento de que trabalha em terreno que é seu redobra o seu ardor e a sua aplicação. Chega a pôr todo o seu amor numa terra que ele mesmo cultivou, que lhe promete a si e aos seus não só o estritamente necessário, mas ainda uma certa fartura. Não há quem não descubra sem esforço os efeitos desta duplicação da actividade sobre a fecundidade da terra e sobre a riqueza das nações. A terceira utilidade será a suspensão do movimento de emigração; ninguém, com efeito, quereria trocar por uma região estrangeira a sua pátria e a sua terra natal, se nesta encontrasse os meios de levar uma vida mais tolerável.

Mas uma condição indispensável para que todas estas vantagens se convertam em realidades, é que a propriedade particular não seja esgotada por um excesso de encargos e de impostos. Não é das leis humanas, mas da natureza, que emana o direito de propriedade individual; a autoridade pública não o pode pois abolir; o que ela pode é regular-lhe o uso e conciliá-lo com o bem comum. É por isso que ela age contra a justiça e contra a humanidade quando, sob o nome de impostos, sobrecarrega desmedidamente os bens dos particulares.

Benefício das corporações

29. Em último lugar, diremos que os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras capazes de aliviar eficazmente a indigência e de operar uma aproximação entre as duas classes. Pertencem a este número as associações de socorros mútuos; as diversas instituições, devidas à iniciativa particular, que têm por fim socorrer os operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma protecção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos. Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias, que abrangem quase todas as outras. Os nossos antepassados experimentaram por muito tempo a benéfica influência destas associações. Ao mesmo tempo que os artistas encontravam nelas inapreciáveis vantagens, as artes receberam delas novo brilho e nova vida, como o proclama grande quantidade de monumentos. Sendo hoje mais cultas as gerações, mais polidos os costumes, mais numerosas as exigências da vida quotidiana, é fora de dúvida que se não podia deixar de adaptar as associações a estas novas condições. Assim, com prazer vemos Nós irem-se formando por toda a parte sociedades deste género, quer compostas só de operários, quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões: é para desejar que aumentem a sua acção. Conquanto nos tenhamos ocupado delas mais duma vez (39), que-remos expor aqui a sua oportunidade e o seu direito de existência e indicar como devem organizar-se é qual deve ser o seu programa de acção.

As associações particulares e o Estado

30. A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças, obriga-o e impele-o a agregar-se a uma cooperação estranha.

É nas Sagradas Letras que se lê esta máxima: «Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois; quando cair, não terá ninguém que o levante» (40). E estoura: «O irmão que é ajudado por seu irmão, é como uma cidade forte» (41). Desta propensão natural, como dum único germe,

nasce, primeiro, a sociedade civil; depois, no próprio seio desta, outras sociedades que, por serem restritas e imperfeitas, não deixam de ser sociedades verdadeiras.

Entre as pequenas sociedades e a grande, há profundas diferenças, que resultam do seu fim próximo. O fim da sociedade civil abrange universalmente todos os cidadãos, pois este fim está no bem comum, isto é, num bem do qual todos e cada um têm o direito de participar em medida proporcional. Por isso se chama público, porque «reúne os homens para formarem uma nação»(42). Ao contrário, as sociedades que se constituem no seu seio são frágeis, porque são particulares, e o são com efeito, pois a sua razão de ser imediata é a utilidade particular e exclusiva dos seus membros: «A sociedade particular é aquela que se forma com um fim particular, como quando dois ou três indivíduos se associam para exercerem em comum o comércio» (43). Ora, pelo facto de as sociedades particulares não terem existência senão no seio da sociedade civil, da qual são como outras tantas partes, não se segue, falando em geral e considerando apenas a sua natureza, que o Estado possa negar-lhes a existência. O direito de existência foi-lhes outorgado pela própria natureza; e a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural, não para o aniquilar. Por esta razão, uma sociedade civil que proibisse as sociedades públicas e particulares, atacar-se-ia a si mesma, pois todas as sociedades públicas e particulares tiram a sua origem dum mesmo princípio: a natural sociabilidade do homem. Certamente se dão conjunturas que autorizam as leis a opor-se à fundação duma sociedade deste género.

Se uma sociedade, em virtude mesmo dos seus estatutos orgânicos, trabalhasse para um fim em oposição flagrante com a probidade, com a justiça, com a segurança do Estado, os poderes públicos teriam o direito de lhe impedir a formação, ou o direito de a dissolver, se já estivesse formada. Mas deviam em tudo isto proceder com grande circunspecção para evitar usurpação dos direitos dos cidadãos, e para não determinar, sob a cor da utilidade pública, alguma coisa que a razão houvesse de desaprovar. Pois uma lei não merece obediência, senão enquanto é conforme com a recta razão e a lei eterna de Deus(44).

31. Aqui, apresentam-se ao Nosso espírito as confrarias, as congregações e as ordens religiosas de todo o género, nascidas da autoridade da Igreja e da piedade dos fiéis. Quais foram os seus frutos de salvação para o género humano até aos nossos dias, a História o diz suficientemente. Considerando simplesmente o ponto de vista da razão, estas sociedades aparecem como fundadas com um fim honesto, e, conseqüentemente, sob os auspícios do direito natural: no que elas têm de relativo à religião, não dependem senão da Igreja. Os poderes públicos não podem, pois, legitimamente, arrogar-se nenhum direito sobre elas, atribuir-se a sua administração; a sua obrigação é antes respeitá-las, protegê-las e, em caso de necessidade, defendê-las. Justamente o contrário é o que Nós temos sido condenados a ver, principalmente nestes últimos tempos. Em não poucos países, o Estado tem deitado a mão a estas sociedades, e tem acumulado a este respeito injustiça sobre injustiça: sujeição às leis civis, privações do direito legítimo de personalidade, espoliação dos bens. Sobre estes bens, a Igreja tinha todavia os seus direitos: cada um dos membros tinha os seus; os doadores, que lhe haviam dado uma aplicação, e aqueles, enfim, que delas auferiam socorros e alívio, tinham os seus. Assim não podemos deixar de deplorar amargamente espoliações tão iníquas e tão funestas; tanto mais que se ferem de proscricção as sociedades católicas na mesma ocasião em que se afirma a legalidade das sociedades particulares, e que, aquilo que se recusa a homens pacíficos e que não têm em vista senão a utilidade pública, se concede, e por certo muito amplamente, a homens que meditam planos funestos para a religião e também para o Estado.

As associações operárias católicas

32. Certamente em nenhuma outra época se viu tão grande multiplicidade de associações de todo o género, principalmente de associações operárias. Não é, porém, aqui, o lugar para investigar qual é a origem de muitas delas, qual o seu fim e quais os meios com que tendem para esse fim. Mas é uma opinião, confirmada por numerosos indícios, que elas são ordinariamente governadas por chefes ocultos, e que obedecem a uma palavra de ordem igualmente hostil ao nome cristão e à segurança das nações: que, depois de terem açambarcado todas as empresas, se há operários que recusam entrar em seu seio, elas fazem--lhe expiar a sua recusa pela miséria. Neste estado de coisas, os operários cristãos não têm remédio senão escolher entre estes dois partidos: ou darem os seus nomes a sociedades de que a religião tem tudo a temer, ou organizarem-se eles próprios e unirem as suas forças para poderem sacudir denodadamente um jugo tão injusto e tão intolerável. Haverá homens, verdadeiramente empenhados em arrancar o supremo bem da humanidade a um perigo iminente, que possam ter a menor dúvida de que é necessário optar por esse último partido?

É altamente louvável o zelo de grande número dos nossos, que, conhecendo perfeitamente as necessidades da hora presente, sondam cuidadosamente o terreno, para aí descobrirem uma vereda honesta que conduz à reabilitação da classe operária. Constituindo-se protectores das pessoas dedicadas ao trabalho, esforçam-se por aumentar a sua prosperidade, tanto doméstica como individual, e regular com equidade as relações recíprocas dos patrões e dos operários; por manter e enraizar nuns e noutros a lembrança dos seus deveres e a observância dos preceitos que, conduzindo o homem à moderação e coordenando todos os excessos, mantêm nas nações, e entre elementos tão diversos de pessoas e de coisas, a concórdia e a harmonia mais perfeita. Sob a inspiração dos mesmos pensamentos, homens de grande mérito se reúnem em congresso, para comunicarem mutuamente as ideias, unirem as suas forças, ordenarem programas de acção. Outros ocupam-se em fundar corporações adequadas às diversas profissões e em fazer entrar nelas os artistas: coadjuvam-nos com os seus conselhos e a sua fortuna, e providenciam para que lhes não falte nunca um trabalho honrado e proveitoso. Os Bispos, por seu lado, animam estes esforços e colocam-nos sob a sua protecção: por sua autoridade e sob os seus auspícios, membros do clero tanto secular como regular se dedicam, em grande número, aos interesses espirituais das corporações. Finalmente, não faltam católicos que, possuidores de abundantes riquezas, convertidos de algum modo em companheiros voluntários dos trabalhadores, não olham a despesas para fundar e propagar sociedades, onde estas possam encontrar, a par com certa abastança para o presente, a promessa de honroso descanso para o futuro. Tanto zelo, tantos e tão engenhosos esforços têm já feito entre os povos um bem muito considerável, e demasiado conhecido para que seja necessário falar deles mais nitidamente. É a nossos olhos feliz prognóstico para o futuro, e esperamos destas corporações os mais benéficos frutos, conquanto que continuem a desenvolver-se e que a prudência presida à sua organização. Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida; pois o movimento vital procede essencialmente dum princípio interno, e extingue-se facilmente sob a acção duma causa externa.

Disciplina e finalidade destas associações

33. Precisam evidentemente estas corporações, para que nelas haja unidade de acção e acordo de vontades, duma sábia e prudente disciplina. Se, pois, como é certo, os cidadãos são livres de se associarem, devem sê-lo igualmente de se dotarem com os estatutos e regulamentos que lhes pareçam mais apropriados ao fim que visam. Quais devem ser estes estatutos e

regulamentos? Não cremos que se possam dar regras certas e precisas para lhes determinar os pormenores; tudo depende do génio de cada nação, das tentativas feitas e da experiência adquirida, do género de trabalho, da expansão do comércio e doutras circunstâncias de coisas e de tempos que se devem pesar com ponderação. Tudo quanto se pode dizer em geral é que se deve tomar como regra universal e constante o organizar e governar por tal forma as cooperações que proporcionem a cada um dos seus membros os meios aptos para lhes fazerem atingir, pelo caminho mais cómodo e mais curto, o fim que eles se propõem, e que consiste no maior aumento possível dos bens do corpo, do espírito e da fortuna.

Mas é evidente que se deve visar antes de tudo o objecto principal, que é o aperfeiçoamento moral e religioso. E principalmente este fim que deve regular toda a economia destas sociedades; doutro modo, elas degenerariam bem depressa e cairiam, por pouco que fosse, na linha das sociedades em que não tem lugar a religião. Ora, de que serviria ao artista ter encontrado no seio da corporação a abundância material, se a falta de alimentos espirituais pusesse em perigo a salvação da sua alma? «Que vale ao homem possuir o universo inteiro, se vier a perder a sua alma?»(45). Eis o carácter com que Nosso Senhor Jesus Cristo quis que se distinguisse o cristão do pagão: «Os pagãos procuram todas estas coisas... procurai primeiro o reino de Deus, e todas estas coisas vos serão dadas por acréscimo»(46). Assim, pois, tomando a Deus por ponto de partida, dê-se amplo lugar à instrução religiosa a fim de que todos conheçam os seus deveres para com Ele; o que é necessário crer, o que é necessário esperar, o que é necessário fazer para obter a salvação eterna, tudo isto lhes deve ser cuidadosamente recomendado; premunam-se com particular solicitude contra as opiniões erróneas e contra todas as variedades do vício.

Guie-se o operário ao culto de Deus, incite-se nele o espírito de piedade, faça-se principalmente fiel à observância dos domingos e dias festivos. Aprenda ele a amar e a respeitar a Igreja, mãe comum de todos os cristãos, a aquiescer aos seus preceitos, a frequentar os seus sacramentos, que são fontes divinas onde a alma se purifica das suas manchas e bebe a santidade.

Constituída assim a religião em fundamento de todas as leis sociais, não é difícil determinar as relações mútuas a estabelecer entre os membros para obter a paz e a prosperidade da sociedade. As diversas funções devem ser distribuídas da maneira mais proveitosa aos interesses comuns, e de tal modo, que a desigualdade não prejudique a concórdia.

Importa grandemente que os encargos sejam distribuídos com inteligência, e claramente definidos, a fim de que ninguém sofra injustiça. Que a massa comum seja administrada com integridade, e que se de-termine previamente, pelo grau de indigência de cada um dos membros, a quantidade de auxílio que deve ser concedido; que os direitos e os deveres dos patrões sejam perfeitamente conciliados com os direitos e deveres dos operários.

A fim de atender às reclamações eventuais que se levantem numa ou noutra classe a respeito dos direitos lesados, seria muito para desejar que os próprios estatutos encarregassem homens prudentes e íntegros, tirados do seu seio, para regularem o litígio na qualidade de árbitros.

Convite para os operários católicos se associarem

34. É necessário ainda prover de modo especial a que em nenhum tempo falte trabalho ao operário; e que haja um fundo de reserva destinado a fazer face, não somente aos acidentes súbitos e fortuitos inseparáveis do trabalho industrial, mas ainda à doença, à velhice e aos reveses da fortuna.

Estas leis, contanto que sejam aceites de boa vontade, bastam para assegurar aos fracos a subsistência e um certo bem-estar; mas as corporações católicas são chamadas ainda a prestar os seus bons serviços à prosperidade geral.

Pelo passado podemos sem temeridade julgar o futuro. Uma época cede o lugar a outra; mas o curso das coisas apresenta maravilhosas semelhanças, preparadas por essa Providência que tudo dirige e faz convergir para o fim que Deus se propôs ao criar a humanidade. Sabemos que nas primeiras idades da Igreja lhe imputavam como crime a indigência dos seus membros, condenados a viver de esmolas ou do trabalho: Mas, despidos como estavam de riquezas e de poder, souberam conciliar o favor dos ricos e a protecção dos poderosos. Viamos diligentes, laboriosos, modelos de justiça e principalmente de caridade. Com o espectáculo duma vida tão perfeita e de costumes tão puros, todos os preconceitos se dissiparam, o sarcasmo caiu e as ficções duma superstição inveterada desvaneceram-se pouco a pouco ante a verdade cristã.

A sorte da classe operária, tal é a questão de que hoje se trata, será resolvida pela razão ou sem ela e não pode ser indiferente às nações quer o seja dum modo ou doutro. Os operários cristãos resolvê-la-ão facilmente pela razão, se, unidos em sociedades e obedecendo a uma direcção prudente, entrarem no caminho em que os seus antepassados encontraram o seu bem e o dos povos.

Qualquer que seja nos homens a força dos preconceitos e das paixões, se uma vontade pervertida não afogou ainda inteiramente o sentido do que é justo e honesto, será indispensável que, cedo ou tarde, a benevolência pública se volte para esses operários, que se tenham visto activos e modestos, pondo a equidade acima da ganância, e preferindo a tudo a religião do dever. Daqui, resultará esta outra vantagem: que a esperança de salvação e grandes facilidades para a atingir, serão oferecidas a esses operários que vivem no desprezo da fé cristã, ou nos hábitos que ela reprova. Compreendem, geralmente, esses operários que têm sido juguete de esperanças enganosas e de aparências mentirosas. Pois sentem, pelo tratamento desumano que recebem dos seus patrões, que quase não são avaliados senão pelo peso do ouro produzido pelo seu trabalho; quanto às sociedades que os aliciaram, eles bem vêem que, em lugar da caridade e do amor, não encontram nelas senão discórdias intestinas, companheiras inseparáveis da pobreza insolente e incrédula. A alma embotada, o corpo extenuado, quanto não desejariam sacudir um jugo tão humilhante! Mas, ou por causa do respeito humano ou pelo receio da indigência, não ousam fazê-lo. Ah, para todos esses operários podem as sociedades católicas ser de maravilhosa utilidade, se convidarem os hesitantes a vir procurar no seu seio um remédio para todos os males, e acolherem pressurosas os arrependidos e lhes assegurarem defesa e protecção.

Solução definitiva: a caridade

35. Vede, Veneráveis Irmãos, por quem e por que meios esta questão tão difícil demanda ser tratada e resolvida. Tome cada um a tarefa que lhe pertence; e isto sem demora, para que não suceda que, adiando o remédio, se tome incurável o mal, já de si tão grave.

Façam os governantes uso da autoridade protectora das leis e das instituições; lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas; e, visto que só a religião, como dissemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir saltares resultados. Quanto à Igreja, a sua acção jamais faltará por qualquer modo, e será tanto mais fecunda, quanto mais livremente se possa desenvolver.

Nós desejamos que compreendam isto sobretudo aqueles cuja missão é velar pelo bem público. Em-preguem neste ponto os Ministros do Santuário toda a energia da sua alma e generosidade do seu zelo, e guiados pela vossa autoridade e pelo vosso exemplo, Veneráveis

Irmãos, não se cansem de inculcar a todas as classes da sociedade as máximas do Evangelho; façamos tudo quanto estiver ao nosso alcance para salvação dos povos, e, sobretudo, alimentem em si e acendam nos outros, nos grandes e nos pequenos a caridade, senhora e rainha de todas as virtudes. Portanto, a salvação desejada deve ser principalmente o fruto duma grande efusão de caridade, queremos dizer, daquela caridade que compendia em si todo o Evangelho, e que, sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo, é o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século. Desta virtude, descreveu S. Paulo as feições características com as seguintes palavras: «A caridade é paciente, é benigna, não cuida do seu interesse; tudo sofre; a tudo se resigna»(47).

Como sinal dos favores celestes e penhor da Nossa benevolência, a cada um de vós, Veneráveis Irmãos, ao vosso Clero e ao vosso Povo, com grande affecto no Senhor, concedemos a Bênção Apostólica.

Dada em Roma, junto de S. Pedro, a 15 de Maio de 1891, no décimo quarto ano do Nosso Pontificado.

PAPA LEÃO XIII

Notas

1. Alude-se aqui às Encíclicas «*Diuturnum*» (1831), «*Immortale Dei*» (1885), «*Libertas*» (1888).
1. Veja-se S. Tomás, *Sum. Teol.*, I-II, q. 95, a. 4.
2. Dt 5,21.
3. Gn 1,28.
4. S. Tomás, *Sum. Teol.*, 11-II, q. 10, a. 12.
5. Gn 3,17.
6. Tg 5,4.
7. 2Tm 2,12.
8. 2Cor 4,7.
9. Mt 19,23-24.
10. Lc 6,24-25.
11. S. Tomás, *Sum. Teol.*, II-II, q. 66, a. 2.
12. *Ibidem*, q. 65, a. 2.
13. S. Tomás, *Sum. Teol.*, 11-11, q. 32, a. 6.
14. Lc 11,41.
15. Act 20,35.
16. Mt 25,40.
17. S. Gregório Magno, *in Evang.*, *Hom.* IX, n. 7.
18. 2Cor 8,9.
19. Mc 6,3.
20. Mt 5,3.
21. *Ibidem*, 11,18.
22. Rm 8,29.
23. *Ibidem*, VIII, 17.
24. Também Maquiavel, *Discorsi*, III, 1, afirma este princípio.
25. 1Tm 6,10.
26. Act 4,34.
27. *Apolog.*, II, 39.
28. Trata-se da Encíclica «*Immortale Dei*».

29. S. Tomás, *Sum. Teol.*, II-II, q. 61, a. 1 ad 2.
30. S. Tomás, *De regimine princ.* I, 15.
31. Veja-se o n. 12 desta Encíclica: *Posse e uso das riquezas*.
32. Veja-se o n. 17 e segs. desta Encíclica.
33. Gn 1,28.
34. Rm 10,12.
35. Ex 20,8.
36. Gn 2,2.
37. Gn 3,19.
38. Veja-se o n. 29 e segs.
39. Veja-se a Encíclica *Libertas*.
40. Eclo 4,9-12.
41. Pr 18,19.
42. S. Tomás, *Contra impugn. Dei cultum et relig.*, II, 8.
43. *Ibidem*.
44. S. Tomás *Sum. Teol.*, I-II, q. 93, a. 3 ad 2.
45. Mt 16,26.
46. Mt 6,32-33.
47. 1Cor 13,4-7.



ANEXO B – Encíclica Quadragésimo Anno



CARTA ENCÍCLICA
QUADRAGESIMO ANNO
 DE SUA SANTIDADE
PAPA PIO XI
 SOBRE A RESTAURAÇÃO
 E APERFEIÇOAMENTO
 DA ORDEM SOCIAL
 EM CONFORMIDADE COM
 A LEI EVANGÉLICA NO XL ANIVERSÁRIO
 DA ENCÍCLICA DE LEÃO XIII «RERUM NOVARUM»
 1931

AOS VENERÁVEIS IRMÃOS
 PATRIARCAS PRIMAZES ARCEBISPOS BISPOS
 E MAIS ORDINÁRIOS EM PAZ E COMUNHÃO
 COM A SÉ APOSTÓLICA
 BEM COMO A TODOS OS FIÉIS DO ORBE CATÓLICO

*Veneráveis Irmãos e Amados
 Filhos Saúde e Bênção Apostólica*

No 40º aniversário da magistral encíclica de Leão XIII « *Rerum novarum* », todo o orbe católico, movido dos sentimentos da mais viva gratidão, propõe-se comemorá-la com a devida solenidade.

A Encíclica « Rerum novarum ».

Já antes, em certo modo, haviam preparado o caminho àquele documento de solicitude pastoral, as encíclicas do mesmo Nosso Predecessor sobre o princípio da sociedade humana que é a família e o santo sacramento do Matrimónio, (1) sobre a origem da autoridade civil, (2) e a devida ordem das suas relações com a Igreja, (3) sobre os principais deveres dos fieis como cidadãos, (4) contra os princípios do socialismo, (5) contra as falsas teorias da liberdade humana, (6) e outras do mesmo género que plenamente revelaram o modo de pensar de Leão XIII; contudo a encíclica « *Rerum novarum* » distingue-se das demais por ter dado a todo o género humano regras seguríssimas para a boa solução do espinhoso problema do consórcio humano, a chamada « Questão social », precisamente quando isso mais oportuno e necessário era.

Sua ocasião

Com efeito ao fim do século XIX, em consequência de um novo género de economia, que se ia formando, e dos grandes progressos da indústria em muitas nações, aparecia a sociedade cada vez mais dividida em duas classes : das quais uma, pequena em número, gozava de quase todas as comodidades que as invenções modernas fornecem em abundância; ao passo que a outra, composta de uma multidão imensa de operários, a gemer na mais calamitosa miséria, debalde se esforçava por sair da penúria, em que se debatia.

Com tal estado de coisas facilmente se resignavam os que, nadando em riquezas, o supunham efeito inevitável das leis económicas, e por isso queriam que se deixasse à caridade todo o cuidado de socorrer os miseráveis; como se a caridade houvesse de capear as violações da justiça, não só toleradas, mas por vezes até impostas pelos legisladores. Ao contrário só a duras penas o toleravam os operários, vítimas da fortuna adversa, e tentavam sacudir o jugo duríssimo: uns, levados na fúria de maus conselhos, aspiravam a tudo subverter, os outros, a quem a educação cristã demovia d'esses maus intentos, estavam contudo firmemente convencidos de que nesta matéria era necessária uma reforma urgente e radical.

O mesmo pensavam todos os católicos, sacerdotes ou leigos, que, impelidos por uma caridade admirável, já de há muito trabalhavam em aliviar a miséria imerecida dos operários, não podendo de modo nenhum persuadir-se de que uma diferença tão grande e tão iníqua na distribuição dos bens temporais correspondesse verdadeiramente aos desígnios sapientíssimos do Criador.

Procuravam eles com toda a lealdade um remédio eficaz a esta lamentável desordem da sociedade e uma firme defesa contra os perigos ainda maiores que a ameaçavam; mas tal é a fraqueza mesmo das melhores inteligências humanas, que ora se viam repelidos como inovadores perigosos, ora obstaculados por companheiros de acção mas de ideais diversos: e assim hesitantes entre várias opiniões, nem sabiam para onde voltar-se.

No meio de tão grande luta de espíritos, quando de uma parte e doutra ferviam disputas nem sempre pacíficas, todos os olhos se volviam, como tantas outras vezes, para a cátedra de Pedro, para este depósito sagrado de toda a verdade, donde se difundem pelo mundo inteiro palavras de salvação; e todos, sociólogos, patrões, operários, acorrendo com frequência desusada aos pés do Vigário de Cristo na terra, suplicavam a uma voz que se lhes indicasse enfim o caminho seguro.

Prudentíssimo como era o Pontífice, tudo ponderou longamente diante de Deus, chamou a conselho homens de reconhecida ciência, pesou bem as razões por uma parte e outra, e finalmente movido « pela consciência do múnus Apostólico », (7) para que não parecesse, que descurava os seus deveres calando por mais tempo, (8) decidiu-se a falar a toda a Igreja de Cristo, antes a todo o género humano, no exercício do magistério divino a ele confiado.

Ressoou por tanto no dia 15 de maio de 1891 aquela voz há tanto suspirada, ressoou robusta e clara, sem que a intimidassem as dificuldades, nem a enfraquecesse a velhice, e ensinou à família humana, a empreender novos caminhos no terreno social.

Tópicos principais

Conheceis, veneráveis Irmãos e amados Filhos, e sabeis perfeitamente a admirável doutrina, que tornou a encíclica « *Rerum novarum* » digna de eterna memória. Nela o bom Pastor, condoído ao ver « a miserável e desgraçada condição, em que injustamente viviam » tão grande parte dos homens, tomou animoso a defesa dos operários, que « as condições do tempo tinham entregado e abandonado indefesos à crueldade de patrões desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada ».(9) Não pediu auxílio nem ao liberalismo nem ao socialismo, pois que o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos mais funestos.

O Pontífice no uso do seu direito e convencido de que a ele principalmente fora confiada a salvaguarda da religião e de tudo o que com ela está estreitamente vinculado, pois se tratava de um problema « a que não se podia encontrar solução plausível sem o auxílio da religião e da Igreja », (10) apoiando-se unicamente nos princípios imutáveis tirados do tesouro da recta razão e da revelação divina, confiadamente e « como quem tinha autoridade », (11) expôs com inexcusável clareza e proclamou não só « os direitos e os deveres que devem reger as relações mútuas dos ricos e dos proletários, dos capitalistas e dos trabalhadores », (12) mas também a parte que deviam tomar a Igreja, a autoridade civil e os próprios interessados na solução dos conflitos sociais.

Nem a voz Apostólica ressoou debalde; antes, com assombro a ouviram e a aplaudiram com suma benevolência, além dos filhos obedientes da Igreja, muitos dos que viviam longe da verdade e da unidade da fé e quase todos os que depois se ocuparam de sociologia e economia tanto no estudo teórico como na pública legislação.

Foram porém os operários cristãos os que com maior alegria acolheram a encíclica ao verem-se assim vingados e defendidos pela suprema Autoridade da terra e com eles todas as almas generosas, que, já de há muito empenhadas em aliviar a sorte dos operários, não tinham encontrado senão indiferença em muitos, suspeitas odiantas e até manifesta hostilidade em muitos outros. E é por isso que todos estes tiveram depois em tanta estima aquelas letras Apostólicas, que todos os anos costumam celebrar-lhe a memória com demonstrações de gratidão diversas nas diversas terras.

No meio de tanta harmonia de sentimentos não faltaram vozes discordantes de alguns, mesmo de católicos, a quem a doutrina de Leão XIII, tão nobre e elevada, tão nova para humanos ouvidos pareceu suspeita e até escandalizou. Ela assaltava ousadamente e derribava os ídolos do liberalismo, não fazia caso de preconceitos inveterados, prevenia inopinadamente o futuro: que muito que os rotineiros desdenhassem aprender esta nova filosofia social e os tímidos receassem subir a tais alturas, ao passo que outros, admirando aquela luz, a reputavam perfeição ideal, mais para desejar que para realizar?

Fim da presente Encíclica

Por isso é que Nós, veneráveis Irmãos e amados Filhos, agora que todo o mundo e sobretudo os operários católicos, que de toda a parte acodem a esta Alma Cidade, comemoram com tanta solenidade e entusiasmo o quadragésimo aniversário da encíclica « *Rerum novarum* », julgamos dever Nosso aproveitar esta ocasião para recordar os grandes benefícios que dela advieram à Igreja católica e a toda a humanidade; defender a doutrina social e económica de

tão grande Mestre satisfazendo a algumas dúvidas, desenvolvendo mais e precisando alguns pontos; finalmente, chamando a juízo o regime económico moderno e instaurando processo ao socialismo, apontar a raiz do mal estar da sociedade contemporânea e mostrar-lhe ao mesmo tempo a única via de uma restauração salutar, que é a reforma cristã dos costumes. Eis os três pontos da presente encíclica.

I. BENEFÍCIOS DA «RERUM NOVARUM»

Para começarmos pelo que em primeiro lugar propusemos, seguindo a advertência de S. Ambrósio, (13) que a gratidão é o primeiro e mais imperioso dos deveres, não podemos conter-Nos que não demos a Deus as maiores acções de graças pelos imensos benefícios que da encíclica de Leão XIII advieram à Igreja e a todo o género humano. Se Nós os quiséssemos enumerar, mesmo de passagem, deveríamos por assim dizer, recordar toda a história dos últimos quarenta anos, na parte relativa à questão social. Mas tudo se pode reduzir a três pontos, conforme ao tríplice concurso que o Nosso Predecessor desejava, para poder levar a efeito a sua obra grandiosa de restauração.

1. ACÇÃO DA IGREJA

Em primeiro lugar o que da Igreja se podia esperar, declarou-o eloquentemente o mesmo Leão XIII: « A Igreja é a que aufere do Evangelho a única doutrina capaz de pôr termo à luta, ou ao menos de a suavizar, tirando-lhe toda a aspereza; é ela que com seus preceitos instrui as inteligências e se esforça por moralizar a vida dos indivíduos; que com utilíssimas instituições melhora continuamente a sorte dos proletários ». (14)

a) No campo doutrinal

Ora a Igreja não deixou estagnar no seu seio esta linfa preciosa, senão que a fez correr em abundância para o bem comum da suspirada paz. O próprio Leão XIII e seus Sucessores não cessaram de proclamar de viva voz e por escrito a doutrina social e económica da encíclica « *Rerum novarum* », urgindo-a e aplicando-a segundo a ocasião às circunstâncias de tempo e lugar, com aquela caridade paterna e constância pastoral, que sempre os distinguiu na defesa dos pobres e desvalidos. (15) Nem foi outro o proceder de grande parte do Episcopado, que com assiduidade e maestria declarou e comentou a mesma doutrina, adaptando-a às condições dos diversos países, segundo a mente e as directivas da Santa Sé. (16)

Não é pois de admirar, que muitos sábios quer eclesiásticos quer leigos se applicassem diligentemente, seguindo a orientação dada pela Igreja, a desenvolver a ciência social e económica, conforme às exigências do nosso tempo, levados sobretudo do desejo de tornar a doutrina inalterada e inalterável da Igreja mais eficaz para remediar as necessidades modernas.

Foi assim que à luz e sob o impulso da encíclica de Leão XIII nasceu uma verdadeira ciência social católica, cultivada e enriquecida continuamente pela indefessa aplicação d'aquêles varões escolhidos, que chamámos cooperadores da Igreja. Nem eles a deixam escondida na sombra de simples discussões eruditas, mas expõem-na à luz do sol em públicas palestras, como o demonstram exuberantemente os cursos, tão úteis e tão frequentados, instituídos nas universidades católicas, academias e seminários, os congressos ou « semanas sociais » celebrados frequentemente e com grande fruto, os círculos de estudos, os escritos repletos de

oportuna e sã doutrina, por toda a parte e por todos os modos divulgados.

E não são estes apenas os frutos do documento Leoniano : a doutrina ensinada na encíclica « *Rerum novarum* » impôs-se insensivelmente à atenção d'aqueles mesmos que, separados da unidade católica, não reconhecem a autoridade da Igreja ; e assim os princípios de sociologia católica entraram pouco a pouco no património de toda a sociedade humana ; e as verdades eternas, tão altamente proclamadas pela santa memória do Nosso Predecessor, vemo-las frequentemente citadas e defendidas não só em jornais e livros mesmo acatólicos, mas até nos parlamentos e tribunais.

E quando após a grande guerra os governantes das principais potências, trataram de restabelecer a paz sobre as bases de uma completa renovação social, entre as leis, feitas para regular o trabalho dos operários segundo a justiça e a equidade, decretaram muitas tão conformes com os princípios e directivas de Leão XIII, que parecem intencionalmente copiadas. É que a encíclica « *Rerum novarum* » é um documento tão notável, que bem se pode dizer com palavras de Isaías : « Estandarte arvorado à face das nações »! (17)

b) Na prática

Assim se iam divulgando cada vez mais à luz das investigações científicas os preceitos de Leão XIII ; ao mesmo tempo passava-se à sua aplicação prática. E primeiramente com actividade e benevolência fizeram-se todos os esforços para. elevar aquela classe, que os recentes progressos da indústria tinham aumentado desmedidamente sem lhe darem na sociedade o lugar que lhe competia, e que por isso jazia em quase completa desconsideração e abandono : falamos dos operários., a cuja cultura zelosos sacerdotes de um e outro clero, apesar de sobrecarregados com outros cuidados pastorais, se applicaram desde logo, sob a guia dos respectivos Prelados e com grande fruto d'aquelas almas. Este trabalho constante vara embeber de espírito cristão as almas dos operários contribuiu também muitíssimo para lhes dar a verdadeira consciência da própria dignidade, e para habilitá-los, pela compreensão clara dos direitos e deveres da sua classe, a progredir honrada e felizmente no campo social e económico, a ponto de servirem de guias aos outros.

Daqui os meios de subsistência melhor assegurados e em maior cópia : por quanto não só começaram a multiplicar-se segundo as exortações do grande Pontífice as obras de caridade e beneficência, mas também foram surgindo por toda a parte e cada vez mais numerosas as associações de mútuo socorro para operários, artistas, agricultores e jornaleiros de toda a espécie, fundadas segundo os conselhos e directivas da Igreja e ordinariamente sob a direcção do clero.

2. ACÇÃO DA AUTORIDADE CIVIL

Quanto à autoridade civil, Leão XIII, ultrapassando com audácia os confins impostos pelo liberalismo, ensina impertérrito, que ela não deve limitar-se a tutelar os direitos e a ordem pública, mas antes fazer o possível « para que as leis e instituições sejam tais... , que da própria organização do Estado dimanem espontaneamente a prosperidade da nação e dos indivíduos ». (18) Deve sim deixar-se tanto aos particulares como às famílias a justa liberdade de acção, mas contanto que se salve o bem comum e não se faça injúria a ninguém. Aos governantes compete defender toda a nação e os membros que a constituem, tendo sempre cuidado especial dos fracos e deserdados da fortuna ao proteger os direitos dos particulares. « Por quanto a classe abastada, munida dos seus próprios recursos, carece

menos do auxílio público; pelo contrário a classe indigente, desprovida de meios pessoais, esteia-se sobre tudo na protecção do Estado. Por conseguinte deve ele atender com particular cuidado e providência aos operários, visto serem eles do número da classe pobre ». (19)

Não negamos que alguns governantes, já antes da encíclica de Leão XIII, tivessem provido às necessidades mais urgentes dos obreiros e reprimido as injustiças de maior vulto a estes feitas. Mas foi só depois que a palavra Apostólica ressoou ao mundo inteiro desde a cátedra de Pedro, que os governos, capacitando-se mais da sua missão, se aplicaram a desenvolver uma política social mais activa.

E na verdade, em quanto vacilavam os princípios do liberalismo, que havia muito paralisavam a obra eficaz dos governos, a encíclica « *Rerum novarum* » produziu no seio das nações uma grande corrente favorável a uma política francamente social, e de tal modo excitou os melhores católicos a cooperar com as autoridades, que não raro foram eles os defensores mais ilustres da nova legislação nos próprios parlamentos. Mais ainda : foram ministros da Igreja compenetrados da doutrina de Leão XIII que propuseram às câmaras muitas das leis sociais recentemente promulgadas, e que depois mais urgiram e promoveram a sua execução.

Deste contínuo e indefesso trabalho nasceu aquela jurisprudência completamente desconhecida nos séculos passados, que se propõe defender com ardor os sagrados direitos do operário, provenientes da sua dignidade de homem e de cristão : de facto estas leis protegem a alma, a saúde, as forças, a família, as casas, as oficinas, o salário, abrangem os acidentes de trabalho, numa palavra, tudo aquilo que interessa a classe trabalhadora, principalmente as mulheres e crianças. E se uma tal legislação não condiz de todo nem em toda a parte com as normas de Leão XIII, não se pode contudo negar haver nela muitas reminiscências da encíclica « *Rerum novarum* » e que à mesma por conseguinte se deve atribuir em grande parte a melhorada condição dos operários.

3. ACÇÃO DOS INTERESSADOS

Mostra enfim muito prudentemente o Pontífice, que os patrões e os próprios operários podem fazer muito nesta matéria, « com as instituições destinadas a levar auxílio oportuno aos indigentes e a aproximar mais uma classe da outra ». (20) Entre estas dá Leão XIII o primeiro lugar às associações que abrangem quer somente os operários, quer operários e patrões; e alarga-se em recomendá-las e ilustrá-las, declarando a sua natureza, razão de ser, conveniência, direitos, deveres, leis, com sabedoria verdadeiramente admirável.

Nem estes ensinamentos podiam vir em ocasião mais oportuna : com efeito nesse tempo os que tinham na mão em muitas nações o leme do Estado, totalmente impregnados de liberalismo, não só não eram favoráveis às associações operárias, mas até abertamente as hostilizavam ; e quando reconheciam de boa vontade e tutelavam instituições análogas entre outras classes, negavam com injustiça flagrante o direito natural de associação àqueles, que mais necessitavam dele, para se defender das vexações dos poderosos ; nem faltou ainda mesmo entre os católicos quem visse de maus olhos, acoimando-os de socialistas ou anárquicos, os esforços dos operários em associar-se.

A) Associações operárias

São por tanto dignas dos maiores encómios as normas emanadas da autoridade de Leão XIII,

que lograram derribar tais obstáculos, e desfazer tais suspeitas ; mas tornaram-se ainda mais importantes, por terem exortado os operários cristãos a associarem-se segundo os vários misteres, ensinando-lhes o meio de o conseguirem, e por terem ainda consolidado no caminho do dever muitos, a quem as associações socialistas seduziam fortemente, apregoando-se a si mesmas únicos defensores e propugnadores dos humildes e oprimidos.

Quanto à erecção destas associações, a encíclica « *Rerum novarum* » observa muito a propósito, « que as corporações devem organizar-se e governar-se de modo que forneçam a cada um de seus membros os meios mais fáceis e expeditos para conseguirem seguramente o fim proposto, isto é : a maior cópia possível, para cada um, de bens do corpo, do espírito e da fortuna »; porém é claro « que sobretudo se deve ter em vista, como mais importante, a perfeição moral e religiosa; e que por ela se deve orientar todo o regulamento destas sociedades ». (21) Com efeito « constituída assim a religião como fundamento de todas as leis sociais, não é difícil determinar as relações que devem existir entre os membros para que possam viver em paz e prosperar . (22)

Desejosos de levar a efeito a aspiração de Leão XIII, muitos do clero e do laicado dedicaram-se por toda a parte com louvável empenho a fundar estas associações; as quais protegidas pela religião, embebidas do seu espírito, formaram operários verdadeiramente cristãos, que uniam em boa harmonia o exercício diligente da própria arte com os preceitos salutareis da religião e defendiam eficaz e tenazmente os próprios direitos e interesses temporais, tendo sempre em conta a justiça e o sincero desejo de colaborar com as outras classes para a restauração cristã de toda a vida social.

Diverso segundo as várias circunstâncias locais foi o esforço em realizar os desígnios e as normas de Leão XIII. De facto nalgumas regiões a mesma associação abraçava todos os fins visados pelo Pontífice ; noutras ao contrário chegou-se a uma certa divisão de actividade; e formaram-se associações distintas, umas para zelar os direitos e interesses legítimos dos sócios nos contractos de trabalho, outras para organizar o mútuo auxílio económico, outras finalmente para o desempenho dos deveres religiosos e morais e de outras obrigações análogas.

Este segundo método prevaleceu sobretudo nos países, onde as leis pátrias, as instituições económicas, ou a discórdia de inteligências e corações tão deploravelmente enraizada na sociedade moderna ou ainda a, necessidade urgente de opor uma frente única aos inimigos da ordem, impediam aos católicos a fundação de sindicatos próprios. Num tal estado de coisas os católicos vêem-se quase obrigados a inscrever-se em sindicatos neutros, uma vez que façam profissão de justiça e equidade e deixem aos sócios católicos plena liberdade de obedecer à própria consciência e cumprir os preceitos da Igreja. Pertence aos Bispos, se reconhecerem que tais associações são impostas pelas circunstâncias e não oferecem perigo para a religião, permitir que os operários católicos se inscrevam nelas, observando contudo a este respeito as normas e precauções recomendadas por Nosso Predecessor Pio X, de santa memória. (23) Primeira e a mais importante é, que ao lado dos sindicatos existam sempre outros grupos com o fim de dar a seus membros uma séria formação religiosa e moral, para que eles depois infiltrem nas organizações sindicais o bom espírito que deve animar toda a sua actividade. Sucederá assim que estes grupos exercerão benéfica influencia mesmo fora do próprio âmbito.

Por isso deve atribuir-se à encíclica Leoniana o terem florescido tanto por toda a parte estas associações operárias, que já hoje, apesar de serem, infelizmente, ainda inferiores em número

às dos socialistas e comunistas, agrupam notável multidão de sócios e podem defender energicamente os direitos e aspirações legítimas do operariado católico e propugnar os salutareis princípios da sociedade cristã, quer fronteiras a dentro da pátria, quer em congressos internacionais.

B) Associações não operárias

Acresce ao sobredito, que a doutrina relativa ao direito natural de associação tão sabiamente exposta e com tanto valor defendida por Leão XIII, começou naturalmente a aplicar-se também a associações não operárias; pelo quê deve-se em grande parte mesma encíclica, que até entre os agricultores e outros membros da classe média se vejam florescer e multiplicar de dia para dia estas utilíssimas corporações e outros institutos similares, que aliam felizmente os interesses económicos à formação espiritual.

C) Associações de industriais

E se não pode dizer-se o mesmo das associações que o Nosso Predecessor tão ardentemente desejava ver instituídas entre patrões e industriais, e que lamentamos sejam tão poucas, não deve isso atribuir-se completamente à má vontade dos homens, mas a dificuldades muito maiores que se opõem à sua realização, dificuldades que Nós muito bem conhecemos e avaliamos na devida conta. Temos porém segura esperança de que para breve até essas dificuldades desaparecerão e saudamos já com íntimo júbilo da alma alguns esforços envidados com vantagem neste particular, cujos frutos abundantes prometem messe ainda mais copiosa para o futuro. (24)

CONCLUSÃO: A « MAGNA CHARTA » DOS OPERÁRIOS

Todos estes benefícios da encíclica de Leão XIII que Nós, veneráveis Irmãos e amados Filhos, acabamos de recordar, acenando-os mais do que descrevendo-os, são tais e tão grandes, que mostram claramente como o imortal documento não era apenas a expressão de um ideal magnífico mas irrealizável. Ao contrário o Nosso ilustre Predecessor hauriu no Evangelho, e portanto numa fonte sempre viva e vivificante a doutrina que pode, senão resolver já de vez, ao menos abrandar muito a luta fatal em que mutuamente se digladiava a família humana. Os frutos de salvação recolhidos pela Igreja de Cristo e por todo o género humano, com a graça de Deus, mostram bem que a boa semente, espalhada há quarenta anos em tão larga cópia, caiu em grande parte numa terra fértil ; nem é temeridade afirmar que a encíclica de Leão XIII se demonstrou com a longa experiência do tempo a « Magna Charta » em que deve basear-se como em sólido fundamento toda a actividade cristã no campo social. Por isso os que mostram fazer pouco da mesma encíclica e da sua comemoração, estes ou blasfemam do que não conhecem, ou não percebem nada do que conhecem, ou, se percebem, praticam uma solene injustiça, e ingratidão.

Mas como durante estes anos surgiram dúvidas sobre a recta interpretação de vários passos da encíclica ou sobre as consequências a deduzir deles, dando ocasião entre os próprios católicos a discussões nem sempre amigáveis ; e como por outra parte as novas exigências do nosso tempo e as mudadas condições sociais tornam necessária uma aplicação mais esmerada da doutrina Leoniana e mesmo algumas adições, aproveitamos de boa vontade esta ocasião, para, em virtude do Nosso múnus Apostólico, que a todos Nos faz devedores, (25) satisfazermos, quanto é da Nossa parte, a estas dúvidas e exigências.

II. AUTORIDADE DA IGREJA NA QUESTÃO SOCIAL E ECONÓMICA

Mas antes de entrarmos neste assunto, devemos pressupor, o que já provou abundantemente Leão XIII, que julgar das questões sociais e económicas é dever e direito da Nossa suprema autoridade. (26) Não foi é certo confiada à Igreja, a missão de encaminhar os homens à conquista de uma felicidade apenas transitória e caduca, mas da eterna; antes « a Igreja crê não dever intrometer-se sem motivo nos negócios terrenos ». (27) O que não pode, é renunciar ao officio de que Deus a investiu, de interpor a sua autoridade não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral. Dentro deste campo, o depósito da verdade que Deus Nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar toda a lei moral, interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e importunamente, sujeitam e subordinam ao Nosso juízo a ordem social e as mesmas questões económicas.

Pois ainda que a economia e a moral « se regulam, cada uma no seu âmbito, por princípios próprios », (28) é erro julgar a ordem económica e a moral tão encontradas e alheias entre si, que de modo nenhum aquela dependa desta. Com efeito, as chamadas leis económicas, deduzidas da própria natureza das coisas e da índole do corpo e da alma, determinam os fins que a actividade humana se não pode propor, e os que pode procurar com todos os meios no campo económico ; e a. razão mostra claramente, da mesma natureza das coisas e da natureza individual e social do homem, o fim imposto pelo Criador a toda a ordem económica.

Por sua parte a lei moral manda-nos prosseguir tanto o fim supremo e último em todo o exercício da nossa actividade, como, nos diferentes domínios por onde ela se reparte, os fins particulares impostos pela natureza, ou melhor, por Deus autor da mesma; subordinando sempre estes fins aquele, como pede a boa ordem. Se seguirmos fielmente esta regra, sucederá, que os fins particulares da economia, sejam eles individuais ou sociais, se inserirão facilmente na ordem geral dos fins, e nós subindo por eles, como por uma escada, chegaremos ao fim último de todos os seres, que é Deus, bem supremo e inexaurível para si e para nós.

1. DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Para vir agora ao particular, começamos pelo direito de propriedade. Sabeis, veneráveis Irmãos e amados Filhos, que Leão XIII de feliz memória defendeu tenazmente o direito de propriedade contra as aberrações dos socialistas do seu tempo, mostrando que a destruição do domínio particular reverteria, não em vantagem, mas em ruína da classe operária. Mas como não falta quem com flagrante injustiça calunie o Sumo Pontífice e a Igreja de ter zelado e zelar somente os interesses dos ricos contra os proletários, e os mesmos católicos não concordam na interpretação do genuíno e verdadeiro modo de pensar de Leão XIII, pareceu-Nos bem vingar de tais calúnias a sua doutrina que é a católica e defendê-la de falsas interpretações.

Sua índole individual e social

Primeiramente tenha-se por certo, que nem Leão XIII, nem os teólogos, que ensinaram seguindo a doutrina e direcção da Igreja, negaram jamais ou puseram em dúvida a dupla espécie de domínio, que chamam individual e social, segundo diz respeito ou aos particulares ou ao bem comum ; pelo contrário foram unânimes em afirmar que a natureza ou o próprio

Criador deram ao homem o direito do domínio particular, não só para que ele possa prover às necessidades próprias e da família, mas para que sirvam verdadeiramente ao seu fim os bens destinados pelo Criador a toda a família humana : ora nada disto se pode obter, se não se observa uma ordem certa e bem determinada.

Deve portanto evitar-se cuidadosamente um duplo escolho, em que se pode cair. Pois como o negar ou cercear o direito de propriedade social e pública precipita no chamado « individualismo » ou dele muito aproxima, assim também rejeitar ou atenuar o direito de propriedade privada ou individual leva rapidamente ao « colectivismo » ou pelo menos à necessidade de admitir-lhe os princípios. Sem a luz destas verdades ante os olhos, cair-se-á depressa nas sirtes do modernismo moral, jurídico e social, que denunciámos com letras Apostólicas no princípio do Nosso Pontificado; (29) tenham-no presente sobretudo aqueles espíritos desordeiros, que com infames calúnias ousam acusar a Igreja de ter permitido, que se introduzisse na doutrina teológica o conceito pagão do domínio, ao qual desejam a todo o custo substituir outro, por eles com pasmosa ignorância apelidado de cristão.

Obrigações inerentes ao domínio

E a fim de pôr termo às controvérsias, que acerca do domínio e deveres a ele inerentes começaram a agitar-se, note-se em primeiro lugar o fundamento assente por Leão XIII, de que o direito de propriedade é distinto do seu uso. (30) Com efeito, a chamada justiça comutativa obriga a conservar inviolável a divisão dos bens e a não invadir o direito alheio excedendo os limites do próprio domínio; que porém os proprietários não usem do que é seu, senão honestamente, é da alçada não da justiça, mas de outras virtudes, cujo cumprimento « não pode urgir-se por vias jurídicas ». (31) Pelo quê sem razão afirmam alguns, que o domínio e o seu honesto uso são uma e a mesma coisa; e muito mais ainda é alheio à verdade dizer, que se extingue ou se perde o direito de propriedade com o não uso ou abuso dele.

Prestam portanto grande serviço à boa causa e são dignos de todo o elogio os que, salva a concórdia dos ânimos e a integridade da doutrina tradicional da Igreja, se empenham em definir a natureza íntima destas obrigações e os limites, com que as necessidades do convívio social circunscrevem tanto o direito de propriedade, como o uso ou exercício do domínio. Pelo contrário muito se enganam e erram aqueles, que tentam reduzir o domínio individual a ponto de o abolirem praticamente.

Poderes do Estado

Efectivamente, que deva o homem atender não só ao próprio interesse, mas também ao bem comum, deduz-se da própria índole, a um tempo individual e social, do domínio, a que nos referimos. Definir porém estes deveres nos seus pormenores e segundo as circunstâncias, compete, já que a lei natural de ordinário o não faz, aos que estão à frente do Estado. E assim a autoridade pública, iluminada sempre pela luz natural e divina, e pondo os olhos só no que exige o bem comum, pode decretar mais minuciosamente o que aos proprietários seja lícito ou ilícito no uso de seus bens. Já Leão XIII ensinou sabiamente que « Deus confiou à indústria dos homens e às instituições dos povos a demarcação da propriedade individual ». (32) E realmente o regime da propriedade não é mais imutável, que qualquer outra instituição da vida social, como o demonstra a história e Nós mesmo notámos em outra ocasião : « Que variedade de formas concretas não revestiu a propriedade desde a forma primitiva dos povos selvagens, de que ainda há hoje vestígios, até à forma de propriedade dos tempos patriarcais, e depois sucessivamente desde as diversas formas tirânicas (usamos

esta palavra no seu sentido clássico), através das feudais e logo das monárquicas, até às formas existentes na idade moderna »! (33) É evidente porém que a autoridade pública não tem direito de desempenhar-se arbitrariamente desta função; devem sempre permanecer intactos o direito natural de propriedade e o que tem o proprietário de legar dos seus bens. São direitos estes, que ela não pode abolir, porque « o homem é anterior ao Estado », (34) e « a sociedade doméstica tem sobre a sociedade civil uma prioridade lógica e uma prioridade real ». (35) Eis porque o sábio Pontífice declarava também, que o Estado não tem direito de esgotar a propriedade particular com excessivas contribuições : « Não é das leis humanas, mas da natureza, que dimana o direito da propriedade individual; a autoridade pública não a pode portanto abolir : o mais que pode é moderar-lhe o uso e harmonizá-lo com o bem comum ». (36) Quando ela assim concilia o direito de propriedade com as exigências do bem comum, longe de mostrar-se inimiga dos proprietários presta-lhes benévolo apoio; de facto, fazendo isto, impede eficazmente que a posse particular dos bens, estatuída com tanta sabedoria pelo Criador em vantagem da vida humana, gere desvantagens intoleráveis e venha assim a arruinar-se : não oprime a propriedade, mas defende-a; não a enfraquece, mas reforça-a.

Deveres relativos aos rendimentos livres

Nem ficam de todo ao arbítrio do homem os seus rendimentos livres, isto é aqueles de que não precisa para sustentar a vida convenientemente e com decoro : ao contrário as sagradas Escrituras e os santos Padres da Igreja intimam continuamente e com a maior clareza aos ricos o gravíssima dever da esmola e de praticar a beneficência e magnificência. Empregar grandes capitais disponíveis para oferecer em abundância trabalho lucrativo, com tanto que este se empregue em obras realmente úteis, não só não é vício ou imperfeição moral, mas até se deve julgar acto preclaro da virtude da magnificência muito em harmonia com as necessidades dos tempos, como se deduz argumentando dos princípios do Doutor Angélico. (37)

Títulos de aquisição do domínio

Títulos de aquisição do domínio são a ocupação de coisas sem dono, a indústria ou a chamada especificação, como o demonstram abundantemente a tradição de todos os séculos e a doutrina do Nosso Predecessor Leão XIII. De facto não faz injustiça a ninguém, por mais que alguns digam o contrário, quem se apodera de uma coisa abandonada ou sem dono; de outra parte a indústria que alguém exerce em nome próprio, e com a qual as coisas se transformam ou aumentam de valor, dá-lhe direito sobre os produtos do seu trabalho.

Capital e trabalho

Muito diversa é a condição do trabalho, que vendido a outrem se exerce em coisa alheia. A ele particularmente visava Leão XIII, quando escrevia « poder-se afirmar sem perigo de erro, que o trabalho é a fonte única da riqueza nacional ». (38) Com efeito, não vemos com os próprios olhos, que a abundância dos bens, que constituem a riqueza, se formam e brotam das mãos dos obreiros, quer trabalhem sós, quer armadas de instrumentos e máquinas, com o que aumentam admiravelmente a sua actividade? Ninguém ignora, que nunca um país se ergueu da miséria e pobreza a uma fortuna melhor e mais elevada sem a colaboração ingente de todos os cidadãos, tanto dos que dirigem o trabalho, como dos que o executam. Não é porém menos certo que estes grandes esforços seriam imiteis e vão, que nem sequer poderiam tentar-se, se Deus Criador do universo não tivesse na sua bondade fornecido antes

as matérias primas e as forças da natureza. Pois que é trabalhar, senão aplicar ou exercer as forças do corpo e do espírito nestas mesmas coisas ou por meio delas? Exige porém a lei natural ou a vontade de Deus por ela promulgada, que se mantenha a devida ordem na aplicação dos bens naturais aos usos humanos : ora semelhante ordem consiste em ter cada coisa o seu dono. D'aqui vem que, a não ser que um trabalhe no que é seu, deverão aliar-se as forças de uns com as coisas dos outros; pois que umas sem as outras nada produzem. Isto precisamente tinha em vista Leão XIII, quando escrevia : « de nada vale o capital sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital ». (39) Por conseguinte é inteiramente falso atribuir ou só ao capital ou só ao trabalho o produto do concurso de ambos; e é injustíssimo que um deles, negando a eficácia do outro, se arroge a si todos os frutos.

Pretensões injustas do capital

É certo que por muito tempo pôde o capital arrogar-se direitos demasiados. Todos os produtos e todos os lucros reclamava-os ele para si, deixando ao operário unicamente o bastante para restaurar e reproduzir as forças. Apregoava-se, que por fatal lei económica pertencia aos patrões acumular todo o capital, e que a mesma lei condenava e acorrentava os operários a perpétua pobreza e vida miserável. E bem verdade, que as obras nem sempre estavam de acordo com semelhantes monstruosidades dos chamados liberais de Manchester : não se pode contudo negar que para elas tendia com passo certo e constante o regime económico e social. Por isso não é para admirar que estas opiniões erróneas e estes postulados falsos fossem energicamente impugnados, e não só por aqueles a quem privavam do direito natural de adquirir melhor fortuna.

Injustas pretensões do trabalho

De facto aos operários assim mal tratados apresentaram-se os chamados « intelectuais », contrapondo a uma lei falsa um não menos falso princípio moral : « os frutos e rendimentos, descontado apenas o que baste a amortizar e reconstituir o capital, pertencem todos de direito aos operários ». Erro mais capcioso que o de alguns socialistas, para os quais tudo o que é produtivo deve passar a ser propriedade do Estado ou « socializar-se »; mas por isso mesmo erro muito mais perigoso e próprio a embair os incautos : veneno suave que tragaram avidamente muitos, a quem o socialismo sem reboço não pudera enganar.

Princípio directivo da justa distribuição

A premuni-los contra estes falsos princípios, com que a si próprios fechavam o caminho da justiça e da paz, deviam bastar as palavras sapientíssimas do Nosso Predecessor : « de qualquer modo que seja distribuída entre os particulares, não cessa a terra de servir à utilidade pública ». (40) O mesmo ensinámos Nós pouco antes, quando declarávamos, que a própria natureza exige a repartição dos bens em domínios particulares, precisamente a fim de poderem as coisas criadas servir ao bem comum de modo ordenado e constante. Este princípio deve ter continuamente diante dos olhos, quem não quer desviar-se da recta senda da verdade.

Ora nem toda a distribuição dos bens ou riquezas entre os homens é apta para obter totalmente ou com a devida perfeição o fim estabelecido por Deus. É necessário que as riquezas, em contínuo incremento com o progresso da economia social, sejam repartidas pelos indivíduos ou pelas classes particulares de tal maneira, que se salve sempre a utilidade comum, de que falava Leão XIII, ou, por outras palavras, que em nada se prejudique o bem

geral de toda a sociedade. Esta lei de justiça social proíbe, que uma classe seja pela outra excluída da participação dos lucros. Violam-na por conseguinte tanto os ricos que, felizes por se verem livres de cuidados em meio da sua fortuna, têm por muito natural embolsarem eles tudo e os operários nada, como a classe proletária que, irritada por tantas injustiças e demasiadamente propensa a exagerar os próprios direitos, reclama para si tudo, porque fruto do trabalho das suas mãos, e combate e pretende suprimir toda a propriedade e rendas ou proventos, qualquer que seja a sua natureza e função social, uma vez que se obtenham e pela simples razão de serem obtidos sem trabalho. A este propósito cita-se às vezes o Apóstolo, lá onde diz : « quem não quer trabalhar, não coma ». (41) Citação descabida e falsa. O Apóstolo repreende os ociosos, que podendo e devendo trabalhar, não o fazem, e admoestamos a que aproveitemos diligentemente o tempo e as forças do corpo e do espírito, nem queiramos ser de peso aos outros, quando podemos bastar-nos a nós mesmos. Agora, que o trabalho seja o único título para receber o sustento ou perceber rendimentos, isso não o ensina, nem podia ensinar o Apóstolo. (42)

Cada um deve pois ter a sua parte nos bens materiais; e deve procurar-se que a sua repartição seja pautada pelas normas do bem comum e da justiça social. Hoje porém, à vista do contraste estridente, que há entre o pequeno número dos ultra-ricos e a multidão inumerável dos pobres, não há homem prudente, que não reconheça os gravíssimos inconvenientes da actual repartição da riqueza.

3. REDENÇÃO DOS PROLETÁRIOS

Esta é aquela « Redenção dos proletários », que o Nosso Predecessor dizia dever procurar-se a todo o custo. O mesmo afirmamos e repetimos Nós com tanto maior energia e insistência, quanto mais frequentemente vemos votadas ao esquecimento as recomendações daquele grande Pontífice, ou porque intencionalmente se não falava, delas, ou porque as julgavam impossíveis de actuar, sendo que não só podem, mas devem realizar-se. Nem elas no nosso tempo perderam nada da aia, força e oportunidade, apesar de hoje não ser tão geral e horrendo o pauperismo, como era ao tempo de Leão XIII. Sem dúvida que a condição dos operários melhorou e se tornou mais tolerável, sobretudo nas cidades mais progredidas e populosas, onde os operários já não podem todos sem excepção ser considerados como indigentes e miseráveis. Mas desde que as artes mecânicas e a indústria moderna em pouquíssimo tempo invadiram completamente e dominaram regiões inumeráveis, tanto as terras chamadas novas, como os reinos do remoto Oriente cultivados já na antiguidade, cresceu desmesuradamente o número dos proletários pobres, cujos gemidos bradam ao céu. Acresce o ingente exército dos jornaleiros relegados à ínfima condição e sem a mínima esperança de se verem jamais senhores de um pedaço de terra; (43) se não se empregam remédios oportunos e eficazes, ficarão perpetuamente na condição de proletários.

É verdade, que a condição proletária não se deve confundir com o pauperismo; contudo basta o facto de a multidão dos proletários ser imensa, enquanto as grandes fortunas se acumulam nas mãos de poucos ricos, para provar à evidência que as riquezas, produzidas em tanta abundância neste nosso século de industrialismo, não estão bem distribuídas pelas diversas classes da sociedade.

Os operários devem poder formar um património

É pois necessário envidar energicamente todos os esforços, para que ao menos de futuro as riquezas grangeadas se acumulem em justa proporção nas mãos dos ricos, e com suficiente

largueza se distribuam pelos operários; não para que estes se dêem ao ócio, — já que o homem nasceu para trabalhar como a ave para voar, — mas para que, vivendo com parcimônia, aumentem os seus haveres, aumentados e bem administrados provejam aos encargos da família; e livres assim de uma condição precária e incerta qual é a dos proletários, não só possam fazer frente a todas as eventualidades durante a vida, mas deixem ainda por morte alguma coisa, aos que lhes sobrevivem.

Toda esta doutrina já por Nosso Predecessor, não só insinuada, mas abertamente proclamada, Nós de novo e com mais insistência a inculcamos com esta Nossa encíclica : pois desenganem-se todos, que se não se põe em prática quanto antes e com todas as veras, será impossível defender eficazmente a ordem pública, a paz e a tranquilidade da sociedade humana contra os maquinadores de revoluções.

4. - O JUSTO SALÁRIO

Ora não se poderá pôr em prática, se não se procura, que os proletários, trabalhando e vivendo com parcimônia, adquiram o seu modesto pecúlio, como já acima indicamos desenvolvendo os ensinamentos de Nosso Predecessor. Mas, a não ser da própria jorna, d'onde poderá tirar esse pouco que vai economizando, o que não tem outra fonte de receita senão o seu trabalho? Entremos portanto nesta questão do salário, que Leão XIII apelidou « de grande importância », (44) declarando e desenvolvendo, onde for necessário, a sua doutrina e preceitos.

O salário não é de sua natureza injusto

E primeiramente os que dizem ser de sua natureza injusto o contrato de compra e venda do trabalho e pretendem substituí-lo por um contrato de sociedade, dizem um absurdo e caluniam malignamente o Nosso Predecessor que na encíclica « *Rerum novarum* » não só admite a legitimidade do salário, mas se difunde em regulá-lo segundo as leis da justiça.

Julgamos contudo que nas presentes condições sociais é preferível, onde se possa, mitigar os contratos de trabalho combinando-os com os de sociedade, como já começou a fazer-se de diversos modos com não pequena vantagem dos operários e dos patrões. Deste modo operários e oficiais são considerados sócios no domínio ou na gerência, ou compartilham os lucros.

O justo valor da paga deve ser avaliado não por um, senão por vários princípios, como sabiamente dizia Leão XIII por estas palavras : « para determinar equitativamente o salário devem ter-se em vista várias considerações ». (45)

Com estas palavras confuta a leviandade dos que pensam resolver facilmente tão momentoso problema, empregando uma única medida e essa mesma disparatada.

Erram certamente os que não receiam enunciar este princípio, que tanto vale o trabalho e tanto deve importar a paga, quanto é o valor dos seus frutos; e que por isso na locação do próprio trabalho tem o operário direito de exigir por ele tudo o que produzir. Asserção infundada, como basta a demonstrá-lo o que acima dissemos ao tratar da relação entre o trabalho e o capital.

Carácter individual e social do trabalho

Como o domínio, assim também o trabalho, sobretudo o contratado, deve considerar-se não só relativamente aos indivíduos, mas também em função da sociedade. A razão é clara. Se a sociedade não forma realmente um corpo organizado, se a ordem social e jurídica não protege o exercício da actividade, se as várias artes, dependentes como são entre si, não trabalham de concerto e não se ajudam mutuamente, se enfim e mais ainda, não se associam e colaboram juntos a inteligência, o capital, e o trabalho, não pode a actividade humana produzir fruto : logo não pode ela ser com justiça avaliada nem remunerada equitativamente, se não se tem em conta a sua natureza social e individual.

Tríplice relação do salário

Destas duas propriedades naturais do trabalho humano derivam consequências gravíssimas, pelas quais se deve regular e determinar o salário.

A) O sustento do operário e da família

Primeiro ao operário deve dar-se remuneração que baste para o sustento seu e da família. (46) É justo que toda a mais família, na medida das suas forças, contribua para o seu mantimento, como vemos que fazem as famílias dos lavradores, e também muitas de artistas e pequenos negociantes. Mas é uma iniquidade abusar da idade infantil ou da fraqueza feminina. As mães de família devem trabalhar em casa ou nas suas adjacências, dando-se aos cuidados domésticos. É um péssimo abuso, que deve a todo o custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganharem a vida fora das paredes domésticas, descuidando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos. Deve pois procurar-se com todas as veras, que os pais de família recebam uma paga bastante a cobrir as despesas ordinárias da casa. E se as actuais condições não permitem, que isto se possa sempre efectuar, exige contudo a justiça social, que se introduzam quanto antes as necessárias reformas, para que possa assegurar-se um tal salário a todo o operário adulto. — São pois dignos de louvor todos aqueles, que com prudente e utilíssima iniciativa tem já experimentado vários métodos para tornar o salário proporcionado aos encargos domésticos de tal modo que, aumentando estes, cresça também aquele; antes seja tal, que possa bastar a qualquer necessidade extraordinária e imprevista.

B) Situação da empresa

É preciso atender também ao empresário e a empresa no determinar a importância dos salários; seria injustiça exigir salários demasiados, que eles não pudessem pagar sem se arruinarem e arruinarem consigo os operários. Mas se a deficiência dos lucros dependesse da negligência, inércia, ou descuido em procurar o progresso técnico e económico, não seria essa uma causa justa para cercear a paga aos operários. Se porém a causa de a empresa não render quanto baste para retribuir aos operários equitativamente, são contribuições injustas ou o ver-se forçada a vender os artefactos por um preço inferior ao justo, os que assim a vexam, tornam-se réus de culpa grave; pois que privam do justo salário os trabalhadores, que forçados da necessidade se vêem obrigados a aceitar uma paga inferior à devida.

Trabalhem por conseguinte de comum acordo operários e patrões para vencer as dificuldades e obstáculos, e sejam em obra tão salutar ajudados prudente e providamente pela autoridade pública. Mas se apesar de tudo os negócios correrem mal, será então o caso de ver se a

empresa poderá continuar, ou se será melhor prover aos operários de outro modo. Nessas gravíssimas conjunturas é, mais que nunca, necessário, que reine e se sinta entre operários e patrões a união e concórdia cristã.

C) Exigências do bem comum

Enfim a grandeza do salário deve ser proporcionada ao bem da economia pública. Já atrás declarámos, quanto importa ao bem comum, que os operários e oficiais possam formar um modesto pecúlio com a parte do salário economizada. Mas não podemos passar em silêncio outro ponto de não menor importância e grandemente necessário nos nossos tempos, e é, que todos os que têm vontade e forças, possam encontrar trabalho. Ora isto depende em boa parte da determinação do salário : a qual como será vantajosa, se bem feita, assim se tornará nociva, se exceder os devidos limites. Quem não sabe, que foram os salários demasiadamente pequenos ou exageradamente grandes a causa de muitos operários se verem sem trabalho? É este mal, formidavelmente agravado nos anos do nosso Pontificado, que lança aos operários nas maiores misérias e tentações, que arruína a prosperidade dos estados e põe em perigo a ordem pública, a paz e tranquilidade do mundo inteiro. É portanto contra a justiça social diminuir ou aumentar demasiadamente os salários em vista só das próprias conveniências e sem ter em conta o bem comum; e a mesma justiça exige, que em pleno acordo de inteligências e vontades, quanto seja possível, se regulem os salários de tal modo, que o maior número de operários possa encontrar trabalho e ganhar o necessário para o sustento da vida. É também importante para o mesmo efeito a boa proporção entre as diversas categorias de salários; com a qual está intimamente relacionada a justa proporção entre os preços de venda dos produtos das diversas artes, como a agricultura, a indústria, etc. Se tudo isto se observar como convêm, unir-se-ão as diversas artes e se organizarão num corpo união, prestando-se como membros mútuo e benéfico auxílio. Só então estará solidamente constituído o organismo económico e social e será capaz de obter os seus fins, quando todos e cada um tiverem todos os bens, que as riquezas naturais, a arte técnica, e a boa administração económica podem proporcionar. Estes bens devem bastar não só à estrita necessidade e à honesta comodidade, senão também a elevar o homem a um certo grau de cultura, o qual, uma vez que não falte a prudência, longe de obstar, grandemente favorece a virtude. (47)

5. - RESTAURAÇÃO DA ORDEM SOCIAL

O que fica exposto sobre a equitativa repartição dos bens e sobre o justo salário, diz respeito aos indivíduos, nem visa senão acessoriamente a ordem social, que o Nosso Predecessor Leão XIII desejou e procurou restaurar pelos princípios da sã filosofia e aperfeiçoar segundo as normas sublimes da lei evangélica.

Já alguma coisa se fez neste sentido; mas para realizar o muito que ainda está por fazer e para que a família humana colha vantagens melhores e mais abundantes, são de absoluta necessidade duas coisas : a reforma das instituições e a emenda dos costumes.

Ao falarmos na reforma das instituições temos em vista sobretudo o Estado; não porque dele só deva esperar-se todo o remédio, mas porque o vício do já referido « individualismo » levou as coisas a tal extremo, que enfraquecida e quase extinta aquela vida social outrora rica e harmónicamente manifestada em diversos géneros de agremiações, quase só restam os indivíduos e o Estado. Esta deformação do regime social não deixa de prejudicar o próprio Estado, sobre o qual recaem todos os serviços das agremiações suprimidas e que verga ao

peso de negócios e encargos quase infinitos.

Verdade é, e a história o demonstra abundantemente, que, devido à mudança de condições, só as grandes sociedades podem hoje levar a efeito o que antes podiam até mesmo as pequenas; permanece contudo imutável aquele solene princípio da filosofia social : assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efectuar com a própria iniciativa e indústria, para o confiar à colectividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podiam conseguir, é uma injustiça, um grave dano e perturbação da boa ordem social. O fim natural da sociedade e da sua acção é coadjuvar os seus membros, não destruí-los nem absorvê-los.

Deixe pois a autoridade pública ao cuidado de associações inferiores aqueles negócios de menor importância, que a absorveriam demasiado; poderá então desempenhar mais livre, enérgica e eficazmente o que só a ela compete, porque só ela o pode fazer : dirigir, vigiar, urgir e reprimir, conforme os casos e a necessidade requeiram. Persuadam-se todos os que governam : quanto mais perfeita ordem jerárquica reinar entre as varias agremiações, segundo este princípio da função « supletiva » dos poderes públicos, tanto maior influência e autoridade terão estes, tanto mais feliz e lisonjeiro será o estado da nação.

Harmonia entre as diversas profissões

O primeiro objectivo que devem propor-se tanto o Estado como o escol dos cidadãos, o ponto em que devem concentrar todos os esforços, é por termo ao conflito, que divide as classes, suscitar e promover uma cordial harmonia entre as diversas profissões.

E em primeiro lugar deve a política social aplicar-se toda a reconstituí-las. Actualmente a sociedade continua num estado violento e por isso instável e vacilante, pois se funda sobre classes, que se movem por apetites desencontrados e por isso, dada a fraqueza humana, com facilidade tendem para o ódio e para a guerra.

Com efeito embora o trabalho, como muito bem expôs o Nosso Predecessor na sua encíclica , (48) não seja um simples género comercial, mas deva reconhecer-se nele a dignidade humana do operário, e não possa permutar-se como qualquer mercadoria, de facto hoje no mercado do trabalho a oferta e a procura dividem os contratadores em duas classes ou campos opostos, que encarniçadamente se digladiam. Esta grave desordem leva a sociedade à ruína, se não se lhe dá pronto e eficaz remédio. Mas a cura só então será perfeita, quando a estas classes opostas, se substituírem organismos bem constituídos, ordens ou profissões, que agrupem os indivíduos, não segundo a sua categoria no mercado do trabalho, mas segundo as funções sociais, que desempenham. Assim como as relações de vizinhança dão origem aos municípios, assim os que exercem a mesma profissão ou arte são pela própria natureza impelidos a formar colégios ou corporações; tanto que muitos julgam estes organismos autónomos, senão essenciais, ao menos naturais à sociedade civil.

E como a ordem, segundo egregiamente explica S. Tomás, (49) é a unidade resultante da disposição conveniente de muitas coisas, o corpo social não será verdadeiramente ordenado, se não há um vínculo comum, que una solidamente num só todo os membros que o constituem. Ora este princípio de unidade encontra-se, — para cada arte, na produção dos bens ou prestação dos serviços a que visa a actividade combinada de patrões e operários ocupados no mesmo officio, — para o conjunto das profissões, no bem comum, a que todas e cada uma devem tender com esforços combinados. Esta união será tanto mais forte e eficaz,

quanto mais fielmente se aplicarem os indivíduos e as próprias profissões a exercitar a sua especialidade e a assinalar-se nela.

Do que precede é fácil concluir, que no seio destas corporações estão em primeiro lugar os interesses comuns à profissão; entre os quais o mais importante é vigiar por que a actividade colectiva se oriente sempre para o bem comum de toda a sociedade. As questões, que se refiram aos interesses particulares dos patrões ou operários poder-se-ão tratar e resolver separadamente.

Apenas é preciso recordar, que os ensinamentos de Leão XIII sobre a forma do governo político se aplicam também na devida proporção aos colégios ou corporações profissionais : é lícito aos seus membros eleger a forma que lhes aprouver, com tanto que atendam às exigências da justiça e do bem comum. (50)

E como os habitantes de um município costumam formar associações autónomas para fins muito diversos, às quais cada um é livre de dar ou não o seu nome, assim os que exercem a mesma profissão, conservam a liberdade de se associarem para fins de algum modo relacionados com o exercício da sua arte. Mas porque o Nosso Predecessor tratou distinta e claramente na sua encíclica destas associações livres, basta-Nos agora inculcar um ponto : os cidadãos podem livremente não só instituir associações de direito e carácter particular, mas ainda « eleger livremente para elas aqueles estatutos e regulamentos, que julgarem mais convenientes ao fim proposto ». (51) Idêntica liberdade deve reconhecer-se às sociedades, cujo objectivo ultrapassa os confins das diversas profissões. Proponham-se as associações livres já florescentes e que tão bons frutos produzem, abrir caminho, segundo os princípios da filosofia social cristã, a estes colégios ou corporações mais vastos de que falamos, e ponham todo o empenho, cada uma na medida das suas forças, em atingir este ideal.

Princípio directivo da economia

Resta ainda outro ponto estreitamente ligado com o precedente. Como não pode a unidade social basear-se na luta de classes, assim a recta ordem da economia não pode nascer da livre concorrência de forças. Deste princípio como de fonte envenenada derivaram para a economia universal todos os erros da ciência económica « individualista »; olvidando esta ou ignorando, que a economia é juntamente social e moral, julgou que a autoridade pública a devia deixar em plena liberdade, visto que no mercado ou livre concorrência possuía um princípio directivo capaz de a reger muito mais perfeitamente, que qualquer inteligência criada. Ora a livre concorrência, ainda que dentro de certos limites é justa e vantajosa, não pode de modo nenhum servir de norma reguladora à vida económica. Aí estão a comprová-lo os factos desde que se puseram em prática as teorias de espírito individualista. Urge por tanto sujeitar e subordinar de novo a economia a um princípio directivo, que seja seguro e eficaz. A prepotência económica, que sucedeu à livre concorrência não o pode ser; tanto mais que, indómita e violenta por natureza, precisa, para ser útil a humanidade, de ser energicamente enfreada e governada com prudência; ora não pode enfrear-se nem governar-se a si mesma. Força é portanto recorrer a princípios mais nobres e elevados : à justiça e caridade sociais. É preciso que esta justiça penetre completamente as instituições dos povos e toda a vida da sociedade; é sobre tudo preciso que esse espírito de justiça manifeste a sua. eficácia constituindo uma ordem jurídica e social que informe toda a economia, e cuja alma seja a caridade. Em defender e reivindicar eficazmente esta ordem jurídica e social deve insistir a autoridade pública; e fá-lo-á com menos dificuldade se se desembaraçar daqueles encargos,

que já antes declarámos não serem próprios dela.

Mais : é muito para desejar que as várias nações, pois que tanto dependem umas das outras e se completam economicamente, se dêem com todo o empenho, em união de vistas e de esforços, a promover com prudentes tratados e instituições uma vantajosa e feliz cooperação económica internacional.

Se deste modo se restaurarem os membros do corpo social e se restabelecer o princípio regulador da economia, poder-se-lhe-á aplicar de alguma forma o que o Apóstolo dizia do corpo místico de Cristo : « todo o corpo organizado e unido pelas articulações de um mútuo obséquio, segundo a medida de actividade de cada membro, cresce e se desenvolve na caridade ». (52)

Recentemente iniciou-se, como todos sabem, uma nova organização sindical e corporativa, à qual, vista a matéria desta Nossa carta encíclica não podemos deixar de Nos referir, com alguma consideração oportuna.

O Estado reconheceu juridicamente o « sindicato », dando-lhe porém carácter de monopólio, já que só ele, assim reconhecido, pode representar respectivamente operários e patrões, só ele concluir contractos e pactos de trabalho. A inscrição no sindicato é facultativa, e só neste sentido se pode dizer, que a organização sindical é livre; pois a quota sindical e certas taxas especiais são obrigatórias para todos os que pertencem a uma dada categoria, sejam eles operários ou patrões; como obrigatórios para todos são também os contratos de trabalho estipulados pelo sindicato jurídico. Verdade é que nas regiões oficiais se declarou, que o sindicato jurídico não exclui a existência de facto de associações profissionais.

As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos dos operários e dos patrões pertencentes à mesma arte e profissão, e, como verdadeiros e próprios órgãos e instituições do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum. É proibida a greve; se as partes não podem chegar a um acordo, intervém a autoridade.

Basta reflectir um pouco, para ver as vantagens desta organização, embora apenas sumariamente indicada : a pacífica colaboração das classes, a repressão das organizações e violências socialistas, a acção moderadora de uma magistratura especial. Para não omitir nada em matéria de tanta importância, e em harmonia com os princípios gerais acima recordados e com o que em breve acrescentaremos, devemos contudo dizer, que não falta quem receie, que o Estado se substitua às livres actividades, em vez de se limitar à necessária e suficiente assistência e auxílio; que a nova organização sindical e corporativa tem carácter excessivamente burocrático e político; e que, não obstante as vantagens gerais acenadas, pode servir a particulares intentos políticos mais que à preparação e início de uma ordem social melhor.

Nós cremos, que para conseguir este outro intento nobilíssimo, com beneficio geral verdadeiro e duradouro, é necessária antes de tudo e sobre tudo a bênção de Deus e depois a colaboração de todas as boas vontades. Cremos também e por necessária consequência, que o mesmo intento se conseguirá tanto mais seguramente, quanto maior for a contribuição das competências técnicas., profissionais e sociais, e mais ainda da doutrina e prática dos princípios católicos por parte, não da Acção Católica (que não pretende desenvolver actividade meramente sindical ou política), mas por parte d'aqueles Nossos filhos a quem a Acção Católica admiravelmente forma naqueles princípios e no seu apostolado sob a guia e

magistério da Igreja; da Igreja, que mesmo no terreno supra acenado, como em qualquer outro onde se agitem e regulem questões morais, não pode esquecer ou descurar o mandato de guardar e ensinar, que lhe foi divinamente conferido.

Tudo o que temos ensinado acerca da restauração e aperfeiçoamento da ordem social, de modo nenhum poderá realizar-se sem a reforma dos costumes, como até a mesma história eloquentemente demonstra. De facto houve já uma ordem social que, apesar de imperfeita e incompleta, era, de algum modo, dadas as circunstâncias e exigências do tempo, conforme à recta razão. E se essa ordem já de há muito se extinguiu, não foi de certo por ser incapaz de evolucionar e alargar-se com as novas condições sociais; mas porque os homens, ou obcecados pelo amor próprio se recusaram a abrir como convinha, o seio das suas organizações à multidão sempre crescente, que desejava entrar nelas, ou porque iludidos pela aparência de uma falsa liberdade e por outros erros, rebeldes a toda a sujeição, trabalharam por sacudir o jugo de qualquer autoridade.

Só Nos resta por conseguinte citar de novo a juízo o vigente sistema económico, e o seu mais violento acusador, o socialismo, para sobre eles proferirmos uma sentença clara e justa; e ao mesmo tempo, indagada a última raiz de tantos males, apontar o primeiro e mais necessário remédio, que é a reforma dos costumes.

III. NOTÁVEIS MUDANÇAS DESDE A ENCÍCLICA DE LEÃO XIII

Grandes foram as transformações, que desde os tempos de Leão XIII sofreram tanto a economia, como o socialismo.

1. - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

E primeiramente todos vêem, quão mudada está hoje a situação económica. Sabeis, veneráveis Irmãos e amados Filhos, que o Nosso Predecessor de feliz memória na sua encíclica se referia principalmente àquele sistema, em que ordinariamente uns contribuem com o capital, os outros com o trabalho para o comum exercício da economia, qual ele próprio a definiu na frase lapidar : « Nada vale o capital sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital ». (53)

Foi esta espécie de economia, que Leão XIII procurou com todas as veras regular segundo as normas da justiça; donde se segue que de per si não é condenável. E realmente de sua natureza não é viciosa : só então viola a recta ordem, quando o capital escraviza aos operários ou à classe proletária com o fim e condição de que os negócios e todo o andamento económico estejam nas suas mãos e revertam em sua vantagem, desprezando a dignidade humana dos operários, a função social da economia e a própria justiça social e o bem comum.

Verdade é que mesmo hoje não é esta a única forma de economia, que reina por toda a parte; há outra forma, que ainda abraça uma numerosa e importante fracção da humanidade, como é por exemplo a classe agrícola, na qual a maior parte do género humano ganha honradamente a sua vida. Também esta se vê a braços com estreitezas e dificuldades, às quais alude Nosso Predecessor em muitos passos da sua encíclica e Nós nesta Nossa já mais de uma vez Nos referimos.

Mas o regime capitalista da economia, desde a publicação da « *Rerum novarum* », com o

propagar-se da indústria alastrou em todas as direcções, de tal maneira que se infiltrou e invadiu completamente todos os outros campos da produção, cujas condições sociais e económicas afecta realmente e informa com suas vantagens, desvantagens e vícios.

Por consequência não é só o bem dos habitantes das regiões industriais, mas o de todos os homens, que Nós procuramos, ao dirigirmos a Nossa atenção principalmente para as mudanças, que sofreu a economia capitalista desde os tempos de Leão XIII.

Despotismo económico

É coisa manifesta, como nos nossos tempos não só se amontoam riquezas, mas acumula-se um poder imenso e um verdadeiro despotismo económico nas mãos de poucos, que as mais das vezes não são senhores, mas simples depositários e administradores de capitais alheios, com que negociam a seu talante. Este despotismo torna-se intolerável naqueles que, tendo nas suas mãos o dinheiro, são também senhores absolutos do crédito e por isso dispõem do sangue de que vive toda a economia, e manipulam de tal maneira a alma da mesma, que não pode respirar sem sua licença. Este acumular de poderio e recursos, nota característica da economia actual, é consequência lógica da concorrência desenfreada, à qual só podem sobreviver os mais fortes, isto é, ordinariamente os mais violentos competidores e que menos sofrem de escrúpulos de consciência. Por outra parte este mesmo acumular de poderio gera três espécies de luta pelo domínio : primeiro luta-se por alcançar o domínio económico; depois combate-se renhidamente por obter domínio no governo da nação, a fim de poder abusar do seu nome, forças e autoridade nas lutas económicas; enfim lutam os Estados entre si, empregando cada um deles a força e influência política para promover as vantagens económicas dos seus cidadãos, ou ao contrário empregando as forças e domínio económico para resolver as questões políticas, que surgem entre as nações.

Funestas consequências

As últimas consequências deste espírito individualista no campo económico são essas que vós, veneráveis Irmãos e amados Filhos, vedes e lamentais : a livre concorrência matou-se a si própria; à liberdade do mercado sucedeu o domínio económico; à avidez do lucro seguiu-se a desenfreada ambição de domínio; toda a economia se tornou horrendamente dura, cruel, atroz. Acrescem os danos gravíssimos originados da malfadada confusão dos empregos e atribuições da pública autoridade e da economia, quais são : primeiro e um dos mais funestos, o aviltamento da majestade do Estado, a qual do trono onde livre de partidarismos e atenta só ao bem comum e à justiça, se sentava como rainha e árbitra suprema dos negócios públicos, se vê feita escrava, entregue e acorrentada ao capricho de paixões desenfreadas; depois, no campo das relações internacionais, dois rios brotados da mesma fonte : de um lado o Nacionalismo ou Imperialismo económico, do outro o Internacionalismo ou Imperialismo internacional bancário, não menos funesto e execrável, cuja pátria é o interesse.

Remédios

Na parte doutrinal desta encíclica indicámos já os remédios, com que se pode combater um mal tão profundo. Agora basta recordar a substância do Nosso ensinamento. Visto como o regime económico moderno se baseia principalmente no capital e no trabalho, é preciso que as normas da recta razão ou da filosofia social cristã, relativas a estes dois elementos e à sua colaboração, sejam melhor conhecidas e postas em prática. Para, evitar o escolho quer do

individualismo quer do socialismo, ter-se-á em conta o duplo carácter individual e social tanto do capital ou propriedade, como do trabalho. As relações mútuas de um com o outro devem ser reguladas segundo as leis de uma rigorosa justiça comutativa, apoiada na caridade cristã. A livre concorrência contida dentro de justos e razoáveis limites e mais ainda o poderio económico devem estar efectivamente sujeitos à autoridade pública, em tudo o que é da sua alçada. Enfim as públicas instituições adaptarão a sociedade inteira às exigências do bem comum, isto é, às regras da justiça; donde necessariamente resultará, que esta função tão importante da vida social, qual é a actividade económica, se encontrará por sua vez reconduzida a uma ordem sã e bem equilibrada.

2. EVOLUÇÃO DO SOCIALISMO

Não menos profunda que a da economia, foi desde o tempo de Leão XIII a evolução do socialismo, contra o qual principalmente terçou armas o Nosso Predecessor. Então podia ele dizer-se único, defendia uma doutrina bem definida e reduzida a sistema; depois dividiu-se em duas facções principais, de tendências pela maior parte contrárias, e irreconciliáveis entre si, conservando porém ambas o princípio fundamental do socialismo primitivo, contrário à fé cristã.

O partido da violência ou comunismo

Uma das facções seguiu uma evolução paralela à da economia capitalista, que antes descrevemos, e precipitou no comunismo, que ensina duas coisas e as procura realizar, não oculta ou solapadamente, mas à luz do dia, francamente e por todos os meios ainda os mais violentos : guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular. Na prossecução destes objectivos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se mostra. Aí estão a atestá-lo as mortandades e ruínas de que alastrou vastíssimas regiões da Europa oriental e da Ásia; e então o ódio declarado contra a santa Igreja e contra o mesmo Deus demasiado o provam essas monstruosidades sacrílegas bem conhecidas de todo o mundo. Por isso, se bem julgamos supérfluo chamar a atenção dos filhos obedientes da Igreja para a impiedade e iniquidade do comunismo, contudo não é sem uma dor profunda, que vemos a apatia dos que parecem desprezar perigos tão iminentes, e com desleixo pasmoso deixam propagar por toda a parte doutrinas, que porão a sociedade a ferro e fogo. Sobretudo digna de censura é a inércia daqueles, que não tratam de suprimir ou mudar um estado de coisas, que, exasperando os ânimos, abre caminho à subversão e ruína completa da sociedade.

O socialismo propriamente dito, ou mitigado

Mais moderada é a outra facção, que conservou o nome de socialismo : porque não só professa abster-se da violência, mas abranda e limita de algum modo, embora não as suprima de todo, a luta de classes e a extinção da propriedade particular. Dir-se-ia que o socialismo, aterrado com as consequências que o comunismo deduziu de seus próprios princípios, tende para as verdades que a tradição cristã sempre solenemente ensinou, e delas em certa maneira se aproxima; por quanto é inegável que as suas reivindicações concordam às vezes muitíssimo com as reclamações dos católicos que trabalham na reforma social.

Com efeito a luta de classes, quando livre de inimizades e ódio mútuo, transforma-se pouco a pouco numa concorrência honesta, fundada no amor da justiça, que se bem não é aquela bem-aventurada paz social, por que todos suspiramos, pode e deve ser o princípio da mútua

colaboração. Do mesmo modo a guerra à propriedade particular, afrouxando pouco a pouco, chega a limitar-se a ponto de já não agredir a posse do necessário à produção dos bens, mas aquele despotismo social, que a propriedade contra todo o direito se arrogou. E de facto um tal poder não pertence aos simples proprietários mas à autoridade pública. Por este caminho podem os princípios deste socialismo mitigado vir pouco a pouco a coincidir com os votos e reclamações dos que procuram reformar a sociedade segundo os princípios cristãos. Estes com razão pretendem que certos géneros de bens sejam reservados ao Estado, quando o poderio que trazem consigo é tal, que, sem perigo do mesmo Estado, não pode deixar-se em mãos dos particulares.

Tão justos desejos e reivindicações em nada se opõem à verdade cristã, e muito menos são exclusivos do socialismo. Por isso quem só por eles luta, não tem razão para declarar-se socialista.

Mas não se vá julgar que os partidos socialistas, não filiados ainda no comunismo, professam já todos teórica e praticamente esta moderação. Em geral não renegam a luta de classes nem a abolição da propriedade, apenas a mitigam. Ora se os falsos princípios assim se mitigam e obliteram, pergunta-se, ou melhor perguntam alguns sem razão, se não será bem que também os princípios católicos se mitiguem e moderem, para sair ao encontro do socialismo e congraçar-se com ele a meio caminho? Não falta quem se deixe levar da esperança de atrair por este modo os socialistas. Esperança vã! Quem quer ser apóstolo entre os socialistas, é preciso que professe franca e lealmente toda a verdade cristã, e que de nenhum modo feche os olhos ao erro. Esforcem-se antes, se querem ser verdadeiros arautos do Evangelho, por mostrar aos socialistas, que as suas reclamações, na parte que tem de justas, se defendem muito mais vigorosamente com os princípios da fé e se promovem muito mais eficazmente com as forças da caridade.

Contrasta com a doutrina católica

E se o socialismo estiver realmente tão moderado no tocante à luta de classes e à propriedade particular, que já não mereça nisto a mínima censura? Terá renunciado por isso à sua natureza essencialmente anticristã? Eis uma dúvida, que a muitos traz suspensos. Muitíssimos católicos convencidos de que os princípios cristãos não podem jamais abandonar-se nem obliterar-se, volvem os olhos para esta Santa Sé e suplicam instantemente, que definamos se este socialismo repudiou de tal maneira as suas falsas doutrinas, que já se possa abraçar e quase baptizar, sem prejuízo de nenhum princípio cristão. Para lhes respondermos, como pede a Nossa paterna solicitude, declaramos : O socialismo quer se considere como doutrina, quer como facto histórico, ou como « acção », se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica; pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã.

Com efeito : segundo a doutrina cristã o homem sociável por natureza é colocado nesta terra, para que, vivendo em sociedade e sob a autoridade ordenada por Deus, 54 cultive e desenvolva plenamente todas as suas faculdades, para louvor e glória do Criador, e pelo fiel cumprimento dos deveres da sua profissão ou vocação, qualquer que ela seja, grangeie a felicidade temporal e eterna. Ora o socialismo, ignorando por completo ou desprezando este fim sublime dos indivíduos e da sociedade, opina que o consórcio humano foi instituído só pela vantagem material que oferece. E na verdade do facto que o trabalho convenientemente organizado é muito mais produtivo que os esforços isolados, os socialistas concluem, que a

actividade económica deve necessariamente revestir uma forma social. Desta necessidade segue-se, segundo eles, que os homens por amor da produção são obrigados a entregar-se e sujeitar-se completamente à sociedade. Mais : estimam tanto os bens materiais, que servem à comodidade da vida, que afirmam deverem pospor-se e mesmo sacrificar-se quaisquer outros bens superiores e em particular a liberdade às exigências de uma produção activíssima. Esta perda da dignidade humana, inevitável no sistema da produção « socializada », julgam-na bem compensada com a abundância dos bens que, produzidos socialmente, serão distribuídos pelos indivíduos, e estes poderão livremente aplicar a uma vida mais cómoda e faustosa. Em consequência a sociedade sonhada pelo socialismo não pode existir nem conceber-se sem violências manifestas; por outra parte goza de uma liberdade não menos falsa, pois carece de verdadeira autoridade social; esta não pode fundar-se nos cómodos materiais, mas provém somente de Deus Criador e fim último de todas as coisas. (55)

Católicos e socialistas termos contraditórios

E se este erro, como todos os mais, encerra algo de verdade, o que os Sumos Pontífices nunca negaram, funda-se contudo numa própria concepção da sociedade humana, diametralmente oposta à verdadeira doutrina católica. Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios : ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista.

Socialismo educador

Estas doutrinas que Nós de novo com a Nossa suprema autoridade solenemente declaramos e confirmamos, devem aplicar-se também a um novo sistema de socialismo prático, ainda mal conhecido, mas que se vai propagando nos meios socialistas. Propõe-se ele a formação das inteligências e dos costumes; e ainda que se faz particular amigo da infância e procura aliciá-la, abraça todas as idades e condições, para formar o homem « socialista » que há de constituir mais tarde a sociedade humana plasmada pelo ideal do socialismo.

Na Nossa encíclica « *Divini illius Magistri* » ensinámos desenvolvidamente os princípios, em que se funda, os fins, a que se dirige a pedagogia cristã. (56) Quão contrários lhes sejam a teoria e a prática do socialismo educador, é tão claro e evidente, que é inútil insistir. Parecem porém ignorar ou não ter na devida conta os gravíssimos e funestos perigos deste socialismo, os que não tratam de lhe resistir forte e energicamente, como o pede a gravidade das circunstâncias. É dever do Nosso múnus pastoral chamar-lhes a atenção para a gravidade e eminência do perigo : lembrem-se todos, que deste socialismo educador foi pai o liberalismo, será herdeiro legítimo o bolchevismo.

Católicos desertores nos arraiais socialistas

Pôsto isto, compreendeis facilmente, veneráveis Irmãos, com quanta dor vemos em algumas regiões não poucos dos Nossos filhos, de cuja fé e boa vontade não queremos duvidar, desertar dos arraiais da Igreja e passar às fileiras do socialismo; uns ostentando abertamente o nome e professando as doutrinas socialistas, outros indiferentes ou talvez forçados entrando em associações, que teórica ou praticamente professam o socialismo.

Ora Nós com paterna solicitude ansiosamente vamos considerando e indagando como foi possível, que chegassem a tal aberração; e parece-Nos ouvir a resposta, com que muitos se escusam : a Igreja e todos os que se lhe proclamam obedientes, favorecem os ricos,

desprezam os operários, nem têm deles o mínimo cuidado; por isso é que se viram na necessidade de se inscrever no socialismo para salvaguardar os próprios interesses.

É muito para lamentar, veneráveis Irmãos, que houvesse um tempo e haja ainda quem, dizendo-se católico, apenas se lembra da sublime lei da justiça, e caridade, que nos obriga não só a dar a cada um o que lhe pertence, mas também a socorrer os pobres, nossos irmãos, como ao próprio Jesus Cristo; (57) quem não teme oprimir os operários por cobiça de sórdido lucro e, o que é mais grave, quem abusa da mesma religião para paliar as suas iníquas extorsões e defender-se contra as justíssimas reclamações dos operários. Por Nossa parte não deixaremos nunca de censurar severamente um tal proceder; são eles os culpados de a Igreja se ver injustamente (mas com certa aparência de verdade) acusada de patrocinar a causa dos ricos, e de não se compadecer das necessidades e angústias dos pobres, defraudados da sua parte de bem-estar nesta vida. Aparências infundadas e acusações caluniosas, como demonstra toda a história da Igreja. Bastava a encíclica, cujo quadragésimo aniversário celebramos, para provar exuberante mente, que, só com a maior das injustiças, se podem assacar à Igreja tais calúnias e contumélias.

Oxalá voltem à casa paterna

Porém nem a injúria Nos ofende, nem a magna desalenta o Nosso coração paterno a ponto de repelirmos para longe de Nós estes filhos tristemente enganados e saídos do caminho da verdade e da salvação; ao contrário com toda a possível solícitude os convidamos, a que voltem ao seio da Santa Madre Igreja. Oxalá que dêem ouvidos à Nossa voz! Oxalá que voltem à casa paterna donde saíram e aí permaneçam na seu posto, nas fileiras daqueles que, fieis às directivas promulgadas por Leão XIII e por Nós hoje solenemente renovadas, procuram reformar a sociedade segundo o espírito da Igreja, fazendo reflorescer a justiça e a caridade sociais. E persuadam-se que em parte nenhuma podem encontrar maior felicidade, até mesmo temporal, que junto d'Aquêlê que por nós se fez pobre sendo rico, para nos enriquecer com a sua pobreza, (58) que viveu pobre e em trabalhos desde a sua juventude, que chama a si todos os que trabalham e se vêem oprimidos, para os aliviar na caridade do seu Coração, (59) que finalmente sem aceitação de pessoas exigirá mais d'aqueles a quem foi dado mais (60) e retribuirá a cada um segundo as suas obras. (61)

3. REFORMA DOS COSTUMES

Mas se examinarmos as coisas mais a fundo, veremos à evidência, que esta restauração social tão ardentemente desejada, não se pode obter sem prévia e completa renovação do espírito cristão, do qual miseravelmente desertaram tantos economistas; porque sem ela seriam inúteis todos os esforços e fabricariam não sobre a rocha, mas sobre a areia movediça. (62)

E realmente, veneráveis Irmãos e amados Filhos, acabamos de estudar a economia actual, e achámo-la profundamente viciada. Citámos novamente a juízo o comunismo e o socialismo, e vimos quanto as suas formas ainda as mais mitigadas, se desviam dos ditames do Evangelho.

« Portanto, para usar das palavras do Nosso Predecessor, se pode curar-se a sociedade humana, só se curará voltando à vida e instituições cristãs ». (63) Só estas podem dar remédio eficaz à demasiada solícitude das coisas caducas origem de todos os vícios ; só estas podem fazer, que os homens, fascinados pelos bens deste mundo transitório, desviem deles

os olhos e os levantem ao céu. Quem dirá, que este remédio não é hoje, mais que nunca, necessário à família humana?

A ruína das almas

Todos se preocupam quase unicamente com as revoluções, calamidades e ruínas temporais. Mas, se vemos as coisas à luz da fé, que é tudo isto em comparação da ruína das almas? Bem pode dizer-se, que tais são hoje as condições da vida social e económica, que se torna muito difícil a uma grande multidão de homens ganharem o único necessário, a salvação eterna.

Nós, a quem o Príncipe dos Pastores constituiu Pastor e Guarda destas inumeráveis ovelhas, remidas com o seu sangue, não podemos contemplar a olhos enxutos o gravíssimo perigo, que elas correm. Senão que, lembrados do Nosso dever pastoral, com solícitude paterna, meditamos continuamente no modo de as ajudar, chamando em auxílio o zelo indefesso dos que a isso estão obrigados por justiça ou caridade. Pois que aproveita aos homens poderem mais facilmente lucrar o mundo inteiro com uma distribuição e uso mais racional das riquezas, se com isso mesmo vem a perder a alma? (64) Que aproveita ensinar-lhes os princípios da boa economia, se com avareza sórdida e desenfreada se deixam arrebatam de tal maneira do amor dos próprios bens, que « ouvindo os mandamentos do Senhor, fazem tudo o contrário »? (65)

Causa desta ruína

A raiz e fonte desta defecção da lei cristã na vida social e económica, e da consequente apostasia da fé católica para muitos operários é a desordem das paixões, triste efeito do pecado original; foi ele que destruiu a admirável harmonia das faculdades humanas e dispõe o homem a deixar-se facilmente arrastar das más paixões e a preferir os bens caducos da terra aos eternos do céu. D'aqui aquela sede inextinguível de riquezas e bens temporais, que, se em todos os tempos arrastou os homens a quebrar a lei de Deus e conculcar os direitos do próximo, nas actuais condições económicas arma à fragilidade humana laços ainda mais numerosos. Com efeito a incerteza da economia e mais ainda a sua complicação exigem dos que a ela se aplicam, uma contenção de forças suma e contínua; em consequência algumas consciências calejaram de tal maneira, que julgam lícitos todos os meios de aumentar os lucros e defender contra os vaivens da fortuna a riqueza adquirida à custa de tantos esforços e cancerais. A facilidade dos lucros, que oferece a anarquia do mercado, leva muitos a darem-se ao comércio desejosos unicamente de enriquecer sem grande trabalho; os quais, com desenfreada especulação, levantam e diminuem os preços a capricho da própria cobiça e com tal frequência, que desconcertam todos os cálculos dos produtores. As instituições jurídicas destinadas a favorecer a colaboração dos capitais, por isso que dividem e diminuem os riscos, dão lugar muitas vezes aos mais repreensíveis excessos; com efeito vemos a responsabilidade tão atenuada, que já a poucos impressiona; sob a tutela de um nome colectivo praticam-se as maiores injustiças e fraudes; os gerentes destas sociedades económicas, esquecidos dos seus deveres, atraíam os direitos daqueles, cujas economias deviam administrar. Nem se devem finalmente deixar em silêncio os traficantes que, sem olharem à honestidade das suas artes, não temem estimular os caprichos da clientela para deles abusarem em própria vantagem.

Somente uma rígida disciplina dos costumes, energicamente apoiada pela autoridade pública, poderia ter afastado ou mesmo prevenido tão graves inconvenientes; mas infelizmente essa faltou. Quando começou a aparecer o novo regime económico, tinha o nacionalismo

penetrado e lançado raízes em muitas inteligências; por isso e ciência económica, que então se formou, prescindindo da lei moral, soltava as rédeas às paixões humanas.

E assim sucedeu, que mais do que antes, muitíssimos não pensavam senão em aumentar por todos os modos as suas riquezas; e procurando-se a si mais que tudo e acima de todos, de nada tinham escrúpulo, nem sequer dos maiores delítoes contra o próximo. Os primeiros a entrar por este caminho largo que leva à perdição, (66) grangearam por sua vez e facilmente muitos imitadores da sua maldade, já pelo exemplo de um êxito aparente, já pela insolente pompa das suas riquezas, ora metendo a ridículo a consciência dos outros, como se estivesse agitada de vãos escrúpulos, ora finalmente conculcando os competidores mais conscienciosos.

Desviados do bom caminho os dirigentes da economia, devia logicamente precipitar-se no mesmo abismo a multidão operária; e isto tanto mais, que muitos directores de oficinas usavam dos operários como de meros instrumentos, em nada solícitos da sua alma, não pensando sequer no sobrenatural. Sentimo-Nos horrorizados ao pensar nos gravíssimos perigos a que estão expostos nas fábricas modernas os costumes dos operários (sobre tudo jovens) e o pudor das mulheres e donzelas; ao lembrarmo-Nos de que muitas vezes o sistema económico hodierno e sobre tudo as más condições da habitação criam obstáculos à união e intimidade da vida de família; ao recordarmos os muitos e grandes impedimentos opostos à devida santificação dos domingos e festas de guarda; ao considerarmos enfim como diminuiu aquele sentimento verdadeiramente cristão, com que até os rudes e ignorantes aspiravam aos bens superiores, para dar lugar à solicitude única de procurar tão somente e por todos os meios o pão quotidiano. Deste modo o trabalho corporal, ordenado pela divina Providência, depois da culpa de origem, para remédio do corpo e da alma, converte-se frequentemente em instrumento de perversão : da oficina só a matéria sai enobrecida, os homens ao contrário corrompem-se e aviltam-se.

REMÉDIOS

A) Cristianização da vida económica

A esta tão deplorável crise das almas, que, enquanto dure, tornará inúteis todos os esforços de regeneração social, não pode dar-se outro remédio, mais que reconduzir os homens à profissão franca e sincera da doutrina evangélica, aos ensinamentos d'Aquele, que tem ele só palavras de vida eterna, (67) e palavras tais, que hão de perdurar eternamente, ainda depois de passarem os céus e a terra. (68) É certo que todos os verdadeiramente entendidos em sociologia, anseiam por uma reforma moldada pelas normas da razão, que restitua a vida económica à sã e recta ordem. Mas esta ordem, que também Nós ardentemente desejamos, e procuramos com o maior empenho, será de todo falha e imperfeita, se não tenderem de concerto todas as energias humanas a Imitar a admirável unidade do divino conselho e a conseguí-la, quanto ao homem é dado : chamamos perfeita aquela ordem apregoada pela Igreja com grande força e tenacidade, pedida mesmo pela razão humana, isto é : que tudo se encaminhe para Deus fim primário e supremo de toda a actividade criada, e que todos os bens criados por Deus se considerem como instrumentos dos quais o homem deve usar tanto, quanto lhe sirvam a conseguir o último fim. Nem deve julgar-se que esta filosofia rebaixa as artes lucrativas ou as considera menos conformes à dignidade humana; pelo contrário ensina a reconhecer e venerar nelas a vontade manifesta do divino Criador, que colocou o homem sobre a terra para a cultivar e usar dela segundo as suas múltiplas precisões. Nem é vedado aos que se empregam na produção, aumentar justa e devidamente a sua fortuna; antes a

Igreja ensina ser justo que quem serve a sociedade e lhe aumenta os bens, se enriqueça também desses mesmos bens conforme a sua condição, contanto que isto se faça com o respeito devido à lei de Deus e salvos os direitos do próximo, e os bens se empreguem segundo os princípios da fé e da recta razão. Se esta doutrina fosse por todos, em toda a parte e sempre observada, não somente a produção e aquisição dos bens, mas também o uso das riquezas, agora tantas vezes desordenado, voltaria depressa aos limites da equidade e justa distribuição; à única e tão sórdida preocupação dos próprios interesses, que é a desonra e o grande pecado do nosso tempo, opôr-se-ia na verdade e de facto a suavíssima e igualmente poderosa lei da moderação cristã, que manda ao homem buscar primeiro o reino de Deus e a sua justiça, seguro de que também na medida do necessário a liberalidade divina, fiel às suas promessas, lhe dará por acréscimo os bens temporais. (69)

B) A lei da caridade

Mas isto só não basta : à lei da justiça deve juntar-se a da caridade, « que é o vínculo da perfeição ». (70) Quanto se enganam por tanto os reformadores incautos, que atendendo somente a guardar a justiça comutativa, rejeitam com orgulho o concurso da caridade! De certo não pode a caridade substituir a justiça, quando o devido se nega iniquamente. Contudo ainda que o homem alcance enfim quanto lhe é devido, restará sempre um campo imenso aberto à caridade : a justiça, bem que praticada com todo o rigor, se pode extirpar as raízes das lutas sociais, não poderá nunca sozinha congraçar os ânimos e unir os corações. Ora todas as instituições criadas para consolidar a paz e promover a colaboração social, por mais perfeitas que pareçam, tem o fundamento da sua estabilidade principalmente no vínculo que une as almas; se este falta, tornam-se ineficazes os melhores estatutos, como tantas vezes a experiência no-lo ensinou. Por isso só haverá uma verdadeira cooperação de todos para o bem comum, quando as diversas partes da sociedade sentirem intimamente, que são membros de uma só e grande família, filhos do mesmos Pai celeste, antes um só corpo em Cristo e « membros uns dos outros », (71) de modo que « se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele ». (72) Então os ricos e senhores converterão em amor solícito e operoso o antigo desprezo pelos irmãos mais pobres; acolherão os seus justos pedidos com bom rosto e coração aberto, perdoar-lhes-ão até sinceramente as culpas e os erros. Por sua vez os operários, reprimindo qualquer sentimento de ódio e inveja, de que abusam com tanta astúcia os fautores da luta de classes, não desdenharão o posto que a divina Providência lhes assinou na sociedade humana, antes o terão em grande apreço, bem persuadidos de que no seu emprego e ofício trabalham útil e honrosamente para o bem comum, e seguem mais de perto Aquele que, sendo Deus, quis na terra fazer-se operário e ser considerado como filho de operário.

É desta nova difusão do espírito evangélico no mundo, do espírito de moderação cristã e de caridade universal, que há de brotar, como esperamos, aquela tão desejada e completa restauração da sociedade humana em Cristo, e aquela « Paz de Cristo no reino de Cristo », a que desde o início do nosso Pontificado firmemente propusemos consagrai todo o Nosso cuidado e solícitude pastoral. (73) A esta obra primordial e hoje absolutamente necessária, também vós, veneráveis Irmãos, posto. pelo Espírito Santo a governar connosco a Igreja de Deus (74) consagrais incansavelmente o melhor do vosso zelo em todas as partes do mundo, inclusivamente nas terras de missões entre infieis. A vós o merecido louvor e comvosco a todos esses valorosos colaboradores na mesma grande empresa, clérigos ou leigos, aos Nossos amados Filhos da Acção Católica, que Nós com tanto prazer vemos dedicarem-se generosamente connosco à solução dos problemas sociais, na persuasão de que a Igreja por fôrça da sua divina instituição tem o direito e o dever de se ocupar d'eles. A todos estes

instantemente exortamos no Senhor, que não se poupem a nenhum trabalho, não se deixem vencer das dificuldades, mas cada vez cobrem maior ânimo e sejam fortes. (75) É árdua efectivamente a empresa que lhes propomos : conhecemos muito bem, que de ambas as partes surgem inúmeros obstáculos, quer das classes superiores, quer das inferiores da sociedade. Não desanimem porém; a vida do cristão é uma contínua milícia; mas assinalar-se em empresas difíceis é próprio dos que, como bons soldados, (76) mais de perto seguem a Cristo.

Portanto unicamente confiados no auxílio onnipotente d'Aquele que « a todos os homens quer salvar », (77) esforcemo-nos em ajudar estas pobres almas, afastadas de Deus, e arrancando-as aos cuidados temporais, em que vivem enredadas, ensinemos-lhes a aspirar confiadamente às coisas eternas. Nem isto é sempre tão difícil de obter, como à primeira vista parece : se nos recônditos do coração, ainda o mais perdido, como brasas debaixo da cinza, se ocultam maravilhosas energias de espírito, testemunho seguro d'aquela « alma naturalmente cristã », quanto mais as haverá nos corações d'aqueles, e são a maior parte, que mais por ignorância ou por influências externas, do que por malícia, se deixaram arrastar para o erro?

Além disto apresentam-nos já sinais lisonjeiros de restauração social as mesmas fileiras dos operários, nas quais vemos com indizível gozo da alma poderosos núcleos de jovens, que escutam com docilidade as inspirações da graça divina e se empenham com zelo incrível em ganhar a Cristo a alma de seus irmãos. E não são menos dignos de elogio os dirigentes das organizações operárias que, esquecidos dos seus interesses e solícitos sobre tudo do bem dos companheiros, procuram harmonizar prudentemente as suas justas reclamações com a prosperidade de toda a indústria, nem por nenhuma dificuldade ou suspeitas se deixam demover de tão nobre procedimento. Podem ver-se até muitos jovens destinados a ocupar brevemente ou pelo engenho ou pelas riquezas um posto de realce nas primeiras camadas da sociedade, que se consagram com o mais intenso cuidado a estas questões, dando risonha esperança de virem a dedicar-se todos à restauração social.

Caminho a seguir

As circunstâncias, veneráveis Irmãos, mostram bem qual a via a trilhar. Como noutras épocas da Igreja, temos de defrontar-nos com um mundo quase recaído no paganismo. Para reconduzir a Cristo, a quem renegaram, essas classes inteiras de homens, devem escolher-se e formar-se de entre elas soldados auxiliares da Igreja, que conheçam bem os mesmos homens, os seus pensamentos e aspirações, e possam pela caridade fraterna penetrar-lhes suavemente no coração. Os primeiros e imediatos apóstolos dos operários devem ser operários; os apóstolos dos artistas e comerciantes devem sair dentre eles.

Procurar cuidadosamente estes apóstolos dos operários e patrões, escolhê-los com prudência, formá-los e educá-los como convém, é principalíssimo dever vosso e do vosso clero, veneráveis Irmãos. É de certo um pesado múnus imposto aos sacerdotes, para cujo desempenho devem preparar-se devidamente com aturado estudo das questões sociais os levitas que formam a esperança da Igreja; mas é sobre tudo necessário que os escolhidos em particular para este ofício sejam dotados de um tão apurado sentimento de justiça, que resistam varonilmente a qualquer reclamação iníqua ou acção injusta; se vantagem na prudência e numa discrição não inclinada a extremos; que estejam mais que tudo penetrados da caridade de Cristo, que só pode render forte e suavemente os corações e as vontades dos homens às leis da justiça e da equidade. Não há duvida que este caminho, abonado já por

felizes resultados, é o que se deve seguir denodadamente.

A esses Nossos amados filhos, escolhidos para tão grande empresa, exoramos vivamente no Senhor, que se dêem todos ao cultivo dos homens a si confiados, e que no desempenho desse officio eminentemente sacerdotal e apostólico usem como convêm da força da educação cristã, ensinando os jovens, fundando associações católicas, criando círculos, onde se cultive o estudo segundo os princípios da fé. Tenham sobretudo em grande apreço e saibam usar para bem dos seus dirigidos aquele preciosíssimo instrumento de restauração individual e social, que são os Exercícios espirituais por Nós encarecidos na Nossa encíclica « *Mens Nostra* », na qual lembrámos espressamente e recomendámos os exercícios como utilíssimos para todas as classes do laicado e em particular para os operários : com efeito nesta escola do espírito não só se cultivam ótimos cristãos, mas formam-se e inflamam-se no fogo do Coração de Jesus verdadeiros apóstolos para todos os estados da vida. Desta escola, como os Apóstolos do Cenáculo de Jerusalém, sairão fortes na fé, constantes nas perseguições, ardentes de zelo, unicamente solícitos de propagar por toda a parte o reino de Cristo.

E certamente agora, mais que nunca, são precisos estes valorosos soldados de Cristo, que trabalhem com todas as forças por preservar a família humana da pavorosa catástrofe, em que viria a precipitar-se, se o desprezo das doutrinas do Evangelho deixasse triunfar uma ordem de coisas, que conculca as leis da natureza, não menos que as de Deus. A Igreja de Cristo, alicerçada na rocha inabalável, nada tem que temer por si, pois sabe muito bem, que as portas do inferno não prevalecerão contra ela; (78) e uma experiência de vinte séculos prova-lhe, que das tempestades mais violentas sai cada vez mais forte e coroada de novos triunfos. Mas o seu coração de Mãe estremece de horror ao pensar nos males sem número, em que estas tempestades afogariam milhares de homens e mais ainda nos gravíssimos danos espirituais, que daí resultariam em ruína de tantas almas resgatadas com o sangue de Cristo.

Devem pois envidar-se todos os esforços para desviar da sociedade humana males tão grandes : a isto devem endereçar-se os nossos trabalhos, a nossa solitudine, as nossas orações a Deus, assíduas e fervorosas. Com o socorro da graça divina temos em nossas mãos a sorte da família humana.

Não consintamos, veneráveis Irmãos e amados Filhos, que os filhos deste século se mostrem na sua geração mais prudentes do que nós, que somos, por mercê divina, filhos da luz. (79) Vemos com quanta sagacidade eles escolhem adeptos militantes e os formam, para que espalhem os seus erros cada vez mais largamente, em todas as classes e sobre todos os pontos do globo. E quando se trata de combater mais violentamente a Igreja de Cristo, vemos que, dando tréguas às discórdias intestinas, cerram fileiras num só exército, e unidos trabalham com todas as forças por levar a efeito o comum intento.

União das forças católicas

Ninguém ignora quantas e quão grandes obras empreenda por toda a parte o zelo infatigável dos católicos, tanto no campo social e económico, como no do ensino e da religião. Não raro porém esta actividade admirável e laboriosa se torna menos eficaz devido à demasiada dispersão de forças. Unam-se pois todos os homens de boa vontade, que sob a direcção dos Pastores da Igreja querem combater este bom e pacífico combate de Cristo; e todos, seguindo as directivas e ensinamentos da Igreja, se esforcem por contribuir na medida do seu engenho, forças e condição para aquele renascimento cristão da sociedade, que Leão XIII inaugurou com a imortal encíclica « *Rerum novarum* » : não se procurando a si mesmos nem os seus

próprios interesses, mas os de Jesus Cristo; (80) não teimando em fazer triunfar as suas ideias, por boas que sejam, mas dispostos a sacrificá-las ao bem comum; para que em tudo e sobre tudo reine e impere Cristo, a quem seja honra, glória e poder por todos os séculos. (81)

Para que isto se realize, a todos vós, veneráveis Irmãos e amados Filhos, quantos sois membros da grande família católica a Nós confiada, mas com particular afecto aos operários e aos outros trabalhadores de artes mecânicas, a Nós mais especialmente recomendados pela divina Providência, e também aos patrões e empresários cristãos damos de coração a Bênção Apostólica.

Dado em Roma, junto de S. Pedro, aos XV de maio de MCMXXXI, ano X do Nosso Pontificado.

PIO PP. XI.

Notas

- (1) Encícl. *Arcanum* 10 de Fevereiro de 1880.
- (2) Encícl. *Diuturnum* 29 de Junho de 1881.
- (3) Encícl. *Immortale Dei* 1 de Novembro de 1885.
- (4) Encícl. *Sapientiae christianae* 10 de Janeiro de 1890.
- (5) Encícl. *Quod apostolici muneris* 28 de Dezembro de 1878.
- (6) Encícl. *Libertas* 20 de Junho de 1888.
- (7) Encícl. *Rerum novarum*, 15 de Maio de 1891, n. 1.
- (8) Cfr. Encícl. *Rerum novarum*, n. 13.
- (9) Encícl. *Rerum novarum*, n. 2.
- (10) Encícl. *Rerum novarum*, D. 13.
- (11) Mt., 7, 29.
- (12) Encícl. *Rerum novarum*, n. 1.
- (13) S. Ambrósio, *de excessu fratris sui Satyri*, I, 44.
- (14) Encícl. *Rerum novarum*, n. 13.
- (15) Baste mencionar: Leão XIII, Letras Apostólicas *Praeclara* 20 de Junho de 1894. Leão XIII *Graves de communi* 18 de Janeiro de 1901. Pio X *Motu proprio* sobre a Acção-popular cristã 8 de Dezembro de 1903. Bento XV, Encíclica *Ad Beatissimi* 1 de Novembro de 1914. Pio XI, Encíclica *Ubi arcano* 23 de Dezembro de 1922. Pio XI, Encíclica *Rite expiatis* 30 de Abril de 1926.
- (16) Cfr. *La Hierarchie Catholique et le Problème social depuis l'Encyclique « Rerum novarum »* 1891-1931, pp. xv1-335, publicado pela « Union internationale d'études sociales fondée à Malines, en 1920, sous la présidence du Card. Mercier ». (Paris, éditions Spes », 1931).
- (17) Cfr. Is. 11, 12.
- (18) Encícl. *Rerum novarum*, n. 25.
- (19) Encícl. *Rerum novarum*, n. 29.
- (20) Encícl. *Rerum novarum*, n. 36.
- (21) Encícl. *Rerum novarum*, n. 42.
- (22) Encícl. *Rerum novarum*, n. 43.
- (23) Encícl. *Singulari quadam* de 24 de Setembro de 1912.
- (24) Carta da S. Congregação do Concilio ao Bispo de Lille, 5 de Junho de 1929.
- (25) Cfr. *Rom.*, 1, 14.
- (26) Cfr. *Rerum novarum*, n. 13.

- (27) Encícl. *Ubi arcano*, 23 de Dezembro de 1922.
- (28) Cfr. Conc. Vaticano, Sess. 3, c. 4.
- (29) Encícl. *Ubi arcano*, 23 de Dezembro de 1922.
- (30) Encícl. *Rerum novarum*, n. 19.
- (31) Cfr. Encícl. *Rerum novarum*, n. 19.
- (32) Encícl. *Rerum novarum*, n. 7.
- (33) Alocução aos membros de Acção Católica italiana, 16 de Maio de 1926.
- (34) Encícl. *Rerum novarum*, n. 6.
- (35) Encícl. *Rerum novarum*, n. 10.
- (36) Encícl. *Rerum novarum*, n.
- (37) S. Thomas, *S. Th.*, II, II, q. 97 e 134.
- (38) Encícl. *Rerum novarum*, n. 27.
- (39) Encícl. *Rerum novarum*, n. 15.
- (40) Encícl. *Rerum novarum*, n. 7.
- (41) II *Thess.*, 3, 10.
- (42) Cfr. II *Thess.*, 3, 8-10.
- (43) Encícl. *Rerum novarum*, n. 35.
- (44) Encícl. *Rerum novarum*, n. 34.
- (45) Encícl. *Rerum novarum*, n. 17.
- (46) Cfr. Encícl. *Casti connubii*, 31 de Dezembro de 1930.
- (47) Cfr. S. Thomas, *De regimine principum*, 1, 15. Encícl. *Rerum novarum*, n. 27.
- (48) Encícl. *Rerum novarum*, n. 16.
- (49) Cfr. S. Thomas, *Contra Gentes* 3, 71; *Summa Theol.* I, 9, 65 art. 2 i. c.
- (50) Cfr. Encícl. *Immortale Dei*, 1 de Novembro de 1885.
- (51) Encícl. *Rerum novarum*, n. 42.
- (52) *Eph.*, 4, 16.
- (53) Encícl. *Rerum novarum*, n. 15.
- (54) Cfr. *Rom.*, 13, 1.
- (55) Cfr. Encícl. *Diuturnum*, 29 de Junho de 1881.
- (56) Encícl. *Divini illius Magistri*, 31 de Dezembro de 1929.
- (57) Cfr. *Jac.*, 2.
- (58) II *Cor.*, 8, 9.
- (59) *Mt.*, 11, 28.
- (60) Cfr. *Lc.*, 12, 48.
- (61) *Mr.*, 16, 27.
- (62) Cfr. *Mr.*, 7, 24 ss.
- (63) Encícl. *Rerum novarum*, n. 22.
- (64) Cfr. *Mt.*, 16, 26.
- (65) Cfr. *Judic.*, 2, 17.
- (66) Cfr. *Mt.*, 7, 13.
- (67) Cfr. *Joh.*, 6, 70.
- (68) Cfr. *Mt.*, 24, 35.
- (69) *Mt.*, 6, 33.
- (70) *Col.*, 3, 14..
- (71) *Rom.*, 12, 5.
- (72) I *Cor.*, 12, 26.
- (73) Cfr. Encícl. *Ubi arcano*, de 23 de Dezembro de 1922.
- (74) Cfr. *Act.*, 20, 28.
- (75) Cfr. *Deut.*, 31, 7.
- (76) Cfr. II *Tim.*, 2, 3.

(77) *I Tim.*, 2, 4.

(78) *Mt.*, 16, 18.

(79) Cfr. *Lc.*, 16, 8.

(80) Cfr. *Phil.*, 2, 21.

(81) *Apoc.*, 5, 13.

© Copyright 1931- Libreria Editrice Vaticana



ANEXO C - Ata de fundação da União Artística Barbalhense

Acta da Installação da União Artística Barbalthense.

Des vinte e quatro de ouz de Junho de mil novecentos e um e quatro
na cidade de São Paulo, neste estado de Barbalha. Estado do Ceará, no ju-
do onde funciona a Liga Barbalthense contra o Analfabetismo, compa-
ricaram: Sr. Rio Rodrigues, Sr. Francisco Lima, Sr. Maximiano Nogueira, Sr.
Philippe Lombardi, Sr. Celso da Rocha, Francisco Luiz Dantas, Sr. João da Silva
Mucano da Silva, Sr. Domínio da Silva Alencar, Antonio José de Queiroz,
Albuquerque da Costa, Sr. Vitor, Sr. José de Sá, Sr. José de Sá,
União Artística Barbalthense e os cidadãos seguintes: Sr. José de Sá
Barretto Camparo, 1.º suplente de juiz de Direito em exercício, Sr. José
Francisco de Almeida Costa, Promotor de Justiça, Sr. Henrique Lopes
Rafael Municipal, Antonio Robm de Alencar Delegado de Polícia,
Joaquim Alves de Oliveira cirurgião dentista, Martiniano Ferraz, Sr.
de Ganga Junior, Gregorio Severino Ponte e outros cavalleiros.

Levantando-se o socio fundador Sr. José, Presidente da Direcção
presidencia, fez uma ligeira allocução, expondo os motivos que deter-
minaram a fundação da União Artística, e os fins e objectos da
dita sociedade. Terminou a allocução declarando o objecto da reunião,
que era a installação da sociedade e nomeou para preside a sessão o
Sr. José de Sá Barretto Camparo, Sr. José Camparo. Este aquiescedor, no comen-
ço do Sr. José Camparo) dirigiu a assistência de sua palavra sempre repen-
dida de enthusiasmo pela causa do bem e do progresso de nossa terra,
faz largas considerações sobre a novel associação, o conceito e o objecto que
deve a mesma mecca dos Barbalthenses.

Comminou fazendo votos pela prosperidade da União Artística,
com seguida pelo Secretario Sr. Celso de Castalhos, cujo comfecoção me-
de, nessa occasião, elogiou de alguns cavalleiros presentes. Terminou
a leitura dos Estatutos e Sr. Presidente facultou a palavra de quem quizesse
utilizar, fizeram nessa occasião os Sr. Sr. Manuel da Silva e Sr.
Sr. Lopes que se congratularam com os socios fundadores da
União Artística e proferiram o seu apoio e solidiedade moral para a
nova sociedade.

Depois os intervenientes executou a Hymnographia do Estado do Ceará.

Depois os intervenientes executou a Hymnographia do Estado do Ceará.

Não havendo mais quem quisesse usar da palavra o Presidente amedeu a
 gu algumas palavras de louva e encorajamento aos seus da União, Arto
 a qual se a denotivo de 1800 e encerrou a sessão.

De tudo para constar houve-se a presente acta. Em João Nepomuceno de
 ra secretaria a escrever. Com tempo entre os concelheiros que assistiram
 na sessão deu-se feza honra mensão igual a dos demais que a
 trilham tãem com suas presenças, o illustre trabalho de
 el Rodrigues P. de Almeida P. Presidente da Liga Barbalha
 Leitura a Analfabetismo. Em João Nepomuceno de
 secretaria a escrever e assignar com os demais socios
 da dozes presentes.

João Rodrigues - P.
 Vicente e Maximiano Nozueiro
 João Vieira da Silva (Cano)
 José Francisco Lima
 Francisco Luiz Dantas.
 Melquiades da Costa Vellozo.
 João Filles de Oliveira
 José Chiminthio da Silva Vieira.
 José Felippe Santiago

ANEXO D – Estatuto do Circulo Operário de Barbalha

PODER JUDICIÁRIO
 - ESTADO DO CEARÁ -
CERTIDO JUDICIÁRIO DR. REISERSONY O. F. TAVORA
 Rua Princesa Isabel, nº 11
 63186 - BARBALHA - CE

Teresinha de Jesus Couto Duarte
 Notas, Protestos, Escrituras, Registro de
 Imóveis e de Títulos e Documentos
 BARBALHA - CE

TERESINHA DE JESUS COUTO DUARTE, OFICIAL
 DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DA CO -
 MARCA DE BARBALHA, ESTADO DO CEARÁ, NA
 FORMA DA LEI, ETC.

C E R T I D ã O

Certifico, que revendo o Livro de Regis -
 tro de Pessoas Jurídicas, a meu cargo, encontrei às fls. 08, do Li -
 vro A nº 01, sob número de ordem 07, o registro dos Estatutos do -
 Circulo Operário de Barbalha, a saber: "Número de ordem: 07; Mez: Ja -
neiro; Dia: 26; Inscricão: Registro dos Estatutos do Circulo Operário
 de Barbalha: Capítulo I. Do Circulo, seus fins e suas bases: Art .
 1º) Ficam reformados por força dos presentes estatutos, os estatu -
 tos do Circulo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José de -
 Barbalha, fundado a 19 de março de 1932, composto de número limita -
 do de socios e com sede e foro na cidade de Barbalha. Parágrafo -
 único- O Circulo de Operários e Trabalhadores Católicos São José -
 de Barbalha, denominar-se-a daqui por diante de Circulo Operário -
 de Barbalha; Art. 2º)- O Circulo tem por objetivo coordenar a ati -
 vidade de seus associados dentro de uma organização forte e perfei -
 ta para os seguintes fins: 1)- Prestar-lhe todo o gênero de benefi -
 cios e defesa a saber: a) Cultura intelectual, moral, social e fí -
 sica, pela fundação ou adesão de escolas, pela realização de confe -
 rências, pela sã imprensa, etc; b)- Proteção social, por uma assis -
 tência carinhosa e eficiente nas oficinas, escolas, lares e advoga -
 do os interesses legítimos da classe; c)- Auxilio material pelas -
 várias formas de beneficencia e mútuo socorro; d)- Sindicalização
 das classes operárias. II - Trabalhar pelo restabelecimento das re -
 lações harmoniosas entre patrões e operários, incucando-lhes a
 consciência dos próprios deveres e o respeito aos direitos mútuos.
 Art. 3º)- Para colimar estas idéias, o Circulo se estribará na mo -
 ral e doutrina cristã e terá como orientação sociológica as Encicli -
 cas Rerum Novarum de Leão XIII; Quadragésimo ano de PIO XI, e ou -

tros documentos pontificios. CAPITULO II - Dos sócios; Art. 4º) - O Circulo compreende quatro categorias de sócios: Efetivos, os operários que, admitidos pagam a respectiva mensalidade; Cooperadores, as pessoas que contribuem com auxilios materiais ou trabalhos profissionais, mensalmente ou anualmente para o Circulo; Bene méritos, os que tiverem prestado ao Circulo serviços havidos como relevantissimos; remidos, os que pagam de uma só vez trezentos mil réis ou oferecem ao circulo um objeto útil no valor de quinhentos mil réis ou obtenham um donativo em dinheiro superior a um conto de réis; Capitulo III - Da Direção - Art. 5º) - A Diretoria do Circulo se compõe de 1 Presidente; 1 Vice-Presidente; um 1º e 2º Secretários; 1 Tesoureiro e 1 auxiliar; um delegado geral, um assistente eclesiástico e de tantos delegados quantos forem os núcleos existentes, eleitos pela assembléia geral em escrutinio secreto e por maioria simples dentre os sócios efetivos, com exceção do Assistente-eclesiástico, que é nomeado pela Autoridade Diocesana do Delegado Geral e dos Delegados de núcleos, que são nomeados pela Diretoria. Art. 6º)- Ao Presidente compete: a)- Representar, judicialmente e extra-judicialmente o Circulo, assinando e rubricando os livros, atas, documentos, etc, e podendo transacionar com seus bens mediante aprovação da Diretoria ou da assembléia geral; b)- Executar e fazer executar os estatutos regulamentados e resoluções da assembléia geral e da Diretoria, bem como controlar a marcha social. Capitulo IV - Do Patrimônio. Art. 7º)- O Patrimônio do Circulo Operário de Barbalha é constituído de donativos em geral das contribuições dos sócios e dos lucros das instituições-festivas, etc. Capitulo V - Disposições Gerais. Art. 8º)- Os presentes estatutos aprovados pela Assembléia Geral dos sócios realizada aos 27 dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e um, só poderão ser reformados por ocasião de outra Assembléia Geral, para este fim convocada, por aprovação de dois terços dos membros que a integrarem. Art. 9º)- O Circulo Operário de Barbalha - se dissolverá quando o número de sócios for inferior a vinte. Parágrafo único - Dissolvido o Circulo Operário de Barbalha, o seu pa

trimonio descontado o passivo será entregue à Autoridade Diocesana, que o entregará entre as instituições de caridade da paróquia de Barbalha". Era o que se continha em ditos Estatutos no número de jornal Oficial transcrito que para aqui transcrevi e registrei da proprio original. Eu, Maria Zaira Couto, Oficial do Registro de Titulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, o escrevi subscrevo, dato e, assino. Barbalha, 26 de Janeiro de 1942. (a) Maria Zaira Couto - Oficial do Registro de Titulos e Documentos e Pessoas Jurídicas. ESTÁ CONFORME O ORIGINAL, nada mais se continha na presente certidão que vai por mim datada e assinada na forma da lei; Dou fé.

Barbalha, Ce., 10 de fevereiro de 1994

Patricia Couto
 Escrevente Substituta do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Barbalha.

Patricia Couto Duarte
 Escrevente Substituta - 2º. Oficial
 BARBALHA - CE.

